



FAHIMTB

FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES  
DO RIO GRANDE DO SUL



IHTRGS

# BRASIL



## LUTAS INTERNAS (1500 - 1916)

• EM DEFESA DE SUA UNIDADE E INTEGRIDADE •



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO (Org.)



Cel LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS

FHE | POUPEX

Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil  
Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS  
Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre - RS

# **BRASIL LUTAS INTERNAS**

## **1500-1916**

CLÁUDIO MOREIRA BENTO (Org.)

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS

© de Cláudio Moreira Bento e Luiz Ernani Caminha Giorgis

1ª edição: 2016

Esta edição é de propriedade da FAHIMTB



Edição da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil

Resende-RJ, 2016

**Composição da capa:** Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento. Instrutor de Navegação na Escola Naval, grande colaborador da FAHIMTB e criador e administrador de seu site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

**Digitação dos originais:** Os autores e as universitárias estagiárias Aline Rocha e Kamila Rocha

**Revisões finais:** Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e Manoelina Gomes Fonseca de Carvalho da Gráfica e Editora Irmãos Drumond; e a do conteúdo final pelo Cel Cláudio Moreira Bento.

**Ilustrações:** dos arquivos dos autores. A 1ª capa pintura de João Batista de Castro, retirado da obra Terra dos Quatro Ventos do acadêmico Juarez Nunes da Silva, constante da bibliografia.

**Diagramação:** Carlos Eduardo Ferreira Ávila, da Gráfica e Editora Irmãos.

**Logística de pré-produção, produção e impressão:** Gráfica e Editora Irmãos Drumond.

Rua Antônio Alves Amorim, 51 - Saudade - Barra Mansa/RJ

Cep: 27.313-060 - Tel.:(24) 3325-8024 - [www.graficadrumond.com.br](http://www.graficadrumond.com.br)

**A concretização desta obra  
foi possível graças ao apoio da:  
Associação de Poupança e Empréstimo**



**CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL DA PUBLICAÇÃO**

BENTO, Cláudio Moreira, Cel et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha,  
Cel. Brasil Lutas internas 1500/1916. Resende/Barra Mansa:  
FAHIMTB/IHTRGS, 2016. p. : s/II.

Inclui bibliografia

524 pág.

ISBN: 978-85-60811-26-7

1-História Militar do Brasil 1500-1916.

2-Brasil Lutas Internas Brasil 1500-2015

Catálogo na publicação  
Departamento Nacional do Livro

**Contato com os autores**  
[bento1931@gmail.com](mailto:bento1931@gmail.com)  
[lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com)

# DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Em memória de todos os militares e civis que ao longo do processo histórico da Pátria Brasil, imolaram suas vidas em Lutas Internas para a proteger e mantê-la em dimensões continentais, com a Unidade de seu Povo. Pois, segundo Péricles, líder militar e civil grego e considerado o Pai da Democracia:

**“Aquele que morreu em defesa de sua Pátria, fez mais por ela naquele momento que os demais em todas as suas vidas.”**

Em memória dos líderes militares e civis destas lutas, aos quais o Povo Brasileiro está muito a dever em relação a Unidade e a Integridade do Brasil.

Homenagem aos historiadores militares e civis brasileiros, ligados à Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil que contribuíram com seus livros, artigos e contribuições em dinheiro para tornar possível este livro.

Homenagem ao Exército que acolhe em suas instalações a FAHIMTB e suas AHIMTB federadas e Delegacias.

Homenagem a chefes do Exército que prestigiam como Presidentes de Honra a FAHIMTB, AHIMTBs e Delegacias.

Homenagem à Fundação Habitacional do Exército e POUPEX que há 19 anos prestigia e patrocina a FAHIMTB.

Preservar a História do Exército, em especial, é dever de todos os seus integrantes da Ativa e da Reserva.

A História Militar do Brasil é a bússola segura para entender o Presente e projetar o futuro do Exército Brasileiro.

# APRESENTAÇÃO

O presente livro Brasil Lutas Internas 1500-1916, com limite na Revolta do Contestado aborda as lutas internas do Brasil à Luz da Teoria de História das Forças Terrestres do Estado-Maior do Exército.

Esta Teoria consta do Manual de nossa autoria Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro. Brasília: EME/AHIMTB/EGGCF, 1999, 2 ed., p 5-12/5-15. Está disponível em “Livros” no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

Aborda, com apoio em bibliografia produzida por patronos de cadeiras, de AHIMTBs e Delegacias, e por acadêmicos, as Lutas Internas que colocaram em séria ameaça a Integridade do Brasil Continente e a Unidade de seu Povo. Elas servem para mostrar, em especial aos profissionais do Exército, o passado dessas lutas, para melhor se entender o presente e, deste modo, se ajudar a construir o futuro do Exército em bases realistas. Pois é indiscutível, na História da Humanidade, de que a História é bússola segura para o entendimento do Presente para melhor planejar o futuro.

E conhecer as nossas Lutas Internas é fundamental para os integrantes do Exército, em especial para os alunos de seus cursos de História Militar e de Relações Internacionais.

Neste trabalho foram incluídas as bibliografias solicitadas a todos os seus integrantes, patronos e acadêmicos sobre as Lutas Internas em defesa da Unidade e da Integridade Nacional do período 1917 à Atualidade para que, na medida em que cada luta ou ameaça complete um século, e não existam vivos os principais agentes das mesmas, seja possível ao historiador fazer análises com a maior isenção e precisão possíveis.

Este trabalho complementa trabalho anterior por nós publicado em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, ou seja, a obra Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas (em defesa da sua Integridade, Soberania, Unidade, Independência e Integração; e da Liberdade e Democracia mundiais).

Obra que a FAHIMTB doou mil exemplares para o Sistema de Ensino do Exército através do Departamento de Ensino e Cultura, para o mesmo colocar à disposição de suas Escolas, em especial da Academia Militar das Agulhas Negras (500 exemplares), da Escola de Comando e de Estado-Maior (100 exemplares) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (50 exemplares).

Cel Cláudio Moreira Bento - Presidente e Fundador da FAHIMTB

# ADVERTÊNCIA

Ao leitor e pesquisador interessado: O presente trabalho **Brasil - Lutas Internas de 1500-1916 - Revolta do Contestado** é o resultado de nossa parceria com o acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

São de minha lavra os trabalhos constantes da Teoria de História do Exército, do Estado-Maior do Exército, constante de meu livro **Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro** p. 5-12 a 5-15, disponível em livros no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e assim denominados:

1. A Rebelião de Manuel Beckman - Maranhão
2. A quase secular Guerra dos Palmares
3. A Revolução da Bahia - 1711
4. A Guerra dos Emboabas - Minas Gerais
5. A Guerra dos Mascates - Pernambuco
6. A Revolta de Vila Rica - Minas Gerais
7. A Guerra Guaranítica - Rio Grande do Sul (1752 – 1757)
8. As Inconfidências Mineira e Carioca em Minas Gerais e no Rio de Janeiro
9. A Conjuração dos Alfaiates - Bahia - 1877
10. A Revolução Pernambucana de 1817
11. A Confederação do Equador 1824 - Nordeste
12. A Revolta dos Batalhões Mercenários, 1828 - Rio de Janeiro
13. A Cabanagem no Pará
14. A Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas

15. A Revolta dos Malês na Bahia
16. A Balaiada no Maranhão
17. A Revolução Liberal em São Paulo - 1842
18. A Revolução Liberal em Minas Gerais - 1842
19. A Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul e Santa Catarina - 1835/1845
20. A Revolta dos Muckers no Rio Grande do Sul - 1872/74
21. Duque de Caxias, o Pacificador do século XIX. Seu perfil.
22. A Proclamação da República em 15 Nov 1889
23. As Lutas em Mato Grosso 1892/1906
24. A Guerra Civil na Região Sul 1893/95
25. A Revolta da Armada 1893/94
26. A Guerra de Canudos - Bahia - 1896/97
27. A Revolta da Vacina Obrigatória em 1904 no Rio de Janeiro
28. A Revolta do Juazeiro - Ceará - 1913/14
29. A Revolta pró-República Parlamentar em 1915 (ou Revolta dos Sargentos)
30. A Revolta do Contestado - 1912/16

E nelas o Cel Caminha introduziu alguns complementos de história, na voz dos historiadores civis e patronos de cadeiras na FAHIMTB Pedro Calmon e Barão do Rio Branco, e do falecido acadêmico emérito Hernani Donato.

Introduziu também as seguintes revoltas ou motins:

1. A Conjuração de Curvelo
2. A Conjuração Baiana ou dos Alfaiates
3. A Rebelião de Escravos na Bahia
4. A Revolução do Dia do Fico (1822)

5. A tentativa de Assassinato de Dom Pedro I (1823)
6. A Abdicação (1831)
7. A Setembrada no Maranhão (1831)
8. A Setembrada em Pernambuco (1831)
9. A Novembrada em Pernambuco (1831)
10. A Novembrada no Maranhão (1831)
11. A Revolta do 26° BI - Rio de Janeiro (1831)
12. A Revolta do Corpo de Guardas Municipais da Polícia Militar da Corte - Rio de Janeiro - 1831
13. A Revolta do Corpo de Artilharia da Marinha na Ilha das Cobras (1831)
14. A Federação do Guanais - Bahia (1832)
15. A Abrilada em Pernambuco (1832)
16. A insurreição do Major Miguel de Frias - Rio de Janeiro (1832)
17. O movimento Restaurador do Barão Von Bülow - Rio de Janeiro (1832)
18. A Insurreição Restauradora do Crato (1832)
19. O Motim do Batalhão de Caçadores - Salvador (1832)
20. A Revolução Restauradora de Santo Antônio no Crato (1832)
21. A Revolução Restauradora de Santo Antônio - Pernambuco (1932)
22. A Revolta dos escravos de Carrancas - Minas Gerais (1833)
23. O ano da Fumaça em Ouro Preto - Minas Gerais (1833)
24. O Levante do Forte do Mar - Salvador - BH (1833)
25. As Carneiradas em Pernambuco (1834)
26. As Rusgas de Cuiabá (1834)
27. A Anselmada de Franca - São Paulo (1838)

28. A Revolução de Manoel Congo em Pati do Alferes - Rio de Janeiro - RJ (1838)
29. A insurreição de Parnaguá - Piauí (1840)
30. O levante de Sobral - Ceará (1840)
31. A Revolta dos Lisos contra Cabeludos em Alagoas
32. O Motim do Fecha-fecha em Recife - Pernambuco (1844)
33. O Motim do Mata-Mata em Recife - Pernambuco (1847/48)
34. O Levante dos Marimbondos do Pau D'Alho - Pernambuco (1855)
35. O Motim da carne sem osso, da farinha sem caroço e do toucinho do grosso - Salvador - BA (1858)
36. A Revolta do Quebra-Quilos em Pernambuco (1874)
37. O Motim do Vintém - Rio de Janeiro - 1880

## **Alerta importante ao leitor e pesquisador deste livro**

Embora o título deste livro seja Brasil Lutas Internas 1500-1916 Guerra do Contestado, ou seja sobre lutas que ultrapassaram um século de ocorrência, ao final ensaiamos as Lutas Internas 1917- Atualidade, com apoio em fontes ao final produzidas por integrantes da FAHIMTB, para que no centenário de cada uma destas lutas, conforme aconselha a prudência e quando não mais existirem os agentes participantes das mesmas, possa o historiador interpretá-las juntando o presente ensaio a outras fontes disponíveis, com vistas a um resultado o mais próximo possível da verdade histórica.

# SUMÁRIO

Dedicatória e agradecimentos.....	III
Apresentação .....	IV
Advertência.....	V
Prefácio .....	17
Comentário do Acadêmico Benemérito Eng. Ten R2 Art Israel Blajberg.....	21
Considerações relevantes ao profissional militar terrestre.....	23

## CAPÍTULO I - LUTAS INTERNAS NO PERÍODO COLONIAL (1500-1822)

LUTAS CONTRA INDÍGENAS .....	27
A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS.....	27
A GUERRA DOS AIMORÉS.....	27
A GUERRA DOS POTIGUARES.....	28
O LEVANTE DOS TUPINAMBÁS.....	29
A CONJURAÇÃO DE NOSSO PAI (REVOLTA CONTRA MENDONÇA FURTADO) .....	29
A CONFEDERAÇÃO DOS CARIRIS - 1683/1715 (GUERRA DOS BÁRBAROS - CONFEDERAÇÃO DO AÇU - GUERRA DOS TAPUIAS).....	30
A GUERRILHA DOS MURAS.....	31
A GUERRA DOS ÍNDIOS MANAUS (1723-1728) - (GUERRA DE AJURICABA) .....	32
A RESISTÊNCIA GUAICURU (1725-1744) - (CAMPANHA CONTRA OS ÍNDIOS PAIAGUÁS).....	32
A REBELIÃO DE MANUEL BECKMANN NO MARANHÃO (1684).....	33
- Antecedentes.....	33
- A revolta.....	34
A GUERRA DOS PALMARES - PERNAMBUCO E ALAGOAS (1600-1697) .....	36
- A ameaça representada por Palmares.....	37
- Objetivos conflitantes .....	38
- O perímetro fortificado dos Palmares.....	38
- As expedições contra o Quilombo dos Palmares.....	39
- A luta oficial contra Palmares .....	41
- O Governo estabelece uma base no Quilombo .....	42
- Atacados os mocambos dos líderes do Quilombo .....	42
- Um Arraial no coração dos Palmares.....	43
- Zumbi, agora o rei dos Palmares .....	44
- O paulista Domingos Jorge Velho entra em cena.....	44
- O fim do Quilombo dos Palmares .....	44
- Artilharia contra o Quilombo .....	45
- Francisco - O Zumbi dos Palmares (1655-95) .....	46
- A GUERRA DOS EMBOABAS - MINAS GERAIS (1708/09).....	48
- O rompimento das hostilidades.....	49
- A luta pela posse de Sabará.....	50

- O combate de Cachoeira do Campo.....	50
- O massacre dos paulistas no Capão da Traição.....	51
- A tentativa de vingança do massacre do Capão da Traição .....	52
- Conclusões.....	53
A REVOLTA DO SAL .....	54
A GUERRA DOS MASCATES - PERNAMBUCO - Olinda x Recife (1710/11) .....	54
- Antecedentes.....	54
- A declaração de guerra .....	56
- A República Pernambucana .....	57
- O governo do bispo Dom Manoel Álvares da Costa .....	57
- A mobilização dos Mascates para a reação .....	58
OS MOTINS DO MANETA .....	60
A REBELIÃO BAIANA DE 1711.....	60
- Antecedentes.....	60
- A revolta.....	61
A REVOLTA DE VILA RICA - MINAS GERAIS (1721).....	62
- Antecedentes.....	62
- A revolta de Vila Rica .....	63
- O suplício de Felipe dos Santos.....	63
A GUERRA GUARANÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL (1754-56).....	64
- Antecedentes.....	64
- O Exército Demarcador de Portugal no Rio Grande do Sul .....	65
- 1ª Campanha .....	66
- 2ª Campanha .....	66
- 3ª Campanha .....	68
A CONJURAÇÃO DE CURVELO (1760/63) - (A 1ª INCONFIDÊNCIA POMBALINA) .....	69
AS INCONFIDÊNCIAS MINEIRA E DO RIO DE JANEIRO - MG e RJ (1789-90) .....	71
- Antecedentes.....	71
A CONJURAÇÃO BAIANA OU DOS ALFAIATES - BAHIA (1798).....	75
<b>LUTAS INTERNAS NO PERÍODO DO REINO UNIDO PORTUGAL, BRASIL</b>	
<b>E ALGARVE (1815/22)</b> .....	77
A REBELIÃO DOS ESCRAVOS NA BAHIA (1814) .....	77
A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817.....	79
- Generalidades .....	79
- O desenvolvimento da Revolução Pernambucana de 1817 .....	81
<b>LUTAS INTERNAS NO PERÍODO DA REGÊNCIA DE DOM PEDRO (1821/22)</b> .....	84
O MOTIM DO 1º BATALHÃO DE CAÇADORES DE SANTOS - 1821 .....	84
A CAMPANHA NATIVISTA DA JUNTA DE GOIANA (1821) .....	85
A REVOLUÇÃO DO DIA DO FICO NO RIO DE JANEIRO (1822).....	87

## CAPÍTULO II - LUTAS INTERNAS NO PERÍODO MONÁRQUICO

NO GOVERNO DE DOM PEDRO I - PRIMEIRO REINADO (1822/31).....	89
---	----

A TENTATIVA DE ASSASSINATO DE DOM PEDRO I NO RIO DE JANEIRO (1823).....	89
A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR - NORDESTE (1824).....	90
- Generalidades .....	90
- O Desenvolvimento da Revolução da Confederação do Equador.....	93
A REVOLTA DOS BATALHÕES MERCENÁRIOS NO RIO DE JANEIRO (1828).....	95
- Generalidades .....	95
A ABDICAÇÃO (1831).....	97
<b>LUTAS INTERNAS NO PERÍODO DA REGÊNCIA (1831/40) .....</b>	<b>99</b>
AS REVOLTAS NO PERÍODO REGENCIAL .....	99
A SETEMBADA NO MARANHÃO (1831) .....	99
A SETEMBADA EM PERNAMBUCO (1831) .....	100
A NOVENBRADA EM PERNAMBUCO (1831) .....	101
A NOVENBRADA NO MARANHÃO (1831) .....	102
A REVOLTA DO 26º BATALHÃO DE INFANTARIA - RIO DE JANEIRO (1831).....	103
A REVOLTA DO CORPO DE GUARDAS MUNICIPAIS DA POLÍCIA MILITAR DA CORTE (GUARDA REAL DE POLÍCIA) - RIO DE JANEIRO (1831).....	103
A REVOLTA DO CORPO DE ARTILHARIA DA MARINHA DA ILHA DAS COBRAS - RJ (1831)....	105
A FEDERAÇÃO DO GUANAIS NA BAHIA (1832).....	106
A ABRILADA EM PERNAMBUCO (1832) .....	107
A INSURREIÇÃO DO MAJOR MIGUEL DE FRIAS E VASCONCELOS - RJ (1832).....	108
O MOVIMENTO RESTAURADOR DO BARÃO VON BÜLOW - RJ (1832) .....	110
A GUERRA DOS CABANOS EM PERNAMBUCO E ALAGOAS .....	111
- Antecedentes.....	111
- A Revolta .....	112
A INSURREIÇÃO RESTAURADORA DO CRATO - CEARÁ (1832) .....	114
O MOTIM DO 10º BATALHÃO DE CAÇADORES - SALVADOR (1832).....	115
A REVOLUÇÃO RESTAURADORA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO (1832) ....	116
A CABANADA EM PERNAMBUCO E ALAGOAS - 1832/35 (A Guerra dos Cabanos) .....	117
- O Desenvolvimento da revolta dos cabanos de Pernambuco e Alagoas.....	119
O LEVANTE RESTAURADOR DE OURO PRETO - MG (1833).....	121
O ANO DA FUMAÇA EM OURO PRETO - MINAS GERAIS (1833) .....	123
A REVOLTA DOS ESCRAVOS EM CARRANCAS - MINAS GERAIS (1833) .....	124
O LEVANTE DO FORTE DO MAR - SALVADOR (1833) .....	126
AS CARNEIRADAS - PERNAMBUCO (1834-35) .....	127
AS RUSGAS DE CUIABÁ (1834).....	129
A CABANAGEM NO PARÁ (1835) .....	131
- Antecedentes.....	131
- A Revolta .....	131
A REVOLTA DOS ESCRAVOS MALÊS, HAUSSÁS E NAGÔS - SALVADOR (1835) .....	134
- Antecedentes.....	134
- A Revolta .....	136
A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NO RIO GRANDE DO SUL E EM STA. CATARINA (1835/45)....	138
- Antecedentes.....	138

- O Processo.....	139
- 1ª Fase - Vitória da Revolução.....	140
- 2ª fase - A República Rio-Grandense.....	140
- 3ª fase - Retorno da República, vinda do Uruguai.....	142
- Objetivos dos sítios farrapos a Porto Alegre.....	142
- Um herói da defesa da sitiada Porto Alegre.....	143
- Os imperiais levantam o sítio de Porto Alegre.....	144
- A expedição farroupilha a Laguna - Santa Catarina.....	144
- 4ª fase - Declínio da República Rio-Grandense.....	145
- Soares Andréa levanta o sítio de Porto Alegre.....	146
- A Expedição do General João Paulo dos Santos.....	147
- O Marechal Pereira Valente comprime a mola do Apoio Logístico.....	147
- 5ª fase - A pacificação do Rio Grande por Caxias.....	148
- O Plano Estratégico de Caxias.....	149
- A Paz de Dom Pedrito (em Ponche Verde Margem do Santa Maria).....	151
A SABINADA NA BAHIA (1837).....	158
- Antecedentes.....	158
- A Revolução.....	158
A BALAIADA NO MARANHÃO (1838/41).....	160
- Antecedentes.....	160
- A revolta.....	160
- A Pacificação.....	162
A ANSELMADA EM FRANCA - SP (1838).....	167
A REVOLUÇÃO DE MANUEL CONGO EM PATY DO ALFERES - RJ (1838).....	168
A INSURREIÇÃO DE PARNAGUÁ - PIAUÍ (1840) - (A Balaiada do Piauí).....	169
O LEVANTE DE SOBRAL - CEARÁ (1840).....	170
- Comentário final.....	171
<b>NO GOVERNO DE DOM PEDRO II - SEGUNDO REINADO (1840/89).....</b>	<b>171</b>
AS REVOLUÇÕES LIBERAIS DE 1842 EM SÃO PAULO E MINAS GERAIS.....	171
- Antecedentes.....	171
- A Situação do Exército.....	172
A REVOLUÇÃO LIBERAL EM SÃO PAULO - 1842.....	172
A REVOLUÇÃO LIBERAL EM MINAS GERAIS - 1842.....	174
A REVOLTA DOS “LISOS” CONTRA OS “CABELUDOS” EM ALAGOAS (1844).....	176
O MOTIM DO “FECHA-FECHA” EM RECIFE - PERNAMBUCO (1844).....	177
O MOTIM DO “MATA-MATA” EM RECIFE - PERNAMBUCO (1847/48).....	178
A REVOLUÇÃO PRAIEIRA EM PERNAMBUCO (1848/49).....	179
- Generalidades.....	179
- Desenvolvimento da Revolução.....	180
- O Manifesto ao Mundo.....	181
A REVOLTA DO RONCO DA ABELHA - 1851/52 - (Guerra dos Marimbondos).....	183
O LEVANTE DOS MARIMBONDOS - PERNAMBUCO (1852)	
(Levante do Pau D’Alho).....	184

A REVOLTA DA FAZENDA IBICABA - SP (1856) (Revolta dos Parceiros ou Revolta dos Imigrantes) .....	184
O MOTIM DA CARNE SEM OSSO, DA FARINHA SEM CAROÇO E DO TOUCINHO DO GROSSO - SALVADOR - BAHIA (1858) .....	185
A REVOLTA DOS MUCKERS NO RIO GRANDE DO SUL - 1873/74 .....	186
O MOTIM DAS MULHERES - RN (1875) - (Guerra das Mulheres ou Revolta das Mulheres) .....	190
A REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS - 1874/75 .....	190
AS LUTAS CONTRA O CANGAÇO - 1879/1940 .....	192
O MOTIM DO VINTÉM - Rio de Janeiro - 1880 .....	194
DUQUE DE CAXIAS O PACIFICADOR DO SÉCULO XIX (SÉCULO XIX - O SÉCULO DE CAXIAS NO BRASIL) .....	195
- A sua significação histórica .....	195
- Caxias o profissional militar .....	195
- O reconhecimento histórico do herói Duque de Caxias .....	204
- A obra <i>Brasilicus</i> .....	205
- A ação de Caxias .....	208
- Bibliografia sobre Caxias do autor Coronel Cláudio Moreira Bento .....	209

### **CAPÍTULO III - A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 15 NOVEMBRO DE 1889**

A REPÚBLICA TRANSATLÂNTICA DE MATO GROSSO (1892) (O Estado Livre de Mato Grosso) .....	216
O BOMBARDEIO DE PORTO ALEGRE - 1892 .....	217
AS REVOLTAS NA ARMADA NO RIO DE JANEIRO (1892/94) .....	218
A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL (1893/95) .....	221
- A descoberta de conspiração federalista .....	223
- O Marechal Câmara e a Revolução de 93 .....	230
- A primeira invasão federalista ao Rio Grande .....	234
- A Batalha de Inhanduí e a Revolta na Armada .....	238
- A 2ª invasão federalista .....	240
- Os sítios do Rio Negro e Bagé .....	240
- Considerações sobre o significado de Rio Negro .....	242
- Questões não respondidas sobre o massacre do Rio Negro .....	244
- Documentos sobre o sítio de Bagé .....	247
- O Massacre do Boi Preto .....	259
- O combate das Traíras .....	261
- A morte de Gumersindo Saraiva em Carovi .....	261
- Destaques no combate a Revolução federalista .....	263
- Combates de rescaldo .....	265
- A morte do Almirante Saldanha da Gama .....	266
- A Paz de Pelotas .....	267
- A REVOLTA DA ESQUADRA (1893-94) .....	269
- Premissas da presente interpretação .....	276

- Causas da Revolta.....	276
- O Plano Militar da Revolta.....	279
- Execução do Plano .....	279
- APÊNDICE 1: Navios de Guerra que participaram da intervenção estrangeira na Revolta da Armada (1893-94) .....	281
- APÊNDICE 2: A “Esquadra de Papelão” no combate à Revolta de 1/5 da Armada (1893-94) .....	284
- Operações da esquadra legal de 22 de janeiro a 23 de junho de 1894 (5 meses).....	286
- Operações da esquadra legal em Santa Catarina e no Paraná.....	288
- APÊNDICE 3: Repercussões da ação do Embaixador do Brasil nos EUA no combate à Revolta da Armada Brasileira .....	293
- APÊNDICE 4: O Organizador e comandante da esquadra legal, almirante Jerônimo Francisco Gonçalves (1835-1803) .....	295
- Fontes Consultadas .....	300
A REVOLTA DE CANUDOS - BAHIA - 1895/97 .....	303
- 1ª Expedição .....	303
- 2ª Expedição .....	303
- 3ª Expedição .....	304
- 4ª Expedição .....	304
- Significado da Guerra de Canudos para as Forças Terrestres .....	310
A REVOLTA DA VACINA OBRIGATÓRIA OU DO “QUEBRA-LAMPIÃO” - RJ (1904).....	319
A TENTATIVA DE REVOLTA NA FORTALEZA DE SANTA CRUZ DA BARRA - RJ (1905).....	323
A REVOLUÇÃO DE GENEROSO PONCE EM CUIABÁ - MT (1906).....	324
REVOLTA DOS MARINHEIROS OU A REVOLTA DA CHIBATA - RJ - (1910) .....	324
A REVOLTA DO BATALHÃO NAVAL DA ILHA DAS COBRAS (1910).....	326
O BOMBARDEIO DE SALVADOR PELA MARINHA DE GUERRA (1912) .....	327
A REVOLUÇÃO DO PADRE CÍCERO NO CEARÁ (1913/14) (Revolta de Juazeiro - Revolta dos Jagunços).....	327
REVOLTA DE JUAZEIRO OU DOS JAGUNÇOS (1913-1914).....	328
- Generalidades .....	328
- Uma história por acabar .....	328
- O jagunço e a política no Ceará.....	329
- Juazeiro, 1910 – Meca do Sertão .....	331
- Padre Cícero Romão Batista.....	332
- Borrasca no sertão do Ceará .....	333
- A intervenção federal - a Paz .....	335
- A REVOLTA DO CONTESTADO PARANÁ E SANTA CATARINA (1912-1916).....	336
- O Exército à época da Guerra do Contestado .....	337
- Causas remotas e imediatas da Guerra do Contestado .....	340
- Esboço da área do Contestado com as suas localidades .....	341
- O Monge João Maria e sua influência mística no Contestado .....	342
- Problema Social - O abandono de trabalhadores na área da ferrovia construída .....	343
- Um falso monge que surgiu no Contestado em 1911 .....	344
- A morte do Capitão do Exército João Gualberto no combate de Irani, comandante	

da Força Pública do Paraná, pelo Monge, um cabo desertor desta Corporação.....	346
- A Guarnição do Exército do 11º Distrito Militar, em Curitiba, dispersa resistências da Revolta .....	348
- Perigosa e ameaçadora concentração de revoltosos em Taquaraçu .....	349
- Combate de Taquaraçu .....	350
- Caragoatá - novo centro de resistência .....	351
- Caragoatá o novo polo de resistência da Revolta.....	353
- O Ataque a Caragoatá.....	353
- Reforços da 3ª Região Militar atual, do Rio Grande do Sul contra os revoltosos .....	354
- Gen Bda Carlos Frederico de Mesquita .....	355
- O Gen Setembrino de Carvalho no comando das operações no Contestado .....	356
- O cerco aos revoltosos do Contestado vai se fechando .....	359
- Vitórias e rendições anunciam luta próximo do fim.....	362
- A conquista do forte reduto de Santa Maria pela Coluna Norte de Potiguara .....	364
- A campanha chegou ao fim – finalmente a Pacificação .....	366
- A Revolta do Contestado como Guerra Revolucionária .....	368
- A 3ª Região Militar na Pacificação do Contestado .....	369
- O ensino militar nas visões dos Generais Setembrino e Eurico Dutra.....	370
<b>BRASIL - LUTAS INTERNAS DE 1917 À ATUALIDADE .....</b>	<b>423</b>
- Advertência ao leitor e pesquisador interessados.....	423
A REVOLTA DOS CONSERVADORES DE MT - 1916-17 .....	424
A REVOLUÇÃO SERTANEJA.....	424
- Sertões baianos em chamas.....	424
- O lendário Coronel Horácio de Queiroz Mattos .....	425
- A política baiana pede apoio ao sertão .....	425
- Jagunço - um guerreiro de fibra, e combativo.....	429
A REVOLUÇÃO DE 1922.....	430
- O Gen Setembrino e a Revolução de 1922 - Atuação como Chefe do EME - .....	436
O EXÉRCITO E A REVOLUÇÃO DE 1923 - RS .....	441
- Documentos .....	441
- Marechal Fernando Setembrino de Carvalho o Pacificador do Século XX.....	449
A REVOLUÇÃO DE 1924-25.....	450
- A Revolução de 1924/25 na área do Rio Grande do Sul.....	451
- A revolta de 1924/25 em São Paulo .....	459
- A Revolta de 1924 na Amazônia .....	460
- A Revolta de 1924 no Rio Grande do Sul - detalhes.....	461
- A Revolta de 1924 em Sergipe .....	461
- A Revolta de 1924 do couraçado São Paulo .....	461
- O assalto em 1925 ao Quartel do 3º RI na Praia Vermelha .....	462
- A Coluna Miguel Costa/Prestes 1925/27 .....	462
- A REVOLTA NO RIO GRANDE DO SUL - 1926/27.....	464
- O levante do Batalhão de Caçadores de Aracaju em 1926 .....	465
A REVOLUÇÃO DE 1930.....	465
- O levante da cidade de Princesa na Paraíba em 1930.....	465

- Antecedentes.....	466
- O Rio Grande do Sul de pé pelo Brasil .....	468
- O ataque ao QG da 3ª RM .....	469
A REVOLUÇÃO PAULISTA DE 1932 - OPERAÇÕES MILITARES .....	473
- Antecedentes.....	473
1931 - SUBLEVAÇÃO DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO .....	473
- Introdução à Revolução de 1932 .....	474
- Forças em presença.....	475
- Frente Leste ou do Vale do Paraíba.....	475
- Frente Sul ou Paranaense .....	476
- Frente Mineira (excluído o Vale do Paraíba).....	477
- Frente do Mato Grosso .....	477
- Frente do Litoral (entre a Serra do Mar e o Atlântico).....	478
- Frente do Rio Grande do Sul .....	478
- As Operações Militares .....	478
- Na Frente do Vale do Paraíba.....	478
- Na Frente Sul ou Paranaense.....	480
- Na Frente Mineira.....	480
- Na Frente de Mato Grosso.....	480
- Na Frente do Litoral.....	480
- Na Frente do Rio Grande do Sul.....	481
- Aviação e Marinha.....	481
- A Pacificação .....	481
- Causas do insucesso militar.....	483
- Causas do sucesso governista .....	484
- Conclusão .....	485
- Qual a significação histórica da Revolução de 32.....	486
- A Intentona Comunista de 1935 .....	488
O LEVANTE INTEGRALISTA DE 1938 .....	489
O MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1955.....	490
1956 - O LEVANTE DE JACAREACANGA .....	490
1959 - O LEVANTE DE ARAGARÇAS .....	491
1963 - O LEVANTE DOS SARGENTOS .....	491
1964 - A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO .....	492
- A Revolução de 31 de março de 1964: A história que não se apaga, nem se reescreve .....	494
1965-1974 - GUERRILHAS POLÍTICAS, URBANAS E RURAIS.....	496
Posfácio.....	498
Bibliografia de Lutas Internas depois do Contestado (1917).....	503
Dados sobre o autor e organizador Cel Cláudio Moreira Bento.....	510
Dados sobre o co-autor - Currículo do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis .....	515
Dados da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil.....	518
Dados sobre o IHTRGS.....	520
Bibliografia de patronos e acadêmicos.....	523

# PREFÁCIO



**Gen Ex Marco Antônio de Farias (\*)**

A Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) nos brindam com esta magnífica pesquisa histórica sobre as contendas vivenciadas no Brasil entre os anos de 1500 e 1916. Da lavra de dois dos mais consagrados historiadores militares brasileiros, Coronel Cláudio Moreira Bento (organizador) e Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, esta obra constitui um novo e importante referencial para o estudo das lutas que forjaram a Unidade Nacional, no período verificado entre o Descobrimento do nosso país e a Revolta do Contestado.

Apoiado em bibliografia produzida por patronos e acadêmicos, assim como na vasta experiência literária dos autores, o presente trabalho representa um significativo complemento a outro que ambos haviam publicado anteriormente, e que havia recebido o título de **“Brasil: lutas contra invasões, ameaças e pressões externas”**.

O conjunto destes livros passa a constituir uma importantíssima base para a pesquisa e para o estudo da História Militar nacional, particularmente em nossas escolas militares, pois permitirão serem extraídos dos seus conteúdos subsídios de valor para enriquecer a

Instrução e o Ensino, ao tempo em que contribuirão para a preservação da memória de efemérides, ainda pouco difundidas na literatura pátria.

O país que temos hoje foi construído em decorrência de fatos resultantes da conjuntura social e política vivida nas diversas fases da construção da nossa Nacionalidade. Entretanto, nem sempre a evolução política da nossa Pátria transcorreu de forma pacífica. Com o título **“Brasil: Lutas Internas (1500-1916), em defesa de sua Unidade e Integridade”**, os autores nos oferecem uma obra que permitirá ao leitor interagir com os principais conflitos ocorridos no país no período considerado e tirar as conclusões adequadas sobre como as lutas internas moldaram as nossas Forças Armadas e o próprio Estado Brasileiro.

Os autores decidiram ainda incluir na obra suas opiniões sobre as lutas internas ocorridas no período entre 1917 e a atualidade. Esse trabalho adicional teve por finalidade permitir que, por ocasião da passagem dos centenários das mesmas, o que ocorrerá a partir de 2017, já estejam disponíveis referências bibliográficas que possam ser analisadas criticamente com relação a outras fontes históricas disponíveis. Esta iniciativa permitirá obter interpretações mais aproximadas da verdade histórica sobre os fatos ocorridos em nosso passado mais recente.

Para o público militar, a leitura deste trabalho proporcionará a oportunidade de aprofundar os conhecimentos castrenses sobre como se deu a evolução da atuação das nossas Forças Armadas ao longo do tempo. Além disso, também permitirá descortinar os horizontes sobre os quais a nacionalidade brasileira foi forjada, analisando a contribuição da expressão militar do Poder Nacional no quadro geral dos conflitos internos.

Ao discorrer sobre as campanhas militares contra insurgências internas no Brasil, os autores tiveram também o cuidado de prestar a devida homenagem ao Marechal Luís Alves de Lima e Silva, uma vez que o patrono do Exército Brasileiro se constituiu num personagem

ímpar de nossa história, não somente pelo seu papel de líder militar, mas particularmente por manter unida a Nação em períodos tão conturbados. Tal façanha somente foi possível devido às inequívocas habilidades políticas e atuação exemplar do Duque de Caxias, seja como soldado, cidadão e ou mesmo como Senador do Império.

A pesquisa realizada pelos autores não se limitou aos eventos nos quais a Força Terrestre tomou parte, mas também ofereceu o devido destaque à participação da Marinha do Brasil em eventos importantes da nossa História, entre os quais posso destacar a Revolta na Armada (1892-1894) e a Revolução Federalista (1893-1895).

Mas recomendo que a leitura deste livro não deva se restringir aos integrantes da carreira das armas. Como afirmou o historiador John Keegan, **“a história do mundo é essencialmente a história das guerras”**. No caso do Brasil isso também pode ser considerado uma verdade, pois conforme nos é apresentado ao longo da obra, foram inúmeras as lutas internas vividas no período compreendido entre 1500e 1916, trazendo profundos reflexos para a formação da nossa pátria.

Os autores nos levam a refletir sobre qual teria sido o futuro do Brasil caso movimentos como a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824) tivessem obtido sucesso. Certamente, a conformação de nossa geografia seria muito distinta da atual. O mesmo pode ser dito sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845), assim como a muitos outros eventos históricos descritos ao longo deste livro.

Neste sentido,o trabalho elaborado pelos nossos historiadores militares, em especial do Exército,também será de grande valia para os pesquisadores da área das Ciências Sociais e terá igualmente a capacidade de despertar o interesse do público em geral, pois cabalmente terão a oportunidade de conhecer melhor o nosso passado, resgatando a motivação, os valores e os princípios que nortearam as gerações que nos precederam. Mais ainda, a leitura permitirá uma compreensão do processo que levou as Forças Armadas brasileiras a

se tornarem, no presente, as instituições que detêm os maiores índices de credibilidade e confiança junto à nossa população.

Assinalo, por fim, que recebi com grande alegria o honroso convite para escrever o prefácio desta importante publicação, e o fiz com imenso prazer, não só pela relevância do tema para qualquer um daqueles que empunham a espada para a defesa da Pátria, mas também pelo profundo respeito e admiração que tenho pelos autores.

Faço votos que os leitores tirem o melhor proveito da leitura deste livro, que certamente constituirá uma referência obrigatória para o estudo da história militar brasileira, sendo um valioso subsídio para estudiosos civis e militares.

**(\*) Ministro do Superior Tribunal Militar e acadêmico da FAHIMTB titular da Cadeira General Augusto Tasso Fragoso**

# COMENTÁRIO DO ACADÊMICO BENEMÉRITO ENG. TEN R2 ART ISRAEL BLAJBERG



Vem a lume mais uma edição da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), somando-se a tantas outras que o Coronel Cláudio Moreira Bento (organizador) e o Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis tem nos brindado.

A presente obra se constitui em relevante contribuição à historiografia nacional, eis que reúne cronologicamente em um só volume, selecionadas e estruturadas apreciações “à vol de oiseaux”, de fácil consulta, elencando as lutas Internas registradas ao longo dos séculos em nosso país.

Seu valor didático fica evidente quando contemplamos a grandeza territorial e a diversidade do povo desta grande nação, forjada em boa parte nos episódios descritos, que ajudaram a consolidar este imenso Brasil.

A obra vem oportunamente complementar trabalho anterior dos mesmos autores sobre as lutas contra invasões, ameaças e pressões externas, e certamente se constituirá em ferramenta de consulta da maior utilidade para os que militam no campo da História do Brasil e da História Militar, sejam civis, sejam fardados, eis que uma e outra transcorrem pari passu.

Entre tantos capítulos de grande interesse, chamou-nos a atenção a história de Manuel Beckmann, conhecido pelos maranhenses

como Bequimão, enforcado em 1685 por rebelar-se contra o monopólio comercial português. Teria sido portanto o proto-martir de nossa independência, com todo o respeito que devotamos à memória de Joaquim José e seus bravos Inconfidentes da Vila Rica.

Nascido em Lisboa, tendo herdado de seus antepassados as raízes ocultas de cristão-novo, Beckmann hoje é nome de ruas, cidades, escolas, tendo seu nome honrado em elevada comenda, a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman”, e no prédio que abriga a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, “Palácio Manuel Beckman”. Suas últimas palavras foram **“Morro feliz pelo povo do Maranhão!”**.

A epopeia de Beckman nos remete a 2022, quando estaremos comemorando os 200 anos da nossa Independência.

Assim, a presente obra já se antecipa em seis anos às comemorações, detalhando e comentando os diversos movimentos anteriores à Independência, e os que vieram a consolidá-la, mais à frente.

Que todos continuemos trabalhando e perseverando, para assim nos tornarmos cada vez mais aquele país com que sonharam os lutadores pela Independência do Brasil, sejam Inconfidentes, sejam todos aqueles que contribuíram para que este país se tornasse a grande nação de hoje.

Será, pois, com grande interesse que a presente obra será acolhida nos meios acadêmicos, históricos e culturais, pelo que desde já apresentamos nossos melhores cumprimentos aos eminentes confrades e amigos Coronéis Claudio Moreira Bento e Luiz Ernani Caminha Giorgis, distintos e persistentes guerreiros sociais da Memória Militar Histórica Nacional.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016

Israel Blajberg

Engenheiro e Ten R2 Art. Acadêmico Benemérito da FAHIMTB e  
Presidente de sua federada – AHIMTB-RIO Marechal João Baptista de Mattos  
e 2º Vice-Presidente – CASA da FEB - RIO

# CONSIDERAÇÕES RELEVANTES AO PROFISSIONAL MILITAR TERRESTRE

Resgatar a História com apoio na interpretação de fontes históricas primárias (íntegras, autênticas e fidedignas) é missão de historiadores profissionais e hoje também de historiadores formados por Faculdades de História que aplicam no caso protocolos de suas especialidades.

Resgatar a História Militar Crítica à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar é missão em tese de profissional militar. Especialmente para os que revelarem vocação e prazer para este trabalho relevante. (Chefes, pensadores, planejadores, instrutores e historiadores militares críticos.

Fundamentos de História Militar Crítica os abordamos em maioria em nosso manual **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**, Brasília: EME/AHIMTB/EGCCF edições de 1978 e 1999 as p. 4-19 a 4-28 da 2º edição. Obra disponível em livros no site da FAHIMTB ([www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)).

Dentre eles os mais usados em interpretações de História Militar Crítica.

- Objetivos Nacionais p. 4-2
- Fatores da Expressão Militar 4-5
- Fundamentos da Arte da Guerra p. 4-10
- Fatores da Decisão Militar p. 4-11
- Princípios da Guerra p. 4-16
- Manobra e seus elementos p. 4-23
- Momento para a Pesquisa e Estudos Críticos de uma Manobra

O Estado-Maior do Exército ao regular as atividades de História no Exército orienta.

As atividades do Exército no campo da História Militar tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a formação dos quadros e da tropa.
- Contribuir para o desenvolvimento da Doutrina Militar das Forças Terrestres Brasileiras.
- Preservar, pesquisar e divulgar o Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.

E como se obtém estes dados ou subsídios para cumprir estas finalidades?

E através da pesquisa militar crítica da História Militar, realizado por profissionais militares já mencionados à luz dos Fundamentos da Arte e Ciência Militar, visando isolar subsídios para serem usados na Instrução e Ensino Militar, na forma de erros e acertos praticados em guerras em ações militares Internas e Externas bem como isolar subsídios valiosos, praticados em lutas do passado para serem incorporados a Doutrina do Exército Brasileiro em contínuo desenvolvimento, junto com novidades doutrinárias praticadas por exércitos, em princípio das maiores potências militares.

E, em que consiste o Corpo de Doutrina de Exército Brasileiro por exemplo?

Seria a regulamentação em manuais do Exército de conhecimento de todas as forças, contendo normas, regras, instruções etc., regulando a Organização, o Equipamento, a Instrução e Ensino, a Motivação (para instruir-se e combater, com o sacrifício da própria vida se necessário for). E, por fim a regulamentação de Emprego do Exército em caso de lutas internas ou externas.

O Corpo de Doutrina constitui pois, todo o conjunto de manuais que regulam a Organização, Equipamento, Instrução e Ensino, Motivação da força e seu Emprego Operacional.

As forças terrestres do Brasil desde o Descobrimento atuaram com apoio em doutrinas dos Exércitos de nações mais poderosas. A Espanha, Inglaterra, Alemanha, França e por último os Estados Unidos.

Em 1861 por ocasião da rumorosa, movimentada e humilhante Questão Christie com a Inglaterra, sendo Ministro da Guerra o hoje

Duque de Caxias, patrono do Exército e da FAHIMTB aos seus assessores apresentar-lhe para uso no Exército Imperial Brasileiro as Ordenanças de Portugal (Doutrina), de influência inglesa para mais uma vez serem adotadas pelo nosso Exército e ele não concordou. O argumento foi o seguinte:

Esta doutrina é própria para a sua utilização dentro das realidades operacionais europeias, bem diversas das realidades operacionais sul-americanas nas quais ele conduziu nosso Exército à Vitória numa guerra externa contra Oribe e Rosas 1851-1852 e, em quatro campanhas pacificadoras no Maranhão, em São Paulo, em Minas Gerais e, por fim no Rio Grande do Sul onde, em 1º de março de 1845, em D. Pedrito, pacificou a Família Brasileira, dividida durante 13 anos de lutas fratricidas que ameaçaram transformar o Brasil numa colcha de retalhos.

E Caxias adaptou as Ordenanças de Portugal às realidades operacionais que ele vivenciara nestas cinco campanhas vitoriosas, concluindo ao final:

**“Até que o nosso Exército disponha de uma Tática (Doutrina) genuína!”**

Sonho a ser perseguido pelos integrantes do Exército Brasileiro de que ele é o patrono e inspirador.

No meu tempo de Ativa, ao final de uma manobra era realizada a Crítica da Manobra ou Exercício. Crítica, palavra que soava para muito como uma censura.

Assim, a Crítica de uma Manobra passou a ser denominada **Análise pós ação** simplificada na expressão **APA**.

**A Pesquisa Histórica Militar Crítica** à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar visa, fundamentalmente, de uma luta interna ou externa do passado, dela extrair os subsídios de valor para enriquecer a Instrução e o Ensino e, a Doutrina Militar, bem com a preservação dos valores contidos no Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, com a finalidade de fortalecer a autoestima dos seus integrantes e o seu prestígio, junto ao Povo Brasileiro, do qual ele é o seu **Braço**

**Armado Forte e Mão amiga** ao lado das outras Forças Armadas e Auxiliares.

Concluindo, a **Pesquisa de História Militar Crítica** poderia ser chamada de **Análise pós Ação Militar Histórica** ou **APAMHI**.

Creio que estas considerações são relevantes por quem há 45 anos se dedica a estudar, instruir e publicar suas pesquisas de a História Militar Terrestre do Brasil à luz dos Fundamentos de Arte e Ciência Militar, aplicando ensinamentos da ECEME em 1966 – 1969 os aplicado em 1971 pela primeira vez em meu livro **As Batalhas dos Guararapes, Descrição e Análise Militar**.

**“Preservar a História do Exército é dever de todos”**

**Quem contesta? E quem assim não procede?**

Na República tivemos a Pacificação da Revolta do Contestado 1912-1916, considerada a maior revolta rural sul-americana. É riquíssima em ensinamentos para as atuais gerações do Exército. Episódio que neste ano, se comemora o Centenário de sua pacificação, o qual abordamos com maior riqueza de detalhes em nosso livro, com numerosos exemplares doados à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais **A Revolta do Contestado nas Memória e Ensinamentos de seu Pacificador**. Resende: AHMTB/IHTRGS, 1913 e disponível em Livros no site da FAHIMTB.

# CAPÍTULO I

## LUTAS INTERNAS NO PERÍODO COLONIAL (1500-1822)

### LUTAS CONTRA INDÍGENAS

(exceto a guerra guaranítica que será abordada em separado)

#### A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS

A nação indígena Tupinambá ocupava o litoral brasileiro na região hoje delimitada entre Bertioga e Cabo Frio. Os Tamoios faziam parte da nação Tupinambá. O nome de Confederação foi usado porque os chefes índios se uniram para lutar contra os colonizadores portugueses e sua tentativa de escravizar os índios.

Entre os anos de 1556 e 1567 os Tamoios promoveram uma revolta contra os lusitanos. A revolta envolveu, também, outras tribos, como os guaianazes e os aimorés. Existem indícios de que os incidentes vinham desde 1554. No ano de 1557, os Tamoios tinham sido aliados do huguenotes franceses na área onde hoje é o Rio de Janeiro.

Em 1563, os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta haviam pacificado os Tamoios através do Armistício de Iperoígue, acabando com a Confederação, embora os Tamoios fluminenses tenham continuado a hostilizar os lusitanos até 1567.

#### A GUERRA DOS AIMORÉS

Os Aimorés ocupavam a região delimitada hoje pelos territórios da Bahia e do Espírito Santo. Entre os anos de 1555 e 1673 estourou um conflito entre colonizadores e ameríndios chamada de Guerra dos Aimorés.

Foi resultado de conflitos iniciais de tentativa de escravização das populações indígenas e das entradas e bandeiras para extração mineral e vegetal, e ocupação.

O bandeirante Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, comandava bandeiras no território capixaba e construía feitorias, lutando sempre contra os aimorés. Os índios, nômades que eram, viviam espalhados em toda aquela área, principalmente nos vales dos rios Jaguaripe e Paraguaçu e nos atuais municípios de Ilhéus e Porto Seguro.

Os aimorés, também chamados de aimbirés, aimborés ou botocudos, venceram os bandeirantes em 22 de abril de 1558 na Batalha de Cricaré com a morte de Fernão de Sá. As feitorias dos bandeirantes foram destruídas.

## **A GUERRA DOS POTIGUARES**

Grande conflito de índios contra luso-brasileiros na Paraíba e no Rio Grande do Norte entre agosto de 1586 e maio de 1599.

Pode ser considerado o primeiro grande conflito travado em solo nacional entre indígenas e portugueses, perdurando até o ano de 1599 quando foi celebrada a paz.

Em 1535, com as capitanias Hereditárias, os conflitos luso/indígenas já existiam, em função da ocupação da terra pelos portugueses. Em 1536, uma expedição lusitana para ocupar as regiões das capitanias que hoje são os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, fracassou totalmente. Esta expedição, chegando à foz do Rio Grande, hoje Natal, foi expulsa pelos potiguares com dezenas de baixas.

Os jesuítas, através do trabalho de catequese, promoveram a reunião entre os índios e os portugueses para que negociassem um tratado de paz. Com a prisão do líder indígena Ilha Grande isso foi possível, quando este concordou em procurar outros chefes potiguares do Rio Grande, que foram até a presença dos portugueses e promoveram a paz.

Este processo foi concluído em julho de 1599, quando foi celebrada a paz com os índios potiguares que viviam no interior, possibilitando a fundação da cidade do Rio Grande (Natal) em dezembro do mesmo ano ([www.rebanadasderealidad.com.ar/cnm-cut-08-13.htm](http://www.rebanadasderealidad.com.ar/cnm-cut-08-13.htm)).

## **O LEVANTE DOS TUPINAMBÁS**

Foi uma revolta de índios contra luso-brasileiros no Espírito Santo e na Bahia entre 1617 e 1621 em função da escravização dos indígenas.

O Levante não ficou restrito somente à Bahia. No Maranhão, ele se iniciou na localidade de Cumã, oportunidade na qual todos os brancos foram mortos.

Em 7 de janeiro de 1619, o Levante atacou o Forte do Presépio, hoje Belém, capital do então Grão-Pará, sob o comando do chefe Guaimimba (cabelo de velha), que foi morto em combate.

A repressão dos luso-brasileiros contra os Tupinambás foi favorecida por uma epidemia de varíola em 1621 que aniquilou os remanescentes no Maranhão e no Grão-Pará ([novahistorianet.blogspot.com.br](http://novahistorianet.blogspot.com.br)).

## **A CONJURAÇÃO DE NOSSO PAI (REVOLTA CONTRA MENDONÇA FURTADO)**

Foi um dos primeiros movimentos nativistas acontecidos na época do Brasil-Colônia. O palco dessa revolta foi a região de Olinda e Recife, Capitania de Pernambuco, em 1666.

Depois da luta contra a invasão holandesa, a Capitania vinha tentando se recuperar dos prejuízos sofridos na sua produção, principalmente açucareira, e também as principais cidades, Olinda e Recife. Os senhores de engenho consideravam-se credores morais da Coroa Portuguesa pelo fato de terem sido eles os principais vetores da luta contra os holandeses, que durou trinta anos.

Conforme Evaldo Cabral de Mello, Jerônimo de Mendonça Furtado foi nomeado por Lisboa como Capitão-General e Governador da Capitania, o qual era considerado “um estrangeiro”, uma vez que os pernambucanos reivindicavam um governante oriundo da área, capaz de entender as suas reivindicações.

Mendonça Furtado recebeu o apelido de “Xumbergas” (1) por parte da população.

---

1 - Conforme o Dicionário Globo, Xumberga significa “bebedeira” ou “embriaguez” (Ed. 1995, p. 714).

Na oportunidade em que a esquadra francesa chefiada pelo Marquês de Mondvergue, governador de Madagascar em nome da Companhia Francesa das Índias Ocidentais, ancorou em Recife, e tendo sido os marinheiros muito bem tratados pelo Governador, os insurgentes aproveitaram para divulgar a acusação de que o mesmo estaria mancomunado com os franceses para vender-lhes o território, atacar a Capitania e saqueá-la.

Os revoltosos reuniram-se na residência do senhor de engenho João de Navalhas e Urréia para o golpe, o qual contava com o juiz André de Barros Rego e mais os vereadores Lourenço Cavalcanti e João Ribeiro. Simularam uma procissão de “Nosso Pai”, costume local para sacramentar os enfermos que não podiam mais sair de casa. O Governador tinha o hábito de acompanhar essas procissões.

Em 31 de agosto de 1666, o cortejo saiu à rua e Mendonça Furtado o acompanhou. Após a procissão entrar e sair de uma igreja, o juiz Barros Rego deu voz de prisão ao Governador. Ele foi levado preso à Fortaleza do Brum (Forte de São João Batista). Enquanto isso os franceses foram perseguidos e alguns presos.

Esta revolta foi vitoriosa porquanto o governo foi assumido por uma Junta, Jerônimo de Mendonça Furtado foi encaminhado à Bahia, de onde foi levado de volta para Portugal e não voltou mais para o Brasil. O Vice-rei Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, nomeou interinamente André Vidal de Negreiros para o governo, substituído depois por Bernardo de Miranda Henriques, que governou até 28 de outubro de 1670 (disponível em [books.google.com.br](http://books.google.com.br)).

## **A CONFEDERAÇÃO DOS CARIRIS - 1683/1715 (GUERRA DOS BÁRBAROS - CONFEDERAÇÃO DO AÇU - GUERRA DOS TAPUIAS)**

Conforme Hernani Donato esta revolta foi um episódio do Bandeirismo de Contrato, caracterizado por choques, deslocamentos, acordos e desacordos, assaltos, saques e imenso morticínio sucedidos no Nordeste brasileiro, particularmente nos estados do RN e do CE.

As tribos indígenas janduis, cariris, paiacus, caripus, caratius e icós uniram-se contra a autoridade colonial e contra a dominação portuguesa.

Atuaram os índios quase sempre em separado, mas unidos algumas ocasiões. No começo de 1688 dominavam absolutos as regiões do Açu e do Apodi. Ao fim de cinco anos de tentativas locais de “pacificação”, o governo chamou bandeirantes vicentinos que levaram àquele sertão sua pugnacidade, dureza e experiência.

Em 1692, pressionados, os “confederados” pediram e obtiveram a paz. Esta, porém, foi rompida por ambos os lados menos de dois anos depois. Passou a vigorar a ordem do governador João da Cunha Souto Maior para que fossem degolados todos os rebeldes.

Matias Cardoso de Almeida, novamente à frente das tropas, com os capitães-mores José de Moraes Navarro e Bernardo Vieira de Melo (veterano dos Palmares) cumpriu o contrato de tal modo que em 1704 o RN foi considerado “pacificado”.

Em 1713, houve nova revolta, extensão da primeira. No entanto, desta vez, de índios urbanizados. Lutaram até 1715 (Donato, 1996, p. 87).

## **A GUERRILHA DOS MURAS**

O grupo indígena dos Muras habita regiões do centro e leste do estado do Amazonas e também das fronteiras com o Perú até o Rio Trombetas, além do baixo Purus, mas sempre próximos aos cursos de água. No inverno utilizavam as canoas como moradias e no verão as margens dos rios.

Sua História remonta ao período colonial, quando já eram citados em documentos que caracterizavam uma personalidade arredia e espírito de resistência frente ao avanço da civilização portuguesa que lhes tolhia a liberdade.

Conforme o site [www.portalamazonia.com.br](http://www.portalamazonia.com.br), sua etnia foi exatamente descoberta pelos colonizadores portugueses no início dos anos oitocentos. Os primeiros registros foram feitos pelo padre Bartolomeu Rodrigues.

A partir de meados do século XVIII passaram a ser massacrados pelas tropas coloniais e por epidemias de sarampo e varíola. Em função disto, sua belicosidade reagiu à colonização e eles foram considerados “bárbaros”.

No século XIX eles foram aliados dos “cabanos” e sofreram três sucessivas expedições punitivas através da “guerra justa”, assim

chamada pelos portugueses.

Sua técnica de combate aos portugueses era a emboscada, motivo pelo qual essa luta foi chamada de Guerrilha dos Muras.

A partir do final do século XVIII as missões jesuíticas conseguiram iniciar o processo de “domesticação” dos Mura, liberando assim as passagens dos rios acessíveis para os mercadores portugueses.

### **A GUERRA DOS ÍNDIOS MANAUS (1723-1728) (GUERRA DE AJURICABA)**

Conflito entre portugueses e os índios da tribo dos Manaus (Manaós) que habitavam nas imediações da povoação de Santa Isabel, no rio Negro. O líder dos Manaus foi o cacique Ajuricaba.

Conforme Hernani Donato, o avanço da colonização portuguesa na Amazônia fazia-se preceder por “expedições de resgate” de atuação principalmente no apresamento de indígenas para o trabalho escravo. Contra isso aliaram-se os índios manaus e os maiapenas, sob o comando de Ajuricaba.

Eles tomaram e mantiveram o domínio dos vales dos rios Negro e Branco. Foram acusados pelos lusitanos de que agiam instruídos e ajudados pelos holandeses da vizinha Guiana. Em 1727, após tentativas de paz intermediadas pelos jesuítas, tendo à frente o padre José de Sousa, foram conseguidos alguns acordos com Ajuricaba. Mas o chefe índio não honrou os compromissos e os portugueses começaram uma “guerra justa” contra os Manaus.

A tropa de repressão, chefiada por João Pais do Amaral e Belchior Mendes de Moraes, agiu energeticamente. Na batalha final, Ajuricaba mostrou-se mais pai do que chefe, deixando-se aprisionar na tentativa de resgatar o corpo do filho morto. Posto a ferros, na foz do Rio Negro tentou amotinar a guarnição da canoa. Não o conseguindo, saltou para o rio e desapareceu, sendo que o seu suicídio foi considerado heroico.

### **A RESISTÊNCIA GUAICURU (1725-1744) (CAMPANHA CONTRA OS ÍNDIOS PAIAGUÁS)**

Os exímios índios cavaleiros Guaicurus aliados aos índios Paia-

guás contra o inimigo comum ofereceram grande resistência à povoação do Pantanal Sul-matogrossense.

Conforme Hernani Donato, os Paiaguás eram uma poderosa nação de índios canoieiros que, aliada à dos cavaleiros guaicurus, hostilizava e mesmo impedia a navegação entre São Paulo e as minas de Cuiabá, como sucedeu nos anos de 1725 a 1727. Em 1730, esses indígenas exterminaram a grande monção (bandeira) do Ouvidor Antonio Alves Lanhas Peixoto.

Quando tinham posse de alguma quantidade de ouro, os Paiaguás o vendiam em Assunção, em detrimento dos cofres do rei português, o qual determinou que por isso fossem combatidos.

A primeira expedição contra eles partiu em 1731, conduzida pelo bandeirante Gabriel Antunes Maciel. No ano seguinte, a de Antônio de Almeida Lara. Em 1733-1734, foi a vez de Manoel Rodrigues de Carvalho.

Tal empenho no cumprimento da ordem real levou os Paiaguás quase à extinção, embora ainda se fizessem presentes e agressivos em 1740 e por último em 1744.

As principais batalhas foram as seguintes: em 15 de junho de 1730 no Rio Paraguai; em 3 de outubro de 1734 em Bocaina; em 11 de abril de 1731 em Fecho dos Morros; e em 14 de março de 1736 em Carandá.

Um tratado de paz em 1791 os declarou súditos da Coroa Portuguesa.

## **A REBELIÃO DE MANUEL BECKMANN NO MARANHÃO (1684)**

### **Antecedentes**

Em 1570, Carta Régia do rei D. Sebastião de Portugal proibiu a escravização dos índios nas colônias e lhes deu liberdade, exceto em casos de “guerra justa”, ou seja, aquelas nas quais os colonos lutavam em sua legítima defesa.

No Maranhão, a ordem real foi defendida, inicialmente, pelos franciscanos, chefiados por frei Cristóvão de Lisboa e mais tarde pelos jesuítas, que por esta razão, enfrentaram a oposição dos senhores

de engenho. Liderou os jesuítas, na época, o padre Antônio Vieira.

Em 1680, durante a regência do príncipe D. Pedro em Portugal, foi promulgada outra lei proibindo a escravização e abolindo a escravidão do gentio, agravando dessa forma, ainda mais, a escassez de braços para a lavoura. Tentando resolver o problema, a coroa criou, no ano de 1682, a Companhia-Geral do Estado do Maranhão, semelhante à que havia, desde 1649, no Estado do Brasil (o Maranhão era um Estado à parte, e subordinado diretamente a Lisboa.)

A ideia da coroa era facilitar a importação de escravos africanos, a princípio por intermédio de um contratante, depois pela Companhia Geral de Comércio do Maranhão. De acordo com o seu regimento, a Companhia teria o monopólio (ou estanco) de todo o comércio do Maranhão durante vinte anos. Nesse período deveria introduzir no Estado 10.000 negros, à razão de quinhentos por ano, vendendo-os a prazo por preços tabelados. Além de escravos, a Companhia forneceria tecidos e outros gêneros necessários à população local. Em contrapartida, deveria enviar anualmente a Lisboa pelo menos um navio do Maranhão e outro do Grão-Pará, com produtos locais. O cacau, a baunilha, o pau-cravo e o fumo, produzidos na região, seriam vendidos exclusivamente à Companhia, por preços tabelados. Para obtenção da farinha de mandioca necessária à alimentação dos negros que trouxesse da África, poderia ela servir-se do trabalho indígena, mas remunerando-os, de acordo com a legislação em vigor. Graças à intercessão do governador do Estado, Francisco de Sá e Meneses, apenas os jesuítas e franciscanos ficaram livres do monopólio exercido pela empresa.

A atuação da Companhia Geral do Maranhão logo se mostrou funesta aos interesses dos colonos. Além de não fornecer o número de escravos estipulado pelo contrato, usava pesos e medidas falsificados, vendia gêneros alimentícios estragados e estabelecia preços exorbitantes. Esse fato, somado às isenções concedidas aos religiosos provocaria uma revolta.

## **A revolta**

Preparada durante vários meses, a revolta de Manuel Beckmann contra a Companhia Geral do Maranhão, estourou em 24 Fev

1684. Foi aproveitada a ausência do governador Francisco de Sá e Meneses, que estava em viagem a Belém.

Seus líderes eram, além de Manuel Beckmann, rico senhor de engenho, o advogado Tomás Beckmann, seu irmão, e Jorge Sampaio.

Ao iniciar a revolta, os habitantes de São Luís mobilizaram-se para prender o Capitão-Mor Baltazar Fernandes. Depois, assaltaram os armazéns da Companhia, ocuparam o Colégio dos padres jesuítas e expulsaram do Maranhão 27 padres encontrados no interior do referido Colégio.

Os rebeldes organizaram uma Junta Geral de Governo, integrada por seis membros. Dois representaram a Aristocracia, dois o Povo e dois o Clero. A Junta extinguiu a Companhia Geral do Maranhão.

Para manter o poder, a revolta devia estender-se a todo o Maranhão. Este, na época, abrangia vasta região, desde o Ceará até o vale amazônico. Belém era a cidade mais importante do Maranhão depois de São Luís. A junta do governo maranhense enviou emissários a Belém, mas estes não conseguiram a adesão à revolta por parte da Câmara Municipal. Assim, a Capitania do Grão-Pará conservou-se fora da revolta, limitando-se esta, na prática, a São Luís.

Tomás Beckmann foi enviado a Portugal com a missão de expor a situação e pedir que a metrópole confirmasse os atos do governo revolucionário.

O objetivo da revolta não era a independência. Mas a coroa resolveu agir com energia: prendeu Tomás Beckmann e confiou a Gomes Freire de Andrada o governo do Maranhão, o qual governou de 15 Mai 1685 a 17 Jul 1687. Portugal forneceu-lhe tropas para sufocar a revolta. Quando Gomes Freire desembarcou em São Luís, o entusiasmo popular pelo levante havia cessado. Gomes Freire ocupou São Luís sem dificuldade.

Manuel Beckmann fugira, denunciado por seu afilhado, mas foi preso e condenado à morte, juntamente com Jorge Sampaio. Ambos foram enforcados no dia 2 Nov 1684.

Gomes Freire restaurou a Companhia e restituiu o colégio aos jesuítas. Voltou tudo como era antes. Restabelecida a ordem, o governador Gomes Freire mudou de estratégia, propondo moderação. Sem

tomar partido na luta entre jesuítas e senhores de engenho, escreveu a Portugal afirmando que o estanco das mercadorias era danoso para a colônia. Sugeriu concessões aos colonos. Com isso, o monopólio da Companhia foi extinto.

Sufocada a revolta, os vencedores trataram de aplicar as medidas preconizadas pelos vencidos, como forma de se consolidar no poder.

O Maranhão conhecera agitações semelhantes às que sacudiram o resto do Brasil no final do século XVII. Assim como no Rio de Janeiro e em São Paulo, o germe da revolta teve como causa a proibição do trabalho escravo dos índios, que era liderada pelos franciscanos e depois pelos jesuítas. A isso se somou a forte oposição dos maranhenses aos monopólios da Companhia Geral do Estado do Maranhão.

## **A GUERRA DOS PALMARES PERNAMBUCO E ALAGOAS (1600-1697)**

Durante cerca de 94 anos a região dos Palmares, em Alagoas e Pernambuco, foi alvo de investidas holandesas e portuguesas para ali destruir o grande Quilombo dos Palmares, uma confederação de mocambos. Estes, eram os povoados dos escravos fugidos dos engenhos e fazendas que ali foram se reunindo, prosperando e desfrutando a liberdade que, antes, a escravidão lhes tolhia.

O Quilombo dos Palmares ocupou uma faixa de terra de cerca de 200 km, em grande parte montanhosa e coberta de espessa mata, paralela ao litoral e que se estendia do Cabo Santo Agostinho, em Pernambuco, até o rio São Francisco, em Alagoas. A área é atravessada por nove rios que alimentam uma mata fechada e por via de consequência a fertilidade do solo.

A mata e a montanha na Serra da Borborema tornavam o Quilombo dos Palmares de difícil acesso, proporcionando seguro abrigo ao seu povo e, além disso, terreno ideal para a defesa à base de guerra de guerrilhas, com tática indígena e africana, integradas, e que foi denominada Guerra do Mato.

O Quilombo dos Palmares cresceu em número que estatísticas imprecisas avaliam em 6.000 a 20.000 quilombolas, incluindo neste número mulatos, índios, ex-escravos e, segundo algumas fontes, tal-

vez até brancos com dívidas com a Justiça.

A concentração foi facilitada pela desintegração da economia nordestina e, em especial, por estarem as autoridades luso-brasileiras da área voltadas para o combate às invasões holandesas em Pernambuco e Alagoas (1630-54).

Depois da expulsão dos holandeses, as administrações coloniais, de Pernambuco e Olinda não puderam controlar o Quilombo dos Palmares, nem com o auxílio dos senhores de engenho, também em sérias dificuldades, pois estes foram obrigados a contrair empréstimos com comerciantes do Recife - os Mascates - circunstância que daria origem em 1710 à Guerra dos Mascates, entre a aristocracia canaveira falida e os portugueses no Recife, decorridos 16 anos da destruição do Quilombo dos Palmares.

Sem meios para o controle da sua expansão, o Quilombo dos Palmares foi se expandindo em aldeias diversas ou mocambos. Entre estes, destacaram-se: o Macaco, que era o maior e também a capital dos Palmares (ficava na localidade de União dos Palmares - AL); o combativo e agressivo Subupira; e, ainda, os Tabocas, Oranga, Zumbi, Amaro, Odenga, Aqualtume, Andalquituxe, entre outros.

### **A ameaça representada por Palmares**

Para o Conselho Ultramarino em Portugal e a economia do Nordeste com apoio no cultivo do açúcar, o Quilombo dos Palmares constituía-se em uma ameaça, assim vista a nível estratégico:

- por constituir Palmares um estímulo permanente à fuga de escravos, que eram ao mesmo tempo capital e força de trabalho dos engenhos e fazendas.
- por se constituir Palmares em base de partida e de abrigo de expedições destinadas a atacar fazendas, engenhos e vilas, inclusive para o sequestro de mulheres escravas e obtenção de pólvora e sal e para a libertar outros escravos. Disso decorreria insegurança geral e prejuízos enormes ao desenvolvimento regional, pois os fazendeiros, senhores de engenho e governo não se conformavam com a existência de Palmares, e sempre que possível enviavam expedições contra ele.

Os habitantes do Quilombo, antes mesmo da chegada da ex-

pedição sair para atacá-los, já ficavam sabendo e então se embrenhavam nas matas da Serra da Borborema até melhores dias pela possibilidade levantada de o Quilombo dos Palmares se constituir em ‘Tropa Negra’ capaz de vir a dominar militarmente, com apoio dos escravos revoltados, as cidades de Recife, Maceió, Porto Calvo e Penedo, pois já havia precedentes neste sentido com os franceses nas Antilhas, pela semelhança da ameaça quilombola de Palmares como de igual perigo que a representada pelos holandeses para a manutenção da Unidade do Brasil.

### **Objetivos conflitantes**

Mas, em realidade, o objetivo dos quilombolas era a defesa do Quilombo para seus habitantes continuarem a desfrutar um bem precioso e vital - a liberdade, no contexto de uma colônia onde vigorava a Escravidão, com apoio legal.

A estratégia de Portugal no combate aos Quilombos objetivava manter a Unidade do Brasil e a preservar o Estatuto da Escravidão.

E foi contra este Estatuto que surgiria e se imporia a liderança de Zumbi, conhecido hoje como o Mártir da Abolição da Escravatura do Brasil e Patrono Cívico da Negritude Brasileira, à semelhança de Tiradentes, Mártir da Independência e Patrono Cívico do Brasil.

### **O perímetro fortificado dos Palmares**

Para defender Palmares e assegurar a liberdade de seus habitantes, o Quilombo foi progressivamente fortificado. O perímetro fortificado do **mocambo capital - o Macaco**, era constituído por uma dupla muralha de pau a pique, com vários baluartes e somente três portas de acesso fortificadas. Era protegido à distância por postos de observação sobre vias de acesso ao interior.

O Quilombo era atravessado por cinco rios ricos em peixes. No interior, os negros plantavam milho, feijão e mandioca e criavam galinhas e porcos.

Na retaguarda da capital Macaco erguia-se o palácio do chefe do Quilombo, protegido por alta escarpa inacessível da Serra da Bar-

riga e que servia de torre de vigilância longínqua do terreno ao redor. Este local é hoje a cidade de União dos Palmares.

O quilombo vivia da agricultura, caça e pesca e obtinha armas e munições com portugueses com quem mantinha negócios. Estes interesses comerciais dos portugueses com os quilombolas contribuíam para a proteção de Palmares através do contato e dos negócios com os traficantes, Estes, alertavam os líderes sobre expedições punitivas contra eles com bastante antecedência.

Em épocas de muita tensão por previsíveis ataques ao Quilombo, eram feitas chamadas à tarde, como medida de controle.

Militarmente havia entre eles uma bem ordenada hierarquia militar. A hierarquia decorria do seguinte sistema: os mocambos eram chefiados inicialmente por chefes com sangue nobre da África. Depois passou a ser exercido pelos mais capazes.

A chefia de um dos mocambos coube à princesa Aqualtume, a cujos descendentes estaria ligada a liderança do Quilombo, depois da expulsão dos holandeses, para a qual o Quilombo contribuiria indiretamente. Isto por fixar, para o seu controle, expressivo contingente batavo.

Dois filhos de Aqualtume, Ganga Zumba e Gana Zona, assumiram a liderança de dois dos mais expressivos mocambos.

O líder que sucederia Ganga Zumba na liderança do Quilombo dos Palmares, seria o seu sobrinho Zumbi, neto da princesa Aqualtume, como se verá. Isso em razão de uma disputa de liderança entre Ganga Zumba e Zumbi, quando o primeiro aceitou uma proposta da Administração Colonial que implicava em prender e devolver a Pernambuco todos os quilombolas não nascidos em Palmares. O segundo, Zumbi, intitulou-se rei e se opôs ao primeiro.

Ganga Zumba seria envenenado e a luta continuaria até a destruição total de Palmares, seguida mais tarde da prisão e execução sumária de Zumbi, como se verá.

## **As expedições contra o Quilombo dos Palmares**

Em 1644, quando os luso-brasileiros preparavam a Insurreição Pernambucana contra o domínio holandês, estes atacaram duas vezes os Palmares.

A primeira expedição foi a de Rodolfo Baro. Ao se aproximar dos Palmares as sentinelas do Quilombo deram o alarme geral. Os defensores, rapidamente, dificultaram a progressão dos holandeses derrubando árvores (abatizes) que detiveram a expedição nas portas de um dos mocambos. Ato contínuo, a tropa batava foi atacada em todas as direções. Vendo correr perigo toda a sua expedição, vítima das lanças e flechas, Baro ordenou a retirada.

A segunda expedição holandesa, preparada cuidadosamente, foi realizada ao comando de João Blaer. Esta expedição seria vítima de uma doutrina militar guerreira desenvolvida pelos palmarinos. Era a “Guerra do Mato”, na realidade uma guerrilha, cuja estratégia era a descrita a seguir.

Quando os holandeses atacavam, os defensores de Palmares recuavam. Quando os holandeses paravam, eram atacados em incursões relâmpagos. Esta estratégia perdurou por cerca de três meses, sem que os palmarinos oferecessem combate. O próprio tempo e o terreno hostil se encarregaram de desgastar Blaer e seus homens, que retornaram ao Recife tendo destruído só um pequeno mocambo.

As duas expedições ocorridas às vésperas da Insurreição Pernambucana, convenceram os holandeses de que seria necessária uma grande expedição para destruir Palmares. E abandonaram a ideia, mesmo em razão do início da Insurreição Pernambucana em 1645.

Nessa época, por ali havia passado, por terra, de Salvador às matas do Pau Brasil, em Pernambuco, para preparar secretamente o Exército Patriota, o Sargento-Maior (Major) Antônio Dias Cardoso, o Mestre das Emboscadas e da Guerra Brasília, que possuía semelhanças com a Guerra do Mato, usada por Palmares. Chefe patriota que estudamos em **As Batalhas dos Guararapes - Análise e descrição militar** (Recife: UFPE, 1971, 2 v.) e hoje patrono do Batalhão de Forças Especiais do Exército.

Durante o período da Insurreição Pernambucana (1645-54), o Quilombo dos Palmares foi deixado de lado pelos holandeses e pelos luso-brasileiros.

Com o fim da guerra em 1654, a concorrência do açúcar da Jamaica provocou uma decadência econômica do Nordeste canavieiro. Assim, mantendo as trocas comerciais, o Quilombo comerceu inter-

namente com as vilas de Serinhaém, Porto Calvo, Penedo e Alagoas. O Quilombo fornecia produtos agropecuários, caça e pesca em troca de ferramentas, armas de fogo, pólvora e sal.

Até 1668, por cerca de 23 anos, continuou o Quilombo dos Palmares rechaçando fracas expedições, que não contavam com o auxílio estatal de Pernambuco que estava impotente para uma ação de envergadura.

Em 1668, fazendeiros de Alagoas e Porto Calvo celebraram um Tratado de União Perpétua que objetivava, com apoio em poderosa tropa a ser mobilizada:

- usar os alimentos encontrados nos mocambos para alimentar a expedição;
- que os palmarinos capturados que pertencessem aos donos de escravos de Alagoas (Maceió) e Porto Calvo seriam devolvidos mediante indenização de 12.000 réis, a qual ficaria reduzida a metade se o palmarino se entregasse voluntariamente;
- venda dos demais, em leilão, menos os menores de 12 anos; e
- pena capital para os palmarinos culpados de assassinatos e roubos contra fazendas.

A vila de Serinhaém aderiu ao Tratado, mas o projeto ficou no papel.

Em 1669 o governo de Pernambuco determinou que os escravos recapturados seriam vendidos para outros locais do Brasil.

Mas a procissão de escravos fugidos para os Palmares se acelerou e o Quilombo, em 1670, decorridos mais de 70 anos, atingiu o seu apogeu.

## **A luta oficial contra Palmares**

Em 1671, teve início a luta oficial do Governo de Pernambuco contra Palmares. O Capitão André da Rocha e depois o Tenente Antônio Jácome Bezerra capturaram 200 quilombolas. O tenente Bezerra foi promovido a coronel.

Essa expedição oficial foi o início do fim do Quilombo!

Em 1674, o Governo de Pernambuco enviou outra forte expedição composta de soldados, índios, mestiços e negros do Batalhão de Henrique Dias, que se destacara com seus soldados negros nas

Batalhas dos Guararapes (vide op. cit.). Mas o Quilombo resistiu à investida, com pesadas perdas.

Em 1676, forte de 600 homens, o agora Coronel Bezerra atacou Palmares. Destruiu vários mocambos e roças de subsistência. Mas um vigoroso contra-ataque dos palmarenses cercou parte de sua tropa que foi toda massacrada. Essas perdas e deserções o obrigaram a retornar ao Recife.

Como vingança, uma expedição de Palmares atacou Porto Calvo e incendiou canaviais. O Capitão-Mor de Porto Calvo atacou Palmares e destruiu um mocambo com 700 choupanas. E então a guerra chegou a Palmares!

### **O Governo estabelece uma base no Quilombo**

Em 1675, o Governo de Pernambuco enviou outra expedição ao comando do Sargento-Mor (major) Manuel Lopes que atacou um mocambo com mais de 2.000 moradias e deparou com uma capela onde era praticado o sincretismo religioso cristão e divindades africanas.

A estratégia da expedição foi conquistar e se instalar no mocambo, protegido por muralhas de pau a pique, depois de obrigar seus habitantes à retirada, seguida do incêndio do mocambo.

Decorridos cinco meses, os guerreiros do Quilombo se reorganizaram à distância de 25 léguas da base de Manuel Lopes. Este foi à procura do combate, que se desenrolou violento. Manuel Lopes se manteve senhor de sua base de partida, agora um arraial. Mas inquietado pela guerrilha palmarina e carente de munição de boca pediu reforços. Foi auxiliado por Fernão Carrilho, experimentado em lutas contra outros quilombos fora de Palmares.

Fernão Carrilho reuniu líderes das vilas de Pernambuco e Alagoas interessados em destruir o Quilombo. Pretendeu organizar uma dispendiosa expedição com 200 arcos e 100 mosquetes e não conseguiu. Atacou sem sucesso o Quilombo dos Palmares e retornou ao Recife.

### **Atacados os mocambos dos líderes do Quilombo**

Em 1677, Carrilho voltou a atacar. O objetivo desta vez foi o

mocambo da velha princesa Aqualtume, avó de Zumbi. O segundo ataque foi contra o mocambo Subupira de Gana Zona, filho de Aqualtume e tio de Zumbi, cuja liderança já se impusera como grande guerreiro e esclarecido político.

Mas Carrilo encontrou Subupira destruído pelo fogo, colocado pelos seus defensores, e ali ele estabeleceu a sua base militar e de partida para 'raids' relâmpagos sobre outros mocambos.

No mocambo, Amaro eliminou, em sangrento confronto, grande quantidade de seus habitantes, entre eles Tocolo, um filho de Ganga Zumba, resultado de uma sua ligação poligâmica, prática comum ali. Foi preso o irmão de Ganga Zumba - Gana Zona e mais dois filhos deste, Zambi e Acaiene.

### **Um Arraial no coração dos Palmares**

Carrilho fundou no coração de Palmares o arraial de Bom Jesus e a Cruz, convicto de que havia destruído o Quilombo dos Palmares.

O Governo de Pernambuco procurou integrar à Colônia Palmares os habitantes de Palmares através de uma povoação portuguesa.

Ganga Zumba, o rei do Quilombo, vendo nisto possibilidade de paz e progresso para seu povo, enviou, em 1678, seus emissários ao Recife. E lá aceitou uma proposta de paz, abaixo relatada. Os governadores de Pernambuco propuseram estes termos para a Paz com o Quilombo dos Palmares:

- 1 - que escolhessem o local para suas habitações e plantações;
- 2 - que em três meses se recolhessem ao local que escolheram;
- 3 - liberdade para os negros nascidos nos Palmares, conforme proposta do rei Ganga Zumba;
- 4 - que fossem restituídos pelo Quilombo os escravos que haviam fugido dos engenhos e fazendas;
- 5 - que poderiam comercializar e relacionar-se com os brancos;
- 6 - que teriam o *status* de vassallos do Rei e obedeceriam às ordens do governador de Pernambuco; e
- 7 - que o rei negro Ganga Zumba seria nomeado mestre de campo (coronel) de toda a sua gente e seria o responsável pela ordem entre os negros.

E teve início um confronto de lideranças. Zumbi, o sobrinho do rei Ganga Zumba, não se conformou com a cláusula 4 do Tratado, embora nascido em Palmares. Queria liberdade geral e irrestrita para todos os palmarinos, e não restrita!

### **Zumbi, agora o rei dos Palmares**

O confronto entre o agora Mestre de Campo Ganga Zumba e os ideais de Liberdade de Zumbi prosseguiu. O rei Ganga Zumba foi envenenado pela corrente de Zumbi, o qual, em consequência, assumiu a liderança como rei dos Palmares.

E a guerra dos Palmares recomeçou cruel e sangrenta, com liderados de Zumbi privados de pólvora e armas de fogo.

Em 1680 o Capitão-Mor André Dias atacou Palmares e só conseguiu destruir uma fortificação no outeiro da serra da Barriga.

Zumbi foi convidado a reintegrar-se e foi chamado até de Capitão Zumbi. Mas resistiu nas matas, usando a guerrilha - ou Guerra do Mato.

### **O paulista Domingos Jorge Velho entra em cena**

O Governo de Pernambuco recorreu então ao bandeirante Domingos Jorge Velho, experimentado no combate à Guerra do Mato, no Piauí.

Em 1691, Domingos Jorge Velho, forte de mais de 1.000 homens, atacou o mocambo capital dos Palmares - o Macaco e atual cidade de União dos Palmares-AL. Mocambo que só capitularia depois de três anos de sítio e 22 dias de sangrentos combates. Conquista que provocou a queda pela manobra de todo o Quilombo de Palmares depois de quase um século de existência.

### **O fim do Quilombo dos Palmares**

Zumbi liderou a resistência derradeira, em Macaco, contra Jorge Velho e Bernardo Vieira de Mello. Estes mandaram erigir uma paliçada protetora da trincheira de 600 metros de comprimento, frente à paliçada dupla do mocambo Macaco.

Zumbi liderou pessoalmente o contra-ataque contra duas investidas de Jorge Velho e Vieira de Mello. Os defensores usaram todos os recursos para a defesa, inclusive água fervente, obrigando os atacantes a um retraimento.

Zumbi convocou todos a morrerem pela liberdade. As cenas foram inusitadas. Atacantes foram pescados com ganchos de madeira e estrangulados pelos defensores mais fortes.

A paliçada principal foi reforçada. E foram infrutíferos os ataques à fortaleza de Macaco nos dias 23 a 29 de janeiro de 1694, realizados sem o auxílio de Artilharia.

### **Artilharia contra o Quilombo**

Os atacantes receberam reforços do Recife e sitiaram os três lados da fortificação do quilombo Macaco, cujo 4º lado era um precipício inacessível. E o Macaco foi sitiado por completo, mas dispunha de água e alimentação para resistir ao cerco - agora total.

Na madrugada de 6 de fevereiro de 1694, o mocambo Macaco foi despertado por tiros de canhão que abriram brechas na sua tripla paliçada. Por elas, os atacantes penetraram, obrigando os líderes de Zumbi a tentarem escapar por saída junto ao precipício, no qual encontram a morte os que ali se jogaram ou foram jogados, em número estimado de 200. Zumbi conseguiu romper o cerco ferido por dois tiros.

A luta a campo aberto não era o forte dos Palmarinos. E ela se transformou num massacre cruel. Ao nascer do sol só se viam feridos e mortos. O corpo de Zumbi foi procurado, mas não encontrado, contrariamente ao que diz a lenda e afirmaram respeitadores autores.

Em 20 de novembro de 1695, decorridos cerca de 22 meses, aos 40 anos, Zumbi, com apoio na traição de um velho palmarino, foi localizado, surpreendido, cercado e atacado pelo bandeirante André Furtado de Mendonça e, com resistência à prisão, lutou até a morte, junto com 20 de seus guerreiros.

André Furtado mandou cortar a cabeça de Zumbi e a enviou ao Recife para ser espetada em praça pública, como exemplo, e mostrar que Zumbi, que se tornara o herói para os escravos, havia de fato morrido.

Hoje, projetada no tempo a luta de Zumbi contra a escravidão,

causa pela qual deu a vida, em 20 de novembro, com justiça na voz da História do Brasil, a data consagrou-se como o Dia da Consciência Negra.

Este fato histórico gerou milhares e milhares de páginas de documentos, livros, artigos e debates.

A presente interpretação é uma síntese, e objetiva evidenciar uma luta interna de grande intensidade e duração, aqui estudada do ponto de vista da História Militar Terrestre do Brasil.

Justamente a área em grande parte coincidente com a do Quilombo dos Palmares seria palco, quase século e meio mais tarde, da Revolta dos Cabanos de Alagoas e Pernambuco, cuja motivação, que talvez permanecesse no inconsciente coletivo da população da área, era a de restaurar o Reinado de Dom Pedro I.

Revolta esta cuja pacificação foi bem administrada pelas autoridades de Pernambuco e Alagoas, as quais, no campo militar, usaram um cerco o qual foram apertando aos poucos, e do qual resultou a pacificação da revolta com bem menos vítimas do que teria sido um confronto destruidor e mortífero para ambos os contendores.

Lição preciosa não aproveitada para ser usada na Guerra de Canudos, ocorrida cerca de 60 anos mais tarde e aproveitada pelo General Setembrino de Carvalho para pôr fim à Revolta do Contestado no Paraná e Santa Catarina em 1912-16, utilizando a estratégia do cerco a distância.

### **Francisco - O Zumbi dos Palmares (1655-95)**

Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares (1678-95) por um período de 17 anos, dos 23 aos 40 anos de idade até a sua morte, nasceu em 1655, no Quilombo dos Palmares.

Na primeira expedição que o Governo de Pernambuco enviou a Palmares, entre os prisioneiros feitos estava o menino Zumbi. Ele foi entregue ao padre Antônio Melo, português, que o batizou, criou, alfabetizou e lhe deu o nome de Francisco.

Em 1670, aos 15 anos, Zumbi fugiu para o Quilombo dos Palmares, quando este atingiu o apogeu. E, em pouco, tornou-se um líder político e militar, assumindo a liderança militar do Quilombo em razão de sua cultura e valor guerreiro.

No ano seguinte o Governo de Pernambuco iniciou o combate

oficial a Palmares.

E Zumbi firmou a sua liderança como guerreiro e político destacado no combate às expedições do Capitão André da Rocha e do Tenente Antônio Jacome Bezerra.

Em 1676, aos 21 anos, participou do sangrento e feroz contra-ataque à tropa do agora Coronel Bezerra, do que resultou um grande massacre da expedição, além das mortes e muitas deserções.

Zumbi participou do ataque vingativo a Porto Calvo e do incêndio de canaviais.

Em 1674 enfrentou a expedição chefiada pelo negro Mestre de Campo *ad honorem* Henrique Dias, herói das batalhas dos Guararapes.

Participou das lutas contra a expedição do Sargento-Mor Manuel Lopes, que transformou um mocambo conquistado em base do governo no interior do Quilombo.

Em 1677, combateu as tropas de Fernão Carrilho, que atacaram o mocambo de sua avó Aqualtume e o de seu tio Ganga Zona, a partir da base de Fernão Carrilho. Nessa ocasião, foi preso o seu tio Ganga Zona e seus primos-irmãos Zambí e Acaune, e morto outro primo, Tocolo, filho de seu tio Ganga Zumba - o Rei do Quilombo.

Em 1778, aos 23 anos, Zumbi liderou a revolta contra seu tio e rei do Quilombo, o Ganga Zumba, que terminou envenenado por haver aceito um fim da guerra com a liberdade restrita só aos nascidos no Quilombo.

Em consequência, Zumbi, aos 23 anos, assumiu a liderança de Palmares e continuou a lutar contra a Escravidão, ou a favor da liberdade dos palmarinos não nascidos no Quilombo.

Em 1691, aos 36 anos, liderou a reação a Domingos Jorge Velho, que conseguira atingir o mocambo capital - o Macaco. Sua reação foi tão efetiva que obrigou a expedição a retirar-se para Porto Calvo.

Zumbi-rei era o maior herói para o povo dos Palmares. Sua lenda atingiu as senzalas de Pernambuco e Alagoas.

A presente interpretação buscou apoio nas seguintes fontes:

ABRIL CULTURAL. Zumbi. In: **Grandes Personagens da nossa História**. São Paulo, 1972, p. 141-156.

BENTO, Cláudio Moreira. **As batalhas dos Guararapes, análise e**

**descrição militar.** Recife: UFPE, 1971, 2v.

\_\_\_\_\_. O Exército e a Abolição. In: **A Defesa Nacional**, nº 738, jul/ago, 1988. p.7/37.

BLOCH EDITORES. **História do Brasil.** Rio de Janeiro: 1976.

ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares.** São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938 (Português, funcionário do Arq. Hist. Colonial de Lisboa).

FREITAS, Mario Martins de. **Reino negro de Palmares.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1954 (Trata-se de oficial Veterano da FEB, já falecido).

PEDROSA, José Fernando Maia. Quilombos e negritude a serviço da ideologia. In: **A Defesa Nacional**, Rio, 1988.

## **A GUERRA DOS EMBOABAS - MINAS GERAIS (1708/09)**

A Guerra entre Paulistas e Emboabas teve, como fator econômico e que norteou a ambição dos descobridores do Brasil, o ouro. Em sua busca, lançaram-se portugueses e espanhóis.

Encontrado em 1559 e 1598, não longe do mar, o ouro fixou os portugueses, inicialmente, no litoral.

No século seguinte, à procura do metal, expedições lançaram-se sertão a dentro, desbravando e conhecendo o interior, apresando índios que, transformados em escravos, eram vendidos para os engenhos de açúcar.

Após anos de dedicação a este tipo de comércio, construindo povoações interioranas, encontraram os sertanistas de São Paulo, entre 1681 e 1695, o ambicionado ouro. A área da descoberta ficou conhecida como região das Minas. Nela se fixaram os mineradores, erigindo povoações e a colonizando.

Alguns outros se dedicaram à criação de gado, outros à agricultura. A maioria tornou-se mineradora. A região prosperava, da mesma forma que os seus descobridores, e também prosperou a terra de origem - São Paulo de Piratininga.

Os descendentes consideravam-se donos daquela região, descoberta pelos ancestrais. Orgulhavam-se disto. A notícia de prosperidade dos paulistas espalhou-se dentro e fora do Brasil. Forasteiros ambiciosos, lusitanos, pernambucanos e baianos, passaram a fixar-se no local.

O governo iniciou a taxação sobre o ouro retirado das minas - a cobrança do quinto (20%). Os mineradores descobriram novas minas

e ocuparam lavras abandonadas por paulistas, que haviam retornado a S. Paulo, ou se dedicaram ao comércio ou, ainda, ao monopólio da criação de gado, explorando preços exorbitantes. A vinda desses elementos trouxe aumento demográfico e surto de prosperidade. Tornou-se, no entanto, ambiente de luxúria e vício, onde campeavam o roubo, o furto e o homicídio. Era uma terra sem lei.

Os mais poderosos, possuidores de índios escravos, julgavam-se no direito de impor a justiça, exercendo-a sobre os menos favorecidos. Por vezes, até a pena de morte aplicava-se àqueles que infringissem as regras estabelecidas pelo consenso geral.

A tudo isso assistiam os paulistas que, julgando-se proprietários da terra, não toleravam a competição dos intrusos, a quem chamavam 'emboabas' (do indígena M'Buab = avas, tipo de ave com penas nos pés), por usarem eles, particularmente portugueses, calças compridas com polainas.

Os invasores cada vez mais prosperavam, seja por chegarem ao local com maiores recursos do que os paulistas, pois possuíam crédito dos conterrâneos radicados na orla marítima, seja por receberem favores do governo, tal como doação de terras.

Tudo isso fazia aumentar o ódio dos paulistas contra aqueles que consideravam usurpadores.

## **O rompimento das hostilidades**

Ao governador-geral D. Fernando Mascarenhas pediram-se diversas providências em vista da anarquia reinante e, principalmente, contra os forasteiros portugueses, que monopolizavam a carne, vendendo-a a preços astronômicos.

Limitou-se o governador a nomear capitães-mores para os distritos ameaçados pela desordem.

Pequenos incidentes complicavam a situação. Diante do rumo dos acontecimentos, os paulistas fortificaram-se em Sabará. Era iminente a explosão. Faltava apenas o estopim para atear fogo àquele barril de pólvora.

Eis que, em fins de 1707, correria, entre os forasteiros de Caeté, o aterrador boato de que os bandeirantes paulistas, reunidos no rio das Velhas, combinaram exterminar de uma vez todos os seus

antagonistas emboabas.

Pretendiam realizar a façanha nas vilas e arraiais da região das Minas, quando todos estivessem na igreja, ouvindo a missa, em certa manhã de janeiro de 1708.

Cientes da ameaça, os emboabas, em grande número, reuniram-se em torno da casa de Manuel Nunes Viana, rico comerciante, monopolista de carne, aclamando-o “Governador de Minas”, para pôr termo às violências dos paulistas, e obrigá-los a viver em obediência às leis. Proclamado ditador, Viana estabeleceu a sede de seu governo em Caeté.

### **A luta pela posse de Sabará**

Devido à situação reinante ali, os paulistas deixaram a localidade. Concentraram-se em Sabará. E Viana dirigiu-se para lá, liderando um destacamento de emboabas.

Os bandeirantes entrincheiraram-se no interior do arraial. Viana ocupou as elevações dominantes e procurou incendiar as casas, levando os sitiados a grande confusão. A seguir, os índios e mamelucos, munidos de arco e flecha, investiram contra a povoação, derrotando os paulistas.

Com esta vitória, caiu pela manobra toda a resistência paulista no Vale do Rio das Velhas.

### **O combate de Cachoeira do Campo**

Os fugitivos de Sabará, reunidos a outros paulistas, organizaram a sua defesa em um excelente ponto estratégico - o arraial de Cachoeira do Campo. Ali, na desigual proporção de 1 paulista para 10 emboabas, os paulistas sustentaram, valentemente, o ataque emboaba.

O combate estava indeciso, mas Viana, ferido na ação, determinou a retirada. Dias depois, recebendo reforços vindos de Ouro Preto, atacou novamente Cachoeira do Campo. Aproveitando-se de uma brecha na defesa paulista, as tropas emboabas nela penetraram.

Na praça central, travou-se violento combate corpo-a-corpo. Nele, os paulistas levaram vantagem, no combate com arma bran-

ca. Viana, novamente ferido, retirou-se. Passou o comando ao frei Francisco de Menezes. Este frade, com muita astúcia, mandou cessar fogo e tocar repouso. Anoitecia. Os paulistas, cansados, aproveitaram a trégua para descansar e matar a fome. Valendo-se desse descuido, na calada da noite, o Frei Francisco, à frente de emboabas e a cavalo, avançou contra o reduto paulista, que, tomado de surpresa, não resistiu e rendeu-se.

### **O massacre dos paulistas no Capão da Traição**

Este foi o mais cruel ato de traição e covardia ocorrido na época. A meia distância de S. Paulo e em sua direção, caminhavam os fugitivos do rio das Mortes, engrossados pelos ex-prisioneiros de Sabará e Cachoeira do Campo.

Animados por Valentim Pedroso, Pedro Pais de Barros e outros bravos, resolveram eles investir contra os emboabas no arraial da Ponta do Morro. Desencadeada a ação e vendo-se sitiados, os emboabas pediram socorro a Viana. Este enviou em socorro uma força emboaba ao comando de Bento do Amaral Coutinho, conhecido pelo temperamento rude e sanguinário.

Os paulistas, ao saberem que Coutinho comandava os reforços, levantaram o cerco e continuaram a retirada para S. Paulo. Chegando à Ponta do Morro e não encontrando inimigos, Bento do Amaral Coutinho determinou que o Capitão Gonçalo Corço, comandando um destacamento, fosse em perseguição dos retirantes.

Próximo de Ponta do Morro, numa campina margeada por um rio, tendo ao centro grande capão de mato, Gonçalo Corço encontrou pequeno grupo. Logo regressou para avisar seu comandante da situação. Amaral Coutinho cerrou sobre a campina, cercou-a e determinou abertura de fogo. Os paulistas resistiram bravamente, causando diversas baixas na tropa emboaba, irritando Amaral Coutinho. Após um dia e uma noite de intensa fuzilaria, falta de víveres e munição, os paulistas dispunham-se à rendição, desde que lhes fossem poupadas as vidas. Com a promessa de Coutinho de que “nenhum mal faria aos paulistas que espontaneamente se entregassem”, eles deixaram o interior do capão, depondo as armas. Terminada estava, assim, a triste rendição condicional, com os paulistas agora desarmados. Mas logo

que os viu desarmados, Amaral Coutinho, auxiliado pelos escravos, assassinou friamente a tiros os paulistas rendidos, apesar dos protestos de seus oficiais. Ficou o campo juncado de cadáveres de homens valentes que confiaram na palavra e no juramento de um pérfido.

Episódio semelhante ocorreria em Rio Negro, Bagé, em 28 Nov 1893, em que tropas do governo, rendidas sob garantia de vida, tiveram cerca de 300 civis que constituíam a Cavalaria do Governo, à disposição do Exército, degolada por mercenários uruguaios e correntinos, episódio que resgatamos em “O Massacre federalista do Rio Negro”, em Bagé, em 28 Nov 1893 na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.154, nº 378, jan/mar 1993, p. 55/88. Liderava a Cavalaria Civil o Cel GN Manoel Pedroso, descendente de migrantes de São Paulo da Praça da Sé por volta de 1800. Sua tropa era integrada por civis de Piratini, Canguçu e Cerrito.

### **A tentativa de vingança do massacre do Capão da Traição**

Em 1º Abr 1709, animados pelas mulheres, os paulistas reuniram no Paço da Câmara, em São Paulo, cerca de 1.300 homens. Decidiram vingar-se dos emboabas pelo massacre do Capão da Traição.

Organizaram-se em companhias de Infantaria e piquetes de Cavalaria, com seus comandantes, subalternos e graduados.

Foi aclamado chefe da expedição Amador Bueno da Veiga, juiz de órfãos, que, para chefiá-la, conseguiu licença da Câmara de São Paulo.

A expedição deixou, em marcha lenta, o pátio do Colégio, em direção às Minas, na tarde de 24 Ago 1709.

Apesar das dificuldades das comunicações, e das vias de transportes na época, o aparato dos preparativos e a lentidão da marcha fizeram com que os emboabas também se aprontassem para a defesa. Aconteceu o que os paulistas não esperavam. Eles encontraram a região do rio das Mortes bem defendida, escudada até em um forte, e os atacantes sitiaram a posição emboaba e levaram vantagem inicial. Foi então que os chefes paulistas começaram a se desentender e se negaram apoio mútuo entre si.

Alguns homens do grupo de Amador Bueno falavam em retirar-se para S. Paulo, apoiados por outros que estavam sob as ordens

de Luís Pedroso de Barros. Este sitiava a fortificação. Pedroso, vendo o desânimo abater-se sobre seus comandados, animou-os a manter o combate, pois os emboabas estavam fracos pelas muitas baixas sofridas. Mas Pedroso manteve o cerco.

Depois de uma noite de violenta luta, quando os emboabas pensavam em rendição, saíram, pela manhã, em campo aberto, para oferecer o último combate.

Ficaram surpresos por não encontrarem os paulistas. Durante a noite, eles retiraram-se, levantando o cerco, com a informação de que grande reforço se dirigia de Ouro Preto para o local a fim de socorrer os emboabas.

Terminara a Guerra dos Emboabas. Houve, em São Paulo, tentativas de se organizar nova expedição, não concretizada devido às medidas estabelecidas pelo Governador-Geral para pacificar a região.

O resultado desta guerra entre paulistas e emboabas foi a separação das Minas Gerais de São Paulo. Foi nomeado governador da nova capitania Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, chefe militar e administrador experimentado.

## **Conclusões**

A Guerra entre paulistas e emboabas constitui um dos capítulos do surto nativista, ou da série de protestos de brasileiros contra o domínio português.

Revelou combatividade, de parte a parte, na disputa por aquilo que julgavam direito.

Quanto aos paulistas, a guerra representou uma manifestação contra a usurpação da posse de terras por eles descobertas.

O sentimento de ódio ao domínio dos portugueses ficou evidente nessa Guerra, e foi-se agravando pelo insucesso decorrente.

Na primeira fase da luta, ressaltaram-se o heroísmo, a valentia e o combate corpo-a-corpo.

Na segunda, a organização de um verdadeiro exército, com companhias de Infantaria, piquetes de Cavalaria e uma hierarquia bem estruturada caracterizaram a atuação dos paulistas. Por outro lado, da parte dos emboabas, registrou-se a construção de uma fortificação para aumentar seu poder de defesa.

## **A REVOLTA DO SAL**

Foi uma revolta nativista ocorrida na Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, no Brasil, em 1710, época na qual o sal, gênero de primeira necessidade para as pessoas e para o gado, era monopólio da Coroa Portuguesa. O comércio do sal era privilégio de um reduzido número de comerciantes contratados para exploração e venda do produto com alta lucratividade.

Conforme o site [www.historiabrasileira.com](http://www.historiabrasileira.com), em 1710 o proprietário de terras paulista Bartolomeu Fernandes de Faria organizou um grupo de 200 índios e escravos fortemente armados para invadir o Porto de Santos e distribuir o sal para os consumidores que careciam do produto, dando início ao movimento conhecido como Revolta do Sal. Ele ordenou que a ponte que ligava a ilha de São Vicente ao Porto de Santos fosse destruída para evitar a perseguição dos colonos.

A revolta de Bartolomeu Faria mostrou a fraqueza da guarnição portuguesa no local e prejudicou de forma significativa a comercialização do sal para exportação, fazendo com que Portugal ordenasse ao Juiz Antônio de Cunha Souto Maior a sua prisão. Começou a perseguição!

Os guardas metropolitanos tiveram muitas dificuldades para capturar Bartolomeu, o qual havia organizado uma forte guarnição em frente à sua fazenda, com índios e escravos. Em 1713, ele fugiu para o Vale do Ribeira.

Em agosto de 1718, oito anos após a invasão ao Porto de Santos, Bartolomeu foi preso em Itanhaém. Antes que o prisioneiro fosse enviado à Salvador para julgamento ele morreu de varíola aos 80 anos.

## **A GUERRA DOS MASCATES - PERNAMBUCO Olinda x Recife (1710/11)**

### **Antecedentes**

A colonização de Pernambuco teve melhor início que nas outras Capitanias Hereditárias. Duarte Coelho, fidalgo, veio com a família, acompanhado de nobres empobrecidos. Incentivou a agricultura,

explorando a plantação da cana-de-açúcar, e deu grande prosperidade à capitania.

No século seguinte, Olinda era a mais importante vila do Brasil.

Recife era praia de pescadores e porto de Olinda. Havia em Olinda a administração pública, solares, casas assobradadas de alvenaria, residências dos nobres da terra, dos ricos senhores de engenho, igrejas e mosteiros.

No Recife, ao contrário, casebres de pescadores, normalmente portugueses sedentários que não se dedicavam ao cultivo do solo.

A ocupação holandesa arrasou e incendiou Olinda em 1630. Com isso, o progresso foi para Recife.

Das lutas de 24 anos contra o invasor, ficaram dois exemplos no espírito dos pernambucanos:

- que eram um povo forte, pronto para lutar contra qualquer potência aguerrida; e
- que, sendo a Holanda uma República, havia também forma de governo sem rei, capaz de tornar poderosa uma nação.

Terminada a guerra, voltaram ao trabalho e à reedificação de sua capital.

Enquanto isso, os portugueses, dedicados mais ao comércio do que à agricultura, começaram a estabelecer-se na povoação de Recife, onde abriram casas de negócios.

Do Senado da Câmara de Olinda, elevada à cidade, excluíram-se os recifenses, a pretexto de que mercadores não podiam ser eleitos. O orgulho dos olindenses pelos títulos nobiliárquicos não tinha limites.

Com desprezo tratavam os comerciantes de Recife, apelidando-os de Mascates, em vista das profissões e da origem humilde com que iniciaram os seus negócios. Por outro lado, os desmedidos gastos para a manutenção do estado de nobreza faziam com que muitos habitantes da capital caíssem debaixo da usura dos recifenses: empréstimos a juros altos.

Os olindenses produziam o açúcar, negociado para o exterior através do comércio dominado em Recife. Eram estes que supriam de mantimentos os engenhos e compravam daqueles toda a produção. Em pouco tempo, tornaram-se os Mascates grandes capitalistas, que somente almejavam a participação na direção da coisa pública, o que

lhes era negado pelos nobres de Olinda.

Passaram a se odiar entre si os olindenses, nobres devedores, e recifenses, mercadores credores.

Os recifenses pediam aos governantes intervenção junto ao rei para elevar Recife à vila, para se libertarem da tutela administrativa de Olinda.

Empossou-se, a 9 Jun 1707, como governador da capitania, Sebastião de Castro Caldas, que, pouco a pouco, se distanciou de Olinda, aproximando-se dos Mascates. Em consequência de nova petição, apoiada pelo novo governador, os recifenses obtiveram Carta-Régia, de 19 Nov 1709, com a instituição da vila do Recife, independente de Olinda.

Sebastião de Castro Caldas mandou preparar, às escondidas, as pedras para o levantamento do pelourinho, uma coluna de pedra em lugar público para o castigo dos criminosos e, efetivamente, o fez, a 15 Fev 1710, instalando a vila de Recife.

A nobreza olindense foi desafiada!

### **A declaração de guerra**

Sabendo os moradores de Olinda que o Governador costumava ir a pé à igreja de N. Sra. da Penha, prepararam-lhe uma emboscada. Ele foi alvejado a tiros, e ferido.

Estourou o movimento rebelde. Logo foram presos os principais suspeitos. Levantaram-se em armas os conjurados no interior.

O Governador enviou tropas para combatê-los, mas elas se dividiram. Algumas foram derrotadas pelos rebeldes, e outras confraternizaram com eles.

Os revolucionários vieram do interior sobre Recife, recebendo adesões. Acamparam em Afogados, à margem direita do Capibaribe, às portas de Recife.

Impotente para resistir, o Governador Castro Caldas fugiu para a Bahia. O exército revolucionário transpôs o Capibaribe e marchou em direção à praça principal de Recife. Arriaram a bandeira que tremulava no pelourinho, arrasaram-no e libertaram os presos das cadeias e das fortificações. Destituíram dos cargos todos os portugueses e queimaram a lista dos eleitos para a Câmara de Recife.

## **A República Pernambucana**

Vicejou o sonho pioneiro de República no Brasil: vitoriosos em Recife, os revoltosos voltaram para Olinda. Após o terceiro dia da fuga do governador, combinaram os rebeldes uma assembleia no Senado da Câmara de Olinda, para tratarem dos assuntos relacionados com a direção do governo, acéfalo, no momento.

Durante a discussão, surgiram dois partidos:

Um, moderado, pretendia o retorno à legalidade e que, segundo a tradição, se entregasse o governo, provisoriamente, às mãos do bispo.

O outro grupo, constituído pelos senhores da terra, manifestou-se pela instituição de uma república como a da Holanda ou de Veneza.

O líder deste grupo, Bernardo Vieira de Mello, expôs a situação extrema a que se havia chegado, fazendo sentir a todos que o maior perigo seria recuar. Propunha a transformação de Pernambuco em república, “pois, só assim ficariam livres dos riscos pelos quais acabavam de passar”.

Discutiu-se longamente a proposta e, não obstante a assembleia se ter manifestado simpática à ideia, preponderou o espírito conciliador dos mais prudentes. Ficou decidida a entrega do governo ao bispo Dom Manuel Álvares da Costa (Lisboa, 24Ago1651 - Angra, 10Jan1733), desde que este concedesse anistia ampla, em nome do rei.

### **O governo do bispo Dom Manoel Álvares da Costa**

O bispo assumiu o governo em 15 de Novembro de 1710. O seu primeiro ato foi a anistia geral aos revoltosos. Para acalmar os espíritos e desfazer a animosidade reinante e crescente o governador provisório ora estava em Recife ora em Olinda e Recife. Balançava como um pêndulo de relógio, ora favorável aos olindenses, ora aos recifenses.

Bernardo Vieira de Mello, ante a possibilidade de que o novo governador, esperado a qualquer momento de Portugal, não confirmasse a anistia geral concedida pelo bispo, dirigiu-se para Recife, acompanhado do filho, o capitão André Vieira de Mello e de grande comitiva.

Deliberaram que, se o novo governador não confirmasse a anistia, seria proclamada a república. Para tal, Vieira de Mello concentrou em seu sítio de Ipojuca as forças que mandara vir de Palma-

res. Foi recrutando gente e conspirando com vários chefes sertanejos, preparando-se assim para a reação no momento oportuno.

Os recifenses, porém, não ficaram impassíveis. Sentindo que o bispo conciliador era dominado por Vieira de Mello e sua gente, trataram de se mobilizar para uma contra-revolta.

Conseguiram acumular através de cotas um fundo de 70 mil cruzados. À frente da tropa improvisada colocaram-se diversos oficiais da antiga tropa. Era o prenúncio de novo choque.

### **A mobilização dos Mascates para a reação**

Uma discussão entre os soldados do regimento de Recife e a gente de Vieira de Mello foi o pretexto para o início da luta. Quando o pessoal do Regimento de Recife foi preso por ordem do bispo/governador os oficiais do regimento intercederam no palácio pela libertação dos mesmos.

Disse-lhes, porém, o bispo, que não poderia deixar de puni-los, em vista da pressão de Vieira de Mello. Sentindo-se injustiçados os soldados saíram do Convento do Carmo. Dali dirigiram-se para o Regimento aos gritos de “Viva o Rei! Abaixo os traidores”! E tiveram a adesão do Regimento, à frente do qual se puseram alguns oficiais. Os recifenses, associando-se à manifestação, reuniram-se à viva força. O bispo, assustado, refugiou-se no Colégio dos Jesuítas. O povo cercou a casa de Vieira de Mello, que foi preso pelo Ouvidor Geral e recolhido à cadeia.

O bispo foi intimado a retornar para o palácio do governo, onde foi guardado por 180 mascates. Estava prestes a começar a Guerra aberta entre as duas facções.

Os republicanos levantaram, mais uma vez, Pernambuco, incluindo a população de Olinda e os moderados da nobreza, bem como todo o interior.

O bispo-governador conquistou a confiança dos revoltosos republicanos através de cartas circulares expedidas aos capitães-mores e às Câmaras da capitania. Nestas circulares exortava-os a manter a tranquilidade e prometia informá-los dos acontecimentos em Recife, pelos quais culpava Vieira de Mello. Decidiu então o bispo ir para Olinda, a pretexto de lá apaziguar os ânimos.

O comandante João da Mota pediu que ficasse em Recife, mas ele não cedeu. E foi recebido em Olinda com grandes manifestações pelo povo. Pouco depois, submeteu-se aos desejos dos olindenses.

Entretanto, os olindenses não acataram as determinações do bispo e prepararam-se para sitiar Recife. O bispo Dom Manuel Álvares da Costa renunciou ao governo entregando-o à Câmara de Olinda, ao Ouvidor-Geral e ao Mestre-de-Campo (coronel) Cristóvão de Mendonça Arrais. E a Guerra estourou. Foi “uma guerra mais fértil em crimes, do que em ações dignas de se comemorar”.

Durava cerca de três meses o cerco de Recife quando surgiu uma frota de Portugal trazendo o novo governador Félix José Machado de Mendonça que tomou posse, sem oposição alguma, em 9 Out 1711.

Decorridos alguns dias de governo, percebeu Olinda a parcialidade de Machado de Mendonça para com os negociantes do Recife, seus patrícios.

Sem considerar a anistia concedida pelo bispo, e com a aprovação real, foram sendo perseguidos os chefes da nobreza que mais se destacaram no movimento de 1710.

Muitos foram presos. Vieira de Mello, refugiado no arraial de Palmares, resolveu entregar-se. Os chefes da reação contra os revoltosos de Olinda eram recebidos agora em Recife, com grandes festas e aclamados como heróis.

Foi novamente instituído o pelourinho, constituída a nova Câmara e celebrada a instalação da vila, ou seja, a vitória definitiva dos mascates, ou recifenses.

Só quatro anos mais tarde, com a chegada de outro governador, Dom Lourenço de Almeida, é que foi restabelecida a tranquilidade pública.

Mas persistiria pelos tempos a rivalidade entre pernambucanos e portugueses (marinheiros), como ficaram conhecidos os filhos de Portugal.

A Guerra dos Mascates foi um Movimento Nativista, precursor da nossa Independência e República, originada pela discórdia entre duas localidades, Olinda e Recife. A primeira, habitada por fazendeiros, senhores de Engenho, nascidos no Brasil, orgulhosos descendentes da Nobreza, que valentemente lutara contra o Domínio Holandês. E Recife, habitada por negociantes portugueses, enriquecidos à custa do comércio do açúcar produzido pelos primeiros.

A vitória final a favor dos mascates aumentou mais a rivalidade entre naturais do Brasil e filhos de Portugal, culminando com a independência proclamada por D. Pedro I em 1822. Eis o primeiro pronunciamento de emancipação realizado no Brasil, onde se manifestou a ideia do estabelecimento de um regime de governo sem rei - um regime republicano.

Dos patriotas pernambucanos da época, herdamos o sentimento de soberania, de liberdade e de luta contra o domínio estrangeiro. Sentimentos que estiveram presentes no período monárquico (1808-89), como se poderá concluir, e abrandados na República, de cujo sonho foram pioneiros no Brasil.

## **OS MOTINS DO MANETA**

Foram duas sublevações ocorridas em Salvador na época do Brasil-Colônia contra o monopólio da comercialização do sal e aumento de impostos. O primeiro motim foi a 19 de outubro de 1711 e o segundo a 2 de dezembro do mesmo ano.

Conforme Hernani Donato, o governante da Bahia era o 3º Conde de Castelo Melhor e os motins foram contra a rigidez fiscal dos governantes portugueses. O sal teve aumento de preço, assim como foram aumentados os impostos sobre outros artigos de consumo. Os populares, liderados pelo comerciante brasileiro João de Figueiredo da Costa (o “maneta”), incendiaram e destruíram as casas dos contratadores de sal Manoel Dias Figueiredo e Manuel Gomes Lisboa.

Além do “Maneta”, os instigadores foram outros “portugueses ‘abonados’, chefiados pelo Juiz do Povo” (Donato, 1996, p. 91). A Câmara da Bahia obteve a extinção deste cargo e as revoltas foram duramente reprimidas.

## **A REBELIÃO BAIANA DE 1711**

### **Antecedentes**

Com o ataque francês de 1710 ao Rio de Janeiro, Lisboa decidiu fortalecer o sistema defensivo da Colônia, aumentando o patrulhamento naval de nossas águas territoriais. Para cobrir a despesa,

decretou taxa de 10% sobre as mercadorias importadas. Antes, já havia um taxa de três a seis cruzados sobre cada escravo adquirido na África, e havia aumentado o preço do sal de 480 para 720 réis o alqueire (cerca de 14 litros).

O novo Governador-Geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos de Sousa, ao anunciar as novas taxas na Bahia, em outubro de 1711, o povo reunido na praça pública rebelou-se. Os líderes foram o juiz do povo Dom Lourenço de Almada e João de Figueiredo da Costa - Vulgo Maneta - negociante em Salvador, motivo desta revolta ser chamada também de Motim do Maneta.

Oficiais e praças da guarnição de Salvador aderiram à revolta. Cartazes afixados pela cidade afirmavam que a população baiana prestaria homenagem a um outro rei se os tributos fossem cobrados.

O povo invadiu as casas de Manuel Dias Figueiras e seus sócios, monopolistas da importação de sal. Fizeram um quebra-quebra atirando tudo na rua e distribuindo móveis e mercadorias a quem quer que os desejasse.

Os tumultos cessaram quando o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil D. Sebastião Monteiro de Vide se apresentou paramentado à frente de um séquito de religiosos irmãos do Sacramento da Fé, em procissão, levando o Santíssimo pelas ruas da cidade.

A revolta alcançou seu objetivo. O governador prometeu que não seriam cobradas as taxas, nem o sal majorado.

Em setembro de 1711, quando o Rio de Janeiro sofreu novo ataque corsário dos franceses, a população baiana passou a temer uma investida dos corsários contra Salvador. Medo procedente e fundamentado, pois Duguay-Trouin declarou que assaltaria a Bahia numa oportunidade favorável.

## **A revolta**

Encorajados com a vitória no motim de 1710, ou do Maneta, os baianos voltaram às ruas para exigir do governador o envio de uma expedição ao Rio de Janeiro para ajudar a expulsar os corsários de Duguay-Trouin. O Governador Pedro de Vasconcelos, alegando falta de recursos, não tomou nenhuma providência. Foi então que uma nova revolta popular eclodiu em dezembro, o chamado Motim dos

Patriotas, liderado por Domingos da Costa Guimarães, Domingos Gomes e Luís Chafet.

Diante da fúria popular, o governador mais uma vez recuou: mandou aparelhar as naus que se encontravam no porto para ir em socorro dos cariocas e prometeu fazer uma coleta entre os homens ricos do Recôncavo para custear a expedição. A essa altura, porém, os franceses já haviam deixado o Rio de Janeiro e a paz voltou a Salvador.

Pedro de Vasconcelos aproveitou a oportunidade para punir exemplarmente os cabeças do levante. Foram açoitados em praça pública Domingos da Costa Guimarães, Domingos Gomes e Luís Chafet, além de pagarem pesadas multas, calculadas entre 3.000 cruzados e oitocentos mil réis. E foram, os três líderes, condenados ao degredo na África, sendo Domingos da Costa e Domingos Gomes em caráter perpétuo e Luiz Chafet por 10 anos.

## **A REVOLTA DE VILA RICA - MINAS GERAIS (1721)**

### **Antecedentes**

Em 1709 foram criadas as capitanias de São Paulo e de Minas Gerais, em consequência da Guerra dos Emboabas. O novo governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, tomou posse em 18 de junho de 1710, na Vila de S. Paulo, após corresponder-se e manter ligações com os principais moradores.

A presença da nova autoridade encerrava o conflito entre paulistas e emboabas. Começou outra ordem administrativa. Antônio de Albuquerque, nos primeiros dias de governo, proibiu o porte de armas por pessoas não qualificadas. Organizou um regimento de Infantaria com três companhias, comandado pelo capitão Manuel Carvalho da Silva Bueno. Solicitou à metrópole a elevação de S. Paulo de vila à cidade e sede do bispado. Viu concretizada a sua solicitação por Carta Régia de 14 Jul 1711.

Deixando S. Paulo sob o governo interino do Capitão-mor Domingos da Silva Bueno, partiu o governador para Minas. Ali, regulou a cobrança dos quintos de ouro, fundou vilas, regularizou a posse imobiliária com documentos de propriedade e designou oficiais para manter a ordem, entre outras medidas.

O seu sucessor, Dom Brás Baltazar da Silveira, assumiu o governo em São Paulo a 31 Ago 1713 e no fim do ano já estava de viagem a Minas Gerais. Ali, resolveu o problema da cobrança dos quintos, evitando um descontentamento geral. Era experimentado, veterano de guerra e sabia não possuir força suficiente para impor a sua autoridade na região do ouro.

A 1ª Tropa de Linha em Minas Gerais foram Os Dragões de Minas. D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, nomeado por D. João V para governador, assumiu o cargo em S. Paulo em 4 Set 1717. Em dezembro, estava em Vila Rica. Tinha 31 anos de idade. Como seu antecessor, era veterano de guerra. Inteligente e enérgico, realizou governo ativo.

Sentindo-se impotente, pediu à metrópole que fosse enviado para as Minas Gerais um corpo de tropa de Linha para ali ficar sob seu comando. Uma companhia de Dragões, de 41 homens, comandados pelo Capitão José Rodrigues de Oliveira, procedente de Lisboa, chegou a Minas. Ainda que reduzida em efetivo, em 1719 ela restabeleceu a ordem no rio das Velhas, a fim de garantir o fornecimento de gado. Em Pitangui, tomou de assalto uma trincheira guarnecida por elementos que promoviam desordens, em desrespeito às determinações do Governador.

### **A revolta de Vila Rica**

No início de 1721, as capitanias de São Paulo e de Minas Gerais passaram a ter cada qual o seu governador, separadas em decorrência da Guerra dos Emboabas.

Neste mesmo ano Minas foi sacudida por fatos graves ligados ao ouro. Foram questões ligadas a cobranças de impostos, descaminho, circulação de ouro em pó, etc.

Os emboabas, orgulhosos de seu poder, consolidado depois da Guerra dos Emboabas, passaram a ver seus interesses atendidos pelo governo de D. Pedro de Almeida, conde de Assumar.

### **O suplício de Felipe dos Santos**

Em 28 Jun 1721, quando o Governador se encontrava em Ribeirão do Carmo, agitadores mascarados fizeram desordens e que-

bra-quebras, com isso querendo forçar o governador a fechar as casas de fundição de ouro. Decorridos quatro dias, forçaram o conde de Assumar, sob ameaças de armas, a prometer atender suas reivindicações e a perdoar previamente os motins que eles próprios promoveram.

Mas isso foi uma simulação do Conde de Assumar para sentir as reais intenções dos amotinados e a participação de cada um na revolta.

Decorridos cerca de 12 dias de sua enganosa promessa, na noite de 14 Jul 1721 Assumar conseguiu esmagar e neutralizar a revolta. Mandou incendiar o arraial do Ouro Podre. Conseguiu a condenação, com o Ouvidor, de Felipe dos Santos, o mais impetuoso líder do motim em Vila Rica. Este foi condenado à morte por crime de Lesa-Majestade. Foi enforcado e esquartejado como exemplo.

## **A GUERRA GUARANÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL (1754-56)**

### **Antecedentes**

Aos treze anos decorridos da fundação do Rio Grande de São Pedro (1737), Portugal e Espanha celebraram o Tratado de Madrid de 1750. Por ele ficaram estabelecidos os limites entre Espanha e Portugal no sul do território. Portugal abria mão da Colônia do Sacramento, que fundara há 70 anos, e a Espanha abria mão dos Sete Povos das Missões, mais extensas faixas do atual Rio Grande do Sul, e também com 70 anos de influência jesuítica.

A condição para Portugal tomar posse dos Sete Povos era que os índios missioneiros e os jesuítas abandonassem a região e fossem para a margem direita do rio Uruguai. E para dar cumprimento ao tratado, Espanha e Portugal deviam proceder à demarcação.

Portugal organizou no Rio de Janeiro o Exército Demarcador, ao comando do Gen Antônio Gomes Freire de Andrada, governador de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, ao qual se subordinava a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro. Gomes Freire foi nomeado Comissário de Portugal na Demarca-

ção do Tratado no Sul.

Para substituir os índios na colonização das Missões foi prevista a imigração de casais jovens açorianos, com uma arma por casal para, em número de 60 casais, ocuparem cada um dos Sete Povos e promoverem o seu desenvolvimento e defesa.

Mas, no curso da Demarcação, os índios, sob a liderança de jesuítas, resistiram à evacuação dos Sete Povos. Em face disto, aconteceu a Guerra Guaranítica de 1754-56, dos Exércitos Demarcadores de Portugal e Espanha contra os índios liderados pelos jesuítas.

### **O Exército Demarcador de Portugal no Rio Grande do Sul**

O Exército Demarcador de Portugal foi organizado com tropas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande, num total de 1.633 homens, efetivo muito expressivo para a época. Para sua constituição, o Rio Grande do Sul atual contribuiu com 491 homens ou cerca de 30% do Exército Demarcador. Efetivo representado pelo Regimento dos Dragões do Rio Grande de São Pedro (Infantaria a cavalo).

A tropa estranha ao atual território do Rio Grande do Sul era do Rio de Janeiro: - Regimento de Artilharia (189 homens); de Infantaria Velho (atual Regimento Sampaio - 204 homens); e de Infantaria Novo (104 homens). Ou seja, 590 cariocas (cerca de 36%). De São Paulo: a Infantaria de Santos (104 homens).

Para o apoio ao movimento e como vaqueanos (guias): duas companhias de aventureiros paulistas e de Laguna (160 homens), comandadas pelos oficiais de Dragões Cap Francisco Pinto Bandeira e Ten Antônio Pinto Carneiro (de Minas).

Para o apoio logístico e serviços gerais foram destinados 266 homens. Este Exército trouxe a seguinte Artilharia do Rio de Janeiro ao comando do célebre Coronel Fernandes Pinto Alpoym, autor então de livros sobre o assunto: 7 (sete) peças de bronze e 3 (três) peças de ferro, tracionadas por bois. Ela foi a primeira Artilharia de Campanha que atuou no Brasil, pelo que se tem conhecimento.

Como meio de transporte, este Exército dispôs de:

- 60 carretas e carros do Exército;
- 13 carretas e carros particulares;
- 4.630 Cavalos do Exército;

- 1.300 Cavalos particulares;
- 820 bois mansos do Exército; e
- 156 bois mansos de particulares.

Este Exército Demarcador realizou três campanhas que estudamos com ampla iconografia em História da 3ª RM 1808-1889 e Antecedentes (Porto Alegre: 3ª RM, 1995):

### **1ª Campanha**

Em 7 de Abril de 1752, o Exército Demarcador concentrou-se em Rio Grande. Marchou pelo litoral em 1º de Setembro de 1752 até Castilhos Grande, ao sul do Chuí, onde se encontrou com o Exército Demarcador da Espanha. Em 1º Out foi colocado o primeiro marco divisório em Castilhos Grande. Em Jan 1753, o comissário espanhol Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa - Marquês de Valdelírios, retirou-se para Montevidéu.

Gomes Freire de Andrade marchou para a Colônia do Sacramento a fim de preparar a sua entrega aos espanhóis. Na altura de Santa Tecla, em Bagé atual, os índios missioneiros, sob a liderança de Sepé Tiarajú, impediram os trabalhos de demarcação. O trabalho foi interrompido, e as partidas demarcadoras se dirigiram à Colônia do Sacramento e Montevidéu.

### **2ª Campanha**

Gomes Freire e o governador de Buenos Aires José Andonae-gui, em março de 1754, conferenciaram na ilha Martim Vaz. Decidiram evacuar os Sete Povos pela força das armas. Andonae-gui remontou então o rio Uruguai até Japeju, onde ficou detido.

Gomes Freire retornou com o Exército, por terra e por água, até Rio Grande e daí da mesma forma até Porto Alegre, onde mandou fabricar canoas para remontar o Jacuí até o Passo São Lourenço, a montante de Cachoeira do Sul atual. Dali pretendia, por terra, invadir os Sete Povos. Em Jun 1754 ele atingiu a atual Rio Pardo, local onde a vanguarda dos Dragões do Rio Grande já haviam erigido uma fortificação chamada Jesus-Maria-José.

O forte foi atacado pelos índios em 29 Abr 1754, ao comando

de Sepé Tiarajú, apoiado em 4 (quatro) pequenas peças de Artilharia (pedreiros). O forte respondeu ao ataque dispersando os atacantes e matando seis índios.

Sepé, com vistas a conquistar o forte, deixou-se prender juntamente com 53 índios. Pretendia, no interior da fortificação, rebelar-se e tomá-la dos Dragões. Foram desarmados os 53 indígenas e obrigados a devolver 70 cavalos do forte que haviam apresado. Sepé prometeu entregá-los.

Deixou o forte sob guarda, a qual terminou por iludir e fugir espetacularmente, abandonando seus liderados à própria sorte. Os 53 foram enviados presos para o Rio Grande. No meio da Lagoa dos Patos, eles se rebelaram e dominaram a embarcação, após matarem três Dragões, feriram dois e aprisionaram os restantes no porão, junto com suas armas. Os Dragões reagiram e fizeram fogo, matando 13 índios. Os restantes, desesperados, jogaram-se na água, morrendo afogados 25. Sobreviveram só 15, que foram levados ao Rio Grande.

De Rio Pardo, o Exército Demarcador rumou por terra até o passo São Lourenço, tendo construído, com o concurso dos aventureiros paulistas, sobre o rio Pardinho, a primeira ponte flutuante, acreditamos, no Brasil, conforme registramos em artigo “Travessia militar de brechas e cursos d’água no Brasil”. In: Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, nº 722, Nov/Dez, 1985.

O Exército Demarcador acampou no passo do São Lourenço de 7 Set a 18 Nov 1754, por dois meses e 11 dias. Ali foi colhido por violenta enchente, registrada em quatro cartas panorâmicas existentes no Arquivo Histórico do Exército, as quais foram pintadas pelo Quartel-Mestre General (encarregado do Apoio Logístico) da Expedição, o Cel Engenheiro Miguel Ângelo Blasco e seu ajudante Jerônimo Mattos.

Estudamos Angelo Blasco na obra BENTO, Cláudio Moreira. **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**. Porto Alegre: IEL, 1975.

Impedido de prosseguir além do passo São Lourenço e mesmo em razão do Comissário de Espanha ter ficado detido em Japeju, Gomes Freire celebrou um armistício com os índios e jesuítas e retornou ao Rio Grande. Deixou implantado o forte Jesus-Maria-José (do Rio Pardo), que se celebrizou como a “Tranqueira Invicta” e como a 2ª base militar terrestre no Rio Grande do Sul.

### 3ª Campanha

O Exército Demarcador partiu do Rio Grande e dirigiu-se ao Forte São Gonçalo, que então foi construído no corte do rio Piratini. Dali partiu em Dez 1755. Atingiu os Sete Povos em maio de 1756, após quatro meses de marcha. Em 16 Jan 1756, operou junção com o Exército da Espanha no Campo das Mercês, assim chamado pelas condecorações e graças que ambos os exércitos concederam a seus integrantes.

A partir de Santa Tecla, os índios liderados por Sepé Tiarajú levaram a efeito uma Guerra de guerrilhas, a mãe da “Guerra à gaúcha”.

Queimaram as pastagens na retirada, mataram cavalos cansados para não serem usados pelos demarcadores e trucidaram patrulhas e homens isolados que ousaram deixar o grosso dos exércitos.

E o que foi essa Guerra no dia-a-dia ficou no Diário do Cap Jacinto Rodrigues da Cunha na Revista do IHGB, v. 10, 1853.

Em 7 Fev 1756, foi morto o chefe índio Sepé Tiarajú, na Sangra da Bica, na cidade de São Gabriel atual, quando montava um ataque noturno. Foi lanceado por um peão português nas costas e morto pelo governador de Montevidéu Dom José de Viana com um tiro de pistola.

Em 10 Fev 1756 travou-se o combate de Caiboaté, onde o Exército Missioneiro foi cercado e dizimado pelas cavalarias dos dois exércitos, o luso e o espanhol, em cerca de uma hora. Foram mortos 1.400 índios e feitos prisioneiros 127. Estudou esta tragédia o Gen Ptolomeu Assis Brasil em A Batalha de Caiboaté. Porto Alegre: Globo, 1935.

Em 10 Mai 1756 travou-se, próximo a São Miguel, o último combate, o de Churieby, onde os índios se apoiaram em trincheiras e peças de artilharia de taquaruçu (bambu) retovadas de couro. Ângelo Blasco imortalizou esta cena em planta existente no Arquivo Histórico do Exército.

Após penetrar no Sete Povos, o Exército Demarcador lá permaneceu por 10 meses. Nesse período, estima-se que a miscigenação dos soldados com índias missioneiras que tiveram seus maridos mortos em Caiboaté tenha sido intensa. É um fato a pesquisar.

Depois o Exército retirou-se para Rio Pardo, onde ficou por 18 meses. Finalmente, retornou ao Rio, após sete longos anos de per-

manência no Rio Grande do Sul.

Gomes Freire deixou plantados no território gaúcho os fortes de Jesus-Maria-José do Rio Pardo e o de São Gonçalo, no rio Piratini, e ainda o de Santo Amaro, além de haver reconhecido e devassado o interior gaúcho.

Os açorianos que se destinavam aos Sete Povos concentraram-se em torno do Rio Grande e ao longo do Jacuí, entre Porto Alegre e Rio Pardo.

Através das serras dos Tapes e Herval, território dos atuais municípios de Pelotas, Pedro Osório, Canguçu e Encruzilhada, foi aberto e explorado um caminho de articulação das duas bases militares do Rio Grande e Rio Pardo, cujas áreas de jurisdição eram separadas pelo rio Camaquã, curso d'água que passou a separar as fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo, ou seja, a primeira divisão militar do território da atual 3ª Região Militar.

O Regimento dos Dragões do Rio Grande, após 20 anos em Rio Grande, teve transferida sua sede para Rio Pardo, continuando sob a denominação de Dragões do Rio Grande, mas popularmente e por tradição chamados Dragões do Rio Pardo, e também com assinados serviços à História do Brasil no Rio Grande do Sul.

Esta unidade foi amplamente estudada por Fernando Luiz Osório (neto do General Osório) em **Sangue e Alma do Rio Grande**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1937, e pelo Cel Deoclécio de Paranhos Antunes em **Dragões do Rio Pardo**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1954, e ainda pelo Cel Jonathas da Costa Rego Monteiro.

Esteve à frente da Comandância Militar do Rio Grande, durante a Guerra Guaranítica, de 28 Jun 1752 a 17 Jan 1761, o Ten Cel Paschoal de Azevedo, cuja ação foi ofuscada com a presença no Rio Grande do Ten Gen Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro, que tinha jurisdição sobre o Rio Grande do Sul.

## **A CONJURAÇÃO DE CURVELO (1760/63) (A 1ª INCONFIDÊNCIA POMBALINA)**

Nos anos 1760/76 em Minas Gerais houve quatro inconfidências contra a administração portuguesa de Dom José e do seu Primeiro-Ministro, o Marquês do Pombal.

A intenção dos envolvidos nas inconfidências de Curvelo (1760), Mariana (1768), Sabará (1775) e Curvelo novamente (1776) não era o rompimento dos laços com a metrópole. Todas as insatisfações surgiram com o enfrentamento entre o Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus, circunstância que culminou com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759. A notícia dessa expulsão deixou contrariada a população mineira. D. José I e Pombal foram atacados e criticados por meio de panfletos, brados, conversações e burburinhos que continham violentos insultos ao rei e ao marquês.

A primeira inconfidência foi em Rio das Velhas, Curvelo, em 1760, na forma de cartas de caráter oficial escritas pelo papa e dirigidas à comunidade cristã. Elas eram altamente ofensivas ao rei português e seriam uma resposta aos reis tiranos que vinham se sucedendo em Portugal, inclusive com suplício e condenação à morte de vários nobres incriminados pela tentativa de regicídio contra D. José I, em 1758.

Exigências fiscais também foram causas das conjurações. O esgotamento gradativo das minas na metade do século XVIII, tornara o pagamento do mínimo de cem arrobas anuais impossível de ser pago e as dívidas em atraso chegaram a atingir 4.760 quilos de ouro. O governador Antônio de Noronha mandou prender numerosos inconfidentes, sendo 15 deles considerados culpados de crime de lesa-majestade por terem conspirado contra as leis e ordens vigentes. Entre eles, o Dr. José Góis Ribeiro de Moraes, ouvidor de Sabará, o padre José Correia da Silva, vigário de Curvelo e os padres Antônio Pereira de Carvalho, Antônio Pereira Henriques e Cipriano Correia.

Na última conjuração, a de Curvelo (1776) foi acusado pelos paroquianos de falar mal do rei o padre Carlos José de Lima, o que era de conhecimento geral. Denunciado por seus inimigos, foi preso. As testemunhas que ouviram as imprecações do vigário e não as denunciaram foram igualmente condenadas pelo crime de inconfidência, inclusive os denunciantes. A rigidez dos agentes da Coroa é explicada pelo fato de a segunda inconfidência de Curvelo ter sido antecedida por outras duas, as de Mariana e Sabará. Os ataques ao rei espalhavam-se perigosamente.

A taxa de impostos sobre a extração de ouro era de um “quinto”, ou seja 20%. Entre 1700 e 1788 MG produziu 26.295 arrobas

(cada arroba é 15 Kg). Portanto, foram 394.425 Kg.

No período 1774/85 a extração não conseguiu atingir o “quinto” estipulado pelas autoridades. A “derrama” foi a cobrança da diferença entre o “quinto arbitrado” e o “quinto arrecadado”. Esta situação foi refletir-se na Inconfidência Mineira de 1789 ([www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br)).

## **AS INCONFIDÊNCIAS MINEIRA E DO RIO DE JANEIRO MG e RJ (1789-90)**

### **Antecedentes**

O Brasil despontou aos olhos da Europa a partir de 1710 como o mais rico país produtor de ouro nas regiões de Minas Gerais, Cuiabá e Goiás.

Para o economista e sociólogo alemão Werner Sombart (1863-1941) o desenvolvimento capitalista e industrial da Europa no fim do século XVIII não teria sido possível sem a maciça entrada do ouro brasileiro no Velho Continente.

Lisboa, que estava em ruínas pelo terremoto de 1755, foi reconstruída. O ouro fez florescer a indústria inglesa e o comércio da Europa.

Durante o Ciclo do Ouro no Brasil, o luxo e a ostentação foram possíveis e visíveis em pequenas cidades mineiras lideradas por Vila Rica (atual Ouro Preto). Foram cidades que surgiram da noite para o dia, e cresceram em ritmo acelerado.

Com o Ciclo do Ouro e a corrida para ele, Minas Gerais passou a contar com um governador, ou seja, um defensor dos direitos da coroa, auxiliado por tropa de Linha, funcionários de toda ordem e muitos fiscais. As barreiras ou registros foram guarnecidos para prevenir o descaminho do ouro, o qual passou a ser obrigatoriamente fundido e os viajantes passaram a ser fiscalizados. O crime e as transgressões eram punidas com severos castigos.

Ao lado de abundante legislação, foi regulamentada uma pesada tributação sobre o ouro que atingiu índices de verdadeira insensibilidade social, começando pelo “quinto” do ouro, mas houve outros tributos menores. Vinham a seguir a clausura, que trancava

as regiões mineradoras, inclusive as diamantíferas; os registros, que bloqueavam entradas e saídas e a taxaço, onerando, pesadamente, as mercadorias indispensáveis à vida e ao trabalho das populações mineradoras; proibições de toda espécie, impedindo as atividades de advogados, ourives e da imprensa. Estas medidas tributárias foram agravadas pelo ato de D. Maria I, que proibiu as manufaturas e mandou arrasar as existentes.

As difíceis condições de vida a que estavam submetidas as populações dos núcleos mineradores pioraram no século XVIII. A produção das minas caiu. Vila Rica virou “a Vila Pobre”. Mas para Portugal, a exigência era de 100 arrobas, no mínimo. Com a queda da produção, o imposto deixou de ser pago. E a dívida dos contribuintes foi crescendo.

Em consequência, surgiu uma grande preocupação para o povo das minas: a cobrança da dívida à força, significando violência, ruína, sequestro, talvez prisão por insolvência. Ou seja, como ficou conhecida, a derrama.

Na América do Norte, em 1776, houve a independência das ex-colônias inglesas, que passaram a chamar-se Estados Unidos da América do Norte, uma república.

Lá se declarou sagrada a vida humana e a liberdade de pensamento - todos os homens são livres, iguais e dignos de participar do governo que, quando não garantir as liberdades dos povo, a este assistia o direito de depô-lo.

Estas ideias difundiram-se pelo mundo, inclusive no Brasil, e fizeram parte do ideal da revolta conhecida como Conjuração Mineira.

As liberdades públicas eram o sonho dos “conjurados”. Os ideais de liberdade no Brasil foram trazidos por estudantes brasileiros que estudaram em universidades europeias. Foram José Joaquim de Maia, Domingos Vidal Barbosa, José Alves Maciel, José Mariano Leal e outros.

Vila Rica era a sede do governo de Minas. Possuía como guarnição um Regimento de Dragões. Era a sede de órgãos da Justiça e de altos funcionários. Sua sociedade era rica. Seus filhos, em muitos casos, estudavam na Europa. Em Vila Rica, os sentimentos nativistas eram potencializados pela ganância e prepotência da Coroa. Foi em Vila Rica que germinou o protesto contra a opressão e contra a explo-

ração das cortes portuguesas às quais era submetido o povo.

Nomes como o do poeta Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, também poeta e advogado; Alvarenga Peixoto, poeta, proprietário de minas e coronel do Regimento de Cavalaria do Rio Verde, apareceram ao lado de nomes de padres, como Oliveira Rolim e Toledo Melo. E também militares profissionais como o Tenente-coronel de Cavalaria Francisco de Paula Freire de Andrade e o Alferes Joaquim da Silva Xavier. Este tinha, por alcunha “o Tiradentes”. Todos eram identificados com os ideais de liberdade e de justiça.

Durante longo tempo permaneceram quase desconhecidas a Conjuração Mineira de 1789 e também a Conjuração Carioca. O Império, como seria natural, não teve interesse em evocar a tentativa republicana mineira.

A divulgação do conteúdo do famoso ‘saco verde’ da Secretária do Império, constitui o primeiro passo para a reivindicação que se impunha. Continha ele uma coleção de documentos originais das duas devassas a que se procedeu, em Vila Rica e no Rio de Janeiro.

Dos trinta e quatro indiciados nas conjurações Mineira e Carioca, oito foram julgados inocentes. Constituíram o grupo ativo aqueles que tomaram a peito o levante: Alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tenente-coronel Freire de Andrade, padres Carlos de Toledo e Oliveira Rolim, Coronel Inácio José de Alvarenga, Tenente-coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Sargento-mor (Major) Luiz Vaz de Toledo Piza e Tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira.

Em Minas Gerais o dia da Derrama era o sinal para o início do levante.

Um traidor denunciou a trama ao governador Visconde de Barbacena. Avisado, ele suspendeu a derrama - sinal combinado para o início da revolta, medida que serviria de pretexto à deflagração da revolta. Ao mesmo tempo, Barbacena ordenou as prisões dos conjurados. Tiradentes foi preso no Rio de Janeiro, onde estava fazendo propaganda. 32 foram presos em Vila Rica, na maior parte membros das principais famílias de Vila Rica. Foram transferidos para o Rio, onde foram encarcerados. Uns na cadeia local carioca e outros na Fortaleza da Ilha das Cobras.

Em 1790, condenaram-se 11 à pena de morte. Mais tarde, comutou-se a pena de morte pela de degredo, exceção de Tiradentes,

que foi enforcado no Rio de Janeiro e esquartejado, sendo as partes do corpo dependuradas nas estradas.

Tiradentes - o patrono cívico do Brasil, Joaquim José da Silva Xavier, alferes da Cavalaria das Minas Gerais, tornou-se a figura maior da Conjuração Carioca e da Mineira, por seu entusiasmo e amor à causa.

Tiradentes e outros conjurados militares constituem mais uma prova de identificação da força terrestre brasileira com as aspirações da Nacionalidade.

Se houvesse o argumento de que o acaso poderia explicar a presença da Força Terrestre no movimento libertário, citaríamos a repetição do fenômeno social na Inconfidência Baiana de 1798 e na Revolução Nativista Pernambucana de 1817. A constância da participação de militares de terra nos movimentos precursores da nossa Independência se, de um lado, decorre da própria natureza da força terrestre no período colonial - o povo em armas - de outro nos mostra que seu seguimento regular ou profissional, o Exército de então, já não era uma classe ou uma casta que perseguiria objetivos estranhos aos interesses da Nacionalidade nascente.

Como se verá, a Revolução Farroupilha, de cujo seio emergiu a República Rio Grandense - a única experiência republicana efetiva antes de 15 Nov 1889, contou com a participação decisiva dos comandantes das unidades do Exército no Rio Grande do Sul e de integrantes das mesmas, fato que tem sido sonogado.

O primeiro general farroupilha proclamado foi o fluminense Major João Manoel da Lima e Silva, comandante do Batalhão de Infantaria destacado em São Borja. O Coronel José Mariano de Matos, carioca e comandante do Batalhão de Artilharia no Rio Pardo, foi Ministro da Guerra, Vice-Presidente e Presidente interino da República.

Os dois Bentos, o Gonçalves e o Manoel Ribeiro eram coronéis de Estado-Maior do Exército e ex-comandantes de unidades de Cavalaria do Exército em Jaguarão e Alegrete. E assim por diante. Explicaremos em detalhes ao abordarmos a Revolução Farroupilha e uma questão militar como causa da Revolução e que tem sido sonogada pela historiografia da Revolução.

Tiradentes recebeu do Brasil a mais alta distinção: a de ser o Patrono Cívico da Nacionalidade.

## A CONJURAÇÃO BAIANA OU DOS ALFAIATES - BAHIA (1798)

Em agosto de 1798 começam a aparecer nas portas de igrejas e casas da Bahia, panfletos que pregavam um levante geral e a instalação de um governo democrático, livre e independente do poder metropolitano português. Os mesmos ideais de república, liberdade e igualdade que estiveram presentes na Inconfidência Mineira, agitam agora a Bahia.

A Conjuração nasceu na “Academia dos Renascidos”. O movimento, também chamado de Revolta dos Alfaiates foi emancipacionista por pequenos comerciantes e artesãos, destacando-se os alfaiates, além de soldados, religiosos, intelectuais, e setores populares.

A Inconfidência de Tiradentes foi pioneira no caráter republicano mas a Conjuração Baiana, mais ampla em sua composição social, apresentou o componente popular e propunha também, pioneiramente, a abolição da escravatura.

Na segunda metade do século XVIII houve profundas transformações na história, como a crise do Antigo Regime europeu e de seu desdobramento na América, a crise do Antigo Sistema Colonial.

No Brasil, o Iluminismo e a independência dos Estados Unidos, já tinham influenciado a Inconfidência Mineira em 1789. Os ideais de liberdade e igualdade contrastavam com a precária condição de vida do povo, agravada pela elevada carga tributária e pela escassez de alimentos. Um precário quadro socioeconômico.

Em 1797, uma série de motins e ações extremadas dos setores mais pobres da população baiana, levaram a situação a saques em estabelecimentos comerciais portugueses de Salvador. Nesta crise, foi fundada em Salvador a “Academia dos Renascidos”, associação literária que discutia o Iluminismo e os problemas sociais. A Academia foi criada pela loja maçônica “Cavaleiros da Luz”, da qual participavam nomes ilustres como Cipriano Barata e Francisco Muniz Barreto, entre outros.

A participação popular, o objetivo de emancipar a colônia e abolir a escravidão, foram as diferenças deste movimento em relação à Inconfidência Mineira que, mais elitista, não se posicionou formalmente em relação ao escravismo.

Os líderes foram os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira (este com apenas 18 anos de idade), além dos soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, todos mulatos (afro-descendentes). Mulheres negras (afro-descendentes), como as forras Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento participaram.

Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas tomaram as ruas de Salvador com panfletos para obter mais apoio popular e incitar à rebelião. Os panfletos continham pequenos textos e palavras de ordem.

Esta Conjuração foi influenciada pela fase popular da Revolução Francesa, quando os jacobinos liderados por Robespierre conseguiram importantes avanços sociais em benefício das camadas populares, como o sufrágio universal, ensino gratuito e abolição da escravidão nas colônias francesas. Esta última conquista influenciou movimentos de independência na América Latina, como no Haiti e em São Domingos, acompanhada de liberdade no comércio, do fim dos privilégios políticos e sociais, da punição aos membros do clero contrários à liberdade e do aumento do soldo dos militares.

A repressão conseguiu deter o movimento em sua origem, detendo os primeiros suspeitos. Governava a Bahia nessa época (1788-1801) D. Fernando José de Portugal e Castro, que encarregou o coronel Alexandre Teotônio de Souza de surpreender os revoltosos. Com as delações, os principais líderes foram presos e o movimento foi totalmente desarticulado.

Após o julgamento, Manuel Faustino dos Santos Lira, João de Deus do Nascimento, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas foram enforcados no Largo da Piedade em 8 de novembro de 1799. Cipriano Barata, Hermógenes Aguilar e Francisco Muniz foram absolvidos. Inácio da Silva Pimentel, Romão Pinheiro, José Félix, Inácio Pires, Manuel José e Luiz de França Pires receberam pena de prisão perpétua ou degredo na África. Os integrantes da loja maçônica “Cavaleiros da Luz” foram absolvidos. A pena pela condenação correspondeu à condição socioeconômica e à origem racial dos condenados. A extrema dureza na condenação aos mais pobres, que eram (afro-descendentes), negros e mulatos, é atribuída ao temor de que se repetissem no Brasil as rebeliões de (afro-descendentes), negros e mulatos que, na mesma época, atingiam as Antilhas ([www.historia-net.com.br](http://www.historia-net.com.br)).

## LUTAS INTERNAS NO PERÍODO DO REINO UNIDO PORTUGAL, BRASIL E ALGARVE (1815/22)

O período das lutas internas do período monárquico durou 81 anos (1808-89), ou seja, de 1808, transferência da sede do Reino de Portugal para o Brasil com a chegada do Príncipe Regente D. João e da Rainha D. Maria I, até 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República pelo Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, o qual passou à História como o Proclamador da República Brasileira.

Neste quase um século de Monarquia no Brasil, regime ao qual muito se deve a preservação da Soberania, Integridade e Unidade Nacional, ocorreram as lutas internas abaixo citadas, que foram conjuradas, e assim foi preservada a Unidade do Brasil. Lutas que ameaçaram transformar o Brasil quando este dava seus primeiros passos como nação independente sendo assim uma colcha de retalhos. Em especial, as lutas que eclodiram no período regencial.

Estas foram as principais lutas internas no período monárquico ocorridas no Brasil, afora motins e pequenas revoltas locais de pequena intensidade, que Hernani Donato focaliza em seu **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1996, 2ª ed.

### A REBELIÃO DOS ESCRAVOS NA BAHIA (1814)

As rebeliões escravas na Bahia no século XIX tiveram a participação de africanos trazidos do Sudão Central, região que desde o início do século era cenário de conflitos políticos de base religiosa, iniciados com uma “jihad” em 1804. Vítimas dessas guerras deixaram a Costa da Mina com destino à Bahia. Eram islâmicos, sobretudo haussás, e foram protagonistas de diversas conspirações e revoltas na Bahia entre 1807 e 1816. A mais séria aconteceu a partir de 28 de fevereiro de 1814 e envolveu escravos de Salvador e subúrbios litorâneos.

A revolta dos escravos de 1814 reuniu vários grupos étnicos como os haussás, malês, tapas, bornos e nagôs, todos sob o comando dos mais numerosos, os haussás. O líder era um negro de nome João a quem era atribuído o título de Malomi. Os malês eram os nagôs islamizados.

A revolta começou pela armação de Manuel Ignácio da Cunha

Menezes, futuro Visconde do Rio Vermelho, figura proeminente da elite econômica e dirigente baiana. Os revoltosos mataram um feitor e membros de sua família, incendiaram casas e instrumentos de trabalho, como redes e cordas. Em seguida atacaram outras armações, fazendas e a vila de Itapoã, onde mataram moradores e incendiaram casas. Depois do ataque a Itapuã, marcharam rumo ao Recôncavo, margeando o rio de Joanes, e no caminho incendiaram mais casas e plantações. Na região de Santo Amaro de Ipitanga (atual município de Lauro de Freitas) os rebeldes foram combatidos por homens da Casa da Torre e moradores locais, sob o comando de Manoel Rocha Lima, mais homens liderados pelo cabo Domingos Gomes da Costa. Trinta homens da Cavalaria e Infantaria foram despachados de Salvador pelo Conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha e Brito, então governador da Bahia, comandados pelo Coronel José Thomaz Boccaciari, que não chegaram a combater.

Os rebeldes lutaram valorosamente dando vivas a seu “rei” e “morreram brancos e mulatos”. A batalha final durou menos de uma hora. Cansados da agitação ao longo de quatro a seis léguas e lutando com armas brancas os rebeldes não suportaram as armas de fogo dos opositores e foram derrotados no meio da tarde. Por levantamentos da Justiça, a revolta durou entre oito e nove horas. Segundo o Conde dos Arcos “os negros, furiosos contra os brancos, atacavam tão desesperados e cegos que só cediam com a morte”. Conforme esta autoridade, cinquenta negros foram mortos. Os que escaparam das autoridades teriam fugido para Alagoas e outros se escondido nas matas dos arredores de Salvador. Os aprisionados foram submetidos ao Tribunal da Relação da Bahia (Reis, p. 77, disponível em [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)).

Os demais revoltosos da insurreição de 1814, que haviam se aquilombado nos arredores de Salvador, realizaram mais uma revolta em 1816, depois da qual os haussás deixaram a liderança das rebeliões, até que em 1826 as mesmas recomeçaram, já sob a liderança dos nagôs convertidos ao islã. Dessas revoltas, destaca-se o levante de 1835. Os malês tentaram revogar a sua sorte nas terras brasileiras enfrentando o poder constituído pelos “infieis católicos”. Mas, devido à superioridade dos armamentos dos brancos, as revoltas foram vencidas. ([www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br)).

# A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

## Generalidades

As lutas internas fratricidas ocorridas no Brasil tiveram o sabor de tragédias gregas, nas quais as partes em confronto estão com a razão e a verdade. E parece que o Duque de Caxias entendeu logo isso, em sua ação pacificadora da Família Brasileira, dividida por ideias elevadas, mas conflitantes e até inoportunas, como a República.

Segundo Lourenço Lacombe, ex-diretor do Museu Imperial de Petrópolis, o título de Pacificador de Caxias foi iniciativa de D. Pedro II em uma reunião oficial em que os convidados, após cumprimentarem o Imperador, este apontava para Caxias, próximo, e dizia ao interlocutor “Cumprimente o nosso Pacificador!”

Caxias usou em sua campanha pacificadora o sábio conselho de Simon Bolívar:

***“Nas lutas internas, impõe-se a generosidade para com o adversário, senão a violência cresce em escala geométrica.”***

Os ideais republicanos irradiados da França, dos Estados Unidos, da Inconfidência Mineira e Carioca, e mesmo os que tiveram origem na Guerra dos Mascates, em Olinda, encontraram acolhida em Pernambuco em 1817.

A República encontrou guarida entre os padres do Seminário de Olinda e entre oficiais brasileiros do Regimento de Artilharia do Recife, em razão da fortíssima rivalidade que possuíam com os oficiais portugueses e também na Maçonaria. O Regimento de Artilharia era situado, no passado, defronte à Santa Casa. Na Maçonaria, lideranças militares, clericais e civis republicanas acertavam os ponteiros, como o maçom Capitão Domingos Teotônio Jorge, que será o líder da Revolução, e mais 60 padres e 10 frades, todos maçons, liderados pelo padre João Ribeiro Pessoa, alma da revolução e mestre, junto com o padre Miguelinho, do Convento de Olinda. Incluiu-se também o Frei Caneca, que atuará como secretário de um corpo militar revolucionário e irá liderar, sete anos mais tarde, outra revolução republicana - a Confederação do Equador.

Na Europa, a Maçonaria havia congregado secretamente homens crentes em Deus de diversas confissões religiosas para com-

bater o Absolutismo e implantar os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade no mundo.

Como se defrontavam dois regimes, o Monárquico e o Republicano, ambos desejavam, independente de República ou Monarquia, serem os povos dirigidos por uma Constituição ou Carta Magna.

Desse modo, passaram a incidir na América do Sul duas correntes maçônicas:

- a Maçonaria inglesa (ou azul), defensora da Monarquia Constitucional, e

- a Maçonaria francesa (ou vermelha), favorável à República Constitucional.

E nos subterrâneos da política brasileira iriam digladiar-se essas duas correntes, gerando em grande parte as lutas internas na Monarquia.

A Monarquia Constitucional era vista na época como capaz de manter a unidade da América do Sul portuguesa e da espanhola, que davam seus primeiros passos como independentes. O General San Martin era favorável à Monarquia Constitucional, e Simon Bolívar à República Constitucional. Num encontro entre ambos os libertadores, em reunião maçônica, San Martin teria sido voto vencido e então se retirou para a Europa sem dar explicações, deixando o campo livre para Bolívar que não conseguiu, como é público e notório, manter a sonhada unidade da América do Sul espanhola.

O nosso Duque de Caxias pertenceu a Maçonaria inglesa (ou azul), favorável à Monarquia Constitucional, por julgar a mais indicada para a época. O General Osório, por seu turno, era ligado à Maçonaria francesa ou vermelha, desde tenente em Rio Grande (cidade). Ali recebeu simbolicamente uma armadura para seu peito guerreiro. Mas achava que não havia chegado o tempo da República e que o trono significava ainda, e por muito tempo, a Unidade Nacional.

A compreensão dessa ideia de Osório pela linha maçônica vermelha, que caracterizou a Revolução Farroupilha, irá somar-se às forças de que Caxias dispôs para pacificar a Família Brasileira, em 1º de março de 1845, em Dom Pedrito atual, conforme abordamos na obra **Contribuição à História de Dom Pedrito**. Dom Pedrito: Prefeitura, 2001, e em **O Exército farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, 2 v.

A presença de Caxias na maçonaria é estudada por PROBER, Kurt. **O Duque de Caxias, sua vida na Maçonaria**. Rio: 1972 (Sesquicentenário da Maçonaria no Brasil).

## **O desenvolvimento da Revolução Pernambucana de 1817**

Pernambuco dispunha na época de duas unidades do que hoje seria o Exército. Uma de Infantaria e a outra de Artilharia. Nesta última teve início a revolução. Possuía, além daquelas, 18 corpos de Milícias, sendo 11 no interior, e oito fortes litorâneos.

O estopim da revolução foi um incidente em uma festa comemorativa da expulsão dos holandeses na qual um alferes do Regimento dos Henriques surrou um português que havia injuriado os brasileiros. A oficialidade portuguesa dominante, julgando tratar-se de um incidente grave envolvendo aspectos políticos e sociais, tratou de punir os militares brasileiros envolvidos.

O comandante do Corpo de Artilharia, um brigadeiro português, ao tentar efetuar a prisão dos três oficiais brasileiros de sua unidade, inclusive o líder Capitão Domingos Teotônio, foi assassinado pelo Capitão José de Barros Lima, “O Leão Coroado”, que o atravessou com sua espada, auxiliado por um familiar. Espada que se encontra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano, onde se encontram também valiosas fontes sobre esta tentativa republicana.

O Capitão Teotônio começou então a agir com vistas a implantar um governo republicano em Pernambuco. O Governador procurou proteção no Forte do Brum onde capitulou, sem resistir, em 7 de março de 1817 e embarcou para o Rio.

Foi criado um Governo Provisório representativo das diversas categorias sociais. A militar foi representada pelo Capitão Teotônio, a eclesiástica pelo padre João Ribeiro Pessoa, e a comercial por outro líder maçom - Domingos José Martins.

Foram melhorados os vencimentos e promoções na tropa, depois de alguns protestos contra privilégios. Os ideais da Revolução Francesa se alastraram pelo Nordeste tendo conquistado a Paraíba em 14 de março e o Rio Grande do Norte em 29 do mesmo mês.

Foram enviados emissários ao Ceará, à Bahia e também aos Estados Unidos. Para este, com dinheiro para comprar armas e muni-

ções, contratar oficiais e obter apoio daquela República.

O padre Roma, enviado à Bahia, foi preso e fuzilado defronte ao seu filho, o Capitão de Artilharia José Inácio de Abreu e Lima, que lá se encontrava preso no forte São Pedro “por assuada, resistência e ferimento” ao envolver-se em incidente com oficiais portugueses quando servia na unidade de Artilharia em Recife. O General Abreu e Lima é hoje denominação histórica da Companhia de Engenharia de São Bento do Una, PE. Estudamos a sua vida e obra em **2010-200 anos da criação da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras**. Resende: AHIMTB, 2010, p.110/145.

Conseguiu Abreu e Lima evadir-se em 18 Fev 1818 e fugir para a Grã-Colômbia onde se uniria a Simon Bolívar e participaria, com destaque, da Libertação da América, conforme nosso artigo “O brasileiro que foi general de Simon Bolívar” (Revista **A Defesa Nacional**, nº 725, 1986), que resgata sua vida militar como oficial de Artilharia egresso da Academia Real Militar a qual frequentou de 1812-16.

Os conhecimentos amalhados ele colocou a serviço da libertação da América, como chefe de Estado-Maior de lideranças libertadoras da Venezuela, Colômbia, Equador e Peru, razão por que muito justamente figura em monumento na Venezuela - Aos libertadores da América.

Em 3 Abr 1817, os comandantes de unidades revolucionárias foram apresentados à bandeira com tope nacional da nova república, que é a atual bandeira de Pernambuco, e juraram solenemente defendê-los até a morte.

A reação do governo não se fez esperar. Em 23 Abr uma esquadra do governo com quatro barcos bloqueou o porto do Recife e foram lançadas proclamações anti- revolucionárias em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. No Rio Grande do Norte o povo, aos brados de Viva El Rei!, varou à espada um oficial revolucionário, numa espécie de resposta ao ato do Leão Coroado. Na Paraíba a contra-revolução foi vitoriosa.

O Conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha e Brito, lançou tropas da Bahia pelo litoral e teve início a derrocada revolucionária. Em 13 e 14 de maio, no Engenho do Trapiche, os revolucionários, em grande inferioridade numérica, se retiraram e abandonaram sua Artilharia em

presença das forças do Conde dos Arcos, personagem que mais tarde seria proprietário do edifício onde funcionou por muitos anos o Senado e que atualmente abriga no Rio uma Faculdade de Direito.

No Recife, os revolucionários se renderam à força naval. Recife foi abandonada e ocupada pela força naval.

E teve início a repressão dura e violenta contra os revolucionários, simpatizantes e suspeitos. Violência que teve como agentes, inclusive, ex-revolucionários. A violência foi resposta à revolução iniciada com uma violência inominável nos meios castrenses, qual seja a de ferir de morte a Hierarquia e a Disciplina. Ou seja, a violência gerando a violência em escala geométrica, segundo Bolívar.

Os ideais dessa revolução nativista seriam concretizados 72 anos mais tarde com a Proclamação da República pelo alagoano Mal Manoel Deodoro da Fonseca e consolidada por outro alagoano, o Mal Floriano Peixoto. Esta, ao custo das sangrentas e cruéis Guerra Civil de 1893-95 na Região Sul e Mato Grosso e a Revolta da Armada de 1893-94, com reflexos em todo o país. Ocasão em que foi organizada em Pernambuco a Esquadra Legal, que teve papel decisivo na vitória do Governo no domínio da revolta na Armada na Baía de Guanabara e o refluxo federalista do Paraná para o Sul.

Caso a Revolução Pernambucana tivesse vencido, como teria sido o destino do Brasil, cuja Unidade e Integridade haviam sido preservadas pela Insurreição Pernambucana de 1640-54, que expulsou os holandeses do Brasil? Evento que na interpretação do grande pernambucano Gilberto Freyre:

**“Em Guararapes escreveu-se a sangue o destino do Brasil!  
O de ser um só e não dois ou três hostis entre si”.**

Convidamos o leitor a meditar e fazer uma simulação futuroológica!

A repressão violenta e outras questões pendentes como o conflito nativistas x portugueses levaram Pernambuco a fazer sete anos mais tarde, mais uma tentativa republicana - A Confederação do Equador de 1824, além de outras revoltas de intensidades variadas, assunto que está a merecer um estudo, integrando todas.

Hoje sabe-se que, no contexto deste movimento revolucionário

rio, foi planejado libertar Napoleão da ilha de Santa Helena e trazê-lo para o Brasil para colocar-se à frente da Revolução. É o que aborda Donatello Grieco em **Napoleão e o Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995.

Nesta época Caxias, com 13 anos, ultimava seus estudos preparatórios no Seminário Real São Joaquim, na atual rua Marechal Floriano, que viria ali a se transformar no Colégio Pedro II. Decorridos pouco mais de dois meses, em 25 Ago 1817, jurou a Bandeira do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve e iniciava sua brilhante carreira de soldado.

## **LUTAS INTERNAS NO PERÍODO DA REGÊNCIA DE DOM PEDRO (1821/22)**

### **O MOTIM DO 1º BATALHÃO DE CAÇADORES DE SANTOS - 1821**

Conforme Hernani Donato (1996, p. 103), este motim foi mais uma das muitas inquietações nativistas que sacudiram o Brasil. Neste caso, a manifestação foi em função das diferenças de tratamento entre o soldado reinol e o colonial, além do atraso de até três anos no soldo miserável e da permanência de condições difíceis para a vida no quartel e fora dele.

Estas circunstâncias levaram o batalhão ao motim, que também foi chamado de “Motim da fome”. A revolta nativista foi chefiada pelos soldados José Joaquim Cotindiba e Francisco das Chagas, mais conhecido por Chaguinhas.

O Comandante da Guarnição militar de Santos era o Tenente-Coronel Bento Alberto da Gama e Sá e a Província estava sob um governo provisório.

Estourou a revolta no interior do quartel na noite de 27 para 28 de junho. Conforme o jornal santista **A Tribuna**, de 26 de janeiro de 1939 (disponível em [www.novomilenio.inf.br/santos/h0004.htm](http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0004.htm)):

***todos os oficiais, reconhecidamente portugueses de sentimento, ou os que haviam feito uso de maus tratos em dadas ocasiões, foram presos e executados pelos soldados***

***exaltados, auxiliados por muitos populares, que haviam aderido ao movimento.***

Transbordando a revolta para fora do quartel, houve tiroteios, assassinatos, saques e incêndios. Uma corveta real surta ao largo do porto foi alvo de tiros de dentro do quartel.

As autoridades enviaram a Santos o 2º Batalhão de Caçadores sob o comando dos coronéis Lázaro José Gonçalves e Daniel Pedro Müller, tendo havido severa repressão sobre os amotinados. Os dois principais enfrentamentos foram em 28 de junho e em 6 de julho de 1821.

Tendo sido aprisionado e levado para a capital, Francisco das Chagas foi executado no Campo da Força. em São Paulo em 20 de setembro de 1821.

### **A CAMPANHA NATIVISTA DA JUNTA DE GOIANA (1821)**

Confrontos armados entre os partidários das Juntas Governativas de Recife e a de Goiana (78 Km ao norte de Recife), entre julho e outubro de 1821. Os principais confrontos foram os seguintes: em Olinda, a 21 de julho e 21 de setembro; em 29 de setembro em Recife; e em 1º de outubro em Afogados.

Conforme Juliana Ferreira Sorgine [**Anais da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005 (disponível em: [anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0538.pdf](http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0538.pdf))]:

***Em 29 de agosto de 1821, na vila de Goiana, região norte da Província de Pernambuco, um segmento das elites pernambucanas - a um só tempo liderança econômica e militar do Norte de Pernambuco - aliado a alguns antigos participantes do movimento de 1817, instalou uma Junta Governativa Provisória com o objetivo de aderir à política das Cortes Constitucionais Portuguesas e desautorizar o governo do representante maior do monarca em Pernambuco, o Governador e Capitão-General português Luiz do Rego Barreto.***

***A partir de então, durante quase um mês, a Junta de Goiana coexistiu com o Conselho Governativo do Recife - presidido pelo General Rego Barreto. Essas duas representações, como veremos adiante, disputaram a exclusividade no controle do governo da província de Pernambuco até finais de outubro de 1821, em meio ao conturbado processo de adequação política das províncias brasileiras às novas formas de organização que estavam sendo lentamente elaboradas no âmbito das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa.***

Conforme Hernani Donato, Luiz do Rego Barreto acusava os anistiados de 1817 pela agitação. Já era de franca rebelião nativista o clima político-social dominante. Esperavam para entrar em ação os “batalhões patrióticos” de formação e nomes significativos: Montalvão, o de negros; Bravos da Pátria, o de mulatos; Intrépidos, o de brancos.

A 1º de junho de 1822, um pronunciamento popular aclamou o príncipe regente Dom Pedro como monarca brasileiro. A Junta de Goiana galvanizou o entusiasmo nativista e moveu guerra de independência. Nos combates quase sempre a vitória preferiu os reinóis.

A 5 de outubro de 1821, retirando-se para Lisboa, Luiz do Rego assinou a Convenção do Beberibe, a qual dividia o governo entre a Junta do Recife (compreendendo Recife e Olinda) e a Junta de Goiana, com jurisdição sobre o restante do território pernambucano. A pacificação do confronto armado estabelecido entre os aliados do governo de Luiz do Rego e os partidários da Junta de Goiana foi acertada por intermédio de Gervásio Pires Ferreira e Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, na citada Convenção de Beberibe no mesmo dia 5 de outubro de 1821.

Nesta ocasião, foram realizadas eleições na Cidade de Olinda, para a criação de uma nova Junta Governativa Pernambucana. A nova Junta, presidida pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira - o mais notório entre os pacificadores da Convenção de Beberibe - contou com maioria recifense, para desagrado dos “goianistas”, apesar de ter sido eleita fora dos domínios da Câmara do Recife.

## A REVOLUÇÃO DO DIA DO FICO NO RIO DE JANEIRO (1822)

Na condição de Príncipe Regente do Brasil, com a volta de Dom João VI para Portugal, Dom Pedro ficou sujeito às idiossincrasias das Cortes portuguesas, que desejavam o retorno à condição de Colônia.

Em 09 de dezembro, a correspondência de Lisboa trazia dois decretos, um deles determinando a imediata volta do Príncipe à Portugal, para viagens de estudo pela Europa, e o outro estabelecendo um novo regime político-administrativo para o Brasil, o qual previa a total submissão das províncias à metrópole. Ou seja, o retorno à dependência colonial.

O Príncipe ficou extremamente humilhado e furioso e não se sujeitou às ordens da Corte estimulado pelos patriotas brasileiros, principalmente os do “Clube da Resistência”, dirigido por José Joaquim da Rocha.

José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em São Paulo, adotou a linha de ação de que a insubmissão de Dom Pedro significaria a independência. Redigiu então a “Representação de São Paulo”, pedindo ao Regente que permanecesse no Brasil.

Ao meio-dia de 09 de Janeiro, José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara dirigiu-se, à frente dos vereadores, em direção ao Paço, onde discursou pedindo ao Regente que ficasse no Brasil. Atendeu Dom Pedro dizendo:

***“Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação diga ao povo que fico”.***

E da janela, para o povo: ***“Agora só tenho a recomendar-vos união e tranquilidade”.***

O General Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares, Comandante das Armas da Corte, rebelou-se contra o “Fico” e foi imediatamente demitido por Dom Pedro I. Os batalhões sublevaram-se em apoio a Avilez, este recolheu-se para o Morro do Castelo e depois para a Praia Grande em Niterói montando uma resistência com parte da Divisão Auxiliadora, ou seja, dois batalhões de infantaria, um de

caçadores e a artilharia montada. Foi expulso do Brasil pelo Príncipe, recebendo prazo até 5 de fevereiro para zarpar. Terminado o embarque no dia 15, fez-se o comboio ao mar com destino a Portugal.



**Marechal  
Joaquim Xavier Curado**

Fonte: [www.geni.com](http://www.geni.com)

Avilez foi substituído pelo Marechal de Campo Joaquim Xavier Curado, antigo herói das lutas no sul. Curado montou uma tropa com três mil soldados para combater Avilez mas não chegou a entrar em combate. Sua tropa, entretanto, serviu para garantir o Dia do Fico. Como reconhecimento, recebeu de Dom Pedro os títulos de Barão com grandeza e Conde de São João das Duas Barras (Calmon, vol. 5, p. 1484/1485).

## **CAPÍTULO II**

# **LUTAS INTERNAS NO PERÍODO MONÁRQUICO**

### **NO GOVERNO DE DOM PEDRO I - PRIMEIRO REINADO (1822/31)**

#### **A TENTATIVA DE ASSASSINATO DE DOM PEDRO I NO RIO DE JANEIRO (1823)**

A dissolução da Assembleia Constituinte por Dom Pedro I em 12 Nov 1823 desagradou aos Liberais, mas agradou aos portugueses do Rio de Janeiro. Os Liberais Republicanos temiam que Dom Pedro I pretendesse reunir Brasil e Portugal, inutilizando a Independência. Sendo assim, decidiram armar um plano para matar o Monarca. Escolheram para a execução o dia do juramento da Constituição.

No dia 26 de novembro de 1823, poucos dias depois da dissolução, o Imperador organizou o chamado Conselho de Estado. Composto por 10 membros, este tinha por objetivo organizar uma Constituição digna da aprovação Imperial e Dom Pedro I controlaria por completo a elaboração do texto constitucional.

A Independência vinha se consolidando, apesar da dissolução da Assembleia e dos planos para matar Dom Pedro I.

Nos primeiros dias de 1824 publicou-se o projeto da nova Constituição, mas ao contrário do que se havia prometido, ela não foi julgada por uma Assembleia Nacional e sim seria outorgada. Afirmando que o apoio a ela era geral, D. Pedro I enviou uma cópia para cada Câmara Municipal, esperando uma resposta de apoio.

Como não havia tempo suficiente para esperar por todas as respostas devido às enormes distâncias existentes no país, pois a

única via de comunicação com diversas localidades era a marítimo-fluvial, o Imperador, a Imperatriz, o Bispo e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro juraram a Constituição no dia 25 de março de 1824. Em outras palavras, uma Constituição outorgada.

Na mesma noite, a família Imperial foi ao teatro, onde deveria ser posto em prática o plano dos Liberais Republicanos de assassinar Dom Pedro I. O plano consistia em incendiar o teatro para que no tumulto da saída o Monarca fosse assassinado. Entretanto, logo no princípio do tumulto, a família Imperial deixou o teatro e Dom Pedro I saiu ileso, sem nem ao menos saber do atentado, cuja existência só foi revelada em 1831, após a abdicação.

([www.klepsidra.net/klepsidra6/constituicoes.html](http://www.klepsidra.net/klepsidra6/constituicoes.html)).

## **A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR - NORDESTE (1824)**

### **Generalidades**

A permanência da Família Real no Brasil de 1808-1821 criou condições infra-estruturais para a Independência do Brasil. Portugal fora constitucionalizado em função da Revolução do Porto de 1820 e D. João VI obrigado a retornar a Portugal, tendo antes jurado a Constituição. Deixou em seu lugar como Regente do Brasil seu filho D. Pedro e com o seguinte alerta que a tradição consagrou:

***“Coloca a coroa do Brasil na tua cabeça antes que outro aventureiro o faça”.***

Pressões foram exercidas sobre o Príncipe para obrigá-lo a retornar a Lisboa, inclusive à força, e ele recusou-se a tal, com o respaldo de forças militares do Brasil, o que passou à História como o Dia do Fico. Fato que o levou a proclamar a Independência do Brasil em 7 Set 1822 e ser aclamado, cerca de um mês mais tarde, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

Era o final de uma luta surda de bastidores entre a maçonaria ‘azul’ ou ‘inglesa’ liderada por José Bonifácio de Andrada, favorável à Monarquia Constitucional, e a maçonaria ‘vermelha’ ou ‘francesa’ liderada por Gonçalves Ledo e favorável à República Constitucional.

Houve um confronto entre as duas correntes, o que resultou na prisão, na Fortaleza de Santa Cruz, de muitos maçons da linha republicana, inclusive o alagoano padre Antônio José Caldas. Este, depois de fugir da fortaleza, foi ter na Argentina onde colocou-se a serviço de Alvear e com ele invadiu o Brasil pelo Rio Grande do Sul em 1827, na qualidade de capelão. Em 11 Set 1836, na proclamação da República Rio-Grandense, ele encontrava-se próximo, em Rio Branco atual, no Uruguai, defronte a Jaguarão, influenciando nos acontecimentos e estabelecendo ligações com outros maçons nas localidades próximas, como Jaguarão. Esta cidade foi a primeira a reconhecer a República Rio-Grandense, conforme abordamos em artigo: Alagoas e a República do Brasil. In: **Revista do Museu do Açúcar**, Recife, nº 5, 1970.

Face às ameaças internas e externas sobre o nascente império, D. Pedro I melhorou o Exército. Em fala do trono destacou:

***“O Exército está pronto em armamento, pessoal e em disciplina e, em breve, chegará ao auge”.***

Criou ele um avançado e modelar, para a época, Depósito de Recrutadas, entre outras medidas de fortalecimento.

Enquanto Portugal não reconhecesse a nossa Independência, o que só ocorreu em 5 Ago 1825, impunha-se esta mobilização, pois as três divisões de Portugal que guarneciam o Rio, a Cisplatina e a Bahia em pouco tempo foram obrigadas a retornar, não, sem parte dos seus quadros por haverem aderido ao Brasil. Isto foi a oportunidade para oficiais brasileiros ascenderem hierarquicamente no Exército Imperial do Brasil, o qual só teria sua primeira organização pelo Decreto de 24 de dezembro de 1824, em que foram abolidas denominações de unidades pela cor da pele de seus integrantes.

Havia no povo uma mágoa contra militares portugueses que, segundo João Ribeiro:

***“Eles inflamavam e justificavam os ódios nativistas. Eram grosseiros, soberbos e prepotentes e por toda a parte semeavam o rancor e a cólera”.***

Depois de 322 anos de domínio colonial com governos militares,

as mágoas e ressentimentos de parte de lideranças políticas da Assembleia Constituinte iriam transferir-se para o Exército Imperial Brasileiro.

O Imperador se empenhava em constitucionalizar o Império, mas a Assembleia não chegava a um denominador. Cansado de esperar, o Imperador espalhou no Exército a seguinte ideia:

***“Que a Assembleia Constituinte o acabara de depor e de degredar o Exército para os confins do Brasil”.***

Aliás, essa ideia de afastar o Exército da Corte e confiná-lo no litoral e fronteiras existia, e com a Abdicação seria implementada. Também seria diminuída a importância do Exército com a criação da Guarda Nacional e Polícias Militares em 1831, o que foi a origem de algumas revoltas e motins.

A Guarda Nacional então criada na Regência, durante a Revolução de 1842 em São Paulo e Minas, tornou-se política, e a eleição de seus oficiais não era respeitada e sim manipulada. Com o tempo tornou-se anti-Exército, situação que perdurou até 1918 quando foi extinta pelo presidente Wenceslau Braz.

O início de sua decadência e incapacidade para a defesa nacional, a não ser no Rio Grande do Sul, demonstra Jeanne Berrance de Castro no insuspeito trabalho **A milícia cidadã - A Guarda Nacional 1831-50** (Coleção Brasileira nº 359).

E foi com apoio do Exército que o Imperador dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou uma Constituição que vigorou 65 anos, tendo inserida nela a figura do Poder Moderador para prevenir e solucionar crises político-militares. Como teria sido o destino do Império com a Constituição elaborada pela Constituinte? Tente o leitor uma simulação de resposta sobre esta pergunta!

Essa participação atraiu sobre o Exército animosidades de parte de algumas elites políticas da Corte pelo que seria cobrado alto preço da Força Terrestre na Regência ao tentarem confiná-la nas fortalezas e fronteiras e, logo a seguir, reduzi-la a efetivos perigosos, como os regimentos de Cavalaria do Exército. Estes, iriam aderir à Revolução Farroupilha por passarem a efetivos de 100 soldados.

Isto explicaria, em parte, diversos motins que ocorreram na Regência após terem, o Exército e seus chefes, tomado posição a favor

do povo, indo reunir-se no Campo de Santana sob a liderança do pai do futuro Duque de Caxias. Sobre isto escreveu Evaristo da Veiga em nome da Assembleia:

***“Tudo, tudo se deve à resolução e patriotismo do povo e a coragem invencível do Exército Brasileiro que desmentiu as senhas insensatas da tirania”.***

E suas lideranças atuaram prudentemente para evitar outra tentativa precoce de República.

Em 2 Jul 1824, primeiro aniversário da Independência na Bahia, teve início em Pernambuco mais uma revolução republicana - a Confederação do Equador (1824). Terminado esse movimento, o Exército passou, em 24 Dez 1824, por sua primeira estruturação. Foram renumeradas as unidades de Linha e de Milícias e eliminadas denominações que caracterizavam a cor da pele de seus integrantes.

## **O Desenvolvimento da Revolução da Confederação do Equador**

Suas causas imediatas prenderam-se à dissolução da Assembleia Constituinte e outorga da Constituição de 1824 pelo Imperador D. Pedro I, com o apoio do Exército.

O Imperador nomeou governador de Pernambuco o Marquês de Recife, Francisco Pais Barreto. Reagiu a esta medida Manoel de Carvalho Pais de Andrade, presidente da Junta Governativa de Recife-Olinda, tendo se recusado a transferir o governo ao Marquês do Recife. Em 2 Jul 1824, 1º aniversário da libertação da Bahia, Pais de Andrade proclamou a Confederação do Equador e convidou outras províncias nordestinas a participarem.

Tropas da guarnição do Exército do Recife prenderam Pais de Andrade no Forte do Brum. Dali ele foi libertado pela guarnição do forte e juntou-se em Olinda às tropas revoltadas. O movimento conseguiu a adesão do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O porto do Recife foi bloqueado temporariamente por força naval que foi obrigada a retirar-se, face ao informe de que Portugal estaria enviando uma esquadra para atacar o Brasil e restaurá-lo como sua Colônia.

O Imperador incumbiu o Cel Francisco Lima e Silva, pai do

futuro Duque de Caxias, a missão de comandar expedição a Pernambuco para debelar a revolta. Ele foi transportado por uma Divisão Naval ao comando de Thomas Cochrane. Desembarcou sua força em Maceió e seguiu por terra rumo ao Recife.

Em Barra Grande, operou junção com forças do Exército do Recife que para ali haviam se deslocado junto com o Marquês do Recife. Em 12 e 13 Set, depois de desbordar resistência revolucionária na Ponte dos Carvalhos, o Cel Lima e Silva entrou no Recife, e com isso Pais de Andrade buscou asilo na fragata inglesa Tweed.

Em 17 Set, o Cel Lima e Silva atacou Olinda, fazendo com que os revolucionários buscassem proteção no interior. A revolução foi neutralizada na Paraíba e a seguir no Rio Grande do Norte. Em 28 Nov 1824, após cerca de 5 meses de revolução, remanescentes revolucionários foram surpreendidos e presos na Fazenda do Juiz.

A repressão mais uma vez foi forte. O Tribunal Militar condenou à morte 17 revolucionários. Entre eles o célebre português Ratcliff e o frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Este foi fuzilado em local até hoje balizado no Forte das Cinco Pontas, na área da então Campina do Tabora, cenário da rendição holandesa em 1654.

E assim findou mais uma tentativa republicana precursora. Pais de Andrade foi perdoado e, mais tarde, senador. Caso tivesse sido vitoriosa, como teria ficado a Integridade e Unidade do Brasil preservada pelos pernambucanos? E, em especial, nas vitórias dos Guararapes, nas quais, segundo mais uma vez o sociólogo Gilberto Freyre: “escreveu-se a sangue o destino do Brasil, o de ser um só e não dois ou três hostis entre si...”, conforme abordamos em nossa obra: **As Batalhas dos Guararapes - Análise e descrição militar**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

Entre as punições impostas a Pernambuco foi a de perder para a Bahia a sua Província São-franciscana, ou seja, a parte baiana a oeste do rio São Francisco.

Nesse tempo, Caxias havia retornado da Bahia para a Corte onde, com o Batalhão do Imperador aquartelado em São Cristóvão, e no posto de capitão, dava segurança ao Imperador e residia no 2º BC, aquartelado no local do atual Palácio Duque de Caxias, conforme nosso livro **Quartéis-generais das Forças Armadas do Brasil**. Rio: FHE-POUPEX, 1988.

A repressão à Confederação do Equador, sabe-se, provocou certos pesares confessos no Cel Lima e Silva que mais tarde, na Regência, por diversos meios, procurava minimizar suas consequências. Crê-se que transferiu esta experiência ao filho, que sempre atuou como pacificador, e não repressor, de irmãos brasileiros em luta.

## **A REVOLTA DOS BATALHÕES MERCENÁRIOS NO RIO DE JANEIRO (1828)**

### **Generalidades**

Mal o Brasil consolidara a sua Independência e terminava com a Confederação do Equador, o governo teve de fazer um grande esforço operacional para enfrentar em Montevidéu e no Rio Grande do Sul a Guerra da Cisplatina (1825-28), da qual resultaria a independência da Província Brasileira da Cisplatina como República do Uruguai, após sete anos (1821-28) pertencendo ao Império.

O retorno para Portugal da grande massa de oficiais e tropa das três divisões portuguesas que guarneciam o Brasil criou grande dificuldades para o novel Exército Brasileiro com a lacuna deixada por eles.

Assim, todas as tropas do Rio de Janeiro e de outros locais foram enviadas para o Rio Grande do Sul e para guarnecer Montevidéu, onde se encontrava Caxias, então capitão do Batalhão do Imperador. A segurança da Corte ficou a cargo do Batalhão de Granadeiros Estrangeiros que aquartelava no atual Palácio Duque de Caxias, cuja história é focalizada em nosso álbum já citado **Quartéis-generais da Forças Armadas do Brasil**.

Havia ainda o 27º Batalhão de Caçadores (de Alemães) - “Os diabos brancos” na Praia Vermelha. Comandava as Armas da Corte (atual 1ª RM) no atual Palácio Duque de Caxias, o Brigadeiro Tomás Joaquim Pereira Valente, Conde do Rio Pardo, que Caxias irá substituir em 1842 no combate à Revolução Farroupilha.

O estopim da revolta dos mercenários foi o castigo imposto pelo Major Francisco Pedro Drago, fiscal do batalhão (Sub Cmt), a um soldado que trabalhava no Paço Imperial, no valor de 100 pranchaços de espada. O soldado se recusou a ser castigado! O Major mandou amarrá-lo e aplicar agora 200 pranchadas. Foi o estopim de uma revolta que sintetizo abaixo.

Um grupo foi até o Imperador em São Cristóvão queixar-se e pedir a demissão do Maj Drago, sem resultado. O Conde do Rio Pardo, Comandante das Armas, tentou sem sucesso acalmar os soldados. E estes foram até a casa do major, na atual Marechal Floriano, depredaram-na e a incendiaram.

Nos dias 10 e 11 Set, os mercenários praticaram toda a ordem de tropelias e tomaram conta do atual Palácio Duque de Caxias, de onde o Conde do Rio Pardo conseguiu escapar pulando uma janela. Unidos de pedras, as atiravam em quem passasse defronte ao quartel. Arrombaram o Almoxarifado da Polícia, armaram-se e se entrincheiraram na quadra do atual Palácio Duque de Caxias.

No dia 12 Set, o Conde do Rio Pardo reuniu os meios possíveis. E, com o apoio inclusive de Artilharia, investiu à baioneta os revoltosos. Rendidos, eis as baixas: 12 mercenários mortos e 50 feridos.

O principal cabeça da revolta, o soldado Steinhausen foi julgado e fuzilado no Campo da Aclamação, próximo do atual Quartel-General no Palácio Duque de Caxias. Para conseguir acabar com a revolta, o Conde do Rio Pardo contou com o apoio da Brigada de Artilharia da Marinha da Ilha das Cobras (a qual irá revoltar-se três anos mais tarde até ser pacificada pelo “Batalhão Sagrado” e por Guardas Municipais Permanentes, evento onde Caxias teve decisivo papel).

Ajudaram a combater os mercenários em revolta marinheiros de navios franceses e ingleses, populares e escravos que, convocados na emergência, compareceram armados.

O Ministro da Guerra foi demitido e em solidariedade a ele os demais ministros pediram demissão, menos o Marquês de Aracati. Este fato provocaria, após a Abdicação, medidas que obrigaram a dissolução deste corpos.

Deles, o 28º BC de Alemães havia combatido bem no Passo do Rosário. Mas se amotinou no dia de Natal de 1828, em Pelotas, em razão de atraso de vencimentos.

São estudados por nós em “**Estrangeiros e descendentes na História Militar do RS**” (Porto Alegre: IEL, 1975) e em “**Mercenários do Imperador**”, da lavra do Cel Juvêncio Saldanha Lemos, reeditado pela BIBLIEx em 1996. Comandava os granadeiros o Cel Dall Hoste, o qual foi enfiado pelos seus comandados num caldeirão da cozinha que ficava junto à atual rua Marcílio Dias.

O Corpo de Estrangeiros fora criado em 18 Jan 1822 e se constituiu inicialmente de dois Batalhões de Caçadores Alemães e dois de Granadeiros.

Eram filhos de mercenários do 28º BC (que combateu no Passo do Rosário em 20 Fev 1827), o futuro Marechal José Bernardino Bormann, Ministro da Guerra em 1910, além de fecundo historiador militar, e o Barão de Tefé, herói da Batalha do Riachuelo.

## **A ABDICAÇÃO (1831)**

A abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho Dom Pedro de Alcântara ocorreu em 7 Abr 1831. Desde a época da morte de sua esposa, a Princesa Leopoldina (1826) e da Guerra da Cisplatina (1828) o Imperador já vinha enfrentando perigoso desgaste na opinião pública e nas classes dirigentes.

O contexto político e social do Brasil em 1831 era de extrema crise. No Rio de Janeiro, sede do governo, portugueses e liberais enfrentavam-se nas ruas. Aqueles pugnando a permanência e apoiando Dom Pedro I. Estes, lutando pela consolidação da Independência. Na noite de 13 de março de 1831, em um dos enfrentamentos com liberais exaltados, os lusitanos defenderam-se com garrafas vazias. Aquela noite ficou conhecida como “Noite das Garrafadas” quando os “cabras” (brasileiros) atacaram as casas iluminadas dos “pés-de-chumbo” (os portugueses), após serem atacados das janelas com garrafas e cacos de vidro pelos fiéis a Dom Pedro I.

Conforme Pedro Calmon, eram conservadores de um lado e a maçonaria liberal do outro. Dois crimes agitaram ainda mais o cenário.

***Na Bahia foi assassinado por um desconhecido, jamais apanhado pela justiça, o presidente, Visconde de Camamu (2). Perdeu com ele o Imperador um adepto intransigente. O jornalista Líbero Badaró [...] tombou mortalmente ferido em plena rua, por três sicários [...] (Calmon, 1959, p. 1575).***

---

2 - Trata-se de José Egídio Gordilho de Barbuda, 1º Visconde de Camamu, morto em 28 de fevereiro de 1830 em Salvador.

A Corte estava agitada com vários boatos. Um deles dizia que Dom Pedro tentaria voltar o Brasil à época do Brasil Reino Unido de Portugal e Algarve.

Procurando acalmar os ânimos, em 20 Mar Dom Pedro realiza uma reforma ministerial e nomeia o “Ministério dos Brasileiros”, após demitir o anterior. Em seguida, nomeia o “Ministério dos Marqueses” (absolutista). O povo foi às ruas exigir a demissão do ministério absolutista.

As tropas do Rio de Janeiro aderiram à revolta e concentraram-se no Campo da Aclamação, hoje Praça da República. Quem comandou o deslocamento das tropas para o Campo da Aclamação foi o Major Luiz Alves de Lima e Silva.

Conforme Pedro Calmon “Dom Pedro I já não contava com o Exército” (Calmon, 1959, p. 1576) embora tivesse entregue o Comando das Armas da Corte ao General Francisco de Lima e Silva, que era liberal.

Neste contexto, e sem o apoio dos militares, Dom Pedro I sentiu que havia perdido a sua própria segurança e de seus familiares.

Não era mais possível suportar a pressão. Em 7 de abril Dom Pedro I abdica e imediatamente embarca de volta para Portugal a bordo da fragata inglesa Volage, que zarpou no dia 12.

Como o novo Imperador tinha somente cinco anos de idade, foi necessário que o país fosse governado por uma equipe, a Regência Trina Provisória, formada pelos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.



Dom Pedro II aos 12 anos – Luís Boulanger, Calmon, Vol. 5, p. 1583

## **LUTAS INTERNAS NO PERÍODO DA REGÊNCIA (1831/40)**

### **AS REVOLTAS NO PERÍODO REGENCIAL**

Como foi abordado antes, em nove anos de Regência aconteceram aquelas lutas internas cujas causas e intensidades variaram muito. Balizaremos as menores, exceto as do Rio de Janeiro, como referências para outros estudos.

#### **A SETEMBRA DA NO MARANHÃO (1831)**

O movimento iniciado no dia 13 na província do Maranhão teve forte caráter antilusitano e também contra os padres franciscanos. A rebelião está, vinculada ao período de instabilidade política resultante da abdicação de Dom Pedro I e contra as vantagens econômicas e os altos cargos ocupados pelos portugueses na administração civil e militar. A violência se caracterizou pelas rebeliões localizadas na área urbana, tensões e conflitos na disputa pelo poder pelas facções contrárias, ou seja, portugueses contra brasileiros, exaltados contra moderados, comerciantes, agro-exportadores e aristocratas contra as classes inferiores (população de baixa renda mestiça e escrava). Foi, portanto, de caráter populista, estimulada pela campanha do jornalista José Cândido de Moraes Silva, diretor do jornal O Farol. A revolta começou com um grupo de rebeldes armados na frente do quartel do Campo D'Ourique, em São Luís, e logo outras tropas da província e numerosos civis aderiram a ela. O Comandante das Armas era Clementino Lisboa que, confessando não dispor de força fiel que bastasse para fazer frente ao movimento, levou o Presidente a convocar o Conselho Geral da Província, o qual resolveu mandar interpelar os amotinados sobre suas pretensões e intenções ([balaiosdecaxias.blogspot.com.br](http://balaiosdecaxias.blogspot.com.br)).

Uma representação dos rebeldes foi ao presidente do Maranhão, Cândido José de Araújo Viana, Visconde com Grandeza e Marquês de Sapucaí, levando várias exigências, como a demissão e a expulsão de todos os portugueses dos altos cargos públicos na administração da província maranhense ou no Exército. Outra reivindicação foi a de expulsão dos padres do Convento de Santo Antonio, tidos como inimigos da independência do Brasil. O governador pareceu aceitar as exigên-

cias, mas dois meses depois iniciou a reação do governo, causando a Novembrada, liderada pelo ourives Antônio João Damasceno.

No ano seguinte, a prisão de muitos oficiais que haviam participado do levante provocou novas insurreições sob a liderança de José Cândido e outros. Foram todas derrotadas. A pressão popular em São Luís obrigou o conselho provincial a enviar um memorial à Regência pedindo anistia para todos os participantes da revolta.

### **A SETEMBRADA EM PERNAMBUCO (1831)**

No dia 15 eclodiu a Setembrada (3) no Recife, rebelião de forte componente anti-lusitano, iniciada quando uma parte do 14º Regimento de Infantaria dominou a cidade. Na área militar havia atraso de soldos e castigos corporais. Sem o apoio dos oficiais, a cadeia foi arrombada e os presos foram libertados. Na rua, os escravos confraternizaram com a tropa rebelde. Conforme o Barão do Rio Branco:

***“os sublevados ficaram senhores do bairro do Recife e entregaram-se ao saque e ao assassinato...”***  
***(Rio Branco, 1999, p. 431).***

Portanto, em Recife a revolta foi militar mas de fundo nativista motivado “pelo fato dos portugueses dominarem o comércio, o latifúndio e a sociedade” (Bento: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)).

O Presidente da Província era Manuel de Carvalho Pais de Andrade, o revolucionário de 1824.

Participaram decisivamente da repressão os senhores de engenho (Calmon, 1959, p. 1599). A ordem foi restabelecida no dia 16 por iniciativa do Coronel Bento José Lamenha Lins, comandando tropas de milícias e voluntários civis. Lamenha Lins conseguiu o apoio da escuna Feliz, quando os rebeldes estavam terminando por saquear as casas comerciais. Mais de 300 rebeldes morreram e foram aprisionados cerca de 800, sentenciados à prisão na ilha de Fernando de Noronha. Estes foram levados depois para o Rio de Ja-

---

3 - Em algumas fontes esta revolta no Recife é chamada de “Setembrizada” para diferenciar da Setembrada no Maranhão.

neiro onde receberam vestuário por iniciativa do Ministro da Guerra Brigadeiro Manoel da Fonseca Lima e Silva, já que chegaram quase nus (Bento: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)).

O principal objetivo do movimento era a saída definitiva dos portugueses do Brasil mas, como os revoltosos não souberam bem definir seus objetivos, a rebelião não obteve sucesso.

## **A NOVENBRADA EM PERNAMBUCO (1831)**

Com caráter fortemente nacionalista, eclodiu na noite do dia 15, quando revoltosos liderados pelo capitão Antônio Afonso Vieira e pelo segundo-tenente João Machado Magalhães se apossaram da fortaleza das Cinco Pontas, exigindo a expulsão e o monopólio dos comerciantes portugueses e dos lusos que ocupavam altos cargos na administração da província. Inicialmente uma revolta militar, foi liderada posteriormente pelos liberais radicais e republicanos (exaltados). Estes, desejavam ocupar mais espaço do Nordeste no poder regencial. Outros líderes foram os combatentes absolutistas membros da “Coluna do Trono e do Altar”, ligados a Portugal e restauradores de Dom Pedro I.

Outro grupo era o dos moderados. Estes mantinham posição equidistante dos dois anteriores. Eles fundaram a Sociedade Patriótica Harmonizadora e os exaltados fundaram a Sociedade Federal. O governo da província, cujo Presidente era Francisco de Carvalho Pais de Andrade mandou arregimentar forças para o combate, cercar os rebeldes e aguardou que o primeiro gesto de agressão viesse das Cinco Pontas. Enquanto isso, se refugiou na Fortaleza do Brum.

Os revoltosos divulgaram uma proclamação pedindo a demissão e expulsão da província de funcionários públicos por eles relacionados, o desarmamento dos lusitanos, a extinção de sociedades estrangeiras, a expulsão de todos os portugueses não casados, a proibição do desembarque de portugueses, exceto artistas, e capitalistas “de dois contos de réis para cima”, a demissão e expulsão do coronel Bento José Lins e do tenente-coronel Lourenço Torres Galindo, capitão-mor do Recife e a arrecadação, em 24 horas, das armas nacionais que se achavam em poder de nascidos em Portugal. ([www.maispe.blogspot.com.br/](http://www.maispe.blogspot.com.br/)).

A Sociedade Federal, encabeçada pelo brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos, tentou contemporizar com os revoltos mas isso não surtiu efeito.

Mesmo acenando com o atendimento de algumas reivindicações, o governo retomou a situação tirando proveito da falta de ofensiva dos rebeldes. O coronel comandante das armas, Francisco Jacinto Pereira, chefou a reação ([www.vermelho.org.br/](http://www.vermelho.org.br/)).

A revolta de novembro terminou no dia 20 com a desocupação da fortaleza de Cinco Pontas e o governo da província proclamando “o mais vivo sentimento de júbilo”. A Novembrada havia durado quatro dias.

## **A NOVENBRADA NO MARANHÃO (1831)**

Dois meses depois da Setembrada o governo do Maranhão começou a reação à revolta de Setembro, desencadeando uma repressão ao movimento, cujos participantes foram tratados como perturbadores da ordem.

Conforme Marcelino Barbosa da Silva Neto os revoltosos perseguidos tentaram articular um novo levante no dia 19 de novembro a fim de obterem as mudanças políticas reivindicadas contra os portugueses e conservadores, chamados de “colunas” por pertencerem à sociedade secreta “Coluna do Trono e do Altar”. Foram rechaçados pelas tropas legalistas que contavam com o apoio de um efetivo militar vindo da cidade de Caxias das Aldeias Altas. Alguns líderes revoltosos fugiram para o interior unindo-se às tropas comandadas por Antônio João Damasceño, que marchou sobre várias cidades e vilas da província, combatendo e conseguindo a adesão dos mais humildes. Marchou sobre a capital, apoderando-se do armazém de pólvora, além de exigir do governo a expulsão imediata dos oficiais e civis que não fossem brasileiros natos. Foi novamente combatido, fugiu para Caxias e, posteriormente, para a província do Piauí. Regressando ao Maranhão, enfrentou as forças legalistas comandadas pelo Comandante das Armas Tenente-Coronel Inácio Correia de Vasconcelos. Foi vencido e morto com alguns poucos de seus companheiros na cidade de Brejo durante a Batalha do Boqueirão, quando foi cercado e batido após ver debandarem os últimos seguidores (Silva Neto: [balaiosdecaxias.blogspot.com.br/](http://balaiosdecaxias.blogspot.com.br/)).

## **A REVOLTA DO 26º BATALHÃO DE INFANTARIA RIO DE JANEIRO (1831)**

Esta revolta ocorreu em 12 de julho abrindo o período de crise do governo. Duas companhias do Corpo de Polícia aderiram aos revoltosos do 26º, trazendo grandes transtornos à ordem pública e se transformando em uma séria ameaça política. Grupos populares ligados aos “exaltados”, interessados em uma profunda reforma da sociedade, também aderiram à revolta. Os liberais exaltados lutavam pelo fim do Poder Moderador e do Senado vitalício e tinham um anseio de cunho federalista.

Eles exigiam, entre outras reivindicações, a deportação de alguns senadores, a reforma da Constituição a favor de outra mais democrática, a deportação de militares e funcionários públicos portugueses, a suspensão da emigração portuguesa por dez anos e a exoneração do Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó, face ao seu caráter extremamente severo, rigoroso e exigente.

Conforme a **História do Exército Brasileiro Perfil Militar de um Povo** (vol. 2, p. 443), a revolta foi dominada pelos Guardas Municipais Permanentes por ordem do Ministro Feijó. O Batalhão se rendeu, muitos militares foram presos e 89 foram enviados para guarnições na Bahia dois dias depois. A unidade era aquartelada no chamado Quartel do Morro de São Bento. Os guardas municipais que dominaram o 26º eram em número de 600, conforme Pedro Calmon (vol. 5, p. 1589).

## **A REVOLTA DO CORPO DE GUARDAS MUNICIPAIS DA POLÍCIA MILITAR DA CORTE (GUARDA REAL DE POLÍCIA) RIO DE JANEIRO (1831)**

Dois dias depois da revolta do 26º Batalhão de Infantaria, na noite do dia 14 de julho, revoltou-se o Corpo de Guardas Municipais da Polícia Militar, o qual reuniu-se com outras unidades no Campo de Santana, agora chamado “Campo da Honra”. As reivindicações eram as mesmas da revolta de 12 de julho.

Conforme Pedro Calmon (vol. 5, p. 1589):

***A firmeza do governo impressionou os manifes-***

**tantes. Cindiram-se. O 5º de Caçadores, a artilharia de marinha, “vários cidadãos militares e paisanos” (grifo de Calmon) se apresentaram para debelar a desordem (17 de julho). Improvisou-se o Batalhão dos Oficiais Soldados Voluntários da Pátria (ou Batalhão Sagrado), em que se alistaram mais de 400 oficiais de todas as patentes. Os estudantes de Medicina dispuseram-se a igual tarefa, da “liberdade com ordem”. Os revoltosos dispersaram-se. Foi extinto o Corpo de Polícia (17 de julho).**

O Comandante do Batalhão Sagrado foi o Coronel João Paulo dos Santos Barreto, tendo como Sub-comandante o Major Luiz Alves de Lima e Silva.

Em 22 de julho, a Regência assim se dirigiu aos fluminenses, em relação à revolta de 14 (grafia da época):

**Fluminenses - A insubordinação n’uma parte do Corpo da Policia produziu a reunião da tropa no Campo da Honra em noite do dia 14 do corrente. Anarchistas aproveitaram-se da effervescencia. Requisições por modo illegal se fizeram ao Governo. A tropa recolheu-se ás 10 horas da manhã a quartéis, e tranquillos esperaram o deferimento. Não é porém com as armas na mão, que se dirigem supplicas ás Autoridades constituídas. O povo se aterrou, e, ignorando as consequencias deste acto criminoso, teve em horror os autores de attentado. O Governo não quis á custa do sangue brasileiro castigar os crimes de um, ou outro brasileiro. A cidade está tranquilla. Os soldados, ou reconhecem o erro, ou detestam os que os seduziram. Fluminenses, o Governo tem providenciado vossa segurança; não temais de hoje em diante: as armas estão confiadas a cidadãos interessados na ordem publica. A Lei há de ser executada, e os anarchistas, que derramaram o susto, e a consternação na capital do Imperio, hão de expiar seus crimes. Os Officiaes Militares, estes bravos da patria, cingiram a patrona sobre as bandas: elles deram o primeiro exemplo de**

***patriotismo, o que resta? Respeito às Leis, obediência as Autoridades, e tudo será salvo. – Viva a Nação Brasileira. – Viva a Constituição. – Viva a Assembléia Geral. – Viva o Imperador. – Vivam os honrados fluminenses.***

Em 10 de outubro de 1831, através de Decreto Regencial, foi criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro, que foi organizado pelo futuro Duque de Caxias.

## **A REVOLTA DO CORPO DE ARTILHARIA DA MARINHA DA ILHA DAS COBRAS - RIO DE JANEIRO (1831)**

Conforme Hernani Donato (1996, p. 111) em 6 de outubro houve o levante do Corpo de Artilharia da Marinha, aquartelado na Ilha das Cobras, liderado pelo ex-deputado Cipriano José Barata de Almeida, que estava preso por crime de imprensa. Ele se rebelou, tomando conta da ilha e prendendo oficiais que não aderiram ao movimento. Esta revolta deve ser vista dentro do quadro das rebeliões contra a Regência Permanente, com o país ainda abalado pela Abdicação, realizada seis meses antes. Os partidos políticos exploravam a indisciplina da soldadesca. O Ministro da Justiça era o Padre Diogo Antônio Feijó, conhecido por ser enérgico.

Conforme o Barão do Rio Branco (1999, p. 472):

***O Capitão-Tenente José Joaquim Faustino, reunindo alguns guardas municipais e 30 cidadãos armados rompeu o fogo contra os sublevados, que à noite tentaram desembarcar no Arsenal de Marinha. No dia seguinte (07) reúnem-se no Arsenal de Marinha, sob o comando do Gen José Maria Pinto Peixoto, as forças do Governo, para combater o Corpo de Artilharia da Marinha. Alguns navios de guerra, dirigidos pelo Chefe de Divisão João Taylor, e uma bateria postada no adro (4) do Mosteiro de São Bento romperam o fogo sobre a ilha, e logo depois***

---

4 - Terreno em frente a uma igreja.

***partiram em lanchas três colunas de oficiais-soldados, guardas-municipais e guardas-nacionais, comandadas pelo Coronel João Paulo de Santos Barreto, Major Luiz Alves de Lima (depois Duque de Caxias) e Manuel Antônio Airosa. A fortaleza foi facilmente tomada, ficando prisioneiros 200 sublevados. Um guarda-municipal, Estevão de Almeida Chaves, morto neste assalto, foi sepultado com grande pompa, inspirando a sua morte o entusiasmo dos poetas daquele tempo.***

Como sub-comandante do Batalhão Sagrado e com o apoio de 180 Guardas Municipais Permanentes, força que estava organizando, Luiz Alves participa com destaque no domínio da revolta (Giorgis, 2011, p. 22).

Conforme a Revista nº 34 do IHGB, do 3º tri. de 1871, parte 2:

***N'essa ocasião entrava pelo lado oposto o major Luiz Alves de Lima á frente de sua coluna, havendo abatido o portão, onde encontrara pouca resistência d'aqueles que defendiam-no, e aprisionado antes as sentinellas do dique e de outros pontos (grafia da época).***

## **A FEDERAÇÃO DO GUANAIS NA BAHIA (1832)**

Conforme foi abordado pelo Coronel Bento em [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) esta revolta ocorreu a partir de 19 de fevereiro, foi liderada por Bernardo Miguel de Guanais Mineiro e de Carmo Sucupira, comerciante, juiz de paz e capitão de milícias, e foi de natureza federalista, separatista e republicana. Iniciou no arraial da Vila de São Félix, no Recôncavo Baiano. Contou com o apoio dos grandes proprietários da região e Guanais propôs que fosse proclamada a Federação da Província da Bahia. A revolta dominou a cidade de Cachoeira, que é na frente de São Felix, e ali resistiu três dias. Adotaram, os revoltosos, uma bandeira de três faixas: branca, azul e branca.

Conforme o Barão do Rio Branco (1999, p. 98) formou-se:

***Um ajuntamento de homens armados e, em ata***

***lavrada nesse dia, resolvem que “a província se governasse independente”, que fosse convocada uma assembleia constituinte provincial, fuzilado o ex-imperador Pedro I em qualquer lugar em que aparecesse, e extintas as prisões em navios e presigangas. O presidente da província, Honorato José de Barros Paim, encarregou o Coronel Visconde de Pirajá (5) de restabelecer a ordem naquela povoação, e isto ficou conseguido 10 dias depois, sendo aprisionados muitos sediciosos.***

Processado e preso no Forte do Mar, Salvador, Guanais conseguiu converter e rebelar à sua causa a unidade ali sediada e com ela resistiu três dias ao Governo, sempre auxiliado pelo Tenente Daniel Gomes de Freitas. Em 27 de abril bombardeiam Salvador. Depois, erguem novamente a bandeira de três palas: branca, azul e branca e exigem a negociação para deporem as armas, mas não obtêm sucesso. Este levante será abordado especificamente adiante.

Conforme Emerson Carvalho, apesar do fracasso da Federação do Guanais, ela serviria de inspiração apenas quatro anos depois para a Sabinada, movimento que resgatava seus mesmos princípios (Carvalho, 2011, p. 1).

## **A ABRILADA EM PERNAMBUCO (1832)**

Conforme o Barão do Rio Branco (1999, p. 202) em 14 de abril aconteceu a revolta do Tenente-Coronel Francisco José Martins e do Major José Gabriel de Moraes Meyer, fundadores da “Coluna do Trono e do Altar”, que promoveram o levante de um batalhão no Recife.

***Eles ficam senhores do bairro do Recife e do Forte do Brum, cuja guarnição adere ao movimento. O Presidente da Província (Manuel de Carvalho Pais de Andrade), reunindo as milícias dos outros bairros e apoiado pela Marinha, domina facilmente a subversão.***

---

5 - Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, conhecido como “Coronel Santinho”.

Organizada pela colônia lusitana, o movimento sedicioso era contra a Regência Trina, visava o restabelecimento do absolutismo e a volta de Dom Pedro I ao trono brasileiro. Surgiu entre os grandes comerciantes portugueses e militares do Recife, que controlavam o comércio da cidade e, desde a independência do país, eram muito hostilizados pelo povo. Os participantes da Abrilada reuniam-se numa sociedade secreta conhecida como Coluna do Trono e do Altar, de caráter conservador e absolutista.

Os oficiais revoltosos conseguiram levantar o 53º e parte do 54º batalhão, sob o comando dos citados Tenente-Coronel Francisco José Martins e Major José Gabriel de Moraes Meyer.

As forças legais foram organizadas pelo Coronel José Joaquim Coelho e comandadas pelo Tenente Joaquim Marques Lisboa (futuro Marquês de Tamandaré), o qual contou com a barca Pirajá, que bombardeou os rebeldes junto ao cais e alfândega. Os sediciosos responderam com a artilharia, entrincheirados no Convento da Madre de Deus. Após três dias de luta, o presidente de Pernambuco, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, com o auxílio dos estudantes da Faculdade de Direito de Olinda, conseguiu isolar os revoltosos da cidade em um bairro do Recife e no Forte do Brum. Os principais líderes, porém, conseguiram fugir e foram unir-se a seus aliados do interior. Os revoltosos do Forte do Brum içaram bandeira branca mas, atacados por todos os lados, foram massacrados (Flores, 2001, p. 13).

Conforme Hernani Donato esta revolta foi promovida pelos restauradores, teve ramificações no interior de Pernambuco e apagou-se rapidamente (Donato, 1996, p. 112). A este levante seguiu-se o do interior, liderado pelo Tenente-Coronel Domingos Lourenço Torres de Galindo. No interior, a revolta alastrou-se e deu origem à Guerra dos Cabanos ou Cabanada, revolução que incendiou grande parte de Pernambuco e Alagoas de 1832 a 1835.

## **A INSURREIÇÃO DO MAJOR MIGUEL DE FRIAS E VASCONCELOS - RIO DE JANEIRO (1832)**

Miguel de Frias e Vasconcelos (1805 - 1859) foi militar, engenheiro e político. Foi Presidente da Câmara do Rio e Intendente do

antigo Distrito Federal (1853-56). Era filho do então Tenente-Coronel Joaquim de Frias e Vasconcelos que fora colega do pai de Caxias, na Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho. Miguel seguiu a carreira paterna. Sua praça foi no 1º Regimento de Cavalaria aos 15 anos de idade. Foi formado em Artilharia e procurou seguir o curso da Escola Militar. Mereceu distinção pela sua dedicação e atingiu o posto de major graduado.

Conforme Pedro Calmon, no período de setembro de 1831 a abril do ano seguinte, Miguel de Frias tornou-se figura de proa da facção liberal no Rio de Janeiro. Em 28 de setembro de 1831 a Regência o prendeu em consequência de um motim no Teatro do Rio. Foi preso na Fortaleza de Villegaignon.

Em 3 de abril de 1832 Miguel de Frias

***Levantou a guarnição (da fortaleza onde estava preso), desembarcou na praia de Botafogo, correu ao Campo de Santana, e proclamou aos patriotas - que a Regência ficava substituída por um triunvirato, (Antônio Carlos, Mainard, Pais de Andrade), dissolvida a Câmara, extinto o Senado, convocada a Constituinte... Faltou-lhe apoio popular. Os municipais permanentes puseram-no em fuga (Calmon, 1959, vol. 5, p. 1592).***

Conforme o Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, a Insurreição:

***Foi do Major (liberal exaltado) Miguel de Frias e Vasconcellos, no Rio (Abrilada), contra a Regência, combatida e controlada por Luiz Alves no comando de forças do Batalhão Sagrado e Guardas Municipais, obedecendo ordens do Ministro Diogo Feijó. O Motim é chamado dos Jurujubas, também chamados de farroupilhas (Partido Liberal Exaltado). O Major Frias homizia-se na casa do Desembargador Nabuco, situada na Rua do Areal, hoje Moncorvo Filho. Caxias entra na casa mas, por “generosidade e nobreza” não o prende. Frias exila-se nos EUA (Giorgis, 2011, p. 23).***

## O MOVIMENTO RESTAURADOR DO BARÃO VON BÜLOW RIO DE JANEIRO (1832)

O Coronel Augusto Hugo Hoiser - autodenominado Barão Von Bülow, era um mercenário alemão (hanoveriano) do Corpo de Estrangeiros. Em 17 de abril ele liderou uma sedição do Partido Reacionário ou Restaurador, a favor da volta de Dom Pedro I, no Rio de Janeiro com o fim de depor a Regência.

Conforme o Barão do Rio Branco (1999, p. 206) no dia 16

*conspiradores procuraram seduzir a guarda do Arsenal de Marinha, composta de guardas-nacionais da freguesia do Sacramento, mas acharam-na firme no cumprimento do dever. Um dos conspiradores foi preso; os outros puderam fugir. Avisado, o Governo tomou enérgicas providências, convocando a Guarda Nacional, o batalhão dos oficiais-soldados, o corpo de Permanentes (Polícia) e um esquadrão de Minas, então destacados na capital. A defesa da cidade foi confiada ao Brigadeiro Pinto Peixoto, comandante da Guarda Nacional. Diogo Feijó era ministro da Justiça, e ocupavam as pastas da Guerra e da Marinha o Coronel Fonseca Lima (Barão de Suruí) e Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí). Os reacionários, tentando desembarcar no cais da Glória, foram repelidos pelo batalhão da freguesia de São José, dirigido pelo juiz de paz, Comandante José Alves Pinheiro. A força principal dos sublevados, reunida na Quinta da Boa Vista, constava de uns 500 homens, com duas peças, ao mando do hanoveriano Hoiser, Barão de Bulow. Avançou esta coluna pelo Aterrado, esperando penetrar no Campo; mas já estava perto do Rocío-Pequeno, quando foi atacada por uns 200 homens de cavalaria, pertencentes à Guarda Nacional, ao corpo de Permanentes e ao esquadrão de Minas, ao mando do Capitão Mascarenhas Peçanha. Os sublevados retrocederam em desordem e só fizeram alto além da ponte do Aterrado, no cami-*

***nho de São Cristóvão. Aí foram completamente destruídos pela mencionada força de cavalaria e pelo batalhão de guardas-nacionais do Sacramento, dirigido pelo seu tenente-coronel, Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e pelo Major Luís Alves de Lima (depois Duque de Caxias). O Capitão Mascarenhas Peçanha, ferido no combate, faleceu dias depois.***

Conforme Marcello Basile, von Bülow foi preso, julgado e condenado a dez anos de trabalhos forçados em 1833, mas teve a pena comutada para deportação no ano seguinte. Apesar de se autodenominar barão, segundo o cônsul geral da Prússia no Brasil, não possuía o título (Basile, 2004, p. 259/298).

## **A GUERRA DOS CABANOS EM PERNAMBUCO E ALAGOAS**

Esta revolta teve por cenário o norte de Alagoas e o sul de Pernambuco, entre o mar e o sertão, envolvendo em suas ações em Pernambuco as cidades de Una, Panelas, Limeira, Água Preta e Santo Antônio, e em Alagoas, Barra Grande, Jacuípe, Palmeira e Porto Calvo.

A região em foco era povoada por sertanejos ou “cabras”, mestiços de brancos e índios, por escravos negros e por fazendeiros e senhores de engenhos de açúcar que dominavam o contexto social, econômico e político. As relações entre esses últimos com os sertanejos e negros eram rígidas e de dominação.

### **Antecedentes**

Em Pernambuco, continuavam as disputas entre a aristocracia rural e a burguesia comercial emergente, que já se haviam confrontado na Guerra dos Mascates entre Recife e Olinda no início do século XVIII.

Esta burguesia era ajudada por pressões da minoria liberal da área, carente de melhoria de vida num quadro dominado pela aristocracia, onde se encontravam muitos portugueses e descendentes.

A abdicação de Dom Pedro I provocou distúrbios políticos no Recife e no interior entre os caramurus portugueses e conservadores, inconformados com perdas diversas com a nova situação criada. Por outro lado, alimentou entre os liberais e nativistas anseios de melhores oportunidades e o fim de sua posição sócio-política inferior aos caramurus. Este seria o combustível principal da revolta dos cabanos (gente humilde e pobre do interior) que, por extensão da Cabanagem em curso no Pará, seriam tratados pela mesma denominação.

Em Pernambuco, eles foram instigados e apoiados por interesses do grupo local que perdeu com a Abdicação e passou, com apoio dos cabanos, a lutar pela restauração de D. Pedro I.

## **A Revolta**

Em Panelas, Pernambuco, surgiu um grupo sob a liderança de Antônio Timóteo, propagando a volta de D. Pedro I ao trono do Brasil. Em 30 de julho de 1832, em Passo, foi proclamado D. Pedro I como Imperador do Brasil. E o problema criado foi tomando vulto, sendo enviadas para a região forças para reprimir o movimento restaurador. Entre agosto e setembro de 1832, operações do governo em Una, Jacuípe e Barra Grande obtiveram sucesso.

No norte de Alagoas um chefe indígena, o cacique Hipólito Nunes Bacelar, foi assassinado por tropas legais. Com isso, os índios aldeados às margens do rio Jacuípe aderiram ao movimento cabano. Mas a região foi pacificada e as lideranças cabanas alagoanas foram presas.

Em Altino foi estabelecido o Quartel-General Legal. Líderes cabanos alagoanos conseguiram fugir da prisão e ocorreram sérias divergências entre o presidente da Província, o Comandante das Armas e o chefe de Polícia de Pernambuco, tendo os legalistas sofrido derrota em Cafundó. A seguir, o Major Manuel Santiago impôs derrotas sucessivas aos cabanos.

Os presidentes de Pernambuco e de Alagoas se reuniram no Teatro de Operações em 13 de maio de 1834 e coordenaram ações em um Plano de Operações que decidiu pelo estabelecimento de uma área dentro da qual os cabanos seriam sitiados. Área assim limitada

pelas linhas:

- ao norte, a linha Jacuípe-Una;
- ao sul, o rio Manguaba;
- a leste, o Atlântico; e
- a oeste, a estrada Jacuípe-Porto Calvo.

Foi dado um prazo para a população ordeira evacuar a área sitiada.

A perda do apoio da população da área sitiada, o corte no apoio recebido do partido pernambucano que defendia a volta de D. Pedro I e a escassez de munição de guerra e de boca, diminuíram o ímpeto combativo dos cabanos que passaram a errar pelos sertões, em grupos cada vez menores, devido às deserções. Em pouco tempo, só restavam os líderes e os negros escravos. O presidente de Pernambuco retornou a Recife, enquanto grupos de cabanos continuaram perturbando a tranquilidade no interior.

Com a morte de D. Pedro I em 1834 a revolta perdeu a sua motivação política principal. Mesmo assim, Vicente de Paula continuava a liderar cabanos índios e negros no prosseguimento da luta. Para a reintegração dos cabanos à comunidade alagoana e pernambucana, foi relevante a atuação do bispo D. João Marques da Purificação. Ele procurou ganhar a confiança dos revoltosos, que começaram a se apresentar e a entregar as armas.

Em abril de 1835 o bispo conseguiu da Assembleia de Pernambuco ajuda aos cabanos em roupas, remédios e ferramentas, reforçando a apresentação ao governo.

Em Japaranduba, em 29 de maio de 1835, se renderam os derradeiros cabanos de Alagoas e Pernambuco. Mas o líder Vicente de Paula ganhou o sertão com os seus jagunços.

Agosto de 1835 assinala a pacificação da revolta. Retornaram ao Recife as tropas que lhes davam combate e o Bispo de Recife e Olinda D. João Marques.

O líder Vicente de Paula foi contatado em 1841, em seu arraial. Mais tarde, envolver-se-ia na política pernambucana, tomando parte na Revolução Praieira, em 1849.

Esta revolução foi paradoxal, depois de três movimentos republicanos em Pernambuco. Por quê? Porque lutou pela restauração de D. Pedro I.

## A INSURREIÇÃO RESTAURADORA DO CRATO - CEARÁ (1832)

Ocorrido na então Província do Ceará, durante o período regencial, como decorrência da abdicação de Dom Pedro I, tendo por principal líder dos caramurus o restaurador Coronel Joaquim Pinto Madeira, e que eclodiu a 2 de janeiro. Teve, portanto, o caráter restaurador de D. Pedro I ao trono e contra a Regência. Outro nome da revolta foi “Sedição de Pinto Madeira”.

O fato gerador foi a anulação da promoção de Pinto Madeira a Coronel, por ato da Regência de 4 de julho de 1831, em nome do Imperador. Ele tinha sido promovido a Coronel por decreto quatro anos antes, ou seja, 1º de outubro de 1827, ainda na época de Dom Pedro I, e cujo ato foi considerado irregular pelo governo regencial.

Os insurretos ocuparam a cidade de Crato e ali estabeleceram um Governo Provisório para o Cariri. Imediatamente, Madeira prendeu seus adversários liberais e readmitiu todos os que haviam sido demitidos por ordem da Regência. Os atos iniciais e os preparativos começaram em 27 de dezembro de 1831. Pinto Madeira foi auxiliado pelo padre Antônio Manoel de Souza. Ambos eram filiados à Coluna do Trono e do Altar.

O Presidente da Província era José Mariano de Albuquerque Cavalcante.

Conforme Sócrates Quintino da Fonseca e Brito

***Joaquim Pinto Madeira e suas tropas tiveram algumas vitórias e algumas derrotas. No dia 6 de fevereiro de 1832, em Barbalha, venceu as forças legais, comandadas pelo Capitão Antônio Cavalcante e no dia 23 do mesmo mês e ano, venceu novamente as forças provinciais no sítio Lameiro, na Serra de São Pedro (Brito, 1979, p. 47).***

Em 4 de abril houve o Combate de Icó entre os revoltosos e a tropa legal comandada pelo Major Francisco Xavier Torres cuja duração foi de seis horas e vencida pelas tropas do governo. Em 20 de abril os legalistas conseguem tomar a localidade de São Miguel sob o comando de Francisco Fernandes Vieira, Barão de Icó. Em 3 de

novembro houve o Combate de Missão Velha, quando o cabecilha revoltoso José Machado do Nascimento atacou e dispersou as tropas legais ali estacionadas (Donato, 1996, p. 364).

Conforme o Barão do Rio Branco (1999, p. 482/483) a insurreiçãõ foi desbaratada pelo Marechal Pedro Labatut em outubro de 1832, tendo o seu líder, após se apresentar a Labatut em Correntinho, foi julgado e preso. Tendo vagado por prisões de outras províncias, foi reclamado pelos seus inimigos políticos do Ceará e por eles condenado à morte e executado por fuzilamento na Vila do Crato.

### **O MOTIM DO 10º BATALHÃO DE CAÇADORES SALVADOR (1832)**

Esta unidade foi sublevada pelo próprio comandante, que reclamava melhoria de tratamento à ela própria e à tropa, contra a vida interna da caserna: as revistas, o rancho e o uso dos pescocilhos (sic) de sola (31 de agosto) e acenando com vagas reivindicações políticas. Muitos oficiais declararam que não iriam acompanhar o comandante. De qualquer forma, os militares teriam sido os protagonistas do movimento em Salvador.

Conforme Vinícius Mascarenhas de Oliveira, alguns soldados do 10º BC, acompanhando o seu comandante, encabeçaram um levante na Praça do Palácio, e esperavam juntar-se a “um corpo de revoltosos armados” que marchava da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Os rebeldes foram barrados pelos guardas municipais e, por conta disso, os soldados sediciosos recuaram até o Forte de São Pedro, de onde começou um conflito armado.

Conforme o Barão do Rio Branco (1999, p. 504)

***o Presidente da Província Honorato José de Barros Paim e o Comandante das Armas General Antero José Ferreira de Brito (Barão de Tramandaí), tomaram logo enérgicas providências apoiando-se no 9º BC e nos guardas municipais. O 10º BC foi obrigado a embarcar, desarmado, na fragata Defensora e no campo grande do Forte de São Pedro o Tenente-Coronel Antônio Correia Seara, Comandante do 9º BC, recebido com descargas, disper-***

***sou uma reunião de desordeiros, aprisionando muitos e entre eles alguns oficiais. Por ato da Regência, de 26 de novembro do mesmo ano (1832) foi dissolvido o 10º BC.***

O 10º BC foi dominado, desarmado e dissolvido. Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento o que aconteceu com o 10º BC foi mais um dos reflexos do tratamento erradicador do Exército, ou seja, uma das causas não abordadas dessas revoltas e motins militares na Regência, como o que aconteceu na Revolução Farroupilha à qual a expressiva maioria da guarnição do Exército aderiu.

### **A REVOLUÇÃO RESTAURADORA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO (1832) -**

Esta revolta foi um prolongamento da Abrilada e foi um movimento restaurador de Dom Pedro I ocorrida em abril/maio. Os líderes da Abrilada tinham articulações no interior. Na região de Vitória de Santo Antão e Bonito o movimento era liderado pelo absolutista Capitão-Mor Domingos Lourenço Torres Galindo, que era de Vitória de Santo Antão, mas proprietário em Bonito, juntamente com outros senhores da terra como Manuel Afonso de Melo, Antônio Timóteo, João Baptista de Araújo e Alexandre Gomes de Oliveira. Estes homens tinham participação na sociedade e eram da categoria de “homens bons”. Proclamavam eles a restauração de Dom Pedro I ao trono, em oposição ao governo liberal moderado instalado nas províncias e na Corte.

Galindo tinha a incumbência de deflagrar o levante no interior, o qual estava programado para poucos dias mas houve um prolongamento das ações cujo resultado não favoreceu aos revoltosos.

A primeira tropa legal enviada para a região de Bonito era composta de 20 homens da Guarda Municipal Permanente, comandada pelo Capitão Feliciano Joaquim dos Santos e pelo Tenente José Luis Beltrão Mavignier. Este destacamento foi atacado por Galindo e forçado à rendição em Bonito.

Galindo e os outros líderes proclamaram então a restauração do Imperador em Vitória de Santo Antão e partiram para Bonito, Una e Barra Grande com o objetivo de se reunirem a outros rebeldes e

arregimentar gente desafortunada para as suas fileiras.

O governo agiu rapidamente e enviou para a região em 21 de abril uma força de 400 homens comandada pelo Capitão José Francisco Vaz do Pinho e Carapeba, o qual recebeu reforços de Maranguape e Água Preta. Santo Antônio já havia sido ocupada no dia 20 de abril pelas forças do Sargento-Mor Manuel Teixeira de Abreu Peixoto com forças da região.

Com as primeiras derrotas e perda das cidades conquistadas os revoltosos foram obrigados a encontrar refúgio nas matas. A rusticidade do confronto, submetendo os rebeldes ao combate embrenhado nas matas, enfrentando inimigos armados e insetos, alimentando-se de frutos silvestres, tendo seu vestuário esgarçado por causa dos espinhos e galhos, fizeram com que essas lideranças oriundas de um ambiente de privilégios e luxos fossem facilmente capturadas, mortas em combate ou em desespero buscassem a rendição às tropas governistas. Com isso, Torres Galindo e os outros líderes desistiram da luta, dispersaram os revoltosos remanescentes e se entregaram em Bezerras, contando com o perdão regencial.

Galindo foi, mais tarde, mentor intelectual e participante direto da Cabanada (Andrade, 1990, p. 49).

## **A CABANADA EM PERNAMBUCO E ALAGOAS - 1832/35 (A Guerra dos Cabanos)**

Esta revolta teve por cenário o norte de Alagoas e o sul de Pernambuco, entre o mar e o sertão. Ela iniciou entre maio e junho de 1832 e envolveu em suas ações Una, Panelas, Limeira, Água Preta e Santo Antônio em Pernambuco. Em Alagoas envolveu Barra Grande, Jacuípe, Palmeira e Porto Calvo. Este foi o local em que foi justificado o traidor Calabar.

A região, além das guerras holandesas em Pernambuco, havia servido também de cenário para as revoltas dos Quilombos dos Palmares ou República dos Palmares, que exigiu muitos anos para a sua erradicação.

A área foi envolvida pelas revoltas republicanas de 1817 e 1824.

Hoje existe uma corrente que, ao invés de Reino Negro dos Palmares, defende que teria sido a República Negra dos Palmares,

colocando assim Alagoas como pioneira na forma republicana de governo, que foi proclamada e consolidada pelos alagoanos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. É mais uma picada a ser explorada.

A região em foco era povoada por sertanejos ou cabras mestiços de branco e índio, por escravos negros e por fazendeiros e senhores de engenhos de açúcar que dominavam o contexto social, econômico e político. As relações entre os senhores de engenho com os sertanejos e negros eram rígidas e de dominação. Portanto, a Cabanada foi também de caráter anti-escravagista.

Em Pernambuco continuavam as disputas entre a aristocracia rural e a burguesia comercial emergente que haviam se confrontado na Guerra dos Mascates entre Recife e Olinda no início do século 18. Esta burguesia era ajudada por pressões da minoria liberal da área, carente de melhoria de vida num quadro dominado pela aristocracia onde se encontravam muitos portugueses e descendentes.

Suas raízes estão na Abrilada, de 1832, com Domingos Lourenço Torres Galindo e outros, presentes também na Cabanada. Os primeiros revoltosos foram Antônio Timóteo de Andrade na região de Panelas de Miranda, agreste de PE, e João Batista de Araújo em Barra Grande, litoral de AL.

A Abdicação de Dom Pedro I acarretou distúrbios políticos no Recife e no interior entre os caramurus portugueses e conservadores inconformados com perdas diversas com a nova situação criada.

Por outro lado, alimentou entre os liberais e nativistas melhores oportunidades e o fim de sua posição sócio-política inferior aos caramurus.

Este seria o combustível principal da revolta dos cabanos (gente humilde e pobre do interior) que por extensão da Cabanagem, em curso no Pará a partir de 1834, seriam tratados de cabanos como o seriam também tratados os rebeldes da Balaiada.

E em Pernambuco eles foram instigados e apoiados por interesses do grupo local que perdeu com a Abdicação e passou com apoio dos cabanos a lutar pela restauração de Dom Pedro I. Portanto, um movimento monarquista, conservador e restaurador.

## O Desenvolvimento da revolta dos cabanos de Pernambuco e Alagoas

Em Panelas de Miranda surgiu um grupo sob a liderança de Antônio Timóteo propagando a volta de Dom Pedro I ao trono do Brasil. Assim, em 30 de julho de 1832, em Passo, foi proclamado Dom Pedro I como Imperador do Brasil. E o problema criado foi tomando vulto, sendo enviadas para a região forças para reprimir o movimento restaurador.

Entre agosto e setembro operações do governo em Una, Jacuípe, e Barra Grande obtiveram sucesso. Alagoas foi pacificada e lideranças cabanas alagoanas foram presas.

Em Altino foi estabelecido o Quartel-General legal, com Pagadoria e Hospital. Líderes cabanos alagoanos conseguiram fugir da prisão e ocorreram sérias divergências entre o presidente, o Comandante das Armas e o Chefe de Polícia de Pernambuco, tendo os legais sofrido derrota em Cafundó. A seguir o Major Manuel Santiago impôs derrotas sucessivas aos cabanos que resistiram tenazmente.

Os presidentes de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade e de Alagoas, Antonio Pinto Chichorro da Gama, decidiram cercá-los na mata, com um exército de mais de 4.000 homens. Eles se reuniram no Teatro de Operações em 13 de maio de 1834 e coordenaram ações em um plano de operações que decidiu pelo estabelecimento de uma área dentro da qual os cabanos seriam sitiados. A área foi a limitada pelas linhas:

Ao norte Jacuípe, ao sul o rio Manguaba, a leste o Atlântico e a oeste a estrada Jacuípe - Porto Calvo. E foi dado um prazo para a população ordeira evacuar a área sitiada.

Em decorrência disso, os cabanos perderam o ímpeto combativo pela perda do apoio da população da área sitiada; pelo corte no apoio que recebiam do partido pernambucano que defendia a volta de Dom Pedro I e pela escassez de munição de guerra e de boca. Outra tática utilizada pelos governadores foi a promessa de anistiar os dissidentes que se entregassem.

Isto os reduziu a grupos errantes nos sertões, a cada dia menores pelas deserções, e neles permanecendo só os líderes mais

comprometidos com a revolta e os escravos negros, por preferirem a luta à escravidão. Fato semelhante ocorrerá no Rio Grande do Sul com os lanceiros negros farrapos da República lá proclamada e que abordo na minha obra já citada: BENTO, Cláudio Moreira. **O negro e descendentes na sociedade do RGS**. Porto alegre: IEL, 1975.

As prisões ficaram abarrotadas de revoltosos capturados, exigindo para a sua guarda grandes efetivos e o consumo de alimentação destinada a sustentar a tropa.

O presidente de Pernambuco retornou ao Recife. Mas grupos de cabanos continuaram perturbando a tranquilidade no interior.

Com a morte de Dom Pedro I a revolta perdeu a sua motivação política principal. Mas Vicente de Paula liderando cabanos, índios e negros prosseguiu de armas na mão.

Para a reintegração dos cabanos à comunidade alagoana e pernambucana foi relevante a atuação do bispo Dom João Marques da Purificação. Ele procurou ganhar a confiança dos cabanos e estes começaram a se apresentar e a entregar suas armas. Em abril de 1835 o bispo conseguiu da Assembleia de Pernambuco ajuda aos cabanos em roupas, remédios e ferramentas. E então aumentou a apresentação ao governo, tendo fim as duras privações passadas com as famílias nas matas e sempre sob perseguição.

Até que ponto se encontram aí as raízes do cangaço na área?

Em Japaranduba, em 29 de maio de 1835, se renderam os derradeiros cabanos de Alagoas e Pernambuco. Mas o líder Vicente de Paula ganhou o sertão com os seus jagunços.

Agosto de 1835 assinala a pacificação da revolta. Retornaram ao Recife as tropas que lhes davam combate e o Bispo de Recife e Olinda Dom João Marques.

O líder Vicente de Paula foi contatado em 1841 em seu arraial. Envolveu-se na política pernambucana e tomou parte na Revolução Praieira em 1849 em Pernambuco. Capturado em 1850, foi recolhido preso em Fernando de Noronha, de onde foi libertado em 1861.

Esta revolução foi paradoxal, depois de três movimentos republicanos em Pernambuco, por seu caráter restaurador do Imperador Dom Pedro I e portanto monarquista.

Mais uma vez, com ela, fora posta em risco a Unidade Nacional que pernambucanos haviam assegurado na Insurreição Pernam-

bucana da qual resultou a expulsão dos holandeses do Brasil, e em cujo contexto tiveram lugar as Batalhas do Guararapes nas quais, segundo Gilberto Freyre, insistimos “escreveu-se a sangue o destino do Brasil, o de ser um só e não dois ou três hostis entre si...” conforme consta junto com outros depoimentos abalizados na minha obra: BENTO, Cláudio Moreira. **As Batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar**. Recife: UFPE, 1971, 2v.

A colocação sob sítio de uma enorme área geográfica dominada pelos cabanos encontra paralelo no sítio de enorme área na Guerra do Contestado no Paraná e Santa Catarina no início do século 20. E que foi a solução estratégica antes usada para por fim àquela desgastante revolta contra “cabanos” de Santa Catarina e Paraná no governo do Presidente Wenceslau Braz.

Esta solução lamentavelmente não foi lembrada para ser usada contra os canudenses em 1897 do que seguramente resultaria em pouparem-se vidas preciosas de irmãos brasileiros de ambos os lados em confronto.

Aborda estas revoltas, Canudos e Contestado, para aprofundamentos sobre a solução do cerco ou não, aqui considerada, a seguinte obra:

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Sergraf-IBGE, 1972, v.2.

O Duque de Caxias, então coronel, comandava a atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, garantindo a segurança do Governo Regencial na Corte. Esta, fácil entender-se, era a missão estratégica mais relevante. Pois qualquer ameaça direta ao Governo Central colocaria a Unidade Nacional em sério perigo. E por cerca de oito anos ele foi o fiel da balança da segurança nacional como protetor do Governo Central.

## **O LEVANTE RESTAURADOR DE OURO PRETO - MG (1833)**

Conforme Pedro Calmon (1959, p.1600/1601) os mesmos “abrilistas” que concordaram com a Abrilada em PE:

***Fizeram a sedição de Ouro Preto, que começou em 22 de março como uma reaparição dos restaura-***

**dores, que recebiam ordens da “Sociedade Militar”, e, derrubando Vasconcelos, queriam facilitar a volta a D. Pedro I. Ausentara-se da capital o presidente, Manuel Inácio de Melo e Sousa. Aproveitando a oportunidade, o próprio comandante das armas, Coronel Toledo Ilibas, o da guarda nacional, Manuel Soares do Couto, cunhado do Ministro Honório Hermeto, e outros oficiais, sublevaram a guarnição. Bernardo de Vasconcelos, vice-presidente, declarou assumir o poder, em palácio, e enfrentou os rebeldes: foi ali preso, e mandado para Queluz. O motim circunscreveu-se a Ouro Preto. Vasconcelos apelou para os correligionários, que lhe reconheceram a autoridade em Queluz, logo nas demais vilas. O governo do Rio enviou sem demora o General José Maria Pinto Peixoto, para jugular a revolta. Levava também a nomeação de presidente, cargo em que se investiria, se necessário (e como desejava Honório). Não queriam outra coisa os amotinados, mas o general preferiu repor a autoridade por eles destituída (Manuel Inácio), o que importava o desagravo e a vitória de Vasconcelos. Honório, acusado de ter mantido correspondência com o cunhado, deixou o governo. Esse vigoroso chefe moderado - em 1831 um dos autores da combinação que produziu a regência trina, de João Bráulio, Costa Carvalho e Lima e Silva, em 32 responsável pela continuidade do regime, indicado agora, por suas fortes qualidades pessoais, para dirigir o partido da resistência aos liberais exaltados - que seria em 1837 o partido conservador - saiu então da cena política, a que voltou quatro anos mais tarde, com a queda dos adversários (e do Regente Feijó). Ficava Vasconcelos com liberdade de movimentos - e prestígio - para se lançar a outro trabalho grandioso: o Ato Adicional. Foi em 1834 suficientemente poderoso para o fazer aprovar, numa atmosfera de concórdia, que envolveu o próprio Senado resistente e timorato.**

Portanto, como destacou Hernani Donato (1996, p. 114), o movimento foi restaurador de Dom Pedro I e aconteceu também por descontentamentos de preterições de promoções militares, impostos sobre a cachaça e proibição de sepultamentos em igrejas. O Governo, a partir de São João D’el Rei investiu Ouro Preto em 19 Mar 1833, terminando com a revolta sem luta. Antes, Pinto Peixoto havia realizado um assédio e depois dominou a sedição militar e política. Em São João D’el Rei Bernardo de Vasconcelos já havia organizado a resistência à rebelião, acompanhado pelo jovem liberal Teófilo Ottoni. Em Caeté e Mariana os núcleos rebeldes remanescentes também foram dominados.

Esta revolta se projetou na Revolta do Ano da Fumaça, a seguir.

### **O ANO DA FUMAÇA (6) EM OURO PRETO MINAS GERAIS (1833)**

Conforme Marcos Ferreira de Andrade, o conflito regencial de MG mais conhecido pela historiografia foi a Sedição Militar de 1833, ou a Revolta do Ano da Fumaça, que ocorreu em Ouro Preto entre 22 de março e 26 de maio. Um grupo de “restauradores”, sob a liderança do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Manoel Soares do Couto, tomou o poder dos moderados, representados pelo presidente Manoel Inácio de Melo e Souza e pelo vice Bernardo Pereira de Vasconcelos e instituiu um Governo Provisório. Em seguida os rebeldes tomaram uma série de medidas: libertaram militares presos sob a acusação de defenderem a restauração, diminuíram os impostos sobre a aguardente, cunharam moedas e suspenderam a proibição de enterros dentro das igrejas, desta vez, os mestiços, escravos e forros foram mantidos afastados ([www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br)).

Nenhuma outra Câmara do Estado aderiu à revolta e Ouro Preto ficou isolada.

Em face da sedição, o governo legal da província foi transferido para São João D’el Rei em 5 de abril, sob a direção de Bernardo Pereira de Vasconcelos. O Exército Imperial sitiou a cidade por algumas semanas e uma batalha ocorreu em Rodrigo Silva, com mortos e feri-

---

6 - O curioso nome dado a Revolta se deve à intensa cerração e espessa neblina ocorrida naquele ano em face do intenso frio.

dos de ambos os lados. Em 9 de maio, as tropas legalistas enfrentaram e derrotaram os sediciosos nos distritos de Santa Rita, Boa Vista e José Correia, com um saldo de 14 mortos e mais de 30 feridos. A superioridade das tropas legalistas provocou o recuo dos revoltosos para a cidade de Ouro Preto, onde ficaram sitiados e impedidos de se abastecerem de víveres. Vencida pela fome, a cidade foi derrotada e sua Câmara humilhada. A partir daquele momento a Sedição dava sinais claros de seu fim e o restabelecimento do governo legal era uma questão de dias, o que se concretizou em 23 de maio, quando as tropas do General José Maria Pinto Peixoto entraram em Ouro Preto, sem resistências.

Três dias depois, Manoel Inácio de Melo e Souza retomou o seu posto de presidente da Província. O grupo sedicioso era bastante heterogêneo e congregava partidários de diversas correntes políticas, inclusive moderados. A Sedição tratava-se de “uma revolta dos descontentes de todas as parcialidades”.

Foi a última revolta ocorrida em Ouro Preto e que resultou numa legislação mais dura e restritiva contra as Câmaras, que imobilizou e enfraqueceu a instituição durante todo o Império e grande parte do Período Republicano. A Câmara Provincial contava com nove vereadores e um juiz presidente, denominado agente executivo. Sua principal função era a de presidir e fiscalizar a realização das eleições municipais (vereadores e juizes de paz) e deputados da Assembleia Provincial.

## **A REVOLTA DOS ESCRAVOS EM CARRANCAS MINAS GERAIS (1833)**

A instabilidade política no país durante o período regencial (1831/40), dividiu os brancos e afrouxou o controle sobre os cativos, dando-lhes espaço para que recorressem a rebeliões armadas contra a escravidão. Uma fase delicada da história do Brasil. Nessa época, dos 4.053 habitantes, 61,5% eram escravos ([www.ceao.ufba.br](http://www.ceao.ufba.br)).

Conforme Márcia Pinna Raspanti, em 13 de maio ocorreu a maior rebelião escrava de MG, nas fazendas Campo Alegre e Bela Cruz, da família Junqueira, localizadas no curato de São Tomé das Letras, freguesia de Carrancas e comarca do Rio das Mortes, 286

Km ao sul de Belo Horizonte. Esta revolta também é conhecida como Revolta de Carrancas.

Nesse dia, as fazendas estavam no trabalho normal. A Campo Alegre estava sob a responsabilidade de Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, que, na ausência do pai, que era deputado e estava na Corte, conduzia a fazenda, além de supervisionar o trabalho. Tendo ido a cavalo até a roça fiscalizar, encontrou os escravos preparando as lavouras de milho e feijão. A tranquilidade era apenas aparente. Gabriel Francisco foi surpreendido pelo escravo Ventura Mina e retirado à força de cima do cavalo. Foi rapidamente morto a porretadas na cabeça. O escravo tropeiro Ventura Mina planejara os passos da revolta ao longo de aproximadamente um ano, o que o fez líder. Ele havia sido eleito “rei dos escravos”.

A ousadia foi a marca dessa revolta. O objetivo dos rebeldes era matar todos os brancos de Carrancas e tomar posse das propriedades

Outros cativos engrossaram o grupo, que seguiu em direção à sede da fazenda Campo Alegre, sempre liderado por Ventura Mina. Não atacaram a sede porque um escravo havia avisado aos outros familiares de Junqueira o que estava acontecendo. Os rebeldes chegaram até ao terreiro da fazenda e perceberam que ela estava guardada por dois capitães do mato. Então, foram em direção à fazenda Bela Cruz.

O momento mais dramático foi nesta fazenda, onde os cativos assassinaram todos os brancos ali existentes. Eles invadiram a casa grande e atacaram José Francisco Junqueira e sua mulher, que haviam se trancado em um quarto. Com um machado, a porta foi arrombada. O total de pessoas mortas foi de nove integrantes da família Junqueira. Há indícios de que as mulheres sofreram violência sexual. Os escravos utilizaram-se de instrumentos de trabalho - paus, foices e machados - e armas de fogo para cometer os assassinatos.

Os rebeldes estavam determinados a exterminar todos os brancos daquela propriedade. Uma parte dos escravos permaneceu na Bela Cruz e preparou uma emboscada para assassinar o genro de José Francisco, Manoel José da Costa. Eles se esconderam, e assim que Manoel atravessou a porteira, o mataram a “bordoada” e depois lhe deram um tiro.

Liderado por Ventura, o outro grupo foi para a fazenda Bom Jardim e prosseguiu a rebelião. No caminho, um agregado da fazenda foi assassinado. Ao chegarem, encontraram forte resistência do proprietário e seus escravos, sendo o líder Ventura ferido gravemente. João Cândido da Costa Junqueira já havia se informado dos acontecimentos, armou e reuniu seus escravos e conseguiu repelir os insurgentes.

Quando proprietários e autoridades tomaram conhecimento dos acontecimentos, mobilizaram o esquema repressivo, convocando autoridades, proprietários e a Guarda Nacional para combater os rebeldes. O clima de terror atingiu toda a região, que era de grande importância econômica, próxima das estradas que interligavam as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro a Minas Gerais. Os acontecimentos de Carrancas ganharam repercussão na região.

O processo-crime foi instaurado a partir da denúncia de Gabriel Francisco Junqueira, futuro barão de Alfenas, em virtude das mortes de dez familiares.

Depois de morto Ventura Mina e controlados, os escravos rebeldes de Carrancas foram exemplarmente punidos, sendo que 16 deles foram condenados à pena de morte por enforcamento e executados em praça pública, em dias alternados e com cortejo da Irmandade da Misericórdia, na vila de São João D'el Rei, na antiga rua da Forca. Trata-se de uma das maiores condenações coletivas à pena de morte aplicada a escravos na História do Brasil Império ([www.historiahoje.com](http://www.historiahoje.com)).

## **O LEVANTE DO FORTE DO MAR SALVADOR (1833)**

Após a derrota da Federação do Guanais, vista anteriormente, o responsável Bernardo Miguel Guanais Monteiro e de Carmo Sucupira (caramurú), foi recolhido preso ao Forte do Mar (Forte São Marcelo), Salvador, juntamente com outros líderes da revolta.

Presos, mas, não derrotados completamente, logo no primeiro dia de prisão, 26 de abril, Guanais, líder carismático, começou a doutrinação dos soldados do forte. Conforme Hernani Donato (1996, p. 114), dotado de bom poder de aliciamento, Guanais convenceu os

soldados, que aceitaram a sua doutrinação e passaram a apoiar os revolucionários federalistas. Assim, logo os federalistas conseguiram dominar o forte e hastearam uma bandeira com duas listras azuis e uma branca, símbolo da Federação Republicana.

Na hipótese das autoridades se recusarem a discutir o projeto de uma federação formulada pelos revolucionários, estes iniciaram o bombardeio de Salvador e conseguiram alvejar posições legais e instalações da cidade.

Entretanto, os revoltosos do forte não receberam as adesões externas que haviam sido prometidas e o governo provincial iniciou o ataque por mar e por terra no dia 27 de abril, posicionando diante do forte a corveta Regeneração e montando baterias de artilharia na Intendência da Marinha.

O embate entre o forte, o navio e as baterias durou toda a tarde e entrou pela noite. Na manhã de 28, sem recursos e com suas posições fortemente atingidas, os revolucionários se renderam.

Embora fracassada, a luta pela Federação motivou a Revolta da Sabinada, que teve os mesmos objetivos, ou seja, a liberdade da nação através da instituição da República.

Este levante foi o último do chefe revolucionário Bernardo Guarnais Mineiro que foi mandado para o sertão baiano onde, longe das inflamações da capital, encerrou seus dias, deixando grande descendência.

## **AS CARNEIRADAS PERNAMBUCO (1834-35)**

Foram três revoltas lideradas pelos irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios, ambos coronéis da Guarda Nacional, que defendiam um programa de reformas liberais. O nome das revoltas é o sobrenome dos dois irmãos. Eles promoveram três motins partindo da periferia para a conquista do Recife.

Conforme Marcelo Alcoforado, a primeira Carneirada foi em 16 de janeiro de 1834,

***a qual partiu do Campo das Canecas, hoje Pátio do Terço. Contou com guardas nacionais de diversos***

***batalhões. O Coronel Francisco Carneiro reuniu suas tropas e pregou um manifesto aos pernambucanos, documento entregue ao governador Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, exigindo a remoção para Fernando de Noronha, de portugueses, restauradores e oficiais que se negassem a debelar a Guerra de Panelas. O governador pediu a dispersão dos sublevados, mas, não atendido, alegando doença demitiu-se. Seu lugar foi assumido pelo coronel Manoel de Carvalho Paes de Andrade, ex-presidente da Confederação do Equador, que voltava do exílio. Hábil, mas rigoroso, Manoel de Carvalho entregou o comando das tropas ao tenente-coronel José Joaquim Coelho, que rápida e efetivamente sufocou a revolta sem derramar sequer uma gota de sangue, mas apenas exibindo a esmagadora superioridade das suas forças. Em vez de serem atendidas as reivindicações a Carneirada chegou ao fim e seu líder foi afastado do cargo e suspenso por um ano (Alcoforado, 2013, p. 1).***

A segunda Carneirada começou em dezembro e foi até 21 de janeiro. Francisco Carneiro tentou, sem êxito, a sublevação de soldados da Guarda Nacional que participavam de uma parada para comemorar o aniversário do imperador, aproveitando-se da insatisfação das tropas, sem ração há três dias e com atraso dos soldos. A exemplo do ano anterior o movimento foi contido sem muito trabalho e sem importantes consequências pelas forças governamentais.

Conforme o Barão do Rio Branco, este motim foi também contra o Presidente da Província de PE Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Em combate em Boa Vista, a 22 Jan, os levantados foram derrotados e obrigados a abandonar os bairros do Recife e de Santo Antônio por força das tropas legais sob o comando do Tenente-Coronel José Joaquim Coelho, ou sejam...

***...forças de terra que se conservaram fiéis ao Presidente e destacamentos desembarcados do brigue-barca São Cristóvão, comandado pelo Capitão-Te-***

**nente A. Petra de Bittencourt, e da escuna Vitória (Rio Branco, 1999, p. 40).**

Antônio Carneiro, a título de provocação dizia que, por ser “Carvalho madeira velha”, o governo deveria ser entregue. O governador Paes de Andrade prontamente respondia: “Carvalho é madeira velha, mas cozinha bem um Carneiro!”.

A terceira e última Carneirada aconteceu em 17 de março de 1835. Os irmãos Carneiro e suas tropas tomaram a cidade de Goiana e marcharam para Recife, onde atacaram um Batalhão da Guarda Nacional. Tentaram ocupar a capital mas foram sufocados pelas tropas legais, numericamente maiores. Derrotados, marcharam de volta para Goiana, onde foram apoiados pelo senhor de engenho Manoel Cavalcanti Lins. Ocorreram novos combates com as tropas do governo, quando foram novamente derrotados. Desistiram então da insurreiçã e abandonaram o combate.

Com muita tolerância, os principais líderes do movimento não foram punidos fisicamente, embora tenham sido processados sob a acusação de separatismo. Em 1836, porém, dando o assunto por encerrado a Assembleia Legislativa Provincial decidiu conceder anistia geral aos envolvidos.

Estes movimentos foram os últimos de PE no período regencial e não encontraram nenhum respaldo político ou popular. Tiveram também o objetivo de se contraporem aos cabanos, que propugnavam a volta de Dom Pedro I à condução do Brasil.

## **AS RUGAS DE CUIABÁ (1834)**

Foi uma reação armada dos liberais contra o poder dos restauradores de Mato Grosso e contra tudo quanto fosse português ou de retorno de D. Pedro I.

Antes das ações as autoridades souberam do levante. Para desarticular o movimento colocaram o Tenente-Coronel João Poupino Caldas, aliado dos liberais, como novo governador da província. No entanto, o furor dos revoltosos não foi contido.

A explosão popular foi em 31 de Maio. Cerca de 80 revoltosos partiram do Campo do Ourique e tomaram o Quartel dos Guardas

Municipais. Conseguiram conter a reação dos militares e tomaram as ruas da capital em busca dos “bicudos” (7). Em seguida, aconteceram os assaltos a casas de moradia e comerciais, de propriedade de portugueses. Houve chacina, seguida de queima de cadáveres, violações de mulheres, incêndios, etc.

Conforme Hernani Donato (1996, p. 115):

***os mortos chegaram a uma centena. Foi consequência, embora remota e indireta, dos dissabores semeados pelos restauradores exaltados. Constituíram-se em explosão irracional contra tudo o que fosse de origem portuguesa ou tivesse que ver com o eventual retorno de Dom Pedro I ao trono. À matança, seguiu-se queima de cadáveres, violação generalizada de mulheres, saques, incêndios, etc.***

Conforme o Barão do Rio Branco (1999, p. 264):

***À meia-noite de 30 para 31 de maio, aos gritos de “Mata bicudo”, foram assassinados em Cuiabá os residentes portugueses e brasileiros adotivos: a cidade ficou em poder dos bandidos que executaram essa espécie de noite de São Bartolomeu, aconselhada pelo Deputado Antônio Luís Patrício da Silva Manso. À noite todas as casas foram obrigadas a pôr luminárias, festejando esta covarde matança de homens desarmados. Um dos assassinados era o Capitão José Antônio de Azevedo, cuja viúva, vendo ameaçada pela plebe a sua vida e a de seus filhos, viu-se forçada a iluminar também a casa. A matança continuou depois. Em 4 de setembro foram presos em Cuiabá os cabeças da sedição.***

---

7 - Bicudo era um termo depreciativo dirigido aos portugueses, inspirado no nome do bandeirante Manuel de Campos Bicudo, primeiro homem branco que se fixou na região.

## A CABANAGEM NO PARÁ (1835)

### Antecedentes

Dois fatos associaram-se para dar início à rebelião:

- ***Inconformismo de fazendeiros e comerciantes locais contra o presidente nomeado para a província pelo governo central.***
- ***A extrema pobreza em que vivia a população paraense.***

A grande maioria vivia em cabanas, perto dos rios. Daí a designação “**cabanos**”, dada aos revoltosos.

### A Revolta

Ao chegarem ao Pará as notícias da abdicação de D. Pedro I elas acarretaram uma série de manifestações populares que provocaram a queda de numerosas autoridades locais.

Mobilizando a comarca do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), o cônego João Batista Gonçalves Campos submeteu o governo da província às suas determinações, passando a controlá-la indiretamente.

Só em fins de 1833, com a nomeação de Bernardo Lobo de Sousa para a presidência da província, o governo regencial procurou restabelecer sua autoridade. A enérgica repressão impulsionada por Lobo de Sousa logo o tornou impopular.

A facção de Batista Campos conspirava contra o novo presidente e nas páginas de ‘A Sentinela Maranhense’ e na ‘Guarita do Pará’, Vicente Ferreira Lavor denunciava as arbitrariedades governamentais.

Em 1834, Lobo de Sousa ordenou a prisão do cônego, que se refugiou numa propriedade de Félix Antônio Clemente Malcher, editor do jornal ‘A Sentinela’. Ali, Malcher entrou em contato com Eduardo Angelim e com os irmãos Francisco Pedro, Manuel e Antonio Vinagre, todos dispostos a pegar em armas contra o governo. Em seguida Malcher se auto-intitulou o “1º presidente cabano”.

Em 7 de janeiro de 1835, os cabanos investiram e conquistaram Belém sob a liderança de Antônio Vinagre e Souza Aranha. Dominaram facilmente a guarnição do Exército e o Palácio do Gover-

no, assassinaram Lobo de Souza, o Coronel Joaquim José da Silva Santiago e o chefe da estação naval Capitão de Fragata James Inglis e comunicaram sua conquista à Regência em 16 de março de 1835.

Formou-se então o governo cabano, agora presidido por Malcher, e bem solidificado graças às medidas de controle militar. O Comandante das Armas passou a ser Francisco Pedro Vinagre. Representante dos proprietários rurais, Malcher pretendia manter o Pará unido ao Império.

Mas, contrários a essa política, Vinagre, Angelim e outros líderes populares refletiam a radicalização das camadas populares. As divergências entre os dois grupos explodiram a 19 de janeiro, quando Malcher ordenou a prisão de Angelim e de Ferreira Lavor. A seguir, voltou-se contra Francisco Pedro Vinagre que, porém, ocupou o Arsenal de Guerra e depôs o governador.

A fraqueza e a falta de visão da Regência e as ambições irreconciliáveis dos partidos locais ameaçavam jogar Belém no caos, enquanto o domínio cabano, cada vez mais, encontrava apoio no interior.

Em 1º de abril de 1835, foi nomeado Presidente e Comandante das Armas o Marechal Manoel Jorge Rodrigues. Ele aportou em Belém em 1º de junho de 1835, apoiado em forte esquema militar. Foi bem recebido, inclusive pelos cabanos.

Apesar da oposição dos setores mais radicais liderados por seu próprio irmão (Antônio Vinagre), o líder cabano acabou negociando com as autoridades e, a 26 de julho de 1835, entregou o poder ao Marechal Manuel Jorge Rodrigues, nomeado pela Regência. Em 25 de junho de 1835, Malcher passou o governo do Pará, que exercera por meio ano, ao Marechal Manoel Jorge, que substituiu as forças cabanas pelas suas. Os cabanos, simbolicamente, devolveram suas armas e munições. Em realidade, as melhores, incluindo canhões, eles as contrabandearam para as suas bases no interior.

Insatisfeitos com o acordo obtido, os líderes mais radicais, Antônio Vinagre e Eduardo Angelim retiraram-se da capital e refugiaram-se entre os sertanejos, índios tapuias e negros e, em pouco tempo, estavam prontos para investir sobre Belém, o que fizeram em 14 de agosto de 1835, menos de dois meses após a posse do Marechal Manoel Jorge.

Em 22 de agosto, pela desproporção de efetivos, tornou-se in-

sustentável a situação das forças legais, sitiadas por terra. Na madrugada de 23 de agosto, o Marechal Manuel Jorge evacuou Belém e estabeleceu o Governo e seu Quartel- General na ilha Tatuoca, bloqueando o porto de Belém. Em 26 de agosto de 1835, Eduardo Angelim foi aclamado o “3º presidente cabano”, proclamou a república e desligou a província do império. Começou a ter grande dificuldade para dominar a situação:

- por não conhecer os manejos da administração;
- por estar sob bloqueio naval; e
- devido aos desentendimentos entre as lideranças cabanas que o sustentavam no poder.

Em 9 de abril de 1836, o Marechal Francisco José de Sousa Soares de Andrea, primeiro e único barão de Caçapava, reassumiu a Presidência e o Comando das Armas. Utilizando operações conjuntas, foi retomando várias posições cabanas e tornando insustentável a posição dos revoltosos em Belém. E em 13 de abril de 1836, depois de cerca de sete meses sob domínio cabano, Belém retornou em definitivo ao controle da Regência. Os cabanos deixaram a cidade em pequenos barcos e foram em grande número capturados pela Marinha. No interior da província, a fraqueza demonstrada pelo governo em se fazer presente deixou espaços vazios, ocupados por lideranças cabanas que conquistaram o apoio popular, até por coação.

O Marechal Andréa procurou identificar concentrações cabanas e batê-las por partes, sem, no entanto, conseguir capturar Eduardo Angelim e outros líderes escondidos no labirinto aquático da Amazônia. Só foram capturados em 20 de outubro de 1836, no rio Pequeno, próximo do lago do Porto Real. Em dezembro, o Marechal Andréa conseguiu retomar Santarém dos cabanos.

Houve um momento em que a Integridade Nacional do Brasil esteve em perigo, traduzido pelo apoio aos cabanos do Amapá por parte dos franceses que ali litigavam com Portugal, e depois com o Brasil, em torno de limites. Mas o esforço para desintegrar a resistência cabana, atomizada na imensidão da Amazônia, prosseguiu durante os anos de 1837 e 1838. Designado para combater na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o Marechal Andréa passou o governo do Pará ao Dr. João Antônio de Miranda,

que realizou excelente administração. Em 1840, o poder central declarou a região pacificada.

A impunidade cabana e a ausência do Estado na imensa área amazônica estimularam esta guerra quase sem fim que teria sido vitoriosa se maior capacidade intelectual e política tivessem as lideranças cabanas.

## **A REVOLTA DOS ESCRAVOS MALÊS, HAUSSÁS E NAGÔS SALVADOR (1835)**

Estourou na madrugada de 25 Jan 1835 com reivindicações como abolição do direito de propriedade, além da erradicação dos maus tratos. Não foi contra o cristianismo e sim contra a opressão do branco sobre o negro. Foi a maior revolta de negros no Brasil. Propiciou alguns confrontos sangrentos e severa repressão que incluiu cinco fuzilamentos e muitas condenações com açoites. Episódio que, como o de Zumbi dos Palmares, deverá ser aprofundado do ponto de vista dos revoltosos.

Enquanto a Cabanagem introduzia a radicalização social nos movimentos contrários à Regência, em Salvador a propriedade escravista foi posta em questão pela Revolta dos Malês, a mais ampla e bem organizada rebelião de escravos no Brasil. O nome malês vem de Mali, África Ocidental, de onde vinham os escravos mais cultos, ou seja, islâmicos alfabetizados. A palavra vem de “imale”, que significa “muçulmano” no dialeto iorubá. Eles conheciam o Corão e o Ramadã.

Salvador no século XIX tinha metade de sua população formada por escravos e libertos provenientes das diferentes etnias africanas como os malês, nagôs, haussás, minas e jêjes. Sofriam a intransigência religiosa e por isso a revolta foi uma tentativa de tomada do poder e criação de um governo negro na Bahia. A data escolhida, 25 de janeiro, é o dia da festa de Nossa Senhora Da Guia, uma das mais tradicionais de Salvador.

### **Antecedentes**

A iniciativa do levante partiu dos negros malês, que exigiam o retorno à África. Eram muçulmanos alfabetizados e possuíam, além

disso, uma solidariedade étnica e linguística. Sua atuação foi reforçada pelos nagôs da baía de Benim, que pertenciam às civilizações sudanesas, vistas como as mais brilhantes do continente africano e que possuíam, igualmente, certa cultura muçulmana combinada com suas crenças primitivas.

Muitos negros traficados da África para a Bahia eram soldados capturados durante as jihads no território africano. Em conjunto, malês, haussás e nagôs procuraram estabelecer a unidade com os escravos nascidos no cativeiro, mais facilmente controláveis pelos proprietários.

Em 1814, apesar das intenções manipuladoras do Conde dos Arcos e outras autoridades, a solidariedade “profissional” começou a se impor sobre as rivalidades entre etnias. Nesse ano eclodiu a revolta dos negros das armações (organizadas para a caça da baleia), com forte participação muçulmana. Sufocada a rebelião, seis de seus líderes foram condenados à forca e vários outros ao degredo, enquanto numerosos participantes sofreram penas de trezentos a quatrocentos açoites.

Dizimada por uma grande seca em 1825, a população escrava da Bahia, procurando escapar da fome, viu-se diante de um dilema inexorável: fugir para o interior, onde se formariam quilombos, ou conspirar nas cidades contra a ordem escravista.

Iniciou-se, assim, em 1826, outro ciclo de revoltas, desta vez lideradas pelos nagôs, apesar das penas rigorosíssimas para levantes escravos previstas na Constituição de 1824. Desse modo, nove anos depois, em 1835, a população negra de Salvador pôde contar com lideranças provadas na luta e com experiência de organização clandestina para o levante que, mais seriamente, ameaçou pôr em xeque a estrutura escravista: a Revolta dos Malês. Esta era a denominação do tipo de escravos que eram muçulmanos e costumavam dominar a leitura e a escrita. Eles eram empregados na prestação de pequenos serviços ou a na administração de casas comerciais, mas repassavam a maioria dos ganhos para seus proprietários.

Salvador constituía, nessa época, o ambiente ideal para um movimento contra a estrutura escravista, pois os negros - libertos ou escravos - representavam aproximadamente a metade de sua população.

A grande maioria, ou cerca de 80% deles, eram negros de ga-

nho, que exerciam atividades profissionais e pagavam, regularmente, determinada quantia a seus proprietários, já referida.

Os senhores recorriam a todos os meios para conseguir essas rendas. Luís dos Santos Vilhena conta que:

***Das casas mais opulentas, que chegavam a possuir mais de setenta escravos para serviços domésticos - saíam 'oito, dez ou mais negros a vender pelas ruas, a pregão, as coisas mais insignificantes e vis, como sejam iguarias de diversas qualidades.***

Nem mesmo os defeitos físicos dos escravos eram obstáculo para que seus amos ganhassem um bom dinheiro. Colocados à porta das igrejas, os negros cegos e aleijados deviam entregar-lhes, semanalmente, uma boa parte das esmolas recebidas. Respeitáveis senhoras cristãs costumavam encaminhar à prostituição suas escravas mais bonitas - prática, aliás, legitimada pela Câmara, mediante o pagamento de uma taxa.

A maioria dos negros de ganho, no entanto, escapava a essas atividades marginais: eram alfaiates, ferreiros, carpinteiros, encanadores, barbeiros, acendedores de lampião, vendedores ambulantes - enfim, exerciam todo tipo de atividades urbanas ligadas à produção, à circulação de mercadorias e à prestação de serviços. Vestiam-se e alimentavam-se com seus próprios ganhos (descontada a parcela dos senhores) e geralmente viviam em casebres e cortiços espalhados pelos bairros pobres. Tinham, desse modo, suas horas livres, longe da pressão da senzala. Além disso, a atividade produtiva reafirmava seu valor na vida social e, como estavam integrados a uma economia monetária, podiam levantar recursos para comprar a liberdade. Esta, porém, não lhes dava qualquer possibilidade de ascensão social: o negro, mesmo liberto, era sempre tratado com desprezo e violência, daí sua participação ativa na liderança de movimentos como a Revolta dos Alfaiates, ocorrida na Bahia em 1798.

## **A Revolta**

Ao contrário do movimento de 1798, a revolta de 1835 não con-

tou com a participação intelectual do branco. Sua organização foi obra exclusiva dos escravos e libertos urbanos e, apesar da denominação de Revolta dos Malês, termo genérico para os negros muçulmanos que sabiam ler e escrever em árabe, dela participaram indivíduos de todas as etnias e padrões culturais. Eram, aproximadamente, 1.500 negros reunidos em uma sociedade secreta com reuniões também secretas, com núcleos em Salvador e no Recôncavo. Os libertos forneceram a maioria dos líderes - Manuel Calafate, Aprígio, Pai Inácio e outros. Os carregadores de cadeirinhas, que podiam circular sem ser vigiados, encarregaram-se da transmissão de mensagens.

Os conspiradores tinham um plano estratégico, redigido em árabe, que objetivava libertar os negros e massacrar brancos e mulatos, que eram vistos como traidores, por se haverem integrado à ordem vigente. Tinham um projeto político e grande capacidade de articulação para arregimentar a população africana.

Os rebeldes arrecadaram dinheiro para a compra de armas e planejavam entrar em luta usando uniforme que se compunha de barrete azul e branco, longa camisa usada por cima das calças e amarrada com cinto branco de algodão. Consta que os malês chegaram a envergá-la em um dos combates mais importantes, na Ladeira da Praga. Adotaram uma postura radical que excluía a participação das elites econômicas e intelectuais da região.

A insurreição, marcada para a madrugada de 25 de janeiro de 1835, dia de preparativos das festividades em homenagem à Nossa Senhora da Guia, ocorridas na região do Bonfim, foi denunciada ao entardecer do dia 24 pela delação de duas escravas libertas, o que permitiu a rápida mobilização das tropas e a prisão de alguns líderes. Com isso, o principal trunfo dos rebeldes - a surpresa - ficou sem efeito e muitos deles entraram em pânico. Entre diversos locais de Salvador, foi na região de Água de Meninos onde aconteceu o mais violento dos confrontos. Cerca de quinhentos militares e um esquadrão de cavalaria pressionaram os malês, que foram empurrados em direção à praia, mas uma fragata com marinheiros foi movimentada para abafar rapidamente qualquer tipo de resistência maior. Mas nem assim o movimento recrudescceu. Sob nova liderança, decidiu-se libertar os ativistas presos e ocupar o quartel que controlava a cidade.

Inferiores em número e armamentos, os rebeldes foram dizi-

mados pelas tropas do governo e dispersaram-se pelo Recôncavo, provocando incêndios e atacando propriedades.

“No dia seguinte, Salvador despertou com os gemidos dos moribundos. As ruas estavam juncadas de cadáveres”, segundo o historiador Décio Freitas. Antes do fim do dia 25 de janeiro 73 rebeldes eram mortos e mais de 500 feitos prisioneiros.

Os que conseguiram escapar ao massacre foram presos e lançados às masmorras da Bahia, onde muitos foram torturados até a morte. Outros, submetidos às condições insalubres do cárcere, terminaram morrendo de fome e de doenças. Mais tarde, alguns negros foram condenados pelo simples fato de terem papéis escritos em árabe.

Desse modo, as condenações à morte e castigos físicos recaíram, principalmente, sobre os libertos, sem dinheiro ou influência. Nos arquivos de Salvador existem processos de aproximadamente trezentos indivíduos mas, à parte, um grande número morreu ou sofreu condenações.

A Revolta dos Malês foi a mais ampla de uma série de rebeliões de escravos que vinham ocorrendo na Bahia desde 1807 e que constituem, talvez, as únicas insurreições urbanas de escravos na América. Teve caráter racista, não alcançou seus objetivos, mas provocou alvoroço na sociedade imperial. A elite temia que rebeliões escravas, como no Haiti, pudessem ameaçar o equilíbrio da ordem instituída. Para conter outros movimentos, as autoridades executaram quatro líderes e a deportação de outros setecentos envolvidos.

## **A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NO RIO GRANDE DO SUL E EM SANTA CATARINA (1835/45)**

### **Antecedentes**

De 1835 a 1845 verificou-se no Rio Grande do Sul, atual território da 3ª RM, a Revolução Farroupilha. Ela foi resultado, segundo interpretações dominantes, da insensibilidade política do governo central e da intolerância do provincial, em defesa de interesses do que, na época, era classificado de “galegalidade”, ou lei dos galegos ou portugueses, que ainda exerciam grande influência no Brasil.

A revolução expressou as peculiaridades do desenvolvimento

da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Colonizada tardiamente pelos portugueses, a região só se integrou economicamente ao Brasil no final do século XVIII, com a difusão das charqueadas para o mercado interno e do couro para exportação. O charque, ou carne conservada pelo sal, era muito consumida no Brasil. Assim, os senhores de escravos tinham interesse em que o preço do produto se mantivesse baixo, até porque era um dos alimentos básicos da população. Entretanto, o alto custo do sal e dos escravos fez com que os proprietários do Sudeste e do Nordeste adquirissem produto similar na Argentina e no Uruguai, onde era mais barato. Essa solução era desastrosa para os estancieiros e charqueadores gaúchos, que propuseram a taxação do produto importado.

A reação dos compradores foi taxar, também, o charque gaúcho nos portos do Sudeste e do Nordeste. Com a nomeação de Antonio Rodrigues Fernandes Braga para a presidência da província gaúcha, o descontentamento aumentou com medidas por ele adotadas na forma de impostos e a criação de uma força policial diretamente subordinada à sua autoridade, o que enfraquecia a posição dos estancieiros, donos de contingentes armados.

O estopim da revolta, porém, foi a imposição de uma taxa sobre as propriedades rurais. Como reação, Bento Gonçalves ocupou Porto Alegre, obrigando a fuga de Braga. Aí começou o longo processo revolucionário gaúcho.

A Farroupilha foi também uma revolta da maior guarnição do Exército, depois da do Rio, em aliança com a Guarda Nacional e forças econômicas (fazendeiros e charqueadores), como protesto pelas discriminações feitas ao Exército e seus membros e sobre as quais a História tem silenciado. Os líderes militares dessa Revolução saíram de comandos de unidades do Exército: Bento Gonçalves, Bento Manuel Ribeiro, José Mariano de Matos, João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias), e outros.

## **O Processo**

As operações em nível estratégico se desenvolveram em cinco fases distintas, segundo interpretamos com o apoio na análise crítica de obras relacionadas na História da 3ª RM 1809-1953 e Antecedentes

tes, às quais remete-se o leitor.

### **1ª Fase - Vitória da Revolução**

(20 de setembro de 1835 a 15 de janeiro de 1836 - cerca de 4 meses)

Constituiu-se na tomada e posse dos revolucionários de Porto Alegre em 20 de setembro de 1835 seguida, no mês de outubro, de diversas ações para superar reações apresentadas pela 3ª RM em Rio Pardo, São Gabriel, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande e Colônia São Leopoldo.

Ao final do mês, as primeiras lideranças militares contra a revolução haviam sido neutralizadas ou obrigadas a emigrar. O Presidente da Província, deposto, havia se dirigido ao Rio de Janeiro. Ficou, assim, todo o Rio Grande do Sul em poder dos revolucionários, que colocaram na Presidência da Província o Dr. Marciano Ribeiro (médico mineiro), deputado e, no lugar do Comandante das Armas, o Coronel Bento Manuel Ribeiro, então Coronel de Estado-Maior, do Exército, há pouco destituído do comando da Fronteira do Rio Pardo.

A revolução ocorreu de surpresa, aproveitando a situação de os comandantes da atual área da 3ª RM e da Fronteira do Jaguarão, principais focos de reação, estarem em suas estâncias, crentes de que o líder político militar do movimento, o Coronel Bento Gonçalves da Silva, Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, encontrava-se em Corrientes, na Argentina, em licença. O governo central, na época, era exercido pelos liberais.

### **2ª fase - A República Rio-Grandense**

(15 de janeiro de 1835 a 28 de março de 1837 - cerca de 14 meses)

Com a nomeação do novo Presidente da Província, Dr. Araújo Ribeiro, pelo Governo Central, a cidade do Rio Grande, ponto estratégico militar, retornou em 15 de janeiro de 1836, ao controle do governo legal, através de hábil manobra política.

Esse fato serviu para o Governo, no Rio, introduzir, via marítima, importantes reforços militares terrestres e navais para consolidar aquela posição e combater, a partir dela, a revolução. Aderiu à causa legal o Coronel Bento Manuel Ribeiro, comandante revolucionário da

3ª RM, fator importante que evitou o ataque de reconquista da cidade de Rio Grande pelos revolucionários. No confronto que se seguiu, segundo Canabarro Reichardt, houve divergências de estratégias entre Bento Gonçalves (líder político-militar) e João Manoel de Lima e Silva (que assumiu o comando revolucionário da 3ª RM).

Bento Gonçalves era favorável à concentração de tropas para derrotar Bento Manuel para, a seguir, investir contra a cidade de Rio Grande.

João Manuel era favorável à concomitância das duas ações: contra Bento Manuel e a cidade do Rio Grande.

Dessa hesitação, decorreu serem os revolucionários batidos por partes, com a perda definitiva de Porto Alegre em 15 de julho de 1836, reconquistada num ousado golpe de mão pelo então Major Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, seguido da prisão dos revolucionários, que foram enviados para o Rio.

Isso provocou a desistência de João Manoel de investir sobre Rio Grande e, pouco depois, a prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na ilha do Fanfa, após a batalha de mesmo nome. Este fato ocorreu quando Bento se retirava de Porto Alegre, depois de uma frustrada tentativa de reconquistar aquela capital ou mantê-la sob sítio terrestre.

Neste quadro extremamente adverso, o Coronel Antônio de Souza Netto, com sua Brigada Liberal, venceu em Seival, em 10 de setembro de 1836, a força legal do Coronel João da Silva Tavares, proclamando, no dia seguinte, em Campo do Menezes, a República Rio-Grandense, logo reconhecida pela Câmara de Jaguarão e, a seguir, pela de Piratini.

Pressionado por Bento Manuel, os chefes João Manuel e Antônio Netto reuniram suas forças em Piratini, na Serra dos Tapes, escolhida capital da República Rio-Grandense, para aí instalar e estruturar seu Exército.

Em 10 de dezembro de 1836, sob pressão de Bento Manuel, o Exército da República Rio-Grandense foi obrigado a se internar no Uruguai, deixando o Rio Grande sob controle militar dos imperiais. Bento Gonçalves foi escolhido o Presidente da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército, ainda quando se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Assumiu a liderança militar farrapa o Coronel Antônio Netto, em

substituição ao primeiro General da República - João Manoel de Lima e Silva, que se internou no Uruguai para tratar de ferimento no rosto recebido no combate de São Gonçalo, em Pelotas. Já se assinalava, nessa altura, reação à sua liderança militar, por condições de saúde precárias.

### **3ª fase - Retorno da República, vinda do Uruguai**

(28 de março de 1837 a 18 de julho de 1839 - cerca de 27 meses)

Desavenças entre o Presidente da Província, Brigadeiro Antero Ferreira Brito, e o Comandante da atual 3ª RM, o Coronel Bento Manoel Ribeiro, terminaram por modificar o curso da revolução.

O Presidente saiu de Porto Alegre para prender e destituir o Comandante da 3ª RM. Mas este se antecipou e mandou prender o Presidente, em 28 de março de 1837, no Passo de Itapevi, em Alegrete. Assim, Bento Manoel, pela segunda e última vez, passou-se para o lado republicano, para onde levou a vitória, como fiel da balança e novo ponto de inflexão da guerra em favor da revolução.

Os republicanos então retornaram ao Rio Grande. Restabeleceram a capital em Piratini, conquistaram Caçapava em 8 de abril de 1837 e colocaram sob sítio, em 13 de maio de 1837, a capital Porto Alegre. Este sítio se prolongaria por três anos. Conquistaram Triunfo, em 15 de agosto. Três dias depois, em São Borja, aconteceu a morte brutal, depois de emboscado e torturado, do General farrapo João Manoel de Lima e Silva, aos 32 anos. Era tio do futuro Duque de Caxias.

### **Objetivos dos sítios farrapos a Porto Alegre**

Os republicanos, ao colocarem Porto Alegre sob sítio terrestre, objetivavam estrategicamente:

1. fixar importantes efetivos imperiais na capital;
2. impedir o apoio mútuo terrestre entre Rio Grande e Porto Alegre;
3. impedir o envio de reforços terrestres de Rio Grande a Porto Alegre pelo litoral, ou a partir de Santa Catarina;
4. impedir a expansão de pontos-fortes terrestres, com apoio naval ao longo do Jacuí e seus afluentes, assegurando assim a

- livre circulação e comunicações republicanas no interior do Rio Grande;
5. realizar melhor a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, através de agentes republicanos infiltrados; e
  6. assegurar a articulação da Campanha com a região serrana e, em decorrência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

Assim, enquanto os republicanos mantiveram Porto Alegre sob sítio, viveram o período áureo e de maior segurança no campo militar. Foi em razão do alto sentido estratégico do sítio republicano a Porto Alegre que, por cerca de três anos, o esforço militar imperial concentrou-se em levantá-lo.

### **Um herói da defesa da sitiada Porto Alegre**

Desempenhou destacado papel, para defender e apoiar logisticamente Porto Alegre sitiada, o Ten Cel GN Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro) no comando do célebre Esquadrão da Barra e, depois, no 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Exerceu ele essa ação a partir de outubro de 1837, através do Forte da Picada, que estabeleceu como sua base de operações em ilha na foz do rio Jacuí com o Guaíba, ligado à margem oposta do porto de Porto Alegre por uma picada.

A partir daí, em diversas ações com Cavalaria e Infantaria, ao longo da Lagoa dos Patos até o rio Camaquã e ao longo do rio Jacuí até o Rio Pardo, com apoio naval, realizou memoráveis golpes-de-mão sobre os republicanos, inquietando-os e aprisionando-os. E trazendo gado para alimentar as suas próprias tropas, a população e hospitais de Porto Alegre, aumentando, assim, a sua capacidade de resistir.

Toda essa movimentação revolucionária de dois anos, até 15 de setembro de 1839, foi realizada com o governo central nas mãos do Partido Liberal. Nesse período foram enviados, em reforço ao Rio Grande, 1.904 homens, que representaram cerca de 17% do efetivo total enviado até a pacificação.

Assumindo o governo, o Partido Conservador foi intensificando o combate à revolução, com envio de reforços ao Rio Grande até abril de 1839, num total de 5.772 homens.

## Os imperiais levantam o sítio de Porto Alegre

Em fevereiro de 1838, o Presidente e Comandante Militar da Província, General Antônio Elzeário de Miranda e Brito, objetivando derrotar os republicanos que sitiavam Porto Alegre, executou a seguinte manobra:

***embarcou sua tropa em Porto Alegre e desembarcou na margem esquerda do Jacuí. Por uma manobra desbordante dos rios Caí, Sinos e Gravataí, tentou cair sobre os sitiantes pela retaguarda. Estes, ao comando do Coronel José Mariano de Mattos, levantaram o sítio e retraíram para Cima da Serra, de onde avançaram sobre Lajes, em Santa Catarina. Bento Gonçalves, fugido da prisão e já de volta à província, pressionou Porto Alegre, mas foi rechaçado pelo General Elzeário ao longo do Jacuí até Rio Pardo. Esta foi retomada pelo Império em março de 1838.***

Os republicanos reagiram e recuperaram Rio Pardo em 30 de maio de 1838, na maior e mais retumbante vitória que obtiveram. Logo a seguir, restabeleceram o sítio de Porto Alegre. A segunda tentativa do General Elzeário de desbordar os sitiantes foi anulada com a vitória obtida pelos republicanos em Caí, em 1º de fevereiro de 1839, ao comando do General Bento Manoel Ribeiro.

No campo naval, os imperiais desalojaram os republicanos dos fortes do Itapoã e da Ilha do Junco, na estreita entrada para a Lagoa dos Patos, no rio Guaíba. Neutralizaram a interferência de barcos farrapos na navegação imperial ao longo da Lagoa dos Patos, por navegarem em comboios. Tentaram destruir o estaleiro republicano no rio Camaquã (Passo do Mendonça).

### **A expedição farroupilha a Laguna - Santa Catarina**

Logo a seguir, em 1839, houve a expedição republicana terrestre e naval a Santa Catarina, visando à conquista de um porto de mar, em Laguna, para a república do Rio Grande. O Capitão José Garibaldi, Comandante da Marinha da República, depois de construir os lanchões “Seival” e “Farroupilha” no estaleiro do rio Camaquã,

atravessou a Lagoa dos Patos e transportou os barcos para o rio Tramandaí. Fez, então, longa e épica travessia com os barcos transportados em enormes carretas. Do rio Tramandaí atingiu o oceano e depois Laguna, em Santa Catarina, somente com o lanchão “Seival”, em razão do “Farroupilha” haver sido engolido por uma tempestade em alto-mar.

Proclamada, a efêmera República Juliana ela teve seu epílogo com a derrota da esquadra republicana pela Imperial, no combate naval de Laguna de 15 de novembro de 1839.

A expedição a Laguna, em julho de 1839, e o abandono definitivo da causa republicana pelo general Bento Manuel Ribeiro, derivando para um período de neutralidade, foram fatores que aconteceram simultaneamente com o ingresso do Partido Liberal no poder, no Rio de Janeiro, desde abril de 1839.

Encerrou-se, assim, a fase da república Rio-Grandense, com capitais em Piratini e Caçapava, de onde editaram o jornal oficial - O POVO.

#### **4ª fase - Declínio da República Rio-Grandense**

(18 de julho de 1839 a dezembro de 1842 - cerca de 3 anos e meio)

O ano de 1839 terminou para os republicanos com a derrota naval em Laguna, em 15 de novembro e com a vitória terrestre de Santa Vitória (Bom Jesus) a 14 de dezembro, em que forças retirantes de Santa Catarina ao comando do Coronel Teixeira Nunes, “a maior lança farrapa” (Tasso Fragoso) bateram e dispersaram a Divisão Paulista, ou Divisão da Serra, que invadia o Rio Grande, a partir de Lages, em Santa Catarina, em apoio à atual 3ª RM para levantar o sítio de Porto Alegre.

O ano de 1840 foi, inicialmente, de equilíbrio. Assumiu o comando imperial o General Manoel Jorge Rodrigues, decidindo logo por atacar os republicanos, que sitiavam Porto Alegre.

Planejou ele desbordar o sítio, como o tentara duas vezes, sem êxito, o General Elzeário. Só que agora, com mais forças, e depois de operar junção na margem direita do rio Caí, com coluna ao mando do Brigadeiro Oriental Bonifácio Izás Calderón, após partir do canal de São Gonçalo, próximo a Pelotas, e atacar Caçapava, a capital da República. Como resultado desta manobra aconteceu, em 3 de maio

de 1840, a indecisa batalha de Taquari e, no campo estratégico, a consolidação do sítio republicano a Porto Alegre.

O grande endividamento interno e externo da República abalou seu crédito por esta época, com reflexos negativos no apoio logístico à guerra e na unidade do movimento. Tiveram lugar então as primeiras gestões visando à pacificação, circunstância coincidente com a maioria de D. Pedro II.

Em 10 de julho de 1840, já com o Partido Liberal novamente no poder, teve lugar o mais sangrento combate da Revolução, em São José do Norte, mas assinalado por nobres gestos dos comandantes rivais - Bento Gonçalves e o Coronel Antônio Soares de Paiva. A falta de Infantaria tornou-se gritante para os republicanos.

Em 14 de maio de 1841, Bento Gonçalves reassumiu a Presidência em São Gabriel.

### **Soares Andréa levanta o sítio de Porto Alegre**

Assumiu a Presidência do Rio Grande e o comando da 3ª RM o General Soares Andréa, o futuro Barão de Caçapava. Concentrou seus esforços em obrigar os republicanos a levantar o sítio de Porto Alegre.

Andréa, com o concurso de forças navais e terrestres em torno de Porto Alegre, tentou cercar os republicanos que a sitiavam. Lançou contra eles, a partir de Santa Catarina, uma Divisão ao comando do General Pedro Labatut, reedição da malograda Divisão da Serra. Assim, a 3ª RM serviria de bigorna e a Divisão Labatut, de martelo. Em Taquari, interposto entre Porto Alegre e a Campanha, Andréa deixou forte efetivo destinado a cortar a retirada dos sitiados de Porto Alegre, pretendida reedição da armadilha da ilha do Fanfa.

Para fugir da armadilha, Canabarro e Bento Gonçalves, sucessivamente, deixaram o sítio de Porto Alegre e marcharam para Cima da Serra, ao encontro de Labatut, visando também atingir a Campanha por um amplo movimento desbordante, que foi o mais épico feito terrestre farrapo.

Eles anularam a manobra de Labatut, conseguiram atingir a Campanha, por Santa Maria, desbordando Taquari, mas enfraqueceram o sítio de Porto Alegre.

Andréa, apesar do insucesso de Labatut, conseguiu uma grande vitória estratégica, alternativa da derrota pretendida dos sitiantes, ou seja, obrigá-los a levantar, em definitivo, o sítio de Porto Alegre. A partir dessa vitória, as forças imperiais de terra, com apoio naval, foram se espalhando e se fixando em pontos fortes, bem como ao longo das barrancas ao norte do rio Jacuí e afluentes e, ainda, confinando os republicanos na Campanha Rio-Grandense e nas Missões (São Borja e Cruz Alta). A região de Cima da Serra passou ao controle imperial.

### **A Expedição do General João Paulo dos Santos**

O General João Paulo dos Santos Barreto, agora Comandante da 3ª RM, concentrou seu exército de cinco mil homens na região de Cachoeira (Passo São Lourenço). Sua estratégia era penetrar na Campanha e travar uma batalha campal com os republicanos. E assim procedeu uma longa marcha pela Campanha de 4 de março a 13 de junho de 1841, ao longo da qual sofreu uma guerra de desgaste ou de recursos, eufemismo de guerras de guerrilhas.

Chegou ao final, na estância do Carmo, margem direita do Ibi-çuí, em 21 de julho de 1841, destituído do comando, com a Cavalaria quase a pé e a Infantaria extenuada e desfalcada pela peste, disenteria e deserções.

Enquanto acreditava estarem os republicanos fugindo de um combate decisivo, estes estavam desenvolvendo uma guerra de guerrilhas, típica da área, chamada de guerra de recursos ou 'guerra à gaúcha'.

Aproveitando o insucesso dessa manobra, imaginaram os republicanos um ataque a Rio Grande, que não foi efetivado, mas preocupou seriamente a Corte.

### **O Marechal Pereira Valente comprime a mola do Apoio Logístico**

O Governo Central, desde março sob controle dos líderes do Partido Conservador, substituiu no Comando da 3ª RM o General João Paulo pelo Marechal Tomás Joaquim Pereira Valente, Conde do Rio Pardo. Este, durante o longo período de 14 meses, não alterou o quadro estratégico.

O esforço operacional do Império voltava-se então para Minas e São Paulo. Mas dedicou-se a se preparar logisticamente, ou seja, refazer-se dos desgastes sofridos pelo General João Paulo. Recebeu reforços de 5.450 homens, ou metade do efetivo total de 11 mil enviados ao Sul desde 1835.

As revoluções liberais de Minas Gerais e São Paulo haviam trazido um alento moral aos republicanos. Mas este espírito pouco perdurou pois a discórdia entre os republicanos já começara a lavrar. Discórdia que se evidenciou mais tarde, na instalação da Assembleia Constituinte, em Alegrete, em 1º de dezembro de 1842, ocorrida cerca de 20 dias depois de Caxias haver assumido, em Porto Alegre, a Presidência da Província, cumulativamente com o Comando das Armas.

### **5ª fase - A pacificação do Rio Grande por Caxias**

(5 de novembro de 1842 a 1º de março de 1845 - cerca de 28 meses)

Ao assumir a Presidência e o Comando das Armas (3ª RM), em 9 de novembro de 1842 Caxias, precedido da justa aura de Pacificador do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, encontrou o seguinte quadro estratégico:

- a tropa da 3ª RM, 11.500 homens, mantinha grandes efetivos no corte do rio São Gonçalo (face a Pelotas), em Porto Alegre e em Rio Pardo;
- o grosso da 3ª RM acampava no estratégico Passo de São Lourenço no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul, o passo-chave para o ingresso na Campanha Rio-Grandense e nas Missões. Já fora usado para concentrar (1) o Exército Demarcador de Gomes Freire, na Guerra Guaranítica (1754-56), pelo marquês de Barbacena; e (2) o Exército do Sul, depois da batalha do Passo do Rosário - 20 de fevereiro de 1827. Depois, foi usado pelo General João Paulo, em 1841, para investir na Campanha;
- a maioria da tropa da 3ª RM estava desmontada, mas refeita, logisticamente, da desgastante expedição do General João Paulo;
- a Marinha exercia pleno domínio das águas navegáveis do Rio Grande: Lagoa dos Patos e Mirim, rio Jacuí etc;

- os republicanos dominavam a Campanha e as Missões com cerca de 3.500 homens. Estavam com o controle de quase toda a cavahada da província e fechavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina ao recebimento de cavalos pela 3ª RM; e
- nas Missões, com base em São Borja, atuava o Coronel Joaquim Teixeira Nunes, e, com base em Cruz Alta, o Tenente-Coronel Gomes Portinho. Em Cima da Serra, atuavam contingentes republicanos esparsos.

### **O Plano Estratégico de Caxias**

Caxias iniciou a campanha transportando por terra sete mil cavalos de Rincão dos Touros, em Rio Grande, após fixar Netto em Piratini e Canabarro face ao Passo São Lourenço. Atravessou o São Gonçalo no Passo da Barra. Depois de costear a Lagoa dos Patos e o rio Jacuí por cerca de 80 léguas, atingiu o Passo São Lourenço.

Em que pese a desgastante e persistente ação do Exército da República, sob a liderança de Canabarro, para evitar o combate (guerra de recursos), Caxias saiu-se vitorioso. Conseguiu:

1. conquistar superioridade em cavahada frente aos republicanos e, com isto, superá-los em mobilidade ou capacidade de manobrar;
2. ocupar as povoações na Campanha e Missões com Infantaria e Polícia e fortificá-las, quando necessário, com trincheiras - caso de Canguçu - ou com fortes - caso de São Gabriel (Forte Caxias) e Santa Maria (Forte da Imperatriz);
3. melhorar as fortificações de Rio Grande e Porto Alegre (bases navais e terrestres);
4. abrir as fronteiras nos rios Uruguai e Quaraf e em Santana do Livramento, ao recebimento de cavalos adquiridos no Uruguai e Argentina;
5. fechar estas fronteiras para o mesmo fim aos republicanos;
6. fazer transportar sua infantaria a cavalo e abrir mão da Artilharia de Campanha, para maior mobilidade, conservando-a em sua Divisão;
7. com o concurso dos caudilhos Oribe e Rosas, fechar as fronteiras em Santana do Livramento e nos rios Quaraf e Uruguai

às imigrações dos republicanos;

**8.** estimular, no Rio Grande, no Uruguai e na Argentina, a reação e a cooperação econômica e militar de imperiais ou dissidentes dos republicanos imigrados naqueles países, ou por eles neutralizados no Rio Grande;

**9.** desenvolver, em Passo do Rosário, Rincão Del-Rey, em Rio Pardo, e no Rincão dos Touros, em Rio Grande, junto ao canal São Gonçalo, invernadas de cavalos para manter a mobilidade de seu Exército superior à dos republicanos;

**10.** não levar a guerra contra a população civil, estimulando-a a sobreviver economicamente e não requisitando recursos dela, como já havia feito o General João Paulo (mandou inclusive recuperar a igreja de Canguçu, que estava quase em ruínas);

**11.** proteger a invernada de Rincão dos Touros, inclusive com auxílio da Marinha, no corte do São Gonçalo, e com expedições preventivas contra a Serra dos Tapes (Canguçu e Piratini), de onde podiam partir ataques;

**12.** oferecer o perdão e a anistia aos que depusessem armas (Decreto de 18 de dezembro de 1844);

**13.** tratar da paz em condições honrosas e negociar com firmeza, mas em alto nível de consideração, com os negociadores republicanos, não transigindo com propostas de separação do Rio Grande do Império;

**14.** conservar para si a direção estratégica da guerra e atuar taticamente com o concurso de oficiais rio-grandenses especializados naquele modo de luta típica das coxilhas que se estava travando. Assim, recorreu ao Brigadeiro Bento Manoel e ao Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, ou Chico Pedro, conhecedores da terra e da gente rio-grandense;

**15.** lançar no centro do “reduto mais farrapo”, a Serra dos Tapes (Piratini e Canguçu), com base de operações em Canguçu, atual nó orográfico desta serra, a Ala Direita do seu Exército, ao comando do citado Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre Moringue, o mais competente guerrilheiro da 3ª RM;

**16.** lançar no momento decisivo suas reservas em cavalos, de Rincão dos Touros, para fechar a fronteira do Jaguarão à Revolução ao único apoio externo que recebiam através do uru-

guaio General Frutuoso Rivera;

**17.** conduzir a guerra no inverno, para provocar o desgaste das cavalcadas republicanas e de seus soldados, por lhes negar apoio nas povoações, quebrando uma tradição de interromper a guerra nesta época do ano;

**18.** desenvolver esforços para arruinar a cavalcada republicana. Isto por obrigá-los à intensa movimentação, ao combate no inverno, por fechar-lhes as fronteiras à importação de cavalos, por localizar e tomar suas invernadas e proteger as invernadas imperiais de Passo do Rosário, Rincão Del Rey e Rincão dos Touros de incursões como a que aconteceu, com êxito, em Passo do Rosário e uma, malograda, sobre Rincão dos Touros; e

**19.** procurar apressar a paz, para prevenir interferência de Rosas e da Inglaterra, que esboçou desejos de proteger os farrapos, segundo Antônio da Fontoura em seu Diário.

Não se travaram encontros expressivos nesta fase. Os mais significativos foram os de Ponche Verde, a surpresa de Porongos, os dois combates de Canguçu e o combate de Serro de Palma, em Candiota, última vitória republicana.

Em 1º de março de 1845, em D.Pedrito atua, foi selada a Paz da Revolução Farroupilha. Foi o reencontro da Família Brasileira, envolvida em lutas fratricidas desde 1831.

Por desejo dos revolucionários, Caxias foi mantido na presidência da Província e no comando da 3ª RM. De Ponche Verde a Bagé e depois até Porto Alegre, Caxias foi ovacionado.

Ligou-se ele afetivamente, desde então, aos rio-grandenses republicanos, que se tornaram seus amigos e colaboradores nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52), e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70). Gaúchos que o elegeram para representá-los no Senado, o que fez por cerca de 30 anos, até falecer.

### **A Paz de Dom Pedrito (em Ponche Verde Margem do Santa Maria)**

Quando tiveram início as negociações de paz, que culminaram em Ponche Verde, segundo Henrique Oscar Wiedersphan, os

farrapos reconheciam a precariedade de sua situação: estavam confinados a uma área da Província quase sem recursos, sem disporem de nenhuma vila ou povoado como base de suas operações, ou para servir de sede ao que restava do governo e da administração civil, vagando sem destino certo e procurando evitar um confronto com a coluna principal de Caxias.

D. Pedro II decidiu, ainda, terminar a guerra nas condições propostas pelos farroupilhas, basicamente estruturadas por Bento Gonçalves, e disso encarregou Caxias que, desde então, declarou:

***“estar disposto a carregar com qualquer responsabilidade que possa sobreviver, uma vez que tenho consciência que o bem da província é do Brasil”.***

Por estar doente, Bento Gonçalves mandou o pelotense Ten Cel Ismael Soares da Silva representá-lo em reunião convocada por Davi Canabarro, para deliberar sobre a paz. Independente da representação, mandou sua opinião a respeito, que sintetizamos na carta a Canabarro de 22 Fev 1845, da Estância do Velho Netto:

***“Tendo emitido minha opinião, resta repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir a guerra se escasseiam, o espírito público (opinião pública) está contra qualquer ideia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de caprichosa a continuação da atual. Uma conclusão é sempre preferível aos azares de uma derrota e a história antiga e moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar”.***

E em carta de 6 de março de 1845 a Dionísio Amaro da Silva, cinco dias depois da paz de Ponche Verde, Bento Gonçalves faz justiça a Caxias ao escrever:

***“Sabes melhor que ninguém que aceitei as negociações da Paz ao ponto de ir contigo ao Campo do Barão de Caxias, depois de muitas viagens que para***

***aquele efeito ali havia ido. Sabes que mesmo o Barão de Caxias havia acordado o meio de uma paz que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem, verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente a Paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, nos fez o barão o que já não podíamos esperar, salvando assim, em grande parte, nossa dignidade”.***

Finalizando a carta escreveu:

***“Sigo para a minha pequena fazenda, unicamente com a ingente glória de achar-me o homem, talvez, mais pobre do país”.***

Bento Gonçalves, em realidade, foi que fez as primeiras sondagens de paz com Caxias, das quais resultou o esboço que se concretizou.

Caxias, então, mandou responder a Bento Gonçalves que dissesse as condições de paz solicitadas pelos farrapos, e que desde que não fosse a separação da Província podiam pedir o que quisessem, pois tinha poderes para tratar do assunto e, ainda, que o envio de emissários à Corte era só para preencher formalidades.

Assinada a paz, Caxias teve dificuldades, por pressão dos escravocratas, de cumprir a cláusula IV:

***IV: “São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à República Rio-Grandense”.***

Os escravocratas julgaram-na uma afronta ao direito de propriedade. Chegaram a exigir o cumprimento do artigo 5 das Instruções Reservadas de 18 Dez 1844, enviadas a Caxias:

***“5º - os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta corte à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino”.***

Canabarro entregou 120 soldados negros dos célebres Lanceiros Negros Farrapos, do 1º Corpo de Lanceiros e outros de um Batalhão de Caçadores para serem levados para a Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, inicialmente como escravos estatizados.

Mas o Barão resistiu à pressão. Concedeu-lhes a alforria prometida. Aplicou então, o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838, que assegurou liberdade a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais.

Assim, entre cumprir a instrução reservada que implicava manter como escravos, fora do Rio Grande, os negros que lutaram pela República, e libertá-los totalmente, conforme a Convenção de Ponche Verde, o Barão conciliou a divergência, libertando os soldados negros da República e os incorporando como soldados ao Exército nas unidades de Cavalaria Ligeira da 3ª RM, onde prestaram assinalados serviços, inclusive em Monte Caseros. Com isso, Caxias tornou-se pioneiro abolicionista, glória que a 3ª RM partilha.

Ninguém parte para uma revolta ou revolução sem motivos. E os que as lideraram merecem o respeito histórico da posteridade, pois contribuíram com suas vidas, sangue e sacrifícios para alicerçarem a Pátria Brasileira. Nestas circunstâncias, o Duque de Caxias, patrono do Soldado do Brasil e da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil, deve servir de oráculo na busca mais adequada de solução em determinada conjuntura de confrontos entre irmãos brasileiros.

Além do título de Pacificador, o historiador e jornalista Barbosa Lima Sobrinho o chamou de Patrono do Instituto Jurídico da Anistia no Brasil. Esta parece ser a mais preciosa lição a retirar-se das lutas internas do período monárquico. Nelas, encontram-se subsídios valiosos a serem estudados interdisciplinarmente para orientar uma nova dimensão da História Militar, que deve ser estudada não só para melhor conduzir-se a pacificação militar de outras, mas também para isolar os fatores responsáveis por suas eclosões a serem colocados à disposição das lideranças nacionais. E Caxias nos fornece lições imortais como se viu.

A História é o resultado de aproximações sucessivas, do que resultou esta minha conclusão sobre a Revolução Farroupilha.

### **História é verdade e Justiça!**

Tem sido consagrada como causas da Revolução Farroupilha só as de caráter econômico ligadas ao aumento do imposto sobre a lésua de campo e a preferência pelo Sudeste do Brasil do charque uruguaio, em detrimento do charque produzido pela Província do Rio Grande do Sul, e nenhuma referência ao desprestígio do Exército pelo poder que sucedeu Dom Pedro I, por ter o Exército apoiado o Imperador na outorga da primeira constituição do Brasil. A causa que denomino A questão militar!

E hoje reverencio dois oficiais fluminenses formados pela Academia Real Militar (hoje nossa AMAN) que tiveram papel destacado na eclosão e desenvolvimento da Revolução Farroupilha, os majores de Artilharia José Mariano de Mattos e o de Infantaria João Manuel Lima e Silva, geralmente esquecidos os quais sintetizamos em nosso livro **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, v.1, p. 145/150.

O Major José Mariano de Mattos afro-descendente formou-se em Artilharia na Academia Real Militar. E em 1831, ano da Abdicação de D. Pedro, coube-lhe, como Major, organizar em Porto Alegre o Corpo de Artilharia a Cavalos, como seu primeiro comandante. Com a Abdicação forçada de D. Pedro I, os novos detentores do Poder decidiram que o Exército devia deixar as capitais e ser destacado no litoral e nas fronteiras. A guarnição do Exército no Rio Grande do Sul, a 2ª mais forte do Brasil, depois da do Rio de Janeiro, era constituída de três Regimentos de Cavalaria destacados em Jaguarão, Bagé e Alegrete e, a unidade de Infantaria em Porto Alegre, ao comando do Major João Manuel Lima e Silva, tio do Duque de Caxias e a de Artilharia em Porto Alegre ao comando do Major de Artilharia ao comando do Major José Mariano de Mattos.

No Rio de Janeiro, a guarnição do Exército se revoltou e a solução foi criar o Batalhão Sagrado para combater a Revolta. Caxias comandante do Batalhão do Imperador e seus tios não reagiram à imposição da Abdicação, por prudência, para que dela não resultasse a República.

Em Fortaleza, o atual Patrono da Infantaria participou como soldado da revolta de sua unidade em apoio ao seu comandante, depois dela cumprir uma missão de combater uma revolta pró-volta ao trono de D. Pedro I. Ao retornar da missão o seu quartel fora extinto.

No Rio Grande do Sul a Infantaria e a Artilharia, articuladas em Porto Alegre, respectivamente ao comando dos majores formados na Academia Real Militar João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos, veteranos da Guerra da Independência na Bahia de igual modo que Caxias, receberam ordens de seguirem para seus novos destinos, a Infantaria para São Borja e a Artilharia para Rio Pardo. E os dois se encontraram em Rio Pardo, onde teve início o Projeto da Revolução Farroupilha, que culmina com a participação de toda a Guarnição do Exército.

Bento Gonçalves coronel de Estado-Maior, ligado ao Regimento de Cavalaria de Jaguarão e agora no Comando da Guarda Nacional, lidera o movimento. O Cel Bento Manoel Ribeiro, ligado ao Regimento de Alegrete lidera a revolta em sua área. No Regimento de Bagé, o seu comandante Mazaredo, se recusou a aderir e foi conduzido até a fronteira pelo Tenente Manoel Luis Osório que liderou a revolta no Regimento. Regimentos de Cavalaria que tiveram seus efetivos drasticamente reduzidos para cerca de 100 homens cada,

O início da Revolução Farroupilha foi decidido numa Loja Maçônica de Porto Alegre na qual estavam presentes o Coronel de Estado-Maior Bento Gonçalves da Silva e o Major Art José Mariano de Mattos, que se consagrou como o cérebro político-militar da Revolução. Vitoriosa a Revolução, Bento Gonçalves assume a liderança e Mariano José de Mattos o assessora.

Proclamada a República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836, sob a inspiração dos majores João Manuel Lima e Silva e José Mariano de Matos, este assume a função de Ministro da Marinha e do Exército e mais tarde a de vice-presidente. E o major João Manuel é elevado a condição de primeiro General da República. Ao final da Revolução José Mariano de Mattos foi aprisionado em Canguçu pelo guerrilheiro imperial Tenente Coronel da Guarda Nacional Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, na cadeia que

mandou construir, “como casa de hóspedes dos farroupilhas como ironicamente proclamava, E que sonega informações solicitadas pelo Barão de Caxias sobre o paradeiro de Mariano de Matos, conforme registram seus **Ofícios**, publicação que reúne seus ofícios sobre a Pacificação da Revolução. Francisco Pedro havia ocupado Canguçu em agosto de 1843 e ali articulou, a seu comando, a Ala Esquerda do Exército Pacificador do Barão de Caxias.

Pacificada a Revolução, Caxias convidou o Cel José Mariano de Matos para ser o Ajudante-Geral do seu Exército Guerra contra Oribe e Rosas, 1851/1852. Finda a guerra, o Cel José Mariano de Mattos volta para o Rio e é readmitido no Exército, comanda a Fábrica de Pólvora de Estrela e em 1863 é nomeado Ministro da Guerra. Ele foi o autor do Brasão e da Bandeira da Revolução, adotados em 1891, pelos constituintes gaúchos como símbolos do Rio Grande do Sul. E no brasão, como bom artilheiro, ele colocou um pequeno canhão, corpo estranho nos combates farrapos, onde predominava a Cavalaria e, em menor proporção, a Infantaria.

Esta abordagem, espero que contribua para o melhor conhecimento deste valoroso soldado afro-descendente que figura como primeiro comandante dos grupos de Artilharia com origem no Regimento Mallet. E que em algumas ocasiões presidiu a República Rio-grandense. Ele é considerado o primeiro afro-descendente a presidir o Rio Grande do Sul. E na Constituinte Farroupilha, em Alegrete propôs a Abolição da Escravatura na República Rio-Grandense. O General farroupilha João Manuel foi assassinado em São Borja e ali sepultado. Seus restos mortais foram exumados pelos republicanos e sepultados em Caçapava, nova capital farroupilha com toda a pompa e circunstância. E os imperiais ao conquistarem Caçapava, violaram o túmulo do General João Manoel e espalharam seus restos mortais pelos campos.

O Major João Manoel, tio de Caxias foi seu contemporâneo na Academia Real Militar bem como o Major José Mariano de Matos e os três veteranos da Guerra da Independência na Bahia.

E creio ser a 1ª vez que estes dois oficiais do Exército nascidos em terra fluminense são lembrados pela grande projeção de suas atuações na Revolução Farroupilha.

**“História é Verdade e Justiça!”**

## **A SABINADA NA BAHIA (1837)**

### **Antecedentes**

Na Corte, o Parlamento e a Regência se digladiavam! Nos meios intelectuais do Brasil, incidiam várias doutrinas mal assimiladas (ideias da Revolução Francesa e do federalismo americano, por exemplo), cujos defensores teoricamente se extremavam em defendê-las e colocá-las em prática, sem levar em conta a sua viabilidade prática em um país gigante que ensaiava seus primeiros passos como independente.

Todas elas eram amplamente divulgadas e debatidas nas lojas maçônicas e pelos jornais. Só na Bahia, por exemplo, foram editados, de 1831 a 1837, cerca de 60 jornais diferentes. Mas nessa babel de ideias em debate havia um consenso: a necessidade de mudanças. Conservadores, federalistas e republicanos estavam desesperançados.

Além disso, a audaciosa fuga de Bento Gonçalves, revolucionário gaúcho, antes preso no forte do Mar e a renúncia do padre Feijó à Regência estimularam a agitação vigente.

A propaganda liberal era feita, na Bahia, pelo Novo Diário da Bahia, do Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Em artigos veementes, o jornalista e médico, que emprestaria seu nome ao movimento, denunciava a centralização e o despotismo do governo central, divulgando ideais separatistas. Após os dois fatos já citados, Sabino e seus companheiros decidiram passar da propaganda à ação armada.

### **A Revolução**

Em novembro de 1837, sublevaram-se as tropas do forte de São Pedro, conseguindo a adesão de outras unidades. As autoridades centrais fugiram de Salvador e os rebeldes constituíram um governo autônomo, empossando na presidência da Bahia livre Inocêncio da Rocha Galvão e confiando a secretaria de governo a Francisco Sabino.

Seu programa, publicado no Novo Diário, visava:

- a proclamação da República Bahiense e a separação da província “até a maioria de D. Pedro II”;
- a anulação das ordens provenientes do Rio de Janeiro;

- a criação de um Exército permanente; e
- a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Esses objetivos, no entanto, não foram alcançados. Se, por um lado, faltaram meios para a organização do exército permanente, por outro as referências separatistas ou republicanas logo desapareceram da propaganda rebelde, para não indispor o movimento com os grandes proprietários, os chamados “tiranos déspotas do Recôncavo”, que não se deixaram envolver na rebelião.

A repressão veio no início de 1838, com as tropas fiéis ao governo reforçadas por destacamentos procedentes dos Estados de Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro. Apoiado pelos “tiranos déspotas”, o General João Chrisóstomo Calado (veterano da Batalha do Passo do Rosário em 27 fevereiro de 1827 no RS) comandante das forças governistas, ordenou o ataque geral.

Durante dois dias combateu-se em cada bairro, em cada rua de Salvador. Três brigadas do Exército investiram sobre a cidade. Depois de sangrenta luta, os rebeldes se renderam, e um júri formado por fazendeiros - cuja ferocidade lhe valeria o nome de “júri de sangue” - iniciou suas atividades.

Francisco Sabino foi deportado para Mato Grosso (onde daria continuidade, até o fim de seus dias, à oposição jornalística). Outros rebeldes foram condenados ao calabouço e às galés, até serem beneficiados pela anistia subsequente à maioria de D. Pedro II, em 1840.

Finda a Sabinada foi para o Rio Grande do Sul o líder sabino Francisco José da Rocha que ajudara Bento Gonçalves da Silva a fugir do Forte do Mar. Em lá chegando foi promovido a Ten Cel farroupilha por Bento Gonçalves que lhe deu o comando de um batalhão de Infantaria de Linha. Personagem cuja história resgatamos em **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, v.2, p. 31 ss. Era a mais alta autoridade maçônica no Rio Grande e foi quem elevou Canabarro a grau 17, condição para poder comandar o Exército Farrapo ao final da Revolução. Ele próximo do final da Revolução foi o Chefe Geral de Polícia em Canguçu, então distrito de Canguçu.

Outros sabinos, como Daniel Gomes de Freitas, João Rios Ferreira e Manoel Gomes Pereira conseguiram evadir-se da Bahia e depois juntaram-se à Revolução Farroupilha.

## **A BALAIADA NO MARANHÃO (1838/41)**

### **Antecedentes**

Em meados de 1838, a economia maranhense apoiava-se na cultura algodoeira e na pecuária. A primeira estava em decadência desde que o algodão norte-americano reconquistara os mercados europeus. Durante seu período de prosperidade (fins do século XVIII e início do XIX), o algodão havia atraído para a região um numeroso contingente de escravos, e agora que a crise havia chegado, ninguém sabia como lidar com aquela multidão negra pois, por volta de 1838, havia no Maranhão 90.000 escravos para uma população total de 200.000. A pecuária, por sua vez, mobilizara boa quantidade de sertanejos semi-assalariados que, aliados aos escravos rebeldes, ajudariam a impulsionar a futura rebelião.

A vida política no Maranhão se reduzia às disputas entre “conservadores” (apelidados de cabanos sem, contudo, ter nenhuma ligação com os cabanos do Pará) e “liberais” (conhecidos estes como “bem-te-vis”, expressão retirada do jornal que defendia suas posições). Quando os “conservadores” pretenderam aumentar os poderes dos prefeitos, como forma de fortalecer seu próprio controle sobre o Maranhão provocaram, com a medida, graves ressentimentos entre os “bem-te-vis”, criando um clima propício às convulsões sociais que vieram a precipitar o conflito.

Sob o estímulo do Ato Institucional que proporcionou maior autonomia às províncias, os partidos disputavam em tom violento o poder. De um lado, os conservadores integrados por portugueses e chamados “bem-te-vis”, contrários à situação em poder do Partido Liberal ou “cabano”, que os bem-te-vis comparavam aos cabanos do Pará, Pernambuco e Alagoas.

### **A revolta**

Aparentemente, o movimento teve início quando o vaqueiro Raimundo Gomes (Cara preta), empregado de fazendeiro bem-te-vi, passava com sua boiada pela Vila do Manga, distante 10 léguas de São Luís e teve companheiros seus presos injustamente pelo vice-

-prefeito, José do Egito, do partido “cabano” local. Entre eles, um irmão acusado de homicídio. Tentou em vão Raimundo Gomes libertar seus amigos e irmão. E retirou-se!

Em 13 de dezembro retornou à Vila do Manga com nove outros homens. Arrombou a prisão e conseguiu aliciar para seu grupo, junto com os prisioneiros soltos, os 22 soldados encarregados da segurança policial da vila. Este feito repercutiu nos meios maranhenses, revoltados com as arbitrariedades dos donos do poder, passando a receber adesões crescentes, inclusive de outros líderes como Lívio Pedro Moura, Mulungueta e Manuel Francisco - um fabricante e vendedor de balaios apelidado de ‘Balaió’ - termo que designaria os rebeldes e inspiraria o nome da própria rebelião.

Enquanto as colunas dos balaios atacavam as fazendas do interior, os escravos aproveitavam-se da instabilidade para fugir em massa, organizando quilombos. O maior deles reunia 3.000 negros e tinha como líder o Preto Cosme, que se proclamou “tutor e imperador das liberdades bem-te-vis”. No entanto, quilombolas e sertanejos permaneceram desunidos, sem articular objetivos comuns.

A Balaiada configurou-se, assim, como uma sucessão de levantes de vaqueiros e rebeliões de escravos, testemunhando a resistência popular à ordem escravista e à dominação dos proprietários rurais, mas incapaz de oferecer uma alternativa a essa dominação. Além disso, qualquer proposta unitária era deliberadamente combatida pelos bem-te-vis.

Sob o pretexto de oferecer alguma organização militar ao movimento, os liberais só se integravam a estes para conter lideranças mais conseqüentes. Apesar dessas debilidades, em julho de 1839, os rebeldes ocuparam Caxias, segunda cidade da província, onde formaram um governo de bem-te-vis. Raimundo Gomes, líder dos revoltosos, agora com outros objetivos que não o saque e vantagens pessoais, tornou-se, com seu bando, uma ameaça à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas no interior maranhense. Reunidos, decidiram investir contra a cidade de Caxias das Aldeias Altas, onde foram precedidos da má fama de que em ações isoladas vinham destruindo e saqueando fazendas e vilas que encontravam no caminho.

Em Caxias, sob a liderança civil de João Paulo Dias, líder naquela comarca, e a liderança militar do capitão Ricardo Leão Sabino,

que participara da Guerra na Península Ibérica para libertar Portugal do jugo napoleônico, foi organizada uma força denominada Corpo de Exército, que atingiu um efetivo de cerca de 1.000 homens mobilizados na população caxiense. Foi constituído de oito companhias, dispondo cada uma de um capitão, 16 tenentes e 32 alferes nomeados por João Paulo, líder civil da resistência.

O Capitão Sabino organizou sob o seu direto comando uma bateria de Artilharia e um esquadrão de Cavalaria. E com esta organização popular, protegida por trincheiras então construídas e contando com o concurso de mulheres preparando munições de boca e de guerra, os caxienses resistiram 46 dias ao sítio do bando de Raimundo Gomes, tendo que evacuá-la após. Esta vitória animou o partido Bem-te-vi. Os balaios chegaram a enviar a São Luís emissários propondo ao presidente do Maranhão rendição sem resistência. Os líderes balaios não possuíam unidade de comando, impossível no caso, face às vaidades e ambições de cada líder. O próprio Balaio, numa incursão a uma fazenda, foi atingido por bala disparada por um integrante de seu bando e veio a falecer de gangrena.

Depois que esgotaram e saquearam os recursos de sua sustentação em Caxias, evacuaram-na e partiram à procura de outras vilas e cidades mais rentáveis para pilhar. Espalharam-se os bandos pelo Maranhão levando o medo, a insegurança e a desordem por onde passavam, chegando, mais de uma vez, a ameaçar São Luís.

Tal era a situação em 1840, quando o coronel Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, chegou ao Maranhão, assumindo os cargos de Presidente e Comandante das Armas, nomeado que foi por Carta Regencial de 12 Dez 1839.

## **A Pacificação**

O novo presidente e comandante das armas estava credenciado pelo seu talento, sua boa estrela militar, que havia revelado na Guerra da Independência da Bahia, na Guerra da Cisplatina em 1825-28 (em Montevidéo), no sub-comando do Batalhão Sagrado, e na organização e comando, por cerca de nove anos, da organização que se constitui hoje na Polícia Militar do Rio de Janeiro, com a qual superou ameaças ao Poder Central e à população carioca e preveniu

outras tentativas de perturbação da ordem.

Ao futuro Duque de Caxias foi dada a missão de pacificar o Maranhão, ficando a ele subordinadas todas as tropas em operações naquela província e mais as do Piauí e Ceará, onde lhe foi concedida licença prévia de neles conduzir operações militares, se necessárias à sua missão. Em 7 de fevereiro de 1840, ele assumiu suas funções em meio à euforia geral. Dirigiu sua primeira proclamação aos maranhenses, dizendo-lhes a que vinha:

***“...Maranhenses, venho partilhar de vossas fadigas e concorrer quanto em mim couber para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império. Um punhado de facciosos, ávidos de pilhagem, conseguiu encher de consternação, de luto e de sangue, vossas cidades e vilas! O terror que necessariamente deviam infundir-vos esses bandidos, concorreu para que eles tivessem engrossadas suas hordas. Contudo, graças à Providência, as vitórias até hoje por eles alcançadas começam a diminuir diante de vossas armas. Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil. Maranhenses, mais militar do que político, quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição da riqueza e prosperidade dos povos. E, confiando na Divina Providência, que por tantas vezes nos tem salvado, espero encontrar em vós ,maranhenses, tudo o que for necessário para o triunfo de nossa causa”.***

Esta proclamação, espalhada por todos os recantos do Maranhão, terminou resultando na aceitação de Caxias pelos partidos e pelo povo maranhense. Luiz Alves encontrou, segundo Vilhena de Moraes, as tropas assim:

***“As companhias inteiras vinham só com calças rotas ou de camisas e com o correame de couro cru sobre a pele. Uns só com espadas e outros com armas***

***de caça. E a disciplina que apresentavam condizia com o grotesco de seus uniformes”.***

Como era de seu feitio, Luiz Alves passou a organizar suas forças sem descuidar da estrutura de apoio logístico. Colocou em dia o pagamento das tropas e conseguiu organizá-las, instruí-las e torná-las vencedoras. Qual era a situação?

Os revoltosos maranhenses ligados aos bem-te-vis eram estimados em 2.000 na comarca de Brejo e cerca de igual efetivo na comarca de Pastos Bons, além de grupos esparsos em torno da cidade de Caxias. Não possuíam bases fixas. Sua estratégia era de guerrilha rural. Atacavam só pontos fracos das defesas do governo. O que fez o Comandante das Armas? Em resposta a esta estratégia resolveu manter guarnecidas as vilas e cidades que eram alvo dos revoltosos.

Criou uma Divisão Pacificadora dividida em três colunas operacionais, para combater a guerrilha com a guerrilha!

- A 1ª Coluna, comandada pelo Tenente-Coronel Sérgio de Oliveira, ocupou as comarcas de Caxias e Pastos Bons;
- A 2ª Coluna, comandada pelo Tenente-Coronel João Thomaz Henrique, atuou nas regiões de Vargem Grande e Brejo; e
- A 3ª Coluna, comandada pelo Coronel Souza Pinto Magalhães, atuou ocupando a Vila Icatu e as margens do rio Mearim.

Luiz Alves, colocando o governo do Maranhão a funcionar a contento, deixou São Luís e foi coordenar pessoalmente as operações de guerrilha contra guerrilha. E foi a partir desses pontos-fortes que ele passou a combater a Balaiada, usando com frequência o cerco de contingentes rebeldes localizados. Com esta estratégia de sempre ser mais forte em todas as partes, aos poucos ele foi minando as forças dos balaios.

Com apoio do futuro Almirante Tamandaré ele, pessoalmente, reprimiu em Itapicuru-Mirim, um levante da guarnição local por atraso de soldos. Foi um confronto sangrento, mas que terminou com a restauração da disciplina, a punição e o afastamento dos responsáveis.

Em 23 de agosto de 1840, ao ser conhecida no Maranhão a Maioridade de D. Pedro II, Luiz Alves achou o momento oportuno para espalhar aos quatro ventos do Maranhão a seguinte proclamação antológica:

***“Maranhenses! Uma nova época abriu-se aos destinos da grande família brasileira. Sua Majestade, o Imperador, empenhou o cetro da governança e assumiu os direitos que pela constituição do Estado do Brasil lhe competem. Declarado maior, ei-lo enfim como símbolo da paz, de união e de justiça, colocado à frente da nação que o reclamava. No interior da província, no meio dos bravos que defendem vossos bens e vidas, encontrou-me tão lisonjeira novidade. E se deixei aqueles bravos, pois por eles daqui me havia ausentado, é para confirmar o que sabeis, para participar do geral regozijo e aumentá-lo, se for possível, com a notícia da quase extinção da guerra civil, restando apenas da terrível tempestade uma nuvem negra, que apesar de carrancuda breve será dissipada. Maranhenses! Um sublime pensamento deve agora inflamar o coração brasileiro. Aspérrima foi a longa experiência. Aproveitai-a. Amor ao Imperador, respeito às leis e esquecimento das vergonhosas intrigas que só têm servido para enfraquecer-vos. Um só partido enfim, o do Imperador. E no vosso entusiasmo repitam mil vezes: Viva sua Majestade o Senhor D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil! Viva a nossa Santa Religião! Viva a Constituição do Estado! Palácio do Governo na cidade de São Luiz do Maranhão, 27 de agosto de 1840”.***

Luiz Alves exultava com a continuidade da Monarquia que fora posta em jogo em 7 de abril de 1831 e durante toda a agitada Regência. Dois dias antes, fizera 37 anos. A partir daí priorizou ações diplomáticas ou de relações públicas em nome do Imperador e da Igreja. E acenou aos rebeldes com concessões. Mas nem todos se sensibilizaram e continuaram as operações de rescaldo por quase cinco meses, até 19 de janeiro de 1841, data da pacificação do Maranhão. Com base em ato de Dom Pedro II (22/08/40), cerca de dois mil revoltosos balaios foram anistiados.

Ao passar o governo do Maranhão ao Dr. Antônio Miranda,

Luiz Alves lançou esta proclamação:

***“Não existe hoje um só grupo de rebeldes armados. Todos os seus chefes foram mortos, presos ou enviados para fora do Maranhão. Restabeleceu-se a ordem. Fui sempre respeitado e obedecido. Todos os empregados e chefes de repartição desvelaram-se em cumprir os seus deveres durante o tempo de meu governo. Não me ufano de haver mudado corações e sufocado antigos ódios de partidos, ou antes de famílias, os quais se por um tempo se acalmam, tal como a peste, se desenvolvem por motivos que não podemos prever ou não nos é dado dissipar”.***

Pacificado o Maranhão, Luiz Alves de Lima e Silva foi promovido a oficial-general como Brigadeiro (atual General de Brigada). O título de Barão de Caxias, concedido pelo Imperador em 18 de julho de 1841, foi em razão da cidade de **Caxias das Aldeias Altas**, que se tornou símbolo da autodefesa popular à desordem e à anarquia. Ela resistiu 46 dias ao sítio dos Balaios.

Raimundo Gomes rendeu-se em 15 de janeiro de 1841. Foi anistiado e enviado para São Paulo, tendo morrido a caminho. Seu substituto, Preto Cosme, chefe de escravos, continuou na luta. Preso, foi julgado e condenado à forca, em setembro de 1842.

Luiz Alves, segundo Vilhena de Moraes, trouxe do Maranhão, um indiozinho órfão, filho de um cacique ao qual deu seu nome Luis Alves, nome que daria também ao seu filho nascido em 1847.

No combate à Balaiada mereceu menção especial a atuação do pernambucano filho de Goiana, Tenente Conrado José de Lorena Figueiredo, que já havia se destacado em ações contra os balaios no Maranhão e no Piauí. Este herói tombou morto em ação em 25 de setembro de 1840, na comarca de Pastos Bons, aos primeiros tiros, contra um punhado de balaios. Luiz Alves, ao saber do fato, ficou muito sentido e dedicou uma Ordem do Dia a exaltar os feitos do Tenente Conrado. E então escreveu ao Tenente-Coronel José Thomaz, comandante da coluna integrada pelo tenente:

***“Muito penalizado fiquei com a notícia que me deu da morte do bravo Conrado. Eu não cheguei pessoalmente a conhecê-lo, porém por ele nutria grande simpatia, por tratar-se de um bravo e me informarem de que não era cruel para com os vencidos, nem dos que deixam o inimigo fugir quando acham boa bagagem (quando fazem bom saque). Se ele não tivesse morrido em breve, seus serviços não seriam por mim jamais esquecidos. Se ele é casado e V.Exa sabe o nome da mulher e filhos, mande-me dizer, pois tomarei desde já sob minha responsabilidade mandar-lhes pagar o soldo com todas as vantagens da campanha, como pensão, até obter do Governo a sua confirmação, pois tenho certeza de que o conseguirei”.***

Esta qualidade de chefia é eloquente e dispensa comentários. Depois, Luiz Alves soube que Conrado era solteiro, conforme Vilhena de Moraes em **“Novos aspectos da vida de Caxias”**. Aí lutou, também, o então Alferes Antônio de Sampaio e atual patrono da Infantaria, onde comandou o destacamento de Passagem Franca.

## **A ANSELMADA EM FRANCA - SP (1838)**

Conjunto de três movimentos liderados pelo proprietário de terras Capitão Anselmo Ferreira de Barcellos, contra autoridades e políticos liberais de Franca que resultou em mortes, feridos e fugas. Os líderes foram julgados e absolvidos. Foram três os processos. O primeiro, referente à invasão da então Vila Franca do Imperador, ocorrida no dia 1º de janeiro de 1838. O segundo é o relativo ao cruel assassinato do Juiz de Paz de então, Manoel Rodrigues Pombo, ocorrido no dia 6 de novembro do mesmo ano. O terceiro processo trata-se da derradeira entrada armada do capitão à Vila Franca e consequente destituição das autoridades, acontecida em 27 de setembro de 1838. Os julgamentos foram em Batatais. A comarca de Franca foi criada em 14 de março de 1839 e, na mesma data, Batatais foi elevada à condição de vila para servir de “cabeça do Termo Judiciário”, possibilitando, assim, o julgamento fora da esfera

de prestígio do capitão. (Fonte: MATOS, Carlos Alberto Bastos de. **Franca - A Anselmada. Franca**: Editora do autor, 1980)

## **A REVOLUÇÃO DE MANUEL CONGO EM PATY DO ALFERES - RJ (1838)**

Consistiu numa revolta de escravos de uma fazenda que se aquilombaram em face dos maus tratos dos fazendeiros donos de escravos. Foi-lhes dada caça por autoridades locais, resultando na condenação à morte do líder Manoel Congo. Hoje, em uma nova leitura dos fatos, Congo é justamente consagrado e cultuado mártir da luta, a qual culminou na Abolição.

Conforme o site da Prefeitura de Paty do Alferes:

***Manoel Congo entrou para a história do Brasil, como o líder que fez tremer os sólidos alicerces do regime escravocrata fluminense nas terras do café, em Paty do Alferes, onde se desenrolou um dos mais importantes levantes de negros do Estado do Rio de Janeiro.***

Manoel Congo e Marianna Crioula iniciaram ali a revolta juntamente com Pedro Dias, Vicente Moçambique, Antônio Magro e Justino Benguela. Armados de facões e uma velha garrucha, invadiram a Fazenda da Maravilha libertando mais escravos e levando tudo que podiam carregar.

Mais de 400 escravos refugiaram-se na Serra da Estrela, a caminho da Serra da Taquara, onde procuravam a liberdade. O Capitão-Mor de Ordenanças, Manoel Francisco Xavier, proprietário de fazendas e de escravos pediu ajuda às autoridades, quando foi acionada a Guarda Nacional que penetrou a mata com 160 homens. A tropa avançou em cunha e exigiu a rendição de todos. Manoel Congo reagiu e se iniciou uma feroz luta com a morte de muitos negros e dois soldados.

Marianna Crioula ainda gritou: “Morrer sim, entregar nunca!”, na exata hora em que era violentamente derrubada e espancada com chutes, socos e coronhadas. Foram presos Manoel Congo, mais sete

negros e Marianna Crioula mais cinco negras.

De 22 de janeiro de 1839, na Praça da Concórdia, diante da Igreja Matriz da Vila de Vassouras, até o dia 31 do mesmo mês, o tribunal condenou os réus, recebendo Manoel Congo a pena de morte por enforcamento. Os demais, 650 chicotadas cada um além dos gonços no pescoço durante três anos. As negras foram inocentadas. Todos os negros indicaram Manoel Congo como líder do levante.

Em 4 de setembro de 1839 Congo foi enforcado, sem sepultamento. Passaram-se mais 49 anos até a liberdade chegar ([www.patydoalferes.rj.gov.br](http://www.patydoalferes.rj.gov.br)).

## **A INSURREIÇÃO DE PARNAGUÁ - PIAUÍ (1840)** **(A Balaiada do Piauí)**

A localidade de Parnaguá fica no extremo sul do Piauí. Em 1840, eclodiu na região uma revolta dos membros da tradicional família do “Caraibanos”, juntamente com populares, sertanejos e escravos negros, inclusive, contra o poder dos prefeitos da época, estribados estes na Lei dos Prefeitos, tida como autoritária e excludente. O recrutamento militar obrigatório foi um dos maiores motivos da revolta. Os prefeitos eram nomeados pelos presidentes provinciais.

O Presidente da Província do Piauí era, desde 1823, o Brigadeiro reformado Manuel de Sousa Martins (1767-1856) - Barão da Parnaíba, o qual foi protagonista de um governo extremamente autoritário.

Conforme a Dra. Claudete Maria Miranda Dias, do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí, formaram-se grupos rebeldes:

***...que representavam a espinha dorsal da organização guerrilheira. É a partir deles que se manifestaram todos os outros aspectos subsequentes, ou seja, a própria ação do movimento: a ocupação das margens dos rios da Província e das fronteiras, as táticas de guerrilha adotadas com a ocupação das matas, os ataques de surpresa, etc.*** (disponível em <http://brasilindependente.weebly.com>).

Na verdade, este movimento foi a chamada “Balaiada do Piauí”,

um braço precursor da Balaiada do Maranhão, tendo sido as duas balaiadas um único movimento rebelde. A revolta teve a duração de um ano e manchou de sangue a região. No Piauí, os insurretos chegaram a ter até oito mil revoltosos.

Os líderes da revolta foram Sebastião José de Aguiar, Manuel Lucas de Aguiar e outros.

O Barão da Parnaíba solicitou ajuda militar ao governante da Bahia, no que foi atendido. As tropas baianas chegaram à região comandadas por Antonio Magalhães e Castro.

Além desta tropa, o Major José Martins de Souza, prefeito de Parnaguá e fazendeiro na região, organiza a “Coluna do Oeste”. Com a experiência da luta contra os balaios maranhenses, Martins de Souza tentou sufocar a revolta com sua força armada. Houve vários combates nos vales dos rios Uruçuí e Gurguéia, sendo que os revoltosos foram vencidos nas proximidades de Parnaguá. Depois disto, teriam se dissolvido e procurado os balaios maranhenses para a continuação da luta.

Em combate às margens do Gurguéia foi vencido o chefe rebelde Manuel Lucas de Aguiar. Em dezembro de 1840, o Barão da Parnaíba Manuel de Souza Martins entra vitorioso em Oeiras (então Capital), à frente de suas tropas, tendo sido homenageado.

## **O LEVANTE DE SOBRAL - CEARÁ (1840)**

Este levante possui ligações com a Balaiada. Frustrou-se em seu plano de convulsionar o Ceará após fracassado ataque, na noite de 11 Dez, à casa do Senador Francisco de Paula Pessoa, em Sobral, onde estava hospedado desde 1º de dezembro o Presidente da Província do Ceará, padre José Martiniano Pereira de Alencar (1794-1860). O ataque foi realizado a tiros pelo Tenente-Coronel Francisco Xavier Torres, comandante da Força Pública. O levante foi fruto de radicalização política e o fim era depor o presidente e substituí-lo pelo Dr. Miguel Fernandes Vieira, chefe da oposição. Alencar foi a Sobral acompanhado de tropa para convencer Xavier Torres a entregar o comando da Força Pública, a fim de evitar a revolta iminente das tropas ali sediadas para combater os balaios. Depois de várias horas de combate, triunfou a tropa governista. O saldo foi de seis mortos e 13 feridos. Em 10 de janeiro

de 1841, entregou-se o chefe do levante, Xavier Torres, nas proximidades de Baturité, ao coronel Antônio Barroso de Sousa, que o perseguia com numerosa tropa (<http://sobralnahistoria.blogspot.com.br/>).

### **Comentário final**

O relacionamento de todas as revoltas durante nove anos de Regência, e foram mais de 20, serve para demonstrar a instabilidade política, com sérias ameaças à Unidade do Brasil como consequência da ausência de um soberano no trono. Relacionadas todas as que passaram à História, a seguir serão abordadas as de maior intensidade. Registrem-se, por numerosas, as de natureza restauradora de D. Pedro I.

## **NO GOVERNO DE DOM PEDRO II SEGUNDO REINADO (1840/89)**

### **AS REVOLUÇÕES LIBERAIS DE 1842 EM SÃO PAULO E MINAS GERAIS**

#### **Antecedentes**

O golpe da Maioridade de D. Pedro II, em 1840, foi organizado pelos “liberais”, que, desse modo, recuperaram o poder perdido quando da queda de Feijó, em 1837. A supremacia liberal, entretanto, teve curta duração: as necessidades de centralização do governo imperial exigiam o restabelecimento do Conselho de Estado e outras medidas que negassem as “conquistas liberais”, vigentes desde 1834, ano da promulgação do Ato Adicional, que descontentou os partidários do fortalecimento do poder central.

Assim, utilizando como pretexto o envolvimento do ministério “liberal” nas “eleições do cacete” de 1840, célebres pelo nível de fraude e violência que apresentaram, D. Pedro II dissolveu a Câmara e reconduziu os “conservadores” ao poder. A estes caberia concretizar a reforma do Código de Processo Criminal e outras leis “regressistas” que complementavam a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de maio de 1840.

As primeiras reações liberais a essa ofensiva “conservadora” ocorreram no Rio de Janeiro, sendo articuladas pela sociedade secreta dos “Patriarcas Invisíveis”, liderada por José Martiniano de Alencar. Como os políticos que a integravam tinham adeptos em São Paulo e Minas Gerais, decidiram sublevar, simultaneamente, as duas províncias, dificultando a ação repressiva do governo.

Além disso, pretendiam aliar-se aos farrapos do Rio Grande do Sul e obter o apoio dos cafeicultores fluminenses. Visavam, em resumo, a uma repetição das rebeliões do Período Regencial, caracterizadas pela aliança entre as elites agrárias (ligadas ou não aos mercados externos) e as camadas médias urbanas.

### **A Situação do Exército**

O Exército foi muito perseguido e prejudicado depois da abdicação de D. Pedro I. Sutilmente afastado das cidades para “a defesa das fronteiras e do litoral”, passou a sofrer a concorrência da Guarda Nacional. Em realidade, foi alvo do maior esforço de sua erradicação de toda a sua História.

Na época, as fortalezas e unidades de fronteiras tiveram seus efetivos reduzidíssimos. Oficiais estrangeiros, que haviam lutado no Exército por nossa Independência, Integridade e Soberania, de 1822 a 1831, foram dispensados. O exemplo mais eloquente foi Emílio Luiz Mallet!

Essas perseguições e injustiças geraram revoltas, motins e quarteladas por todo o Brasil. No Rio, para contê-las, recorreu-se ao Batalhão Sagrado, só de oficiais, do qual o futuro Duque de Caxias foi sub-comandante. No Rio Grande do Sul provocou “A Revolução Farroupilha” com a revolta de toda a sua guarnição: três Regimentos de Cavalaria, um Batalhão de Infantaria, o Corpo de Artilharia a Cavallo (antecessor do Regimento Mallet e todas as unidades de Artilharia dele originárias) e, inclusive, o 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá, formado com uma Bateria do Regimento Mallet.

### **A REVOLUÇÃO LIBERAL EM SÃO PAULO - 1842**

Em São Paulo, o pretexto para o desencadeamento da revolução foi a substituição, pelo governo central, do Presidente da Província

cia, Rafael Tobias de Aguiar, substituído pelo baiano José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre.

Sua política provocou o isolamento de Tobias de Aguiar, cuja liderança acabou limitando-se a Sorocaba, sua cidade natal, e aos centros urbanos mais próximos.

Em 17 de maio de 1842 estourou a revolução em Sorocaba, cuja Câmara proclamou Tobias de Aguiar e o ex-regente Padre Feijó presidente e vice-presidente interinos de São Paulo, respectivamente. Declararam eles lealdade a D. Pedro II e formaram um Gabinete de Ministros absolutista e oligárquico.

O objetivo militar era um ataque à capital, São Paulo, para depor o presidente que substituíra Tobias de Aguiar. A corte agiu rápido. Nomeou o Barão de Caxias, que acabara de pacificar o Maranhão, com carta branca para pacificar São Paulo.

Caxias, com 400 homens, desembarcou em Santos e chegou à capital, São Paulo, em 22 de maio. Ali ocupou Mogi das Cruzes, organizou a defesa e bloqueou a ponte de Pinheiros, que dava acesso àquela cidade. Isolou os revolucionários nas regiões de Itararé, Lorena, Guaratinguetá e Resende. A elas foram incorporadas, de 18 de junho a 29 de agosto, as localidades paulistas de Guará, Cunha, Queluz, Silveiras, Areias e Bananal. Os revolucionários perderam tempo e não puderam atacar São Paulo. Caxias pode, assim, tomar a iniciativa. Em dois ataques sucessivos, obrigou os revolucionários a se retirarem para longe, perseguindo-os na direção São Paulo-Campinas. Em 7 de junho de 1842, deu-se o combate de Venda Grande, no qual os revolucionários, mesmo com superioridade numérica, foram surpreendidos e batidos. Isso abriu caminho para Caxias investir sobre Sorocaba, onde entrou vitorioso em 20 de junho de 1842. Não encontrou Tobias de Aguiar, que tinha buscado a proteção dos farroupilhas. Encontrou, no comando da resistência, o padre Feijó, que tentou, sem êxito, negociar. Foi preso com todo o respeito e levado para o Espírito Santo. Em 20 de maio de 1842, Caxias mandara, ao comandante dos revolucionários, uma carta nesses termos, na tentativa de evitar a sorte das armas:

***“Que pretende? Quer V.S. empunhar as armas contra o governo legítimo de nosso Imperador? Não***

***o creio porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando o caminho do dever e da honra... Acabo de chegar da Corte munido de autoridade para tudo aplainar. Não tenho sede de sangue dos meus patrícios, porém não deixarei de cumprir os meus deveres como militar. Ainda é tempo, não ensanguentemos o solo que nos viu nascer e não acendamos a guerra civil nesta bela província para não a vermos reduzida ao estado do Rio Grande de São Pedro do Sul e sua vizinha (Santa Catarina). Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias”.***

Não atendido em seu apelo, Caxias teve de cumprir seu dever com firmeza.

## **A REVOLUÇÃO LIBERAL EM MINAS GERAIS - 1842**

De início, o descontentamento mineiro expressou-se em sociedades e clubes secretos, surgidos logo após a dissolução da Câmara provincial pelo governo “conservador”. A 10 de junho, a revolta explodiu em Barbacena, onde a Guarda Nacional aclamou José Feliciano Pinto Coelho como novo presidente da província, à revelia do poder central. O programa do governo rebelde propunha-se a defender a autonomia local e os direitos dos cidadãos ameaçados de perder seus empregos, devido às medidas centralizadoras do governo imperial; além disso, pretendia denunciar a possível assinatura de um novo tratado anglo-brasileiro, demasiado benéfico aos ingleses.

Embora as manifestações de oposição às “leis regressistas” tenham começado ao mesmo tempo em São Paulo e em Minas Gerais, os fazendeiros mineiros só se decidiram a pegar em armas quando a sedição paulista estava praticamente vencida. Além disso, a rivalidade entre os senhores rurais alcançou proporções muito maiores em Minas Gerais.

Por trás dessas propostas, o que realmente preocupava os proprietários rurais de Minas era a perda de seu poder de nomear os juízes de paz e as autoridades policiais. Foi esse aspecto que semeou focos rebeldes no território mineiro, impossibilitando a atua-

ção efetiva das tropas controladas pelo presidente “legal”, Bernardo Jacinto da Veiga.

Apesar de mais numerosas do que em São Paulo, as forças rebeldes eram chefiadas por homens que não se entendiam entre si. Não só não reconheciam uma liderança comum, como conduziam seus próprios bandos em escaramuças episódicas e desconexas que não levavam a nada. Essas condições facilitaram a pacificação imperial, mais uma vez conduzida pelo Barão de Caxias, o pacificador de São Paulo.

Em 13 de julho, quando retornava ao Rio, estando em Guaratinguetá, Caxias soube de sua nomeação para pacificar Minas Gerais, com carta branca, como ocorrera em São Paulo.

Apesar da resistência de Ouro Preto, os revolucionários dominavam a parte mais populosa de Minas Gerais e as comunicações com o Rio de Janeiro. Fortificaram-se em Queluz (Conselheiro Lafaiete) e fizeram de São João D’el Rei a sua capital. Aí decidiram que conquistariam Ouro Preto com forças de Baependi, São João D’el Rei e Barbacena, após se unirem ao grosso das forças revolucionárias em Cataguases.

Foi quando tiveram conhecimento da pacificação de São Paulo, o que provocou a diminuição da euforia inicial. Enfraquecidos por divergências internas, os liberais não ousaram atacar a capital. As divisões estenderam-se então à cúpula do movimento, onde José Feliciano foi substituído pelo tribuno ‘liberal’ Teófilo Ottoni, que deixara o Rio de Janeiro tão logo soubera da derrota de seus correligionários em São Paulo. A mudança, no entanto, não contribuiu para a unidade das forças rebeldes, que continuaram divididas entre si.

A Corte, temerosa que o movimento se generalizasse pelo Brasil, tomou as seguintes providências: desarticulou a possibilidade de revolta no Rio pela adoção do estado de sítio; convocou guardas nacionais da reserva, em licença e férias e os funcionários públicos em disponibilidade; tornou obrigatório o salvo-conduto para viagens em Minas; ordenou a prisão dos líderes do Partido Liberal, e direcionou para Minas os guardas nacionais que conseguiu mobilizar, bem com algumas unidades do Exército.

Os revolucionários tiveram a pronta adesão de São João D’el Rei, Queluz (Conselheiro Lafaiete) e outras cidades do sul de Minas e

também ao norte e leste de Ouro Preto.

Caxias chegou a Ouro Preto em 6 de agosto para pacificar Minas. Sua fama fez os revolucionários desistirem de atacar Ouro Preto. Eles evacuaram Queluz. Divergências continuaram a dividir os revolucionários que se dirigiram para o leste e conquistaram, com pouca luta, Sabará, em 13 de agosto de 1842. Aí, procuraram negociar uma rendição condicional, que não foi aceita.

Inseguros, os revolucionários procuraram concentrar-se no arraial de Santa Luzia, que proporcionava, por sua posição numa serra, comandamentos de vista e fogos sobre os seus acessos, além de apoiar um de seus flancos no rio das Velhas.

Em 20 de agosto de 1842, ocorreu o memorável combate de Santa Luzia, vencido com dificuldades pelas forças legais, que ali fizeram frente a 3.300 revolucionários que souberam tirar grande partido tático das excelentes condições defensivas oferecidas pelo terreno. Com a vitória de Caxias em Santa Luzia, teve fim a revolta de Barbacena, que durou dois meses e 10 dias e que causou sérias preocupações à Corte tendo em vista o fato de sua maior consistência militar.

Caxias entrou vitorioso e aclamadíssimo em Ouro Preto em 10 de setembro, tendo sido promovido, em 29 de agosto, a Marechal-de-Campo graduado (atualmente, General de Divisão), com 39 anos de idade.

## **A REVOLTA DOS “LISOS” CONTRA OS “CABELUDOS” EM ALAGOAS (1844)**

A dissolução da Assembleia Constituinte por Dom Pedro I em 1823 provocou a formação de revoltas em diversas regiões nordestinas, tudo em face da discordância sobre a atitude do governante. Uma delas foi a Confederação do Equador em Pernambuco, movimento separatista ocorrido entre junho e novembro de 1824.

Em Alagoas, surgiu um desses movimentos, liderado por Manuel Vieira Dantas. A abdicação de Dom Pedro I em 1831 reacendeu a discordância, então arrefecida pela reação militar do governo.

A disputa era entre conservadores e liberais. Aqueles defendiam a manutenção da ordem vigente. Os liberais, eram partidários e

pregavam ações inovadoras como a maior autonomia das províncias.

Apelidados de “Lisos”, os conservadores, e “Cabeludos”, os liberais, essas duas forças políticas eram lideradas por José Tavares Bastos, os primeiros, e João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, os segundos. Eram estes dois homens importantes e prestigiados pelas autoridades imperiais. Sinimbu detinha o controle político alagoano.

A disputa eleitoral municipal ocorrida na época e o debate sobre a mudança da capital acirraram os ânimos.

Conforme Hernani Donato, em 4 de outubro de 1844 os Lisos, também chamados de “Históricos”, ocuparam a capital provincial Maceió revoltados contra o governo do Presidente Bernardo de Souza Franco, protetor da facção dos “Cabeludos”. Os Lisos, partindo de Bebedouro, obrigam o Presidente da Província a se refugiar no navio “Caçador”, então surto no Porto de Maceió.

No dia 21 de outubro aconteceu outro ataque dos Lisos, agora chefiados por Vicente Ferreira Tavares Coutinho, conhecido como Vicente de Paula, temido desde a Cabanada. Foram seis horas de luta nas ruas de Maceió.

As forças do governo, comandadas pelo Brigadeiro do Exército Antônio Correia Ceará, estavam reforçadas com um Batalhão de Artilharia de Pernambuco, uma companhia provisória e 100 guardas nacionais de São Miguel dos Campos. O combate foi até às 14:00 h, resultando 20 Lisos mortos e vários feridos. Da parte do governo e dos Cabeludos resultaram 10 mortos e 24 feridos.

Em seguida, os atacantes se retiraram vencidos pelas forças do governo.

Mas a luta continuou no campo político nos anos seguintes, tendo os Lisos ocupado diversos cargos eletivos na administração da Província.

### **O MOTIM DO “FECHA-FECHA” EM RECIFE - PERNAMBUCO (1844)**

Ocorreu na capital de Pernambuco em setembro de 1844, por ocasião das eleições gerais. Foi manifestação em função e reflexo de descontentamentos sociais, talvez pioneira. Segundo Joaquim Nabuco, foi reflexo da Revolução Francesa.

Em Recife, o intelectual Antônio Pedro Figueiredo gritou em

praça pública:

**“Que significam as reformas políticas sem as reformas sociais? São uma máscara e nada mais!”**

Estas perguntas acionaram insatisfações políticas e sociais populares.

O movimento consistiu no fechamentos de casas comerciais de portugueses, tendo sido repetido em setembro de 1848. O povo buscava maior participação no campo político e na escolha das lideranças políticas eliminando, inclusive, o voto censitário. Os populares foram para a rua e promoveram uma onda de fecha-fecha e violência contra os portugueses. Pode ser interpretado o movimento como uma forma de pressão para a ampliação da participação política e da cidadania.

### **O MOTIM DO “MATA-MATA” EM RECIFE - PERNAMBUCO (1847/48)**

Foram revoltas populares ocorridas na capital pernambucana em dezembro de 1847 e em junho de 1848 em face de demandas sociais, basicamente. Conforme Hernani Donato (1986, p. 125) estes movimentos renunciaram a Sabinada e não atenuaram a fermentação popular.

Seu conteúdo deve ser considerado e deve ser interpretada examinando-se semelhanças com outras revoltas como a do Fecha-Fecha e a da “Carne Sem Osso” na mesma Recife.

A expressão Mata-Mata significa “Mata-Mata Marinheiros” ou seja, “anti-lusitano” e contra os marinheiros portugueses, movimentos nos quais os manifestantes recifenses aproveitavam para agredir os comerciantes portugueses e saquear suas lojas e armazéns.

A proclamação do intelectual e agitador político Cousin Fusco, que usava o pseudônimo de Antônio Pedro de Figueiredo: “*Que significam as reformas políticas sem as reformas sociais? São uma máscara e nada mais!*” é perfeitamente cabível também na Mata-Mata, como foi na do Fecha-Fecha.

O motim também é conhecido como “Mata-Mata Marotos”, sendo que “marotos” eram os lusitanos em geral. O verso seguinte era muito conhecido:

***“Corja de vis marotos,  
Amigos das borracheiras  
Dar-vos-emos a resposta  
Nas pontas das lambedeiras”.***

Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento:

***Em dezembro de 1847 e junho de 1848 tiveram lugar os motins Mata-Mata Marinheiro, contra marítimos portugueses, uma característica recifense. [...] assuntos que merecem aprofundamentos por cientistas sociais, pois eram tratados como casos de polícia. Ou por polemologistas talvez!*** (disponível em [www.ahimtb.org.br/c3j.htm](http://www.ahimtb.org.br/c3j.htm)).

Portanto Recife viveu, neste período, um dia-a-dia agitado, com prenúncios de um movimento armado cada vez mais próximo. O Presidente da Província Antônio Pinto Chichorro da Gama enfrentou as manifestações mas foi exonerado em 2 de abril de 1848, o que deu origem à Revolução Praieira.

## **A REVOLUÇÃO PRAIEIRA EM PERNAMBUCO (1848/49)**

### **Generalidades**

De 1844 a 1848 o Partido Liberal dominou Pernambuco politicamente. Ao ser substituído pelo Conservador em 1848, produziram-se grandes reações que seriam o combustível para a derradeira maior revolta no período monárquico - a Praieira, em Pernambuco.

O nome Praieira foi derivado da rua da Praia no Recife, local da sede do jornal o Diário Novo, porta voz dos liberais locais. Segundo Joaquim Nabuco em sua obra **“Um estadista do Império”**:

***“O povo pernambucano acreditava que possuía dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e desfrutar algum bem-estar. Eles eram os portugueses que monopolizavam o comércio das cidades e os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior. A***

***guerra dos praieiros era feita contra estes dois elementos, daí o seu caráter social mais do que político”.***

E os praieiros teriam a adesão sucessiva de dois líderes republicanos, Borges da Fonseca e Nunes Machado. Os liberais tiveram, na liderança militar, o Capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira. As violências e abusos de autoridades do interior iriam detonar a revolta Praieira.

### **Desenvolvimento da Revolução**

A revolução teve início com concentrações de praieiros em Igarajú, que a seguir rumaram para Nazaré. E depois isolaram as comunicações de Recife com o interior. Eles conseguiram o apoio de 300 guardas nacionais, que foram treinados sob o controle de chefes liberais.

Os praieiros, a par de medidas militares, desencadearam vigorosa campanha contra o governo de Pernambuco visando desestabilizá-lo e voltando o povo contra o mesmo.

E o governo local reagiu. Expediu contra os revolucionários o Chefe de Polícia com apoio de 100 policiais. Mas esta autoridade sentiu-se impotente para resolver a questão.

Em 10 Nov 1848, o Cel José Vicente de Amorim Bezerra, com o seu 4º Batalhão de Artilharia de Posição, reforçado por 80 guardas nacionais e policiais, recebeu a missão de dar combate aos revolucionários. Retraindo sob pressão do governo, os revoltosos chegaram à região do engenho Mussupinho onde foi travado violento combate com vitória dos legais. Combate descrito pelo Cel José Vicente ao presidente de Pernambuco nestes termos:

***“Comunico que força ao meu comando obteve o mais completo triunfo no lugar Mussupinho, concentração dos rebeldes. O combate durou 3 horas e foi renhido e sangrento. Os desalojei, levando-os a completa debandada até vasta distância do acampamento. Desarmeí os prisioneiros. Não persegui fugitivos por estar fora de combate o clarim (corneteiro) de Cavalaria e eu não podendo fazer executar os toques para***

***que a Cavalaria fizesse carga. Em seguida, mandei a Infantaria ao encalço dos revoltosos derrotados, apresentando-se alguns deles. A perda do inimigo foi considerável - 18 mortos e uma grande parte de feridos. Ficaram em nosso poder 56 prisioneiros e grande porção de armamento e cartuchos, 3 barris de pólvora, muitas pedras de ferir (sílex) e uma corneta. Nossa perda foi de 10 mortos e poucos feridos”.***

Pouco depois chegava ao Recife o deputado Joaquim Nunes Machado, oficialmente um dos mais importantes líderes da área liberal, mas em realidade republicano. E, sob a liderança dele, praieiros reuniram-se nas matas de Catuca.

Ali o jornalista liberal (republicano) Borges da Fonseca redigiu um manifesto dirigido ao mundo, manifestando ideias liberais avançadas praticadas no ano anterior na Europa e que haviam culminado com a derrocada da Monarquia na França.

### **O Manifesto ao Mundo**

Escrito por Antônio Borges da Fonseca, continha as assinaturas dos principais chefes militares da revolta e propunha a luta por um programa de dez pontos:

- 1º - Voto livre e universal do povo brasileiro;
- 2º - Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa;
- 3º - Trabalho, como garantia de vida para o cidadão brasileiro;
- 4º - Comércio a retalho para os cidadãos brasileiros;
- 5º - Inteira e efetiva independência dos poderes constituídos;
- 6º - Extinção do poder moderador e do direito de agraciar;
- 7º - Elemento federal na nova administração;
- 8º - Completa reforma do poder judicial em ordem a assegurar as garantias individuais dos cidadãos;
- 9º - Extinção do juro convencional; e
- 10º - Extinção do atual sistema de recrutamento.

As tropas legais investiram Catuca, onde os revolucionários praticavam ações guerrilheiras. Acuados, retiraram-se para a cidade

de Goiana, berço natal do heroico tenente Conrado, morto no combate à Balaiada, com grande pesar de Caxias. E novamente se concentraram em Igaracú.

No Natal de 1848 assumiu a presidência de Pernambuco o Dr. Manuel Vieira Tosta. Demonstrando vontade política de pacificar, distribuiu proclamação assegurando justiça e oferecendo perdão aos praieiros ainda de armas nas mãos.

Os praieiros responderam com concentração em Água Preta, de cerca de 2.000 homens dispostos a atacar o Recife, o que levaram a efeito na manhã de 2 de fevereiro de 1849.

A defesa do Recife esteve a cargo do citado Cel José Vicente, comandante da Artilharia a Pé. E foi travada violenta batalha, que envolveu ruas e praças do Recife, chegando os defensores em muitos momentos a temerem pela perda da vitória.

O baiano Manuel Vieira Tosta havia chegado a Recife, como presidente da província, com instruções precisas para sufocar o Diário Novo e outros periódicos “liberais” e prender os deputados praieiros.

Apoiado nas tropas que o acompanhavam, Vieira Tosta fez bem mais do que isso, estabelecendo um verdadeiro regime de terror. Tipografias foram fechadas e seus proprietários encarcerados, assim como os jornalistas do Diário Novo. Depois vieram os recrutamentos forçados, as invasões de residências a qualquer hora do dia ou da noite e os saques sob o pretexto da “busca de rebeldes”.

Submetidos a torturas, muitos confessaram delitos que jamais cometeram. O ponto alto da violência foi atingido após o dia 2 de fevereiro de 1849, quando a coluna de Pedro Ivo ocupou quase toda a capital, deixando atrás de si um amontoado de cadáveres. Ao saber da morte de Nunes Machado (um dos líderes da Praieira), durante os combates de 2 de fevereiro, Vieira Tosta ordenou a recuperação do corpo, exposto a seguir nas ruas de Recife, enquanto os guabirus (proveitadores) davam vivas ao imperador. Em menos de 24 horas foram feitas mais de trezentas prisões, lotando as cadeias e os porões imundos e abafados dos navios de guerra.

No final do movimento, a rendição dos rebeldes desmascarou a verdadeira intenção do governo, oculta pelas promessas de perdão. Preso no Rio de Janeiro, Pedro Ivo foi enviado para a Fortaleza da Laje, depois de sofrer uma pesada condenação. Muitos de seus com-

panheiros tiveram a mesma sorte. Borges da Fonseca permaneceu incomunicável durante meses na fragata Paraguaçu. Outros combatentes foram trancafiados nos porões dos navios de guerra.

Alguns rebeldes foram desterrados para a ilha de Fernando de Noronha; outros foram mantidos a ferros em suas próprias residências.

A repressão tornou-se tão feroz que o próprio governo central resolveu confiar a província a Carneiro Leão, encarregando-o de suavizar as drásticas medidas de seu antecessor.

## **A REVOLTA DO RONCO DA ABELHA - 1851/52** **(Guerra dos Marimbondos)**

Movimento popular armado ocorrido nas províncias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe entre dezembro de 1851 e março de 1852, envolvendo vilas e cidades de cinco províncias do nordeste. Este movimento foi mais forte nas duas primeiras províncias citadas.

A motivação da revolta foi o conjunto das resoluções do governo central que instituiu os decretos de 1851, referentes ao “Censo Geral do Império” e ao “Registro Civil de Nascimentos e Óbitos” os quais, segundo os revoltosos, serviriam para reduzir os cidadãos pobres à condição de escravos, inclusive brancos.

O nome foi usado em função das junções populares nas quais corriam os avisos sobre as ações seguintes, como se fosse o zumbido de um enxame de abelhas.

Como reação, armados de foices, enxadas e espingardas, os revoltosos passaram a atacar prédios e autoridades públicas, sob os gritos de “Abaixo a Lei, morra o Governo”.

As autoridades reagiram mobilizando mil soldados da polícia e convocando a Guarda Nacional. Convenceram também os padres Capuchinhos a conclamar os fiéis para o respeito à ordem pública. Os padres, usando do baixo nível de instrução e da crença dos revoltosos, os ameaçaram com a perda da salvação e com o fogo do inferno a quem não se submetesse.

Em janeiro de 1852 a paz foi restabelecida, mas não foi possível identificar os líderes do movimento. O governo acabou editando o decreto 970, de 29 de janeiro de 1852, que suspendeu os decretos

que motivaram os movimento adiando a realização do primeiro censo no Brasil para vinte anos depois, sendo que o registro civil só será adotado com o advento da república.

Este movimento teve articulação com o dos Marimbondos (ou do Pau D'algo) em Pernambuco.

### **O LEVANTE DOS MARIMBONDOS - PERNAMBUCO (1852) (Levante do Pau D'Alho)**

Conforme Hernani Donato (1996, p. 128) a Lei do Censo Geral do Império, instituído pelo Decreto nº 797, de 18 de Junho de 1851, foi mandada aplicar sem preparo e nenhuma explicação para o povo sertanejo, provocando assim inquietação entre os populares. Esta inquietação foi a motivação da revolta.

As fortes suspeitas da população de baixa renda foram a de que a Lei serviria para escravizar pessoas humildes e também para aumentar os impostos, além de realizar o recrutamento militar forçado.

Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento, o líder camponês pernambucano João dos Remédios capitalizou esta postura popular, reuniu aproximadamente 400 seguidores e ocupou a vila de Pau D'Alho. Esta vila logo foi transformada em sede da revolta contra o censo.

A tentativa de dissuasão conduzida pelo frei Caetano da Messina, bispo de Olinda, resultou ineficaz. O governo enviou então sobre Pau D'Alho a força repressora do Tenente-Coronel Higino José Coelho, a qual rapidamente fez debandar os marimbondos, sem choques de maior envergadura ([www.ahimtb.org.br/c3j.htm](http://www.ahimtb.org.br/c3j.htm)).

### **A REVOLTA DA FAZENDA IBICABA - SP (1856) (Revolta dos Parceiros ou Revolta dos Imigrantes)**

A Fazenda Ibicaba fica localizada em Limeira, estado de São Paulo. Os trabalhadores estrangeiros imigrantes da Suíça e da Alemanha se rebelaram contra a exploração do trabalho pelos senhores portugueses, embora remunerado, que haviam optado pelo Sistema de Parcerias em substituição à escravidão.

O líder da revolta foi o religioso suíço Thomas Davatz que agregou os colonos para questionar os valores de pesagem das sa-

cas de café e os critérios para a divisão dos lotes de terra do sistema de parceria, além da postura autoritária do fazendeiro em relação aos trabalhadores. Uma queixa importante foi a de que os colonos eram obrigados a comprar os gêneros alimentícios do próprio fazendeiro.

A fazenda era de propriedade do senador Nicolau de Santos Vergueiro e era a maior produtora de café da época.

A situação chegou a tal ponto que resultou em levante armado dos imigrantes na fazenda, o que fez necessária a intervenção de forças policiais.

Em face desta revolta os governos da Suíça e da Alemanha proibiram a vinda de imigrantes e o Sistema de Parceria entrou em decadência. Em outras fazendas da região ocorreu o mesmo problema, causando o abandono definitivo das Parcerias ainda na década de 1850 ([www.fazendaibicaba.com.br](http://www.fazendaibicaba.com.br)).

### **O MOTIM DA CARNE SEM OSSO, DA FARINHA SEM CAROÇO E DO TOUCINHO DO GROSSO - SALVADOR - BAHIA (1858)**

Este motim não foi um caso isolado de movimento popular na Bahia no século XIX, mas foi o que melhor caracterizou os protestos mais ou menos violentos contra a carestia e a escassez de alimentos, principalmente a possibilidade da farinha ser monopolizada e assim alcançar um alto preço.

O Presidente da Província da Bahia José Lins Vieira Cansação de Sinimbu, futuro Visconde de Sinimbu, que entrou em rota de colisão com a Câmara de Vereadores em função de aspectos legais do fornecimento de farinha à população.

Conforme Cláudio Moreira Bento o motim foi popular e contra desonestos fornecedores de alimentos, lembrando também que o assunto foi abordado por Dionísio Cerqueira em sua obra **“Reminiscências da Guerra do Paraguai”**.

A palavra de ordem que veio a ser a marca do movimento foi “queremos carne sem osso e farinha sem caroço”, face à disputa entre o Presidente da Província e os vereadores da capital.

Em 1º de março de 1858 os amotinados invadiram a Casa da Câmara, entrando na Sala das Sessões, dando vivas à Câmara e ao Povo, e “fora ao presidente”. Outros manifestantes subiram a torre e

tocaram o sino. Posteriormente, a turba dirigiu-se ao Palácio da Presidência.

Conforme João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar, do Departamento de História da UFBA,

***o palácio foi apedrejado, vidros das janelas quebrados e um oficial militar ferido. Um soldado atirou e a confusão se instalou. A tropa, inclusive a cavalaria, que a essa altura já havia sido mobilizada, calou baionetas e atacou a multidão, que não pôde fugir do local porque os soldados haviam fechado todas as saídas com o objetivo de impedir a entrada de mais gente na praça. Muitos saíram feridos, alguns gravemente, de um lado pelas pedras retiradas do calçamento e jogadas pelos manifestantes; do outro pelas patas dos cavalos, baionetas e espadas. A certa altura chegou a se esboçar a participação, em defesa dos manifestantes, de um batalhão da Guarda Nacional, o da freguesia de São Pedro, mas foi neutralizado pelo comandante que apelou a seus homens para que não “causassem a sua ruína”. Os ânimos só serenaram com o cair da noite. O motim durou quatro horas.***

No dia seguinte houve mais arruaças e pressões dos manifestantes sobre as autoridades, o que resultou na conciliação da Câmara com Sinimbu e a anulação dos atos legais sobre a farinha de mandioca, o que resultou em um preço bem acessível aos populares (**Revista de História da USP**, nº 135, 2º semestre de 1996, disponível em [www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br)).

## **A REVOLTA DOS MUCKERS NO RIO GRANDE DO SUL - 1873/74**

Nos anos de 1873-74, sendo comandante da 3ª RM o Marechal de Campo Vitorino José Carneiro Monteiro - Barão de São Borja, teve lugar em São Leopoldo o episódio conhecido como A Revolta dos Muckers do Ferrabraz, que terminou provocando a intervenção de forças imperiais para combatê-la.

O triste episódio de fanatismo religioso, aliado a intrigas de colonos e autoridades e falta ou deficiência de informações exatas, terminou por provocar uma tragédia social que melhor poderá ser avaliada politicamente pelo leitor e historiador interessado na leitura das seguintes obras, entre outras:

SCHUPP, Ambrósio (padre jesuíta). **Os Mucker - A tragédia histórica do Ferrabraz**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993, 4. ed.

PETRY, Leopoldo. **Episódio do Ferrabraz - Os Muckers**. São Leopoldo: Rotermund, 1957.

DOMINGUES, Moacyr, Cel. **A Nova face dos Muckers**. São Leopoldo: Rotermund, 1977.

O cenário da revolta foi a linha Ferrabraz em Sapiranga, tendo envolvido as localidades atuais de Campo Bom, Lomba Grande e Novo Hamburgo, sob a liderança do casal João Jorge e Jacobina Maurer.

A falta de habilidade policial, instigada por acusações exageradas, terminou por acirrar o ódio entre os colonos que seguiam o casal Maurer contra a situação de vexame que lhes impunham autoridades e vizinhos. O conflito com os muckers foi se agravando ao ponto do Presidente da Província, Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, determinar à atual 3ª RM a intervenção na revolta.

E sob o comando do Cel Genuíno Olímpio de Sampaio, herói da Guerra do Paraguai, a 3ª RM destacou um forte contingente de 500 homens de Infantaria, Cavalaria e Artilharia nucleado pelo 13º BC de Porto Alegre (que deu origem à atual OM de Infantaria de Jabotão dos Guararapes/PE).

Ao escurecer de 28 Jun 1874, o Cel Genuíno ordenou um ataque sobre a casa dos Maurer esperando obter sua prisão. Mas o Cel Genuíno teve a surpresa. Os Muckers, entrincheirados em troncos de árvores e depressões de terreno que conheciam muito bem, reagiram violentamente, ao custo de quatro mortos e 30 feridos. Sendo noite, o Cel Genuíno determinou o retraimento para 10 Km à retaguarda, em Campo Bom atual.

Decorridos 21 dias, em 19 de julho o Cel Genuíno, com reforços recebidos, inclusive 150 colonos alemães voluntários, atacou novamente o reduto mucker na casa do casal Maurer.

O ataque e a reação foram violentos! Morreram na reação 12

homens e 8 mulheres Muckers. Foram presos seis homens e 36 mulheres. Poucos conseguiram fugir. Cerca de 17 Muckers se retiraram para outro reduto. Eles constituíam parte das lideranças mais expressivas. Para o Cel Genuíno parecia que a vitória tinha sido completa.

Ao amanhecer de 20 Jul 1874, o acampamento legal foi atingido por tiros de tocaia, disparados de mato próximo. E teve lugar cerrado tiroteio. O Cel Genuíno teve cortada com um tiro uma artéria da coxa, vindo a perecer após esvair-se em sangue, sem o socorro do médico, que se deslocava para São Leopoldo com os feridos.

A tropa do Exército, após combater no dia 21, retraino novamente para Campo Bom. Assumiu o Comando o Cel César Augusto.

Em 21 Set 1877, novo ataque ao reduto dos muckers foi repellido, com cinco mortos e 6 feridos do Exército.

Em 25 Set 1874, força civil composta de colonos de Sapiranga, Taquara, Dois Irmãos e outras áreas tentaram, sem êxito, um ataque ao reduto Mucker.

Foi aí que o Cap Francisco Clementino Santiago Dantas, que participara dos ataques iniciais ao lado do Cel Genuíno, se ofereceu ao Presidente do Estado para comandar o ataque final.

E, em 2 Ago, decorridos 35 dias do início das operações contra os Muckers, o Cap Santiago Dantas atacou o último reduto dos fanáticos. No renhido combate pereceram 17 Muckers, dos quais 13 homens e quatro mulheres.

Os Muckers, presos antes e durante a luta, após processo em que foram condenados, apelaram e foram libertados em 1883. Os Muckers sobreviventes, para fugirem às perseguições dos habitantes do lugar, mudaram-se para Terra dos Bastos, em Lageado. Lá, no Natal de 1898, foram atacados e chacinados por colonos da Picada de Maio, por acreditarem terem sido os muckers os bárbaros assassinos da Sra. Schroeder, vítima, em verdade, de seu marido, que a matara para casar com outra. Verdade que só veio à luz depois do linchamento dos inocentes Muckers.

Participaram do combate aos Muckers os, mais tarde, coronéis Carlos Teles, que será sitiado por 45 dias em Bagé na Revolução Federalista, e João César Sampaio, que o libertou em 8 Jan 1894, à frente da Divisão do Sul. O último era genro do indigitado Cel Genuíno, morto no Ferrabraz. Ambos, Carlos Teles e Sampaio, se destaca-

riam por feitos heroicos em Canudos.

Nesta época, a 3ª RM sentia os maléficos efeitos do Regulamento de Ensino do Exército de 1874, de cunho bacharelesco, e de sua subordinação direta ao Presidente do Estado.

No episódio do Ferrabraz, tropas da 3ª RM, sem disporem de um desejável sistema de Informações, foram lançadas numa operação sangrenta, fruto da imobilidade das autoridades de São Leopoldo e da Província. Em Canudos, isso se repetirá em maiores proporções.

O General da Reserva Flávio Oscar Maurer, já falecido, era natural de Campo Bom. Ex-comandante do 19º BI Mtz, São Leopoldo (1990-91), possuidor de curso de Estado-Maior na Alemanha, e que foi chefe do EM/CMS, era descendente direto de um irmão de João Jorge Maurer. Ele estudou o episódio dos Muckers e nos formulou a seguinte opinião, a complementar as obras citadas do padre Schupp, Leopoldo Petry e Cel Moacyr Domingues.

Julgava o General Maurer que a versão que mais se aproximou da realidade foi Videiras de Cristal, de Luiz Antônio de Assis Brasil. Mencionou que a resistência:

- contou com o concurso de colonos veteranos da Guerra do Paraguai;
- foi de colonos Muckers que ocuparam o Morro Ferrabraz, no centro do triângulo balizado por Novo Hamburgo, Taquara e Gramado, povoado por imigrantes alemães agricultores; e
- foi de revolta dos colonos, sem assistência médica, religiosa e educacional, e que entraram num processo de decadência social seguido de empobrecimento.

Nesse quadro de abandono despontaram as lideranças de João Jorge Maurer, um curandeiro a quem os colonos confiavam sua saúde.

A par disso, sua esposa Jacobina, na falta de padres e pastores, passou a interpretar a Bíblia e assim a desfrutar grande credibilidade, que aumentou com seus ataques epiléticos, atribuídos e explorados como encontros com Deus.

Jorge Maurer, cuidando do corpo, e sua esposa do espírito de um povo abandonado nas matas e grotas, facilmente exerceram liderança que resultou no triste episódio de revolta que tantas vidas imolou.

Mencionou ainda o general que os colonos vindos para povoar a região citada eram originários da região de Heinruch, no SO da

Alemanha, na qual, na época, havia grande miséria decorrente do arrasamento sofrido pela passagem das tropas de Napoleão ao se retirarem derrotadas pelo General Inverno, na Rússia.

É neto de uma Maurer o Gen Ex Virgílio Ribeiro Muxfeldt, ex-comandante da 3ª RM e do CMNE, conforme nos relatou. Sua avó foi retirada ainda menina do local antes do confronto final, salvando-se da mortandade.

### **O MOTIM DAS MULHERES - RN (1875) (Guerra das Mulheres ou Revolta das Mulheres)**

Este movimento ocorreu em 31 de agosto de 1875 na cidade de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte e foi ligado ao problema do recrutamento militar obrigatório.

Um grupo de cerca de trezentas mulheres saiu pelas ruas da cidade em passeata, com o objetivo de protestar contra a obrigatoriedade do alistamento militar. As líderes eram Ana Floriano, Maria Figueira e Joaquina Maria de Góis.

O objetivo do recrutamento era de dotar o país de uma tropa de reserva treinada. Nenhum homem fazia parte da revolta.

As mulheres fizeram de refém o escrivão de paz e em praça pública rasgaram o livro e os papéis que recrutavam os homens mossoroenses. Depois disso, ocuparam a redação do jornal O Mossoroense, acuaram o diretor, rasgaram as listas dos sorteios que seriam publicadas e rasgaram os editais de convocação para o recrutamento militar nas portas da igreja. Na Praça da Liberdade, o grupo entrou em luta corporal com os soldados que haviam chegado para dominar a rebelião.

Conforme o jornal O Mossoroense, disponível em [www2.uol.com.br/omossoroense](http://www2.uol.com.br/omossoroense), o presidente da província, bacharel João Bernardo Galvão Alcanforado Júnior, mandou instaurar inquérito contra as promotoras do Motim das Mulheres, mas a peça processual desapareceu do arquivo do Departamento de Segurança Pública.

### **A REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS - 1874/75**

Conforme Hernani Donato (1996, p. 133), a implantação do

Sistema Métrico Decimal (SMD), sem preparo e sem as explicações necessárias para o público do sertão, fez crer tratar-se de formas disfarçadas de novos e maiores impostos. A lei era de 1872, porém mandada executar em 1874, ano desfavorável para a agricultura nordestina.

A agitação contra o SMD, começou em Campina Grande, PB, e estendeu-se a PE e AL. Em bandos de cem e duzentos indivíduos, os “quebra-quilos” invadiam feiras e mercados, ocupavam vilarejos inutilizando pesos e medidas, sendo inevitáveis outros e piores excessos.

Em Campina Grande, o líder Manoel do Carmo levou à rua parte dos escravos e transformou o protesto em movimento libertário. Tomaram reféns, apoderaram-se dos livros de registros de escravos, recusaram a intermediação do vigário Calixto Corrêa Nóbrega, perambularam desnorteados e terminaram por evadirem-se pelos matos vizinhos. O comportamento agressivo e intolerante fez endurecer a repressão aos *quebra-quilos*.

No Rio de Janeiro ocorreram manifestações pela mesma razão: o Sistema Métrico Decimal. Sobre tal repressão nos deixou notícia José Américo de Almeida, citando discurso de um deputado parai-bano, em 1879:

***Quando chegou esta força (federal) à província, estava quase extinto o movimento popular, não obstante (...) fizeram-se prisões em massa, velhos e moços, solteirões, casados e viúvos, todos acorrentados, e alguns metidos em coletes de couros, eram remetidos para a capital. Alguns desses infelizes, cruelmente comprimidos, e quase asfixiados, caíam sem sentido pelas estradas, deitando sangue pela boca.***

No Nordeste, os remanescentes dispersaram-se e, destes, alguns vieram a tornar-se os primeiros cangaceiros.

As arruaças do “quebra-quilos” tiveram pelo menos dois momentos e situações de verdadeira guerra civil, que foram em Fagundes/Ingá em 31 de outubro de 1874 e em Campina Grande a 17 de setembro de 1875.

## AS LUTAS CONTRA O CANGAÇO - 1879/1940

O Cangaço foi um dos movimentos mais longos e mais característicos da História do Brasil. Seguramente, teve a duração de, no mínimo, 60 anos, iniciando na época do 2º Reinado e finalizando na década de 1940.

A palavra tem diversos significados, conforme os dicionários. No que interessa neste trabalho significa “bandidagem”. O Cangaço alastrou-se pelos estados nordestinos, principalmente Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe com nítidas características de guerrilha. Usavam os cangaceiros todo tipo de transporte: cavalos, mulas, jumentos, carros de boi, caminhões e também se deslocavam a pé.

A síntese a seguir, elaborada pelo falecido acadêmico emérito da FAHIMTB Hernani Donato, em sua valiosa obra “**Dicionário das Batalhas Brasileiras**” (São Paulo: Ibrasa, 1996, p. 134), mostra o que foi o Cangaço, suas origens e os modos de combate dos cangaceiros em sua resistência às forças legais.

*São de 1870 as primeiras notícias a respeito da manifestação organizada de protesto e de violência denominada cangaço, fenômeno complexo, oriundo de causas sociológicas, econômicas e políticas emocionalizadas por valores da tradição. De muitas vertentes alimentou-se o cangaço. Na origem, em muito, as reminiscências idealizadas dos motins de fundo social a exemplo daqueles do Quebra-Quilo, da Balaiada, da Cabanada. Em comentário inserto na História das Revoluções Brasileiras, de Glauco Carneiro, Oswaldo T. Galvão observou que “da dispersão dos jagunços de Floro Bartolomeu nascem os diversos grupos de cangaceiros que vão atuar” por todo o Nordeste. Nos anos setenta e oitenta do século dezenove, chamam-se calangos e são ferozes. Aos poucos, na mente popular, humanizam-se. Galvão explica: “É a gênese dos heróis e bandidos do sertão, das volantes, dos cabras (cangaceiros) e dos “macacos” (soldados das polícias es-*

**taduais), empenhadas cada uma em hostilizar a outra, usando para isso de todas as armas e todos os requintes de barbaridade, dos fuzilamentos sumários seguidos da decapitação dos adversários até as mutilações, estupros e outras violências inomináveis...” Misturando clamor ante desajustes sociais, generosidade na distribuição do butim e mero banditismo predador, o cangaço notabilizou alguns nomes: Jesuíno Brilhante, João Calango, Antônio Silvino. Porém, cristalizou-se, pelos feitos e pelo interesse dos meios de comunicação e pela entrada no populário, no nome de Virgulino Ferreira - o Lampião. Morreu ele em ataque de volante policial ao seu reduto em 28 de julho de 1938. O último cangaceiro de renome, Corisco, foi abatido, também por volante policial, em 1940, ano convencionado como o do término da era dos bandos cangaceiros. O advogado e escritor cearense Rui Facó registrou: “Na década de 20, não há exagero em afirmar-se que estavam em armas, pelos sertões do Nordeste, alguns milhares de cangaceiros (...) atuavam na vasta zona compreendida desde o Maranhão até a Bahia”. O mesmo autor nos dá notícia da ferocidade da repressão, não menos violenta que a própria ação do cangaceiro: “... as tropas da polícia agiram muitas vezes contra as populações rurais com maior ferocidade do que os cangaceiros e as intimidavam ainda mais do que aqueles”... “Os fuzilamentos de cangaceiros, ainda que pegados vivos, a prática de cortar-lhes a cabeça (...) constituíam uma advertência”. Segundo o Major da PM/PE Optato Gueiros (8), famoso perseguidor de cangaceiros, citado por Facó, “somente em Pernambuco, foram mortos e presos mais de mil cangaceiros...”.**

---

8 - GUEIROS, Optato. Lampeão: Memórias de um Oficial ex-comandante de Forças Volantes. Recife: Linográfica, 1953.

Os principais combates foram os seguintes:

***Em 11 Dez 1879: na região de Santo Antônio/Brejo da Cruz; em 23 Jun 1900: Surrão; em 27 Jan 1901: Fazenda Pedreira/São João do Sabugi; em 17 Out 1912: São Sebastião; em 28 Nov 1914: Taquaritinga; em abril de 1921: Olho d'Água do Chicão; em 22 Jun 1921: Poço Branco/ Espírito Santo; em 27 Jul 1924: Sousa; em 22 Fev 1925: Serrote Preto; em 13 Jun 1927: Mossoró; em 17 Dez 1928: Curalinho/Massacará; em 16 Out 1930: Capela; e em 28 Jul 1938: Angicos.***

### **O MOTIM DO VINTÉM - Rio de Janeiro - 1880**

A Lei do Orçamento de 31 de outubro de 1879 na cidade do Rio de Janeiro suscitou grandes protestos populares no período de 1º a 4 de janeiro do ano seguinte. Esta Lei criou um imposto de vinte réis sobre as passagens de bondes e de trens, o que provocou a ira da população que se deslocava todos os dias utilizando esses tipos de transporte coletivo urbano.

O populacho se manifestou fazendo depredações, arruaças, desrespeitos às autoridades, inclusive com enfrentamentos aos policiais. Muitos políticos juntaram-se aos agitadores impulsionando assim a desordem.

Pressionado pelas manifestações o Parlamento suspendeu o imposto em 1º de março do mesmo ano de 1880.



O vintém

Fonte: [www.guiaoestudante.abril.com.br](http://www.guiaoestudante.abril.com.br)

# DUQUE DE CAXIAS O PACIFICADOR DO SÉCULO XIX

## (SÉCULO XIX - O SÉCULO DE CAXIAS NO BRASIL)

### A sua significação histórica

Caxias prestou ao Brasil mais de 60 anos de excepcionais, inigualáveis, e relevantes serviços como político de contingência, administrador público, soldado de vocação e de tradição familiar, a serviço da Unidade, da Paz Social, da Integridade e da Soberania do Brasil Império.

Foi consagrado patrono do Exército Brasileiro em 13 março de 1962 e da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil ao ser ela criada em 1º de Março de 1996 em Resende-RJ, sua sede hoje como FAHIMTB, desde 23 de abril de 2011, bicentenário oficial da AMAN.

Por ter vencido seis campanhas militares (quatro internas e duas externas), e dirigido o Exército de forma marcante e muito fecunda como Ministro da Guerra em três oportunidades (1855/58, 1861/62 e 1875/78, e cumulativamente na 2ª e 3ª vez, como Chefe do Governo do Brasil, na condição de Presidente do Conselho de Ministros.

Seu aniversário, em 25 de agosto, passou a ser considerado o Dia do Soldado do Exército Brasileiro, por ato do Ministro do Exército Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, o Pacificador do século XX, por haver pacificado a Revolta do Padre Cícero no Ceará em 1911, a Revolta do Contestado 1912/1916 e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. E aqui escreveremos sobre Caxias como profissional, como cidadão e como ser humano.

### Caxias o profissional militar

***“Caxias foi o chefe integral do Exército, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nele deve vibrar, a síntese mágica das virtudes e brios de que ele deve estar imbuído”.*** (Pedro Calmon patrono de cadeira da FAHIMTB)

**“Caxias foi e continua sendo uma espécie de oráculo para consultas em momentos críticos, para autocríticas e correções**

**de rumos, ou na busca da solução mais adequada em determinadas conjunturas complexas”.** (Cel Cláudio Moreira Bento acadêmico presidente e fundador da FAHIMTB)

Como **Ministro da Guerra** realizou muitas coisas importantes. Entre elas:

A implantação da Escola Militar da Praia Vermelha;

A reforma do QG do Exército, local em que hoje a sua frente se situa o Panteon com sua estátua equestre, que abriga os seus restos mortais e os de sua esposa.

A introdução da função de Ajudante - Geral do Exército, substituída mais tarde pelo Estado - Maior do Exército.

Como militar de alto gabarito, sempre sonhou que o Exército Brasileiro possuísse uma Doutrina Militar genuína, vontade que expressou ao baixar as Ordenanças do Exército Imperial do Brasil, calcadas em adaptações que ele fez das Ordenanças do Exército de Portugal de influência inglesa às realidades operacionais do Brasil, que vivenciara pessoalmente na chefia de cinco campanhas militares. Nelas, conduziu o Exército Brasileiro à vitória, fazendo, no entanto, uma ressalva: **“até que o nosso Exército possua uma Tática (Doutrina) genuinamente nossa”.**

A Doutrina usada na Guerra do Paraguai, não deixou margens a quaisquer críticas. O pioneirismo e o esforço de Caxias foram focalizados pelo pensador brasileiro Amerino Raposo Filho, patrono de cadeira especial da FAHIMTB).

Caxias, além de militar de vocação, como demonstra sua vida e obra, foi militar de tradição e conviveu com 11 marechais em sua família: era bisneto, neto, filho, sobrinho, tio e irmão de destacados infantes, grandes conhecedores das Arte e Ciência Militar. Caxias frequentou por quatro anos (1818-21), como cadete, alferes e tenente, a Academia Real Militar do Largo do São Francisco. Dela saiu com o curso de Infantaria.

Os livros - textos usados então eram predominantemente de cientistas e generais franceses Tiveram influência na sua formação militar as obras sobre fortificações em campanha do General e Barão Gay de Vernon e a do Conde de Cessac sobre Estratégia, Tática e Serviço em Campanha. Gay de Vernon foi quem organizou a defesa da França nos Pirineus, dirigiu o Bureau de Guerra em 1795, presidiu

o Conselho de Estado em 1803, foi Ministro da Guerra em 1808 e Inspetor Geral da Infantaria em 1814.

Escreveu obras como **O Guia do Oficial em Campanha**, em 1786, em 2 volumes e **Projeto da Organização do Exército da França** (1789) e **Arte Militar** (Tática e Estratégia), editado depois da Revolução Francesa.

A expressiva cultura de Caxias manifestou-se na sua intensa vivência militar em problemas de segurança interna e externa. Aprendizado na forma definida por Camões:

***“Que a disciplina (doutrina) militar prestante não se aprende na fantasia, senão vendo, (estudando a História Militar) tratando (fazendo exercícios militares) e pelejando (combatendo).”***

Sua vivência militar assim a caracterizo:

De 1823 a 1828, atuou expressivamente como Ajudante do Batalhão do Imperador na Guerra da Independência na Bahia e na Guerra Cisplatina, em Montevideú.

De 1831 a 1840, foi peça - chave na segurança da Corte no sub comando do Batalhão Sagrado e no comando da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro.

De 1839 a 1845, comandou o dispositivo militar que pacificou o Maranhão e adjacências, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

De 1851 a 1852, planejou e comandou, no mais alto nível, as armas do Brasil na vitória militar contra Oribe e Rosas.

De 1868 a 1869, comandou a fase decisiva da Guerra do Paraguai.

Os Marechais **Humberto de Alencar Castello Branco** e **Tristão de Alencar Araripe**, historiadores militares e ex-comandantes da ECEME, também tentaram explicar sua participação decisiva na Guerra do Paraguai.

Ter Caxias adaptado às realidades operacionais sul-americanas, a Doutrina Militar de Portugal de influência inglesa bem como a Arte de Guerra de Napoleão, em especial o conceito de que ***“a guerra é uma arte toda de execução”***

Evoluções operacionais na Guerra do Paraguai semelhantes às da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Um exemplo eloquente foi o de Caxias adquirir dois balões dos irmãos Allen, balonistas norte-americanos, que haviam atuado para o General Lee na

Guerra de Secessão. Os oficiais brasileiros subiram nestes balões e puderam realizar reconhecimentos, como também confeccionar os croquis da área para a realização da vitoriosa marcha de flanco sobre Humaitá.

Foi Conselheiro de Guerra e Presidente do Conselho de Ministros cumulativamente com o Ministério da Guerra por duas vezes. Sua vivência militar intensa e rica superou os 60 anos, tempo em que esteve à frente ou que participou da solução militar dos mais graves problemas do Império.

O Marechal Castelo Branco concluiu que a maior característica de Caxias era a de **“possuir o senso do praticável**, fato que Vilhena de Moraes traduziu na norma que Caxias adotava e traduzia nesta máxima: **“Fui ver, não mandei outros verem.”**

Isto é confirmado pelo pontoneiro, capitão Jacob Franzen, que conduziu Caxias de lancha para se certificar dos locais, na foz dos afluentes do Chaco, haviam sido removidos entulhos para facilitar o embarque e o desembarque de tropas.

Segundo seu biógrafo, Eugênio Vilhena de Moraes, (patrono de cadeira na FAHIMTB), Caxias era amigo de escrever cartas. Manteve durante longos anos intenso intercâmbio epistolar com pessoas muito bem informadas do Brasil e do exterior. E não descuidava de, em qualquer circunstância, enviar cartas à família, aos parentes, aos amigos, aos chefes e até ao **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro. Acredita-se que a correspondência mais importante, por descontraída e reveladora de aspectos de seu pensamento militar, era a enviada ao seu irmão Barão de Tocantins e a sua esposa.

Seu irmão citado, ao pressentir a morte, mandou queimar todos os seus papéis e com ele a correspondência recebida de Caxias. A sua esposa pedia sempre:

**“Não fales em coisas de guerra com outras pessoas, para não colocar-me em má posição, pela possibilidade de não conseguires transmitir com fidelidade o meu pensamento.”**

Lamentavelmente, as cartas que escreveu foram extraviadas por seus destinatários. Atitude contrária a do General Osório que as conservava junto a ele e hoje se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros, para ali recolhidas pelos seus familiares.

Caxias, desde 1855, como presidente do Conselho de Minis-

tros, também recebia muitas cartas de brasileiros em missão cultural ou diplomática no exterior, relatando-lhe assuntos de interesse militar, como o demonstra Vilhena de Moraes em seu livro **Novos aspectos de Caxias**.

Nos serões em sua residência e nos quartéis - gerais, em campanha, colheu e absorveu experiências em Arte Militar por muitos anos. Era muito amigo de conversar após o jantar.

Esta característica se comprova no questionário que respondeu, em 1852, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a Batalha do Passo do Rosário, de 20 fevereiro de 1827, a qual não assistiu por estar guarnecendo Montevideú, mas que reconstituiu e interpretou à luz de fundamentos da Arte e da Ciência Militar com apoio em conversas que teve com participantes da batalha brasileiros, uruguaios e argentinos, de 1827 a 1852.

O trabalho foi reproduzido pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o reproduzimos em nosso livro **Caxias e a Unidade Nacional** que lançamos em 2003, no sesquicentenário de seu nascimento.

**Como líder de batalha**, o seu grande feito estratégico foi a modelar Manobra de Flanco da posição fortificada de Piquiciri através do Chaco, onde correu Risco Calculado ao sacrificar o Princípio de Guerra da Segurança em benefício do Princípio de Guerra da Surpresa, que a obteve, em nível estratégico quando desembarcou na retaguarda profunda do adversário em Santo Antônio. Com isso, abreviou a duração do conflito e poupou recursos de toda a ordem e vidas humanas de irmãos brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios envolvidos no maior conflito até hoje ocorrido na América do Sul e o primeiro com características de Guerra Total entre nações.

Como **líder de combate**, seu maior momento foi na conquista da ponte de Itororó. Ao perceber que o seu Exército poderia ali ser detido, desembainhou sua invencível espada de cinco campanhas, brandiu-a ao vento, voltou-se decidido e convincente para seus liderados e apelou com energia com o brado - "**Sigam-me os que forem brasileiros!**" Ato contínuo, lançou-se sobre a ponte de Itororó com o seu cavalo de guerra, indiferente ao perigo, arrastando atrás de si todo o Exército detido, para, em seguida, colher expressiva vitória tática.

Como **Pacificador**, atuou com sucesso em quatro lutas internas. Sua derradeira ação pacificadora foi a de ajudar na solução da Questão Religiosa ou Epíscopo - Maçônica, defendendo e obtendo êxito com a assinatura pelo Imperador do **decreto** de Anistia, de 17 de setembro de 1875.

***“Artigo Único. Ficam anistiados os bispos, governadores e outros eclesiásticos das dioceses de Olinda e Pará que se acham envolvidos no conflito suscitado em consequência de interditos postos a algumas irmandades das referidas dioceses, e em perpétuo silêncio os processos que por este motivo tenham sido instaurados.”***

### **Caxias cidadão**

*Caxias foi o 1º Porta-Bandeira do Pavilhão Nacional, tão logo proclamada a Independência e em solene cerimônia, em 1º de novembro de 1822, na Capela Imperial, quando a recebeu das mãos do próprio Imperador. Ninguém mais do que ele glorificou a bandeira do Império do Brasil que ali recebia.*

Possuía grande orgulho nativista por haver sido veterano da Guerra da Independência, na Bahia, como integrante do Batalhão do Imperador, merecendo condecoração alusiva de ouro que sempre ostentou com grande carinho e orgulho e integrou a Sociedade dos Veteranos da Independência na Bahia, sendo o único na condição de sócio efetivo.

Outra atuação importante foi a pacificação da família brasileira em D. Pedrito - RS, em 1º de março de 1845, quando, pioneiro abolicionista, assegurou, a despeito de pressões de escravocratas do Sudeste, liberdade para os lanceiros negros farrapos, incorporados ao Exército como livres na Cavalaria Ligeira do Rio Grande, ao comando dos Generais Osório e Porto Alegre, seus auxiliares na Pacificação.

### **Caxias ser humano**

- Oliveira Viana ensaiou em artigo “Temperamento de Caxias” aspectos da personalidade do Duque de Caxias que podem ser assim sintetizados:

***“Possuidor de inteligência realista de homem de ação, tudo nele era lucidez, precisão, justeza, objetivida-***

**de e imaginação concreta e realista. Refratário a sonhos, fantasias e a planejar sobre irrealidades. Considerava as coisas como as coisas eram. Suas qualidades de estadista o levariam a ter sucesso em qualquer atividade que viesse a se dedicar. Possuía um temperamento equilibrado e sólido, calmo e saudável de nervos. Possuía emotividade controlada, sem exageros ou desequilíbrios afetivos de qualquer espécie. Um temperamento feito de equilíbrio, força, indulgência e calma, nobreza e magnanimidade. Não lhe faltava coragem física que até lhe sobrava, mas a usava calculadamente no momento exato, como aconteceu em Itororó. Possuía visão clara da natureza humana e o dom de perceber as qualidades dos líderes que enfrentara ou das populações que se propunha pacificar ou em seu seio exercer comandos. Possuía a intuição inata de um psicólogo realista, com a compreensão exata e realista da psicologia dos grupos (dir-se-ia hoje ser possuidor de elevado índice de inteligência emocional. O homem que era inteligente e vivia com inteligência, qualidades que nem sempre andam de braços dados).**

**Calma objetiva e lúcida, a sua inteligência percebia tudo. Nenhum detalhe escapava ao seu senso observador. Caxias, tendo tudo nas mãos e podendo ser tudo, foi o mais modesto dos heróis, o mais obediente dos cidadãos. Salvaram-no e salvaram os brasileiros as qualidades fundamentais de sua personalidade que lhe conferiram por um lado a calma, a indulgência, a magnanimidade e, por outro lado, a desambição, o desprendimento, a ausência de amor próprio e de vaidade, pois estudando-se Caxias, chega-se à conclusão de que não houve ninguém mais desprovido de vaidade, ambição e sede de poder”.**

• Segundo o general médico Olyntho Pillar, biógrafo de Caxias:

**“Caxias foi militar íntegro, estadista modelar, sem jamais haver revelado a mínima ambição pelas invul-**

***gares honrarias que lhe foram concedidas por seus reais méritos. As sumas dignidades que conquistou e os mais altos postos da hierarquia a que ascendeu não lhe alteraram a formação magnífica de homem probo, sereno, bravo, bondoso, altivo, justo, crente, patriota, educado, esposo e pai amantíssimo, como havia sido filho dedicado e respeitador .”***

- Para seu outro biógrafo, Paulo Matos Peixoto:

***“Caxias não possuía um temperamento frio, mas comedido. Não era um emotivo, mas sensível às emoções que sabia dominar. Não era arrogante, mas mantinha, em qualquer circunstância, a dignidade da postura e a reserva de comportamento. Era calmo, tranquilo, sereno, mas possuía a eloquência dos gestos e das palavras nos momentos especiais .”***

O capitão Eduardo Síber, mercenário a serviço do Brasil na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), criticou em livro *Caxias*, acusando-o de promover uma repugnante mistura de raças“ e escreveu mais:

***“Depois que o Conde de Caxias se despediu em Jaguarão de seus companheiros e amigos, negros, brunos (mulatos) e amarelos, seguiu viagem para Pelotas em vapor”.***

Mas de acordo com a Democracia Étnica Brasileira, em construção, tal crítica vale por um elogio.

Era um bom cavaleiro. Fora instrutor de equitação de D. Pedro II. Ao seu cavalo douradilho, que montava no crítico momento de Itororó, e que o trouxera para sua cocheira na Tijuca, segundo Vilhena de Moraes, O Duque de Caxias mandava que lhe fosse dada ração em dobro e sempre que ia até lá, lhe dava um torrão de açúcar e agradecia o seu desempenho em Itororó.

Em Santa Mônica, no município de Vassoura, na fazenda de sua filha nos primeiros tempos em que ali viveu, seu grande prazer era cavalgar. Certa feita, o cavalo assustou-se e Caxias foi ao solo batendo com a cabeça e ficando desacordado. Ao ser exumado, foi encontrada em seu crânio uma fissura restaurada, não se sabendo se foi

devido à queda na igreja de Assunção, onde desmaiou, ou se à citada em Santa Mônica.

Um momento muito triste para o Duque de Caxias, segundo testemunhos colhidos por Vilhena de Moraes, e que acelerou seu fim, foi o dia em que, deixando seu quarto no segundo andar, estava sendo esperado por seu filho de criação, o índio maranhense Luís Alves, com o seu cavalo encilhado. E, ao tentar alçar-se a sela faltou-lhe a perna, o que lhe encheu de profundo desgosto. Após este fato nunca mais quis montar.

Ao prender o Regente Feijó em Sorocaba, em 1842 a que tanto havia servido como Regente na manutenção da ordem e da lei, travou-se entre ambos um diálogo mais ou menos assim:

***Feijó - “E então general, ontem ao lado do povo e hoje contra ele?”***

***Caxias - “Não senhor! Ontem ao lado da lei e hoje ao lado da lei!”***

Sobre o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Ministros - um desabafo:

***“Não se pode ser ministro nestes tempos, porque os ingratos e descontentes são muitos... Rogo que o Imperador não se lembre de convidar-me de novo, pois, do cargo, só colho desgostos e despesas e a perda de amizades velhas, sem conservarmos as novas que vêm com o cargo e ficam com ele e com quem manda.”***

Tinha grande amizade pelo general Osório; formaram uma dupla complementar de um líder de Batalha com um líder de Combate. Esta amizade, os políticos liberais conseguiram abalar temporariamente.

Posteriormente, ao se defrontarem no Senado, houve um constrangimento por o senador pelo Partido Liberal Osório não ter ido cumprimentar seu velho e grande amigo senador gaúcho pelo Partido Conservador.

Daí por diante, houve um constrangimento recíproco e a política tratou de colocar um fosso entre os dois. Osório faleceria um ano antes de Caxias, como Ministro da Guerra, atirando antes seu charuto no chão e exclamando magoado:

***“Morro e esqueço as ingratidões!”***

Mas houve uma reconciliação que constatamos ao escrever sobre esta amizade. O Senador Caxias apoiou um projeto de Osório de transferência dos campos para a conservação das cavalhadas do interior do Rio Grande para junto dos quartéis na fronteira. E Osório rebateu com veemência uma insinuação maldosa de um senador que Osório havia criticado Caxias, o que abordamos em nosso livro **Caxias e a Unidade Nacional**.

Caxias, ao assumir o comando na Guerra do Paraguai, preocupou-se com os prisioneiros de guerra que até então, em que pese a avançada legislação brasileira, estavam sem proteção efetiva.

Criou, então o LIVRO de REGISTRO de PRISIONEIROS, relacionando-os.

Este livro foi localizado pelo autor, no Curso de Intendência da AMAN e levado para o Arquivo Histórico do Exército, depois de feita a comunicação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ainda em vida e até nossos dias, o Povo, a Imprensa, estadistas, chefes militares notáveis, pensadores, escritores e historiadores militares têm definido Caxias, entre muitos títulos, com os de “Filho Querido da Vitória”, “O Pacificador”, “General Invicto”, “Contestável”, “Escora e Espada do Império do Brasil”, “Duque de Ferro e da Vitória”, “Símbolo da Nacionalidade”, “O Maior Soldado do Brasil”, “O maior dos generais sul-americanos”, “Alma Militar do Brasil”, “Herói tranquilo e perfeito”, etc.

## **O reconhecimento histórico do herói Duque de Caxias**

Homenagens junto à sua sepultura, no dia do enterro.

***“Só a maior concisão, unida à maior singeleza é que poderá contar os seus feitos! Não há pompas de linguagem! Não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior esta individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza.” (Capitão de Engenheiros Alfredo de Taunay patrono de cadeira da FAHIMTB)***

***“Se houve quem prestasse serviços excepcionais ao Brasil, foi o Duque de Caxias. Se houve quem menos os fizesse valer, foi o Duque de Caxias!” (Exército - Ordem do Dia do Ministro Marechal Câmara).***

- Outras homenagens.

Estátua equestre (no atual Largo do Machado, RJ) em 15 ago 1899.

Mais tarde, em 30 ago 1949, a estátua foi trasladada junto com os restos mortais de Caxias e da sua esposa para o Panteon, na Praça Duque de Caxias, defronte o atual Palácio Duque de Caxias, sítio histórico onde serviu, por muitos anos, ao Exército e ao Brasil, de tenente a Marechal de Exército e Ministro da Guerra.

Festa de Caxias e Dia do Soldado do Exército: 25 ago 1923.

Primeira entrega de espadins aos cadetes, cópia fiel em escala de sua invicta espada de seis campanhas, junto à sua estátua: 16dez1932.

Patrono do Exército Brasileiro em 13 mar 1962.

Em 1º de março de 1996, aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início das atividades de ensino na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), fundamos em Resende-RJ, - a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) - que elegeu o Duque de Caxias como o seu patrono e o seu invicto sabre como símbolo em seu brasão, por ser a mais representativa espada do Brasil.

Há 86 anos (2016), os cadetes do Exército portam como arma privativa o Espadim de Caxias, cópia fiel em escala do glorioso e invicto sabre de campanha de Caxias que, desde 1925, é guardado como relíquia pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por sua ação memorável na pacificação da Revolução Farroupilha, foi dado o seu nome à mais próspera cidade colonizada por italianos - Caxias do Sul, ao lado da de Bento Gonçalves, líder farrapo da Revolução Farroupilha, nome do movimento que pacificou e da de Garibaldi, nome de herói italiano que lutou pela causa dos farrapos e reunificaria a Itália com auxílio da brasileira Anita Garibaldi.

Falta na Academia Militar das Agulhas o seu fecho de ouro, das magníficas obras da Academia um monumento ao Duque de Caxias prometido por seu idealizador O Marechal José Pessoa.

## **A obra Brasilicus**

Manuscrito de 1869, ou **Resumo Histórico das Operações Militares dirigidas pelo Marquês de Caxias na Campanha do Paraguai**. Obra editada em 1872, quando Caxias era Provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares e defendia-se, face às críticas que lhe foram fei-

tas no Parlamento e pela imprensa brasileira e argentina. Seu autor, usando pseudônimo de BRASILICUS, assim expôs a finalidade de sua obra:

***“O fim em vista, apresentando um Resumo dessas Operações, foi o de estabelecer a verdade dos fatos, tão adulterada por alguns escritores, os quais, por espírito de Partido, ou por qualquer outro motivo não menos censurável, no entanto, têm ridicularizado os brilhantes feitos de nosso brioso Exército e o de seu ilustre e digno general (Caxias).”***

Estudo crítico sobre o autor da obra, foi identificado tratar-se de Patrício Augusto Câmara Lima, da estirpe militar dos Correia da Câmara, iniciada por seu avô, o Marechal Patrício Correia da Câmara, 1º Visconde de Pelotas, nascido em Porto Alegre, em 1800, e que foi funcionário da Fazenda.

É possível que tivesse sido, apenas, o tradutor de opiniões dos assessores militares de Caxias, tais como o Cel Fonseca Costa, Chefe do Estado-Maior de Caxias e de historiadores e escritores como Taunay e Emílio Jordan (a quem Floriano encarregaria de escrever sobre as campanhas do Paraguai para subsidiar estudos dos alunos das escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha, dentro das realidades operacionais sul-americanas) e mesmo de Bernadino Borman, biógrafo e Ajudante - de Ordens de Caxias. Mas são possibilidades e não certezas.

Em duas cartas ao Marechal Câmara, Caxias fez referências a Brasilicus.

***“Não há dúvida que este trabalho é do Patrício Câmara. Não pode ser julgado um trabalho completo. Mas nem por isso deixa de, em alguma coisa, dizer verdades, ainda que em outra improvisa um pouco.” (21ago1872)***

***“Envio-lhe um folheto que um patrício e até parente seu me ofereceu. Nele recorda nossas Operações Militares praticadas no Paraguai, durante o tempo em que comandeie o Exército. E como V. Exa. foi uma das testemunhas presenciais dessas Operações, é bem competente para delas fazer o juízo (julgamento) que merecem.” (13-07-1872).***

É obra de grande interesse para os militares do Exército por abordar e discutir aspectos de Tática , Estratégia e de Chefia Militar, ao justificar as ações e chefia de Caxias nas mais brilhantes Operações Militares até hoje empreendidas pelo Exército Brasileiro.

***“Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor adestrá-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações e lições do que o da História Militar.” Marechal Ferdin Foch***

***“Caxias -O vilão ?”***

***“O papel aceita tudo o que nele se escreve, inclusive a mentira e a injustiça”.***

A manipulação da História acontece e se constitui uma praga no Brasil. Daí a importância de uma leitura atenta e criteriosa.

Ao historiador cabe avaliar as fontes históricas em que baseia seu trabalho e, ao leitor atento, avaliar se o historiador e o jornalista fez bom uso das fontes em que baseou seu trabalho e distinguir o que é verdade do que é mentira e fantasia.

Caxias foi, ao longo de sua vida, e mesmo depois de morto tem sido vítima de manipulações da História que, veiculadas insistentemente na Sociedade Brasileira, viraram “verdades”. Vez por outra, constata-se, por parte de pessoas sérias, manifestações de conceitos errôneos ou manipulados sobre Caxias.

Eis algumas:

- 1) **“Caxias, como comandante da corporação que deu origem à atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, reprimiu um levante de escravos liderado por Manoel Congo, matando-os.”**

Pesquisas recentes da OAB-Rio nada encontraram a respeito. Caxias apenas se deslocara até Vassouras para a situação face à possibilidade de a revolta envolver escravos trabalhando por seus donos na Fábrica de Pólvora de Estrela, na raiz da serra de Petrópolis, o que se tornaria um problema de segurança nacional por ser (ela) a única do país.

A revolta foi reprimida por forças locais. Esta versão manipulada conseguiu abrigo no Rio de Janeiro.

- 2) **“Caxias comandou violenta repressão em 1842 em Silveiras-SP, a revolucionários liberais, que haviam massacrado, implacavelmente, autoridade política local.”**

Notícia que circulava no Vale do Paraíba.

Em realidade, a região do Vale do Paraíba paulista foi subordinada ao Rio de Janeiro e a repressão citada foi praticada por Guardas Permanentes do Rio, sem nenhuma subordinação a Caxias. O fato foi esclarecido em plaqueta de nossa lavra **História Militar do Vale do Paraíba**. E agora divulgada a historiadores do Vale do Paraíba.

- 3) **“Caxias, em conluio com o presidente Mitre, na Guerra do Paraguai, lançou no rio Paraguai cadáveres de soldados coléricos para atingir adversários políticos do presidente argentino.**

Essa acusação aparece em um livro chamado **“Genocídio Americano”**. Seu autor se baseou em um panfleto político circunstancial, como foi descoberto pelo General Jonas Correia Filho no Museu Mitre em Buenos Aires e não em documentos comprovadamente históricos. O Programa de **TV H2 50-1 NGE0 HD History** que como historiador o assisto sua valiosa programação de História, apresentou lamentavelmente a Guerra do Paraguai, completamente deturpada, com acusações com apoio em “achismos” de parte de participantes brasileiros, condenando junto com participantes uruguaios em grande número o nosso Exército, o Imperador do Pedro II e o seu genro o Conde D’Eu em ato que considero impatriótico de parte de dois dos três participantes brasileiros, ressaltando a participação brasileira correta do historiador civil brasileiro, Francisco Doratioto autor do livro a **Maldita Guerra** sobre a Guerra do Paraguai e acadêmico da FAHIMTB a empossar. Lamento em que se tratando de uma análise de uma guerra nenhum historiador militar foi convidado a participar deixando na memória de assistentes brasileiros uma noção criminosamente manipulada. Um descrédito no caso para o citado programa ou por seu planejador e executor.

### **A ação de Caxias**

De 1823 a 1869, Caxias teve papel preponderante na nossa história, como militar e estadista.

Além de atuar nas guerras de Independência (Bahia), foi o responsável pela pacificação de algumas províncias que, em lutas separatistas, ameaçavam a Unidade Nacional.

Mas, sem sombra de dúvida, sua principal atuação foi na Guerra do Paraguai, onde dirigiu operações militares memoráveis: Humaitá, Itororó, Lomas Valentinas, que culminaram com a entrada das tropas aliadas em Assunção (5jan1869), mostrando que o final da guerra estava próximo e a derrota paraguaia já era, praticamente, um fato consumado.

O nosso parceiro e acadêmico benemérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis lançou a cronologia do Duque de Caxias em sua original **O Duque de Caxias Dia a Dia**. Porto Alegre: Evangraf/FAHIMTB/IHTRGS, 2011. Obra na qual fomos honrados como seu prefaciador e que está disponível em Livros no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)

### **Bibliografia sobre Caxias do autor Coronel Cláudio Moreira Bento**

#### **Referências em livros, plaquetas e álbuns**

- **Centenário do término da Guerra do Paraguai**. Maceió: Tribunal de Contas, 1970 (Plaq.).
- **Estrangeiros e descendentes na História Militar no RGS**. Porto Alegre, IEL, 1975 (Referências p. 108, 113, 124, 133-137 (ilust.), 156 (balões), 287-288.
- O negro na correspondência de Caxias e apreço a seus soldados negros In: **O negro e descendentes na sociedade do RGS**. Porto Alegre, IEL, 1975, p. 163-164 e p. 202 e p. 221 doc. de 16 nov. 1848 em que Caxias devolve escravos mandados para a guerra para substituir ilegalmente brancos. p. 221.
- **Memória dos sítios farrapos de Porto Alegre e a administração da capital gaúcha por Caxias**. Brasília: SGEx-EGGCF, 1989.
- **O exército farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992 (Ação de Caxias na pacificação da Revolução Farroupilha. p.15-22 e biografia de seu tio General Farroupilha João Manuel Lima e Silva. p.45-68.
- **História da 3ª Região Militar e antecedentes**. Porto Alegre: SENAI - 3ª RM, 1995. v.1. (Referências à atuação de Caxias como comandante da 3ª RM por duas vezes).
- **Escolas de Formação de oficiais das FFAA do Brasil**. Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1988.

- **Quartéis Gerais das FFAA do Brasil.** Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1987 (Focaliza inclusive a História do Palácio e Praça Duque de Caxias e seu Panteon e estátua).
- **Canguçu, reencontro com a História.** Porto Alegre, IEL, 1983 (Canguçu, acampamento da Ala Esquerda do Exército de Caxias e outras referências a Caxias).
- **Sesquicentenário da Polícia Militar de São Paulo.** São Paulo, PMSP, 1981 (ref. a Caxias).

### **Artigos em revistas**

- Na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro- RJ (RIHGB).
- O Espadim de Caxias dos cadetes do Exército, v. 325, out/dez 1979, p. 90-109.
- Fontes da Cultura de Caxias em Arte da Guerra, v. 328, jul/set 1980. p. 21-131.
- Centenário da morte de Caxias, v. 338, jan/mar 1893, p. 165-196.
- A Revolução Farroupilha e fontes para seu estudo-sesquicentenário, v. 348, 1985.
- Na **Revista Militar Brasileira** e atual **Revista do Exército.** (RMB e RE) Evocação da Guerra do Paraguai no centenário do término, v. 96, jan/ mar 1971.
- O Espadim de Caxias - simbolismo, v. 114, mai 1980, p. 185-196.
- Fontes da Cultura de Caxias em Arte da Guerra, v. 116, mai 1980, p. 185-190 e repetido pela revista no v. 120, out/dez 1983, p. 4-11.
- Na **A Defesa Nacional** (DN)
- Caxias e o uso militar de aeróstatos no Paraguai, nº 666, mar/abr 1976, p. 195 ss.
- Desenvolvimento estratégico da Revolução Farroupilha e ação de Caxias, nº 723, jan/fev 1986.
- Caxias e ponte do Passo Geral do Rio Jacuí nº 752, abr/jun 1991, p. 146.
- Sesquicentenário da pacificação de São Paulo e Minas por Caxias, nº 757, jul/set 1992. p.144.
- Na **Revista do Clube Militar** (RCM)
- Cinquentenário da 1ª entrega de espadins aos cadetes do Exército mai/abr 1982.

Caxias em 1946, segundo o cadete Virgílio da Veiga, jul/ago 1984, p. 29.  
A espada de campanha de Caxias pela 1ª vez em Brasília, n° 276, 1986. p. 17.

- Na **Revista Infantaria** (RI) da AMAN

Caxias soldado de Infantaria, n° 16, 1980.

- Na **Revista Agulhas Negras** (RAN) da AMAN

Condecorações do Duque de Caxias (ilustrado em cores), 1980.

Centenário do falecimento do Duque de Caxias, 1980.

(Este número registra as comemorações oficiais na AMAN, escolhida como local para a cerimônia principal evocativa dos 100 anos de morte de Caxias)

- No **Jornal Agulhas Negras** (AMAN)

O Espadim de Caxias dos cadetes do Exército-histórico. 2º, 1978.

- Na **Revista Judiciário em Revista** (RJV)

Caxias pioneiro abolicionista, n° 1, ago 1988.

- Na **Revista do Clube de Sargentos** - Rio de Janeiro-RJ

Caxias pioneiro abolicionista 1988.

- No mensário **Letras em Marcha** (LM)

A Cavalaria Brasileira do passado, segundo Caxias, n° 39, jan 1975.

O Espadim de Caxias (encarte ilustrado) n° 82, ago 1978.

Necessidade de uma biografia de Caxias (em equipe), mar 1979.

O local da morte de Caxias (Santa Mônica), n° 57, nov 1980.

Centenário da morte de Caxias - reconstituição, n° 103, mai 1980

A recuperação do solar de Caxias (Faz Santa Mônica), n° 157, out 1984.

Caxias pioneiro abolicionista, ago 1988.

Caxias e a ponte do Passo Geral do Jacuí, n° 226, jul/ago 1991.

Caxias vítima da manipulação da História, jul/ago 1993.

- Na **Revista da Academia Riograndense de Letras**. Porto Alegre-RS

Bases da cultura de Caxias em Arte da Guerra, 1980, p. 104ss.

- Na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso** (RIHGMT)

Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, 1º mar 1845.

- Na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** (IHGSP).

Significação histórica do Duque de Caxias, v. 85, 1990, p. 71.

- No **Boletim do Instituto de Estudos Valeparaibanos** (IEV)

Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, set 1992.

- No **Mensário do Arquivo Nacional** (MAN).

- Peças históricas ligadas a Caxias - inventário e localização, 1980.

## Artigos em jornais

- No **Diário Popular** - Pelotas-RS

Canguçu na Revolução Farroupilha 1, 2 e 9 jan. 1972 (Aspectos da ação de Caxias).

A Cavalaria gaúcha segundo Caxias (morte de Andrade Neves), 22 set 1974.

Centenário da morte de Caxias em Santa Mônica, 4 mai 1980.

Caxias e a pacificação da Farroupilha (Edição 95 anos do jornal) 1983.

Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, 12 jun 1985.

- No **O Liberal** - Santa Vitória do Palmar-RS

Projeção histórica do Duque de Caxias, 1983.

- Na **Folha Popular** - Santana do Livramento-RS

Caxias, vítima da manipulação da História, 25 ago 1990.

Caxias e a ponte do Passo Geral do Jacuí, 24 set 1992.

- No **Estado de São Paulo** - SP

Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, 22 jun 1988

- No **Diário de São Paulo** - SP

Caxias e as Relações Públicas, 5 mai 1974.

- No **Correio Braziliense** - DF

Caxias herói da Guerra da Independência, 25 ago 1972.

- No **Jornal do Comércio** - Rio de Janeiro-RJ

Centenário da morte de Caxias em Santa Mônica, 7 mai 1980.

O Duque de Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, 8 jul 1988

- Na **Voz da Cidade**, Volta Redonda-RJ

Centenário da morte de Caxias em Santa Mônica, nº 1.429, 7 mai 1980.

- No **Jornal do Commercio** - Recife-PE

Os lanceiros negros farrapos e a Abolição, 10 jun 1970.

Caxias e a pacificação da Questão religiosa em 1875, 4 jul 1971.

Caxias e a órfã de guerra que trouxe do Paraguai, 5 out 1971.

- No **Diário de Pernambuco** - Recife-PE

Os lanceiros negros farrapos e Caxias, 3 jun 1870.

\_\_\_\_\_. Marechal de Exército João de Souza Fonseca Costa, Visconde da Penha o Chefe do Estado-Maior de Caxias na Guerra do Paraguai o herdeiro de sua invicta espada de guerra. **Anuário da Academia Militar das Agulhas Negras**. Ano 1, nº 1, 2011. p. 64/70.

## CAPÍTULO III

# A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 15 NOVEMBRO DE 1889

Em 15 Nov, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, liderando tropas da guarnição do Rio de Janeiro (Corte) penetrou no QG do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, no Campo de Santana, onde se reunia o Gabinete Ouro Preto. E como feliz desfecho de uma bem urdida, coordenada, sucedida e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Pedro Calmon, “Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro”, proclamando a República, à tardinha, através do Decreto nº 1 do Governo que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos Constituintes de 1891.

A República era ideia antiga desde a Colônia, quando teve seu momento maior na Inconfidência Mineira, liderada pelo Alferes do Exército Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, hoje Patrono Cívico da Nacionalidade.

Depois de 1822, entre as tentativas republicanas registre-se a República Rio-Grandense, única experiência republicana concreta entre nós, que durou quase 10 anos e surgiu em função da Revolução Farroupilha (1835-45), à qual aderiram maciçamente a Guarnição do Exército e a Guarda Nacional na Província do Rio Grande do Sul.

Em nossas lutas externas no Prata, em 1851-52, em 1864 e em 1865, tropas integradas por republicanos ex-farrapos lutaram pelo Brasil e, inclusive na última, sob as ordens do brigadeiro Antonio Net-

to, que liderou a vanguarda do Exército Brasileiro até Tuiuti em 24 Mai 1866. Nelas, oficiais do Exército e da Armada entraram em contato com as repúblicas da Bacia do Rio da Prata e passaram a simpatizar com os ideais republicanos tão difundidos nas Américas e no mundo, e a propagá-los.

Ao fim da Guerra do Paraguai (1865-70), teve lugar em Itu-SP, o 1º Congresso Republicano. Daí para frente este anseio passou a empolgar os meios acadêmicos jurídicos, como a Escola de Direito de São Paulo, celeiro de grandes republicanos, e os acadêmicos militares, como as escolas Militar e Naval. Delas, através da Imprensa adepta da República, seus ideais passam a ter crescente expressão popular.

Enquanto a República avançava, a Monarquia havia se tornado um edifício em ruínas, sem que ninguém se dispusesse a consertá-lo. Segundo Joaquim Nabuco, “no fim do Império, havia mais coragem em alguém declarar-se monarquista do que republicano”. Isto, em grande parte, é consequência das questões Religiosa e Militar, da Abolição, da saúde abalada do Imperador e da indesejável perspectiva de um 3º Reinado.

O movimento foi contra uma conjuntura política adversa, e não contra D. Pedro II, conforme assinalou o general Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde do Exército, irmão do Proclamador da República, em discurso no sesquicentenário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, quando D. Pedro viajava para o exílio:

***“A retirada do Imperador não foi um castigo, foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova situação de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu, porque não podia ficar. Não é um decaído. E antes um aposentado retirando-se com todas as honras e distinções”.***

A Questão Militar (1881-88) resultou de vários desencontros do Governo com a classe militar. Esta, pós-guerra do Paraguai, através de suas lideranças egressas da classe média, consciente de sua importância social e política.

Com as mortes dos senadores Marechal Osório, em 1879, e do Duque de Caxias, em 1880, a classe militar passou a sinalizar o não atendimento pelo governo de aspirações justas, de natureza profissional, institucional e social, tornando aos poucos o Exército, segundo Eduardo Prado, “esquecido, mal organizado e desestimulado”.

Havia um grupo jovem, de major para baixo, sob a influência de Benjamin Constant, que era considerado republicano. Outro grupo, liderado por Deodoro, sonhava com uma atualização doutrinária do Exército, em benefício de sua maior operacionalidade, em decréscimo deliberado desde a Guerra do Paraguai. Atualização impositiva, mas postergada pelo governo, o que estimulava a sua derrubada por este grupo como desagravo da força. Este sonho, acalentado pelo grupo de profissionais liderados pelo Marechal Deodoro, só começaria a ser concretizado a partir de 1896, por chefes militares filhos de líderes do Exército na Guerra do Paraguai, ou veteranos da mesma: Machado Bittencourt, Thomaz Cantuária, Medeiros Mallet, Hermes da Fonseca e Caetano de Farias, de ações administrativas relevantes na Reforma Militar (1896-1940), que arrancaram o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos aos elevados demonstrados na FEB, na Itália.

Assim, em 15 de novembro de 1889, pela ação decisiva e providencial do Marechal Deodoro da Fonseca, com apoio expressivo da Guarnição do Exército do Rio de Janeiro (Corte), foi proclamada a República.

Sem Deodoro, com apoio expressivo da Guarnição do Exército da Corte, segundo declarou mais tarde Quintino Bocayuva, líder civil do movimento, “ainda hoje estaríamos em propaganda republicana, dentro das muralhas do 3º Reinado”.

E, em assim sendo, através do Marechal Deodoro e de expressiva parte do Exército que o apoiou em 15 de novembro de 1889, falaram os inconfidentes mineiros e baianos, os poetas da Inconfidência Mineira, os libertários pernambucanos de 1817 e 1824, a quase maioria dos deputados gerais da Regência, os rio-grandenses farroupilhas, os civilistas de São Paulo, os vereadores gaúchos signatários da moção plebiscitária de São Borja, os clubes republicanos brasileiros, os abolicionistas, os militares e no dia 15 de novembro, ainda, o povo do Rio de Janeiro (Corte) através de sua Câmara que proclamou a República.

Comprovação de que o povo da cidade do Rio de Janeiro apoiou a Proclamação da República e o governo Provisório então estabelecido, o qual foi empossado por aquela Câmara, conforme consta de Atas. Trecho retirado do livro do autor. BENTO, Claudio Moreira Bento. **O Exército na Proclamação da República**. Rio de Janeiro: SENAI, 1989 (Lançado pelo autor na ECEME).

## **A REPÚBLICA TRANSATLÂNTICA DE MATO GROSSO (1892) (O Estado Livre de Mato Grosso)**

O cuiabano General Antônio Maria Coelho, primeiro e único Barão do Amambai (1827-94) era herói da chamada Retomada de Corumbá em 13 de junho de 1867, durante a Guerra do Paraguai. Este prestígio lhe garantiu o cargo de primeiro Presidente do Mato Grosso após a Proclamação da República. O desenho da atual bandeira de Mato Grosso é de sua autoria e ele foi um dos signatários do Manifesto dos 13 generais contra Floriano Peixoto, em 31 de março de 1892, tendo sido reformado por Floriano em consequência disto.

Conforme Hernani Donato, retirado da Presidência do estado por ato do Marechal Deodoro em 16 de fevereiro de 1891, o Gen Antônio Maria Coelho decidiu retomar o poder tão logo tomou conhecimento da renúncia do Presidente da República. Para este levante, obteve o apoio do 7º Regimento de Cavalaria Ligeira, sediado em Nioaque, e fez ocupar Cuiabá em 1º de fevereiro de 1892 pela tropa ao mando do seu sobrinho, o Major Aníbal da Mota. Em Corumbá, o Cel João da Silva Barbosa, partidário do Gen Coelho, ganhou o apoio de 200 soldados e da flotilha da Base de Ladário, exceto um barco.

A 31 de março, os levantados buscaram conferir dignidade ao seu movimento proclamando a chamada República Transatlântica de Mato Grosso.

A reação foi iniciada pelo vice-presidente estadual Generoso Ponce, organizador da Legião Floriano Peixoto, com a qual combateu vitoriosamente em Rosário e Boa Vista e sitiou Cuiabá em 7 de maio, ocupando-a a 13 e governando até 20 de julho quando reassumiu o presidente legal, Manuel José Murtinho, do Partido Republicano, irmão de Joaquim Murtinho e aliado de Generoso Ponce. No sul, os federais retomaram sem dificuldades Miranda e Nioaque. Corumbá

fora desertada, antes, pelos insurgentes.

Os principais enfrentamentos foram em Rosário em 30 de março, Cuiabá em 6 de maio e em Corumbá a 20 de junho, além de Boa Vista, Miranda e Nioaque, todos em 1892 (Donato, 1996, p. 136).

Os primeiros sintomas do separatismo do estado do Mato Grosso ocorreram exatamente durante esta crise política que abateu o governo republicano com a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca.

## **O BOMBARDEIO DE PORTO ALEGRE - 1892**

Júlio Prates de Castilhos havia sido empossado na presidência do estado em 17 de junho, não sem muitos protestos dos opositores. Refletindo esse exaltado espírito de contestação, o Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara, comandante da canhoneira Marajó, tendo a bordo João de Barros Cassal, tido como um anarquista revolucionário, disparou tiros contra a cidade nos dias 21 e 24 do mesmo mês.

Conforme o Prof. Ubiratã Ferreira Freitas, Mestre em História pela UPF, em 21 de Junho de 1892, a cidade de Porto Alegre sofreu um sítio pela canhoneira Marajó que tinha em seu comando o Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara, comandante da flotilha da Marinha Brasileira e pelo barco Camocim, tendo no comando o Tenente Aníbal Eloy Cardoso. À bordo da Marajó estava o jornalista e político gaúcho opositor João de Barros Cassal.

Às 9 horas da manhã, “em nome das forças de terra da Marinha e do povo”, João de Barros Cassal intimou o General de Divisão Bernardo Vasques, Comandante da 3ª Região Militar, a abandonar, dentro de uma hora, a importantíssima comissão da qual o investira o governo federal, a de governar o RS. Não atendendo à intimação, Porto Alegre seria bombardeada.

Para efetivar sua intimação, a canhoneira Marajó e o Camocim colocaram-se em prontidão, assumindo posicionamento de guerra com a bandeira vermelha desfraldada. O Gen Bernardo Vasques tomou providências e colocou em prontidão todas as forças sobre seu comando, o exército, a guarda cívica e uma numerosa força civil pertencente ao Partido Republicano e liderada pelo senador Ramiro Barcelos. Eram 10 horas da manhã quando a Marajó, postada em frente à Rua General Silva Tavares, com a proa voltada para o ocidente,

rompeu o fogo em direção à sede do governo do Estado. Os primeiros tiros foram de pólvora seca, seguindo-se outros de munição real, que cruzavam por cima do palácio. Ao mesmo tempo, metralhadoras Nordenfeldt fizeram fogo sobre a cidade. Atirando, a Marajó movia-se lentamente sustentando um nutrido fogo, crivando de projéteis as ruas, paredes dos edifícios públicos e particulares. Em terra, as forças militares revidaram o fogo e alvejaram a Marajó com tiros de canhão, a qual sofreu avarias na popa, no casco e nos escalares. Próximo à volta do gasômetro, a Marajó levou um “canhonaço” que a fez desgobernar e cessar o fogo. Conseguiu navegar até Rio Grande, onde os revoltosos foram presos.

Os motivos que levaram ao bombardeamento de Porto Alegre foram, basicamente, a demissão do Capitão-Tenente Lara pelo Ministro da Marinha e o revolucionarismo de Barros Cassal (Freitas, Ubiratã Ferreira. 1892, da Marajó a Revolução Federalista, disponível em [www.webartigos.com](http://www.webartigos.com)). O historiador militar Gen Div Francisco de Paula Cidade era adolescente e recordou em suas Memórias este episódio que ele testemunhou. Personagem que considero o maior historiador militar de seu tempo cuja vida e obra evocamos no O Guararapes nº 47 FAHIMTB/AHIMTB, Resende, Academia Marechal Mário Travassos. Vide em Informativo no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

## **AS REVOLTAS NA ARMADA NO RIO DE JANEIRO (1892/94)**

Conforme a síntese de Hernani Donato (1996, p. 137), quando o Marechal Deodoro da Fonseca renunciou à Presidência da República em 23 de novembro de 1891, atitude tomada principalmente face à clara oposição da Armada ao fechamento do Congresso, assumiu a chefia do governo o Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente.

Contrariamente ao estipulado no artigo 42 da Constituição, o empossado patenteou seu propósito de permanecer no exercício da presidência até o fim do mandato a que concorrera, como vice, na chapa contrária à de Deodoro. Não haveria, portanto, eleição para sucessor imediato de Deodoro. Tal atitude provocou agitação e protestos em vários centros políticos. No RS já se prenunciava a Guerra Civil do movimento federalista.

Partes do Exército e do Congresso, reaberto, apoiaram Floriano.

A Armada via com especial simpatia a candidatura do Almirante Custódio de Melo, o qual, para mantê-la, deixara o ministério da Marinha. A intransigência continuísta levou à revolta, instalada no navio Aquidabã. Além dos navios de guerra, vários mercantes foram artilhados.

A luta restringiu-se a duelos de artilharia entre os barcos, a fortaleza de Villegaignon e os outros fortes e as baterias que Floriano dispusera nos morros de São Bento e do Castelo.

Aliando-se aos federalistas, inimigos do presidente, os revoltados ocuparam a cidade de Desterro (atual Florianópolis), ali instalando governo provisório sob a chefia do Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena. O próprio Custódio de Melo dirigiu-se ao RS, deixando a esquadra sob o comando do CMG Eliézer Tavares. Floriano reagiu adquirindo barcos no exterior, confiados ao almirante reformado Jerônimo Gonçalves. A 26 de novembro esses navios chegaram ao Brasil, tocando o porto do Recife. A 7 de dezembro aderiu à revolta o Almirante Luís Felipe de Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval. A popularidade e o entusiasmo também levaram à revolta a suspeita de intenções de restauração da monarquia. Animado e assumindo o comando, Saldanha tomou as ilhas do Governador e de Paquetá, mas viu frustrado o ataque a Niterói.

A Armada estava confinada na Guanabara, grassando o beribéri nos navios e nas ilhas ocupadas, crescendo a ameaça da esquadra governamental. A luta em terra, SC e PR, evoluía em favor dos florianistas. Durante a noite de 12 para 13 de março de 1894, 525 marinheiros e alguns chefes tomaram asilo a bordo de dois barcos portugueses. Logo mais, entrava na baía a esquadra do Alm Jerônimo Gonçalves bombardeando as ilhas e os navios abandonados.

Os barcos lusos pretenderam levar os asilados a Buenos Aires, onde não foram aceitos, pois segundo o Direito Internacional somente poderiam ir para Portugal. A maioria abandonou os barcos, menos 170.

Saldanha da Gama, que foi à Europa para defender aqueles camaradas, não pôde entrar em Portugal. Retornou ao Brasil, juntou-se aos federalistas e com dezenas de marinheiros encontrou a morte durante um ataque de cavalaria governista no Campo Osório (24 de junho de 1895) no RS. O CMG Frederico de Lorena, chefe do governo provisório do Desterro, foi uma das vítimas da feroz repressão que se seguiu à derrota de marujos e de federalistas.

Os principais 33 confrontos se deram entre 7 de setembro de 1893 e 16 de abril de 1894 no Rio de Janeiro, Santos, Ilha Grande, Desterro, São Sebastião, Araranguá, Paranaguá, Niterói, Antonina e Magé.

A bibliografia do assunto Revolta da Armada 1892/1894 é a seguinte do organizador desta obra:

BENTO, Cláudio Moreira **Revista do Exército Brasileiro**: Esquadra Legal ou Esquadra de Papelão e suas vitórias no Rio de Janeiro e Santa Catarina, V. 130, n° 4, Out/Dez 1993, p. 63/70;

\_\_\_\_\_. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. A intervenção estrangeira durante a Revolta na Armada: 154 (379): 231-268; **Revista A Defesa Nacional**: Sesquicentenário de Marechal Floriano Peixoto;

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional**: Gen Div Augusto Tasso Fragoso (síntese biográfica), N° 750, Out/Dez 1990, p. 105/117;

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional**: O Centenário da Revolta na Armada n° 762, Out/Dez 1990, p. 105/117;

\_\_\_\_\_. **Letras em Marcha**: Sesquicentenário de Marechal Floriano Peixoto, n° 213, Jun 1989;

\_\_\_\_\_. **Diário Popular**: Centenário da morte do Almirante Saldanha da Gama, Pelotas, 24 Jun 1895;

\_\_\_\_\_. **Diário Popular**: Centenário da Paz na República Federalista em Pelotas, 23 Ago 1995;

\_\_\_\_\_. **O Liberal**: Canguçu na Revolução Federalista de 1893, Canguçu, 11 Jun 1993;

\_\_\_\_\_. **O Liberal**: O massacre Federalista do Rio Negro em 26 Nov 1895, Canguçu, RS, 11 Jun 1995;

\_\_\_\_\_. **Folha Popular**: Sant'ana do Livramento. O centenário do massacre federalista do Rio Negro, 30 Nov 1993;

\_\_\_\_\_. **A Plateia**: Santana do Livramento, RS, O Centenário da morte do Almirante Saldanha da Gama, 20 Jun 1992;

\_\_\_\_\_. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**: A propósito da Revolução Federalista - A Esquadra Legal ou de "Papelão" e o seu comandante o Almirante Jerônimo Gonçalves, n° 12, 1993, p. 117/133;

\_\_\_\_\_. **Revista da SASDE**: 2ª DE, SP, n°62 - Uma gigante e esqueci-

da Operação Logística de São Paulo na Guerra Civil 1893/1895, p. 2; \_\_\_\_\_.**Revista da SASDE**: 2ª DE, SP, nº 62, Uma Épica Defesa Militar Terrestre Conjunta do Porto de Santos em 1893, p. 2;

\_\_\_\_\_.**Revista da SASDE**: 2ª DE, SP, nº 63, O Ataque Naval e Retomada do Porto de São Sebastião, p. 3;

\_\_\_\_\_. **Resende - História Militar** 1744/2001. Resende: AHIMTB, 2001, Resende na Revolta da Armada, p. 15;

\_\_\_\_\_.**Lutas internas na República**. Resende, AHIMTB, 2001, Colaboração ao CAEM/ECEME, Exemplares 1 - ECEME, 2 - AHIMTB, 3 - Autor: A Revolta na Armada 1894/94, p. 52; Premissas da presente interpretação, p. 84; Causas da Revolta, p. 85; O Plano Militar da Revolta, p. 89; Apêndice 1 - Navios de guerra que participaram da intervenção estrangeira na Revolta na Armada, p. 90; Apêndice 2, A “Esquadra de Papelão”no combate à revolta de 1/12 da Armada, p. 92; As Operações da Esquadra Legal em Santa Catarina e Paraná, p. 95; Apêndice 3 - Repercussões da Embaixada do Brasil nos EUA ao combate à Revolta na Armada no Brasil, p. 45; Apêndice 4 - O Organizador e Comandante da Esquadra Legal Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, p. 106; Fontes consultadas, p. 103; A Esquadra Legal ou de “Papelão” e o seu comandante Almirante Gonçalves, p.117/133.

**Nota:** O nome próprio seria Revolta na Armada e não Revolta da Armada pois só cerca de 1/12 dela se revoltou e não toda a Armada, conclusão com apoio em palestra sobre o assunto do Almirante Hélio Leôncio Martins, patrono de cadeira da FAHIMTB.

## **A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL (1893/95)**

***“De 1893-95, o sul do Brasil foi palco de uma sangrenta guerra civil que colocou frente a frente republicanos jacobinos e positivistas, contra antigos liberais do regime monárquico. A violência das facções, o terror indiscriminado e sobretudo o apelo a chavões ideológicos como justificadores da ação bélica e repressiva, antecipam as carnificinas do século XX, cometidas em nome de idéias progressistas ou reacionárias.”***

É preciso que o leitor distinga neste contexto a atuação do Exército (3ª RM), da Brigada Militar e das forças populares. As últimas, recrutadas e comandadas por chefes políticos municipais de ambas as facções, e por conta das quais, pensamos, decorreu o terror, como temos tentado demonstrar, que caracterizou esta revolução como revolução de Bárbaros, Maldita e da Degola, caracterizada por violência requintada nos massacres do Rio Negro e do Boi Preto, como se verá.

O Exército foi impedido de intervir na disputa civil pelo poder, por imposição da Constituição, em nome da Federação.

A Brigada Militar só foi organizada e obedecendo a regulamentos militares cerca de um ano após a renúncia de Deodoro, quando, segundo Tarcísio Taborda, insistimos, “chefes políticos de ambas as facções organizaram seus exércitos particulares”,

E acrescento sem respeito nenhum à Doutrina Militar, e passaram a se combater dando origem a uma série de crimes políticos que merecem um estudo muito imparcial quando estudadas as denúncias republicanas e federalistas constantes das obras:

MOURA, Euclides B. d. **O vandalismo no RGS** cit.

ESCOBAR, W. **Apontamentos para a História da Rev. 93** cit.

Por exemplo, em Canguçu, meu berço natal, consultando os óbitos constantes do Registro Civil e da Igreja, não há confirmação das acusações recíprocas, salvo tenham sido manipuladas por ambas facções nos cartórios e registros da igreja.

Aqui exporemos os pensamentos dos comandantes da 3ª RM, um pouco antes, durante e após a Revolução, todos voltados para a não-intervenção militar e pelo não-envolvimento de militares do Exército na disputa política.

Os comandantes da 3ª RM eram de fora do RS, no período mais conturbado, de 15 de fevereiro de 1892 a 16 de dezembro de 1895 (o Gen Bernardo Vasques era de Magé-RJ, o Gen Pêgo Junior era de Santos-SP, o Gen Bacellar era carioca, o Gen Moura era carioca e o Gen Queiróz Galvão era baiano).

Para evitar o envolvimento de militares do Exército da fronteira, recorreu-se a unidades de Porto Alegre, Rio Pardo e Pelotas, ou vindas de outros estados, como será demonstrado.

A guarnição da 3ª RM durante a revolução sofreu intensa movimentação. Muitas unidades vieram de fora, como se verá. Assim,

ao consultarmos as Ordens do Dia da 3ª RM 1893-94, constatamos as seguintes unidades por guarnições, ou a ela pertencentes ou com permanência temporária:

**Porto Alegre:** 3º BI, 4º BI, 13º BI, 14º BI, 30º BI, 33º BI, 34º BI, 17º RC, 11º RC, 13º RC, e 2º BE.

**Bagé:** 30º BI, 31º BI, 5º RC, 32º BI, *Corpo de Transporte*, 11º BI e 13º BI.

**Rio Grande:** 2º RC, 6º BI, 25º BI, 29º BI, 35º BI.

**São Gabriel:** 12º BI, 25º BI, 12º RC, 1º RA, *Corpo de Transporte*.

**Santana do Livramento:** 18º e 12º RC.

**Jaguarão:** 2º RC e 13º BI.

**São Borja:** 3º RC.

**Alegrete:** 6º BI.

**Uruguaiana:** 4º RC.

**D. Pedrito:** 6º RC vindo de Santa Vitória.

**Cacequi:** 6º RC (Out. 93).

**Torres:** 17º BI.

Era incrível a facilidade com que se movimentavam as unidades no Brasil.

A seguir ofereceremos um panorama da atuação da 3ª RM na Revolução de 93, deixando a participação da Brigada Militar e das Forças Populares civis, para que sejam estudadas na vasta bibliografia a respeito. Elas serão apreciadas quando atuarem em conjunto com a 3ª RM e ao comando desta.

### **A descoberta de conspiração federalista**

O clima de violência verbal e física entre as duas facções civis em luta no Rio Grande atingia níveis sem precedentes.

Teve enorme repercussão e exploração política o massacre do chefe republicano, Cel (civil) Evaristo Teixeira do Amaral, chefe político em Palmeira, e quatro companheiros por federalistas, ao comando do José Cirino da Costa.

Segundo o Almanaque Rio-grandense:

***“Nas proximidades de Cruz Alta, barbaramente assassinados, o Cel Evaristo Teixeira do Amaral e mais***

***quatro companheiros, por numeroso grupo capitaneado por José Cirino da Costa. Evaristo resistiu, desesperadamente, mas com muitos ferimentos graves, foi feito prisioneiro e mutilado de maneira horrorosa. Cortaram-lhe as mãos e os pés, castraram-no, quebraram-lhe em vida os ossos das pernas, braços e ante-braços, rasgaram-lhe o ventre, tiraram-lhe os intestinos, degolaram-no amarrado ao tronco de um cavalo, arrastam-no até a beira de um banhado, onde o atiraram. Aí foram achados seus restos, no dia 14 de novembro, um feixe de ossos quebrados e a cabeça.”***

Esse episódio passou à história como o massacre do Cadeado. O Cel Evaristo foi vingado por seu filho homônimo, que frente de uma escola massacrrou numerosos moradores do Cadeado julgados discricionariamente envolvidos.

Esses eventos tiveram ampla exploração pela imprensa e aumentaram a temperatura dos ânimos até o limiar de uma guerra civil.

O comando da 3ª RM passou a ser exercido pelo Gen Pêgo Junior desde agosto de 1892. Pouco mais de um mês o governo do Estado passou a ser exercido pelo Dr. João Abbot, médico de São Gabriel, que é estudado por Osório Santana Figueiredo em **História de São Gabriel**, São Gabriel: 1993.

Decorridos dois meses do comando do Gen Pêgo Junior, o Dr. Abbot criou em 15 de outubro de 1892 a Brigada Militar, força constituída dos 1º e 2º Batalhões de Infantaria, 1º Regimento de Cavalaria e mais três corpos em Reserva nas mesmas condições e atuando de acordo com os regulamentos militares. Teve como seu primeiro comandante, de 1892-1906, o Ten Cel do Exército Joaquim Pantaleão Telles de Queiróz, sobrinho do Gen João Telles, Cel Carlos Telles e do tabelião José Vicente da Silva Telles, em Porto Alegre.

O 1º Regimento de Cavalaria então criado e atualmente Regimento Cel Pillar, homenagem ao Cel do Exército que foi seu primeiro comandante, acaba de ser objeto dos seguintes livros comemorativos de seu centenário:

SILVEIRA, José Luiz, Cel. PM ref. **100 anos – Regimento Cel. Pillar – Esboço Histórico 1892-1912**. Santa Maria: Edições UFSM, 1992.

SOBRINHO, Hermito Lopes, Cel. PM ref. **100 anos – Regimento Cel. Pillar – Esboço Histórico 1912-1927**. Santa Maria: Edições UFSM, 1992.

O Cel Silveira já falecido aborda a unidade nesta revolução. Era historiador membro da FAHIMTB e IHTRGS e patrono de Delegacia da FAHIMTB em Santa Maria.

No dia seguinte à criação da Brigada Militar, em 16 de outubro de 1892, foi interceptada a seguinte carta do Cel (civil) Facundo Silva Tavares, irmão do Dr. Francisco, e do Gen Honorário Joca Tavares, reveladora da conspiração da revolução federalista em curso, publicada em VILALBA. **Rev. Fed. RGS** Doc. 37, p.70.

*“Ilmo. Sr. Felipe Neri Portinho  
Correligionário e amigo*

*Já está no domínio público, e por isto, não lhe será desconhecido, que projetamos reagir contra esse governo que tantos males tem acarretado ao nosso Estado. Não é possível que nos mostremos tão desbriados, a ponto de deixarmos correr tudo à revelia e não lhe opormos a menor resistência.*

*Assim é que, de acordo com meu irmão, General Silva Tavares, estamos nos preparando para a luta. Está ele no Estado Oriental, donde recebemos recursos, escassos sem dúvida, para a força que tem; mas com os elementos que tiver, invadirá a fronteira e virá de marcha batida para o Rio Grande, enquanto eu, o Visconde de Pelotas e o General Barreto Leite e outros amigos, já de acordo com os Coronéis Vicente Gomes, Antônio Inácio e mais o Coronel Batista, moveremos o Norte. A todos daremos aviso por telegrama em cifras.*

*Meu irmão dará, de lá, instruções aos amigos que já estão de tudo prevenidos desde Encruzilhada até São Borja, visto que nós daqui não temos certeza de poder fazer as comunicações. Ele, meu irmão, de lá pode fazer tudo por próprios. Esperamos aviso 15 dias antes da invasão e apenas chegue lhe transmitiremos. Espero que V. S. transmita o convite aos nossos correligionários Timóteo de Souza, Feijó e o Capitão Garcez, para que nos auxiliem e vão dispendo seus elementos.*

*Armas, cada um se servirá das que tiver. Quando há boa vontade até a cacete se briga. Consta-me que o Pinheiro Machado tem dois depósitos de armas em Cruz Alta. Descoberto o depósito, um*

*assalto e elas serão nossas.*

*Convém não deixar respirar o inimigo. As primeiras forças reunidas já devem estorvar a reunião do inimigo e perseguir os chefes, obrigando-os a fugir, se não puderam pegá-los. São os elementos de guerra. V. S. sabe muito bem e estou certo de que logo o porá em prática. O portador é o Capitão Barcelos. Ele promete entregar esta carta em mão de V. S. Se tiver ocasião de escrever-me com segurança, espero merecer-lhe este favor, avisando-me dos recursos com que conta, para o nosso governo.*

*Ponho à disposição meu limitado préstimo e sinto prazer assinando-me de V. S. correligionário e amigo(a) Corrêa.*

*Convirá começar a reunir 4 ou 5 dias antes e cortar logo o fio telegráfico em diversos pontos.”*

O governo do Estado, visando a formar a opinião pública, assim transmitiu intensamente os objetivos da conspiração revolucionária através de **A Federação**:

“Os federais que não quiseram acudir ao apelo patriótico, formulado pelo governo, todo de paz e bravura, de justiça e proteção aos direitos e interesses do povo, os federais, sempre perversos, preparam aos poucos um pavoroso movimento revolucionário, para convulsionar profundamente o Estado, arrancar o sossego da família rio-grandense e de todas as classes, matar, enfim, pelo assassinato infame, aos principais diretores de nosso glorioso partido!

Deram os nossos inimigos, princípio à execução de sua maldita revolução, que constava de três partes principais:

1º - Manter o alarme da população com boatos, perturbações parciais da ordem, motins e guerrilhas, neste ou naquele ponto.

2º - Invadir o Rio Grande pela fronteira do Uruguai e cair sobre nossos amigos na campanha e em todas as localidades, a um sinal dado.

3º - Assassinar, antes e durante a conflagração, os chefes republicanos, de mais prestígios e valor.”

Essa notícia causou terror entre os chefes republicanos e provocou represálias severas contra federalistas no interior, como estes já haviam feito contra republicanos durante o Governicho, conforme queixas destes, e que o **Jornal do Comércio** do Rio, de 17 de novembro de 1892, noticiou, sendo ratificado na edição do dia seguinte pela maioria dos representantes do Rio Grande do Sul no Congresso. VILALBA, **Rev . Fed. RGS**. Doc. 39 e 41 que convém sejam lidos juntos pelo historiador.

O item 3 teria gerado uma perseguição feroz, como medida de segurança preventiva.

Essa carta transcrita envolveu politicamente na conspiração o Mar. Câmara e mais o Gen reformado Domingos Alves Barreto Leite, que havia participado com destaque do Governicho.

Em função disso, o comandante da 3ª RM, Gen Pêgo Junior, recebeu do Ministro da Guerra, Gen Bda Antônio Francisco de Moura, o seguinte telegrama:

***“Lestes os documentos relativos plano revolução. Consequência sabeis estar envolvido plano o (Mar. Câmara) visconde de Pelotas. Deveis entender-vos com este General, informá-lo de que o Governo sabe a seu respeito, dissuadindo-o a tomar parte neste plano revolucionário.”***

Em 1º de novembro de 1892, força policial ao comando do Maj Joaquim Pantaleão Telles, comandante da recém criada Brigada Militar, sobrinho do Cel Carlos Telles e do Gen João da Silva Telles, ao efetuar a prisão do Ten Cel GN e diretor da Companhia Hidráulica Facundo Tavares, resultou numa grande tragédia, envolvendo as famílias Silva Tavares e Silva Telles. No tiroteio foi ferido e preso o Cel Facundo, foram mortos à bala seus dois filhos e ferido na perna o Maj Pantaleão. Face à imensa tragédia, a esposa do Cel. Facundo perdeu a razão.

Nesse dia o Gen João Telles encontrava-se em Bagé, onde propôs a conciliação ao Gen Joca Tavares em nome de Floriano, mesmo antes do Gen Joca saber da tragédia que se abatera sobre a família de seu irmão Facundo.

A carta citada foi apreendida em Santa Maria em poder do Cap Honorário do Exército Felisberto Barcellos, vulgo “Gato Pingado”, e diretor interino da Colônia Militar do Alto Uruguai.

A prisão do Ten Cel GN Facundo contada por ele consta de VILALBA. **Rev. Fed. RGS**. Doc. 42. Em 1874, perseguido por liberais, ele teve de fugir de Porto Alegre usando o cavalo do Cel Genuíno, que sofreu perseguições e, mais tarde, morreu combatendo os Muckers, segundo o seu genro Mal João César Sampaio.

Em 2 de novembro de 1892, em Bagé, o Gen João Telles, então ciente da tragédia que envolvia sua família e a Silva Tavares no dia anterior, enviou o polêmico telegrama reservado urgentíssimo e cifrado ao final. Até hoje, repetimos, se desconhece a versão sobre a conversa e a chave da cifra secreta.

Este telegrama contém a seguinte inverdade que, segundo o Gen Valentim Benício, o Gen Joca Tavares, num momento de grande irritação, passou ao Gen Telles:

***“Os coronéis Pedroso e Mota chefes republicanos de Piratini e Canguçu e mais o Ten. Cel. Cândido Garcia daqui de Bagé, são os maiores ladrões e assassinos do Rio Grande e é a quem mais se deve este estado de coisas.”***

Era a informação incoerente injusta para com os dois chefes que haviam prestado e ainda iriam prestar ao Estado e ao Brasil importantes serviços à consolidação da República, como abordamos na operação de entrada em Bagé, em Julho de 1892.

A incoerência estava na própria informação contida no telegrama:

***“V. Excia. não faz idéia dos horrores que aqui se tem praticado. Os assassinatos são em número muito elevado, pois por toda a parte, se degola homens, mulheres e crianças como se fossem cordeiros.” (O grifo é do autor).***

Esse informe é exagerado! Mas se tinha-se notícia que isso era **por toda a parte**, por que razão estigmatizar os chefes Mota e

Pedroso em detrimento dos outros e mesmo não citar-se o Gen Luiz Alves Pereira e seu chefe de Estado-Maior e Alfredo Varela que sugeriram e comandaram a entrada da 4ª Bda Civil em Bagé “para quebrar completamente o orgulho de Joca Tavares”?

Desde 1920 esse telegrama vem sendo usado por alguns escritores para explicar ou até justificar a chacina, por degola, após rendição sob garantia de vida em Rio Negro, em 20 de novembro de 1893, da Cavalaria civil ao comando do Cel Maneco Pedroso, que estava servindo à causa da consolidação da República, à disposição do Exército e integrando o Comando-em-chefe das forças em operações contra a Revolução Federalista, então exercido pelo Mal Izidoro, após haver sido exercido por sete meses pelo próprio Gen João Telles.

Essa fonte não satisfaz os requisitos para ser usada como fonte histórica confiável. Ela peca pela fidedignidade e sobretudo pela integridade, por até hoje se desconhecer o significado da parte cifrada, insistimos!

Quanto à sua fidedignidade, o próprio Dr. Francisco da Silva Tavares assim classificou a missão política do Gen João Telles envolta em circunstâncias trágicas para as famílias Silva Telles e Silva Tavares, em torno da prisão do Cel Facundo. Escreveu ele em **El Dia** (VILALBA, **Rev. Fed. RGS.** Doc. 41).

***“Em vista do que fica exposto é evidente que o Mar Floriano, com a missão que confiou ao Gen. João Telles, não teve outro fim senão o de mascarar o propósito de aniquilar, no Rio Grande, o Partido Republicano Liberal (federalista) e de perseguir, ainda mesmo em território estrangeiro os seus principais homens, com a internação (envio de volta ao Brasil) que insistentemente pediu.”***

Como poderá um historiador que se preze confiar numa fonte histórica dessas, estigmatizando os Coronéis Mota e Cândido Garcia e descendentes, que atenderam ao apelo do Estado e do Brasil para a consolidação da República às ordens da 3ª RM? História é verdade e justiça!

Até hoje esta cifra do citado telegrama guarda o segredo do

Gen. Telles a Floriano: Z AKJSCU – DDY – LDYZODQ – CD – BDI-JLUT – NROS – VDB – DDR

Tentamos demonstrar as falhas dessa fonte histórica quanto à Fidedignidade e Integridade em artigos: “O massacre do Rio Negro” e “Canguçu em 93”, em **A Revolução Federalista** (Palegre, Martins Livreiro, 1893).

## **O Marechal Câmara e a Revolução de 93**

O envolvimento do nome do Mar Câmara no movimento revolucionário provocou enorme reação republicana e temor entre seus amigos, de agravamento de sua doença e de um atentado a sua vida.

Assim, ele embarcou para o Rio no início de novembro de 1892. O comandante da 3ª RM, Gen Pêgo Junior, acompanhado de oficiais armados, foi buscá-lo em sua casa e acompanharam o velho marechal, como escolta de segurança e de honra. Foram-lhe prestadas honras militares. A escolta o acompanhou a bordo, até duas léguas de Porto Alegre.

Em 28 de novembro o Dr. Abbot ordenou ao Ten Cel Gervásio, filho do Gen Luiz Alves Pereira, que dissolvesse as forças civis sob suas ordens em Cerro Chato. E, em 8 de dezembro, o Ten Cel Gervásio recebeu este telegrama de Zeca Pedroso, intendente de Piratini e irmão de Maneco Pedroso:

***“Ative a reunião. Fronteira continua ameaçada. Muita vigilância!”***

Ao estourar a Revolução, 8 dias após, em 13 de fevereiro, o Mar Câmara oficiou ao Gen Pêgo Junior, comandante da 3ª RM, solicitando esclarecimentos sobre acusações de seu envolvimento com a Revolução. O promotor Timóteo Pereira Rosa respondeu oficialmente:

***“- Que o projeto da Revolução, segundo a carta do Cel. Faundo estava em Porto Alegre e afeta a este, ao Mar. Câmara e ao Gen. ref. Barreto Leite (que haviam participado do Governicho).***

***- Que a carta fazia ao menos prova semi-plena contra o Mar. Câmara.***

***- Que os documentos davam indícios veementes de criminali-***

***dade contra um oficial superior.” (CÂMARA. O Mar. Câmara e sua vida... v. 3, Doc. 301).***

Muito doente, o Mar Câmara se retraiu. Acompanhou a Revolução com interesse sem dela participar. E trocou cartas com o Cel Facundo na prisão.

Após um mês do início da Revolução, ele viajou no princípio de março de 1893 para o Rio, com toda a família e muito doente. Lá faleceu em 18 de agosto de 1893. Foi cercado do maior respeito pelo Exército e Povo como o herói de Aquidabã e pela grande solidariedade a sua classe na Questão Militar, bem como pela sua presença na fundação do Clube Militar. Os jornais evocaram sua grande vida e obras em extensas matérias. Por iniciativa do Mar Floriano, que foi seu comandado em Aquidabã e que se fez presente em seu sepultamento, ele foi embalsamado. Dispensou as honras militares e foi sepultado de casaca, de acordo com seus desejos. Até o jornal **A Federação** do partido republicano reverenciou discretamente o herói, assim finalizando:

***“A Federação esquece quaisquer ressentimentos, para unicamente inclinar-se diante do sepulcro recém aberto do velho soldado brasileiro.”***

Aqui uma reverência do autor a um dos maiores soldados nascidos na área da 3ª RM e que, por ter se envolvido em política, teve desgostos ao final, como Caxias, Osório, Deodoro e Hermes da Fonseca. Só escapou desta sina o Mar Eurico Dutra.

Sua vida e obra são apreciadas na mais monumental biografia dedicada a um soldado do Brasil e que também reflete a gloriosa saga da 3ª RM.

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Cel. **O marechal Câmara e sua vida política**. P. Alegre: IEL, 1979, 3v. (Obra coordenada pelo Gen Riograndino da Costa e Silva, historiador da 3ª RM).

### **O pensamento do Gen Pêgo Junior**

Ao estourar a Revolução federalista, em 5 de fevereiro de 1893, comandava a 3ª RM o Gen Bda Antonio Joaquim Pêgo Junior

desde 16 de agosto de 1892. Ele acompanhou por cerca de 10 meses os seguintes acontecimentos: fase preparatória da Revolução, sua eclosão e seu desenvolvimento até 2 dias antes da batalha decisiva de Inhanduí, que contou com o concurso do 30º BI de Porto Alegre ao comando de Cel Arthur Oscar.

Ele encontrou o Rio Grande envolto em grande tensão. Ao assumir o comando da 3ª RM, baixou Ordem do Dia e telegramas circulares em 17 de setembro e 25 de novembro de 1892 às guarnições de Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Bagé, Quaraí, Livramento, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Alegrete, Cacequi, Rio Pardo, Saicã e Santa Vitória. Documentos publicados por VILALBA, **A Rev. Fed. no RGS** (Doc. 34 e 35).

Em sua Ordem do Dia citada, ressalta entre outras coisas:

***“Venho encontrar com grande pesar meu, a briosa família rio-grandense dividida. E seria uma dificuldade, um embaraço para o exercício do meu cargo, tão deplorável divisão, se minha missão não fosse exclusivamente a de manter severa disciplina na força armada, não tolerando que ela se desvie da Constituição Federal, ou que se envolva na questão de organização deste Estado que a outros compete, mas não ao Exército. Este só destinado à defesa da Pátria no exterior e a manutenção da ordem no interior.***

***Inteiramente alheio aos fatos que deram causa a tal divisão, que lamento, quando nunca foi tão divisão, que lamento quando nunca foi tão necessária a união de todos os rio-grandenses e o seu patriótico concurso, para se efetuar a urgente organização deste Estado. Assim procurarei manter rigorosa neutralidade da parte da força sujeita ao meu comando, no tocante à organização deste Estado, para o que nenhum partido político deverá contar que o soldado brasileiro possa se constituir em fator.***

***Aos srs. comandantes de corpos, recomendo, em particular, que procurem reunir o maior número de praças nos respectivos quartéis e acampamentos, solicitando o recolhimento das que estiverem destacadas. E mais, se***

***esforcem para conservar sempre preocupados com exercícios e instrução os srs. oficiais e praças, de modo à se afastarem, tanto quanto possível, das lides políticas que tem dividido a ativa população deste Estado.”***

No telegrama circular de 17 de setembro de 1892, faz relevantes considerações sobre o dever militar e sobre a posição da 3ª RM, face à invasão federalista iminente. E menciona:

***“Que o governo da União ordenou-lhe que se acautele para repelir qualquer ataque de invasores emigrados, que serão considerados inimigos da República.***

***Que os srs. chefes, oficiais e praças, quando se der a invasão, devem evitá-la, a todo custo, com a máxima energia e valor, até o sacrifício da vida, pois o dever para com a pátria assim o exige. Caso a invasão se concretizar, devem os invasores serem acompanhados, picando-lhes a retaguarda, fazendo-lhes todo o mal possível.***

***O objetivo da invasão é chegar a Rio Grande a Porto Alegre. O nosso, (da 3ª RM) é evitar que isto aconteça.***

***Nenhuma força que for vencida deverá ficar estacionária. Deverá sempre marchar, conforme a conveniência, para Pelotas, Rio Grande ou Porto Alegre.***

***Eu não fiz a República e até opus-me a ela! Mas penso que os camaradas que a fizeram tem a obrigação de mantê-la para a honra e dignidade da classe e da felicidade da pátria, que não pode e não deve, continuar com a série de perturbações em que há 3 anos se encontra. Considerando-se o perigo em que se encontra a ordem pública neste Estado, posso afiançar que está em perigo a nossa Pátria, se a invasão triunfar. Seguir-se-ão revoluções em outros Estados e o Brasil se esfacelará e com ele, ai das instituições republicanas.***

***Diante deste quadro nenhum militar federal tem o direito de ser Castilhista, Federalista ou Cassalista. Isto ou nada, são circunstâncias mínimas diante da imagem do Brasil. É preciso dar paz e sossego ao Brasil para***

**que se possa desenvolver a agricultura, o comércio, a indústria e a mineração, únicas forças vivas que são fatores principais de grandeza da Pátria.**

**Lembrem-se que o Exército está caindo na odiosidade pública e muito merecidamente neste Estado, que possui mais de 1/3 do Exército e a maior guarnição dele. É o único Estado em que as deposições se sucedem com uma rapidez assombrosa, ao ponto de, em menos de 3 anos, já contar com 15 governadores.”**

Em 20 de novembro de 1892, em telegrama circular às guarnições do Rio Grande, Jaguarão, Bagé, São Gabriel, Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Quaraí, São Borja, Cachoeira, Rio Pardo, Saicã e Santa Vitória, ele comunicou entre outras coisas:

**“- Aproxima-se o momento calamitoso da invasão que repercutirá em todo o Brasil.**

**- Alerta para que se habituem a agir independente, face possibilidade de cortes comunicações telegráficas pelo invasor e mesmo face a emergências.**

**- Não fui e não sou político. E, em Deus, espero morrer sem ser político! Respeito vossas opiniões políticas, porém a força federal só poderá operar dentro dos limites da lei. Ela não pode mover-se por simpatia e crenças políticas. Só assim desempenharemos a missão da União federal.**

**- Instituição militar quer dizer instituição essencial e imprescindivelmente conservadora. Precisamos, pelo nosso proceder, convencer os inimigos do governo. Ou seja, que este se deita abaixo da boca das urnas e não na boca das armas.”**

## **A primeira invasão federalista ao Rio Grande**

Em 25 de janeiro de 1893 Júlio de Castilhos tomou posse no governo do estado. Em 5 de fevereiro de 1893, Joca Tavares, em Carpintaria, conclamou o povo gaúcho a pegar as armas contra o governo do Estado.

Em 10 de fevereiro de 1893, pela Ordem do Dia da 3ª RM, o Gen Bacellar assumiu a função de inspetor de Infantaria da 3ª RM.

Em 23 de fevereiro de 1893 a 3ª RM foi envolvida. O 6º RC em Dom Pedrito, ao comando do Ten Cel Alfredo Barbosa capitulou a forças superiores ao comando de Joca Tavares e Gumersindo Saraiva. Vide VILABA. **Rev. Fed. 93** (Doc. 45 e 46).

A fronteira de Bagé era comandada pelo experimentado veterano do Paraguai e Cel do Exército Antonio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, com tropa da Brigada Militar e Provisórios a serviço do Estado. Em 11 de fevereiro de 1893, no combate do Salsinho, Menna Barreto, ministro da guerra em 1512, combateu com Gumersindo Saraiva e o repeliu no primeiro combate da Revolução.

Em 2 de março de 1893, em resposta à carta do Gen Luiz Alves Pereira, que havia comandado a entrada de forças civis em Bagé, após a deposição das armas por Joca Tavares, ele enviou este telegrama:

***“Agradeço a sua carta com efusão de alma que de modo tão delicado e leal me fez nomeado, em momento aflitivo nossa terra, para comandar uma legião de homens que devem salvar a República ameaçada por inimigos rancorosos e traiçoeiros, é meu dever, ao conduzir esses homens em combate é que observem normas decentes e nobres por mim até hoje seguidas.***

***Quero comandar homens dignos da causa que defendemos e não uma borda de salteadores, que não se nivelem aos dos adversários que combatemos. Coibindo abusos, evitando pilhagem, não consentirei atos infames. Colocar-me-ei à altura da missão que me confiou o governo e minha terra. Missão que saberei cumprir imaculadamente, custe o que custar. Meu procedimento justo, respidez com que proíbo abusos me prestigiam e cercam os governistas de consideração pública. Se assim procedendo não for compreendido e desagradar, está nas mãos do governo confiar a missão a outro mais capacitado. Ass. Cel. Mena Barreto.”*** (Arquivo Gen. Luiz Alves Pereira).

Era subordinada à vanguarda de Menna Barreto o Cel Maneco Pedroso, o primeiro a entrar em contato e anunciar a invasão em curso.

Menna Barreto secundou o Gen João Telles em todas as operações ao comando deste. Era um grande soldado. Seu perfil consta da obra a seguir e merece ser lida. Chegou a Marechal.

MENNA BARRETO, João de Deus. Noronha. Ten Cel. **Os Menna Barreto – seis gerações**. Rio: Laemert, 1950, pp. 285-330.

Aliás, obra que reflete a Saga da 3ª RM 1737-1949.

O Cel Menna Barreto comandava os seguintes corpos civis: 4º Corpo Provisório do Ten Cel Manoel (Maneco) Pedroso, Corpo Provisório de Cavalaria; 1º, 2º e 3º Batalhões de Infantaria provisórios ao comando do Cel Elias Amaro; e 5º Regimento Provisório de Dom Pedrito.

Em ordem do Dia (VILALBA, **Rev. Fed. RGS**. Doc. 94) ordena entre outras coisas:

***“É vedado a todo oficial de qualquer patente, ordenar recrutamento e cavalos, potreação e retenção de animais de qualquer espécie, por competir a este comando dar tais ordens quando necessárias”.***

Era esse o homem que enquadrou as forças populares estaduais comandadas por Maneco Pedroso e Elias Amaro quando da invasão federalista do Estado.

Em 1 de março de 1893, o 2º cadete e 2º Sgt Plácido de Castro, da Escola Militar, pela Ordem do Dia nº 20 da 3ª RM, foi classificado no Regimento Mallet, como incurso no Art. 53 do Regulamento da Escola. Era instrutor da Escola o então Ten Clodoaldo da Fonseca, que mais tarde adquiriu na Europa os canhões Krupp, metralhadoras Hotchkiss e fuzis Mauser para a Reforma de 1908.

Face à grave situação, chegou do Rio, nomeado comandante-em-chefe das forças federais, estaduais e municipais contra a Revolução no Estado, o Gen João Batista da Silva Telles. Comandava a Polícia Militar do Rio.

Em 15 de março de 1893 ele assumiu o seu comando em Bagé. Antes de sua chegada, o Gen Pêgo Junior, por cerca de 40 dias, comandou as operações. Socorreu São Borja invadida, tendo se destacado até Urutahy.

Forças invasoras, ao comando de Jacques de Semoni, foram batidas em Itaroquem, em 28 de fevereiro de 1893. Apoiaram o co-

mandante da 3ª RM os 11º BI (de Fortaleza) e o 25º BI (vindo de São Paulo), destacado em Porto Alegre, o qual o acompanhou.

A paixão política que dominava as duas facções, ao que parece, invadira as unidades e as imobilizara. Poucas unidades são usadas do Sul: 28º BI (Rio Pardo), 29º BI (Pelotas), 30º BI (Porto Alegre), etc.

Vieram de fora, para combater a Revolução das áreas das atuais: 1ª RM, 2ª RM, 4ª RM, 6ª RM, 9ª RM e 10ª RM, os 11º BI (Fortaleza), 20º BI (Goiás), 25º BI (São Paulo-SP), 31º BI (São João de Rey), em Bagé; 32º BI (Vitória-ES), em São Gabriel; e o 35º BI (Teresina-PI), em Rio Grande.

O Gen João Telles convocou as tropas civis de Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado. Dentre as tropas ao comando do Gen João Telles, figuraram:

#### **Do Exército:**

- 28º BI (de Rio Pardo), ao comando do Cel Donaciano Pantoja.
- 31º BI (de São João del Rey), ao comando do Cel Carlos Telles. Pela Ordem do Dia nº 22 da 3ª RM, de 21 de maio de 1893, o Ten Cel Carlos Telles assumiu o comando da guarnição e fronteira de Bagé, em frente da qual se imortalizará.
- 4º R Art (de Bagé).
- Companhia de Engenheiros (2º BE, atual 1º B Fv – Lages-SC).
- Corpo de Transportes (Saicã), ao comando do Cap. Bento Gonçalves da Silva Filho (neto do líder farrapo).

#### **Da Brigada Militar:**

- 1º Batalhão da Brigada Militar (Reserva).
- 2º Batalhão da Brigada Militar (Reserva).

#### **Da Cavalaria Patriota Civil (Provisórios)**

- Corpo de Piratini, ao comando do Cel GN Maneco Pedroso.
- Corpo de Canguçu, ao comando do Cel GN Bernardinho Mota.
- Corpo de Bagé, ao comando do Ten Cel GN Cândido Garcia.
- Corpo de Pinheiro Machado, ao comando do Cel GN João Pereira Madruga.

A missão do Gen João Telles foi-lhe confiada pelo Ministro da Guerra. A Ordem do Dia nº 21 da 3ª RM, de 9 de março assim

constituiu seu Estado-Maior:

- Do 6º RC – Cap Floriano Florambel.
- Do 10º RC – Cap Bonifácio de Sila Telles.
- Do 11º RC – Cap Alfredo Saldanha.
- Do CT – Alferes João Frederico Mesquita.

### **Do Corpo Extraordinário:**

- Cap Inf Antônio Carlos Chachá Pereira.
- Cap Olímpio M. Silva e Castro

*(CT = Corpo de Transporte)*

O Cap Chachá Pereira nasceu em 1861. Praça de dezembro de 1878, e Cap em 24 de setembro de 1892. Coursou Infantaria na Escola Militar de Porto Alegre.

O Gen João Telles irá comandar os chefes republicanos que, em seu telegrama de 2 de novembro de 1893, Joca Tavares injustamente estigmatizou. Era a Cavalaria de que dispunha e com ela operará 7 meses sem fazer-lhe restrições éticas e enquadradas pelo Cel. Mena Barreto.

Em 13 de março de 1893, com esta força, sem luta, o Gen Telles retirou-se de Santana e dirigiu-se a Bagé.

Em 15 de março de 1893, o Gen Telles entrou em Livramento, defendida pelo Mar Izidoro Fernandes. Logo em seguida teve de marchar para Bagé, que Joca Tavares sitiou de 20-26 de março de 1893.

Em nenhum momento ele e Joca se defrontaram. O Gen Telles escreveu orgulhoso a Floriano dizendo que até então não havia perdido um só soldado, a não ser um em desastre.

A Ordem do Dia da 3ª RM, nºs 42 e 48, respectivamente, do Gen Pêgo Junior e de 12 de julho, no forte do inverno, autorizou que se fornecesse diariamente uma dose de aguardente para a tropa em campanha e que as instalações de saúde regionais tratassem forças civis aliadas e adversárias.

## **A Batalha de Inhanduí e a Revolta na Armada**

O Gen Bacelar assumiu pela 3ª RM, tendo-o exercido de 1 de maio de 1893-23 de setembro de 1894, por 1 ano e 7 meses. O Mi-

nistro Gen. Moura deslocou o QG da 3ª RM do Rio Grande para Porto Alegre.

Dois dias depois, em 3 de maio de 1893, foi travada a maior batalha da revolução – a de Inhanduí, próximo a Alegrete. Foram 6.000 federalistas x 4.000 republicanos. O Exército participou com o 30º BI do Cel. Arthur Oscar, e com o Cap Setembrino de Carvalho, que se consagrou como o pacificador deste século, por sua atuação na Revolta do padre Cícero, no Ceará, em 1910, na Revolta do Contestado 1915-17 e na Revolução de 23 no Rio Grande do Sul.

Os federalistas retiraram-se na hipótese de que seriam atacados por forças do Gen João Telles. Este tentou, sem êxito, em Upamoroti, em 12 de maio de 1893, cortar a retirada do Gen Joca Tavares e impedi-lo de internar-se no Uruguai.

Inhanduí foi o ponto de inflexão da esperança para a desesperança de vitória federalista.

Pouco depois, em 17 de maio de 1893, o Gen João Telles sofreu rude golpe, quando federalistas, próximo a Bagé, num golpe de mão, tomaram-lhe 1.500 cavalos essenciais à mobilidade de suas forças.

Em 6 de setembro de 1893 estourou a Revolta na Armada, no Rio de Janeiro, sob a liderança do Alte Custódio de Melo, com vistas a depor Floriano Peixoto. Ele conseguiu levantar 1/5 da Armada. Não aderiu ao movimento do Alte Saldanha da Gama, que, como comandante dos guardas marinhas e marinheiros, manteve-se neutro até onde lhe foi possível, visando preservar o futuro da Marinha.

A Escola Militar de Porto Alegre só encerrou suas atividades em setembro de 1893. Seus cadetes foram incorporados às guarnições de Bagé e Rio Grande para o combate à Revolução. Alguns de seus alunos integraram a Esquadra Legal organizada para combater a Revolta na Armada.

De maio a setembro registraram-se eventos guerrilheiros. O mais expressivo foi o combate de Cerro do Ouro em São Gabriel, arrasadora vitória federalista que Osório Santana Figueiredo estuda em **História de São Gabriel** (São Gabriel, 1993). Foi choque entre as facções em luta!

As preocupações da 3ª RM voltaram-se para combater a 2ª invasão do Rio Grande, a revolta na Armada e a reforçar a 5ª RM ao comando do Gen Francisco de Paula Argolo.

Neste sentido a 3ª RM enviou a Santa Catarina força expedicionária, a Divisão do Centro, nucleada pelo 30º BI, raiz histórica das OM da Infantaria de Porto Alegre e São Leopoldo.

Essa força, em 6 de novembro de 1893, combateu em Araranguá o navio Itapemirim, liderado pelo Ten Felipe Perry da revolta na Esquadra. O navio escapou!

A Divisão do Centro do agora Gen Arthur Oscar, em 18 de novembro de 1893, ocupou Tubarão-SC, que fora evacuada por federalistas gaúchos.

## **A 2ª invasão federalista**

Nesta invasão foi que a 3ª RM teve o maior envolvimento, como se verá. Até então a luta estava sendo travada entre forças civis políticas, desde a deposição de Castilhos, em 12 de novembro de 1891.

O Gen João Telles havia deixado o comando-em-chefe das forças federais, estaduais e municipais e o passou ao Mar Izidoro Fernandes, Joca Tavares, à frente de um exército de cerca de 5.000 homens predominantemente de Cavalaria, invadiu mais uma vez o Rio Grande.

O Mar Izidoro distribuiu suas forças em Bagé ao comando do Cel Carlos Telles com o 31º BI, o 4º R Art e uma companhia do 2º BE (atual 1º B Fv) e mais reforços da Brigada Militar e civis. Com o grosso tomou posição em Rio Negro, na estação de Hulha Negra.

E teriam lugar os sangrentos, tristes e lutosos episódios envolvendo as tropas da 3ª RM, os quais a seguir interpretamos.

## **Os sítios do Rio Negro e Bagé**

De 26 de novembro de 1893 a 8 de janeiro de 1894, expressivas tropas da 3ª RM estiveram envolvidas nos sangrentos sítios de Rio Negro e Bagé, onde tropas do Comando-em-chefe das operações no Estado foram atacadas. Sítios que assim sintetizamos:

No dia 28 de novembro de 1893 ocorreu o massacre do Rio Negro, evento trágico, até então sem precedentes na História do Brasil e que teve por cenário o atual município de Hulha Negra-RS. Nele, segundo consenso da História, Tradição e Folclore do Rio Grande,

foram degolados inermes cerca de 300 civis que se renderam sob garantia de vida e que constituíam a Cavalaria do Mar Izidoro Fernandes, o comandante-em-chefe de todas as forças federais, estaduais e municipais em operações no Rio Grande do Sul contra a Revolução Federalista 1893-95, no curso da 2ª invasão, por Aceguá.

Segundo Pedro Calmon em sua História do Brasil,

***“Em Rio Negro capitulou a tropa governista com o Mar. Izidoro a sua oficialidade. Manchou a vitória o sacrifício dos prisioneiros em terrível carnicaria de funestas consequências para Revolução Federalista.”***

Comandava a tropa federalista o Gen Hon João Nunes da Silva Tavares.

Segundo Wenceslau Escobar em **Apontamentos históricos para a Revolução de 93** (P. Alegre: Liv. Globo, 1920), o massacre foi executado pelo uruguaio Adão Latorre, auxiliado por uma companhia de argentinos correntinos mercenários. Dos prisioneiros governistas, pertenciam ao Exército o Mar Izidoro, seu Estado-Maior, o 28º BI (Rio Pardo) e 100 homens do Corpo de Transportes, da Briga Militar, um batalhão, e mais a Cavalaria civil citada, ao mando do Cel Maneco Pedroso, de Piratini, também vítima do massacre com suas tropas que haviam sido mobilizadas como Patriotas em Piratini, Canguçu, Pinheiro Machado e Bagé, para a defesa da República em consolidação. Por haver protestado por tamanha frieza e deslealdade, foi fuzilado sumariamente o alferes do Exército de nome Napoleão e mais um oficial do 28º BI. Suicidou-se um oficial civil de Pinheiro Machado para evitar a degola inerte.

Após esse massacre o Gen João Nunes da Silva Tavares sitiou Bagé por cerca de 46 dias e, dentro dela, o Cel Carlos Telles no comando de tropas do Exército, da Brigada Militar e Patriotas civis. A resistência dos defensores foi épica em torno da igreja matriz. Ali Carlos Telles escreveu uma das mais belas páginas da História Militar da República. O sítio só foi levantado à aproximação da Divisão do Sul, organizada na emergência pelo Ministro da Guerra Gen Francisco de Moura, que deslocara seu QG Avançado para Porto Alegre. Divisão ao comando do Cel João Cezar Sampaio, comandante das guarnições de Pelotas e Rio

grande, nucleada pelo 29º BI de Pelotas e 32º BI (vindo de Vitória-Es, para São Gabriel), mais o 2º RC (Bagé), 5º RC (Jaguarão), e uma Cia do 2º BE (atual 1º BFv) e alguma Artilharia, cuja concentração ocorreu em Pedro Osório atual, e integrada, além do Exército, por forças civis recrutadas em Tapes, Camaquã, Encruzilhada, São Lourenço, Pelotas, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado, com o concurso do Gen Honorário Luiz Alves Pereira, comandante da 4ª Bda civil, em Pelotas. Era uma tropa civil bisonha, sem nenhuma vivência militar, e para cuja mobilização muito ajudou o prestígio do Cel Pedro Osório, sobrinho do Gen Osorio, que viria tornar-se nome, 64 anos mais tarde, do município surgido da estação ferroviária Piratini, onde a Divisão do Sul se concentrou. O Cel Sampaio, sobre a Divisão do Sul, deixou o importante livro **O Cel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar** (P. Alegre: Liv. Globo, 1920), de grande relevância para o historiador buscar a verdade histórica entre os dois depoentes; livros de grande valor histórico somente se lidos em conjunto.

Esse lamentável massacre do Rio Negro foi respondido em 10 de abril de 1894 pelos republicanos em Boi Preto, Palmeira das Missões, ao comando do Cel Firmino de Paula, deixando assim, literalmente, duas manchas negras ou pretas, difíceis de apagar na memória do Rio Grande do Sul.

Sobre estes eventos, Sítios de Rio Negro e Bagé, temos pesquisado e divulgado em CIPEL, **Revolução Federalista** (P. Alegre: Martins Livreiro, 1993), na **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 de novembro de 1993 e em outros jornais e na **RIHGB** nº 387, Jan/Mar 1993, pp. 55-58.

Estamos distribuindo pesquisa alentada a centros de estudos de História nacionais para um aprofundamento que se impõe em razão da insuficiência de dados para se restaurar o que ali se passou, estabelecerem-se as responsabilidades morais e apontarem-se os exemplos heróicos dos dois oficiais do Exército da 3ª RM, que foram supliciados por haverem protestado contra a degola de civis à disposição do comando do Exército e que se renderam sob garantia de vida.

## **Considerações sobre o significado de Rio Negro**

Tarcísio Taborda, na abertura do X Encontro de Micro-história em D. Pedrito, em 1993, ao abordar Rio Negro, permitiu-nos concluir

que, por ocasião da degola,

***“a maior autoridade presente era o Cel Zeca Tavares. Que os demais Marcelino Pina, Davi Martins e o próprio Joca Tavares não mais se encontravam em Rio Negro. Registrou execução sumária de dois oficiais do Exército que protestaram contra a degola da Cavalaria Civil, que havia se rendido sob garantia de vida negociada com os federalistas pelo Cel Donaciano Pantoja, comandante do 28º BI.”***

Esta unidade foi feita prisioneira e foi obrigada a lutar pela causa revolucionária com o nome de Ernesto Paiva, personagem que tombou morta nos tumultos de rua de Porto Alegre quando da derrubada do Governicho. O historiador citado em artigo na **Revista Militar Brasileira** (nº 1, 1970, p. 77) assim classificou o massacre:

“Rio Negro, terrível episódio que dizimou governistas e se tornou símbolo de traição e deslealdade para com o inimigo rendido.”

O escritor federalista Wenceslau Escobar em **Apontamentos para a Revolução Federalista** assim condenou o massacre:

“Perante a civilização e as leis humanas nunca os assassinatos praticados no Rio Negro poderão justificar-se.”

Conclui-se, deste mesmo autor, que brasileiros do Exército da Brigada Militar e da Cavalaria Civil que se renderam sob garantia de vida foram executados em seus países, por mercenários uruguaios e argentinos.

Para Sergio da Costa Franco na citada **A Guerra Civil de 93**:

***“Os inimigos que haviam capitulado com garantia de vida foram chacinados, senão com o consentimento, pelo menos com a complacente omissão do Gen. Joca Tavares”***

sobre quem recai a responsabilidade moral deste hecatombe, pois de acordo com a máxima castrense, “o chefe é responsável pelo que acontecer ou deixar de acontecer em sua guarnição de comando!” E, em que pese ser civil, possuía grande vivência militar. Mas não

apontou um responsável.

Aliás esta é a visão do Cel Sampaio, comandante da Divisão do Sul em **O Cel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar**.

Em Rio negro, segundo o Gen Carlos Eugênio Andrada Guimarães, na obra **Arthur Oscar um soldado do Império e da República** (Rio: BIBLIX, 1965, p. 112)

***“Os federalistas em Rio Negro, fizeram medonha carnificina, matando 300 prisioneiros encurralados numa mangueira como se fossem reses de carnação.***

Eugênio encontrava-se no Rio Grande à época e mais tarde comandaria a 3ª RM duas vezes.

### **Questões não respondidas sobre o massacre do Rio Negro**

Até hoje, ao que sabemos, as fontes históricas disponíveis que vieram a lume não conseguiram dissipar o nevoeiro que encobre ou que dificulta sobremodo a percepção precisa das seguintes questões fundamentais para a reconstituição histórica do massacre, com a precisão necessária, para que sirva às novas dimensões da História Militar, que estuda as guerras e revoluções com vistas a isolar os fatores que as determinaram.

Com o elevado propósito, insistimos, de colocá-los a serviço dos líderes, para que procurem evitar que elas ocorram, o que, no caso, não conseguiram os líderes Dr. Júlio Prates de Castilhos e o Dr. Gaspar Silveira Martins, conforme assinalou Décio Freitas em “O memoricídio da revolução de 93”, em **Zero Hora**, P. Alegre, 24 de abril de 1993 (p. 21), Cadernos ZH Cultura, com o que concordamos e de certa assinalamos em “A Revolução de 93 e a Arte Militar”, em **Fontes para a História da Revolução de 93** (Bagé, URCAMP, p. 36).

Sobre estas questões formulo as seguintes indagações:

- Qual a razão da inexistência de fontes primárias nas quais o Gen Joca Tavares e seus comandantes imediatos em Rio Negro, coronéis Zeca Tavares, Marcelino Pina de Albuquerque, David Martins e segundo A. Pereira Filho, Rafael

Cabeda e mais o Maj Francisco Cabeda teriam exposto suas versões sobre o massacre, face à pressão que as fontes disponíveis fazem relativamente ao evento? Teriam alguns deles ultrapassado o Gen Joca ou mesmo sido ultrapassados por seus subordinados incontroláveis e dado no que deu? - segundo Arthur Ferreira Filho em **História Geral do Rio Grande do Sul** (P. Alegre, Liv. Globo, 1978. 5ª ed. pp. 168-169). Ou seja

- “o trágico sucesso de Rio Negro que deslustrou a Revolução e que foi o único resultado que logrou a 2ª invasão”.

- Qual a razão da inexistência de fontes históricas relatando o destino, privações e circunstância, até recobrem a liberdade, dos prisioneiros do Exército, da Brigada Militar feitos em Rio Negro?

- Qual a razão da inexistência, disponível, de um possível relatório do Mar Izidoro Fernandes sobre o massacre e do seu desaparecimento do cenário da revolução, debaixo de acusações de incapacidade em Arte e Ciência Militar, omissão grave e inércia, e haver sido surpreendido por haver desprezado, por impossível, a surpresa do rio Negro?

- Qual a razão de até hoje não se dispor da relação dos degolados em Rio Negro, que a História, a Tradição e o Folclore avaliam em torno de 300, bem como a dos uruguaios e argentinos (correntinos) que os executaram sob a direção do uruguaio Adão Latorre, conforme é admitido pelo historiador federalista Wenceslau Escobar em seus **Apontamentos...**?

- Qual a razão da ausência de listas, mesmo parciais, dos federalistas envolvidos no massacre, indicando a nacionalidade e a procedência dos mesmos, para confirmar-se, ou não, a presença maciça de uruguaios entre os federalistas conforme mencionam as fontes?

- Qual a razão do massacre haver se estendido a poucos integrantes do Exército e a um pouco mais da Brigada Militar, seja em Rio Negro, seja após o levantamento do sítio de Bagé, conforme o Cel Sampaio op. cit.?

- Qual a razão das autoridades estaduais e municipais haverem silenciado sobre o assunto e não terem relacionado

as vítimas que recrutaram sob o título de Patriotas, protegido suas famílias e levantado até monumento, o que seria normal numa situação destas?

- Qual a razão de o Folclore (a lenda), a Tradição, com mais força que a verdade histórica, terem concentrado na alma popular toda a responsabilidade pelo massacre do Rio Negro ao “negro e depois coronel” Adão Latorre, como pretensa vingança de violência governista contra filho seu e até hoje não comprovada?

- Qual seria em realidade a responsabilidade no massacre do Cel GN Zeca Tavares, acusado em poesia popular como o mandante, e assim haver ultrapassado seu irmão, sogro e padrinho Gen Honorário João Nunes da Silva Tavares, comandante federalista no Rio Negro e septuagenário?

- Qual a razão de até hoje não terem sido apresentados fatos concretos contra os coronéis Maneco Pedroso, Cândido Garcia e Bernardinho da Silva Mota, citados pelo Gen João Telles em telegrama a Floriano, e com base em juízo do Gen Joca Tavares, de que eram em 1892 “os maiores ladrões e bandidos do Rio Grande do Sul”, que tentamos contestar até prova irrefutável, em artigo citado **Canguçu na Revolução Federalista?**

- Quais as circunstâncias em torno do sepultamento dos degolados em Rio Negro?

- Qual a razão das autoridades de então não terem desenvolvido um esforço em defesa memória do Cel Pedroso que se comportou com bravura, valor militar e muita diligência em defesa do governo constituído no Rio Grande do Sul e da consolidação da República, conforme mencionam os relatos disponíveis, mas que o telegrama de Telles a quem muito bem serviu após, coloca sua vida e obra, ao que parece, em injusta suspeição que até hoje estigmatiza seus familiares?

Enfim, o número de degolados em Rio Negro girou em torno de 300 ou de dezenas? Eis um desafio para os historiadores isentos para que a posteridade conheça a verdade histórica para não correr o risco de repeti-la!

A respeito da responsabilidade por este massacre, em **O Cel Sampaio e os apontamentos...** O Mar Sampaio escreveu em 1920, focalizando o Gen Joca Tavares.

***“Logo, tratando-se de um exército reunido sob as vistas do general em chefe revolucionário, não há como afastar deste a inteira responsabilidade da tristemente célebre ocorrência.***

***Entretanto, quem – conhecendo esse velho simples e de bom coração, um verdadeiro bravo, que prestou importantes serviços na guerra contra a Paraguai – será capaz de admitir que ele ordenasse esses covardes assassinos?***

***Não há dúvida que o general foi fraco, não impedindo que perversos auxiliares seus praticassem tão infames atrocidades e, portanto, acarretou com a responsabilidade delas. Isto, porém, não autoriza que se considere fera humana – como fez o Dr. Wenceslau, com referência aos drs. Castilhos, Victorino e Abbot, sempre que, no seu livro, teve de mencionar violências praticadas no período de governo de cada um deles.***

***É bem certo o rifão: Quem tem telhado de vidro.”***

### **Documentos sobre o sítio de Bagé**

A respeito de resistência e levantamento do sítio federalista de Bagé, em 8 de janeiro de 1894, eis alguns documentos que dão a medida do que lá ocorreu na voz de seus protagonistas, e preservados. Em VILALBA Rev. Fed. RGS e OD 105, de 14 de janeiro de 1894 da 3ª RM.

**Documento 1:** Resposta do Cel Carlos Telles ao Gen Joca Tavares e a seu irmão Zeca Tavares, uma espécie de ultimato intermediado por agentes consulares em Bagé e anotado pelo promotor público local, Dr. Antenor Soares:

***“Peço que de minha parte transmita ao Gen. Tavares o seguinte: O nome, as glórias que sua Exa. alcançou, foram no seio do Exército Brasileiro. Portanto***

***que ele não deve ignorar que o Soldado Brasileiro não capitula, ainda que se encontre fraco em seu posto. Eu nunca capitularei, achando-me forte e defendendo o governo legalmente constituído e as instituições de minha Pátria. Ele General Tavares é quem deve depor as armas; por que é um revoltoso. Se assim proceder pode contar com as garantias. Mas os oficiais e soldados desertores do Exército, que estão entre os revoltosos serão castigados, uns com demissão e outros com a baixa do serviço...” (Publicado por OLIVEIRA. Vultos e fatos de nossa História. P. Alegre: Martins Livreiro, 1985, p.85).***

A notícia da degola ocorrida em Rio Negro havia se espalhado entre a guarnição de Bagé, que redobrou o ânimo defensivo para evitar outro desastre como o ocorrido em Rio Negro, seguido da degola de toda a Cavalaria Patriota civil, o que agravou sobremodo a situação da Cavalaria da 3ª RM, já grave, conforme o Cel Carlos Telles observará, e que o obrigou a resistir em posição fortificada.

Estes versos de poesia composta por um defensor de Bagé, durante o sítio, dá uma ideia do temor que ali passou a dominar.

*I “No sítio do Rio Negro  
Quantos heróis degolaram  
Esse grupo de salteadores  
Que lá no Prata se armaram*

*II Esse grupo de salteadores  
Que lá no Prata se armaram  
Assassinaram sem piedade  
Os heróis que se renderam*

*III Eu não vi, mas me contaram  
Os próprios que lá se achavam  
Que na beira de uma sanga  
Muitos heróis degolaram*

*IV E o bravo coronel Pedroso  
Que a frente nunca curvou*

*Quando viu as armas render  
A nobre face corou*

V *E o Zeca Tavares  
Foi que mandou matar  
Esse bandido covarde  
com a mesma há de pagar.”*

Fonte: **Fontes História Rev. 93** (Bagé, URCAMP, 1991-92).

**Documento 2:** Resposta aos federalistas, do Cel Carlos Telles, a apelo para que aderisse a causa revolucionária e entregasse Bagé.

***“Comando da guarnição e fronteira de Bagé. – O Cel Carlos Telles, respondendo ao apelo que de Pirahy foi dirigido aos oficiais desta guarnição e assinado por onze indivíduos, declara, por si só e por seus oficiais, que não toma conhecimento do mesmo apelo, por que não quer, nem deve corresponder-se com desertores do Exército. Bagé, 23 de novembro de 1893. Carlos Telles, Cel”.***

**Documento 3:** Ordem do Dia de 9 de janeiro de 1894 do comando da Guarnição de Fronteira de Bagé.

*“Após 46 longos dias de sítio, é com a maior satisfação que este comando rememorando o que então se passara, torna público o seguinte: As forças desta guarnição composta do 31º BI, do 4º R Art. e da 1ª Cia 2 BE, 5º Corp. Prov.; Bat. Republicano, pessoal da Guarda Militar e de Patriotas, privadas de Comunicações com as demais guarnições deste Estado convergiram para a praça fortificada, repelindo sempre o inimigo que por diversas vezes e em dias diferentes tentara tomar de assalto esse centro de resistência. Desde a madrugada de 27 de novembro, porém, esta valorosa resistência foi secundada pelo Corpo de Transporte e 2º Batalhão da Reserva da Brigada Militar, procedentes do Quebracho donde se retiraram do sítio (do Rio Negro) com que o inimigo tentou isolá-los e com os quais as forças*

acima mencionadas perfizeram um total de 900 homens. A concentração desta força na praça fortificada, **exigida pela falta absoluta de Cavalaria, um dos mais importantes e imprescindíveis recursos nas guerras sul-americanas** (o grifo é do autor), bem como pela sua inferioridade numérica em relação à do inimigo, composta de uns 3.000 homens, alentados ainda pela recente vitória do Rio Negro, talvez lhes fizesse crer no prenúncio de uma nova vitória. Assim, ilusoriamente reanimados, redobram a intensidade dos seus fogos de fuzilaria, os quais partindo dos fundos dos quintais, das esquinas e telhados das casas, principalmente situadas ao N e W da cidade, onde em maior número se alojaram, varriam a praça em todos os sentidos. É com orgulho que este comando vos assegura que nesses momentos, os mais críticos, sempre julgou esta praça inexpugnável vendo que cada um de vós era inseparável de seu posto de honra, procurando à porfia melhor cumprir os seus deveres, tornando-se todos dignos dos maiores encômios e da gratidão Nacional, mesmo porque na noite de 8 do corrente (8 de janeiro de 1894), o inimigo abatido por tão heróica resistência e já desprovido de munições e desarmados pelos grandes claros que fizestes em suas fileiras, fugiu precipitadamente, deixando muitas armas e após uma cidade em ruínas, saqueadas e incendiada. As instituições nascentes e a integridade de nossa Pátria não perigarão jamais enquanto tiverem defensores valorosos e abnegados até o sacrifício, com vós. Diante da uniformidade de um semelhante proceder, este comando julga-se dispensado de mencionar o nome dos que se distinguiram. Por isso louva a todos os oficiais desta guarnição pela firmeza e lealdade com que se portaram durante o penoso sítio a que esteve sujeita, e determina que os Senhores comandantes de corpos façam em suas ordens regimentais as distinções que julgarem de justiça. Contrabalançando as alegrias provenientes da grande vitória alcançada pelas armas gloriosas da República, este comando lamenta aqueles que tombaram no campo da luta; aos feridos, os que apenas verteram o seu sangue em pról

*das novas instituições, - os nossos respeitos e admiração; aqueles que sucumbiram para sempre, as nossas saudades e a gratidão da Pátria. Ass. Carlos Telles, Cel.”*

**Documento 4:** Telegrama do Cel Carlos Telles de 11 de janeiro de 1894 ao Ministro da Guerra Gen Moura (OD 105 de 14 de janeiro de 1894 da 3ª RM com QG em Porto Alegre).

***“Ilustre Cidadão Ministro da Guerra-Bagé, 11 de janeiro de 1894. – Sitiada esta cidade por forças inimigas desde vinte e quatro de Novembro, sendo o sítio apertadíssimo, a partir de 22 do próximo passado, e depois de tiroteios e tentativas de assaltos a esta praça durante 18 dias e 19 noites, nas quais o inimigo gastou todas as suas munições, tivemos, no dia 8 do corrente, o desprazer de vê-los fugir em debandada e mal montados, sem terem tentado o ataque decisivo, pelo qual tanto ansiávamos.***

***Esta guarnição teve de prejuízo 4 oficiais mortos, sendo o alferes do 5º Regimento de Cavalaria Bento Antônio de Souza, meu secretário e alferes do 31º Batalhão de Infantaria Vicente de Azevedo, um dos meus ajudantes de ordens e 2 Capitães das forças patrióticas de D. Pedrito, e feridos o 1º Tenente Alfredo Pires, levemente, um major e 2 Capitães de forças patrióticas, tivemos mais 30 praças mortos e oitenta e seis feridos.***

***Pelo número de sepulturas, que existem nos quintais e arrabaldes da cidade, de carretas e carroças, que daqui saíram conduzindo feridos em direção ao Estado oriental, e por informações de pessoas insuspeitas, calcula-se o prejuízo do inimigo mais de quatrocentos homens, entre mortos e feridos, além de 500 deserções havidas depois do desbragado saque, de horrorosos assassinatos, de depredações de toda a espécie, inclusive pavorosos incêndios ateados pelas mãos criminosas dos bandidos do Exército Libertador! No dia 8 e já à última hora, quando o inimigo atacava pela derradeira***

**vez, fui levemente ferido no ombro direito. A coluna do Cel. Sampaio aqui chegou ontem à tarde.**

Saudações.  
Carlos Telles.”

**Documento 5:** Telegrama do Cel João Cezar Sampaio, comandante da Divisão do Sul, que libertou Bagé em 8 de janeiro, enviado no dia 11 de janeiro ao Gen Bacellar, comandante da 3ª RM com seu QG Avançado em Rio Grande (OD 105 de 14 de janeiro de 1894 da 3ª RM).

**“Ontem às 4 ½ tarde a Divisão acampou no Quebranchinho, tendo notícias inimigos levantaram sítio Bagé atropeladamente ao saberem nossa aproximação, indo sem munição, mal montados.**

**Por ter de entregar gêneros a Carlos Telles, só amanhã poderei continuar marcha sobre inimigo. Inimigo sustentou fogo contra cidade durante 18 dias consecutivos, sendo heroicamente repelidos pela briosa guarnição apenas circunscrita à praça da Matriz, pois o inimigo procurando muros e casas, intrincheirou-se nestas a quadras de distância. Tivemos fora de combate 36 mortos, inclusive 4 oficiais e 90 feridos. O prejuízo do inimigo é superior a 400 homens, tendo havido muitas deserções depois que tiveram certeza da nossa marcha. Cidade muito danificada, tendo o inimigo saqueado e atrozmente incendiado muitas casas, degolado homens indefesos e até queimado vivos dois soldados. Peço transmitir este ao Ministro Guerra – Viva a República! (assinado) cel. Sampaio (Comandante da Divisão do Sul).”**

**Documento 6:** Ordem do Dia do comandante da 1ª Bda da Divisão do Sul em operações no Sul do Rio Grande do Sul, emitida em 13 de janeiro de 1894, sob o nº 15, no Acampamento de Boa Vista, sobre os sítios do Rio Negro e de Bagé e comportamentos dos federalistas nos mesmos. Era o comandante titular do 32º BI, que viera de Vitória-ES, para São Gabriel.

**“Camaradas da 1ª Brigada: O quadro desolador visto por nós em Bagé, traduz e é um vivo atestado das cenas de vandalismo praticadas por estrangeiros que o pouco escrúpulo de desorientados brasileiros trouxeram a nossa Pátria para, reunidos em número muito superior aos nossos companheiros, tentarem tomar a praça, batendo sua heróica guarnição. Narrar-vos os fatos em suas particularidades seria descrever as cenas descritas por Põe, ou o inferno de Dante em que por longos dias estiveram, não só nossos camaradas, como as famílias residentes nessa cidade. Não foram poupados os velhos octogenários, quando choravam a perda de seus filhos e parentes por eles degolados no Rio Negro. Não se condoeram das pobres esposas que viram seus maridos levados à sanga para depois do massacre terem a garganta atravessada pela faca. Foram surdos aos gritos das pobres crianças que com estertor, no auge da maior angústia, pediam que poupassem a vida de seus inocentes pais. Cenas dolorosas para esses a quem fizeram órfãos e viúvas. Canibais! Como se tudo isto não bastasse para saciar esses descendentes de Nero, obrigaram as criancinhas a morrerem de inanição, proibindo a venda de leite. Deitaram fogo a diversas casas, saquearam a todas, exigindo de muitos moradores quantias avultadas. Os insultos, os doestos, as palavras obscenas, as injúrias assacadas aos nossos camaradas, as faziam sem respeito a moral com grande gáudio para seus diretores. Pois bem, enquanto tudo isto sucedia a briosa guarnição militar de Bagé, dando vivas a República, defendia a praça com valor estóico, suportando com toda a resignação os vexames da fome e quicá, muitas vezes, da sede. Emagrecidos, macilentos os nossos camaradas não fraquejaram um só momento. Que nos sirva de exemplo essa abnegação, esse heroísmo, e todos da 1ª Bda. de quem espavorido foge o inimigo, marchemos ao seu encalço para dar-lhes a devida punição. Viva a guarnição de Bagé! Viva a 1ª Bda. da Divisão do Sul! Viva a República! Ass: Francisco Felix de Araújo – Ten. Cel.”**

O Ten Cel Francisco Felix de Araújo nasceu em 1845. Praça de 1865. Praça de 1865. Havia sido promovido a este posto por bravura e merecimento. Fez o Curso de Infantaria. Possuía a Medalha da Campanha do Paraguai pelo Brasil, Uruguai e Argentina por 5 anos de Campanha e Medalha do Mérito.

**Documento 7:** Telegrama do Ministro da Guerra de 14 de janeiro ao Cel Carlos Telles, cumprimentando pela vitória sobre o sítio federalista:

***“Cel. Carlos Telles, Viva a República. Vós e heroica, guarnição de bagér fizeram jús a nossa admiração e reconhecimento. Com tão valentes e abnegados soldados e patriotas e República não pode ser vencida. Ao Mar. Floriano transmiti telegrama que me enviastes. Abraço-vos e a todos os valentes camaradas da guarnição de Bagé.”***

**Documento 8:** Telegrama do Ministro da Guerra, Gen. Moura ao comandante da 3ª RM, Gen Bacellar, ordenado publicar em Ordem do Dia a documentação sobre a libertação de Bagé (OD 105 da 3ª RM de 14 de janeiro de 1894).

***“Ministério dos Negócios da Guerra – Porto Alegre, 14 de janeiro de 1894. – Sr. Comandante do 6º Distrito Militar. Viva a República! A cidade de Bagé, sitiada, desde vinte quatro de Novembro, por numerosas forças inimigas, ao mando de Tavares, resistiu com o maior heroísmo até retirar-se precipitadamente o inimigo. Pelos telegramas inclusos, que farei publicar em Ordem do Dia, vê-se quão brilhante foi a defesa. O impertérito Cel. Carlos Maria da Silva Telles, já muito conhecido pela sua bravura e patriotismo e a brava guarnição de Bagé, composta do 4º Regimento de Artilharia, Corpo de Transporte, 31º Batalhão de Infantaria e alguma força civil, durante esses quarenta e cinco dias de sítio apertado, sofrendo toda sorte de privações, resistindo com o maior denodo***

***e abnegação aos ataques sucessivos de forças muito superiores em número, fizeram jús à nossa admiração e ao reconhecimento da Pátria. – Saúde e Fraternidade (Assinado) Francisco Antonio de Moura.”***

**Documento 9:** Comentário do Cel Thomaz Tompson Flores, comandante da guarnição de Porto Alegre e respondendo pelo expediente da 3ª RM, em seu QG Recuado, em Porto Alegre, e signatário da OD 105.

***“De par com congratulatório que daqui envio ao heróico chefe da defesa de Bagé, que tanto mereceu da Pátria e da República, levanto um urra de sincero entusiasmo em homenagem ao punhado de bravos que sob seu ilustre comando mostraram ao mundo que o soldado brasileiro, sempre, em qualquer situação, não tem quem o exceda, em honra, abnegação, constância e valor.***

***Viva a R epública.***

***Thomas Tompson Flores – cel.”***

**Documento 10:** Telegrama do comandante da 3ª RM de seu QG Avançado na cidade de Rio Grande.

### **O ataque do Almirante Custódio de Mello ao Rio Grande**

De 6-11 de abril de 1894 o comandante da 3ª RM, Gen Antonio Joaquim Bacellar, com seu QG Avançado em Rio Grande e dispondo de fraca tropa, foi ali atacado pelo Alte Custódio de Mello, dispondo de 900 civis federalistas transportados pelos navios República, Uranus, Meteoro, Iris e Esperança.

Em longo documento, após as primeiras reações da 3ª RM, em 7 de abril de 1894, Custódio de Mello, intitulando-se “Comandante em chefe das forças libertadoras”, intimou o comandante da 3ª RM. Ver VILALBA, **Rev. Fed. RGS.** (Doc. 66).

***“A abandonares a cidade em 24 horas, içando a bandeira branca no ponto mais elevado da cidade, em sinal de adesão à revolução...”***

***Se por desgraça desejarem derramar sangue de nossos irmãos no ataque simultâneo a que submeterei Rio Grande, praticai um ato de humanidade retirando daí, no tempo concedido, as famílias e pessoas inermes e doentes.”***

O comandante da 3ª RM assim responde-lhe laconicamente e com determinação:

***“É ocioso declarar que não cederei à pretensiosa intimação.***

***Rio Grande 8 Abr. 94.***

***Antonio Joaquim Bacellar, Gen. Div.”***

E assim interpretamos o combate pela posse do Rio Grande entre a 3ª RM e os revoltosos na Esquadra e federalistas com apoio principalmente na Parte Oficial do comandante da 3ª RM, Gen Bacellar, ao Ministro da Guerra, de 26 de abril de 1894. Ver VILALBA, **Rev. Fed. RGS.** (Doc. 66).

***“Que foi surpreendido pelo ataque. Que no fim da manhã de 6 abr 94 o 6º B Art Posição, na barra, duelou bravamente com 5 navios atacantes dispondo de 4 canhões Krupp e 2 Withiwort 32, tendo feito estragos no Meteoro.***

***Enquanto isto se passava, tratou de convocar reforços urgentes. Pois, 100 homens de sua guarnição estavam em Camaquã e 180 perseguido o bandido Carlos Chagas em Santa Izabel e Taim.***

***Chamou o 20º BI (vindo de Goiás) e o 32º BI (vindo de Vitória-ES) que há algum tempo se encontravam em reforço a 3ª RM. Eles estavam guarnecendo a ferrovia Rio Grande-Bagé, sendo que o 32º BI em Cerro Chato.***

***Estava guarnecendo Rio Grande parte do 35º BI (vindo de Teresina há algum tempo). Este estava desfalcado. Coube-lhe destacado papel após os revoltosos vencerem as baterias e a linha de torpedos que não detonaram por deteriorados... A tentativa de desembarque no tempo-***

***rariamente trapicha de Companhia Francesa foi impedido pela “inexedível bravura, calma e tino” do 2º Sgt. Avelino Alves Setubal a frente de 8 homens do 35º Bl.”***

O comandante da 3ª RM organizou a defesa da cidade colocando no comando do litoral o Ten Cel Francisco Felix de Araújo, comandante do 32º Bl, e da resistência no Parque o Maj José Carlos Pinto Jr., que foi reforçado ao norte pelo 32º Bl. As forças revolucionárias só atacaram no dia seguinte. Foi obstruído, ao norte, o canal de acesso ao Rio Grande com o afundamento de um pontão. Pela manhã os revolucionários atacaram e cortaram a linha telegráfica e a ferrovia, isolando Rio Grande e dificultando a chegada de reforços.

Dentro da barra, as canhoneiras Cananéia e Camocim, ao comando do Cap Ten Fiúza Junior, e a bateria da Macega enfrentaram corajosamente Custódio de Mello, que não conseguiu atingir Rio Grande, por obstrução do canal. Então rumou para São José do Norte com seus navios e a conquistou.

Face ao duelo desigual e, ferido, o Cap Ten Fiuza retirou-se para o fundo do porto com a Camocim e a Cananéia. Esta foi afundada para não cair em poder de revolta e, mais tarde, recuperada.

A praça de Rio Grande junto ao Porto Velho foi fortificada, e o comandante da 3ª RM, Gen Bacellar, distribui este boletim à população riograndina:

***“Na condição de chefe militar desta praça, cabe-me o supremo dever de prevenir à hospitaleira população desta cidade, que não obstante o selvagem, bárbaro e criminoso procedimento de piratas que se acham embarcados na República e frigoríficos e que hoje, malvadamente, começaram a bombardear Rio Grande ainda estão em posição hostil. Ameaçaram atacar Rio Grande, por terra. Pode a população ficar tranquila e confiante, pois todas as medidas estão sendo tomadas para a defesa da cidade e manutenção da ordem pública. Pode o povo do Rio Grande ficar tranquilo porque a guarnição que aqui se acha saberá cumprir o seu dever.***

***Rio Grande 7 Abr. 1894 – Ass. Gen Bacellar.”***

O Gen Bacellar declarou que recebeu todo o apoio das autoridades civis, guarda municipal e riograndinos.

Ela já havia ordenado ao Ten Cel Carlos Telles, em Bagé, que cerrasse sobre Rio Grande, bem como à guarnição de Pelotas, no que foi prontamente atendido.

Assim, às 9 1/2 da manhã de 7 de abril, as trincheiras do Parque foram reforçadas por Pelotas: 29º BI (de Pelotas), Contingente do 28º BI (Rio Pardo), 2º BE (atual 1º BFv de Lages) e 3º Batalhão GN de Pelotas.

No início da tarde, os revoltosos atacaram o Parque. Foram repelidos, destacando-se aí por seu valor o comandante da posição, Maj José Carlos Pinto Jr., futuro e destacado comandante da Brigada Militar do RS.

Foi no final de 7 que o comandante da 3ª RM, Gen Bacellar, recebeu a intimação, que classificou pretenciosa, de Custódio de Mello. Tornou-a pública por interessar às famílias, enfermos e doentes. Intimação vinda pelo navio alemão São Pedro.

O dia 8 foi de tiroteios entre Artilharia e os navios revoltosos estacionados em São José do Norte.

No dia 9 de abril, findo o prazo concedido pelos revolucionários na intimação ao Gen Bacellar, Custódio de Mello, da ponta da Macega, bombardeou o Parque durante 4 horas, atirando alguns projéteis sobre o QG da 3ª RM na praça. Ao mesmo tempo que a posição do Parque era bombardeada pelos navios, era atacada a tiros por terra. Custódio recolheu-se a São José do Norte, de onde seus navios atiraram à noite contra Rio Grande.

No dia 10 de abril a guarnição de Bagé, ao comando do Cel Carlos Telles, nucleada pelo 31º BI (São José D'el Rey), 4º R Art (Bagé), combateu e desfez os ataques de terra na Quinta, no capão do Landí. Eles retraíram-se para a barra na maior confusão, deixando para trás “um canhão Krupp 8 e muitos extraviados pelos matos, banhados e praias fronteiras à ilha do Marinheiro”, segundo Carlos Telles, que afirmou ser o Gen. Salgado contra o desembarque ordenado por Custódio de Mello.

No dia 11 de abril Custódio de Mello deixou a barra rumo a SO, tendo dispensado o rebocador Lima Duarte, que apresaram e abandonaram no mar alto “cruelmente” a lancha 13 de Maio.

Dia 11 de abril a guarnição de Bagé, tendo à frente o Cel Carlos Telles, fez sua entrada triunfal em Rio Grande.

Dia 12 de abril foi reestabelecido o telégrafo.

Foi a derradeira cartada da Revoltada na Armada. Custódio entregou seus navios à Argentina.

Criei-me ouvindo meu pai, com 5 anos e meio na época desse evento, contando suas impressões sobre estes fatos a que assisti e ouviu como morador de barra, acompanhando seu pai exercendo comissão na construção das obras da barra do Rio Grande.

O curioso foi que no bombardeio do QG da 3ª RM o primeiro tiro atingiu uma esfera armilar no alto da entrada do majestoso QG da 3ª RM, ao lado da Prefeitura atual, então ainda não inaugurado.

De 8-13 de julho de 1893, pouco menos de um ano antes, o Alte. Eduardo Wandenkolk entrara na Barra do Rio Grande como revolucionário a bordo do Júpiter. O Cel José Cezar Sampaio comandava a guarnição do Rio Grande, composta inicialmente de 240 homens dos quais 140 do 29º BI e 100 da 3ª BA Pos. Só foi reforçado na manhã de 9 por um BI da Brigada Militar com 280 homens e, mais tarde, pelo 35º BI e 1º Batalhão Reserva do Estado atingindo, em 11 de julho, um efetivo de 1.000.

Após algumas escaramuças, e não encontrando o Alte. Wandenkolk os apoios terrestres, rumou para o norte a 13 de julho incurção malograda que o Cel João César Sampaio, defensor da praça, registrou em sua Obra **O Cel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar**. (P. Alegre, Liv. Globo, 1920, pp. 102-113).

## O Massacre do Boi Preto

Enquanto isso se passava em Rio Grande, com atos heróicos e cavalheirescos de ambos os contendores, em 10 de abril de 1893, no Capão do Boi Preto, próximo a Palmeira das Missões, o republicano Cel GN Firmino de Paula surpreendeu o federalista Ubaldino Machado.

Segundo Sérgio da Costa Franco, chacinou por fuzilamento cerca de 300 federalistas, “em grupos sucessivos e deixados nos campos ao longo da estrada da Palmeirinha”, segundo Mozart Pereira de Souza.

Este massacre, ao que se sabe, não contou com o testemunho

de força do Exército, como ocorreu em Rio Negro. Tanto no Rio Negro como em Boi Preto, não se tem conhecimento de que os líderes que dele tomaram conhecimento, Silveira Martins e Julio de Castilhos, tenham protestado. Por isso ambos mereceram de Décio Freitas um artigo - Delinquentes ilustres, em **Zero Hora**. Porto Alegre, 22 de agosto de 1993.

Em 23 de abril de 1894, o Gen Francisco Moura, Ministro da Guerra e diretor das operações contra a Revolução Federalista presidiu um desfile militar no atual Parque de Redenção, defronte à Escola Militar, fechada desde setembro de 93.

Desfilou a Divisão da Capital formada pelo 1º RA, 6º RC e 11º RC, 13º BI e 1º e 7º BI da Guarda Nacional, tendo à frente seu comandante, o Cel Inf Thomaz Tompson Flores. Participaram do desfile sob seu comando os piquetes do Presidente do Estado, do comandante da 3ª RM, a Companhia de Operários Militares do Arsenal da 3ª RM e a Guarda Municipal de Porto Alegre (OD 13, de 3 de abril de 1894 da 3ª RM).

Pelo OD 137 de 4 de março de 1894 da 3ª RM, o Cel Arthur Oscar, que até então comandara a Divisão do Centro que operara inclusive no litoral de Santa Catarina até Tubarão, passou a comandar a Divisão da Capital.

Foi promovido a Gen em 28 de julho de 1893.

O Cel Thomaz Thompson Flores passou a comandar a Divisão de Proteção da Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana, bem como o telégrafo ao longo da mesma.

A guarnição de Pelotas fica a cargo do Cel Henrique Guate-mozim e a de Rio Grande – Chuí, ao comando do Gen Jorge Diniz Santiago.

O Cel João César Sampaio continua no comando da Divisão do Sul, e o Cel Carlos Telles no comando da guarnição e fronteira de Bagé.

A Divisão do Centro, reduzida à brigada do Gen Honorário Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, passa a ser comandada por este, menos o 25º BI, que retornou a Porto Alegre.

Foi no comando do Gen Bacellar que o Exército foi expressivamente envolvido pela Revolução de 93 e Revolta na Armada.

Ele deixou o comando em 23 de setembro de 1894, falecendo 5 anos mais tarde em Porto Alegre, deixando seu nome indelevelmen-

te ligado à cidade de Rio Grande.

O QG Avançado da 3ª RM, que se estabelecera em Rio Grande com o Gen Bacellar em dezembro de 1893, uniu-se ali ao Recuado. Assim, a sede da 3ª RM passou a ser cidade do Rio Grande a partir de 23 de setembro de 1894.

### **O combate das Traíras**

A 3ª RM foi comandada de 23 setembro de 1894 a 8 de janeiro de 1895, por três meses e meio, pelo Gen Bda Jorge Diniz de Santiago, até então comandante da guarnição do Rio Grande.

Foi um período de pouco envolvimento do Exército. De interesse militar foi o combate das Traíras, onde o Cel Zeca Tavares (apontado como responsável pelo massacre do Rio Negro) atacou um Batalhão da Brigada Militar que, utilizando a formação em quadrado, resistiu heroicamente, até ser socorrido pelo comandante da Brigada Militar, o Ten Cel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, sobrinho do Cel Carlos Telles e ligado à prisão do Cel Facundo da qual resultou a tragédia que já descrevemos.

### **A morte de Gumersindo Saraiva em Carovi**

Em 10 de agosto de 1894, em Carovi, Santiago, Gumersindo Saraiva foi mortalmente ferido por força da Brigada Militar. Foi sepultado em Santo Antonio.

Poucos dias depois foi desenterrado por ordem do chefe civil Cel Firmino de Paula e colocado à margem da estrada para escárnio e execração por seus comandados. Após, sua cabeça foi cortada para ser mostrada a Júlio de Castilhos, que repudiou o gesto. O corte da cabeça não foi feito por Firmino de Paula, segundo Arthur Ferreira Filho.

Em que pesem divergências políticas, Gumersindo Saraiva hoje goza de admiração profissional do Exército, em cuja História é assim consagrado, após pesquisa realizada na ECEME sobre Chefia e Liderança e que sintetizamos na DN (nº 760, Abr/Jun 93, p. 189) em artigo “Rev. Fed. de 93 - Lições de Arte e Ética Militar”.

***“Revelou coragem física e moral, energia, espírito de renúncia e de sacrifício, audácia e afetividade***

***aos seus homens que considerava ‘o seu cardume’. Audaz e intrépido guerrilheiro que na sua grandeza d’alma tinha o mais elevado conceito de cavalheirismo. Era este o seu segredo e onde residia a sua força que eletrizava multidões, e fascinando o seu bravo adversário...”***

A atitude do Cel Firmino de Paula de fazer desfilar sua tropa diante de um cadáver, insultando-o, foi bem diversa da do Gen. Antonio Netto, em Triunfo. Ele fez desfilar sua tropa em reverência e tributo à valentia do Cel Imperial Gabriel Ribeiro, que numa batalha desigual preferiu “morrer lutando de espada em punho, do que entregá-la a rebeldes.” No Seival, ele prendeu o valoroso jovem Joca Tavares sem fazer-lhe nenhum mal. E foi este mesmo personagem Joca Tavares, general em Rio Negro, responsável moral pela execução do Alferes Napoleão e mais outro do 28º BI, por haverem protestado contra a degola da cavalaria civil, que se rendeu sob garantia de vida. A Revolução de 93 sepultara as tradições de Firmeza e Doçura dos farrapos.

Ao contrário da rendição sob garantia de vida, desrespeitada em Rio Negro, na Lapa, segundo o Cel J. B. Magalhães, Gumersindo assegurou generosa capitulação, só maculada por Cesário Saraiva, federalista sanguinário conforme os próprios registros federalistas, o qual degolou o Maj Menandro Barreto. Em Tijucas foi generosa a capitulação do republicanos.

O Mar Floriano Peixoto passara a Presidência a Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894. Faleceu pouco mais de meio ano após, em Floriano atual, na Divisa Resende – Barra Mansa.

Em 12 de novembro de 1894 foi inaugurada a estátua equestre do general Osório e depositada sob ela seus restos mortais, exumados dali em 1993 e depositados em novo mausoléu construído no Parque Histórico Manoel Luiz Osorio, em Tramandaí, cuja inauguração focalizamos na obra:

BENTO, Cláudio Moreira, Maj. **A grande festa dos lanceiros.** Recife: UFPE, 1971.

Para marcar aquela cerimônia, o presidente Floriano Peixoto concedeu honras do posto imediato a todos os veteranos da Guerra do Paraguai até o posto de coronel, inclusive.

Na área da 3ª RM, segundo sua OD 16 de 14 de novembro de 1894, foram contemplados com as honras de Gen Bda entre outros: Manoel do Nascimento Vargas (pai de Getúlio Vargas), Salvador Píneiro Machado e Francisco Rodrigues Portugal.

Ao deixar o Ministério do Exército, pelo qual respondeu no Rio o Gen Eneas Galvão, o Gen Francisco Moura por término do mandato do presidente Floriano Peixoto, em OD da 3ª RM, 17 de 15 de novembro de 1894, fez seus agradecimentos e despedidas:

***“Ao Exército, a heróica Brigada Militar, as valorosas e abnegadas legiões de milícias civil, Guardas Nacionais e Corpos Provisórios que confraternizados, unidos pelos laços sagrados do patriotismo, animados de ardente entusiasmo pela causa santa que defendemos, sofrendo não só resignados, mas contentes os rigores das estações, os incômodos de longas e penosas marchas muitas vezes, a pé, por ásperos caminhos neste Estados e no de Santa Catarina e Paraná e lutando com todas as privações, superando todas as dificuldades, combatendo e vencendo o inimigo das instituições, com heróica bravura, elevaram tão alto a gloriosa bandeira da República.”***

### **Destaques no combate a Revolução federalista**

O Ministro da Guerra e Diretor das Operações Militares contra a Revolução Federalista citou nominalmente, e nesta ordem, os seguintes oficiais do Exército e de forças civis:

1 - Mar Izidoro de Oliveira Fernandes (Exército). Foi comandante da guarnição de Santana e, após, comandante em chefe de operações contra a Revolução.

2 - Gen Div Joaquim Antônio Bacellar (Exército). Comandou a 3ª RM na fase mais crítica da Revolução.

3 - Gen Div João Baptista da Silva Telles (Exército). Foi comandante-em-chefe das forças em operações no Estado contra a Revolução até setembro de 1893.

4 - Gen Honorário Francisco Rodrigues Lima. Comandante da Divisão

do Norte (civil), organizada em São Borja.

5 - Gen Honorário José Gomes Pinheiro Machado (civil). comandante de brigada da Divisão do Norte, mobilizada nas Missões.

6 - Gen Bda Arthur Oscar Andrade Guimarães (Exército). Comandante do 30º BI, da Divisão do Centro e da Divisão da Capital.

7 - Gen Bda Honorário Hipolito Pinto Ribeiro (civil). comandante da Divisão do Oeste, organizada em Uruguiana, e comandou a guarnição de Uruguiana.

8 - Gen Bda Honorário Antônio Adolfo Fontoura Menna Barreto (Exército). Comandou brigada da Divisão do Centro e esta Divisão. Foi Ministro da Guerra em 1912, no governo do Marechal Hermes da Fonseca.

9 - Gen Honorário Salvador Pinheiro Machado (civil). Comandou brigada da Divisão do Norte.

10 - Gen Honorário Manoel do Nascimento Vargas (civil). Comandou força da Divisão do Norte e, interinamente, a guarnição de São Borja. (Pai de Getúlio Vargas).

11 - Gen Honorário Firmino de Paula (civil). Comandou forças estaduais na região de Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Palmeira, etc.

12 - Gen Honorário Elias Amaro (civil). Comandou forças provisórias na Divisão do Sul e em Jaguarão e D. Pedrito.

13 - Gen Honorário Francisco Rodrigues Portugal (civil). Comandou uma brigada da Divisão do Centro. Foi derrotado em Cerro do Ouro, em 20 de agosto de 1893.

14 - Cel Thomaz Tompson Flores (Exército). Comandou o 13º BI, em Porto Alegre, e a Bda; depois a Divisão da Capital e a Divisão da Ferrovia Porto Alegre – Uruguiana.

15 - Cel João César Sampaio (Exército). Comandou o 29º BI, as guarnições do Rio Grande e Pelotas e a Divisão do Sul, que libertou Bagé.

16 - Cel Carlos Telles (Exército). Comandante do 31º BI, da guarnição e Fronteira de Bagé.

17 - Aguiar Correia (Não se conseguiram maiores dados).

18 - Ten Cel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz (Exército). Comandou o 2º Batalhão de Engenharia e a Brigada Militar do Estado. Attingiu o generalato. Engenheiro Militar.

19 - Ten Cel Antônio Tupi Ferreira Caldas. Comandante 30º BI. Participou da Batalha de Inhanduí e Divisão do Centro. (Morreu em ação em Canudos).

20 - Maj José Carlos Pinto (Exército). Herói da resistência em Rio Grande contra o Alte. Custódio de Mello.

21 - Cap Inf Antonio Carlos Chachá Pereira (Exército). Comandava a Guarda Cívica quando da renúncia de Júlio de Castilhos. Foi Aj. O dos Generais João Telles e Francisco Moura. Conquistou a vitória de Lageado com contingente do 28º BI, conforme OD 25 Out 1894 da 3ª RM (p. 1.180).

Os chefes de números 4, 5, 7, 9 e 11 são estudados pela seguinte obra:

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revoluções e caudilhos**. Porto Alegre, s/ed., s/d.

Foram auxiliares do Gen Moura os seguintes mais tarde consagrados historiadores: Cap Alfredo Pretextato Maciel e Ten Jonathas do Rego Monteiro

### **Combates de rescaldo**

Comandou a 3ª RM, de 8 de janeiro a 6 de maio 1895, o Gen Div Francisco Antonio Moura, agora sob a presidência de Prudente de Moraes. Exercera o cargo de Ministro da Guerra (1892-94), tendo inclusive deslocado seu QG para Porto Alegre na fase coincidente com a 2ª invasão de Joca Tavares, combinada com a Revolta na Esquadra.

Passou o Ministério ao Gen Div Bernardo Vasques, que comandara a 3ª RM de 15 de janeiro - 16 de agosto de 1892.

O envolvimento da 3ª RM, em seu comando foi, mínimo.

Em seu comando chegou da Paraíba à frente do 17º BI o Cel Cláudio do Amaral Savaget. Pelo OD 20, de 21 de novembro de 1894, este foi nomeado comandante da Brigada de Proteção da Estrada de Ferro do Sul (Rio Grande – Bagé), com QG na Estação Santa Rosa, contando com os 17º, 29º e 35º BI, contingentes da Guarda Nacional de Pelotas, e o Corpo de Cavalaria Civil do Cel GN João Pereira Madruga, de Pinheiro Machado, que escapara do massacre do Rio Negro.

No início de fevereiro de 1895, o Cel Claudio do Amaral Savaget partiu da Estação de Piratini (atual Pedro Osório) à frente de 200 homens do 17º BI (Paraiba-PB). Em Canguçu operou junção com forças civis de Cavalaria dos coronéis Bernardino Mota e Zeca

Neto, postas à disposição pelo Cel. Pedro Osório.

Em 17 de fevereiro de 1893 bateram a retaguarda de Guerreiro Vitória, no Posto Branco, na Picada do Iguatemi. Guerreiro Vitória rumou em direção à fronteira. Savaget não o perseguiu por ele ter saído de sua zona de ação.

Em 11 de março de 1895 o Cel Carlos Telles, no Passo de Valente, em Bagé, bateu coluna federalista e em 16 de março, no combate de São Luiz na Serrilhada, junto à fronteira, bateu coluna federalista à qual impôs pesadas baixas.

Em 21 de março Carlos Telles, na Estiva, entre D. Pedrito e Ponche Verde, dispersou uma coluna federalista que perseguia uma coluna republicana civil do Gen Elias Amaro, comandante militar de D. Pedrito.

### **A morte do Almirante Saldanha da Gama**

O Gen Div Inocêncio Galvão de Queiroz comandou a 31ª RM de 8 de junho a 16 de dezembro de 1895, em Pelotas, tendo recebido a missão do presidente Prudente de Moraes de promover a paz.

Ainda do Rio, em 28 de março de 1895, escreveu ao Gen Honorário Joca Tavares propondo-lhe uma conferência de paz.

Em 18 de junho de 1895, em Campo Osório, teve lugar o combate, em que a vanguarda do Gen Hipolito Ribeiro, comandada pelo Cel João Francisco, derrotou a força comandada pelo Alte Saldanha da Gama, episódio que não contou com forças do Exército e que é descrito por Ivo Caggiani em **Sant'Ana do Livramento – 100 anos de História**. (Santana, 1983 – 1986 4v.)

Foi uma grande perda! Saldanha da Gama apoiara Deodoro em 25 de novembro de 1893 e foi proibido por este de resistir quando podia haver dominado Custódio de Mello. Ao estourar a Revolta na Esquadra, manteve-se neutro no comando da Escola Naval e dos Marinheiros, sob o argumento de preservar o futuro da Marinha. Presões de governo, da Revolta e de seus liderados não lhe deixaram outra escolha. Aderiu ao movimento revolucionário. Osvaldo Aranha foi quem até hoje melhor interpretou a grandeza de Saldanha da Gama, em discurso na inauguração de seu monumento em 1940, no Jardim de Alah, transcrito em **Revoluções que eu vi**, do Alm Frederico Pillar (Rio BIBLIEX, 1951).

Em 1º de julho de 1895 Joca Tavares mandou suspender as hostilidades.

### **A Paz de Pelotas**

Em 10 de julho de 1895, na Estação Piratini (Pedro Osório atual e ex Vila Olimpo), então município de Arroio Grande, o comandante da 3ª RM, Gen. Galvão Queiroz, conferenciou com Joca Tavares, e foi lavrada Ata Preliminar de Paz a ser submetida ao Presidente da República.

Em 23 de agosto de 1895, em Pelotas, o comandante da 3ª RM Gen. Galvão Queiroz e o Gen Joca Tavares assinaram a Paz de Pelotas, que pôs fim à Revolução de 93 no Brasil e não só no Rio Grande do Sul.

Em 19 de setembro de 1895 foi decretada a anistia geral para os revolucionários do Rio Grande e da Armada.

A pacificação é tratada em VILALBA, **Rev. Fed. RGS.** (Doc. 139-146). Intermediou, no Rio, a pacificação o Ministro da Guerra Bernardo Vasques, antigo comandante da 3ª RM.

O QG da 3ª RM, na rua 15 de Novembro, em Pelotas, foi o local onde foi assinada a paz. Hoje é a Escola Castelinho.

A Paz de Pelotas, além da conhecida obra VILALBA. **Rev. Fed. RGS.** onde está bem contemplada, o está abundantemente na Coleção Prudente de Moraes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

As indicações da alentada documentação produzida está indicada na seguinte obra coordenada pelo historiador Herculano Mathias: IHGB. **Arquivos Presidenciais – Prudente de Moraes.** Rio, IHGB, 1990.

Esta revolução no Rio Grande do Sul teve características nitidamente de caráter político que transbordou os limites partidários e desencadeou uma revolta armada que atingiu também o Paraná e Santa Catarina. Os partidos que disputavam o poder eram o Partido Republicano Riograndense (PRP) e o Partido Federalista (PF).

Sua principal causa está ligada à insatisfação dos federalistas com o domínio político do Presidente do Estado Dr. Júlio Prates de Castilhos, do Partido Republicano Riograndense.

Digladiaram-se os dois grupos políticos gaúchos: os Chimangos

(pica-paus), defensores do governo de Júlio de Castilhos, da centralização política, do presidencialismo, do positivismo e do governo federal de Floriano Peixoto. Os M-aragatos (federalistas) queriam tirar Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto do poder, um sistema descentralizado baseado no parlamentarismo e exigiam uma revisão da constituição.

Segundo a opinião de Hernani Donato (1996, p. 138), poucos anos decorridos da implantação da república e os liberais rio-grandenses voltaram à inquietação diante dos rumos dados ao governo estadual pelo centralismo extremado de Júlio de Castilhos. A ele opôs-se o parlamentarismo republicano do Dr. Gaspar Silveira Martins. A eleição de 1892, fosse qual fosse o resultado, faria explodir os rancores. Tendo Castilhos resignado, em harmonia com a renúncia de Deodoro, os federalistas aclamaram presidente do estado seu chefe maragato João Nunes da Silva Tavares, o Joca Tavares, Barão de Itaqui. O próprio Júlio indicou para o cargo Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro (9).

A dualidade de presidentes e a irredutibilidade das posições, levou à guerra. Em fevereiro de 1893, da sua concentração no Uruguai, os federalistas invadiram o RS. Ostentando fitas vermelhas, ganharam o apelido de maragatos. Os republicanos ou castilhistas usavam lenços brancos e ficaram sendo os pica-paus. O imprevisto da arrancada fez com que as primeiras vitórias até Inhanduí fossem federalistas. Seguindo plano não de todo definido passaram a SC e entraram pelo PR. Talvez projetassem marchar até o Rio de Janeiro, já mancomunados com uma parte dos marinheiros da armada em revolta na Guanabara.

A feroz resistência oposta na cidade da Lapa pelo legalista Cel Ernesto Gomes Carneiro, embora vencida, deu tempo para que o governo Floriano preparasse a resistência na divisa entre PR e SP. Dali não passaram os federalistas. Refluíram para o sul, perderam em escaramuça preparatória de batalha o seu líder principal, Gumercindo Saraiva, e receberam a adesão de aproximadamente 100 marujos chefiados pelo Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama. Este vai morrer com dezenas dos seus comandados, em Campo Osório em junho de 1895.

---

9 - Neto de Bento Manuel Ribeiro e filho do Ten Gen Vitorino José Carneiro Monteiro (Barão de São Borja).

Já com Prudente José de Moraes Barros na Presidência da República, a paz foi acordada em 9 de julho de 1895, permanecendo Castilhos na chefia do governo estadual. A mais longa das guerras civis da Primeira República teve a enaltecê-la gestos de heroísmo e a denegri-la episódios de extrema crueldade, tais como as degolas de prisioneiros depois dos combates de Rio Negro e Boi Preto, responsabilidades de ambos os contendores. Das 10.000 vítimas da revolução uma pequena parte, estimada em 273 (250 + 23) foi de prisioneiros degolados.

**Nota:** Abordamos esta revolta em detalhes do ponto de vista do Exército e até então inédita na obra: BENTO. Claudio Moreira. **História da 3ª Região Militar 1989-1953.** Porto Alegre: 3ª Região Militar, 1995, p.15/138. E na bibliografia ao final relaciono outras fontes que produzimos sobre o assunto.

## **A REVOLTA DA ESQUADRA (1893-94)**

Produto de pesquisa histórica básica, o artigo apresenta o estudo e apreciação de um episódio centenário que marcou o alvorecer da República, produzindo equívocos que se propõe sejam agora reconsiderados.

Faz um século que teve curso, na baía de Guanabara, a Revolta de 1/5 da Esquadra. Ela visava a depor o vice-presidente no exercício da presidência do Brasil, marechal Floriano Peixoto, confirmado na função pelo Congresso, com base nas Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Na baía de Guanabara, a Revolta durou 6 meses e 6 dias. Teve início em 6 de setembro de 1893 e terminou em 12 de março de 1894, quando os revoltosos depuseram as armas e foram acolhidos como asilados políticos, a bordo das corvetas *Mindelo* e *Afonso d'Albuquerque*, de Portugal, fato que provocou azedo e tenso rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal.

Em âmbito nacional a revolta só teve fim de 17 de abril de 1894, quando, em Santa Catarina, o almirante Jerônimo Gonçalves, após torpedear e neutralizar o couraçado revoltoso *Aquidabã*, com apoio na esquadra legal e o retomar, após abandonado por sua tripulação, então comandada pelo comandante Alexandrino de Alencar,

que viria a ser, mais tarde Ministro da Marinha de três governos da República.

Durante a revolta, as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói tiveram suas populações submetidas ao pânico, sob efeito de ações psicológicas em confronto, desenvolvidas pela esquadra e pelo governo, diante da possibilidade de serem vítimas dos bombardeios trocados entre os navios revoltados, as fortalezas e baterias de artilharia de terra, em apoio ao governo, além dos canhões de navios de guerra estrangeiros surtos nos portos do Rio e Niterói, conforme ameaçaram, caso não fossem atendidos em suas imposições, pelo governo e pela esquadra, no afã de protegerem negócios, patrimônios e vidas de súditos de seus países.

Os bombardeios foram violentos sobre Niterói e não foram dirigidos sobre o Rio, mas a população carioca padeceu os efeitos dos boatos de que a esquadra “abriria uma ampla avenida com seus canhões do litoral até o Palácio do Itamarati, sede do governo da República”.

O combate à Revolta da Armada foi feita com as cidades do Rio de Janeiro e Niterói sob estado-de-sítio, aprovado pelo Congresso em 10 de setembro de 1893, o que deu, ao governo, a faculdade de adotar medidas excepcionais.

A intervenção inicial de navios de guerra estrangeiros surtos no porto impôs, à esquadra e ao governo, sob pena de recorrerem ao uso de força, o Acordo de 5 de Outubro de 1893, que vigorou por dois meses e meio, até 25 de dezembro, pelo qual a cidade do Rio de Janeiro foi considerada “cidade aberta” e poupada de bombardeio naval, desde que as fortalezas e baterias do governo no Rio não hostilizassem os navios da esquadra. O acordo foi respeitado.

Ao contrário, a cidade de Niterói, bastante fortificada e guarnecida por forças do governo, foi bastante bombardeada, em resposta da esquadra às hostilidades deste. Pesados bombardeios navais foram despejados sobre as fortificações ou baterias do governo de Santa Cruz, Gragoatá, Armação, Ponta da Areia, Maruí, Imbuí, Praia de Fora, e ruas perpendiculares à baía, além de ataques navais vigorosos sobre a Armação e a ilha de Mocanguê Grande, para controlá-las, por sua importância logística. Niterói ficou isolada do Rio por paralisação das barcas, por ruptura dos cabos telefônicos submarinos e, ainda por interferência na ligação ferroviária Rio-Niterói, só norma-

lizada quando a esquadra perdeu o seu último apoio em terra, em Magé, em 15 de fevereiro de 1894.

A esquadra, desde o início da Revolta, submeteu o Rio de Janeiro e Niterói a rigoroso bloqueio naval, aos poucos relaxado, por imposição de navios de guerra estrangeiros surtos na baía, que não consideraram a esquadra beligerante, e sim, revoltosa.

O bloqueio naval terminou por intervenção, à força, dos Estados Unidos, em 29 de janeiro de 1894, quando o almirante Behanm, comandante de uma divisão naval de 5 cruzadores, usando a “diplomacia das canhoneiras”, autorizada pelo presidente Cleveland, impediu, após um tiro de advertência do cruzador *Detroit*, que o navio *Trajano*, da esquadra, impedisse um barco americano de desembarcar sua carga, antes de ser inspecionada. Declarou-se, então, que qualquer ato da esquadra revoltada contra navios americanos seria tomado como pirataria, por não considerá-la beligerante.

A intervenção estrangeira, da qual resultou o Acordo de 5 de Outubro, foi bem recebido pela esquadra, pelo governo e pelos interventores. Para a esquadra representava a economia de já escassas munições, poupava danos em seus navios e baixas em suas tripulações nos duelos de artilharia, nos quais o governo levava nítida vantagem, além de lhe dar maior liberdade de manobra próximo às praias junto ao Rio de Janeiro.

Para o governo, o Acordo o tornou inatacável em sua sede política, dando-lhe tempo para organizar a resistência em todo o Brasil e ordenar, tranquilamente, às suas representações em Nova Iorque, Londres, Toulon e Montevidéu, visando à formação da esquadra legal, receber, do exterior, armamentos e munições necessários, mobilizar forças no restante do Brasil, em especial no norte e nordeste. Para isso, mobilizou o cabo submarino e os telégrafos, e obteve recursos abundantes. Para a intervenção estrangeira, o Acordo pouparia o trabalho difícil, e talvez cruento, de assegurar proteção aos interesses comerciais e às vidas de compatriotas, como ocorreu com a Itália, que forneceu a primeira vítima da Revolta: um marinheiro seu foi morto, à bala, por forças do governo, acidentalmente, tendo este de pagar, à Itália, pesadíssima indenização.

A intervenção estrangeira se completou na organização e operação da esquadra legal, ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves

ves e, em grande parte, formada com navios, equipamentos, armamentos e munições adquiridas dos Estados Unidos e Europa (Prússia e Inglaterra) e guarnecida expressivamente por marinheiros americanos, ao lado de alunos das escolas militares de Fortaleza, Rio e Porto Alegre, mobilizados para a emergência, na falta quase absoluta de marinheiros brasileiros não revoltados.

O apoio americano ao governo deveu-se, em grande parte, na frente diplomática, à ação do embaixador brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, que habilmente procurou demonstrar que as nações europeias eram simpáticas à revolta, a qual era, inclusive, apoiada pela Inglaterra, que oferecia munições aos revoltosos, para que o Brasil fosse a segunda monarquia a ser restaurada nas Américas, depois do Haiti.

Para procurar junção com a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a Revolta da Esquadra estabeleceu, em Santa Catarina, que se havia desligado da União, o governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil que, em vão, procurou reconhecimento internacional. Presidiu-o, de 14 de outubro de 1893 a 12 de março de 1894, de forma unitária e com caráter militar, o capitão de mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lorena, que fora despachado da esquadra do Rio, no comando da Divisão Naval Expedicionária, para tentar juntar-se aos federalistas no sul e, com eles, compor o governo provisório do Brasil. Esse infausto governo, em desestabilização progressiva, enfrentou grandes dificuldades, por haver se pronunciado contra o manifesto de Saldanha da Gama, considerado como de sentido restaurador da Monarquia e por apresentarem, seus integrantes, ideologias diversas sobre o verdadeiro sentido de República, darem demonstrações de vaidades e ciúmes e, por não terem feito Gaspar Silveira Martins, líder da Revolução Federalista, exilado em Montevideú, embaixador do governo provisório junto a Argentina e Uruguai, fato que provocou ser taxado, pelos federalistas, por seu caráter militar, de “um arremedo do governo federal de Floriano Peixoto”. Em represália, Silveira Martins foi taxado de “o maior mal que assolava o Estado do Rio Grande do Sul”.

Lorena, após substituído por um triunvirato civil, ao qual não compareceu o representante federalista do Rio Grande do Sul e que

durou só um mês, terminou sendo preso e humilhado publicamente, por ordem do governo local legal, representado pelo coronel Moreira Cezar, ao qual se atribui seu fuzilamento, como represália aos federalistas, que haviam praticado atrocidades contra republicanos governistas em Santa Catarina e no Paraná.

A intervenção estrangeira de que resultou o Acordo de 5 de outubro, foi solicitada e estimulada pelo governo, que dele muito se beneficiou, por ganhar tempo em sua estratégia de domínio da Revolta, e por usar forças navais estrangeiras em seu benefício, até que pudesse dispor de meios navais, em mobilização.

Por outro lado, a esquadra beneficiou-se, diretamente, da intervenção de navios de guerra portugueses, que receberam os revoltosos após deporem as armas, na condição de asilados políticos e, indiretamente de início e após diretamente, da intervenção do Uruguai e da Argentina. Esses dois países serviram de asilo e, mesmo, de base de operações de quatro invasões federalistas ao Brasil. Na 4ª e última, feita por Uruguiana, o almirante Saldanha da Gama, no comando de tropa federalista e remanescentes da Revolta da Esquadra, sob a denominação de Exército Libertador, encontrou a morte em Campo Osório, em 24 de julho de 1895. Foi perda de um grande brasileiro, que até hoje muitos patrícios justamente lamentam tal como morte do marechal Floriano Peixoto, vítima de moléstia insidiosa, ocorrida 5 dias após, na localidade de Floriano, em Barra Mansa.

As intervenções dos nossos vizinhos trouxeram, para as fileiras federalistas, combatentes uruguaios e argentinos. A eles se atribui a introdução do triste costume de degolar prisioneiros inermes, como o ocorrido no massacre do Rio Negro (Estação de Hulha Negra), em Bagé, onde argentinos correntinos se encarregaram de matar, por degolamento, cerca de 300 civis integrantes de um Corpo Provisório do Governo do Estado, composto de bageenses, piratinienses e canguçuenses, ao comando do coronel Manoel Pedroso, também degolado na ocasião. Gaspar Silveira Martins tomou conhecimento desse massacre por intermédio do general Joca Tavares, que comandou a vitória federalista em Rio Negro, em 28 de novembro de 1893. Nessa ocasião, no Rio, a Revolta procurava apoio dos federalistas, sem êxito, e Saldanha da Gama era pressionado, pela Revolta e pelo governo, a definir-se. A comunicação feita a Gaspar Silveira Martins

por Wenceslau Escobar assim se expressava: “Do inimigo ficaram no campo 200 mortos, contando os que em grande número foram exalar o último suspiro num mato próximo. “Queria dizer que todos foram degolados por mercenários platinos e por ordem superior, não por iniciativa própria.

A Revolta da Esquadra foi funesta para a economia do Brasil, para a unidade e harmonia da família brasileira e de suas forças armadas, e desastrosa para a nossa marinha de guerra que, ao invés de impor e consolidar os objetivos que a levaram à revolta, segundo o abalizado, sério e isento historiador naval contemporâneo, almirante Leôncio Martins:

***“se desfez moral e materialmente, criando cisões e provocando feridas que só não foram mais graves e profundas, graças a anistia concedida, em 1895, pelo presidente Prudente de Moraes”.***

O almirante Leôncio, aliás, vem procurando dismistificar a interpretação do episódio que, de longa data, vem sendo passada à posteridade militar naval e terrestre brasileira, para que, eliminada a ótica corporativista, em nome de falso espírito-de-corpo, ela não venha causar maiores males às relações Marinha e Exército, por responsabilizá-las por esse desencontro lamentável. A responsabilidade deveu-se, sim, às suas lideranças, à época, que ambas instituições tiveram que seguir, em nome de hierarquia, da disciplina e da lealdade aos chefes. Essas autoridades, sim, devem responder por seus atos no Tribunal da História, dentro do princípio castrense de que “o chefe é responsável pelo que acontece ou deixa de acontecer em sua jurisdição de comando”.

A Revolta da Esquadra traz preciosas lições, visando a manter a unidade e integração das Forças Armadas do Brasil, responsáveis por sua segurança, e não por sua insegurança, como foi o caso, ao ponto de atrair a intervenção estrangeira. Essa intervenção inclusive, planejou desembarcar 750 homens na Praça 15 de Novembro, no Rio, para proteger súditos de seus países, caso o Rio fosse bombardeado pela Esquadra. A intervenção foi recusada pelo governo de forma enérgica, sob o argumento que tinha condições de proteger interes-

ses estrangeiros no Rio. O fato originou a lenda de que, perguntado como seria recebida a intervenção estrangeira naquelas condições, Floriano teria respondido: “À bala!”.

As novas dimensões dos estudos de História Militar fornecem lições preciosas que isolam os mecanismos responsáveis pela eclosão de revoluções e guerras, e os coloca a serviço dos líderes, para evitar que elas aconteçam. A obra pacificadora do duque de Caxias é rica nesse tipo de ensinamentos, mas parece esquecida por lideranças do Exército e da Marinha, após a Proclamação da República, ao se empenharem em disputa pelo poder, após haverem estado juntas na Proclamação da República. É um caso para estudo mais profundo e isento, a ser feito mais tarde, longe das paixões que ainda se fazem sentir e das pressões corporativistas. Esse dia está chegando e, com ele, preciosos ensinamentos serão retirados da história crítica do episódio. Ele envolveu lideranças exponenciais do Brasil, que hoje ocupam um lugar merecido no *panteon* dos heróis da nacionalidade. Aí chegaram por consagração popular, em razão das preciosas lições que deram aos pósteros, na paz e na guerra, como os marechais Deodoro e Floriano, general Gomes Carneiro, almirantes Jerônimo Gonçalves, Custódio de Mello, Wandenkolk, Saldanha da Gama, comandante Lorena, Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Gumersindo Saraiva, que atuou com brilho como general federalista, além de outros.

É de se lamentar que não tenham eles encontrado, na época, um denominador comum para impedir a eclosão da revolta e permitir a aplicação de suas capacidades de liderança na solução dos graves problemas enfrentados pelo Brasil, em transição da monarquia para a república. A república necessitava, para sua consolidação, de grande esforço de cooperação, além de renúncia temporária de posições, não de autoritarismos, imposições e, por fim, da revolta que tantos males causou, e ainda causa, ao Brasil. A revolta foi um desperdício de energias e de oportunidades. Seus líderes, em maioria, comprometeram a própria saúde, desaparecendo precocemente, ou imolando suas vidas preciosas. Que seus sacrifícios e vidas sirvam de reflexão às lideranças, para que, pacífica e democraticamente, saibam procurar e encontrar os melhores caminhos para a construção do futuro do Brasil.

## Premissas da presente interpretação

- O governo do marechal Floriano Peixoto era constitucional por decisão do Congresso, que lhe conferiu poderes para combater a Revolta sob estado de sítio.
- Não foram as instituições permanentes Exército e Marinha que se confrontaram, mas sim suas lideranças eventuais, que devem responder, no tribunal da História, pelo erros, equívocos e excessos praticados no envolvimento político dessas instituições na época em foco.
- As intervenções estrangeiras que beneficiaram o governo e, em menor grau, a esquadra, são uma constante na História Militar dentro da máxima de que “não existe amizade entre nações e sim interesses”.
- Não fora a intervenção estrangeira, com o Acordo de 5 de Outubro de 1893, é bem possível que o Rio de Janeiro e sua população fossem alvo da retaliação incontrolável dos revoltosos *versus* governo.
- Ainda é cedo, por não existir, ainda, um clima isento, para um estudo crítico da atuação do governo e da Revolta, a fim de que dele se tirem lições. As fontes disponíveis, em maioria, são parciais, as barreiras corporativistas ainda se fazem sentir, bem como as pressões de mistificações e preconceitos. Mas dia chegará em que do episódio se retirarão preciosas lições para a manutenção da unidade entre as forças armadas. É um estudo que deve ser feito e que não deve ser omitido à posteridade, para que a História não se repita.
- O governo provisório da República do Brasil que a revolta estabeleceu, não teve nenhum reconhecimento internacional.

## Causas da Revolta

- Divergências sobre a forma de governo republicano a ser implantada no Brasil, entre lideranças do Exército e da Marinha que participaram da Proclamação da República.
- Posição política dominante de lideranças do Exército no governo, após proclamada a República. Essa posição era almejada e pleiteada por lideranças da Marinha, como os almirantes Custódio de

Mello e Eduardo Wandenkolk, que haviam se arriscado, ao tomarem parte ativa na vitória do movimento. Eles contavam ter maior participação política e administrativa, ou ter voz e vez na condução dos destinos da República. Não atendidos, ou ouvidos, em suas aspirações, pelo que classificavam de militarismo exercido por lideranças oriundas do Exército no governo, passaram a fazer oposição ao governo do marechal Deodoro, que obrigaram, inclusive, a renunciar e, depois, ao de Floriano Peixoto, contra o qual os almirantes citados foram até à revolta armada.

- Bloqueio, da parte de lideranças do Exército, à maior efetividade na participação de lideranças da Marinha no governo, por acharem que havia sido pouco expressiva a participação de lideranças da Marinha na Proclamação, ao contrário do Exército.
- Reação armada da esquadra, em 23 de novembro de 1891, liderada pelo almirante Custódio de Mello, ao ato de dissolução do Congresso, decretada com apoio dos governadores, em 3 do mesmo mês, como protesto do marechal Deodoro a oposição que lhe era feita, impedindo-o de concretizar “o que era o melhor para o Brasil”. Custódio de Mello, almirante e deputado, a bordo do encouraçado *Riachuelo*, intimou o marechal Deodoro, presidente da República, muito doente, com um tiro disparado na torre da Candelária, a que renunciasse, o que conseguiu. O ato não contou com o aplauso do almirante Saldanha da Gama, que viu Deodoro atuar no sentido de afastar lideranças expressivas do Exército da polícia, o que explica a falta de apoio da instituição ao Presidente, deixando-o só.
- Influência de Custódio de Mello, homem forte do governo do marechal Floriano Peixoto, com o qual pouco a pouco passou a divergir, até abandonar o ministério em 23 de abril de 1893, por não conseguir impor seus pontos de vista, inclusive o de Floriano fazer uma intervenção federal inconstitucional no Rio Grande do Sul, para pacificar a Revolução Federalista. Custódio de Mello havia participado do combate às revoltas das fortalezas de Santa Cruz lideradas por um sargento, da repressão ao manifesto dos 13 generais, incluídos aí 4 almirantes e, entre eles, Wandenkolk, intimando Floriano a convocar eleições para substituir o marechal Deodoro, em contradição com o Congresso que o confirmara, e

ordenado a destituição dos comandantes da canhoneira *Marajó* e da flotilha do Rio Grande, que haviam feito intervenção, do lado da oposição, contra o presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Júlio de Castilhos.

- Apoio velado que o presidente Floriano Peixoto dava ao governo de Júlio de Castilhos no combate à Revolução Federalista, liderada pelo Dr. Gaspar Silveira Martins, suspeito de pretender restaurar a monarquia, e com o qual lideranças do Exército haviam se desentendido em passado recente.
- Reação de lideranças da Marinha ao presidente Floriano Peixoto. Quando os almirantes foram consultados para exercerem o cargo de ministro da Marinha, declinaram o convite, inclusive o almirante Saldanha da Gama, que respondeu de forma pessoal e insultuosa, em nome de sua contrariedade pelo predomínio político de lideranças do Exército no governo, o que ele classificava de militarismo.
- Eleição, para presidente do Clube Naval, por quase maioria dos sócios, do almirante Wandenkolk, signatário do manifesto dos 13 generais e 1º ministro da Marinha na República, quando se encontrava em Buenos Aires, onde declarou que iria organizar ações navais em apoio aos federalistas gaúchos, em protesto por sua prisão e exílio.
- Tentativa frustrada do almirante Wandenkolk de, liderando os navios *Júpiter*, frigorífico mercante que armou, e o mercante *Itália*, desembarcar em Estreito e São José do Norte e fazer junção com Gumersindo Saraiva, que lá não pode comparecer.
- Captura do *Júpiter* e prisão incomunicável, na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, do almirante e senador Wandenkolk, acusado, junto com seus oficiais, de pirataria, o que mereceu protestos da opinião pública e uma argumentação favorável ao almirante, de parte de Ruy Barbosa.
- Clima de conspiração aberta que passou a lavrar na Marinha, julgando, muitos oficiais, que a única maneira de desagrar a honra da Força seria a rebelião clara, com a deposição do presidente Floriano Peixoto, e fazer suas lideranças partilharem, junto com lideranças do Exército, das responsabilidades políticas e administrativas do governo.

## O Plano Militar da Revolta

De um complexo de operações, previstas para durar 4 meses, constava:

- rebelar a esquadra brasileira, então chamada *Armada*, e reforçá-la com navios mercantes armados e material e munições retirados dos depósitos navais da Marinha, em Armação (munições) e Mocanguê (carvão combustível);
- embarcar o Batalhão Naval (fuzileiros navais da ilha das Cobras) e o Corpo de Marinheiros (ilha de Villegaignon) para atuarem em apoio à esquadra, como força de desembarque;
- forçar, com a esquadra, a barra do Rio de Janeiro, defendida pelas fortalezas de Santa Cruz, Lage e São João e, a seguir, ocupar Santos, onde se esperava fossem recebidos reforços;
- apossar-se da cidade de São Paulo, que se transformaria em quartel-general ou possível sede do governo provisório, a ser estabelecido;
- irradiar a revolta para o norte, nordeste e sul do Brasil;
- com força terrestre poderosa, transportada por mar, desembarcá-la em Sepetiba e, com ela, conquistar o Rio de Janeiro e depor o governo;
- bloqueio naval dos portos sob controle do governo, privando-o de comunicações marítimas com o exterior. Foi o caso do Rio de Janeiro e de Niterói, que foram bloqueados, até os americanos intervierem e anular o bloqueio.

### Execução do Plano

O plano era cheio de condicionantes. Conseguiu-se revoltar a esquadra e apossar-se de munições no Laboratório Pirotécnico, na Armação, e de carvão de pedra combustível da ilha Mocanguê, pertencente a firmas privadas nacionais e estrangeiras. Conseguiu-se contornar a falta de uma peça essencial do encouraçado *Aquidabã*, que estava com o governo, por medida preventiva. Não se previu a possibilidade de intervenção de navios estrangeiros e não pode sair barra afora, em razão de o almirante Saldanha da Gama e seus comandados terem permanecido neutros, na antevisão do que iria

acontecer de funesto para a Marinha, cujo futuro o almirante procurou preservar, evitando que os aspirantes da Escola Naval e o Corpo de Marinheiros, bem como as fortalezas das ilhas das Cobras, Willegaig-nom e das Enxadas tomassem parte na revolta. Pressionado a fazê-lo, pelo governo pela Revolta, ele e seus alunos, Saldanha aderiu à revolta 3 meses mais tarde, fazendo um manifesto entendido como restaurador da monarquia. Isso atraiu contra si o repúdio de expressiva parte da opinião pública, da intervenção americana, que pôs fim ao bloqueio naval do Rio e de Niterói, do presidente do governo provisório da Revolta em Santa Catarina, o comandante Lorena, além de colocar nas mãos do presidente Floriano Peixoto, a bandeira de “consolidador da República”.

Custódio de Mello ficou inativo esperando, talvez, que se repetisse, com o presidente Floriano Peixoto, o que impusera ao presidente Deodoro da Fonseca: a renúncia, para evitar derramamento de sangue. Mas aconteceu o que se atribui a previsão do almirante Saldanha da Gama: “Se o Custódio espera jantar hoje no Palácio Itamarati (sede do Governo) engana-se, pois o ‘major’ Floriano é duro e resistirá!” E não deu outra coisa!

Nem toda a oficialidade, além de Saldanha da Gama, aderiu à revolta. Muitos eram devotados ao presidente, por acharem que ele encarnava a própria República, e grande parte se manteve em posição de neutralidade. Só 1/5 foi à revolta.

A Esquadra, para não ficar imobilizada, despachou uma divisão expedicionária, chefiada pelo comandante Frederico Lorena, que deixou o Rio entre 17 e 18 de setembro de 1893, rumo a Santa Catarina, onde instalou o governo provisório do Brasil. A divisão era composta do cruzador *República*, da torpedeira *Marcílio Dias* e do cruzador auxiliar *Palas*. Em 1º de dezembro de 1893, foi a vez de Saldanha da Gama rumar para o sul, ao comando da “esquadra de fora”, composta dos encouraçado *Aquidabã* e do cruzador auxiliar *Esperança*, com os quais manteve, junto com Lorena, o domínio das rotas navais costeiras do Brasil, até a chegada, em 10 de março de 1894, da esquadra legal no Rio, proveniente de Pernambuco. Ficou no comando da “esquadra de dentro” o comandante Eliezer Tavares e, a seguir, Saldanha da Gama, que ficou apoiada no navio escola *Liberdade*, no cruzador *Tamandaré*, nas corvetas *Trajano* e *Guanabara*,

na torpedeira *Araguari* e no monitor *Javari*, sem propulsão, que seria o único afundado, além de mercantes armados.

A esquadra disputou ferozmente a posse das ilhas do Governador, que o governo conquistou em 15 de dezembro, da Armação, que o governo conquistou em 5 de fevereiro, após encarniçado e mortífero combate, e de Mocanguê. Custódio perdeu a oportunidade de atacar a esquadra legal quando ainda em formação em Recife, e não dispôs de tropas de desembarque, com as quais pudesse conquistar e manter, em terra, posições estratégicas para a esquadra.

O Governo agiu rápido. Colocou em prontidão o Exército, convocou a Guarda Nacional e mobilizou 4 batalhões patrióticos com estudantes. Conseguiu autorização do Congresso para decretar estado-de-sítio, o que lhe conferiu poderes ditatoriais. Solicitou, e obteve, apoio internacional dos EUA para pôr fim ao bloqueio naval e dar o *status* de “cidade aberta” ao Rio de Janeiro, para que não fosse bombardeado e não bombardeasse a esquadra. Nomeou o almirante Jerônimo Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai, que estava inativo, para comandar a defesa do litoral da baía da Guanabara e, após, organizar e comandar a esquadra legal, com a qual, em 16 de abril de 1894, conseguiu, através da torpedeira legal *Gustavo Sampaio*, neutralizar, com um torpedo, o couraçado *Aquidabã*.

O presidente Floriano Peixoto, consolidada a República, presidiu na época certa sua sucessão, vencida por um adversário político. Passou o governo democraticamente, sem nenhuma manobra visando a perpetuar-se no poder. Tornou-se um ídolo popular e os aniversários de sua morte, por muitos anos, foram comemorados junto a seu túmulo, com enorme afluxo popular.

### **APÊNDICE 1: Navios de Guerra que participaram da intervenção estrangeira na Revolta da Armada (1893-94)**

Os navios de guerra apoiaram a intervenção estrangeira na transformação do Rio de Janeiro em “cidade aberta” e que, após, impuseram o rompimento do bloqueio naval pelos revoltosos foram os seguintes: **americanos** - cruzadores *New Jark*, *Detroit*, *Charleston*, *São Francisco*, e *Nova York*; **ingleses** - cruzador *Sirius* e canhoneiras *Beagle* e *Racer*; **francês** - cruzador *Aréthuse*; **italiano** - cruzador

*Giovani Bausan*; **portugueses** - corvetas *Mindeló* e *Afonso de Albuquerque* e **alemão** - cruzador *Ancona*, que não aceitou participar da intervenção mas que, em Santa Catarina, intermediou a entrega do *Aquidabã* e do *Marcílio Dias* pelos revoltosos, em 1º de abril de 1894.

No início da revolta participaram da intervenção: os três navios ingleses, o francês e o italiano acima citados, e mais a corveta *Mindeló*. Deflagrada a revolta, os EUA enviaram 5 cruzadores, os 2 últimos após a adesão de Saldanha da Gama à revolta, e Portugal mais uma corveta que, com a acima referida, interveio a favor dos revoltosos ao recebê-los como asilados políticos, transportando-os para Buenos Aires e, após, para Portugal, a bordo do *D. Pedro II*. Foram os cinco cruzadores americanos que impuseram o fim do bloqueio naval dos portos de Niterói e Rio à Revolta.

O governo comprou dos EUA, armados e parcialmente guardados por marinheiros americanos contratados pelo Brasil, os navios *Niterói* e *Andrada* adaptados como cruzadores, e as canhoneiras *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso*, *Silvado*, *Piratini*, *Silva Jardim* e a *Gustavo Sampaio*, que atingiu o encouraçado *Aquidabã*, na noite de 1º de abril de 1894, com um torpedo na proa.

A intervenção estrangeira teve origem no seguinte documento por elas enviado para conhecimento, ao governo do Brasil:

***“Pedimos dizer ao senhor marechal que a esquadra estrangeira está autorizada a opor-se, pela força, à toda a tentativa do senhor contra-almirante Mello dirigida contra a cidade, e isto não por desejo de imiscuir-se nos negócios do Brasil, mas por causa dos interesses superiores da humanidade, relativamente a uma população sem defesa, da qual tão grande parte é composta de estrangeiros, cuja seguridade a esquadra tem o direito de garantir. Pedimos, como consequência, ao senhor marechal, queira tirar ao senhor contra-almirante Mello todo o pretexto de hostilidade contra a cidade, retirando as baterias que o marechal fez colocar nela e que a esquadra julga inúteis para a sua defesa. Temos a honra de comunicar ao senhor marechal que, para cobrir a responsabilidade de nossos governos e a nos-***

***sa perante eles, publicaremos a sua resposta, se ele julgar não dever aquiecer ao nosso pedido. Voltando-nos para o lado do senhor contra-almirante Mello, nós lhe diremos que a cidade achando-se desprovida de qualquer meio de exercer hostilidade contra ele, estamos autorizados a opor-nos, pela força, a toda a tentativa de sua parte sobre a cidade. A bordo do Aréthuse, 1º de outubro de 1893.”***

Esse documento foi entregue aos agentes diplomáticos acreditados dos EUA, Inglaterra, França, Itália e Portugal, que o passaram ao ministro do exterior do Brasil, Dr. João Felipe Pereira que agradeceu a colaboração.

O ponto-de-vista dos revoltosos foi abordado pelo almirante Frederico Villar em **Revoluções que eu vi** (Rio, Bibliex, 1951). Ele foi revoltoso e acompanhou Saldanha da Gama, cuja memória defende, inclusive com o magistral discurso de Osvaldo Aranha na inauguração de monumento a Saldanha, em 14 de abril de 1940, no Jardim de Allah. Através dele, se entende a significação histórica daquele ilustre chefe. Por isso deve ser lido e meditado por todos os brasileiros.

O almirante Villar atribui, como uma das causas do insucesso político e militar da revolta, o fato de o almirante Custódio não ter atacado a esquadra do almirante Gonçalves, que pôde ser organizada calmamente em portos abertos e indefesos do nordeste. Ele revela que o almirante Custódio aprovou o Acordo de 5 de Outubro de 1893 nos seguintes termos - “como homem e brasileiro meus aplausos à medida”; que a intervenção das forças navais estrangeiras declarou em 1º de janeiro de 1894 não ter mais condições de garantir o Acordo de 5 de Outubro, por ter sido desrespeitado pelo governo, ao montar baterias no Morro do Castelo, e que, em 11 de março de 1894, o governo, sentindo-se forte, mesmo frente à intervenção estrangeira, avisou ao Rio que, dentro de 48 horas, romperia fogo contra os revoltosos e, logo após, entraria em ação a esquadra legal do almirante Gonçalves. Isso precipitou a capitulação dos revoltosos, atingidos, inclusive, pela beri-beri, obrigando-os a procurar asilo nas forças navais estrangeiras. Escolheram, para isso os navios de Portugal, comandados pelo capitão-de-fragata Augusto Vidal de Castilhos Barreto, tam-

bém comandante das forças navais estrangeiras no Rio. Por isso ele foi perseguido, preso 89 dias, processado e absolvido, perdendo sua digna e modelar carreira, como bode expiatório, ou siri, na luta entre o mar (rei D. Carlos) e o rochedo (marechal Floriano).

## **APÊNDICE 2: A “Esquadra de Papelão” no combate à Revolta de 1/5 da Armada (1893-94)**

A Revolta de 1/5 da Armada, obrigou o governo a mobilizar uma esquadra legal que passou à História, penso que injustificadamente, como a “esquadra de papelão”. Ela chegou a dispor de 14 unidades navais. Seu comandante foi o almirante reformado Jerônimo Francisco Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai, onde, jovem oficial, comandou um dos encouraçados que forçaram o rio Paraguai, em Curupaiti.

A “esquadra de papelão”, no seu auge, possui as seguintes unidades: cruzadores *Niterói* (ao comando do capitão-tenente Alexandre Baptista Franco) e *Andrada* (ao comando do capitão-tenente João Baptista das Neves); o vapor armado *Itaipú* (ao comando do capitão-tenente Rodolfo Lopes da Cruz); corveta *Parnaíba* (ao comando do capitão-tenente João Augusto Soares Dutra); e torpedeiras comandadas por tenentes da Armada – a *Gustavo Sampaio* (comandada pelo 1º tenente Altino Flávio de Miranda Correia), a *Pedro Ivo* (comandada pelo 1º tenente Julio Alves Brito), a *Paulo Afonso* (comandada pelo 1º tenente J. M. Paiva e, mais tarde, pelo 1º Tenente Amynthas José Jorge); a *Silvado* (comandada pelo 1º Tenente Américo Basílio Silvado), a *Grenthalgh* (comandada pelo citado tenente Amynthas), a *Piratini* (que era semi-submarina) e a *Silva Jardim* (que foi a pique, após abalroada, entre o Recife e o Rio, pela *Gustavo Sampaio*). Como navio hospital e oficina funcionou o *São Salvador* (ao comando do 1º tenente José Americano Freire).

Em Montevideu, foi formada a 3ª divisão da “esquadra de papelão” constituída pelo cruzador *Tamandaré*, que havia sido enviado para reparos, a fim de enfraquecer a esquadra, o *Riachuelo* que, de igual forma, havia sido mandado para reparos na Europa, e mais os navios *Santos* e *Bahia*.

Era, enfim, uma esquadra improvisada, tripulada por jovens

oficiais da Marinha e do Exército, por alunos das escolas militares do Exército do Ceará, de Porto Alegre e da Praia Vermelha, e por marinheiros norte-americanos contratados em Nova Iorque, que tinham, a orientá-los, o almirante Jerônimo Gonçalves, o capitão-de-fragata Alvaro Nunes Belfort e o capitão-de-mar-e-guerra Gaspar da Silva Rodrigues, respectivamente comandantes da esquadra e das suas 1ª e 2ª divisões navais. Não se têm notícias do comandante da 3ª divisão.

No dia 21 de outubro de 1893, em Montevidéu, o almirante Gonçalves assumiu o comando da esquadra legal, então constituída do núcleo inicial, formado pelo cruzador *Tiradentes*, couraçado *Bahia* e vapor *Santos*. Ele chegara ao Uruguai a bordo do navio inglês *Thames* acompanhado de 6 oficiais da Marinha, 2 oficiais do Exército, 14 sargentos e 25 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Ao assumir o comando, baixou ordem-do-dia, na qual dizia de sua missão e de seu pesar, por tratar-se de lutas entre irmãos, que não oferecia glórias e nem produziria heróis, e que objetivava a restaurar a tranquilidade do País:

***“A luta que se está travando não produz heróis, nem glórias, muito ao contrário, todo o sangue derramado, seja de quem for, nos enche de pesar, porque é sangue de irmãos, é sangue de brasileiros. É preciso que a lei seja respeitada e, colocando-nos ao lado do governo em sua defesa, cumprimos o nosso dever de brasileiros e de militares, que acima das simpatias pessoais colocam o amor à Pátria e, deste modo, o bem estar e a tranquilidade do lar brasileiro que presentemente sofre os horrores do sítio e os seus sobressaltos.”***

Em 26 de novembro de 1893, chegaram a Recife os navios adquiridos no estrangeiro para reforçar a esquadra legal. Eram os cruzadores *Niterói* e *Andrada* e as torpedeiras *Gustavo Sampaio*, *Silvado*, *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso*, *Piratini* e *Silva Jardim*. O *Niterói* era guarnecido por 600 homens, metade brasileiros e metade americanos. O torpedeiro *Bento Gonçalves* foi inutilizado em Maceió.

Em 7 de dezembro de 1893, desembarcaram no Recife 125 alunos da Escola Militar do Ceará. Foram aquartelados no quartel do

2º Batalhão de Caçadores, em Afogados, onde se encontraram com alunos das escolas militares da Praia Vermelha e Porto Alegre, ao comando do capitão Marcos Curius Mariano de Campos. Nesse quartel, aguardaram a distribuição pelos navios da esquadra legal. Enquanto permaneceram na espera em 14 e 15 de janeiro de 1894, os navios revoltosos *República*, *Uranus* e *Esperança* atacaram e conquistaram o porto de Paranaguá, estendendo o domínio pelas redondezas (Antonina, por exemplo).

### **Operações da esquadra legal de 22 de janeiro a 23 de junho de 1894 (5 meses)**

Em 22 de janeiro de 1894, o almirante Gonçalves chegou de Montevidéu, a bordo do vapor *Itaipú* armado para guerra. No mesmo dia, à tarde, à frente da esquadra, zarpou com destino a Salvador, onde permaneceu todo o mês de fevereiro adestrando e homogenizando, dentro do possível, sua tripulação jovem e improvisada para a emergência. Enquanto isso, em 29 de fevereiro, o almirante Saldanha da Gama tentara, em disputadíssimo e sangrento combate, conquistar a Ponta da Armação, e o legendário general Gomes Carneiro falecia na Lapa, que só capitulou após cumprir sua missão retardadora.

Em 1º de março de 1894, a esquadra legal deixou Salvador rumo ao Rio Janeiro, onde chegou após dez dias de movimentada viagem, tendo fundeado fora da barra defronte da Escola Militar da Praia Vermelha. Foi um grande feito para uma tão heterogênea, não especializada e jovem tripulação.

Mario Clementino, mais tarde professor de História Militar na Praia Vermelha, assunto sobre o qual produziu obra valiosa e ainda atual, como tripulante do cruzador *Niterói*, registrou esta cena, à noite, no litoral de Pernambuco, quando brasileiros e americanos se confraternizavam:

***“De repente, para terminar uma noite musical, um flautista da guarnição brasileira levantou-se e tocou o Hino Nacional Brasileiro. Todos indistintamente se puseram de pé e ouviram-no, recolhidamente. No final, as palmas dos americanos estrugiram no ar. Mas quando***

***elas cessaram, uma comoção inteiramente imprevista para nós tocou-nos profundamente. A guarnição americana, de pé e unânime, cantava o seu Hino Nacional.”***

Em 11 e 12 de março, a esquadra legal fez demonstrações de um possível ataque ao temível e temido encouraçado *Aquidabã*, próximo a ilha dos Porcos.

Em 13 de março, a esquadra legal levantou ferros das ilhas Maricá e passou, ao meio dia, em frente à barra do Rio de Janeiro, onde assistiu o canhoneio das fortalezas da Lage e de Santa Cruz. Fundearam atrás da Cotunduba à espera de ordens. Ali, a esquadra legal conheceu a rendição, no dia anterior, dos revoltosos que, com seu comandante, almirante Saldanha da Gama, foram acolhidos como asilados a bordo de duas corvetas portuguesas.

Ainda a 13, às 16:30 horas a esquadra do almirante Gonçalves entrou na barra do Rio de Janeiro na seguinte formação: *Niterói, Itaipú, Andrada, Gustavo Sampaio, São Salvador*, e as torpedeiras *Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Greenhalg e Piratini*. Ela foi objeto de salvas e aclamações de parte das fortalezas de Santa Cruz e da Lage, Gragoatá e Armação, as que sustentaram maior reação à esquadra revoltada durante seis meses. A seguir, fundeou defronte a Niterói, cidade que fora a mais castigada pelo canhoneio dos revoltosos, já que o Rio fora declarado “cidade aberta”.

Em 14, ela ajudou a eliminar os últimos focos da Revolta, tendo atuado, inclusive, em Paquetá. Nesse dia, o almirante Gonçalves, em ordem-do-dia, declarou terminada a revolta na baía de Guanabara.

O resto de março e primeiros dias de abril, a esquadra legal dedicou a preparar-se para expedicionar a Santa Catarina e lá combater remanescentes da revolta, escudados em alguns navios ao comando do almirante Custódio de Melo, entre eles o encouraçado *Aquidabã*, o único do Brasil.

Enquanto isso, de 6 a 12 de abril de 1894, o almirante Custódio de Melo à frente de remanescentes da revolta, a chamada “esquadra de fora”, formada pelo cruzador *República* e vapores *Uranus, Iris, Meteoro* e *Esperança*, atacaram a cidade de Rio Grande com a divisão Federalista do general Salgado. Na oportunidade, os revoltosos puseram a pique a canhoneira legal *Cananéia*, que mais tarde foi recuperada.

## Operações da esquadra legal em Santa Catarina e no Paraná

Em 8 de abril de 1894, a esquadra legal deixou o Rio, rumo ao sul, em busca dos remanescentes da Revolta que teriam permanecido em torno do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, estabelecido em Santa Catarina, tendo como capital a cidade de Desterro, atual Florianópolis. Governo, aliás, que lembra o governo farroupilha estabelecido em Laguna, SC, em 1839, onde foi proclamada a República Juliana, da qual os revolucionários pudessem se comunicar com o exterior.

A esquadra legal foi dividida em 3 divisões assim *constituídas*:  
1ª - navios *Niterói*, *São Salvador* (tender) e *Parnaíba*;  
2ª - navios *Gustavo Sampaio*, *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso* e *Silvado*; 3ª - navios *Santos*, *Itaipú* e *Tiradentes*.

A esquadra chegou em Santos e ali deixou a corveta *Parnaíba*. Após navegar todo o dia 10, dia 11 deu entrada no Porto Belo, onde soube que o *Aquidabã* se encontrava próximo da fortaleza de Santa Cruz, na baía Norte de Santa Catarina. Reconhecimento realizado pelo vapor *Itaipú* comprovou a presença e do *Marcílio Dias*.

Nessa ocasião, no capão do Boi Preto em Palmeira das Missões, RS, tropas legalistas, ao comando do coronel Firmino de Paula, massacraram, por degolamento, integrantes da tropa federalista, reeditando o massacre republicano de Rio Negro, Bagé, em 28 de novembro de 1893, quando republicanos foram degolados por tropa ao comando do general Joca Tavares. Literalmente, são duas manchas negras na memória do Rio Grande do Sul difíceis ou impossíveis de apagar.

A fortaleza de Santa Cruz, em Santa Catarina, foi bombardeada dias 13 e 14 de abril, respectivamente, pelo *Andrade* e pelo *Itaipú*, sem que a resposta lhes causasse danos. No dia 16, às 0 horas, a esquadra suspendeu da enseada dos Ganchos e, às 2 horas, passou a bombardear a fortaleza de Santa Cruz, com os navios *Tiradentes*, *Santos* e *Itaipú*, e a fortaleza São José da Ponta Grossa, com o *Andrade* e o *Niterói*. As torpedeiras *Gustavo Sampaio*, *Pedro Afonso* e *Silvado* atacaram às 3 horas e foram alvo de vivíssimo fogo de parte do *Aquidabã* e das fortalezas.

Às 3h30min., noite escura ainda, as canhoneiras se aproximaram do temido *Aquidabã* e dispararam contra ele 3 torpedos, sendo

que o único disparado pelo *Gustavo Sampaio* logrou atingir o alvo. Ao amanhecer, a esquadra legal retornou ao ancoradouro, e, nesse mesmo dia, foi ancorar na enseada Canavieiras, local onde 123 anos atrás o vice-rei do Rio da Prata, D. Pedro Ceballos, fundeara, para depois invadir a ilha de Santa Catarina e dominá-la por algum tempo.

O cruzador alemão *Ancona* informou, ao almirante Gonçalves, que os revoltosos haviam abandonado o *Aquidabã*, atingido por um torpedo na proa, a bombordo. Às 10 horas a esquadra legal formou em linha de combate defronte ao temido e legendário encouraçado. O *Tiradentes* o abordou e constatou não existir ninguém a bordo. A *Gustavo Sampaio* que o atingira no 1º torpedeamento realizado no Atlântico Sul, segundo estudiosos do assunto, embandeirou em arco e deu uma salva de 21 tiros. Uma guarnição do *Niterói* ocupou a fortaleza de Santa Cruz.

A vitória sobre o *Aquidabã*, de parte da “esquadra de papelão” tributa-se à tática usada pelo almirante Gonçalves de atacar à noite. Caso contrário, frente ao encouraçado, um ataque diurno justificá-lhe-ia, segundo especialistas, o apodo irônico de “esquadra de papelão”. Eis que, com o concurso das fortalezas fixas e da móvel que era o próprio *Aquidabã*, ela seria destruída.

Ainda em 17 de abril de 1894, dia que assinala o término da Revolta da Armada e da Revolução Federalista em Santa Catarina, o almirante Gonçalves ocupou a ilha de Santa Catarina, com 100 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, apoiados pelo cruzador *Tiradentes* e pela torpedeira *Gustavo Sampaio*. Em 18, mandou encravar os dois canhões montados pela revolta na fortaleza de São José.

No dia 19, chegou a notícia de que o almirante Custódio de Mello havia deposto as armas, em 15 de abril, e feito entrega, ao governo argentino, dos navios revoltosos *República*, *Uranus*, *Meteoro*, *Iris* e *Esperança*. Nesse dia, foi dado comando legal ao *Aquidabã*, em reparos.

Em 21 de abril de 1894, chegou à ilha o vapor *Itaipú* e, com ele, a desgraça para muitos revoltosos e revolucionários catarinenses e paranaenses, e familiares: o coronel Moreira Cezar, natural de Pindamonhangaba, SP, enviado como governador civil e militar de Santa Catarina. Ele é acusado de massacres por fuzilamento e, sumariamente, de revolucionários e revoltosos, na ilha de Santa Cruz, e, em 25 de maio de 1894, no km 64 da ferrovia Curitiba – Paranaguá, do

barão do Batovi Lobo d'Eça, marechal herói da Guerra do Paraguai, uniformizado, junto com outros companheiros. Tudo em nome da contra-violência inominável praticada por federalistas no Paraná e Santa Catarina. Era a lei de Talião, "olho por olho, dente por dente", ao invés de orientação mais consentânea, expressa pelo general Simon Bolívar: "nas guerras civis, é político ser generoso, pois, do contrário, a vingança aumenta progressivamente."

Os revoltosos do Rio de Janeiro, levados para Montevidéu por corvetas de Portugal, inquietam-se e muitos conseguem fugir, até que remanescentes, embarcados em navio especialmente fretado, o *D. Pedro II*, foram transportados para Portugal e internados nas fortificações de Peniche e Elvas.

Em 23 de abril, a esquadra legal foi operar em Paranaguá e São Francisco. Entre 24 e 30, atuou em Paranaguá – Porto das Águas, onde restaurou a autoridade legal, inclusive em Antonina. Nesse interim, em Montevidéu, o almirante Saldanha conseguiu libertar-se do navio português onde se asilara.

A esquadra restabeleceu a legalidade em São Francisco e, em 2 de maio, retornou à ilha de Santa Catarina, cruzando com o *Aquidabã*, que soçobrara no razo e estava sendo reparado para ser levado para o Rio de Janeiro. Em 4 de maio de 1894, após deixar o *Aquidabã* sob a proteção do *Santos* e das canhoneiras, a esquadra legal partiu para Montevidéu, para buscar os navios dos revoltosos que o almirante entregara a Argentina. Devolvidos, haviam chegado a ilha Martim Vaz, rebocados, em 16 de maio. Eram eles o *Iris*, o *15 de Novembro* (ex-República), o *Meteoro*, e o *Esperança*, que necessitavam de reparos, antes de voltarem ao Rio. Por essa razão a esquadra legal permaneceu em Montevidéu até 8 de junho, de onde rumou para Santa Catarina, composta agora de 15 unidades. Após permanecer desde 10 nesse local, partiu para o Rio em 13, chegando na Ilha Grande em 17.

No dia 21 de junho de 1894, ela entrou na baía da Guanabara vitoriosa e com sua missão bem cumprida, tendo sido muito bem recebida, conforme relatou seu tripulante, o jovem Malan d'Angrone, mais tarde chefe do estado-maior do Exército:

***“Chegamos ontem de Montevidéu, rebocando os navios aprisionados. Não te podes dar conta da acolhi-***

***da do Rio de Janeiro, flores, salvas aclamações, bandeiras etc. Senhores que nos cumprimentam, senhoras a nos festejar, moças que nos sorriem...”***

Com ela vinha, rebocado, o famoso encouraçado *Aquidabã*, que 12 anos mais tarde, na baía de Jacuacanga, explodiria acidentalmente, afundando com os corpos de muitos irmãos brasileiros mortos. Hoje seus restos ainda podem ser vistos no fundo do mar. O acidente comoveu todo o Brasil. Seu nome lembrava o local onde teve fim, em 1º de março de 1870, a Guerra do Paraguai.

A campanha da esquadra legal foi encerrada em 23 de junho, após cinco meses de atuação efetiva. Foi então dissolvida, e seu comandante, em ordem-do-dia, assim viu e registrou para a posteridade a sua atuação:

***“A vitória da causa legal e o restabelecimento da paz e da tranquilidade de nossa Pátria foram os frutos colhidos pelos varonis esforços que empregamos para debelar a revolta que, nascida sem causa legítima, apenas para satisfazer mesquinhas ambições, ameaçava tragar o Brasil em sua voragem. Cumprimos o nosso dever e, por mais ingrata e rude que nos parecesse a tarefa, alentava-nos sempre a esperança de que a vitória traria tão assinalados serviços ao País, que os nossos sacrifícios seriam largamente compensados. Aos jovens camaradas de terra e mar, que tão relevantes serviços acabam de prestar à República, compete agora dedicarem-se ao estudo e ao trabalho.”***

Para o almirante Gonçalves, a causa da Revolta foi “apenas satisfazer mesquinhas ambições”. Era uma velada crítica ao líder Custódio de Mello.

Dois dias depois dessa ordem-do-dia, em Portugal, os revoltosos que foram internados na fortalezas de Peniche e Elvas, protestaram pelos maus tratos que lá recebiam, nada tendo podido fazer por eles o almirante Saldanha da Gama, que se empenhara fundo em defendê-los, sem sucesso.

O almirante Gonçalves, por ordem do Congresso, retornou, em 30 de junho ao serviço ativo da Marinha. Pouco se tem falado ou escrito sobre a epopeia que comandou com tanta dignidade, profissionalismo e patriotismo. Dele tomamos conhecimento através de palestra do historiador naval, almirante Leôncio Martins, no Serviço de Documentação da Marinha, onde se iniciou a lhe fazer justiça. Penso que sua memória precisa ser resgatada e cultuada no Brasil, retirada a enorme pedra que foi colocada sobre seus serviços e sua memória. Ele sem dúvida, se constitui em grande exemplo e em um grande expoente naval brasileiro, como o são os almirantes Tamandaré, Barroso, Custódio, Saldanha da Gama, Alexandrino, de Alencar etc. “História é verdade e justiça.” “Informação é liberdade de escolha.”

A posteridade brasileira precisa melhor conhecer o almirante Gonçalves para melhor julgá-lo, sobretudo com empatia.

Os oficiais tripulantes da *Aquidabã* após deixá-lo, em 16 de abril procuraram junção com os federalistas de Gumersindo Saraiva, que retornaram ao Rio Grande, em 25 de abril de 1894, a partir de Curitiba, por impedidos de prosseguir, após a épica e legendária resistência da Lapa comandada por Gomes Carneiro. Essa retirada de tripulantes e revoltosos do *Aquidabã*, sob a liderança do comandante Alexandrino de Alencar, é relatada, com detalhes interessantes, por Angelo Dourado, em *Voluntários do Martírio* (P. Alegre: Martins Livreiro, 1975), obra rica em informações sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina e no Paraná.

Em 23 de setembro de 1894, foi formada a Junta Revolucionária, composta pelos almirantes Custódio de Mello, Saldanha da Gama e Silveira Martins, visando a uma nova invasão ao Rio Grande do Sul. Ela teve lugar em 28 de abril de 1895, com Saldanha da Gama à frente do Exército Libertador, constituído de 900 homens, sendo 150 marinheiros remanescentes da Revolta da Esquadra. No dia seguinte, ele foi lanceado em Campo Osório, por republicanos, a mando superior do General Hipólito Pinto Ribeiro. Foi o epílogo, de fato, da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Floriano já havia deixado o governo fazia 5 meses e meio. Fora substituído por seu adversário político, Prudente de Moraes. Decorridos 5 dias da morte de Saldanha da Gama, morreu Floriano Peixoto, em Divisa (atual Floriano), Barra Mansa. Quando Saldanha da Gama e Floriano desapareceram, fazia

cerca de mês e meio que havia desaparecido, em Carovi, o general federalista Gumersindo Saraiva, atingido por disparo fatal, quando procedia um reconhecimento.

Em 21 de outubro de 1895, foi assinada a Paz de Pelotas, pelo general Galvão de Queiroz, pelo governo, e pelo general Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares), a qual foi ratificada, no dia seguinte, pelo presidente Prudente de Moraes, que concedeu anistia aos revoltosos da Armada e revolucionários federalistas.

“História é verdade e justiça”, repetimos. Deixo à inteligência da posteridade as conclusões e as lições a serem tiradas do episódio tristíssimo que se acaba de recordar e que deixou, em sua esteira, as manchas negras dos degolamentos em massa de Rio Negro e Boi Preto e os fuzilamentos em Santa Catarina e Paraná, na fortaleza de Santa Cruz e no km 64 da ferrovia Curitiba – Paraná. Esses fuzilamentos eliminaram, sumariamente, o capitão-de-mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lucena, um soldado valoroso que presidira o governo provisório do Brasil em Santa Catarina, à frente do qual cumpriu os ditames da ética militar, em relação aos prisioneiros.

Uma, ou a mais preciosa tradição gaúcha é a de “firmeza e doçura”, que se traduz, em combate: firmeza, por lutar com toda a garra, valor e determinação e doçura por tratar, após a vitória, como respeito e como religião, a vida, a família, a dignidade, o patrimônio e a honra do vencido inerme. Isso foi o que os farrapos transmitiram e que os combatentes de 1893-95 excepcionalmente honraram.

### **APÊNDICE 3: Repercussões da ação do Embaixador do Brasil nos EUA no combate à Revolta da Armada Brasileira**

Por ocasião da Revolta da Armada, destacou-se a ação do embaixador do Brasil nos EUA, Salvador Mendonça. Sua brilhante ação diplomática foi decisiva para a intervenção dos EUA a favor do governo brasileiro. A ele e à sua experiência de 18 anos com o governo americano se devem as bem-sucedidas gestões junto ao secretário de Estado Gresham, e deste junto ao presidente Cleveland, as quais resultaram, segundo penso.

- na destituição, por Cleveland, de seu amigo, contra-almirante Os-

car F. Staton, o qual, a bordo do cruzador Newark, em 30 de outubro de 1893, na baía de Guanabara, trocou salvas com os revoltosos da Armada, visitou e foi visitado pelo almirante Custódio de Mello, chefe da revolta;

- em ordem pessoal do presidente Cleveland, para que o contra-almirante Beham seguisse, da ilha da Trindade, para o Rio, para pôr fim ao bloqueio naval do rio e de Niterói, imposto pela Revolta da Armada, o que foi executado com um disparo do cruzador *Detroit* contra o *Trajano* revoltoso;
- em ordem ao embaixador americano *Thompson* no Brasil, para que descesse de Petrópolis, onde buscara proteção, e cerrasse junto ao governo brasileiro no Rio, ao invés de sobre o corpo diplomático que o estava influenciado e, em especial, o embaixador da monarquia inglesa;
- na atitude dos EUA de prestigiarem a consolidação da nóvel República do Brasil, ao invés de favorecerem a restauração da monarquia, como no Haiti;
- em prevenir, através de disposição demonstrada por Cleveland de, no momento oportuno, distribuir nota às nações europeias, alertando-as de que intervenção de parte delas nos assuntos domésticos do Brasil seria considerada, pelos EUA, uma violação da Doutrina Monroe;
- em proteção dos EUA, em Portugal, de súditos do Brasil, de represálias decorrentes do rompimento de relações diplomáticas Portugal – Brasil, em razão de inconformidade do governo brasileiro, por Portugal haver dado asilo político em seus navios a revoltosos e após, em Buenos Aires, não ter evitado que eles em maioria fugissem e se incorporassem aos federalistas;
- em atuar junto a Cleveland, para negar aos revoltosos o reconhecimento como beligerantes e que aquele presidente, ao se oferecer para mediar a questão governo x revolta implicaria, *a priori*, em reconhecer a beligerância;
- em conseguir junto aos EUA a compra de navios, equipamentos, armamentos, munições e, inclusive, parte das guarnições americanas para organizarem, equiparem, instruírem e operarem a esquadra legal, o que, efetivamente, contribuiu para o término da Revolta no Rio, no Paraná e Santa Catarina;

- em evitar, seguindo orientação do Governo Brasileiro, que os EUA, na impossibilidade de vender ao Brasil os cruzadores *Charleston* e *Newark*, atuasse, só ou em conjunto, com nações europeias, com suas forças navais, para por fim à Revolta com ofensa à soberania do Brasil que queria, com seus próprios meios terrestres e navais, combatê-la, como aconteceu;
- em disposição dos EUA de romper o bloqueio naval do Rio e de Niterói, mesmo que as nações européias reconhecessem a Revolta como beligerante.

#### **APÊNDICE 4: O Organizador e comandante da esquadra legal, almirante Jerônimo Francisco Gonçalves (1835-1803)**

Não foi tarefa fácil obter-se dados biográficos do almirante Gonçalves, que comandou a esquadra legal, chamada, pejorativamente, de “esquadra de papelão”, e que combateu, em 1893/94, um quinto, ou 20%, da esquadra em revolta, segundo ouvi do historiador naval almirante Leônico Martins, em Bagé, em 28 de abril de 1993. Ficamos curiosos com duas referências ao ilustre, mas esquecido, personagem naval, apresentado como um grande herói brasileiro.

A primeira foi de Henrique Boiteux, historiador naval brasileiro que, como tenente, servira na esquadra legal no comando da canhoneira *Sabino Vieira*, ao escrever suas reminiscências: “Ao apresentar-me a bordo do navio de guerra *Itaipú*, já encontrei nele o almirante Jerônimo Gonçalves, *cujos exemplos de bravura na Guerra do Paraguai encheram nossa História*” (o grifo é nosso).

A segunda foi de Eloy Pessoa, fundador da **Revista Marítima Brasileira**, após Jerônimo ser reformado: “Em qualquer eventualidade que o Brasil exija um patriota dedicado até o sacrifício, Jerônimo Gonçalves se apresentará como seu gênio militar e a sua valente espada para brilhantemente provar que apenas repousa de uma grande luta (Guerra do Paraguai) *de que fora grande herói*” (o, grifo é nosso).

Procurando essas informações que o davam como um bravo e herói naval, encontramos a confirmação na obra do capitão-de-fragata Alberto Augusto Gonçalves, **Traços biográficos do almirante Jerônimo F. Gonçalves**. Rio, Imprensa Naval, 1943 (Separata de Subsídios da História Marítima do Brasil). Nela seu biógrafo e genro,

nas palavras iniciais, informa seu propósito:

***“Trata-se de justa homenagem a marinheiro ilustre, cidadão insígne, homem bom e digno, cuja existência constitui um rosário de notáveis serviços prestados ao Brasil, na paz e na guerra, e exemplo digno de ser transmitido às gerações vindouras... pelo seu grande amor ao Brasil, por ele colocado acima de tudo na vida.”***

Lenda sua biografia, concluir estar lidando com um dos mais bravos, constantes, intrépidos, valentes e determinados guerreiros navais do Brasil na Guerra do Paraguai, que fez jus a 5 (cinco) citações por bravura em combate, e que dividiu com o tenente-coronel Vilagran Cabrita, atual patrono da Engenharia do Exército, as glórias da conquista da Ilha da Redenção, além de haver deixado na esteira dos navios que comandou, um rastro de glórias que encheram as páginas de nossa História.

Sua atuação na ilha da Redenção, por iniciativa própria e contrariando ordens, salvou a vida de centenas de soldados brasileiros, e talvez tenha sido decisiva para a conquista da ilha defronte ao forte de Itapirú, em cuja conquista teve importante papel, bem como no bombardeio de Curupaiti com sua canhoneira *Henrique Martins*.

No comando do encouraçado *Cabral* forçou Curupaiti, sendo o 4º navio a atingir a meta. Duelou com a poderosa bateria Londres de Humaitá, e foi o 1º a defender a possibilidade de forçamento de Humaitá pela esquadra, o que lhe valeu algumas dificuldades e incompreensões. Vitoriosa sua ideia não conseguiu ficar na testa da coluna como pleiteara. Mas agora, no comando do encouraçado *Silvado* apoiou em local de muito perigo, ancorado na margem, a épica transposição de Humaitá.

Segundo o comandante da esquadra, visconde de Inhaúma, Jerônimo e mais dois comandantes foram colocados em locais de maior perigo e honra no forçamento de Humaitá, operação épica classificada por Caxias “de ação superior às das marinhas europeias e norte-americanas em suas arriscadas lutas”.

De temperamento forte, altivo, mas não presunçoso, defendia seus pontos de vista com firmeza, clareza e coragem moral. Por

isso terminou entrando em choque com o comandante da esquadra, *Inhaúma*. Deste então, e até este deixar o comando da esquadra em operações, Jerônimo teve seu purgatório que suportou com muita altivez. Ao final foi nomeado diretor de um hospital, que recusou, dizendo que não possuía predicados de enfermeiro. Nomeado comandante do Beberibe, não aceitou, sob o argumento de estar vago o comando do encouraçado *Colombo*, que assumiria logo após Inhaúma deixar o TO.

Enquanto ia acesa essa diferença, o imperador e o próprio ministro da Marinha – Barão de Cotegipe, diplomaticamente intercediam por ele junto a Inhaúma. O imperador escreveu ao ministro da Marinha nos seguintes termos: “Espero que o Inhaúma já tenha dado a lição no Gonçalves que é um oficial de muito préstimo.” Do ministro da Marinha, a Inhaúma, intercedendo por Jerônimo, um jovem oficial de 33 anos apenas, e daquele tipo audaz e intrépido que um comandante um dia já fora e que agora tem que segurá-lo, como um dia foi segurado:

***“Relevo como eu relevei as criaçadas e aproveite o que há de bom no rapaz. Sei que não falta coragem à nossa oficialidade e louvo os ciúmes que tem por motivação, o desejo de se distinguir.”***

Em 16 de fevereiro de 1869, assumiu o comando do 4º navio nessa guerra, o encouraçado *Colombo* e iria comandar a última operação de guerra naval do conflito.

Foi-lhe confiada a difícilíssima, muito arriscada e talvez, a rigor, imprópria operação naval de, no comando de uma flotilha fluvial, remontar o estreito e raso rio Manduvirá, até Guaraguataí, na caça dos remanescentes da esquadra do Paraguai. Foi a última expedição de guerra naval de nossa gloriosa marinha de guerra, sob fogo inimigo disparado das margens dos rios. Durante 15 dias de lutas, vigílias, martírios e dias trabalhosos, ele esteve à frente desse épico feito naval, digno de um filme que deseje exaltar a fibra e a coragem de nossos bravos marinheiros.

Por seu desempenho heroico foi elogiado pelo imperador e ministro da Marinha que conheciam seu grande valor. Inhaúma também admirou-lhe o gesto. Apenas, como chefe experimentado, tentava segurar os arroubos do jovem e intrépido guerreiro naval, o que é comum

na História Militar. Segundo seu genro, Jerônimo não era presunçoso mais sim corajoso, confiante e com a noção exata do praticável, além de muito modesto, ao ponto de seus filhos desconhecerem seus feitos heroicos.

Outro feito de Jerônimo foi concorrer decisivamente para expulsar, do rio e dos encouraçados *Cabral* e *Lima Barros*, as hordas de paraguaios que os abordaram. Jerônimo com o *Silvado* fez fogo contra essas canoas pondo a pique muitas delas e dispersando suas guarnições. Ao amanhecer, abordou o *Cabral* e ajudou, num corpo-a-corpo que liderou, a expulsar de bordo o inimigo. Jerônimo, desde a ilha da Redenção, até o término da guerra para a Marinha, esteve sempre no ponto focal da luta e com destaque.

Ao final da guerra casou-se com a baiana Hersilia Baggi de Araújo, em 18 de fevereiro de 1871, aos 36 anos, cuja união feliz deu origem a 9 filhos, 24 netos e 17 bisnetos.

Em 1872, coube-lhe o comando da legendária Amazonas e o Distrito Naval da Bahia. Viajou a Europa para estudar o fabrico, ataque e defesa de torpedos. Comandou o encouraçado *Brasil*, com o qual encalhou no Albardão, tendo sido absolvido, por unanimidade, em Conselho de Guerra de praxe que o julgou. Comandou o Batalhão Naval, o qual disciplinou de forma notável. Ao final, recebeu lembrança de seus subordinados, entre eles Alexandrino de Alencar que enfrentaria, em 1894, como comandante do *Aquidabã*. Em cartão expressivo era ressaltado que comandara combinando doçura com firmeza, sempre que uma ou outra se fizesse necessária. Comandou a Divisão Naval do Pará. Atingiu o generalato como chefe de divisão, em 24 de novembro de 1881. Republicano, não cedeu à tentação de oferta de um título nobiliárquico. Reformou-se em 1883, com 35 anos de serviço. Residiu 5 anos na Europa e retornou em 1889. Essas eram suas qualificações que o recomendaram ao comando da esquadra legal aqui estudada.

Jerônimo nasceu em Salvador, em 23 de abril de 1835. Era filho do industrial João Francisco Gonçalves e de Ignez Gonçalves de Araújo. Ingressou na Escola Naval em 1852, quando ela funcionava na atual praça Mauá. Guerreiro naval nato, embarcou nos navios *Constituição*, *Euterpe*, *Golfinho*, *Canope*, *Catarinense*, *Olinda*, *Toneleiro*, *Japurá*, *Ypiranga*, *2 de Julho*, *Magé*, *Baiana*, *D. Januária*, *Prince-*

sa de Joinville, Itajaí, Itamaracá, Henrique Martins, Cabral, Silvado e Colombo, sendo os 4 últimos como comandante, todos na Guerra do Paraguai. Na paz comandou o Amazonas e o Brasil.

Comandante energético e disciplinador, ao encontrar, a bordo dos navios tripulados por americanos e que, até então, possuíam supremacia a bordo, reagiu violentamente, quando estes o receberam no convés em desalinho e displicentes. Segundo Henrique Boiteux, que testemunhou

***“o almirante que dominava o inglês disse-lhes com veemência que um almirante brasileiro não admitia aquela desconsideração. E para honra nossa fez-lhes baixar a crista e deles se desfez na primeira oportunidade, visto não concordar na ingerência de estranhos em assuntos que somente a nós competia decidir. Estomagados ficaram os americanos mas não tiveram outro recurso senão submeterem-se ao almirante Gonçalves”.***

Em 13 de maio de 1895, 1º aniversário da entrada da esquadra legal no Rio, oficiais do Exército e Marinha, representando o congratamento dessas forças, ofereceram-lhe um quadro alusivo, que trazia a seguinte inscrição:

***“Ao heroico almirante republicano, oferecem os verdadeiros republicanos, em lembrança de seu comando-em-chefe da Esquadra Republicana, comemorando o dia mais gloriosos de sua vida – 13 de maio de 1894.”***

Jerônimo fora um paladino da união Marinha-Exército. Na guerra sempre recebeu em seus navios o Exército e sempre fora o primeiro a socorrê-lo, como foi o caso da ilha da Redenção, mesmo contrariando ordens superiores, mas merecendo, após, de Tamandaré, esta referência ao Ministro da Marinha: A canhoneira *Henrique Martins* (de Jerônimo) foi “a gloriosa do dia 10 de abril”. Faleceu em 1º de maio de 1903, aos 68 anos. Em que pese seus notáveis e heroicos serviços ao Brasil, é vulto naval pouco lembrado e muito menos festejado. Conheci-o através do almirante Leôncio Martins, no Serviço

de Documentação Geral da Marinha, o qual, dentro da ideia de que História é verdade e justiça, está colocado no seu merecido lugar, entre os grandes heróis navais do povo brasileiro. Sem dúvida, sua atuação brilhante à frente da esquadra legal que pôs fim a 1/5 da Armada em revolta, é um dos grandes feitos da História Naval do Brasil, que precisa ser ressaltado e dele tirados os ensinamentos que sugere, passadas as paixões daquele momento, para serem incorporados ao patrimônio cultural naval do povo brasileiro.

### Fontes Consultadas

Bibliografia que permite ao leitor ou pesquisador do futuro resgatar informações sobre a Revolta da Armada e suas implicações. As fontes numeradas se referem especificamente aos assuntos a seguir:

- Intervenção estrangeira: 8, 11, 12, 15, 16, 21, 24, 29;
- Revolta na Armada: 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 25, 26, 27, 28 e 30;
- Revolta Federalista: 1, 5, 7, 10, 11, 13, 17, 19, 25, 26 e 28;
- Esquadra legal ou “esquadra de papelão”: 6, 9, 14 (completa), 18, 22, 27 e 28;
- Almirante Jerônimo Gonçalves – o comandante da esquadra legal: 14 (completa) e 27.
- A presente interpretação se baseou no estudo das seguintes fontes:

ABRANCHES, Dunshe. **As Revoltas da Armada e Rio-Grandense**. Rio: 1914.

ALENCAR, Alexandrino de, CF. carta relatando o combate do Deserto de 16 de abril de 1893. *In*: VILLALBA, **Revolução Federalista**. Rio, Laemmert, 1897. (Carta que tem que ser criticada a luz da carta de Altino Correia mencionada nesta lista de fontes).

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto. CMG. O pensamento político dos líderes da Revolta da Armada. **Anais do Congresso da História da República**. Rio: IHGB, 1989, págs. 29-52 (explicação de militarismo).

BENTO, Cláudio Moreira. Cel. **O Exército na proclamação da República**. Rio: SENAI, 1989.

IDEM. **A Revolução de 93 e a Arte Militar. Fontes para a História**

**da Revolução de 93.** Bagé: URCAMP, 1990.

BOITEX, Henrique, Alte. **Reminiscências** (descreve sua atuação na Esquadra Legal ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves cujos traços de seu perfil de comandante competente assinala. Dados fornecidos por Walter Piazza, presidente de IHGSC e ligado culturalmente aos Boitex).

CÂMARA DE DEPUTADOS. **Perfil parlamentar de Gaspar Silveira Martins.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

CASTILHOS, Augusto de. **Portugal Brasil – conflito diplomático.** Lisboa: 1894, v. 3 (focaliza a intervenção portuguesa).

CORRÊA, Altino, CF. em PORTO, J. A. dos Santos CT cit e em GONÇALVES, Alberto, obras citadas nesta bibliografia consta sua carta que rebate colocações do comandante Alexandrino de Alencar do Aquidabã que torpedeou em 16 de abril de 1894, em Desterro. A versão daquele consta de Carta em VILLALBA. **Rev. Fed. RGS 93** citada também nesta bibliografia.

CORREIA, Carlos Humberto. O Governo Revolucionário de Desterro. **Anais do Congresso de História... da República no Brasil.** Rio: IHGB, 1989, págs. 127-135, v.2.

IDEM. Fontes Rev. 93, Bagé: URCAMP, 1983, v. 1.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **A diplomacia do Marechal.** Rio: Z. Valverde, 1945.

IDEM. A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra; **Rev. Província de São Pedro.** P. Alegre: Liv. Globo, 1945 (com apoio documentação oficiais; sobre o incidente e na de Salvador Moreira).

DOURADO, Angelo. **Voluntários do Martírio.** P. Alegre: M. Livreiro, 1973, 2ª ed. (focaliza a retirada de revoltosos e federalistas de Santa Catarina).

GONÇALVES, Alberto Augusto, CF. Traços biográficos do almirante Jerônimo Gonçalves. Rio, Imprensa Naval, 1943 (é o mais circunstanciado e completo estudo biográfico do almirante Jerônimo Gonçalves e de sua atuação heroica e legendária na Guerra do Paraguai e no comando da esquadra legal que comandou no combate à Revolta da Armada. Contém depoimento em sua defesa do comandante Altino Correa, cuja torpedeira torpedeou o Aquidabã. É fonte básica para o estudo da esquadra legal ou de papelão pois a aborda nos mínimos detalhes).

LAFAYETE, Pedro. **Saldanha da Gama**. Rio: Ed. Souza, 1959, págs. 27-105 (focaliza a intervenção estrangeira). Contém subsídios bem esclarecidos sobre a intervenção dos EUA na Revolta da Armada.

MAGALHÃES, J. B. Cel. A intervenção estrangeira. In: **A consolidação da República**. Rio: Bibliex, 1947, págs. 105-109.

MEIRINHO, Jali. Revolução Federalista e Revolta da Esquadra em Santa Catarina. **Fontes para a História da Revolução de 93**. Bagé: URCAMP, 1983.

MALAN, Alfredo Souto, Gen. **Uma escolha um destino**. Rio: Bibliex, 1977, págs. 46-55 (referências à esquadra legal ou esquadra de papelão).

MARIANTE, Hélio Moro, Cel. PM. A Revolução de 93. **Anais do Congresso de História... da República no Brasil**. Rio: 1989, v. 2, págs. 137-160.

MARIANTE, Hélio Moro, Cel. PM. A Revolução de 93. **Anais do Congresso de História... da República no Brasil**. Rio: 1989, v. 2, págs. 137-160.

MARTINS, Hélio Alonso, Alte. A Revolução da Armada. **Anais do Congresso de História... da República no Brasil**. Rio: IHGB, 1989, págs. 3-126.

PORTO, J. A. dos Santos, CT. **O combate de 16 de abril de 1894 – reflexões e documentos**. Rio: Casa da Moeda, 1895 (rebate versão do comandante Alexandrino de Alencar do encouraçado *Aquidabã*, torpedeado pela torpedeira *Gustavo Sampaio*, ao comando de Altino Correia, cujo depoimento a respeito esta obra transcreve. A carta de Alexandrino se acha publicada em VILLALBA a **Revolução Federalista do RGS** e em publicação referida no texto).

REVISTA DO CLUBE MILITAR. Edição histórica do Clube em seu centenário em 1987, nº 280 (focaliza lideranças do Exército e Armada em União).

RODRIGUES, José Honório. A intervenção estrangeira e a Revolta da Armada. **Fontes para a História da Revolução de 93**. Bagé: URCAMP, 1983.

THOMPSON, Arthur, Alte. **Guerra Civil no Brasil de 1893-95**. Rio: Ravaro, 1934.

VERNALHA, Milton Miró. **Maragatos x Pica-Paus**. Curitiba: Ed. Litero Tec. 1984.

VILLALBA. **A Revolta da Armada**. Rio: Laemmert, 1896, 3. ed. (fotos dos personagens principais plantas a cor porto Rio e combate Desterro e valiosas fontes primárias).

IDEM. **A Revolução federalista no RGS**. Rio: Laemmert, 1897 (ilustrada, comandada e com 148 fontes primárias e mapa do itinerário revolução).

VILLAR, Frederico, C Alte. A intervenção estrangeira em 93. **Revoluções que eu vi**. Rio: Bibliex, 1951, págs. 99-109 (biografia do almirante Saldanha, vista por um participante da revolta).

WEHRS, Carlos. Niterói, Rio: Graf. Vida Doméstica, 1984 (A revolta em Niterói).

## **A REVOLTA DE CANUDOS - BAHIA - 1895/97**

Fazia pouco tempo que fora celebrada a Paz de Pelotas, e estourou a Guerra de Canudos na Bahia, que durou de 21 de novembro de 1896 – ataque de Uauá, até 6 de outubro de 1897, arrasamento do arraial de Canudos. Ou quase um ano.

Foram necessárias 4 expedições para finalmente dominar a Revolta de Antônio Conselheiro, explorada como restauradora da Monarquia e uma ameaça à República. Problema que foge da finalidade deste trabalho.

### **1ª Expedição**

Duração 6 – 24 Nov 1897. Tropa: uma Cia do 9º BI (Salvador) ao comando do Ten Manuel da Silva Pires Ferreira. Foi atacada em Uauá por jagunços em 6 Nov 1896 e obrigada a retirar-se à noite para Juazeiro-BA, com 10 mortos (1 of. 7 sold. E 2 guias civis).

### **2ª Expedição**

Duração 25 Nov 1896 a 22 Jan 1897. Tropa: 600 homens do 9º BI (Salvador), 33º BI (Maceió) e 26º BI (Sergipe), 5º R Art e PM da Bahia. 2 Krupp 7,5 e 3 mtr. Nordenfelt. Comandante: Maj Febrônio de Brito. Combateu em 18 e 19 Jan 1897. Neles, a coluna foi envolvida por jagunços e retirou-se em ordem para Santa Amaro, onde chegou salva, lamentando 10 mortes.

### **3ª Expedição**

Duração 6 Fev a 4 Mar 1897. Tropa: uma brigada de cerca de 1.300 homens – 7º BI (Rio), 9º BI (Salvador), 16º BI (Salvador), 1 Bia (2º RAC-Rio), 1 Esqd. (9 RC – Rio). Armamento: Fuzis Mannlicher e Comblains e 6 canhões Krupp. 157 soldados da PMBA.

Comandante: Cel Antonio Moreira César.

A expedição fracassou em 4 de maio, após a morte do comandante. Debandada geral para Queimados. Mortos 13 Of Ex., 53 sold. Ex. e 50 sold. da PMBA, num total de 116 mortos.

### **4ª Expedição**

Duração 6 Mar a 6 Out 1897. Força de 10.000 homens. Comandantes saídos do Rio Grande do Sul, os agora Generais Arthur Oscar, Claudio Savaget do Amaral, Carlos Telles, Cel Thomaz Tompson Flores, Cel João César Sampaio, Cel Donaciano de Araújo Pantoja e Ten Cel Antonio Tupi Ferreira Caldas.

O comando da expedição coube ao Gen Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Expedição dividida em 2 colunas, sendo que a 2ª coluna foi comandada pelo Gen Savaget e integrada por três brigadas, das quais a 4ª ao comando do Cel Carlos Telles (31º BI e 12º BI e 1 Esqd, 9ª RC e Art.), 6ª pelo Cel Donaciano Pantoja (ex-comandante do 28º BI em Rio Negro) com o 26º BI, 32º BI e 33º BI e Art. O Cel João César Sampaio assumiu o comando da 6ª Bda da 2ª coluna em 27 Set, e Savaget e Carlos Telles são substituídos, por terem sido feridos.

Comandou a 5ª Bda o Ten Cel Tupi Caldas.

Participaram da expedição as seguintes unidades da 3ª RM ou que a reforçaram durante a Revolução Federalista:

- 4º BI (São Gabriel)
- 12º BI (Rio Grande)
- 28º BI (Rio Pardo)
- 29º BI (Pelotas)
- 30º BI (Porto Alegre)
- 11º BI (Fortaleza)
- 25º BI (São Paulo - que estava em Porto Alegre)
- 31º BI (São João del Rey - que estava em Bagé)

- 32º BI (Vitória-ES - que estava em São Gabriel)
- 35º BI (Teresina - que estava em Rio Grande)
- 2º BI (atual 1º BFv de Lages-SC)

O Ministro da Guerra apoiou a Expedição resolvendo o problema logístico. Era filho do Rio Grande do Sul e ex-comandante da 3ª RM - o Marechal Bittencourt.

O grosso da tropa da 3ª RM combateu na 2ª coluna que saiu de Aracajú. Comandou a 3ª brigada da 1ª coluna o Cel Thomaz Tompson Flores a partir de maio.

As OM saídas da 3ª RM tiveram as seguintes baixas:

• 4º BI (São Gabriel) -	16 mortos
• 12º BI (Rio Grande) -	55 mortos
• 28º BI (Rio Pardo) -	2 mortos
• 29º BI (Pelotas) -	10 mortos
• 30º BI (Porto Alegre) -	50 mortos
<b>TOTAL</b>	<b>133 mortos</b>

Unidades que estavam no Sul e para lá retornaram:

• 21º BI (São Paulo-SP) e de Porto Alegre -	71 mortos
• 31º BI (São João del Rey) e de Bagé -	70 mortos
• 32º BI (Vitória-ES) e de São Gabriel -	38 mortos
• 35º BI (Terezina) e de Rio Grande -	29 mortos
<b>TOTAL</b>	<b>208 mortos</b>

Total de baixas das tropas da 3ª RM: representou cerca de 37% no total de 910 mortos, dos quais 83 oficiais e 827 praças.

Foram as seguintes baixas por morte em oficiais:

• 4º BI (São Gabriel) -	2 mortes
• 12º BI (Rio Grande) -	4 mortes
• 28º BI (Rio Pardo) -	1 morte
• 29º BI (Pelotas) -	4 mortes

• 30° BI (Porto Alegre) -	3 mortes
<b>TOTAL</b>	<b>14 mortes</b>
• 25° BI (São Paulo-SP) e de Porto Alegre -	6 mortos
• 31° BI (São João del Rey) vindo de Bagé -	7 mortos
• 32° BI (Vitória-ES) vindo de São Gabriel -	5 mortos
• 35° BI (Terezina) vindo de Bagé -	1 morto
<b>TOTAL</b>	<b>19 mortos</b>

Total de oficiais expedicionários da 3ª RM mortos: 36%, ou cerca de 40% do total de 83 mortos na Expedição.

### Bibliografia

O que foi a luta em Canudos e a participação da 3ª RM pode ser acompanhado na extensa bibliografia da Guerra de Canudos que consta da obra:

SAMPAIO NETO, Augusto Vaz, Ten. Cel. et alli. **Canudos subsídios para sua reavaliação histórica**. Rio, Casa de Rui Barbosa, 1986.

Interessam particularmente à 3ª RM além, **Os Sertões**, livro de Euclides da Cunha:

#### Livros

GUIMARÃES, Carlos Eugênio de A. **Arthur Oscar – um soldado do Império e da República**. Rio. BIBLIEX, 1965. (O autor comandou a 3ª RM em 1897, além de haver combatido em Canudos).

MELO, Dante. **A verdade sobre os Sertões**. Rio, BIBLIEX, 1958. (Os gaúchos em Canudos).

SOARES, Henrique Duque Estrada de Macedo. **A Guerra de Canudos**. Rio, BIBLIEX, 1959.

#### Monografias e Artigos

BARRETO, Emídio Dantas, Cel. Última expedição a Canudos. Palegre, A. Franco, 1898. (Foi comandante do 25º BI. Rico documentário com fotos chefes).

GUEDES, Pelino. **O Mar. Carlos Machado Bittencourt**. Rio, Tip. Leuzinger, 1898.

A Guerra de Canudos em fotografia. **Bahia Ilustrada**. Rio, Jun. 1919.  
MORAIS, Manuel H. A. de. Influência da Logística em Canudos. Rio:  
**Revista do Clube Militar**. Set./Out. 1955.

NERI, Constantino. **A 4ª Expedição a Canudos – Diário de Campanha**. Pará: Tip. Pinto Barbosa, 1898.

OLIVEIRA, João Pereira, Gen. **Vultos e fatos de nossa História**. P. Alegre: Martins Liv. 1985. (Estuda Carlos Telles em Canudos e a atuação dos gaúchos).

Segundo Euclides da Cunha,

***“Carlos Telles compreendeu como poucos por sua intuição guerreira gaúcha a Guerra de Canudos. Ades-  
trou a sua 4ª Brigada (12º BI do Rio Grande, 31ª BI de  
Bagé e Art.) e a adaptou à adversidade do terreno.”***

E sobre o que foi a contribuição gaúcha da 3ª RM, assim ele a imortalizou em **Os Sertões**:

***“Sempre na vanguarda, os batalhões gaúchos dis-  
tinguiram-se extraordinariamente na luta. Foram os pri-  
meiros que não se deixaram surpreender e os primeiros  
a surpreender os jagunços.”***

A 4ª Brigada brilhou em Cocorobó e no ataque final a Canudos.

Atribuiu-se a Carlos Telles a iniciativa de escolher no seu 31º BI 60 homens habituados às lides campeiras no Sul e com eles improvisar um esquadrão de lanceiros que em Canudos desempenharam importante função tática e logística:

Tática: Execução de reconhecimentos que, pela 1ª vez, preveniram ataque de surpresa.

Logística: Arrebanhamento de gado espalhado pelo sertão para alimentar a expedição,ilhada, na caatinga, até que o Mar Bittencourt, Ministro da Guerra, desse solução logística ao problema.

A Brigada de Carlos Telles foi chamada pelos jagunços – “batalhão talentoso”.

Foram enviados para Canudos os seguintes coronéis de Infantaria que mais se haviam distinguido no combate à Revolução Fede-

ralista: Arthur Oscar, Thomaz Flores, João César Sampaio e o Ten Cel Tupi Caldas, e mais o Cel Savaget, chegado em final de 1897.

Pereceram à frente de suas tropas o Cel Thomaz Tompson Flores e Ten Cel Tupi Caldas. Foram feridos em ação o Gen Savaget e o Cel Carlos Telles.

Todos os citados praticaram atos de bravura e se destacaram na ação.

Pouco se menciona do Cel Pantoja, que comandava o 28º Bi em Rio Negro, em 28 de novembro de 1893.

O 28º Bi sofreu muito, moralmente, com a derrota seguida de prisão em Rio Negro.

Na tentativa de levantar o seu moral, foi-lhe dada a missão de guarnecer a Estrada de Suprimento na serra de Calumbi e o Serviço de Comboio.

Antológica é a descrição por Euclides da Cunha da morte do Ten Cel Tupi Caldas, heróica, em 1 de outubro de 1897, no ataque a Canudos, como comandante do 30º BI de Porto Alegre, que deu origem às unidades e Infantaria de Porto Alegre e São Leopoldo e que tantas glórias colheira ao comando de Arthur Oscar. Transcrição com a qual encerramos este volume e que faz justiça ao espírito militar dos bravos da 3ª RM (1809-1897).

O Ten Cel Inf Antonio Tupi Ferreira Caldas:

***“Era um oficial de carreira, um militar de raça, um esplêndido general do futuro.***

***Estatura pequena, magro, seco, nervoso, fisicamente frágil... um temperamento apaixonado e forte; a um tempo simples e ávido de renome; modesto, mas tendo, perene, n’alma, o sonho indefinido, a idealização suprema e absorvente da glória.***

***Ultimamente atravessava o acampamento arrimado em um comprido bordão, com o andar titubeante e incerto dos beribéricos.***

***Rodeava-o a simpatia de todos. Os seus comandados diretos, os soldados do 30º BI, respeitavam-no como a um pai.***

***No dia 30 de Setembro de 1897, à tarde, quando***

**se dirigia para o acampamento do batalhão paulista, encontrei-o e falei:**

**- Sabe que o general Arthur Oscar não concorda que entre amanhã no combate?**

**- Sei, sei, o Arthur é muito meu camarada e teme pela minha moléstia... Mas não acha que é um contrassenso ficar na minha barraca, agora, no fim de tudo, eu, que suporte há tanto tempo este inferno?...**

**Ficar na cama no fim da festa, justamente quando vão servir os doces... Não! Falta só um dia, vou até o fim!**

**E faltava-lhe só um dia e foi até o fim, o bravo e dedicado lidador, uma magnífica existência heróica atravessada ao ritmo febril das cargas guerreiras, uma vida que foi um poema de bravura, tendo como ponto final uma bala de Mannlicher.**

**Originara sua morte raro lance de bravura. Os soldados do 30º BI idolatravam-no. Era uma rara vocação militar. Irrequieto, nervoso e impulsivo, o seu temperamento casava-se bem à vertigem das cargas e à rudeza das casernas. Nesta campanha mesmo, jogara várias vezes a vida. Fôra o comandante da vanguarda a 18 de julho 1897 e depois daquele dia saíra indene dos mais mortíferos tiroteios.**

**As balas tinham-no até então poupado, arranhando-o, rendilhando-lhe o chapéu, amolgando-lhe a chapa do talim. A última fulminou-o!**

**Correu um frêmito, misto de pavor, de espanto e de cólera pelas fileiras do 30º BI. Houve um momento de vacilação e depois, como um só homem, mudo, assombrado, terrível, o batalhão rolou sobre a trincheira, transpô-la de um salto, caiu no solo violentamente batido pela fuzilaria e enfrentando a morte precipitou-se sobre o inimigo, a marche, marche, sem disparar um tiro, impetuosamente varrendo-o a baioneta e a coice de armas!**

**É – fato que teve muitas testemunhas – o solda-**

***do ao voltar desta carga tremenda, ferido, mutilado ou chamuscado pelo incêndio, coberto pela poeira dos escombros, exausto e ofegante da luta, veste despedaçada nos pugilatos corpo a corpo, indiferente à dor, indiferente à vida, que se lhe escapava pelas artérias rôtas, vinha chorando, murmurando com uma veneração estranha o nome do denodado comandante.”***

## **Significado da Guerra de Canudos para as Forças Terrestres**

Está transcorrendo o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano. Confronto fratricida que levou a morte e o luto a centenas de irmãos brasileiros, sertanejos e soldados do Exército e das Polícias Militares. A apuração da responsabilidade moral e política por esta tragédia grega brasileira, espera-se fique mais clara nos estudos que se fizerem este ano para ser apurada por uma espécie de Tribunal da História, como uma amarga e inesquecível lição retirada do episódio. Este, um problema social como outros que poderão apresentar-se na trajetória brasileira e que merecem tratamento e respostas adequadas que Canudos não deu politicamente, com oportunidade, prevenindo assim a tragédia.

Como soldado e historiador militar, assim vemos o episódio “Canudos” e de como ele serviu de estopim para uma reação de parte de oficiais do Exército, veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, para promoverem a Reforma Militar 1898-1945 que modernizou o Exército e o livrou do equivocado sistema de Ensino 1873-1905 que fora potencializado pelo Regulamento de Ensino de 1890 baixado na melhor das intenções pelo Ministro da Guerra Ten Cel Benjamin Constant.

Segundo se conclui de Edmundo Campos Coelho, *Em busca de Identidade o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio: Forense, 1976, o Exército, a partir de 1831, foi alvo de uma Política de Erradicação que ao longo dos tempos apresentou nuances variadas e por vezes sutis. E a partir de então teve de concorrer com a Guarda Nacional que se revelou incapaz de promover a Segurança Nacional a não ser no Sul, até a Guerra do Paraguai tornando-se instrumento político e anti-exército, conforme-se conclui de Jeanne Berrance de Castro em **A**

## **Milícia cidadã – A Guarda Nacional 1831/50.** Rio: Brasiliiana 359.

Finda a Guerra do Paraguai em 1870 o espírito erradicador do Exército ressurgiu forte. Para neutralizá-lo foi implementada a seguinte idéia traduzida no Regulamento de Ensino de 1873: formar oficiais doutores no Exército para ajudar a desenvolver o Brasil e, por outro lado, valorizar socialmente o oficial com o título de Doutor para que pudesse concorrer como bom partido com advogados, médicos, filhos de indústrias, comerciantes e de fazendeiros até então preferidos para casamento. Foi a razão! Desde a Independência para consolidar a Integridade, Soberania e Unidade do Brasil, os oficiais viveram mais combatendo de 1822/70, em lutas internas e externas. Assim, para casamento representavam viuvez e orfandade potenciais sem cobertura previdenciária compatível.

Os doutores passaram a ostentar antes do posto o título de doutor e muitas vezes omitindo o posto, ou até se aborrecendo quando tratados por ele. Os que viviam na tropa dedicados à atividade-fim, a Segurança da Pátria, eram tratados de tarimbeiros, não sem desdém e com *status* social inferior. Os doutores ou bacharéis teriam a seu cargo a elaboração da Doutrina do Exército através da Congregação da Escola Militar da Praia Vermelha dominada pelos bacharéis do que em realidade descuraram.

Este sistema de ensino detonou a desprofissionalização do Exército, fazendo-o, segundo o consenso de analistas da época e líderes da Reforma Militar, a cair a níveis de operacionalidade inferiores aos da Guerra do Paraguai. O progresso hierárquico era conquistado à base de cursos que deram origens aos bacharéis do Exército, muito versados em Ciências Físicas e Matemáticas e pouco ou quase nada em Arte e Ciência Militar. O complicador foi o Positivismo, agnóstico e mal digerido introduzido através da cadeira de Sociologia, na Escola Militar, ocasionando na Praia Vermelha seus alunos desprezarem e rirem dos veteranos do Paraguai desfilando garbosos com peito coberto de condecorações, conforme depoimento do General Tasso Fragoso na introdução de seu clássico **A Batalha do Passo do Rosário**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1922, que merece ser lido e relido pelos oficiais do Exército de hoje e do futuro pelas valiosas lições que encerra.

Um general que fizera carreira bem-sucedida como professor de Descritiva na Praia Vermelha teve desempenho militar deplorável

ao ser enviado para o Paraná para conter o avanço federalista. Acusado de covardia, foi processado e condenado à morte da qual escapou por empenho de seus ex-alunos. Na escola, não conseguia impor-se disciplinarmente aos seus alunos conforme depoimento mais tarde de seu adjunto.

Foi um Exército então dominado pelo bacharelismo que teve de improvisar a incorporação de centenas de alferes recrutados no meio civil para completar os seus quadros para enfrentar as Guerra Civil 1893/95 na Região Sul e Revolta na Armada 1895 e a Guerra de Canudos em 1897, apresentando por vezes operacionalidade inferior aos revolucionários e revoltosos, além de possuir, no Sul, o seu espírito dividido por muitos de seus oficiais se incorporarem aos revolucionários e revoltosos por desinformação. Os bacharéis, salvo honrosas exceções, estiveram ausentes dos confrontos. Foram alguns oficiais tarimbeiros, que sempre se dedicaram à instrução da tropa que iriam liderar em campanha o Exército. E dentre os mais assinalados – os Coronéis Artur Oscar, Cláudio Savaget, Carlos Telles, João César Sampaio, Thompson Flores, Tupi Caldas, Augusto Julião Serra Martins e o paulista de Pinda, Moreira César que está a clamar um julgamento sereno e isento por um Tribunal de História que piore ou melhore a sua imagem, conforme postula um trineto seu. Ele tem, em parte, sido um bode expiatório da culpa do massacre de Canudos que paira no inconsciente coletivo da Sociedade Civil da época que ordenou: Delenda Canudos!

Durante o combate da Ponta da Armação, combatendo a Revolta na Armada, o Capitão Tasso Fragoso foi ferido gravemente quando comandava uma peça de Artilharia. Por ocasião da Guerra de Canudos, ele encontrava-se em missão na Europa para aproveitar inclusive para corrigir sequela deixada pelo ferimento. Lá constatou o enorme fosso operacional entre os exércitos europeus e em especial o prussiano relativamente à estagnação doutrinária do nosso. De lá escreveu históricos artigos na Revista do Brasil sobre a necessidade de o Exército Brasileiro dispor de um Estado-Maior e de como era formado um oficial alemão, conforme abordamos ao biografá-lo em A Defesa Nacional nº 750, out/dez, 1990.

Seus artigos repercutiram muito no Exército onde era muito acatado e admirado. Pensamos que ajudaram a detonar a Reforma

Militar 1898-1945, liderada por oficiais veteranos ou filhos de veteranos do Paraguai: Marechais Machado Bitencourt (revolucionou o Apoio Logístico em Canudos); João Nepomuceno Medeiros Mallet (criou o Estado-Maior do Exército e iniciou a Fábrica de Pólvora sem Fumaça em Piquete-SP); Cantuária (1º chefe do Estado-Maior); Argolo (fechou e extinguiu a Escola da Praia Vermelha e decretou o Regulamento de Ensino de 1905, inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar que até hoje se sustenta e é implementado na Escola de Guerra de Porto Alegre (1906/11), que formou a geração que implantou o profissionalismo militar no Ensino, inclusive o Marechal José Pessôa); Hermes da Fonseca (liderou as manobras de Santa Cruz; promoveu a Organização de 1908 – Brigadas Estratégicas; Arma de Engenharia e aquisição de armamento moderno Mauser, Madsen, Krupp com fábricas de munições; enviou oficiais para cursos no Exército da Prússia de onde emergiu o grosso dos Jovens Turcos que fundaram A Defesa Nacional em 1913 e dominaram a Missão Indígena da Escola do Realengo (1919/21), produzindo uma elite de oficiais, cuja trajetória é bem conhecida em sua luta vitoriosa em 1930 e de que a AMAN foi objetivo concretizado.

Caetano de Farias (Campo de Instrução de Gericinó, Serviço Militar Obrigatório, extinção da Guarda Nacional, Policiais Militares como 2ª linha do Exército e envio de oficiais que combateram no Exército Aliado na 1ª Guerra e para cá transferiram doutrina – José Pessôa, Leite de Castro etc, a criação da Aviação Militar e outros que atuaram complementando-os com continuidade administrativa ao ponto de ser perguntado ao Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao que atribuía o seu sucesso na Pasta da Guerra respondeu: “Devo o sucesso a ter implementado os planos deixados por meus antecessores.”

Como soldado e historiador, não passamos recibo às manipulações históricas insistentes nos últimos anos em jornais, revistas, livros, filmes e agora em CD-Rom querendo na Mídia responsabilizar-se o Exército, Polícias Militares e civis patriotas baianos mobilizados contra Canudos pelos ltuosos e sangrentos fatos lá ocorridos onde muitos de seus integrantes que lá pereceram foram também grandes vítimas por desinformação e manipulação por lideranças civis que detinham o poder constitucional para enviá-las para lá.

Isto já havia acontecido em 1875 na Revolta dos Muckers no

Rio Grande do Sul. Tragédia semelhante talvez teria ocorrido não fora o Marechal Deodoro da Fonseca protestar como presidente do Clube Militar em 1888, contra o uso do Exército como Capitão-de-Mato na perseguição de escravos fugidos.

Vale lembrar: qualquer chefe de família, que é a Pátria amplificada, e possuir potencialmente necessidades de prover o melhor grau de segurança para dissuadir, defender o mesmo repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas de segurança adequadas e principalmente manter-se bem informado. Compraria o melhor armamento possível e os melhores itens de segurança preventiva. Conservaria suas armas, treinaria com elas, mudaria com frequência a munição, etc. Mas não foi isto que as lideranças brasileiras da Sociedade Civil fizeram e deu no que deu.

Depois de Canudos, a Reforma Militar do Exército que ele provocou foi um esforço hercúleo de várias gerações, para conseguir evoluir de Canudos à FEB, quando esta força expedicionária fez muito boa figura ao lutar contra ou em aliança com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2ª Guerra Mundial, após um grande salto de operacionalidade. Esta é para nós a real projeção da fratricida Guerra de Canudos. E a responsabilidade por esta tragédia grega brasileira não é só de lideranças da Força Terrestre, mas sim, também, e principalmente política de parte das lideranças que tinham respaldo constitucional para lá terem enviado desinformadas, manipuladas e despreparadas forças do Exército e das Polícias Militares. Se quiser um bode expiatório é tarefa de simples verificação e raciocínio localizá-lo, mas seguramente não será só nas forças terrestres. Quem detinha poder constitucional para melhor prepará-las e empregá-las? Informação é liberdade de escolha! Fico com esta interpretação histórica esperando seja ela confirmada com isenção acima das manipulações engajadas politicamente.

Penso até que a responsabilidade moral e política pela tragédia seja da Sociedade Brasileira como um todo. Instituição brasileira da época, política, econômica, social e militar que se achar isenta, por suas lideranças da época, de responsabilidade pela tragédia de Canudos que atire a primeira pedra. E isto é extensivo a lideranças da Igreja da época e não a esta como Instituição. E mesmo a agentes da Mídia da época na Capital da República e São Paulo que, sem espíri-

to crítico, perfilharam e difundiram a tese inverídica, além de exagerada e muito distorcida, de que Canudos se tornara um perigoso bastião monarquista que ameaçava de morte a jovem República. E inclusive Euclides da Cunha chamando Canudos de nossa Vendéia, uma reação semelhante à reação da Vendéia na França, em 1793, contra a Revolução Francesa, além de outros graves equívocos!

E ver o que os conselheiristas, católicos, místicos, devocionais e fanatizados, não sebastianistas, milenaristas e socialistas, não toleravam a Maçonaria desde a Questão Religiosa ou Episcopado-Maçônica em que dois bispos foram presos, até ser a questão pacificada pelo Duque de Caxias em 1875.

Desapreço que granjeou a República ao separarem a Igreja do Estado, fato não absorvido pelos místicos e fanáticos conselheiristas que viam na Maçonaria e República e no Positivismo agnóstico figuras demoníacas a serem exorcizadas e destruídas. Isto serviu de combustível anímico e moral para a reação fanática às diversas expedições.

Por outro lado, os soldados e civis que lá foram combater, a mando do Poder Civil legitimamente constituído, muitos o fizeram até o supremo sacrifício em defesa da República “seriamente ameaçada”. E assim manipulados, soldados do governo e fanáticos conselheiristas, resultou a Guerra de Canudos, a maior hecatombe social brasileira.

E as entidades brasileiras da Sociedade Brasileira ou Sociedade Civil da época, repetimos, envolvidas na repressão a Canudos e que acharem, através de suas lideranças da época, isentas de culpa, que atirem a primeira pedra e deixem de procurar um bode expiatório e tirem (no aplacamento da culpa que pesa no inconsciente coletivo da Sociedade Civil de hoje), para as instituições lá envolvidas por suas lideranças, as lições que esta cruel e centenária tragédia social encerra.

E mais, que se tirem da comovente resistência armada dos conselheiristas as lições de Arte e Ciência Militar que apresentaram. Elas poderão, talvez, ser úteis um dia, no insondável 3º Milênio, na defesa dos interesses da comunidade brasileira. Pois os conselheiristas enriqueceram o patrimônio cultural militar terrestre do Povo Brasileiro com sua doutrina militar. Esta, entendida como a maneira pela qual eles se organizaram, se equiparam, se instruíram, foram motivados para a resistência e de como atuaram efetivamente e com eficácia surpreendente.

O Exército absorveu e traduziu as lições colhidas na Guerra de Canudos em sua Reforma Militar, 1890-1945, conforme abordamos neste ensaio. Informação é liberdade da escolha! Deixamos a cargo da consciência da mídia, como uma espécie de direito de resposta que pleiteamos democraticamente de levar a seus leitores este posicionamento da Força Terrestre em Canudos (Exército, 11 Polícias Militares e um batalhão de civis). Que não as transformemos hoje no que a Sociedade Civil transformou Canudos na época. História é Verdade e Justiça! Cel Bento.

O personagem principal da Revolta de Canudos foi Antônio Vicente Mendes Maciel, o chamado Antônio Conselheiro. Conforme Hernani Donato (1996, p. 141) “ele era um sertanejo razoavelmente instruído, comerciante, merecedor do apelido-título de Conselheiro devido à autoridade que soubera impor” entre os habitantes da região nordeste da Bahia. A localidade de Canudos, junto ao rio Vaza-Barris, foi rebatizada, com a chegada de Antônio Maciel, com o nome de Belo Monte.

Maciel era anti-republicano convicto e resolveu afastar-se das cidades “nas quais identificava predominância de males gerados pelo advento da República” (Idem). Paralelamente, enfrentou também problemas familiares os quais, certamente, contribuíram para o seu afastamento da sua região natal, Quixeramobim, CE. Foi parar em Canudos, onde identificou o local ideal para desenvolver “a nova pátria dos que pensassem como ele” (Ibidem).

Conforme a síntese de Hernani Donato, Antônio Maciel tornou-se um líder carismático messiânico, crítico da República, defensor das sofridas minorias sertanejas assoladas pela seca, pela fome e pela carência de tudo. Era o terreno fértil para ele. Ambicionava fundar um império ao qual chamaria de Império do Belo Monte. Sua liderança adquiriu feições de um cristo dos tempos modernos, justiceiro, defensor dos pobres e contrário a qualquer tipo de autoridade constituída.

As práticas de Antônio Conselheiro passaram a provocar incômodos, desinteligências e atritos em relação às autoridades estaduais. O primeiro choque ocorreu em Uauá a 21 de novembro de 1896. Seguiram-se mais confrontos. Uma tentativa religiosa de dispersão do aglomerado fracassou, quando os padres enviados pelo governo baiano e pelas autoridades religiosas foram praticamente expulsos de Belo Monte, horrorizados com o que lá viram. A autoridade interveio

através de uma força policial, comandada pelo Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, que foi rechaçada. A segunda, forte de 600 homens, já do Exército, ao comando do Major Febrônio de Brito, também foi repelida. Os jagunços de Conselheiro já estavam armados, municiados e instruídos com práticas guerrilheiras em defesa de seu reduto.

Conforme Hernani Donato,

***O país enraiveceu contra Canudos e o Conselheiro. Acreditou (o país) no que lhe foi dito como explicação para o crescimento do povoado, a pertinácia dos conselheiristas e a inépcia do governo: tratava-se de núcleo da restauração monárquica, instruído por militares europeus, sustentado e financiado por dinheiro e armas da Inglaterra (p. 141).***

A terceira expedição foi de uma tropa de 1.300 militares, comandados pelo Cel Antônio Moreira César, apoiada por artilharia. Moreira César penetrou o povoado, mas foi obrigado a recuar em desordem, com a perda, inclusive, do comandante quando, após cerca de cinco horas de combate, ele foi ferido no abdômen. Os médicos constataram que o ferimento era mortal. O Coronel Pedro Tamarindo assumiu o comando, mas decidiu recuar. Era mais uma derrota. Moreira César faleceu na madrugada de 4 de março de 1897, doze horas após haver sido atingido.

A cada vitória os conselheiristas ganhavam mais confiança, junto ao carisma do líder, e à energia e à combatividade dos demais líderes.

A quarta expedição foi comandada pelo General Arthur Oscar de Andrade Guimarães e contou com uma força de seis mil combatentes, a qual avançou sobre Canudos em duas colunas conduzidas pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget.

Nos dizeres de Hernani Donato,

***esta tropa do Exército, após violenta campanha, alcançou arrasar Canudos, exterminando os defensores mas sem aprisionar o Conselheiro, morto pouco tempo antes, e cujo corpo foi exumado para laudo***

*pericial, tendo, então, a cabeça decepada. Os vitoriosos queimaram os poucos casebres encontrados em pé, vingando as (aproximadamente) 4.500 baixas sofridas. Euclides da Cunha sintetizou na sua obra “Os Sertões”(10): caso único na História, Canudos não se rendeu. Lutou até o derradeiro combatente, perdendo, calcula-se, 15.000 defensores. Tão grandes sacrifícios, de soldados e de sertanejos, não deixaram lições aproveitadas, do ponto de vista social e humano. Poucos decênios depois, 1936-1938, em menores proporções, o problema religioso e a pretensa solução novamente traumatizaram o país, nos episódios de Caldeirão, Rasgão e Pau-de-Colher (p. 142).*

A Revolta de Canudos teve 29 enfrentamentos principais sendo, os primeiros, em maio de 1893 em Masseté. Mas a maioria foi entre janeiro e novembro de 1897 nas localidades de Uauá, Cambaio, Bendegó de Baixo, Tabuleirinho, Lagoa do Cipó, Pitombas, Alto do Mário, Cocorobó, Rosário, Macambira, Alto da Favela, Umburanas, Rancho do Vigário, Fazenda Velha e na própria Canudos.

Abordamos este assunto na obra:

BENTO. Claudio Moreira. **História da 3ª Região Militar 1989-1953**. Porto Alegre: 3ª Região Militar, 1995, p.15/138. E na bibliografia ao final relaciono outras fontes que produzimos sobre o assunto e inclusive sobre o seu significado para o Exército em Simpósio do IHGB, na Câmara Federal em Simpósio sobre Canudos representando a AHIM-TB defendendo o Exército, Polícias Estaduais e Corpos Civis bem como em entrevista a Globo News. Ver na bibliografia ao final.

---

10 - A obra de Euclides da Cunha tornou-se um clássico sobre Canudos, posto que é extremamente abrangente, não tratando somente dos combates mas abordando os aspectos sociológicos (Nota dos autores).

## A REVOLTA DA VACINA OBRIGATÓRIA OU DO “QUEBRA-LAMPIÃO” - RJ (1904)

Uma epidemia de varíola assolou o Rio de Janeiro em 1904, provocadora mais de quatro mil casos fatais. Em face disto, as autoridades impuseram a vacinação.

Políticos opositoristas buscaram explorar e tirar lucros da medida pela antipatia que a mesma causou na população, aproveitando-se da falta de informação prévia e da natural resistência popular a um “tratamento inédito e compulsório” (Donato, 1996, p. 145).

Foi necessário o concurso de forças policiais e também do Exército junto aos vacinadores, tal foi a maneira com a qual eram recebidos pelos populares, o que exacerbou os ânimos.

Muitos agitadores participaram dos choques da polícia com o povo. Além disso, para piorar a situação, ocorreu em 15 de novembro o levante da Escola Preparatória e Prática do Realengo, “minimizado em suas consequências pela energia do comandante General Hermes Rodrigues da Fonseca” (Idem).

Conforme o médico gaúcho já falecido Moacyr Scliar em [www2.uol.com.br](http://www2.uol.com.br) (acesso em 17 Ago 2015):

***Também se opunham à medida os positivistas, que valorizavam a ciência, mas viam na vacinação um atentado contra a liberdade individual, um “despotismo sanitário”, nas palavras do líder positivista Teixeira Mendes, ele próprio um médico. Finalmente havia a oposição política, que incluía os monarquistas, ainda insatisfeitos com a proclamação da República.***

Na Escola Militar do Brasil, o comando foi assumido pelo Gen Silvestre Travassos com os alunos revoltados, passou por um primeiro choque em Botafogo, mas foi batido e ferido.

Conforme Moacyr Scliar (Idem):

***Tão logo começaram os protestos de rua e os choques com a polícia, o senador Lauro Sodré e o general Silvestre Travassos dirigiram-se à Escola Militar,***

*na Praia Vermelha, e prenderam o seu comandante, general Alípio de Macedo Costallat, obtendo adesão em massa dos cadetes, cerca de trezentos deles. Marcharam para o Palácio do Catete, entrando em choque, na Rua da Passagem, com as tropas do 1º Regimento de Infantaria e da Brigada Policial, à frente das quais estava o general Carlos da Silva Piragibe. No combate, de resultado indefinido, Sodré e Travassos foram feridos. Este morreria em seguida.*

Entre os alunos igualmente feridos, Eurico Gaspar Dutra. Gente do povo e políticos concentraram-se em um fantasioso reduto denominado Porto Artur, por influência do episódio heroico muito divulgado relacionado com a guerra russo-japonesa, reduto prontamente abandonado quando se tornou alvo dos canhões do navio Deodoro.

Em Salvador, BA, um ex-aluno da Escola Militar do Brasil amotinou o 9º BI, no qual servia, em solidariedade ao levante do RJ. Morreu combatendo.

O governo imediatamente decretou o estado de sítio e suspendeu a obrigatoriedade da vacina. Depois de contida a rebelião retomou a vacinação, que erradicou a doença no Rio de Janeiro.

Abordo do ponto de vista militar esta Revolta:

BENTO, Claudio Moreira Bento. *Compêndio de História Militar Terrestre do Brasil 2ª Parte - Lutas Internas na República. Rio: 2002.* Elaborado para a ECEME para o seu Curso de Admissão, p114/116

### **Fontes consultadas nesta pesquisa**

ASSIS, Dilermando de Cel. **Cel Leogivildo Paiva...** Rio de Janeiro: BILIEX, 1960 ( O Cel Leogivildo combateu com seu RC no Contestado).  
BENTO, Claudio Moreira Bento, Cel. **História da 3ª Região Militar 1889-1953.** Porto Alegre: 3ª RM/AHIMTB, 1995.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Lutas Internas na República.** Resende: AHIMTB, 2000 (Elaborado para a ECEME para preparação a distância para concurso à ECEME)

\_\_\_\_\_. et MENEZES, Mario José, Cel et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. **História da 6ª Brigada de Infantaria Blindada Brigada Niederauer.** Porto Alegre: Promoarte, 2002.

\_\_\_\_\_. et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. Memórias do Major Setembrino de Carvalho...In: **Escolas Militares de Rio Pardo 1659-1911**. Porto Alegre: Metrópole/Genesis AHIMTB/IHTRGS, 205, p. 115/123.

CARVALHO, Fernando Setembrino Mal. **Relatório sobre a Campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 (é a mais importante fonte sobre a guerra do Contestado do ponto de vista militar feita por seu pacificador, que foi homenageado pela FAHIMTB como patrono de sua Delegacia em Uruguaiana, seu berço natal a qual tem por seu Delegado o acadêmico historiador e artista plástico Sargento Carlos Fonttes).

\_\_\_\_\_. **A Pacificação do Contestado**. Rio de Janeiro: s/ed. 1916. (Conferência no Clube Militar, em 3 Jun 1916).

\_\_\_\_\_. Reunião no Clube Militar para fundar a Revista **A Defesa Nacional**, nº 715, set/out, 1984, p. 63/165.

\_\_\_\_\_. Marechal Caetano de Farias. Projeção como chefe do EME e Ministro da Guerra na Reforma Militar. Revista **A Defesa Nacional**, nº 724, mar/abr. 1986, p. 93/124.

\_\_\_\_\_. Os 70 anos do Sorteio Militar. Revista **A Defesa Nacional**, nº 727, jan/fev 1987, p123/130.

\_\_\_\_\_. Gen Augusto Tasso Fragoso..Revista **A Defesa Nacional**. nº 750, out/dez 1990, p.105/130.

\_\_\_\_\_. A Revolta da Vacina Obrigatória 1904. Revista **A Defesa Nacional**, nº 752, abr/jun 1991, p.148.

\_\_\_\_\_. O Exército na 1ª Guerra Mundial achegas. Revista **A Defesa Nacional**, nº 752, abr/jun 1991, p. 145.

\_\_\_\_\_. Centenário da Revolta na Armada 1893/94. Revista A Defesa Nacional, nº 762, out/dez 1993.

\_\_\_\_\_. Os cercos de Bagé e da Lapa, duas resistências épicas na História Militar do Brasil. Revista **a Defesa Nacional**, nº 767, jan/mar 1995, p.103ss.

\_\_\_\_\_. A Pacificação da Revolução de 93. Revista **A Defesa Nacional**, nº 771, 1996.

\_\_\_\_\_. Um significado de Canudos para as forças Terrestres. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 159 (398): 219-228, jan/mar, 1998.

\_\_\_\_\_. A Esquadra Legal ou de Papelão e o seu comandante o Almirante Gonçalves. **Revista do IHGSC**, nº 12, 1993, p.117/133.

\_\_\_\_\_. A guerra dos cabanos de Pernambuco e Alagoas 1832/1835. **In: Compêndio de Lutas Internas no Império** (Em Livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br), ver luta nº 13).

\_\_\_\_\_. O massacre federalista do rio Negro em 28 Nov 1893. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 154(378): 55-88, jan/mar 1893.

\_\_\_\_\_. A participação de São Paulo no combate à Guerra Civil 1893/95 e a Revolta na Armada 1893/94. **Revista do IHGSP** 1993.

DOCCA, Emilio Fernandes de Souza, Gen. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954 (Ele participou do combate à Guerra do Contestado como sub tenente. Foi um notável historiador militar como notável obra sendo consagrado pela FAHIMTB como patrono de uma de suas cadeiras que hoje tem por acadêmico titular o Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente do IHGRGS, entidade fundada pelo General Souza Docca, que é também consagrado pelo Exército como denominação histórica da Companhia de Engenharia de Combate em São Borja, seu berço natal).

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Comissão de História do EME, 1972 (1ª ed.), p. 767/789).

\_\_\_\_\_. O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998/Ed. Salvador, BA, 1998, v.3, p.54/67.

FRAGA, Nilson Cesar. **100 anos da Guerra do Contestado - a maior guerra camponesa na América do Sul**. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, maio 1912 (No Colóquio Internacional de Geocrítica).

\_\_\_\_\_. Contestado o território silenciado. (Org). Florianópolis: Editora Insular, 2009.

GUILMANN, Everaldo, Sgt da PMPA. Uniformes da PM do Paraná. Curitiba: SecretAria de Estado da Cultura, 2010, p. 18/19

HELLER, Milton Ivan. Guerra Camponesa do Contestado. LXIII, 2011, p.48.

MARTINS, Vicente. **Homens e Vultos de Sobral**. Fortaleza: Edições UFC, 1989 (Estuda o General Tertuliano Potiguara).

Mc CANN, Frank D. **Soldados da Pátria - História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009 (Contestado p.170/223).

MENEZES, Mario José, Cel. **Síntese Histórica da 3ª DE**. Santa Maria, 3ª DE, 1992.

MIRANDA, Alcebíades Noronha, Cel. Contestado. Curitiba: Estante Paranaista do IGHE do Paraná, 1988 (Seu autor combateu no Contestado como capitão do 54º BC, são-borjense ilustre, o Cel Alcebíades era o pai do notável pintor do Exército, Marinha e Aeronáutica Miranda Júnior patrono de cadeira da FAHIMTB).

PINTO, Rui Carvalho. Bento Fernandes de Barros e o Contestado. Curitiba: **Boletim do IHGE do Paraná, LXIII 2011.**

ROSA FILHO. **Episódios da História da Polícia Militar do Paraná.** Curitiba: Associação da Vila Militar, 2000 (Aborda o currículo do Cap Ex João Gualberto Sá Filho, mártir do combate de Irani).

**Nota:** Este exemplar artesanal substitui o anteriormente enviado a diversos destinatários e publicados em sites, em razão de incorreções e supressão acidental de trechos na revisão e transformação em pdf. O editor: (e-mail: [bento1931@gmail.com](mailto:bento1931@gmail.com) site: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).)

## **A REVOLTA DE PRINCESA - PB - 1930**

\_\_\_\_\_. A Revolta da Vacina Obrigatória 1904. Rio: Revista **A Defesa Nacional**, nº 752, jun 1991, p.145.

## **A TENTATIVA DE REVOLTA NA FORTALEZA DE SANTA CRUZ DA BARRA - RIO DE JANEIRO (1905)**

Em 7 de novembro sublevaram-se os militares da Fortaleza contra os maus tratos infligidos à tropa, principalmente a utilização da chibata como punição.

Os revoltosos assassinaram dois oficiais - o Major Diogo Freire e o Tenente Pedro Fernandes Torres. Outras fontes dizem que também um sargento foi morto. Os demais foram aprisionados. O governo ordenou que a Fortaleza de São João da Urca abrisse fogo contra a de Santa Cruz e mandou organizar tropas para invadirem a fortaleza e marcharem sobre os revoltosos. Acuados, estes se renderam no dia seguinte.

Em novembro de 1910, ocorreria nova revolta. Desta vez, chamada de Revolta da Chibata, foram lideradas pelo Marinheiro João Cândido. O Almirante Hélio Leôncio Martins, possui obra sobre este lamentável episódio.

## **A REVOLUÇÃO DE GENEROSO PONCE EM CUIABÁ - MT (1906)**

Em Mato Grosso, governava o Coronel Antônio Paes de Barros, tendo como forte opositor o jornalista e político Generoso Pais Leme de Sousa Ponce (1852-1911), veterano da Guerra do Paraguai como Voluntário da Pátria, que exercia uma liderança bem consolidada em toda a região.

Em 1906, Ponce passou a acusar Paes de Barros de despotismo e organizou uma Divisão Revolucionária composta de duas brigadas de Infantaria e uma de Cavalaria. Com essa tropa avançou sobre Cuiabá.

Houve um total de sete combates entre 16 de maio e 6 de julho do mesmo ano nos seguintes locais: Corumbá, Cáceres, São Lourenço, Pindaival, Morro do Gambá (Cuiabá), Cuiabá e Coxipó do Ouro.

Esta revolução culminou com a morte do presidente do estado Antônio Pais de Barros, conhecido como Totó Pais. Conforme o Diário de Cuiabá nº 9916, de 8 de abril de 2001:

***Foi executado ontem (7 de julho de 1906) na Fábrica de Pólvora, região do Coxipó do Ouro, o presidente de Mato Grosso, Coronel Antônio Paes de Barros, mais conhecido por Totó Paes. Fundador e proprietário da Usina de Açúcar Itaicy, Totó estava refugiado de Cuiabá desde o último dia 30, quando tropas oposicionistas a seu governo, lideradas pelo senador Generoso Paes Leme de Souza, invadiram a capital. Totó Paes foi morto com dois tiros, um no tórax e outro no ouvido esquerdo. As forças revolucionárias que o executaram foram comandadas pelo Coronel Joaquim Suplício de Cerqueira Caldas, também conhecido por Quinco Caldas.***

## **REVOLTA DOS MARINHEIROS OU A REVOLTA DA CHIBATA RIO DE JANEIRO - (1910)**

O uso da chibata como punição aos marinheiros ainda era utilizada na Marinha de Guerra do Brasil em 1910. A revolta começou na

noite de 21/22 de novembro quando o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes foi castigado com 250 chibatadas, por ter ferido à navalhada o cabo Valdemar Rodrigues de Souza, que o havia denunciado por tentar introduzir no encouraçado Minas Gerais duas garrafas de cachaça.

O navio de guerra estava indo para o Rio de Janeiro e a punição, que ocorreu na presença dos outros marinheiros, desencadeou a revolta.

Com o agravamento do motim os revoltosos chegaram a matar o comandante do navio e mais três oficiais. Já na Baía da Guanabara, os revoltosos conseguiram o apoio dos marinheiros do encouraçado São Paulo. O clima ficou tenso e perigoso.

O objetivo do movimento era por fim às punições físicas a que eram submetidos os marinheiros, como as chicotadas pela chibata, o uso da santa-luzia (11) e o aprisionamento em celas de isolamento.

O Presidente da República era o General Hermes da Fonseca. Conforme Hernani Donato (1996, p. 148),

***sob a liderança do Cabo marinheiro João Cândido Felisberto, depois chamado de Almirante Negro, os marinheiros tomaram os couraçados Minas Gerais, São Paulo e Deodoro e o cruzador Bahia. Oficiais morreram defendendo seus navios. Ao Presidente da República foi enviado um ultimato: o uso da força dos navios se a chibata não fosse abolida na prática, já que por lei já o fora, e concedidas melhorias e direitos, além da anistia. A Câmara aprovou o atendimento, em atitude negativamente comentada nos jornais do exterior. Os barcos foram entregues pelos marinheiros em perfeita ordem depois de terem sido retirados da baía para evitar confrontos que pudessem ocasionar avarias e mortes.***

---

11 - Santa-luzia, nome popular, era uma palmatória (férula) feita de couro cru, achatada e arredondada na extremidade, com o tamanho suficiente para cobrir a palma da mão. Depois passou a ser feita de madeira, no mesmo formato, tendo na parte redonda cinco buracos, os quais serviam de sanguessugas. (os autores)

O próprio João Cândido redigiu o ultimato reivindicando o fim dos castigos físicos, melhorias na alimentação e anistia para todos que participaram da revolta.

O Presidente Hermes da Fonseca aceitou o ultimato dos revoltosos mas, após os marinheiros terem entregues as armas e embarcações, o Presidente determinou a expulsão de alguns. Com isso, retornou a insatisfação. Em dezembro, os marinheiros fizeram outra revolta na Ilha das Cobras, fortemente reprimida pelo governo. Vários marinheiros foram presos em celas subterrâneas da Fortaleza da Ilha das Cobras, onde alguns faleceram. Outros foram enviados para a Amazônia, destinados a trabalhos forçados na extração de borracha.

João Cândido foi expulso da Marinha e internado como alienado mental no Hospital de Alienados. Em 1912, foi absolvido das acusações junto com outros marinheiros revoltosos. Abordamos este assunto com mais detalhes na obra:

BENTO, Claudio Moreira. **Lutas Internas na República**. Rio: Colaboração CAEM/ECEME, 2002, p.116/117 de onde destaco que a chibata era de uso mundial nas marinhas, como penas disciplinares de marinheiros recrutados a força. Isto para mantê-los sobre controle. O castigo para um marinheiro que ameaçasse o seu comandante era cortar uma das suas mão fora. E se matasse outro marinheiro ele era atirado ao mar amarrado ao corpo do morto.

## **A REVOLTA DO BATALHÃO NAVAL DA ILHA DAS COBRAS (1910)**

Esta revolta foi uma continuação da Revolta da Chibata, ou seja, uma sequela do levante dos couraçados, ou da chibata, ou dos marinheiros.

Revoltou-se o Batalhão Naval (mais tarde Corpo de Fuzileiros Navais) a 9 de dezembro de 2010, na Ilha das Cobras e a bordo do cruzador Rio Grande do Sul.

O governo não hesitou e ordenou o bombardeio e ataque à Ilha das Cobras, sede da unidade. Os encouraçados atiraram e causaram diversos estragos no aquartelamento. Muitos revoltosos morreram.

Os prisioneiros foram desterrados para o Acre a bordo do navio Satélite. Na viagem, alguns se rebelaram e doze foram fuzilados.

## O BOMBARDEIO DE SALVADOR PELA MARINHA DE GUERRA (1912)

Foi um desdobramento da luta política na Bahia entre as facções lideradas por Ruy Barbosa e por José Joaquim Seabra, ministro da Viação e Obras Públicas, este apoiado pelo Presidente Hermes da Fonseca. Seabra era candidato ao governo baiano e Ruy dizia que ele era inelegível. Hermes era adversário de Barbosa.

Em dezembro de 1911, o governador Araújo Pinho, aliado de Ruy Barbosa, havia renunciado ao cargo, sendo substituído pelo Presidente da Câmara Aurélio Viana, o qual convocou uma Assembleia Estadual da Câmara dos Deputados, em Jequié, no interior do Estado. Os partidários de Seabra alegavam que a Assembleia deveria ser convocada pelos parlamentares e conseguiram um *habeas corpus* para entrar na Câmara, guardada pela polícia estadual, mas o governo recusou.

A recusa do governo em cumprir o *habeas corpus* levou o General Inspetor da Região Militar José Sotero de Menezes a divulgar um boletim informando que usaria a força para assegurar o direito dos congressistas. Sotero de Menezes seguia ordens do Marechal Hermes da Fonseca, que apoiava seu ministro J. J. Seabra. Hermes autorizou o bombardeio da capital baiana.

Às 13:40 h de 10 de janeiro os canhões do Forte São Marcelo começaram a bombardear impiedosamente a capital. O bombardeio durou quatro horas. Os canhões do Forte São Marcelo dispararam dois tiros de pólvora seca, como aviso. O bombardeio real começou 20 minutos depois. O Forte de São Pedro e o Forte do Barbalho também atiraram para o Centro da cidade. Aurélio Viana abandonou o governo e fugiu para a França. O presidente do Tribunal da Relação, Bráulio Xavier, assumiu e organizou as eleições, saindo vitorioso Seabra, que assumiu o governo em 28 de maio de 1912.

**Nota dos autores:** a partir daqui, os conflitos internos não serão descritos e sim indicadas as suas fontes bibliográficas.

## A REVOLUÇÃO DO PADRE CÍCERO NO CEARÁ (1913/14) (Revolta de Juazeiro - Revolta dos Jagunços)

DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: Ibrasa, 1996.

CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, vol. 6, p. 2137.

BENTO, Claudio Moreira, Cel. As Revoltas Pró-República Parlamentar 1915/16 (disponível em [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)).

## **REVOLTA DE JUAZEIRO OU DOS JAGUNÇOS (1913-1914)**

### **Generalidades**

Envolveu e tendeu a beneficiar, em âmbito nacional, interesses políticos de mandatários como o Mar Hermes da Fonseca e o senador Pinheiro Machado. No cenário da luta, embora a articulação e o comando pertencessem ao deputado Floro Bartolomeu, a figura predominante foi a do padre Cícero Romão Batista, carismático, senhor da veneração de sertanejo de vários estados. Em essência, guerra civil de cunho político regional, temperada com resíduos civilistas. Objetivo imediato: a deposição do presidente cearense, Franco Rabelo, eleito com seguida à renúncia forçada do “pinheirista” Nogueira Accioly. Medidas de Franco Rabelo desgostaram líderes e grupos aos quais forneceu excelente justificativa para a revolta ao destituir o padre Cícero do cargo de prefeito de Juazeiro - meca de milhares de romeiros. A cidade, um exército de voluntários misticamente entusiasmados e rede política bem urdida fizeram de Juazeiro – sob a tutela espiritual do padre – reduto imune ao assalto e ao cerco de força policial. Moral elevado, os jagunços passaram à ofensiva, chegando a Fortaleza. Ocorreu a esperada intervenção federal (14.3.1914), acordo com o padre Cícero e retorno triunfal dos jagunços romeiros.

### **Uma história por acabar**

Decorrera um quarto de século de República, sem a estabilidade política e social sonhada por seus idealizadores.

Aos levantes de 1835, Cabanada; 37, Sabinada; 38, Balaiada, dos tempos imperiais, outros sucederiam com semelhanças de origem: a terra esquecida e injustiçada do norte-nordeste brasileiro.

A estrutura continuava a ser uma sociedade regida por suas próprias leis, a do sertões, e por um código de ética, afinado às in-

junções e às contingências do meio rude, corrigindo os desequilíbrios da justiça, e fazendo esta mesma justiça, não raras vezes, com as próprias mãos.

No início do século, novos levantes sertanejos sacudiram o governo republicano, levado, agora, ao comedimento, pelas vivências passadas.

A revolta do Juazeiro, do Padre Cícero, hoje Juazeiro do Norte – Ceará, e a revolução sertaneja de Lavras Diamantinas, Bahia, ambas de singular importância na história das forças terrestres brasileiras, legaram exemplos comprobatórios do valor combativo dos filhos do norte, parcela viva do nosso povo. Os feitos são as lendas e mitos, até hoje decantados nas rodas sertanejas e motivação para a literatura oral, artes plásticas, pintura e cinema.

### **O jagunço e a política no Ceará**

O interior cearense, cenário de lutas entre chefes políticos ou *coronéis*, querendo preservar ou conquistar o domínio dos seus municípios, não tinha a ação do governo estadual, força capaz de impedir, pelas armas, as atividades dos numerosos jagunços a soldo, era do *coronelismo*. Oriundos dos mais recônditos recantos do nordeste, os bandoleiros vinham em busca de dinheiro e de proteção a crimes cometidos em outras paragens.

Uma vez conduzidos por lideranças que os enquadrasse e lhes propiciasse, materialmente, melhores condições de vida, tornavam-se capazes de sacrifícios inauditos em prol dos objetivos que se lhes impunham. Canudos, um exemplo, grande estilo, do que podiam fazer esses sertanejos.

Desde 1877 era senhor da política cearense, o comendador Antônio Nogueira Accioly, chefe liberal com inúmeros desempenhos de cargos eletivos ou de confiança, quer na Assembleia, quer no governo do estado. A longa permanência na condução do seu partido deveu-se aos seus méritos de sensatez e antevisão, segundo Raimundo Girão. Seu paternalismo no trato com os *coronéis* sertanejos dava fiel equilíbrio político entre a capital e o interior, e o segredo do prestígio por tanto tempo.

O professor Glauco Carneiro, em **História das Revoluções**

**Brasileiras:** “tal prestígio acresciam em muito a tensão oposicionista, que explorava, em cores negras, os erros do governo, os monopólios e alguns afilhadismos”.

Com a eleição do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República, pretendeu-se uma ação, liderada pelos vencidos no pleito, visando à derrubada das tradicionais oligarquias do norte-nordeste.

O objetivo maior da corrente civilista: desferrar-se de Pinheiro Machado, tido como causa maior dos seus insucessos, pois os caudilhos mais famosos do nordeste estavam intimamente ligados a ele.

Marcadas as eleições estaduais, abril de 1912, Accioly indicou o desembargador José Domingos Carneiro, sucessor.

Chegara o momento da oposição. Temendo a vitória do desembargador, o que representaria a continuação da oligarquia dos Accioly, desencadeou violenta campanha política entremeada de passeatas, onde não faltavam mulheres e crianças. Ao mesmo tempo, lançou como candidato oposicionista, o tenente-coronel Marcos Franco Rabelo, cearense, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, o qual, embora pouco conhecido, fez expedir a reprimida animosidade.

Os ânimos se extremavam. Pregava-se a rebelião, objetivando a retirada do caminho, antes das eleições, daquele que a oposição julgava entrave a um pleito imparcial: governador Accioly.

22 de janeiro de 1912, atacado o Palácio da Luz, sede do Governo. Ao ato, segundo Eusébio da Costa, “foi estranha a força federal então aquartelada em Fortaleza”, e, conforme Glauco Carneiro, dizia-se que forças do exército, roupas de camponeses, ajudavam os revoltosos, em sua maioria, civis.

Poder-se-ia interpretar o fato como expansão concreta do espírito militar, reinante contra o coronelismo e seus múltiplos males sociais e político, mesmo representada por atos isolados e velados.

Apenas a força policial estadual defendeu o governo.

Com a mediação do bispo D. Joaquim Vieira, Accioly renunciou, manhã de 23.

Sucederam-se as eleições, saindo vitorioso Franco Rabelo. Sua inabilidade levá-lo-ia a uma crise de repercussão nacional.

Rompeu, inicialmente, com o Partido Republicano Conservador e, no Estado, destituiu o Prefeito de Juazeiro, o padre Cícero Romão Batista, líder inconteste de milhares de sertanejos do nordeste.

Era a concretização da sonhada vingança dos civilistas contra Pinheiro Machado, alma daquela agremiação política, e simpatizante do sacerdote.

### **Juazeiro, 1910 – Meca do Sertão**

Distante três léguas da cidade do Crato, na época capital da região do Cariri, exemplo de tentativa vitoriosa de integrar o sertão à vida moderna com iluminação elétrica, imprensa, bom hotel, cinema, geral preocupação de higiene e conforto, encontramos um estranho aglomerado humano: Juazeiro do Padre Cícero. Parecia que todo o atraso dos sertões aí se concentrou para condicionar, segundo o professor Lourenço Filho, “mais retrocesso e estabelecer condições propícias de desajustamentos em que repontam mentalidades atrasadas de séculos”. O mesmo professor nos retrata a área em que estava a famosa **Meca do Sertão**.

“A região não sofre os rigores da seca. As estiagens prolongadas influem ao contrário, beneficiando no seu desenvolvimento econômico. Acossados por elas, as populações circunvizinhas, num raio de muitas léguas, pagam alto preço pelos cereais e o açúcar.”

“Um fato pitoresco caracteriza bem o periódico flagelo da seca: o prefeito de Missão Velha, perguntado como iam as coisas pela região, respondeu com singular franqueza: - “Qual, vamos mal ... pois imagine que não há uma seca grande há uns bons quatro anos...”

***“No seio dessa vastidão, encontra-se Juazeiro do Padre Cícero, um aglomerado de casebres de pau-a-pique dos mais miseráveis que se podiam ver. Muitas casuchas mostram, sobre uma única porta da frente, dois buracos que servem de seteiras. No centro da Meca sertaneja, armados dos mesmos pardieiros, estendidos por três ou quatro mil metros, cruzam-se em vários sentidos. As habitações quase copiam por fora e seus interiores são paupérrimos e imundos.”***

***“Por fora, quase que só se distingue a numeração, um cartapácio com grosseiros algarismos, em geral seguidos das iniciais PC e de cruces e outros sím-***

***bolos de uma cabalística rudimentar. No interior das pobres habitações, não há nem cadeiras, nem mesas, nem camas. Em nenhuma delas falta, porém, a efígie do “Padim Ciço”. Junto à gravura, na maioria das casas, ostenta-se um rifle.”***

***“No centro do povoado, próximo à Igreja, as casas melhoram de aparência.”***

***“Crianças nuas passam correndo, romeiros de cócoras mastigam sua matolotagem de farinha d’água e nacos de carne de bode. Mulheres sentadas às portas, com saia e camisa, catam piolhos à cabeça dos filhos. Numa esquina, um grupo rodeia o “Beato” de prestígio que celebra, ou um penitente que profliga os costumes.”***

***“Aí está o Juazeiro arraial. Vinte mil almas, a que se agrega e se despede de cada dia, uma multidão de romeiros.”***

***“É esse o Juazeiro temível, abrigo de peregrinos e de cangaceiros da pior espécie, de doentes e de malucos.”***

A visualização é imprescindível para que compreendamos melhor os fatos.

### **Padre Cícero Romão Batista**

A figura central dos maiores acontecimentos da revolta dos jagunços, seria um padre suspenso das ordens sacerdotais, “homem de estatura abaixo de mediana, de voz branda e harmoniosa, de singular fisionomia que, uma vez percebida, dificilmente se esquece”, narra Lourenço Filho. Perduram as mais desconstruídas versões sobre sua personalidade: santo ou demônio; justo e sábio varão ou paranoico; demente comum ou iluminado verdadeiro.

Após a sagração sacerdotal, ao residir no Crato, iniciou heroico trabalho de evangelização, que lhe angariou a simpatia dos moradores das redondezas. Sua obra, durante o período de seca, humana e valiosa. Lourenço Filho, crê que o:

**“próprio reconhecimento dos sertanejos tivesse facilitado o ambiente para o trabalho fanático que ele depois revelaria. Porque o misticismo ao fanatismo não vai senão um passo”.**

Os milagres não provados por comissões teológicas, encarregadas de estudá-los, operados na pessoa da *Beata* Maria de Araújo, 1890, marcam o começo dessa nova fase de sua existência, e engrossam as legiões de sertanejos maravilhados que o seguem qual novo Messias.

Desta data também a aglomeração de romeiros, e dentro em pouco, de gente de toda a espécie que demandava ansiosa a nova Jerusalém, onde, segundo palavras do próprio padre, “Cristo, para salvação dos homens, de novo derramava seu precioso sangue”...

Múltiplos eventos levaram à suspensão das suas ordens sacerdotais, o que o beneficiou junto aos sertanejos, que viam naquele homem, mais uma vítima das perseguições, tornando-o também *um irmão no sofrimento*.

Lançando-se na política, culminou, prefeito de Juazeiro. Nesta área, contou com a liderança do médico baiano dr. Floro Bartolomeu da Costa, que surgiu no cenário de Juazeiro em 1908. Recebeu sempre do padre Cícero as maiores provas de amizade e confiança. Dotado de grande sagacidade, retirou da amizade, todas as vantagens possíveis.

### **Borrasca no sertão do Ceará**

A atitude do presidente Franco Rabelo possibilitou uma ardilosa campanha de Floro Bartolomeu, que convenceu o sacerdote a reagir, contando, para isso, com a leal submissão de milhares de fiéis.

A vasta região do Cariri se inflamou ante a chamada do seu líder místico. Explodiu o movimento contra o governo de Franco Rabelo, 9 de janeiro de 1913.

Seis dias depois, formou-se, no Juazeiro, uma Assembleia Legislativa antirebelista, presidência de Floro Bartolomeu. Caracterizou-se a dualidade de poderes legislativos. Floro, nomeado presidente temporário do sul do estado.

Enquanto os acontecimentos se desenrolavam, Juazeiro trans-

formou-se no centro de reunião dos cangaceiros mais afamados da região. Hordas de bandos armados acorreram para engrossar a milícia do padre.

Tomando conhecimento da situação, Franco Rabelo se comunicou com o Padre Cícero, responsabilizando-o por qualquer ato criminoso, decorrente de sua liderança rebelde. Veio a resposta desasombrada “não poder impedir o povo de se defender”. Rabelo expediu contra os revoltosos todo o batalhão de segurança do estado, 500 homens, comando do coronel Alípio de Lima que, marcha forçada, seguiu para o reduto dos convictos.

Para enfrentar a tropa governamental, os jagunços de Juazeiro usaram tática diferente da empregada em Canudos. Em vez de guerrilhas, homens, mulheres e crianças, trabalho sobre-humano, abriram imensos valados em torno da cidade ameaçada, situando-se os defensores, do outro lado do entulho, e deixando as trincheiras vazias. A força policial encontraria dois obstáculos a vencer: atravessar debaixo do fogo cerrado, uma vala com 12 palmos de largura por 10 de profundidade, e transpor a muralha de terra, retirada da escavação atrás da qual o cangaceiro dormia na pontaria do rifle.

Uma vez mais o homem do sertão mostrava o engenho nativo para o guerrear, quando empolgado por uma causa, julgada justa.

A força estadual atingiu Juazeiro, 20 de dezembro de 1913. Seguiram-se lutas encarniçadas, onde a bravura de legalistas e insurretos se superpunham. Às arremetidas de cada assalto de baioneta armada, cada vez mais impenetrável se mostrava a cidadela.

Esgotada a munição, retiraram-se os sitiantes, determinando a sorte do governo legal cearense.

Na exaltação da vitória do arraial, corria notícia: *homem abençoado pelo Padim Ciço, não morre de bala.*

Novas arremetidas do batalhar redundaram em fracasso. A cada novo plano de ação, os rebeldes respondiam com a astúcia sutil, brotada de um sentimento guerrilheiro, ativo.

Dias de janeiro de 1914, e a resistência continuava. A surpresa e o estoicismo consubstanciaram as maiores armas dos jagunços contra as forças organizadas, num período de desgaste acentuado, ante as agruras da campanha. A retirada definitiva não tardou. Aberto o caminho para o Padre Cícero e Floro Bartolomeu. Franco Rebelo

queimou os últimos cartuchos perante a impassividade do governo federal, que nem sequer ordenou às tropas do exército, sediadas no Ceará, para que agissem em seu auxílio, refletindo, interesses influentes de Pinheiro Machado. Se, em parte, isto se deveu ao novo espírito republicano de respeito à autonomia estadual, por outro lado representava situação de fato, contrária ao governo cearense e até de discreto apoio aos revoltosos. Não faltava, entretanto, a diversos chefes militares o desejo de pôr um fim a anarquia, para os que não estavam autorizados. A nação inteira levantou seu protesto contra a posição governamental.

Pinheiro Machado antevia a oportunidade de retomada do seu antigo domínio do norte. Sua ajuda aos romeiros, decisiva, 24 de janeiro de 1914, caía o Crato, depois da heróica resistência de 60 soldados do destacamento policial, que só se renderam após vinte horas de fogo ininterrupto.

Às vitórias, seguiam-se os saques às cidades.

As notícias emocionavam o nordeste.

Somente no dia 22 de fevereiro, os romeiros encontraram cerceada oposição do reorganizado batalhão militar; retomaram, porém, a iniciativa das ações: Quixeramobim, Quixadá, Baturité e Redenção caíram. Fortaleza, ameaçada de invasão.

Assistiram à derrota, 1.500 soldados do exército e 2 navios de guerra, surtos no porto. O governo federal, grande mudo, apesar dos apelos das associações de classes, famílias e homens da maior representação popular. O desejo de Hermes era a renúncia do homem que ousara contrapor-se a Pinheiro Machado. Rabelo manteve-se irreduzível.

### **A intervenção federal - a Paz**

Para que o bravo cearense se afastasse do poder, restou ao governo da república, a intervenção federal, 14 de março de 1914, a ser exercida pelo coronel Fernando Setembrino de Carvalho.

Os acordos sucessivos entre Setembrino de Carvalho e o Padre Cícero revelaram da parte deste pronta e sintomática aquiescência em retirar dos arredores da capital, os milhares de seguidores, voltando ao remanso de Juazeiro. Floro Bartolomeu ocupou, tempos após, uma

cadeira no Senado Federal, enquanto os jagunços, dispersos pelos sertões nordestinos, deram origem aos vários grupos de cangaceiros, atuantes, diversos movimentos insurrecionais, nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia.

A ação do exército no epílogo dos acontecimentos: conciliação e firmeza, recolocando o império da lei e da ordem.

## **A REVOLTA DO CONTESTADO PARANÁ E SANTA CATARINA (1912-1916)**

Neste ano comemora-se o centenário da Guerra do Contestado, que durou cerca de 46 meses, de Out de 1912 a agosto de 1916, com a prisão do último líder da Revolta, Adeotato Ramos. Ela foi considerada por Nilson Cesar Fraga, grande estudioso desta tragédia social, “como a maior guerra camponesa ocorrida na América do Sul”. Ela superou a Guerra dos Muckers em 1874, no Rio Grande do Sul e a de Canudos em 1897, no sertão baiano, como resultado de omissões ou de impossibilidades de atender obrigações sociais de parte dos governos federal, estaduais e municipais que resultaram no abandono de populações pobres e injustiçadas e órfãs do Poder Público, levando-os à revolta, e obrigando os governos estaduais recorrerem ao governo federal para empregarem o Exército, para evitarem mal maior, o caos e danos irreparáveis à Unidade Nacional e a Paz Social.

A nossa abordagem no centenário desta guerra é do ponto de vista militar, com vistas a dela retirar lições preciosas no tocante à História Operacional e Institucional do Exército no período e das Polícias Militares de Santa Catarina e do Paraná

Os aspectos políticos, sociais e econômicos, acreditamos encerrarem preciosas lições para os historiadores estudiosos sobre Política, Sociologia, Antropologia e Economia na Guerra do Contestado, para deste mergulho crítico, melhor entenderem o presente e fornecerem as ferramentas para as atuais e futuras lideranças políticas construir um Brasil mais seguro, mais justo, com menos miséria e militarmente mais forte, a altura de sua grande e crescente projeção econômica e social mundial e com imensas riquezas do povo brasileiro a proteger.

Esta tragédia creio, hoje, será colocada injustamente por mui-

tos, como responsabilidade do Exército e das Polícias Militares do Paraná e Santa Catarina, como o foi para muitos setores a tragédia social de Canudos, sobre a qual em **Seminário sobre Centenário de Canudos**, na Câmara Federal, a que fomos convidados a participar, e que em nome da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), hoje transformada em FAHIMTB, e que desenvolve, desde 1996, a História das Forças Terrestres do Brasil (Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares e outra forças que as antecederam, Guarda Nacional e Voluntários da Pátria).

Lá tivemos a oportunidade de defender a atuação do Exército e de 11 Polícias Militares de interpretações dominantes, as incriminando, quando a responsabilidade histórica por aquela tragédia social foi da Sociedade Brasileira como um todo, que não tomou, em tempo, ou não teve condições de tomar as medidas preventivas para que aquela tragédia social não ocorresse, com pesadíssimos tributos em vidas imoladas de soldados brasileiros, e de civis injustiçados e abandonados pelo Poder Público, naquele conflito cruel.

Então procuramos recordar aos presentes, bem como em entrevista na **Globo News**, de que o Exército é o Braço Armado do Povo Brasileiro e que a sua presença em Canudos foi determinada pelo Povo Brasileiro, através de seus representantes no poder Executivo e no Legislativo. E esta é a conclusão que se retira da Carta Magna. E lá registramos que o Exército Brasileiro só atuou em Canudos por determinação da Presidência da República e de igual forma na Pacificação do Contestado. E mais, que historicamente o Exército só foi e somente irá onde os poderes Executivo e Legislativo que representam o Povo Brasileiro determine.

## **O Exército à época da Guerra do Contestado**

Em 1905, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em decorrência da sua participação Revolta da Vacina Obrigatória em 1904. Ainda em 1905, em função dessa Revolta, foi baixado o Regulamento do Ensino de 1905 que revogou o Regulamento de Ensino de 1874, de natureza bacharelesca, de que resultou a criação de oficiais doutores, formados em Engenharia e Ciências Físicas e Matemáticas e

colocando numa 2ª classe e discriminada pelos primeiros, os oficiais profissionais voltados para atividades relacionadas com a Segurança Nacional e que passaram, por preconceito social, a serem tratados por **tarimbeiros**.

E os oficiais **bacharéis** dominariam o Exército por 31 anos, não priorizando as atividades ligadas à Defesa Nacional. E esta situação perdurou até a edição do Regulamento de 1905, por influência de oficiais veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai.

De 1874 a 1905, por cerca de trinta e um anos, repetimos, o Exército foi dominado pelos bacharéis e teve de enfrentar em condições precárias e, por vezes com operacionalidade inferior aos revolucionários, nas Guerra Civil de 1893-95, na Região Sul, combinada com a Revolta na Armada irradiada do Rio de Janeiro e, a seguir, a Guerra de Canudos, em 1897, no sertão Baiano.

A primeira reação dos até então denominados **tarimbeiros**, veteranos e filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, foram as seguintes iniciativas lideradas pelo Ministro da Guerra Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, filho do heróico patrono da Artilharia do Exército e que marcaram o início a Grande Reforma Militar do Exército 1898-1945,

- A criação do Estado-Maior do Exército em 1898;
- A criação em 1903, da Fábrica de Pólvora sem fumaça em Piquete - SP, que foi a primeira da América do Sul, liberando o Exército e a Marinha de Importar este item estratégico.

Em 1905, o Marechal Hermes da Fonseca, então comandante da atual 1ª Região Militar, que leva seu nome como denominação histórica, por nossa sugestão e orientação como oficial do EM/1ª RM em 1983/84, realizou com sua tropa as Manobras de Santa Cruz, dando prosseguimento às manobras de 1885, realizadas pelo Conde D'Eu, em Santa Cruz-RJ, Saicã e Porto Alegre no Rio Grande do Sul e do qual ela fora o Ajudante de Ordens. Era mais uma iniciativa da Reforma Militar.

Em 1908, como Ministro da Guerra, o Marechal Hermes realizou profunda reorganização do Exército, criando as Brigadas Estratégicas e a Arma de Engenharia e a aquisição no exterior de grande estoque de fuzis Mauser, metralhadoras Madsen e canhões Krupp, com respectivas fábricas de munições e construiu novos e modernos

quartéis. E nesta missão ele recebeu o apoio do Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz que pacifista acreditava nesta lição da História: “**Se queres a paz, prepara te para a guerra.**”

O Marechal Hermes em 1910-1912 enviou para cursos no Exército Alemão oficiais das diversas armas. Em 1912, ano da eclosão da Guerra do Contestado, oficiais do Estado-Maior da 3ª RM, em Porto Alegre, fundaram a **Revista dos Militares**. E em 1913, no Clube Militar, um grupo de oficiais idealistas fundou a histórica e benemérita Revista **A Defesa Nacional**, os quais, por suas ideias renovadoras, foram apelidados de **Jovens Turcos**.

Enquanto isto em Porto Alegre, em 1906, foi recriada a Escola Militar e com a denominação de Escola de Guerra de Porto Alegre e que lá funcionou de 1906 a 1911 e foi um celeiro de grandes líderes militares que dinamizaram e consolidaram a **Reforma Militar**.

Por ocasião da Guerra do Contestado o Exército era formado por profissionais e sem dispor de Reservas, o que foi tentado compensar com a formação de reservistas nos Tiros de Guerra, idealizado em Rio Grande/RS pelo Cel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes, um farmacêutico com estagiou na Suíça, de onde trouxe esta ideia para o Brasil que logo recebeu o apoio do Ministro Hermes da Fonseca.

Enquanto isto se passava, ao final da Guerra do Contestado, no 2º ano da 1ª Guerra Mundial 1914/18, o poeta Olavo Bilac, empenhou-se em Campanha Nacional em favor do Serviço Militar Obrigatório e com o concurso da **Liga da Defesa Nacional**, fundada por patriotas civis, visando fortalecer espiritual, moral e materialmente o Brasil.

Serviço Militar Obrigatório, inaugurado em 10 de Dezembro de 1916, no atual Palácio Duque de Caxias, pelo Presidente Wenceslau Braz. Serviço que fora instituído no Brasil em 1876, pelo Duque de Caxias, mas não implementado, com a sua saída do Ministério da Guerra e chefia do Gabinete de Ministros.

O Presidente Wenceslau Braz, que assinou a Declaração de Guerra a Alemanha, extinguiu a Guarda Nacional, que tanto prejudicava o desenvolvimento do Exército, em razão de sua força política e econômica, mas então incapaz de prestar qualquer serviço militar ao Brasil, num mundo em Guerra. E também transformou as Polícias Mi-

litares Estaduais em Reserva do Exército aumentado assim as suas reservas.

E foi ele quem conseguiu um acordo entre os Governos do Paraná e Santa Catarina, para colocar um fim à cruenta revolta social a Guerra do Contestado, motivada por injustiças e desamparos sociais que provocaram a sua eclosão.

Terminada a 1ª Guerra Mundial, o Exército tirou grandes lições doutrinárias através de oficiais brasileiros que nela combateram ao seu final, inclusive o mais tarde Marechal José Pessoa, o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras e o Capitão Tertuliano Potiguara de Albuquerque, herói do Exército na Guerra do Contestado e que foi promovido a tenente-coronel por ato de bravura na batalha de San Quentin, na França, combatendo em unidade do Exército Francês como outros oficiais brasileiros.

Em 1919/21, funcionou na Escola Militar do Realengo, a Missão Indígena, integrada por oficiais selecionados em concurso pelo Estado-Maior do Exército, a qual formou uma geração de oficiais de alto gabarito com expressiva atuação e projeção nas conquistas da Revolução de 30. Missão Indígena que considero uma manifestação pioneira da célebre Semana de Arte Moderna no Exército.

### **Causas remotas e imediatas da Guerra do Contestado**

Quando foi criada a província do Paraná, em 1853, por desmembramento da de São Paulo, havia uma antiga questão de limites que remontava ao período colonial.

Vários atos sucessivos alteraram a divisão territorial do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, criando, ampliando, ou extinguindo ouvidorias, comarcas e distritos, conforme as conveniências do governo central e também dos próprios regionais.

Quando da sua instituição, a novel província do Paraná herdou as questões pendentes entre as províncias de Santa Catarina e de São Paulo.

Chegou-se ao fim o século XIX sem que as dúvidas tivessem sido dirimidas. Santa Catarina pretendia que os seus limites se estendessem, para o norte, atingindo os rios Negro e Iguazu, e para o sul, até a linha dos rios Canoas, Pelotas e Uruguai, enquanto o Para-

na afirmava serem esses três últimos rios, os definidores dos limites, com o Rio Grande do Sul.

A área contestada pelos dois Estados: uma região tipicamente serrana, cortada de campos próprios para a pecuária, com vastas zonas intensamente arborizadas, formando densas florestas e possuidora de solo extremamente fértil e clima ameno, registrando-se no inverno, temperaturas bastante baixas.



Um mapa da região (Fonte: História do Exército 1ª ed. 1972)

### Esboço da área do Contestado com as suas localidades

A área do Contestado poderia ser caracterizada numa visão geral, pelos rios Peperi Guaçu e Santo Antônio, **a oeste**, Iguaçu e Negro, **ao norte**, Pelotas e Canoas, **ao sul**, e **a leste** por uma linha geral que, partindo das cabeceiras do rio Marombas, afluente do Canoas, procurava as do rio Preto, seguindo por ele até o rio Negro.

Elaboraram-se vários projetos, tanto no âmbito provincial, como no parlamentar, para decidir a questão. O próprio governo federal fora forçado a marchas e contramarchas na solução do problema, ao ponto de sustar a execução de um decreto que definia os limites em

litígio. Ao aspecto meramente político-administrativo veio somar-se outro fator de ordem econômica. A **erva-mate** produzida em grande quantidade pelos municípios situados na faixa **norte** do Contestado em disputa, passou a obter boa aceitação no mercado internacional. O beneficiamento feito no Paraná, carreava bons rendimentos para o Estado.

No início da primeira década do século XX, fundou-se uma usina para o mesmo fim, de beneficiamento do **mate**, em Joinville, Santa Catarina. Imediatamente o Paraná criou barreiras que taxavam a erva exportada da região contestada para a cidade catarinense. E resultaram vários choques, envolvendo as forças policiais dos dois Estados e produtores de **mate**. Decorreu desta luta econômica em torno de beneficiamento do **ouro verde** da época, o derramamento de sangue irmão e forneceu terreno fértil às futuras violências.

Em 1901, Santa Catarina propusera uma questão ordinária de reivindicações sobre limites territoriais. Três anos depois, o Supremo Tribunal Federal deu-lhe ganho de causa. Dois embargos, oferecidos pelo Paraná, foram rejeitados, por aquela Corte, que, em 1910, confirmou, pela terceira vez a sentença original.

### **O Monge João Maria e sua influência mística no Contestado**

Depois do derradeiro pronunciamento daquele Tribunal, instalou-se em União da Vitória, uma junta governativa composta de destacados cidadãos paranaenses, a fim de criar o Estado de Missões, abrangendo toda a área do Contestado. O governo do Paraná interveio de forma conciliatória, conseguindo o adiamento desta resolução. A sentença da justiça, entretanto, não foi posta em execução. Interesses políticos e econômicos protelaram, e impediram a implantação.

Expressivo número de colonos estrangeiros, notadamente alemães, acorrera para a região, desde o final do século passado. Os emigrantes aculturaram-se, lentamente, com os habitantes do Contestado. Com as dificuldades de comunicação da época, esta população vivia afastada dos centros de cultura do país, possuindo educação precária e mentalidade limitada, onde a religião marchava de mãos dadas com o misticismo e o fanatismo. Neste terreno crédulo e

facilmente impressionável, surgiu, por volta de 1882, um personagem conhecido por João Maria, **o Monge**. Este homem passou a percorrer os sertões, realizando curas e pregando uma religião, misto de catolicismo e credices sertanejas. Ancião sombrio, barbas brancas, longas e sem trato, em pouco tempo adquiriu foros de apóstolo. A gente tímida e ignorante ouvia-lhe a palavra serena como a de um emissário divino. Quando faleceu, a notícia correu a região, enriquecida com um detalhe messiânico: **o Monge**, dentro em breve, voltaria à terra, redivo, para continuar a sua pregação e realizar novas curas. A ressurreição passou a ser aguardada no Contestado entre seus seguidores.

### - Problema Social -

#### **O abandono de trabalhadores na área da ferrovia construída**

A existência de dualidade de jurisdição, no Contestado, favoreceu o fortalecimento das grandes fazendas, onde, sob o manto autoritário dos “**coronéis**”, reuniam-se os foragidos da justiça. Era conhecida no Contestado, a poder desses senhores de terras, que se tratavam como de nação a nação, ameaçando-se, por vezes de armas nas mãos, quando surgia, entre eles, alguma diferença.

A construção da ferrovia estratégica São Paulo-Rio Grande, integrando o Rio Grande do Sul ao Centro do Poder, atravessava o Contestado, e trouxe para a região novo tipo de gente. Não havendo qualquer processo relativo na contratação de operários, o Contestado acolheu variada gama de malfeitores, oriundos de todas as partes do país. Concluída a linha férrea, foram deixados nos mesmos sítios onde se encontravam as turmas de trabalho a que pertenciam. Estes indivíduos cultivavam, pelos próprios reflexos do meio em que viviam, os atributos de valentia e violência, manejando com igual destreza a picareta e o facão.

O assassinato tornou-se, entre eles, meio rápido e fácil de resolver pendências. Tais violências, nem sempre se limitavam à solução de uma dívida entre dois homens: algumas vezes tendo como pretexto à falta de pagamento ou o desmando dos feitores, ocorreram revoltas que exigiram a presença da Força Pública. Foi uma escola dos futuros líderes de acontecimentos mais graves.

O problema social agravou-se quando a concessionária da fer-

rovia resolveu explorar a faixa de 15 km ao lado de cada margem da estrada, que lhe fora outorgada por contrato. Antigos posseiros tiveram que se mudar em busca de novo refúgio para as suas sobrevivências.

O isolamento da população explicava a rudeza de seus costumes e hábitos. A população em geral era desconfiada e rústica. Esta última característica traduzia-se por uma vida semi selvagem e embrutecida. O sertanejo nem sempre procurava a luta. Mas se uma força superior mexia com os seus interesses evidenciava toda a violência, tornando-se inimigo temível.

### **Um falso monge que surgiu no Contestado em 1911**

Surgiu em 1911, no Contestado, um novo **Monge, José Maria**. Insinuava ser irmão do falecido João Maria, um mito entre aquela gente crédula.

Na verdade, um anticristo. Ex-soldado do Exército e cabo desertor da Força Pública do Paraná, dispusera-se a recolher os frutos da semente que o verdadeiro **Monge João Maria** plantara na alma dos sertanejos. Como consequência de umas poucas curas bem sucedidas, ganhou a reputação de **Santo** e foi conquistando a confiança da população, tornando muitas pessoas seus seguidores.

Lembrava os trágicos episódios de Jacobina Maurer em 1874, na Guerra dos Muckeres no Rio Grande do Sul e que tratamos na **História da 3ª Região Militar** v.1 e, de Antônio Conselheiro na Guerra de Canudos em 1897, que tratamos no v.2. da citada história. O novo **Monge** passou a percorrer o Contestado, sem rumo e sem destino, precedido de áurea de santidade, prometendo bens materiais e a salvação eterna àqueles que o seguissem. Em suas andanças, organizava acampamentos, denominados os **Quadros Santos**. Criou sua escolta pessoal com 24 sertanejos, robustos e valentes denominados os **Doze Pares de França**, inspirados em Carlos Magno.

Cresceu de tal forma a fama de santidade do novo **Monge**, que logo se viu cercado de seguidores, fanáticos e doentes esperançosos de cura. Sua palavra era a lei. De chefe espiritual arvorou-se em chefe temporal. Influenciado pela leitura da obra **Os Doze Pares de França**, muito conhecida no Contestado, extrapolou da ação religiosa para a

política e passou a pregar o restabelecimento da Monarquia. Para o homem inculto e não politizado daquela região isolada, a fidelidade ao novel regime republicano nada representava. Muito mais valia o conselho do **Monge**, cheio de promessas de melhor vida, posse de terra e de liberdade do jugo dos “**coronéis**” sertanejos republicanos

Seus acampamentos adquiriram aspecto marcial. Ao arrastar de esporas, tilintar de armas, relinchar de cavalos e toques de buzinas e tambores, juntavam-se os gemidos e as preces. **Quartel-Hospital-Igreja**, era a síntese das características heterogêneas desses locais: e chefiando tudo, lá estava o antigo cabo de polícia do Paraná, abusando do misticismo, valendo-se das divergências internas, para atingir os seus desígnios.

O **Monge** instalou-se em Taquaraçu, no município de Curitiba-nos, em outubro de 1912. O intendente da cidade, temendo a sua presença e de seus seguidores, solicitou ao governo de Santa Catarina que enviasse tropas para dissolver o acampamento dos seguidores do **Monge**, onde, diziam ele, proclamara-se a Monarquia.

À aproximação de um contingente da força policial catarinense, José Maria retirou-se, com sua gente, através de Campos Novos, para Campos do Irani, município de Palmas, Estado do Paraná.

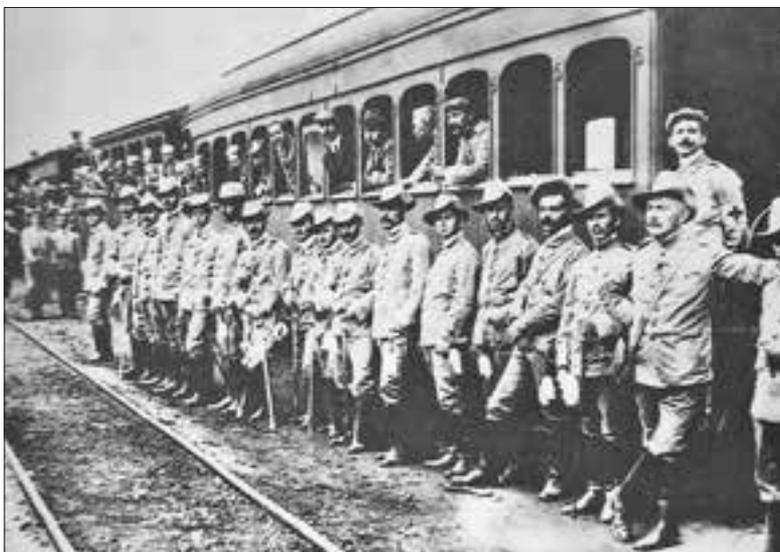
Os adeptos do **Monge** não tinham organização, nem instrução militar formal. Havia, no entanto, uma revista matinal – **A forma** – por meio da qual o chefe inspecionava os combatentes, averiguando se houve deserções. A disciplina, era rigorosa, e as punições variavam, desde surras aviltantes aos fuzilamentos. O armamento era variado: espadas, punhais, facões; revólveres, garruchas, carabinas e espingardas. Exímios na esgrima com facão por habituados ao seu manejo, desde a infância, e o manejavam com tanta destreza que a arma parecia fazer-lhes parte do próprio corpo.

Dada a preocupante situação gerada por choques intermitentes, entre elementos da força policial do Paraná e de Santa Catarina, questões de jurisdição no território contestado, o governo paranaense, supondo ser a invasão de seu Estado, pelo **Monge** e seus liderados, pretexto de Santa Catarina para inflamar ainda mais a questão de limites, resolveu reagir, expulsando-os de seu território. Iniciaram-se as ações de guerra no Contestado, uma das mais cruentas lutas internas travadas no Brasil.

## **A morte do Capitão do Exército João Gualberto no combate de Irani, comandante da Força Pública do Paraná, pelo Monge, um cabo desertor desta Corporação**

A Força Pública do Paraná e de Santa Catarina organizaram as suas unidades em regimentos de Segurança, sediados em, Curitiba e Florianópolis, respectivamente.

O do Paraná, ao comando do coronel em Comissão João Gualberto de Sá Filho, mas Capitão de Engenheiros do Exército. Ao tomar conhecimento da invasão do Monge, em Palmas, o governo paranaense determinou a partida imediata do seu Regimento de Segurança, ao mesmo tempo em que solicitava o auxílio do governo federal.



**Parte do Regimento de Segurança do Paraná, ao partir de Curitiba, tendo bem à direita com as pernas cruzadas, o Capitão de Engenheiros do Exército João Gualberto, no posto de Coronel em Comissão pelo Governo Paraná.**

**(Fonte: História do Exército. 2ª ed. 1998)**

O Capitão João Gualberto chegou à União da Vitória, em 12 de outubro, e, no dia seguinte, partiu para Palmas. Inexplicavelmente, muito antes desta cidade, João Gualberto dividiu a sua tropa. Uma parte, ao seu comando, com um efetivo inferior a 100 homens, infleceu para o sul, rumo aos Campos de Irani. O restante, cerca de 400

homens, prosseguiu para Palmas com o chefe de Polícia, que possivelmente determinou esta divisão da força.

Realizando marchas forçadas, o coronel atingiu Campos do Irani, em 22 de outubro. Neste mesmo dia, a coluna chocou-se com o **Monge** e seus seguidores que a aguardavam, emboscados, prontos para a luta. O efetivo, nitidamente inferior das forças policiais seria fatal. Os revoltosos, heterogeneamente armados, atacaram a força do Cel João Gualberto e no instante em que ele buscava pôr em funcionamento a metralhadora **Maxim**, a única existente, e que emperrara, foi atacado pelo **Monge** a facção, E morreu depois de prostrar sem vida o seu agressor, com dois tiros de pistola.

Morto o comandante, o remanescente da Expedição retirou-se, desordenadamente, para Palmas, deixando, no campo, a metralhadora **Maxim** e cerca de 40 armas e mais de 3.000 mil cartuchos. Foi primeiro espólio a enriquecer o arsenal dos revoltosos.

O governo do Paraná, no instante em que ordenava a concentração de forças em Palmas, reiterava ao Presidente da República o pedido de auxílio do Exército. A solicitação foi prontamente atendida. E, mais uma vez, o Exército interviria para restaurar a paz e garantir a tranquilidade da família brasileira.

**Nota:** João Gualberto Sá Filho nasceu em Recife em 11 outubro de 1874. Coursou a Escola Militar da Praia Vermelha 1890/94, tendo casado em Curitiba com D. Leonor de Moura Brito. Voltou ao Rio e formou-se Engenheiro Militar e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. E passou a servir no 13º Regimento de Cavalaria em Curitiba, tendo sido engenheiro na construção da Linha Telegráfica Curitiba-Foz do Iguaçu e também o fundador e comandante do Tiro de Guerra Barão do Rio Branco cujo centenário de morte ocorreu este ano, sendo homenageado pela FAHIMTB pelo Informativo o Tuiuti nº 16 da AHIMTB/RS. Em 1912 João Gualberto foi escolhido prefeito de Curitiba, mas teria preferido o comando do Regimento de Segurança do Paraná, como capitão, aos 37 anos incompletos. Tendo morrido 11 dias depois de completar seu 38º aniversário no combate de Irani, em feroz combate, corpo a corpo, com o Monge que foi por ele morto com dois tiros de pistola, depois de atingido mortalmente pelo Monge com mortíferos golpes de facção (segundo o Capitão Rosa Filho (vide fontes consultadas).

## A Guarnição do Exército do 11º Distrito Militar, em Curitiba, dispersa resistências da Revolta

As tropas federais, sediadas no Paraná e em Santa Catarina, eram subordinadas ao 11º Distrito Militar, com sede em Curitiba. Elas aquartelavam nesta cidade, e em Florianópolis, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Castro.

Ao receber a ordem do Ministro da Guerra Gen Div Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva para auxiliar a Força Estadual, o general Inspetor do 11º Distrito Militar determinou, em 11 de outubro de 1912, o deslocamento de um Contingente, ao comando do tenente-coronel Álvaro Pereira Franco.

Viajou, por ferrovia para Caçador em Santa Catarina, a fim de proteger esta região dos revoltosos que se retirariam de Palmas. Chegaram ao seu destino, em 28 de outubro, acampando em Erval, sem tomar contato com os comandados do **Monge**.

E, perante a gravidade dos acontecimentos, em Palmas, o comandante do 11º Distrito Militar ordenou, em 24 de outubro, que um destacamento, com base no 5º Regimento de Infantaria, em Curitiba, reforçado com algumas peças de Artilharia e alguns elementos de Cavalaria, marchasse para Palmas, para cooperar com a Polícia na redução e dispersão do foco de revolta, na área do Contestado.

O 54º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Florianópolis, se necessário, auxiliaria ao comando do coronel Antônio Sebastião Pyrcho, que, três dias depois do recebimento da ordem, organizou a coluna e embarcou por ferrovia em União da Vitória.

Nesta localidade incorporou-se à sua tropa, o contingente do tenente-coronel Pereira Franco que estivera em Caçador e Erval.

Nos primeiros dias de novembro, a Expedição, com mais de 1.000 homens, deslocou-se pela rodovia União da Vitória – Palmas. Adotando a Tática vigente na época, explorou cuidadosamente a região Palmas – Irani. Gastou 2 meses nesta missão, sem encontrar os revoltosos. Recebendo informações de que partiram para o interior catarinense, e se dispersaram, a coluna recolheu-se aos quartéis. Um contingente policial permaneceu, em Palmas e elementos do 5º Regimento de Infantaria permaneceram em União da Vitória.

## Perigosa e ameaçadora concentração de revoltosos em Taquaraçu

O território do Contestado dominado pela Revolta ficava balizado **ao norte**, pelo rio Negro; **a leste**, por uma linha balizada por Curitibaanos - Papanduva; **ao sul**, por uma linha balizada por Campos Novos - Curitibaanos; e **a oeste**, por uma paralela, à direita da ferrovia. Ou, a grosso modo, entre os rios Negros e Pelotas e a ferrovia e a BR-116 atuais.

Um ano se passou. Ninguém se lembrava dos revoltados. No Contestado, a morte do **Monge**, pelo Capitão João Gualberto, ao invés de conter, incentivara o misticismo. A ressurreição do Monge era esperada, E dizia-se que ele voltaria ao mundo, dirigindo uma Legião de Anjos para conduzir os fiéis à terra prometida.

Surge novo chefe espiritual, Euzébio Ferreira dos Santos, antigo negociante, bom chefe de família, mas possuído de intenso fanatismo pela figura do Monge. Uma de suas netas, menina ainda, tinha visões do Santo José Maria, em cujos braços dormira, tempos atrás. Através dessas visões, José Maria transmitia instruções, e por intermédio da menina, as suas ordens eram divulgadas. Uma delas conferiu o poder temporal a um filho de Euzébio, logo destituído pois abusara, ofendendo as práticas morais dos seguidores do Monge. Outro pronunciamento do Santo e a chefia, foi entregue, desta vez, a um neto de Euzébio, menino de 12 anos, a cujas ordens, emanadas do avô, os seguidores obedeciam cegamente.

As hostes sertanejas cresciam. Estabeleceu-se um acampamento, em Taquaraçu, na região serrana de Santa Catarina. Começou a acorrer para este acampamento todo o tipo de gente: fugitivos da justiça, desempregados abandonados pelos construtores da ferrovia, homens perseguidos pelos “coronéis” das fazendas, e outros de cujas terras foram expulsos pela desapropriação do leito da estrada de ferro. Famílias inteiras se agrupavam no Quadro Santo de Taquaraçu. Gente válida, alguns em busca de uma melhor vida, outros atrás de aventuras e lucro fácil e gente enferma procurando cura. Moravam em ranchos de palha e casebres de madeira, improvisadas, ostentando o distintivo do movimento: uma bandeira branca com uma cruz ao centro e a imagem de S. Sebastião. Eram peões e lavradores, aventureiros e facínoras.

A concentração de pessoas exigia grande quantidade de alimentos e de outros artigos. A necessidade aumentou, Euzébio começou a pedir auxílio às fazendas próximas, e a saqueá-las, quando não atendido.

O general Alberto de Abreu, Inspetor do 11º Distrito Militar, recebeu do coronel Vidal Ramos, em 7 de dezembro de 1913, governador de Santa Catarina, telegrama, expondo a situação nas matas do Taquaraçu, e informando que fizera seguir um Contingente de sua Polícia. Na mesma ocasião, o Ministro da Guerra Gen Div Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva ordenara a intervir, cooperando, agora, com a Polícia catarinense.

### **Combate de Taquaraçu**

Afastando uma touceira de espinhos, no alto de um outeiro, o cabo que comandava a patrulha, e guiado por um vaqueano observou, atentamente, o emaranhado de cabanas, semi-ocultas pela mata, que se estendia, ao longe, lá embaixo. Taquaraçu à vista. Esta patrulha pertencia a uma companhia do 5º RI que, desde meados de dezembro de 1913, encontrava-se em Erval, com a missão: observar o movimento dos revoltosos sem hostilizá-los. Uma outra companhia, esta, do 6º Regimento de Infantaria, em Caçador, com a mesma finalidade. As duas companhias, 160 homens. A de Erval, 60 e a de Caçador, 100.

Em 20 de dezembro, de 1913, o Inspetor do 11º Distrito Militar determinou o ataque ao **Quadro Santo de Taquaraçu**. Poucos dias antes, um apelo aos revoltosos, para se dispersassem em paz, pondo fim à revolta naquela área. Não houve acolhimento.

Planejou-se o ataque para ser executado, segundo 3 direções convergentes, ao comando do capitão Esperidião de Almeida, participando também uma tropa de 50 praças da Polícia catarinense. A chegada simultânea das forças ao reduto, foi prevista para 28 de dezembro de 1913. No dia 22 iniciou-se a marcha das três colunas. O deslocamento, por ínvios sertões, entre brenhas incultas, pontilhadas por grotões enormes. Terreno muito difícil.

Alguns vaqueanos acompanhavam a tropa para guiá-la no interior da mata. Entretanto, ao aproximarem-se do reduto, prevendo

o insucesso, a maioria abandonou a Expedição. A **Coluna Sul**, sem os guias, e já com escassez de víveres e sem condições de continuar, retraiu para Campos Novos. No dia 25, dia de Natal a **Coluna do Norte** reuniu-se com o contingente da Força Pública catarinense. Seu comandante, o capitão Adalberto de Menezes, ignorando o que se passava com a outra coluna, prosseguiu no plano. Precárias eram as ligações realizadas, apenas por mensageiros, na medida que o permitiam o terreno difícil e as emboscadas dos adversários, acompanhantes da progressão dos governistas. Ao acercar-se de Taquaraçu, a tropa federal seguiu por uma direção, enquanto a polícia assaltaria o **Quadro Santo** por outro flanco. O capitão Adalberto, em 29 de dezembro de 1913, atacou a trincheira dos revoltosos com sua coluna. Antes de penetrá-la recebeu violento fogo, vindo de todas as direções, estabelecendo-se a confusão. Dispersaram-se os cargueiros de munição por entre a fuzilaria. No outro flanco, a Polícia não logrou aproximar-se do aldeamento. Violenta emboscada rechaçou-a, sendo obrigada a retirar-se para Curitiba.

Sem o auxílio das outras colunas, e com grande parte da munição perdida, o capitão não teve outra alternativa senão a retirada. Após longa marcha de regresso, atingiu a localidade de Rio Caçador. Mais um mal resultado de outra Expedição no Contestado e com o fortalecimento moral e material dos revoltosos pela segunda vitória contra as forças legais, e pelo segunda conquista de armas e munições, a reforçar seus arsenais.

### Caragoatá - novo centro de resistência



Após o revés, concluiu-se: como o principal fator da derrota, o pequeno efetivo. Deliberou-se preparar uma nova expedição, desta vez, ao comando do Tenente-Coronel Aleluia Pires.

Ao lado, um grupo de vaqueanos, guias civis das tropas contratados para guiar as tropas governistas na ausência de cartas topográficas da área.

A Expedição Aleluia Pires foi organizada com elementos esparsos, devido ao pequeno número de unidades prontas, na área, o 54º Batalhão de Caçadores, forças policiais catarinenses, e mais do Exército um Esquadrão de Cavalaria, duas seções de Metralhadoras e uma de Artilharia, esta vinda do Rio de Janeiro, e mais duas companhias – uma do 4º Regimento de Infantaria e outra do 6º Regimento de Infantaria. O efetivo total de 750 homens, concentrar-se-ia em Espinilho, dentro da área conflagrada. Houve certa demora na concentração dos meios que se completou a 6 de fevereiro de 1914. Nesta data partiu a Força Expedicionária rumo a Taquaraçu, depois de cerca de um 1 ano e 3 meses do início ao combate desta revolta no Contestado. Antes disso, a exemplo da anterior, fizeram duas tentativas de pacificação recusadas novamente pelos revoltosos. A progressão da coluna, foi morosa e cansativa. O seu dispositivo estendia-se por 5 quilômetros de profundidade, em função da estreiteza das picadas, da vegetação espessa e da irregularidade do terreno.

Estabeleceu-se, no dia 8 de fevereiro de 1913, o primeiro contato com os revoltosos que mostraram saber tirar todo o partido possível, proporcionado pelo profundo conhecimento do terreno. Houve sucessivos choques entre a vanguarda da tropa do governo com os revoltosos, sendo, estes, recalçados de tal forma, que foi possível instalar as metralhadoras e a seção de Artilharia, há 600 metros do reduto. Enquanto essas armas atiravam incessantemente, a Infantaria progredia no terreno, procurando impedir ataques dos revoltosos e aproximando-se do **Quadro Santo**.

No final do dia, verificando os revoltosos ser a bravura inútil contra os melhores recursos das forças legais, eles iniciaram a retirada de Taquaraçu, acompanhados das famílias que ainda lá se encontravam.

Na manhã seguinte, os expedicionários penetraram em Taquaraçu, encontrando dezenas de mortos e a quase a totalidade dos casebres incendiados. Em vista das dificuldades de suprimento e de deslocamento no sertão, a coluna retirou-se para Espinilho.

Os revoltosos em retirada, concentraram-se em Caragoatá, mais no interior do Contestado. No local, o pequeno agrupamento de revoltosos, entre rezas e incursões às fazendas da redondeza, aguardavam a ressurreição do Santo.

## Caragoatá o novo polo de resistência da Revolta

Depois do revés, concluiu-se: como o principal fator da derrota, o pequeno efetivo. Deliberou-se preparar uma nova Expedição. O núcleo de Caragoatá cresceu muito sendo necessárias 30 reses diárias para a alimentação dos seus habitantes. Subsistia a organização temporal criada pelo **Monge**: o Comandante da **Forma** e da **Reza** e dos **Doze Pares de França**. No campo espiritual, uma pequena virgem constituía o oráculo transmitindo as mensagens do **Santo**. Bandoleiros, aventureiros e cabecilhas, ali encontravam-se, impondo-se pela coragem e pela audácia. Movia-os o fanatismo e depois do desastre de Taquaruçu, também o ódio.

### O Ataque a Caragoatá

O governo federal tentou por diversos meios promover a dissolução pacífica do reduto de Caragoatá. Todas as medidas tentadas foram inúteis. Tendo aumentado o número de arruaças na região, o general inspetor do 11º Distrito Militar determinou ao tenente-coronel Aleluia Pires nova investida. O oficial deslocou as forças para Rio Caçador, onde adoecendo, passou o comando ao tenente-coronel Freire Gameiro.

A coluna atingiu o lugarejo de Perdizes, em 8 de maio de 1914, encontrando-o abandonado. No dia seguinte, em formação de combate, rumou para Caragoatá. Cerca de 30 minutos do início do movimento, os revoltosos tentaram invadir Perdizes para se apossarem dos suprimentos armazenados. A guarda do local os repeliu.

A um quilômetro além, a tropa começou a ser hostilizada pelos revoltosos, emboscados. Ela progredia lentamente, em terreno áspero e com constantes investidas dos rebeldes. Grande foi a dificuldade para instalar as metralhadoras e as peças de Artilharia, em virtude do emaranhado da vegetação e da movimentação do terreno. Depois de 6 horas de luta, combatendo em terreno adverso, contra inimigo tocaiado na mata, e sem poder desenvolver convenientemente a tática da época, e ainda a difícil a instalação de suas armas de apoio, a tropa viu-se obrigada a retirar-se para Perdizes, com regular número de baixas. E rumou para Calmon, onde chegou em 11 de março de 1914.

Embora vitoriosos, os revoltosos deixaram-se possuir pelo desânimo. A retirada da Expedição para Calmon devolveu-lhes o estímulo. Como não fossem boas as condições de higiene no **Quadro Santo**, de Caragoatá, resolveram mudar-se para a região de Pedra Branca, à margem esquerda do rio Timbozinho, onde se instalaram.

A população do acampamento tornou-se numerosa e, nas suas proximidades, acabou surgindo o reduto de Tamanduá. Para o proteger guarneceram pontes nas Serras Santa Maria e Caçador. E foi criado forte reduto em Santo Antônio.

### **Reforços da 3ª Região Militar atual, do Rio Grande do Sul contra os revoltosos**

O comandante da 11ª Região Militar mostrou ao governo, a sua preocupação, referente àquele caso. Impunha-se uma solução enérgica. Desta forma, chegaram à região novas tropas, oriundas da 3ª Região Militar no Rio Grande do Sul e de Curitiba: o 7º RI de Santa Maria-RS e uma companhia de Engenharia de Combate e metralhadoras.

Somavam-se, na área, cerca de 1.500 homens que passaram ao comando do general Carlos Frederico de Mesquita – veterano da Guerra do Paraguai, da Guerra Civil 1893/95 no Rio Grande do Sul e da Campanha de Canudos em 1897.

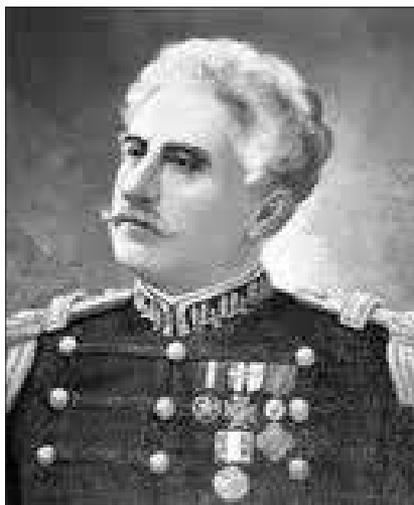
Um dos principais atos do General Mesquita foi dispensar a força policial, em vista de os revoltosos ocuparem áreas em litígio, entre os dois Estados. A expedição Mesquita retomou o movimento, em 16 de maio de 1914, reanimada com o novo comando e confiante na vitória. À frente, marchavam 60 civis experimentados e valentes, contratados como vaqueanos (guias).

Organizaram-se 3 colunas: uma reconheceria Caragoatá e investiria contra Tamanduá. As outras 2 colunas seriam empregadas sobre Santo Antônio. Durante quase todo o trajeto, os soldados, fustigados por atiradores escondidos no meio da mata. De nada adiantava varrer os arredores com tiros de canhão ou tirotear a esmo, descargas de fuzis ou rajadas de metralhadoras contra a folhagem. Apesar de a morte e o medo rondarem a tropa, o reduto, foi conquistado a carga de baioneta.

No dia seguinte, ainda predominavam os comentários sobre os incidentes do combate, não se sabendo de onde, uma chuva de balas os surpreendeu. Emboscados nos topos de arvores, ocultos nas macegas ou troncos das imbuias, os revoltosos atacaram,

Sem recursos para a perseguição contra um adversário matreiro, em terreno hostil e desconhecido, o comandante decidiu retirar-se e dissolver a Expedição.

Uma coluna, comandada pelo capitão Matos Costa, cumprira a tarefa, reduzindo o que restava do arraial de Caragoatá.



### **Gen Bda Carlos Frederico de Mesquita**

**(Fonte: Galeria de comandantes da 3ª Região Militar, cuja História resgatamos em 3 volumes e foto fornecida pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, presidente da AHIMTB/RS Gen Rinaldo Pereira Câmara e vice-presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, instalados no Colégio Militar de Porto Alegre)**

O General Mesquita retornou com sua tropa para o Rio Grande do Sul e comandaria a atual 3ª Região Militar até 1918 por cerca de mais de um ano, em três períodos descontínuos. Retirou-se por decisão própria sob argumento de não sacrificar sua tropa e os revoltosos num massacre continuado de irmãos brasileiros, E mais, que

assim continuando, a revolta não seria solucionada e que deveria ser adotada uma solução mais eficaz, que não implicasse no massacre recíproco de tropas do governo e revoltosos, E o Governo adotaria outra solução mais eficaz como se verá. E ele não foi punido.

A fermentação rebelde, ao contrário de diminuir, progredia no Contestado, que ampliava as condições de abrigo aos revoltosos e celerados e palco de jogo político dos chefes locais. Por outro lado, aumentavam as questões entre os moradores do Contestado e os donos de terras. As fazendas e outras propriedades rurais, eram alvos de investidas de grupos para o saque. Contrabandeavam-se armas, munições e provisões.

Matos Costa, que ficara em União da Vitória, com 200 soldados, usara, até então, meios suasórios para desarmar os revoltosos. Em Setembro de 1914, à frente de um contingente uma emboscada o surpreendeu: lutou bravamente, mas acabou sendo trucidado.

### **O Gen Setembrino de Carvalho no comando das operações no Contestado**

Ciente dos acontecimentos, o governo da República resolveu nomear o general Setembrino de Carvalho para inspetor do então 11º Distrito Militar e, simultaneamente, comandante das forças operacionais no Contestado.

Toda a autoridade lhe fora outorgada de acordo com as disposições constitucionais, em vista da requisição de ambos os Estados, pedindo a intervenção da União “para restabelecer a ordem e a tranquilidade em seus territórios”.

A decisão do general Carlos Frederico Mesquita de abandonar com sua tropa o Contestado, forçou a União a tomar uma decisão mais realista. Habilmente, o General Setembrino procurou ausentar-se das querelas políticas e de interferência nos assuntos administrativos locais. Assumiu o comando, em 12 de setembro de 1914, decorridos quase 2 anos do início da revolta. Verificando que a ação dos revoltosos se estendia por larga área, concebeu o seguinte:

- **Cercá-los a partir dos centros mais populosos e apertá-los pouco a pouco, privando-os dos recursos indispensáveis;**
- **Ter o cuidado de não expor a sua tropa às emboscadas.**



**General Fernando Setembrino de Carvalho, o Pacificador do Contestado, ilustre filho de Uruguaiana - RS, onde foi consagrado pela FAHIMTB como patrono de sua Delegacia naquela cidade. A direita sua foto quando a cavalo em operações no Contestado, à frente de tropa do Exército a seu comando (Fonte: História do Exército, 2ª ed. 1998).**

Para a execução do plano, os meios existentes, eram precários, tanto em efetivo como em organização. Resultado: o governo central deslocou, para aquela área, várias unidades, constituindo a Grande Expedição, cerca de 7.000 homens, 4 vezes mais do que a Expedição do General Frederico Mesquita.

Recursos de toda espécie, ao contrário do que ocorreu antes. Em setembro e dezembro de 1914, os revoltosos desenvolveram grande atividade, em que bandoleiros comandavam grupos volantes que saqueavam, matavam indiscriminadamente e incendiavam.

O território do Contestado ocupado pelos revoltosos, compreendia cerca de 28.000 km<sup>2</sup>. Calculavam em 20.000 os revoltosos, espalhados pelos redutos de Tamanduá, Santa Maria, Colônia Vieira, Salseiro. Ou estimado em mais de 2/3 do efetivo da Expedição General Setembrino. Obtinham suprimento, com saques de fazendas e localidades, ou por contrabando nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo..

Foi restabelecida a circulação na estratégica Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, cuja linha ficou guarnecida para impedir nova interrupção, pelos revoltosos.

Em seguida, o comandante da Expedição lançou, em setembro de 1914, um manifesto aos habitantes do Contestado, que tinha o anseio pela posse das terras:

***“Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se. Aí, lhes são garantidos meios de subsistência, até que o governo do Estado do Paraná lhes dê terras das quais se passarão títulos de propriedades”.***

Para os oficiais em comando ordenou que deviam ter toda a clemência para com os prisioneiros, desde os capturados vagueando, até aqueles feitos em combate, assim como os que permanecessem lutando. No mesmo dia em que o general Setembrino assinou o apelo, um grande piquete rebelde tomou a vila de Curitiba, ficando prevista, nova investida, desta vez para arrasar a localidade e vários povoados foram saqueados ou invadidos por revoltosos. O comandante da Expedição escalou a tropa que atuaria no cerco da zona Contestada controlada pelos revoltosos em, 4 linhas:

**Linha norte** – União da Vitória – Rio Negro. **Linha leste** – Rio Negro – Papanduva.

**Linha sul** – Freguesia do Sul – Lajes – Campos Novos. **Linha oeste** – Ferrovia S.

Paulo – Rio Grande. Organizou além de pequenos destacamentos, uma coluna móvel.

A tropa, assim distribuída, permanecia em seus acampamentos, fazendo emprego judicioso de fortificações passageiras, onde, muitas praças, exercitar-se-iam pela primeira vez. Os revoltosos rondavam os acampamentos, mantendo, contudo, atitude de expectativa. A ordem era a de não atacá-los. Esperava o General Setembrino, novos efetivos e iniciaria pequenas ofensivas, nas quais obtivesse triunfos certos, e fortalecesse o Moral da Expedição. Deve-se acrescentar que auxiliando a ação militar do governo, fazendeiros abastados mantinham, para a defesa das terras, numerosos homens em armas, que, frequentemente, travavam duros combates com os rebeldes.



Foto da sede de uma fazenda fortificada para a proteger defender de ataques do revoltosos (Fonte: História do Exército, 1ª ed. 1972).

As tropas, espalhadas em suas posições, nas linhas de cerco, repetidas vezes, realizavam ações de patrulhamento, eliminavam pequenos redutos e dispersavam grupos que fugiam precipitadamente para a mata. Estas pequenas ações, em que os rebeldes iam perdendo a ousadia dos primeiros tempos, era o prenúncio de movimentos mais sérios. A solução de cerco da revolta já havia sido adotada antes pelo Governo de Pernambuco, na **Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas 1832/1835**, mas não foi utilizada em Canudos. Solução que evitou o massacre e foram conseguidos melhores resultados, acolhimento e proteção dos que decidiram se entregar.

### **O cerco aos revoltosos do Contestado vai se fechando**

Ao norte, com a missão de atacar os redutos de Salseiro e Colônia Vieira, em 26 de outubro de 1914, a **Coluna Móvel** transpôs o rio Canoinhas e surpreendeu o seu primeiro objetivo. A força de reconhecimento lançada sobre Colônia Vieira voltou a Salseiro e sofreu ali dois ataques seguidos, que demonstraram a impossibilidade de continuar a marcha.

As chuvas incessantes, a interrupção das comunicações, e outros fatores a influenciarem na ordem de retirada. A tropa se recolheu para Canoinhas.

Uma noite, quase ao raiar do dia, numa dessas tentativas, o tenente Armínio Moura, no comando de 20 soldados, lançou-se contra os atacantes, e os fez recuar. Os revoltosos disparavam, contra aquele ataque que os perseguia em mato denso, até há pouco impenetrável para a tropa. Salvou-os um rio, que, forçou os soldados a um longo desbordamento o que lhes permitiu escapar. Os ataques à vila de Canoinhas, finalmente cessariam.

**No leste** do dispositivo da Expedição, os revoltosos hostilizaram várias vezes, e inclusive à noite, a localidade de Papanduva. Mandou-se um batalhão de Infantaria para lá.

Assumindo a iniciativa, as forças da **linha leste**, nos últimos dias de novembro, repeliram os insurgentes para o interior dos redutos, e vários povoados ficaram sob ocupação das tropas. Após inúteis negociações, entre o comandante da **linha leste** e o chefe rebelde Tavares, para evitar derramamento de sangue, o coronel Júlio César decidiu atacar.

Quando o assalto já estava montado, um rebelde, inimigo do chefe Tavares, convenceu muitos de seus companheiros a desistirem da luta. Consequência, o ataque desfechado não encontrou o inimigo, destruindo-se o reduto. Antônio Tavares, quando se sentiu abandonado, escapou, alta noite, em companhia dos revoltosos mais comprometidos com a Justiça.

Na **linha sul**, as localidades de Lajes e Curitibaanos, organizadas, defensivamente, serviram como base de partida para forças volantes que perseguiram bandos de revoltos, espalhados por Cerrito, Corisco, Espinilho, Taquaraçu.

Em Lajes, apesar da permanência de um Batalhão de Infantaria dentro da cidade, a população vivia em constante sobressalto. Conheciam-se as atrocidades do bandido Castelhana, temido e cuja ousadia espalhava-se em todas aquelas paragens. Ele chegou a anunciar o dia do ataque à Lages. A sua população começou, a cuidar, seriamente, da sua defesa. Sem distinção de classes sociais e sujeitos praticamente à mesma disciplina dos soldados, num belo gesto de civismo, cooperaram no trabalho de entrincheiramento. Di-

vidiu-se a praça em numerosos setores, confiando-se a defesa e a vigilância de alguns setores ao patriotismo de filhos de Lages.

Uma companhia marchou ao encontro dos rebeldes, conduzindo-se com brilho e dispersando-os à bala, limpando as cercanias de Lajes dos revoltosos, que foram em busca de outras posições, mais ao norte. Um Regimento de Infantaria de Niterói (RJ), em fins de setembro de 1914, comandado pelo tenente Estillac Leal, desembarcou em Itajaí, atingiu Curitiba. Em Campos Novos, a tropa desenvolveu intenso trabalho de patrulhamento e dispersou os revoltosos próximos, e refez a linha telegráfica interrompida por eles, inspirando confiança nos moradores, que começavam a voltar aos seus lares abandonados.

O Exército construiu em Caçador um campo de Aviação com 3 hangares, para abrigar sua nascente aviação, 11 anos depois do 1º vôo em Paris do 14 BIS, construído e pilotado por Santos Dumont, consagrado o Pai da Aviação. Eram 3 aeronaves destinadas a reconhecimento. Numa delas morreu vítima de acidente aéreo, quando procedia um reconhecimento de um acampamento dos revoltosos o Capitão Ricardo Kirk, hoje patrono da Brigada de Aviação do Exército, em Taubaté, S P, onde existe pintura deste herói do acadêmico emérito da FAHIMTB o Cel Pedro Paulo Estigarribia. (Fonte: História do Exército, 1ed,1972).

Na **linha oeste**, foi cumprida a missão de garantir a ferrovia e suas imediações. Repeliram, algumas vezes, as investidas de pouco valor. Em janeiro de 1915, a marca que delimitava a área dominada pelos revoltosos estava mais para o interior do que a encontrada pela Expedição. Cessaram as incursões predatórias. Cerca de 3.000 pessoas, a maior parte, mulheres, crianças e inválidos fugitivos dos redutos, apresentavam-se às tropas legais. Líderes rebeldes também se entregavam. Dos chefes políticos só Aleixo Gonçalves, bandoleiro célebre, valia-se da religiosidade para sobrepor-se aos fanáticos e bandidos, intitulado-se o Chefe Geral.

Antônio Tavares, antigo promotor público, depois de derrotado no reduto, sem nome, homiziara-se no sul do Estado. Sua motivação para a luta, a questão de limites, resolvida em sentença judicial, não foi cumprida pelo Paraná. A doença, a falta de recursos e as derrotas sucessivas destruíam o moral dos revoltosos, abalando a de seus líderes. Apesar de tudo, os chefes remanescentes recusaram as propostas conciliatórias.

Em fins de dezembro, o general Setembrino fizera circular o seguinte apelo:

***“Desde o dia 11 de dezembro que lutamos e os nossos soldados cada vez mais se sentem encorajados para a luta e a vitória final que não tarda. Mas é preciso parar; é forçoso que se termine esta luta; que o sangue brasileiro não continue a manchar nossas terras, onde a natureza acumulou recursos inesgotáveis, para a grandeza de nossa pátria. Não venho trazer-vos a morte ou o presídio pela vitória de nossas tropas, mas a concitar-vos a depor as armas e a que aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do governo e da lei. Impõe-se, portanto, que volteis ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade da nossa grande pátria, que na quadra atual tanto precisa do patriotismo dedicado de seus filhos”.***

### **Vitórias e rendições anunciam luta próximo do fim**

As notícias constantes de vitórias, de rendição dos rebeldes, vinham continuamente, elevando o moral de toda a força de Pacificação.

Vejamos as operações na **Coluna Norte**. É necessário destacar a excepcional figura do capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara que, fins de dezembro de 1914, depois de marchar 10 km por mata espessa, atacou, subitamente, o reduto Piedade, concluindo a ação com velhos guerreiros. Nesse ato, o bravo oficial reiniciava a ofensiva, naquela área de operações.



**Cel Inf Tertuliano Albuquerque Potiguara, agora herói brasileiro na Batalha de San Quentin, combatendo numa unidade do Exército da França onde foi provido por bravura nesta batalha, depois de consagrado herói do Exército na Guerra do Contestado (Fonte: Mac Cann. Soldados da Pátria.)**

**Nota:** Nosso herói nasceu no interior de Sobral-CE. Foi declarado Alferes pela Escola Militar do Ceará. no local do hoje Colégio Militar

de Fortaleza. Foi herói no combate a Revolta da Vacina na Escola Militar da Praia Vermelha em 1904. Comandou a Brigada Potiguara em São Paulo no combate à Revolução de 1924. Foi deputado federal pelo Ceará, sendo vítima de um atentado a bomba, ao abrir encomenda a ele destinada, perdendo em consequência um dos braços. Foi consagrado como denominação histórica da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada em Ponta Grossa-PR. Atingiu em 6 de Novembro de 1926 o posto de General de Divisão. Faleceu no Rio, aos 87 anos. No Clube Militar existe pintura a óleo homenageando este herói.

A partir de fevereiro de 1915, a coluna foi atacando e destruindo, sucessivamente, fortins de Santo Antônio, Gramado, Timbozinho, Pinheiros, Tomazinho, e enfrentou tenaz resistência em Pinheiros. Acampou em Reichard, em 4 de fevereiro.

**A Coluna Leste** que mudara a sua base para Colônia Vieira, depois de realizar alguns reconhecimentos, dividiu-se em 2 destacamentos para assaltar os pontos fortificados de Marcelo, Josefino e do Aleixo. No destacamento a que coube destruir o de Marcelo ia o coronel Julio César. O chefe Marcelo Alves, no dia seguinte, foi encontrado morto.

O segundo destacamento depois de um dia de marcha, defrontou-se com a guarda de Josefino, que, em posição favorável, impedia o prosseguimento da força. Depois de frustradas tentativas, o comandante decidiu contornar aquela posição, rompendo a mata. Esta manobra obteve sucesso, o local foi ocupado, e a guarda fugiu. Grande número de prisioneiros, inclusive o próprio chefe Josefino. O do Aleixo foi, dominado, em 16 de fevereiro de 1915 sem resistência. Estava abandonado. Ali estivera antes o capitão Potiguara.

Estes ataques simultâneos das **Colunas Norte e Leste** destruíram os arraiais políticos do norte, mas não chegaram às principais posições da Revolta. A maioria dos fugitivos do norte, dos redutos submetidos pelas **Colunas Norte e Leste** se reuniram em Santa Maria do Sul. De 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1915, o comandante da **Coluna Sul** realizou reconhecimentos sobre aquela cidade que revelaram a existência de inimigo, além da mata que orlava o Arroio Santa Maria. Duas tentativas para a sua destruição não obtiveram êxito, devido às condições do terreno, e à mata, quase impenetrável,

dificultando o assalto da Infantaria e o fogo da Artilharia. Convencido da impossibilidade de vencer, atacando apenas pelo sul, o comandante da expedição decidiu-se aproximar por ataques convergentes, através da **Coluna Norte e Leste**, que atacariam Caçador, inicialmente. Ao mesmo tempo a **Coluna do Sul** atacaria Santa Maria e a oeste reforçaria a vigilância para impedir a fuga dos rebeldes para os Campos do Irani.

**A Coluna Sul**, no dia 12, de fevereiro de 1915, com companhias que se revezavam, começou grande derrubada, a foice, a machado, na mata para abrir extensa Picada que facilitasse o ataque. Os revoltosos que não compreendiam a necessidade de derrubar toda a selva para poder atacá-los, espreitavam, curiosos e intrigados, a gigantesca e trabalhosa empreitada. Durante todo o mês de março de 1915, a coluna bombardeou seguidamente o reduto, realizou reconhecimentos e reajustou o dispositivo. Nos últimos dias de março de 1915 não pôde continuar o trabalho. Os revoltosos, vendo-se atacados pelo norte, começaram a hostilizar a **Coluna Sul** na mata, com cerrado tiroteio sobre os trabalhadores e soldados encarregados da derrubada.

### **A conquista do forte reduto de Santa Maria pela Coluna Norte de Potiguara**

O comandante Estillac Leal resolveu iniciar o assalto, em 30 de março, de 1915 executando uma preparação de fogos de Artilharia e metralhadoras durante o dia inteiro.

Apesar disso, os batalhões de Infantaria não conseguiam transpor o desfiladeiro que conduzia ao ponto fortificado. A grande e bem armada **Coluna Sul** não atacou à mata de Santa Maria, no dia 2 de abril, talvez por ser Sexta-feira Santa. Mas um tiroteio longínquo, ouvido pela manhã, na direção nordeste, motivou o comandante a determinar nova investida. que fracassou. No Acampamento de Tapera, no sábado, 3 de abril, de 1915 ouviram-se, ao meio-dia, tiros esparsos na direção nordeste, e que logo cessaram, não se lhes dando grande importância. À noite, foi visto um clarão e uma fumaça a elevar-se no horizonte, na direção de Santa Maria, não havia dúvida era um grande incêndio que lavrava, e uma vaga esperança começou a ser esboçar...Realmente, o capitão Potiguara, comandando o desta-

camento da **Coluna Norte**, já estava dentro de Santa Maria. Estillac reajustou o seu dispositivo em 4 colunas, que penetraria, sucessivamente, no vale, com ordem de avançar sempre até operar junção com as forças do norte.

Como se deram os acontecimentos na **Coluna Norte**? Comandada pelo bravo capitão Potiguara, em 31 de março, de 1915 atingira a região de Timbó Grande. Iniciou seu deslocamento, em 1º de abril de 1915 combatendo, e, às nove horas, deparou com as primeiras casas de Caçador, instalado em terreno próprio à defesa e apoiado no rio Santa Maria.

Depois de recalcar os revoltosos para a margem esquerda e de reajustar o seu dispositivo, o destacamento, enfrentando resistência rigorosa, transpôs o rio Santa Maria e penetrou no reduto, Santa Maria, deparando numeroso armamento e munição, e centenas de cadáveres insepultos. Depois de arrasar quase 2.000 casebres, prosseguiu repelindo revoltosos emboscados. Continuou os afastando em 2 de abril, até o assalto ao dos **Doze Pares de França**, conquistado à base de arma branca. Breve descanso, e reiniciou a marcha sobre Aleixo, assaltado e conquistado, em luta corpo-a-corpo. No fim da missão, o destacamento acampou no local, depois de provocar um grande incêndio nas moradias.

Sábado de Aleluia, 3 de abril de 1915, pela manhã cedo, o destacamento levantou o bivaque para a última arrancada. No cemitério do reduto lutou com uma guarda, dispersou-a e avançou. Mais adiante, em um desfiladeiro, a tropa foi atacada por todos os lados, enquanto a vanguarda procurou abrir caminho, a retaguarda, acometida por revoltosos que perderam quase 100 homens, retirando-se, apressadamente, para a mata, em torno.

Às 15 horas, a vanguarda, seguida de toda a tropa, depois de 10 dias de marcha e 8 combates sucessivos, entrava no célebre reduto de Santa Maria. O casario fora abandonado! Nos matos e serras, em volta do aldeamento, os antigos ocupantes. Em todos os redutos montões de cinzas! Durante a noite de 3-4 de abril e na manhã de 4, o destacamento repeliu vários ataques dos revoltosos. Enviou-se um grupo de 10 homens para a ligação com a **Coluna Sul**. À tarde, as **Colunas Norte e Sul** operaram junção. No dia seguinte, depois do arrasamento da aldeia, o destacamento marchou de Tapera. A **Coluna**

**Leste**, enquanto isto, concentrada até fins de março em Colônia Vieira, em 21 de março de 1915, dirigiu-se para Vaca Branca e Reichard, informando-se da passagem do capitão Potiguara. A seguir, rumou para Caçador, também destruído. Na realização de um reconhecimento sobre o reduto de Santa Maria, encontrou outro, onde prisioneiros disseram que ele se destinava a abrigar os fugitivos de Santa Maria, então atacados pelas forças legais. Diante disso, o destacamento da **Coluna Leste** permaneceu em bivaque, aguardando ordens.

### **A campanha chegou ao fim – finalmente a Pacificação**

Com a posse dos redutos de Caçador e Santa Maria, cessou a resistência organizada no Contestado. Mesmo informado de que muitos revoltosos se reuniram num acampamento, às margens do Arroio de S. Miguel, o General Setembrino não determinou qualquer ação.



Grupo de revoltosos que se apresentaram em Catanduva em atendimento ao apelo do General Setembrino. Dentre eles o 4º da esquerda para a direita, o Henrique Wolland O Alemãozinho, um dos líderes da revolta e desertor da célebre canhoneira Panther e que atuava no Contestado como fotógrafo (Fonte: História do Exército. 2ª ed.1998).

Desprovidos de recursos, vitimados pela fome e pela doença, isolados das fontes de suprimentos pelo cerco os revoltosos não poderiam reiniciar a luta e foi dissolvida a Expedição que honrosa e vitoriosamente o General Setembrino comandara.

O General Setembrino de Carvalho se consagrou como o Pacificador do século 20, pois pacificara o Ceará em 1911, o Contestado em 1915 e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. E foi ele como Ministro da Guerra em 1923 que restabeleceu o culto ao Pacificador do século 19, o Duque de Caxias que fora esquecido pela República, por 25 anos, ao estabelecer o Dia 25 de agosto data do seu nascimento, como o Dia do Soldado, conforme abordamos em nosso livro **Caxias e a Unidade Nacional**, publicado em 2003 no centenário de sua morte, sob a égide da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que o consagrou como seu patrono e inspirador. Estudamos o General Setembrino em **Escolas Militares de Rio Pardo** (vide na bibliografia consultada).



Demonstração de agradecimento ao General Setembrino de moradores de Iracema depois de vencido o reduto liderado por Antônio Tavares. (Fonte: História do Exército. 2ª ed. 1998)

Como medida de segurança e determinação do Ministro da Guerra Gen Div José Caetano de Farias, forças de ocupação, inclusive dos dois Estados, permaneceram por algum tempo em pontos chaves, e nas principais estações da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. O domínio espiritual de habitantes do Contestado ainda era tentado por espertalhões, embora agora a totalidade das famílias aspirasse à paz e ao trabalho. Surgiram ainda alguns redutos, principalmente, Tamanduá, sem preocupação maior, sendo reduzidos por forças que permaneceram na região, combinadas com as polícias estaduais.

A longa convulsão armada, sucederia a luta política pela posse das áreas contestadas. Forças policiais dos dois Estados estiveram prestes a entrar em choque, e não eram cordiais as relações entre os governos respectivos.

Depois de enviar à região um observador militar, o Presidente da República Dr. Wenceslau Braz determinou a ocupação militar das terras, onde mais tensa se apresentava a situação, obtendo compromisso dos governos dos estados de não insistirem nas reivindicações à viva força. Com a interferência direta do Presidente da República, Wenceslau Braz, em 20 de outubro de 1916, a velha questão de limites encontrou solução.

### **A Revolta do Contestado como Guerra Revolucionária**

Se difere de Canudos em seus aspectos bélicos, Contestado se lhe equipara como fenômeno social. Ambos são rebeliões dos sertões, esquecidos pelos governos central e estaduais. Ambos foram trágicas advertências para a busca de melhores fórmulas de integração nacional.



Reunião histórica no Palácio do Cadete, em 20 de outubro de 1916, quando na Europa ocorria a 2ª Guerra Mundial, quando que foi assinado tratado que solucionou a questão de limites no Contestado que se arrastava por mais de 63 anos, desde a criação do Paraná por desmembramento de São Paulo. Na foto sentados o Presidente Wenceslau Braz, no centro ladeado pelos governadores do Paraná e Santa Catarina. (Fonte: História do Exército. 2ª ed. 1998)

A Guerra do Contestado durou 46 meses de Outubro de 1912, a agosto de 1916, até a prisão do seu último líder Adeotado Ramos. Revolta liderada pelos seguintes líderes aqui citados em ordem alfabética: Aleixo Gonçalves, Antônio Tavares, Bonifácio Papudo, Henrique Wolland, o Alemãozinho, Josefino, José Maria O Beato, Marcel Alves e Venuto Baiano, cujas atuações militares precisam ser mais aprofundadas no tocante às suas justas reivindicações de Justiça ou se procuram tirar proveito pessoal da revolta. Foi que começou a ser feito no final do século 19, em relação aos farrapos por Assis Brasil. E hoje suas lideranças tem sido consagradas com muito a nos ensinar sobre Arte Militar brasileira que empregaram durante cerca de 10 anos como Guerra de Resistência.

E acreditamos que a Guerra de Resistência dos revoltosos do Contestado encerra muitas lições a enriquecer a Arte e Ciência Militar das nossas Forças Terrestres (Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros militares). Estimam que as Forças empregadas para pacificar O Contestado atingiram a cifra de 8.000 homens, sendo cerca de 7000 do Exército e os restantes das forças de Segurança do Paraná e Santa Catarina e mais civis contratados. O efetivo da revolta estimam em 10.000 revoltosos. As baixas nas forças do governo estimam entre 800 a 1000 entre mortos, feridos e desaparecidos e as baixas entre a população civil estimam entre 5.000 e 8.000.

A Revolta do Contestado “é considerada a maior revolta rural ocorrida na América do Sul”. E ela ocorreu decorridos 17 anos depois dos estados do Paraná e Santa Catarina serem envolvidos pela violenta Guerra Civil de 1893/95 combinada com a Revolta na Armada.1893/95. Mas esta é outra história sobre as quais muito escrevi (vide fontes consultadas).

E aproveito a oportunidade para registrar um dos seus heróis do Exército do cerco da Lapa o General Augusto Julião Serra Martins, colocado em posição inexpressiva no Monumento aos heróis da Lapa e que o resgatamos na obra **Comando Militar do Sul 4 décadas de História.1953/1995 e Antecedentes**. Porto Alegre: CMS, 1995, p. 251/258.

### **A 3ª Região Militar na Pacificação do Contestado**

A OM mais atuante da 3ª RM foi o 7º Regimento de Infantaria, resultante da fusão do 17º Batalhão de Infantaria, que a comando do

esquecido e heróico Cel Julião Serra Martins se destacara na resistência da Lapa em 1893-94, e do 29º Batalhão de Infantaria de Pelotas, do Cel João César Sampaio, que nucleara a Divisão do Sul que libertou Bagé em 8 de janeiro de 1894 de cerco federalista.

Esta unidade, ao comando do Cap Primo Pereira de Paula, desempenhou brilhante papel, destacando-se no combate de Santo Antonio. Era integrada por contingentes do 8º (Cruz Alta), 9º (Rio Pardo), 10º (São Gabriel) e 12º (D. Pedrito) regimentos de Infantaria, conforme plaqueta do historiador da 3ª DE, o falecido acadêmico Cel Mário José Menezes.

### **O ensino militar nas visões dos Generais Setembrino e Eurico Dutra**

No precioso relatório do General Setembrino citado, vide fontes consultadas, de grande valor profissional, ele assinala uma distorção cultural entre muitos oficiais. Ou seja, de ao invés da cultura bacharelesca e matemática, terem enveredado para a cultura literária, e não para a cultura em Arte e Ciência Militar, o que começou a ser corrigido pelos **Jovens Turcos** em sua pregação na **Revista A Defesa Nacional**, no sentido do equilíbrio da Cultura Geral x Cultura Profissional, segundo diretriz do então Ministro do Exército General Eurico Dutra:

**“O ensino militar entre nós tem variado em dois extremos: ou excesso de matérias teóricas ou de cultura científica, ou a reação brusca no sentido de preparação meramente profissional, com caráter prático. É oportuno alertar sobre a inconveniência ou perigo de socorrer-se a qualquer dessas soluções extremas. A sabedoria aconselha e mostra que a virtude está no meio. Não se esqueçam os que têm a missão de formar os futuros oficiais que é sob o imperativo do ensino profissional e da cultura geral que se deve orientar aquela formação. Estamos num século eminentemente técnico. Só se tornam poderosas, as instituições e nações que têm solicitado à inteligência e às Ciências os conselhos e os recursos a serem seguidos, no sentido de melhor se armarem e se tomarem fortes. Mas tudo isto será incompleto e de resultado duvidoso, se o comando, professores e instrutores não cogitarem também de formar espíritos e personalidades”.** (Diretriz emitida em 1944).

O Marechal Dutra foi aluno da Escola Militar da Praia Vermelha na ocasião de seu fechamento, seguido de extinção, em consequência da política na Revolta da Vacina Obrigatória de 1904. Após passar um ano fora do Exército concluiu o seu curso na Escola de Guerra de Porto Alegre, sob a égide do Regulamento de 1905. Tendo aprendido duramente a lição da História, foi que emitiu a Diretriz acima.

Antes, em 1937 fundou a Biblioteca do Exército Editora nos moldes da Biblioteca do Oficial do Exército Argentino que substituiu a antiga Biblioteca do Exército, comprometida com a Literatura em geral, mas não voltada para a Cultura Militar em Arte e Ciência Militar e que por esta razão foi extinta pelo General Setembrino como Ministro da Guerra.

Eis pois uma preciosa lição a ser meditada a cada momento pelos responsáveis pela formação militar dos futuros oficiais do Exército Brasileiro, dentro de um contexto de primorosa Educação Militar que os tornem capazes, especialmente depois de cursarem a ECEME, de atualizar e formular doutrinas militares e não só capazes de executar a doutrina militar em vigor. Pois pensadores militares definem uma Doutrina Militar como possuindo só duas constantes invariáveis - **o Homem e a sua constante mudança**. Enfim, capazes de contribuir ao desenvolvimento de uma Doutrina Militar genuína brasileira como a sonhou o Duque de Caxias em 1861, como Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros, ao adaptar às realidades operacionais sul-americanas que ele vivenciara em 5 campanhas vitoriosas que ele comandara, a Doutrina Militar de Portugal própria para as realidades européias. E que a Universidade Brasileira participe desta cruzada, da qual tem estado ausente, introduzindo em seus cursos de História, estudos de História Militar do Brasil, como a UNIRIO e mais uma Universidade de Santa Catarina, a UNISUL. Pois o Brasil hoje com sua grande e crescente projeção econômica e social mundial, necessita como procederam a grandes potências econômicas mundiais contar com o concurso de suas universidades, em apoio ao Poder Executivo e Legislativo para dotar o Brasil **de poder militar defensivo dissuasório compatível** para defender suas riquezas e seu povo de ambições internacionais e também para pleitear, com os pés no chão, um assento no Conselho de Segurança na ONU.

## Fontes consultadas nesta pesquisa

ASSIS, Dilermando de Cel. **Cel Leogivildo Paiva...**Rio de Janeiro: BLIEx, 1960 (O Cel Leogivildo combateu com seu RC no Contestado).

### **A GUERRA DO CONTESTADO NO PR e SC (1912/16)**

BENTO, Claudio Moreira, Coronel. **A Revolta do Contestado (1912-1916) nas Memórias e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador.** Resende, RJ: FAHIMTB/IHTRGS, 2013.

\_\_\_\_\_. **História da 3ª Região Militar 1889-1953.** Porto Alegre: 3ª RM/AHIMTB, 1995.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Lutas Internas na República.** Resende: AHIMTB, 2000 (Elaborado para a ECEME para preparação a distância para concurso à ECEME).

\_\_\_\_\_. et MENEZES, Mário José, Cel et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. **História da 6ª Brigada de Infantaria Blindada - Brigada Niederauer.** Porto Alegre: Promoarte/AHIMTB/IHTRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. **Memórias do Major Setembrino de Carvalho...In: Escolas Militares de Rio Pardo 1659-1911.** Porto Alegre: Gênese/AHIMTB/IHTRGS, 2005, p.115/123

CARVALHO, Fernando Setembrino Mal. **Relatório sobre a Campanha do Contestado.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 (é a mais importante fonte sobre a guerra do Contestado do ponto de vista militar feita por seu pacificador que foi homenageado pela FAHIMTB como patrono de sua Delegacia em Uruguaiana, seu berço natal a qual tem por seu Delegado o acadêmico historiador e artista plástico Sargento Carlos Fonttes).

\_\_\_\_\_. **A Pacificação do Contestado.** Rio de Janeiro: s/ed. 1916. (Conferência no Clube Militar, em 3 Jun 1916).

\_\_\_\_\_. Reunião no Clube Militar para fundar a **Revista a Defesa Nacional.** nº715, set/out, 1984, p.63/165.

\_\_\_\_\_. Marechal Caetano de Farias. Projeção como chefe do EME e Ministro da Guerra na Reforma Militar. **Revista A Defesa Nacional,** nº 724, mar/abr. 1986, p. 93/124.

\_\_\_\_\_. Os 70 anos do Sorteio Militar. **Revista A Defesa Nacional,** nº 727, jan/fev 1987, p123/130.

\_\_\_\_\_. Gen Augusto Tasso Fragoso. In: **Revista A Defesa Nacional,** nº 750, out/dez 1990, p.105/130.

\_\_\_\_\_. A Revolta da Vacina Obrigatória 1904. Revista **A Defesa Nacional**, nº 752, abr/jun 1991, p.148.

\_\_\_\_\_. O Exército na 1ª Guerra Mundial, achegas. Revista **A Defesa Nacional**, nº 752, abr/jun 1991, p.145.

\_\_\_\_\_. Centenário da Revolta na Armada 1893/94. Revista **A Defesa Nacional**, nº 762, out/dez 1993.

\_\_\_\_\_. Os cercos de Bagé e da Lapa, duas resistências épicas na História Militar do Brasil. Revista **a Defesa Nacional** nº 767, jan/mar 1995, p.103ss.

\_\_\_\_\_. A Pacificação da Revolução de 93. Revista **A Defesa Nacional** nº 771, 1996.

\_\_\_\_\_. Um significado de Canudos para as forças Terrestres. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 159(398): 219-228, jan/mar 1998.

\_\_\_\_\_. A Esquadra Legal ou de Papelão e o seu comandante o Almirante Gonçalves. **Revista do IHGSC**, nº 12, 1993, p.117/133.

\_\_\_\_\_. A guerra dos cabanos de Pernambuco e Alagoas 1832/1835. **In: Compêndio de Lutas Internas no Império** (Em Livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br), ver luta nº 13).

\_\_\_\_\_. O massacre federalista do rio Negro em 28 nov 1893. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 154(378):55-88, jan/mar 1893.

\_\_\_\_\_. A participação de São Paulo no combate à Guerra Civil 1893/95 e a Revolta na Armada 1893/94. **Revista do IHGSP** 1993.

DOCCA, Emilio Fernandes de Souza, Gen. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954 (Ele participou do combate à Guerra do Contestado como sub tenente. Foi um notável historiador militar como notável obra sendo consagrado pela FAHIMTB como patrono de uma de suas cadeiras que hoje tem por acadêmico titular o Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente do IHGRGS, entidade fundada pelo General Souza Docca, que também consagrado pelo Exército, como denominação histórica da Companhia de Engenharia de Combate em São Borja, seu berço natal.

EME. **História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Comissão de História do EME, 1972 (1ed.), p.767/789).

\_\_\_\_\_. O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998, Ed. Salvador-BA, 1998, v.3, p.54/67.

FRAGA, Nilson Cesar. **100 anos da Guerra do Contestado - a maior guerra camponesa na América do Sul**. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, maio 1912 (No Colóquio Internacional de Geocrítica).  
\_\_\_\_\_. Contestado o território silenciado (Org). Florianópolis: Editora Insular, 2009.

GUILMANN, Everaldo Sgt da PMPA. Uniformes da PM do Paraná. Curitiba: Secretária de Estado da Cultura, 2010, p18/19.

HELLER, Milton Ivan. Guerra Camponesa do Contestado. LXIII, 2011, p.48.

MARTINS, Vicente. **Homens e Vultos de Sobral**. Fortaleza: Edições UFC, 1989 (Estuda o General Tertuliano Potiguara).

Mc CANN, Frank D. **Soldados da Pátria - História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009 (Contestado p.170/223).

MENEZES, Mario José, Cel. **Síntese Histórica da 3ª DE**. Santa Maria: 3ª DE, 1992.

MIRANDA, Alcebíades Noronha, Cel. Contestado. Curitiba: Estante Paranaista do IGH do Paraná, 1988 (Seu autor combateu no Contestado como capitão do 54º BC. São-borjense ilustre, o Cel Alcebíades era o pai do notável pintor do Exército, Marinha e Aeronáutica Miranda Júnior patrono de cadeira da FAHIMTB).

PINTO, Rui Carvalho. Bento Fernandes de Barros e o Contestado. Curitiba: **Boletim do IHG do Paraná, LXIII 2011**.

ROSA FILHO. **Episódios da História da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2000 (Aborda o currículo do Cap Ex João Gualberto Sá Filho, mártir do combate de Irani).

## **SUMÁRIO DO LIVRO BRASIL LUTAS INTERNAS À LUZ DA TEORIA DE HISTÓRIA DAS FORÇAS TERRESTRES BRASILEIRAS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

- Lutas Internas 1500-1916.
- Bibliografia Lutas-Internas 1917-Atualidade
- Exemplo de como elaborar bibliografia Lutas Internas 1500-1916.
- Exemplo de como elaborar a Bibliografia Lutas Internas 1917- Atualidade 1964.

A FAHIMTB solicitou aos Presidentes de AHIMTB federadas

e ao Vice Presidente da AHIMTB/Resende que repassem as bibliografias simplificadas às Delegacias e acadêmicos de suas áreas e, de igual modo o empenho para que as bibliografias solicitadas sejam as mais completas na medida do possível para serem colocadas em ordem alfabética pelo último nome do autor do livro ou artigo.

**Cel Claudio Moreira Bento**

*Presidente Acadêmico Grande Benemérito,*

*Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, Resende, A Cidade dos Cadetes, 29 de setembro de 2015.*

### **Bibliografia de patronos de cadeiras da FAHIMB, de AHIMTB federadas, de Delegacias e de membros da FAHIMTB enviadas**

ALEIXO IRMÃO, **José. Rafael Tobias de Aguiar, o homem, o político.** Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992, 544 páginas.

ALMEIDA, Aluísio. **A revolução liberal de 1842**, prefácio de Carlos da Silveira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1944, 262 p.

\_\_\_\_\_. Notas e ilustrações à crônicas da Revolução Federalista – Investigações - **Revista do departamento de Investigações, ano II**, São Paulo, outubro de 1950, nº 22, páginas: 35 a 49.

ALMEIDA, Antônio da Rocha, **Vultos da Pátria.** Porto Alegre: Globo, 1964, 4 vol.

\_\_\_\_\_. **Efemérides.** Porto Alegre: PUCRS, 1965, 124 p.

ANTUNES, De Paranhos. O Combate de Rio Pardo de 30 de agosto de 1838. **IGHMB**, 1936, nº 64, p. 254.

\_\_\_\_\_. Elogio ao General Carlos Telles, **IHGMB**, nºs 13 e 14, 1948.

ARARIPE, Tristão de Alencar. General Carlos Telles, heroico defensor de Bagé, **IHGMB**, nºs 13 e 14, 1948.

BARROSO, Gustavo. Gumercindo Saraiva – o Napoleão dos Pampas. In: **Revista O Cruzeiro.** Rio de Janeiro, 26 Jun 1951.

\_\_\_\_\_. A Execução do Barão de Batovi. In: **Revista O Cruzeiro.** Rio de Janeiro, 25 Ago 1956.

BERGO. Marcio Tadeu Bettega. A Guerra do Contestado. In: **Revista Da Cultura**, nº 23, julho 2015, p.15/25 ilustrado.

BENTO, Claudio Moreira. **Lutas Internas – Período colonial.** Resende: AHIMTB, 2002. Colaboração ao CAEM/ ECEME. Exemplar 1 - ECEME, Exemplar 2 – ECEME, Exemplar 3 – Autor. Disponível em

livros no site [www.ahimtb.com.org.br](http://www.ahimtb.com.org.br).

Conteúdo:

- **A Rebelião de Beckman - Maranhão**, p. 3;
- **A quase secular Guerra dos Palmares**, p.4;
- A ameaça representada por Palmares, p. 5;
- Objetivos conflitantes, p. 5;
- O perímetro fortificado de Palmares, p. 5;
- As expedições contra Palmares, p. 6;
- A luta oficial contra Palmares, p. 7;
- O governo estabelece Base no Quilombo, p. 8;
- Atacados os mocambos dos líderes dos
- Um arraial no coração dos Palmares, p. 9;
- Zumbi agora rei dos Palmares, p. 9;
- O paulista Domingos Jorge Velho p. 9;
- O fim do Quilombo dos Palmares, p. 9;
- Francisco o Zumbi dos Palmares, p. 10;
- Fontes consultadas, p. 11;
  
- **A Rebelião Baiana de 1711**, p. 11;
- Antecedentes, p. 11;
- A revolta, p. 12;
- **Guerra dos Emboabas 1708/1709**, p. 12;
- Rompimentos das hostilidades, p. 13;
- A luta pela posse de Sabará, p. 14;
- O combate de Cachoeira do Campo, p. 14;
- O massacre no Capão da Traição, p. 15;
- A tentativa de vingança do massacre do Capão p.15;
  
- **A Guerra dos Mascates – Olinda x Recife**.
- Antecedentes, p. 16;
- A declaração de guerra, p. 17;
- A República Pernambucana p.17
- O governo do bispo D. Manoel Alves da Costa, p. 17;
- A mobilização dos Mascates para a reação, p. 18;
  
- **A Revolta de Vila Rica em 1721**.
- Antecedentes, p. 19;

- A Revolta de Vila Rica, p. 19;
- O suplicio de Felipe dos Santos, p. 20;

### – **A Guerra Guaranítica no Rio Grande do Sul**

- O Exército Demarcador de Portugal no Rio Grande do Sul, p.20/23; BENTO, Claudio Moreira. **História da 3ª Região Militar 1803/1889 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM, 1994.

Conteúdo:

- O Exército Demarcador de Portugal no RGS, p. 93;
  - A 1ª Campanha de Exército Demarcador, p.94;
  - A 2ª Campanha do Exército Demarcador, p.94;
  - A 3ª Campanha do Exército Demarcador, p. 9
- \_\_\_\_ **Revista do Circulo de Pesquisas Literárias,1996**
- A Guerra à gaúcha p.127/134. Suas origens.

### **A Continuação de Lutas Internas. Período Colonial - Resende: AHIMTB, 2002**

\_\_\_\_ **A Inconfidência Mineira e Carioca**, p. 23;

\_\_\_\_. Antecedentes: **Brasil Lutas Internas no Período Regencial**. Resende: AHIMTB, 2002. Colaboração ao CAEM/ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Disponível em Livros no site [www.ahimb.org.br](http://www.ahimb.org.br)

- A setembrada e novembrada em Pernambuco em 1831, p. 34;
- A Revolta dos Guanais - em Salvador - Bahia 1832 - 1833:
- A Revolta do 10º BC em Salvador 1832, p. 34;
- A insurreição de Crato - CE em 1832, p. 34;
- A Revolta de Santo Antão - PE 1836, p. 34;
- O levante de Ouro Preto em 1833, p. 34;
- As carneiradas em Pernambuco 1834/ 1835, p. 34;
- As Rugas de Cuiabá 1834, p. 34;
- A Revolta dos Escravos Nagôs em Salvador em 1835, p. 34;
- A Anselmada de Franca - SP em 17 Out 1838, p.35.
- A Revolta de Manoel Congo em Vassouras, p.35
- O Levante de Sobral - CE ,em 14 Dez 1848, p. 35.

\_\_\_\_ **Brasil Lutas Internas 1500 - 2001**. Resende: AHIMTB, 2002.

Colaboração ao CAEM / ECEME. Disponível em Livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

– **A Cabanagem no Pará 1835/1836.**

– Antecedentes;

– A Revolta.

\_\_\_\_\_. **Amazônia Brasileira Conquista, Consolidação e Manutenção História Militar Terrestre da Amazônia 1616/2004**). Porto Alegre: AHIMTB, 2002,

Conteúdo:

– **A Cabanagem no Pará 1835/1836.**

– Antecedentes, p. 189;

– Revolta, p. 189/195;

– Revoltas na Amazônia depois da Independência, p. 183/186.

A continuação de Brasil Lutas Internas na Regência:

– **A Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas**

– Antecedentes, p. 37;

– A Revolta, p. 38.

– **A Revolta dos Malês – BA**

– Antecedentes, p. 39;

– A Revolta, p. 40;

– **A Sabinada na Bahia**

– Antecedentes, p. 40;

– A Revolta, p. 41;

– **A Balaiada no Maranhão**

– Antecedentes, p. 42;

– A Revolta, v. 42;

– A Pacificação, p. 43.

– **Revoluções Liberais em São Paulo e Minas Gerais**

– Antecedentes, p. 46;

– A situação do Exército, p. 46;

– A Revolução Liberal em Minas Gerais 1842, p. 46;

– A Revolução Liberal em São Paulo 1842, p. 47.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1942, no Vale do Paraíba - sesquicentenário e a Revolta de Silveiras. **IEV**. Paraíba do Sul. XI Encontro do IEV em

23-25 jul 1992. Contribuição da Gráfica Gazetilha Volta Redonda.

\_\_\_\_\_. **Polícia Militar de São Paulo. Lealdade e Constância.** São Paulo: Museu da PMSP, 1982.

– Na Revolta da Armada e Guerra Civil 1893-1895, p.10

– Na Guerra de Canudos, p.10.

## **A REVOLUÇÃO FARROUPILHA 1835-1945**

BENTO, Claudio Moreira. Domingos José de Almeida, o diamantinense que foi o cérebro e o maior estadista da Revolução Farroupilha. In: **RIHGB**.v. 338, Jan/Mar 1983, p. 185/196.

\_\_\_\_\_.A Revolução Farroupilha no seu sesquicentenário. **RIHGB**, v. 348, Jul/Set,1985, p. 135/172.

\_\_\_\_\_.Bibliografia da Revolução Farroupilha. **RIHGB**, v. 348, Abr/Jun 1955.

\_\_\_\_\_.Duque de Caxias pioneiro abolicionista. **Revista Militar Brasileira**, v. 126, Jul/Ago 1988.

\_\_\_\_\_.Bagé e o lanchão farroupilha Seival: **A Defesa Nacional** nº 636, Mar/Abr 1972, p. 119/122.

\_\_\_\_\_. Contribuindo para os festejos do Centenário de D. Pedrito – RS. **A Defesa Nacional**, Jan/Fev 1973, p. 59/68.

\_\_\_\_\_. Revolução Farroupilha o desenvolvimento estratégico e ação pacificadora de Caxias, **A Defesa Nacional**, nº 783, Jan/ Fev 1986, p. 90/106.

\_\_\_\_\_. Sesquicentenário do Combate de Seival. **A Defesa Nacional**, nº726, Jul/Ago 1986, p. 44/85.

\_\_\_\_\_. Sesquicentenário do Combate de Rio Pardo, **A Defesa Nacional**, nº 740, Nov/Dez 1988, p. 41/52.

\_\_\_\_\_. David Canabarro filho adotivo de Santana do Livramento **A Defesa Nacional** nº 773, p.192.

\_\_\_\_\_. Revolução Farroupilha – análise do livro do general Calvet Fagundes, **Revista de Clube Militar** 1984.

\_\_\_\_\_. O Negro e a Revolução Farroupilha, **Letras em Marcha** nº 39, jan 1975, p. 8.

\_\_\_\_\_. O Duque de Caxias pioneiro abolicionista, **Letras em Marcha**, Ago 1988.

\_\_\_\_\_.Os lanceiros negros farroupilhas e a Abolição, **Revista Itaitera** – Crato CE nº 14, 1971 p. 54/56.

- \_\_\_\_\_. Caxias pioneiro abolicionista. **RIHGMT**, 1989.
- \_\_\_\_\_. Duque de Caxias pioneiro abolicionista **Boletim do IEV**, Set 1992.
- \_\_\_\_\_. Mineiros na Revolução Farroupilha. **Boletim Integração do IHGGMG**, Nov 1991.
- \_\_\_\_\_. Pernambuco na Revolução Farroupilha **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 31 Jul 1970.
- \_\_\_\_\_. O estaleiro farrapo em São Lourenço do Sul, **Diário Popular**, Pelotas, 24 Mai 1970.
- \_\_\_\_\_. Uma grande lança farrapa – Cel Joaquim Teixeira Nunes, **Diário Popular**, Pelotas, 21 Jun 1970 e 28 Jun 1970.
- \_\_\_\_\_. Os lanceiros negros farroupilhas e a Abolição. **Diário Popular**, Pelotas 16 Jun 1970.
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, 22 Ago 1970.
- \_\_\_\_\_. O presidente Médiçi e o lanchão farroupilha Seival
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas 4 Out, 10 Out, 17 Out e 21 Out 1970.
- \_\_\_\_\_. Autoria dos símbolos do Rio Grande do Sul (subsídios para revisão – Um grande patriota e precursor republicano (Bernardo Pires). **Diário Popular**, Pelotas 3 Jan, 10 Jan, 17 Jan e 24 Jan 1971.
- Autoria dos símbolos do Rio Grande do Sul
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas 14 Fev 1971.
- O Patrono da Infantaria e Canguçu
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas 7 set 1971.
- Caxias e as Relações Públicas
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas 1, 2 e 9 Jan 1972.
- Canguçu e a Revolução Farroupilha
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas, 15, 22 e 29 Abr 1973.
- História do Lanchão Farroupilha Seival
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas 27 Out 1974
- O Negro e a Revolução Farroupilha.
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas 20 Set 1981, p. 21/22, 3º caderno.
- Cel Jerônimo Coelho - o criador do município de Canguçu.
- \_\_\_\_\_. O patriarca e cérebro da República Rio-grandense.
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas 1985, 24 páginas.
- Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Conteúdo Edição – Histórica
- Estratégia da Revolução Farroupilha. p. 2/5.

- O fortificador da foz do Rio Pelotas
- A zona Sul na Revolução Farroupilha
- A luta em Rio Grande e Santa Vitória, p. 8.
- Piratini e Pinheiro Machado, p. 10.
- Canguçu, o distrito de mais perigo e mais farrapo, p. 11.
- A Revolução em Jaguarão, Arroio Grande e Herval do Sul, p. 12.
- São José do Norte, Mostardas e Estreito no movimento armado, p. 12.
- Caxias e a Pacificação do Rio Grande do Sul, p. 16.
- Heróis farrapos filhos da Zona Sul
- General Antônio Netto, p. 18/19;
- Joaquim Teixeira Nunes comandou os lanceiros negros Jaguarão, p. 20.
- De Pedro Osório o maior cronista farrapo Manoel da Silva Caldeira;
- De Herval do Sul, o simbolista farrapo, p. 24 (Bernardo Pires)
- De Piratini o último ministro farroupilha Lucas de Oliveira, p. 23.
- Bagé era pequena mas ganhou importância. (Esta edição possui 25 ilustrações)
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas, 11 e 12 Nov 1985
- General Bento Gonçalves da Silva..
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas, 12 Jun 1988.
- Duque Caxias pioneiro abolicionista.
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas, 23 Fev 1995.
- A Paz de Ponche Verde.
- \_\_\_\_\_. **Diário Popular**, Pelotas, 25 Out 1986.
- Efemérides da instalação da República Rio-grandense em Piratini.
- \_\_\_\_\_. **Diário da Manhã**, Pelotas 1984
- A Revolução Farroupilha- apreciações do livro do general Morivalde Calvet Fagundes.
- \_\_\_\_\_. **A Platéia**, Santana – RS, 4Nov1995.
- Sesquicentenário da Paz de Ponche Verde.
- \_\_\_\_\_. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 Jun 1988.
- O Duque de Caxias – pioneiro abolicionista.

- \_\_\_\_\_. **Diário de São Paulo**, 5 Mai 1974  
– Caxias e as Relações Públicas
- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro – RJ, Jul 1988.  
– Duque de Caxias – pioneiro abolicionista:
- \_\_\_\_\_. **O Sul de Minas**, 19 Set 1981, p. 5/7.  
– O mineiro que foi cérebro e o maior estadista da Revolução Farroupilha.
- \_\_\_\_\_. **O Sul de Minas**, Itajubá, 22 Jun 1985.  
– Mineiros na Revolução Farroupilha
- \_\_\_\_\_. **Voz de Diamantina**, 27 Set 1981.  
– O diamantinense que foi o maior cérebro da Revolução Farroupilha.
- \_\_\_\_\_. **Diário de Notícias**, Salvador; 22, 27 e 28 Ago 1970.  
– A Bahia e a Revolução Farroupilhas.
- \_\_\_\_\_. **Jequié**, Jequié – BA; 5 e 12 Out 1970.  
– A Bahia e a Revolução Farroupilhas.
- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**, Recife – PE, 21 Mai 1970.  
– Pernambuco e a Revolução Farroupilha.
- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**, Recife – PE, 3 Jun 1970.  
– John Griggs – o líder da lanchão, farroupilha Seival.
- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**, Recife – PE, 4 Jun 1970.  
– Um lanceiro farroupilha Joaquim Teixeira Nunes.
- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**, Recife – PE, 10 Jun 1970.  
– Os lanceiros negros farroupilhas e a Abolição.
- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**, Recife – PE, 13 Ago 1976.  
– Garibaldi o homem de ação do seu século.
- \_\_\_\_\_. **Diário de Pernambuco**, Recife – PE, 21 Fev 1971  
– Bagé homenageia o legendário lanchão farroupilha Seival.
- \_\_\_\_\_. **Diário de Pernambuco**, Recife – PE, 17 Jun 1970.  
– Os lanceiros negros farroupilhas.  
– Anita Garibaldi- a brasileira heroína de 2 mundos.
- \_\_\_\_\_. **Folha Encruzilhadense**, Encruzilhada do Sul, 4 e 11 Ago 1988.  
– O Duque de Caxias pioneiro abolicionista
- \_\_\_\_\_. **O Exército farrapo e o seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, v. 1. Conteúdo:  
– Revolução Farroupilha - Desenvolvimento Estratégico;  
– Principais pontos de seu estudo;

- Conclusões;
- Guerra de Guerrilhas Farrapa;
- Republicanismo Federativo ou Separatismo dos Farrapos;
- Notas da 1ª parte;
- Generais da República Rio-grandense;
- Gen João Manoel Lima e Silva - significação histórica, p. 47;
- Gen Bento Gonçalves da Silva - significação histórica, p. 69;
- Bento Gonçalves renuncia a presidência;
- Bento Gonçalves e a Paz, p. 99;
- Notas 2ª parte;
- Gen Antônio de Souza Neto Significação histórica p. 97;
- Gen David Martins Canabarro - significação histórica p. 124;
- Gen Antônio da Silveira – significação histórica p.137;
- Cel José Mariano de Matos p.147;
- Cel José da Silva Brandão p. 154;
- Cel Manuel Lucas de Oliveira p.158
- Cel Domingos Crescêncio de Carvalho p.168;
- Cel Joaquim Pedro Soares p. 168;
- Cel Joaquim Teixeira Nunes p. 171;
- Cel José de Almeida Corte Real p. 178;
- Cel Onofre Pires da Silveira Canto p. 182;
- Cel Antônio Manuel de Amaral p. 190;
- Cel Agostinho Antônio de Melo p. 196;
- Cel Marcelino José do Carmo p. 197;
- Cel José Oliveira Ortiz p.198;
- Cel José Pinheiro Ulhoa Cintra p.200;

\_\_\_\_\_. **O Exército Farrapo e os seus Chefes.**

Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992 v. 2.

Conteúdo:

- Ten Cel José Gomes Portinho p. 3;
- Ten Cel José Alves Valença p. 13;
- Ten Cel Manuel Carvalho de Aragão e Silva p. 16;
- Ten Cel Jacinto Guedes da Luz p. 22;
- Ten Cel Joaquim Mariano Aranha p. 28;
- Ten Cel Coelho p. 29;
- Ten Cel Baltazar Francisco de Bem p. 36;
- Ten Cel Francisco José da Rocha p. 38;

- Maj Bernardo Pires p. 39;
- Maj Belchier Francisco de Bem p. 43;
- Maj Augusto Pereira Siqueira p. 44;
- Ten Manuel Alves da Silva Caldeira p. 45;
- Doutrina do Exército da República Rio Grandense p. 51;
- Organização p. 52;
- Equipamento p. 64;
- Instrução p. 73;
- Motivação p. 76;
- Emprego p. 77.
- Dois exemplos de emprego do Exército Farrapo, à luz dos Fundamentos da Arte e da Ciência da Guerra.
  - O combate de Seival de 10 set 1886 p. 99;
  - Situação Geral p. 101;
  - Situação particular p. 103;
  - O combate de Seival p. 106;
  - O combate do Rio Pardo 30/
  - Conclusões;
  - Bibliografia e Artigos do Autor sobre a Revolução Farroupilha, p. 138;
  - Fontes Consultadas p. 153;
  - Dados do Autor p. 159;

\_\_\_\_\_. **Canguçu reencontro com a História um exemplo de reconstituição de memória comunitária.** Resende: AHIMTB/ACANDHIS, 2007. 2ed.

- Conteúdo Sobre Revolução Farroupilha
  - Canguçu na Revolução Farroupilha, p. 97;
  - Canguçu no combate de Seival e na proclamação da República Rio-grandense, p. 98;
  - Serra dos Tapes reduto farrapo, p. 99.
  - Importância Militar de Canguçu p. 99
  - Canguçu acampamento da Ala Esquerda do Exército de Caxias, p. 106;
  - Em Canguçu o malhete maçônico de Bento Gonçalves, p. 102;
  - O 1º Combate de Canguçu 25/26 Out 1843, p. 103;
  - O 2º Combate de Canguçu 6 Nov 1843, p. 105;
  - Combate renhido sob vivíssimo fogo, segundo Caxias, p. 107;

- Atos de bravura no 2º combate de Canguçu, p. 108;
- Chico Pedro retorna a Canguçu depois da surpresa de Porongos, p.109;
- O patrono do Exército em Canguçu, p. 112;
- O patrono da Infantaria em Canguçu, p. 116;
- Canguçu nas memórias de Chico Pedro, ou Moringue Barão de Jacuí, p.115 – Andrade Neves e Chico Pedro em Canguçu, p. 118;
- Canguçu e Piratini locais de mais perigo e mais farrapos, p. 119;
- Aspectos vários de Canguçu durante a Revolução Farroupilha:p.121.
- Caxias e Canguçu, p. 122.
- Apontamentos da Revolução por um Canguçuense (Ten Caldeira), p. 124.
- Cel Joaquim Teixeira Nunes, p. 250;

\_\_\_\_\_. **A grande Festa dos Lanceiros**, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971. (Sobre a inauguração do Parque Marechal Luiz Osório em Tramandaí – RS)

#### Conteúdo

- História do Lanchão Farroupilha Seival, p. 46/51;
- Um lanceiro republicano farrapo e o Seival, p. 51/59;
- Os lanceiros negros farrapos, p. 59/68;
- Garibaldi a herói de dois mundos e o Seival, p. 69/73;
- Anita Garibaldi uma heroína de 2 mundos e o Seival, p. 74/86;
- Bagé e o legendário lanchão farroupilha Seival, p. 81/85;

\_\_\_\_\_. **História da 3ª Região Militar 1887/1889 e Antecedentes**, Porto Alegre 3ª RM, 1994, v. 1. (Projeto História do Exército no Rio de Grande do Sul).

- Os comandantes da 3ª RM na Revolução farroupilha, p. 50.
- A Revolução Farroupilha 1835/1845, laboratório de táticas estratégicas e de liderança militar, p. 199.
- Causas políticas, p. 200;
- As operações em nível estratégico e fontes para o estudo, p. 200;
- **1ª fase** – Vitória da Revolução, p. 203;
- **2ª fase** – A República Rio-Grandense proclamada e obrigada a emigrar, p. 204;
- **3ª fase** – Retorno da República do Uruguai, p. 205
- Objetivo do sítio farrapo de Porto Alegre, p. 206;

- Um herói da defesa de Porto Alegre, (Chico Pedro), p. 207;
- a 3ª RM levanta o sítio, p. 207;
- A expedição farrapa à Laguna – SC, p. 208;
- **4ª fase** – Declínio da República Rio-Grandense, p. 209;
- Soares Andréa levanta o sítio de Porto Alegre, p. 210;
- A expedição do Gen João Paulo dos Santos, p. 210;
- O Marechal Pereira Valente comprimia a mola do Apoio Logístico, p. 214;
- **5ª fase** – A pacificação do Rio Grande, p. 211;
- O plano estratégico de Caxias, p. 217
- Algumas conclusões, p. 217;
- A guerra de Guerrilhas farrapa, p. 219;
- Com andantes da 3ª RM na Revolução Farroupilha, p. 228.

**\_\_\_\_\_. Porto Alegre – Memória dos sítios farrapos e da Administração de – Caxias.** Brasília, EGGCF, 1989.

Conteúdo:

- Introdução, p. 3/4;
- Aspectos gerais de Porto Alegre na época dos sítios, p. 5/6;
- Porto Alegre do povoamento à Revolução Farroupilha, (1773/1835) 7/8;
- Aspectos de Porto Alegre durante os sítios, p. 9;
- Aspectos físicos e urbanos, p. 9/14
- Serviços públicos, p. 14;
- Aspectos sociais, p. 15;
- Hospitalidade Porto Alegrense, p. 16;
- Aspectos econômicos, p. 17;
- Aspectos militares, p. 18/24;
- **1º Sítio** de Porto Alegre (27 Jun a 18 Set 1836)
- Situação Geral, p. 25;
- Desenvolvimento do sítio, p. 25/26;
- Bento Manoel acode Porto Alegre, p. 27;
- Rompimento do sítio fluvial pelo Almirante John Pascoe Grenfell p. 27/29;
- Levantamento do 1º sítio, p. 29/30.
- **2ª Sítio** de Porto Alegre (11 Mai 1837 – 13 fev 1838), p. 31;
- Situação geral, p. 31;
- Desenvolvimento do 2º sítio de Porto Alegre, p. 31/34;

- O 1º bombardeio de 20 Jun 1837, p. 34;
  - O contra-ataque de 25 Jun 1837, p. 35;
  - O 2º Bombardeio de 7 Jul 1837, p. 35;
  - O contra-ataque de 13 Jul 1837, p. 35/36;
  - Os 3º e 4º Bombardeios de 22 Jul e 2 Ago 1837, p. 36;
  - Morte do Cel Gabriel Gomes de Triunfo, p. 37;
  - O contra-ataque de 17 Sei 1837, p. 38;
  - O forte da picada ou de Chico Pedro, p. 38;
  - A criação da Brigada Militar, p. 39;
  - Expedição do Brigadeiro Cunha a Triunfo, p. 39;
  - O levantamento do 2º sítio, p. 40;
  - **3º Sítio** de Porto Alegre (15 Jun 1831 – 8 Dez 1846), p. 41;
  - Desenvolvimento do sítio, p. 41;
  - Golpe de mão de Chico Pedro em 1838, p. 42/43;
  - 2ª tentativa de suspender o sítio, p. 43/44;
  - Morte do Defensor de Porto Alegre no 1º e 2º sítio, p. 44;
  - Combate indeciso de Taquari, p. 45;
  - Levantamento definitivo do sítio, p. 46;
  - Francisco Pedro o herói dos sítios de Porto Alegre, p. 47/51
- (Síntese Biográfica)
- A obra administrativa de Caxias em Porto Alegre, p. 51/54;
  - Notas do texto, p. 55/59;
  - Dados do autor, p. 59;
  - Sumário, p. 60/61;
  - Porto Alegre durante os sítios, p. 62.

\_\_\_\_\_. **1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.** Barra Mansa: AHIM-TB/IHTRGS, 2010; (Conteúdo Rev.Far.)

- Os Sete Povos e a Revolução Farroupilha, p. 44.

\_\_\_\_\_. **2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.** Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS, 2007.

Conteúdo

- Bento Manoel o fiel da balança na Revolução Farroupilha, p.30;
- Bento Manoel pela 2ª vez do lado revolucionário, p. 31;
- Bento Manoel abandono definitivo dos farrapos, p. 32;
- Bento Manoel, segundo Caxias, p. 33;
- Bento Manoel e Alegrete, p. 35;
- Mobilização de Alegrete para a retomada de Porto Alegre, p.39;

- O presidente Antero de Brito decide prender Bento Manoel, p.40;
- Bento Manoel prende em Alegrete o Presidente da Província Brigadeiro, Antero de Brito, p. 40;
- Bento Manoel pela 2ª vez farrapo, p. 40;
- O posto da Vanguarda da República no Inhanduí, p. 42;
- O recrutamento militar farrapo em Alegrete, p. 42;
- Bento Manoel deixa a causa farrapa, p. 42;
- Perfil do Brigadeiro Antero aprisionado por Bento Manoel;
- Perfil do Marechal Gaspar Francisco Mena Barreto, p. 45;
- Bento Manoel anistiado retorna a acusa imperial pela 2ª vez, p.45;
- A mudança da capital da República para Alegrete em 1840, p.46;
- O Exército farrapo em Alegrete, p. 47;
- A Assembleia Constituinte farrapa em Alegrete, p. 47;
- O assassinato de Antônio Paulino em Alegrete, p. 48;
- O cerco imperial de Alegrete, p. 48;
- O duelo Bento Gonçalves X Onofre Pires, p. 48;

\_\_\_\_\_. **3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**. Porto Alegre: editora Palloti/AHIMTB, 2002.

Conteúdo:

- Criação do município de Piratini, com Bagé e Canguçu como distritos, p. 40;
- Criação da Guarda Nacional em Piratini, p. 46;
- Sua Constituição no combate de Seival, p. 40;
- Consequência de Seival – A República Rio Grandense, p. 41;
- Perfil do Cel. Francisco Félix – o administrador civil e militar de Bagé, p. 41/43;
- Bagé depois da Paz de Ponche Verde, p. 43/44;

\_\_\_\_\_. **3ª Divisão de Exército**, Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2008.

Conteúdo:

- Santa Maria na Revolução Farroupilha, p. 24;
- O Barão de Caxias esteve em Santa Maria antes do final da Revolução Farroupilha, p. 25;

\_\_\_\_\_. **O sesquicentenário do Combate do Rio Pardo – A maior vitória Farrapa**. Rio de Janeiro: IHTRGS, 1988.

Conteúdo:

- Situação geral e particular, p. 4/6;
- A penetração Republicana no Quadrilátero do Rio Pardo, p. 9/11;

- Forças em presença, p. 11/14;
- Desenvolvimento do combate, p. 14/15;
- Perdas imperiais, p. 17/18;
- A Arte Militar republicana no combate do Rio Pardo, p. 19/21;
- Reflexão final, p. 21;
- Fontes de consultas, p. 22;
- Sócios do IHTRGS, 10 Set 1986 – 10 Set 1987, p. 23/24;
- Dados de custos;

\_\_\_\_\_. Sete perfis farrapos **RIHGRGS**, nº 124, 1986;

\_\_\_\_\_. **6ª Brigada de Infantaria Blindada**. Porto Alegre: AHIMTB, 2002;

Conteúdo:

- Santa Maria na Guerra dos Farrapos e o Ten Cel José Alves Valença e o Coronel Niederauer, p. 18;
- Bento Gonçalves em retirada de Porto Alegre passou por Santa Maria, em 9 Fevereiro 1841, p. 20;

\_\_\_\_\_. **Contribuição a História de D. Pedrito**. D. Pedrito: Museu Paulo Firpo, –2001. (Organizada por Adilson Nunes Oliveira).

Conteúdo:

- Paz de Ponche Verde, p. 3;
- Caxias em D. Pedrito, p. 4;
- Guarda Velha da Santa Maria, p. 4;
- D. Pedrito da Pacificação, p. 5;
- General Osório e a Pacificação, p. 5;
- O Documento que selou a Paz, p. 6;
- Fontes consultadas, p. 7;
- Os 155 anos da Paz Farrapa de D. Pedrito em 28 Fev e 1º Mar 1845, p. 8/11.

\_\_\_\_\_. **Domingos José de Almeida, o diamantinense que foi o cérebro e o maior estadista da República Rio-Grandense**. Itajubá, EFEI, 1981, Minha oração de posse no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

- O cérebro da Revolução Farroupilha, p. 4;
- Homem genial de cultura enciclopédica, p. 4;
- O Patriarca de Pelotas, p. 5;
- Construiu o 1º monumento republicano no Brasil em 1885, p. 6;
- Serviços avultados e expressivos ao Rio Grande do Sul, p. 7;

- Família, p. 8;
- Mineiro de Diamantina forja heróis, p. 9;
- Mensageiro no Rio Grande do ideal Tiradentes, p. 11;
- Cultura, p. 12;
- Doença, p. 13;
- Barca liberal – a pioneira da navegação a vapor no Brasil em operações de guerra, p. 14;
- Abolicionista, p. 16;
- O comerciante e empresário, p. 18;
- O empobrecimento durante a Revolução, p. 19;
- Pensamentos (parcial), p. 20;
- Preso duas vezes, p. 23;
- Justiça a um verdadeiro soldado, p. 24;
- Pelotas: Arsenal Farrapo, p. 25;
- Destino duro e grato dos rio-grandenses, p. 26;
- O historiador, p. 27;
- Biografia, p. 28;
- Biografia do líder e espada da Revolução, p. 29;
- Fontes consultadas, p. 31;
- Notas, p. 33;
- Bibliografia do autor, p. 34;
- Trabalhos inéditos, p. 35;
- Outros dados, p. 35.

**\_\_\_\_\_.O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro.1975.

Conteúdo Revolução Farroupilha:

- O Negro na Revolução Farroupilha,
- Tráfico de escravos um açoite ao RGS, p. 148;
- Contribuição militar expressiva, p. 151;
- Lanceiros negros farroupilhas, p. 153;
- Unidades negras históricas, p. 154;
- O negro no jornal farroupilha O Povo, p. 156;
- Recrutamento de escravos – notícia, p. 156;
- Laço Farroupilha – dispensa dos escravos, p. 156;
- Medidas da Regência contra os escravos farroupilhas transformados em soldados da República, p. 156;
- Represálias da República contra medidas tomadas pela Regên-

cia, em relação a seus soldados negros, p. 158;

– Rio Grande do Sul, pioneiro na prática da luta em defesa dos direitos humanos dos negros, p. 160;

– A Escravidão no Uruguai, p. 160;

– Punição aos desertores libertos farroupilhas, p. 162;

– O Negro na correspondência de Caxias, p. 165;

– Organização Militar da República, p. 165;

– Organização dos Corpos de Lanceiros Negros, p. 167; – Recrutamento dos Lanceiros Negros, p. 169;

– Armamento individual, p. 169;

– Rusticidade individual, p. 169;

– Vestuário e uniforme, p. 169;

– Lanceiros negros salvam a República, p. 172.

\_\_\_\_\_. **Piratini um sagrado símbolo gaúcho farrapo.** Canguçu: AHIMTB / ACANDHIS, 2000.

Conteúdo:

– Origens de Piratini a 1ª capital farrapa, p. 3;

– A instalação da Vila de Piratini, p. 5;

– A Câmara de Piratini – a constituinte farrapa, p. 5;

– Reflexão, p. 7;

– José Serafim da Silveira (trisavô do autor), p. 8;

– José de Mattos Guimarães (tetravô do autor), p. 8;

– A conspiração da Revolução Farroupilha, p. 9;

– Fontes da Revolução Farroupilha, p. 100;

\_\_\_\_\_. **Autoria dos símbolos do Rio Grande do Sul (Subsídios para revisão histórica tradicionalista e legal.** Recife:UFRPE, 1971.

Conteúdo:

– Um grande patriota e precursor republicano, p. 15;

– O grande patriota, herói de 7 guerras, p. 16/21;

– O grande precursor republicano e mártir de Seival, p. 22/30;

– História dos símbolos do RGS (Painel do Padre Hildebrando), p.20/32;

– Hino Rio-Grandense, p. 32/38;

– Bandeira do Rio Grande do Sul, p. 37/41

– Autoria da bandeira, p. 41/46;

– Escudo de armas do RGS, p. 47/59;

– Autor, p. 60.

\_\_\_\_\_. **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS.**  
Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1976.

Conteúdo:

- Alemães e descendentes na Revolução Farroupilha, p. 88/98;
- Estrangeiros e descendentes na Revolução Farroupilha, p. 187;
- Almirante João Pascoe Grenfell;
- O norte-americano mártir farroupilha, John Griggs – o comandante do Seival, p. 228;
- Brigadeiro Carlos Resin p. 252;
- O Negro na Revolução Farroupilha, p. 175;
- Corpos de Lanceiros negros farroupilhas, p. 278;
- Comendador José Joaquim de Mendanha p. 285;
- Italianos e descendentes, p. 203;
- Capitão Giusepe Garibaldi, p. 214;
- Conde Zanbecari, p. 218
- Luigi Rosseti -, p. 221;
- Eduardo Matru, p. 223;
- Lourenço Valerigni, p. 225;
- Capitão Felipe Anzani, p. 225;
- Outros companheiro de Garibaldi, p. 227.

**Meus Artigos disponíveis  
no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)**

- **O Exército e a Revolução Farroupilha uma releitura.** (Defendo a tese de que a Revolução Farroupilha foi iniciativa da Guarnição do Exército no Rio Grande do Sul, e liderada por seu Coronel de Estado – Major Bento Gonçalves da Silva então no comando da Guarda Nacional da Província.
- **Combate de Porongos – um assunto que já havia transitado em julgado no Tribunal de História do Rio Grande do Sul,**
- **Os soldados Negros Farrapos na surpresa de Porongos e no Convênio de Ponche Verde, ou a Paz de Dom Pedrito.**
- **Erico Veríssimo a Revolução Farroupilha e o seu Pacificador Caxias e a sua Administração de Porto Alegre como Presidente**

da Província na Revolução Farroupilha.

- Piratini um sagrado símbolo gaúcho farrapo.
- Oração de posse do Cel Cláudio Moreira Bento na cadeira Bento Gonçalves da Silva na Academia Piratiniense de História.
- General Bento Gonçalves da Silva
- O meu 20 de setembro de 2010 em Porto Alegre.
- A Casa das Sete Mulheres na História e na Fantasia
- Garibaldi o herói de 2 mundos e o homem de ação de seu século na Revolução Farroupilha.
- A projeção republicana e das tradições farroupilhas na Colônia italiana do Rio Grande do Sul.
- Canguçu RS, em nossas guerras e revoluções.
- General Bento Manoel Ribeiro.
- Bicentenário do General Antônio de Souza Neto.
- General Bento Manoel Ribeiro.
- General Davi Canabarro.
- Coronel Joaquim Teixeira Nunes
- Ten Manoel da Silva Caldeira
- Caxias pioneiro abolicionista
- A Estrela de Caxias na Revolução Farroupilha

\_\_\_\_\_. **Na Revista do Circulo de Pesquisas Literárias de 2005**

- Erico Veríssimo e a Revolução Farroupilha e Caxias o seu Pacificador, p.7/18

\_\_\_\_\_. **Na Revista do Circulo de Pesquisas Literárias de 2007**

- Garibaldi o herói de dois mundos e o homem de ação de seu século p.19/26.

\_\_\_\_\_. **Na Revista do Circulo de Pesquisas Literárias de 2008**

- Bicentenário do General Osório p.23/32.

\_\_\_\_\_. **Nos Anais do 6º Simpósio da Colônia Alemã no Rio Grande do Sul em São Leopoldo**

- A História da Revolução Farroupilha do General Morivalde Calvet Fagundes p.187/188
- Bibliografia do Cel Cláudio Moreira Bento p.188/190..

\_\_\_\_\_. **Anais do IV e V Simpósios Nacionais de pesquisadores de História de comunidades teuto-brasileiras. Lageado: 2002.**

- Os imigrantes alemães e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul p.215/224

\_\_\_\_\_. **Revista Episódios da História Antiga e Moderna da Maçonaria.** Rio de Janeiro: ABML, 1987.

– Vida do Ten Cel Francisco José da Rocha p.185/190.

Conteúdo:

– Significação histórica p.185.

– Atuação do Ten Cel Rocha no Rio Grande do Sul p.186.

– Incidente Ten Cel Rocha com o General Bento Manoel Ribeiro p.186.

– Ten Cel Rocha condecora Davi Canabarro p.187.

– Ten Cel Rocha Chefe Geral de Policia em Canguçu, distrito de Piratini p.187/188

– A Maçonaria em Canguçu em 1842/43.

– O destino do Ten Cel Rocha, p.189.

\_\_\_\_\_. **Revista da Academia Riograndense de Letras.** Nº 1. 1980. p.104/123~

– Significação histórica do Duque de Caxias – O Pacificador da Revolução Farroupilha.

Disponível em **O Guararapes** em forma de livro no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 9.**

– A Estrela de Caxias na Revolução Farroupilha.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 20.**

– O Duque de Caxias e a Educação no Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 36.**

– A casa das sete mulheres na História e na Fantasia.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 37.**

– A atuação de Caxias na controversa surpresa de Porongos.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 38.**

– A justificação histórica do Duque de Caxias na oportunidade no programa de TV Globo – A casa das Sete Mulheres.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 44.**

– Os soldados negros farrapos na surpresa de Porongos e na Controversa Paz de Ponche Verde.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 46.**

– A Revolução Farroupilha- uma releitura sobre a Participação do Exército.

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 1**

– Piratini um sagrado símbolo gaúcho farrapo;

- Os 155 anos da Paz farroupilha ou D. Pedrito.
- Comentário do livro Revolução Farroupilha do General Morivalde Calvet Fagundes, historiador da Revolução Farroupilha.

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 10**

- O preto Caxias – um soldado carioca do Exército considerado um santo de Bagé.

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 12**

- A Casa das Sete Mulheres, história e a fantasia.

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 13**

- Marechal Bento Manoel Ribeiro, na história e na Fantasia na Casa das Sete Mulheres.

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 14**

- Bento Gonçalves da Silva (1718 – 1849).

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 15**

- General Davi Martins Canabarro (1796-1849).

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 16**

- O Corpo de Lanceiros Negros Farroupilhas.

\_\_\_\_\_. **O Gaúcho nº 21**

- Revolução Farroupilha em livro a Ferro e Fogo.

\_\_\_\_\_. **Revista do Clube de Sub tenentes e Sargentos Vila Militar Rio 1988.**

- Caxias Pioneiro Abolicionista.

\_\_\_\_\_. **Judiciário em Revista.** Ano 1, nº 1 Agosto 1988.

- Caxias pioneiro abolicionista.

\_\_\_\_\_. Revolução Pernambucana de 1817. In: 2010 -200 anos da criação da Real Academia Militar à AMAN. Resende: AHIMTB, 2010. p.127/139. Na síntese biográfica de Abreu e Lima.

\_\_\_\_\_. A Revolução Liberal de 1842 no Vale do Paraíba- Sesquicentenário. (Revolta de Silveiras). No II Encontro do IEV em Paraíba do Sul em 23/25 jul 1992 (Publicação do autor, gentileza da Gráfica Gazetilha Volta Redonda).

\_\_\_\_\_. **Brasil Lutas Internas 1500/2001. Resende: AHIMTB, 2001.** Colaboração ao CAEM\_/ ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Disponível em Livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

– **A Revolução Praieira- PE 1848**

- Generalidades, p. 48;

– Desenvolvimento da Revolução, p. 58

– **A Revolta dos Muckers do Ferrabraz no Rio Grande do Sul, 1875, p. 60/62;**

\_\_\_\_\_. **História da 3ª Região Militar 1808/1889.e Antecedentes**  
Porto Alegre: 3ª RM, 1994.

– **A Revolta dos Muckers do Ferrabraz p. 271/275.**

– **A Guerra Civil 1893-1995 na Região Sul**

BENTO, Cláudio Moreira – Bibliografia sobre a Revolução Federalista na Região Sul.

\_\_\_\_\_. **História da 3ª Região Militar 1889-1953.** Porto Alegre: 3ª Região Militar, 1995, v. 2.

– A 3ª RM no comando do General Pêgo Junior, p. 77;

– A descoberta da conspiração federalista, p. 83;

– O Marechal Câmara e Revolução de 93, p. 88;

– O pensamento do Cmt da 3ª RM Gen Pêgo Jr. p. 90;

– A primeira invasão federalista e a 3ª RM, p. 92;

– A 3ª RM no comando do General Bacelar, p. 96;

– A Batalha de Inhandui e a Revolta na Esquadra, p. 96;

– A 2ª invasão federalista, p. 97;

– Os sítios do Rio Negro e de Bagé, p. 97;

– Considerações sobre o significado de Rio Negro, p. 99;

– Questões que as fontes ainda não responderam sobre o massacre federalista do Rio Negro, p. 101;

– Documentos sobre o sitio de Bagé, p 103;

– Vitória republicana em Sarandi 1º Mar 1894, p. 116;

– O ataque do Alte Custodia de Mello a Rio Grande, p. 118;

– O massacre republicano do Boi Preto, p. 125;

– A 3ª RM no Comando do Gen Santiago, p. 127;

– A morte de Gumercindo Saraiva em Carovi p. 127;

– A 3ª RM no comando do Gen Moura, p. 133;

– A 3ª RM e a Revolução Comando Gen Galvão Queiros e a Morte do Alte, Saldanha da Gama, p. 133;

– A Paz de Pelotas, p. 134;

– A consolidação da Paz de Pelotas e a Missão do Gen Cantuária - comandante 3º RM, p. 138;

– O uso do cavalo na Revolução de 93.

\_\_\_\_\_. **3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.** Porto Alegre: Ed Pal-

Iotti, 2002.

- Bagé entre a guerra do Paraguai e a Revolução de 93, p. 47;
- Bagé e a Guerra civil 1893-95, p.54;
- Bagé e a defesa de Rio Grande em 1894, p. 56

\_\_\_\_\_. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** O massacre federalista de Rio Negro em Bagé, em 28 Nov 1893, 154 (378) : 55-88 Jan/Mar 1893.

- Conteúdo
- Apresentação;
- O Massacre federalista do rio Negro Bagé, p. 55;
- O combate do Rio Negro, p. 59;
- O massacre de Rio Negro de 28 Nov 1893, p. 59;
- Os mortos mais expressivos do massacre, p. 67;
- Sobreviventes do massacre do Rio Negro, p. 68;
- O número de degolados em Rio Negro, p. 75;
- Lições do massacre do Rio Negro, p. 75;
- O massacre do Rio Negro na lenda e no teatro, p. 77;
- Uma visita ao local do massacre, p. 81;
- Questões que as fontes não responderam, p. 82;
- Fontes consultadas, p. 83.

\_\_\_\_\_. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Centenário do sitio federalista de Bagé. 154 (381):172-181, out/dez 1893.

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional.** Centenário do sitio federalista de Bagé, nº 764, Jan/\_\_\_\_ 1994, p. 151/163.

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional.** Cercos de Bagé e da Lapa – duas resistências épicas da História Militar do Brasil, nº 767, Jan/Mar, p. 103.

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional.** As repercussões do Combate do Cerro do Ouro na invasão do Paraná, nº 716, Out/Dez 1994.

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional.** Uma possível explicação para a violência na Guerra Civil 1893/95, nº 768, Abr/Jun 1995.

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional.** Contribuição Paulista ao combate a Guerra Civil 1893/1895, nº 769, Jul/Set 1995, p. 119/140.

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional.** Troféus de combate do General Tasso Fragoso o Museu da AMAN, nº 769, Jun/Jul.

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional.** Marechal Floriano Peixoto centenário de morte, nº 771, 1º trem 1996.

\_\_\_\_\_. **Letras em Marcha**. O centenário dos sítios de Rio Negro e Bagé, nº 243, Jan/Fev.1999.

\_\_\_\_\_. **Jornal Tradição**. Centenário dos sítios de Rio Negro e Bagé, Nov 1993.

\_\_\_\_\_. **Jornal Ombro a Ombro**. Centenário do Massacre federalista do Rio Negro, Nov 1993.

\_\_\_\_\_. **Jornal Ombro a Ombro**. Centenário do 1º QG do Exército no Sul, Dez 1994.

\_\_\_\_\_. **Revista do Instituto Histórico de São Paulo**. A participação de São Paulo no combate A Guerra Civil, 1893-1895 e a Revolta na Armada, 1993-1994..

\_\_\_\_\_. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina**. General Serra Martins, um herói da Lapa pouco conhecido e reverenciado, nº 13, 1994, p. 212/215.

\_\_\_\_\_. **Zero Hora**, Porto Alegre. O sitio federalista do Rio Negro – Caderno de Cultura, 27 Nov 1993, p. 6.

\_\_\_\_\_. **Noticiário do Exército** – 100 anos da Revolução Federalista, nº 8572, 5 Fev 1993, nº 8574, 9 Fev 1993, nº 8575, 11 Fev 1993, nº 8576, 13 Fev 1993, nº 8579, 18 Fev 1993, nº 8581, 25 Fev 1993, nº 8582 e 26 Fev 1993.

\_\_\_\_\_. **Revista do CIPEL 1993**.

- O Massacre do Rio Negro (Bagé), p. 123;
- A Revolução de 93 em Canguçu, p. 139;

\_\_\_\_\_. **Gazeta do Povo**, Curitiba. Os cercos da Lapa e de Bagé. 28 Mar 1994.

\_\_\_\_\_. **2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**: Porto Alegre: AHIMTB / ITRGS, 2007.

- A área atual da 2ª Bda C Mec na Guerra Civil, 1893/1895;
- A expulsão do 18º BI de Alegrete, p. 81;
- O alegretense Barros Casal no governo do Estado pelo Governi-cho p. 82;
- Honório Lemes o tropeiro da Liberdade, p. 82;
- A Revolução de 93 na área da 2ª Bda C.Mec p. 84;
- A Guarnição do Exército na área da 2ª Bda C Mec em 1893, p. 85;
- A Revolução de 93 estourou, p.85;
- A Revolução Federalista na área da 2ª Bda C Mec, p. 85;
- Os combates de Canguçu de Cacequi, Angicos e Granja Santos

Filho, p. 86;

– O combate da Ponte do Ibirapuitã, Jan 1894, p. 87;

\_\_\_\_\_. **1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**, Resende: AHIMTB / IHTRGS, 2010.

– A Fronteira de São Borja na Guerra Civil 1893/1895– O final da Grande Marcha de Gumersindo Saraiva p.55.

\_\_\_\_\_. **3ª Divisão de Exército – Divisão Encouraçada**, Santa Maria na Revolução 1893/1895, p. 27.

\_\_\_\_\_. **História do Casarão da Várzea 1885/2008**. Resende: AHIMTB / ITRGS, 2008.

– Projeção do Casarão da Várzea na Consolidação da República (inclui Revolução de 93, p. 43/49

\_\_\_\_\_. **Anais do II Simpósio da Revolução Federalista Bagé**. A Revolução de 1893 e a Arte Militar;

\_\_\_\_\_. **Anais do Congresso do Centenário da Guerra Civil 1893-1895** em Curitiba;

\_\_\_\_\_. **Anais do Congresso Nacional de História do IHGB**. General Hipólito Ribeiro (1824/1900), um Consolidador da República v.3.

\_\_\_\_\_. **Canguçu reencontro com a História**. Resende, AHIMTB / ACANDHIS 2007.

– A Revolução de 93 (Mapa) p. 160;

– Lideranças Militares da Revolução de 93 em Canguçu, p. 164;

– A grande Marcha de Gumercindo, p. 166;

– O sitio de Rio Negro, p. 170;

– Consequências da Revolução em Canguçu, p. 172;

– Intendentes de Canguçu na Revolução de 93, p. 174;

– Perfil biográfico Cel Leão Silveira Torres, p. 175;

– General Hipólito Pinto Ribeiro, p. 263;.

– Cel Juvêncio Maximiano Lemos, p. 280.

\_\_\_\_\_. **Canguçu 200 anos**: Resende: ACANDHIS. Graf. do Patronato 2000.

– Canguçu na História Militar.

– A Revolução Federalista em Canguçu, p. 67/69.

\_\_\_\_\_. **200 anos da Igreja Matriz N. S<sup>a</sup>. Da Conceição de Canguçu**. Resende: ACANDHIS, 2000. Revolução de 93, p. 40/41. Referências:

\_\_\_\_\_. **Lutas Internas na República**, Resende AHIMTB, 2002. Colaboração ao ECEME. Exemplos 1 – ECEME, 2 – AHIMTB, 3 – Autor.

Disponível em Livros no site da AHIMTB, [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br);

- A Revolução Federalista segundo a UFRGS, p. 9;
- A descoberta da conspiração federalista, p. 11;
- O Pensamento do Gen Pêgo Junior, p. 16;
- A 1ª Invasão Federalista ao RGS, p. 18;
- A Batalha de Inhandui e Revolta na Armada, p. 21;
- A 2ª Invasão Federalista, p. 22;
- Considerações sobre o Marechal de Rio Negro, p. 23;
- Questões não respondidas sobre o massacre, p. 24;
- 10 documentos sobre o sitio de Bagé, p. 26;
- O ataque de Alte Custódio de Mello a Rio Grande, p. 31;
- O Massacre de Boi Preto, p. 33;
- O Combate das Trairas, p. 34;
- A morte de Gumersindo Saraiva em Carovi, p. 35;
- Destaque no combate a Revolução, p. 36;
- Combates de rescaldo, p. 38;
- A morte do Almirante Saldanha da Gama p.38..
- A Paz de Pelotas, p. 38;
- Os sítios de Bagé e da Lapa duas resistências e épicas na História Militar, p. 38;
- Introdução, p. 40;
- O Exército e a Revolução Federalista de 93 ou Guerra Civil 1893/1895, p.40;
- Os perfis dos líderes aos cercos ou sítios de Bagé e da Lapa, p. 42;
- Cel Carlos Maria da Silva Teles, p. 42;
- Cel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, p. 43;
- O cerco ou sitio de Bagé, p. 46;
- O cerco da Lapa, p. 47;
- A resistência da Lapa, p. 48;
- História é verdade e justiça! p. 50;
- Convenções, p. 52;
- Notas do texto sobre as resistências de Bagé e da Lapa, p. 51;
- A resistência da Lapa e suas repercussões estratégicas, p. 54;
- Introdução e exemplos, p. 54;
- Ano de 1893, p. 54;
- Ano de 1899, p. 55;
- Fontes consultadas;

\_\_\_\_\_. A contribuição paulista ao combate a Revolta na Armada 1893/94 e a Guerra Civil 1893/1895, p. 59;

– Introdução, p. 59;

– São Paulo e a Guerra Civil na Região Sul, p. 62;

– Santa Catarina e a Revolta na Armada, p. 62;

– A defesa do Porto de Santos, p. 63;

– O incidente do afundamento do Centauro e o ataque de navios revoltosos ao Porto de Santos, p.65;

– O ataque da Revolta na Armada ao porto de São Sebastião, p. 66;

– A Defesa do Litoral Sul De São Paulo, p. 68;

– A organização da defesa da fronteira SP – PR em Itararé, p. 70;

– O desenvolvimento da Defesa de Itararé, p. 72;

– A ofensiva dos governos do Paraná e Santa Catarina.

– A consolidação da Retomada do Paraná.

– Notas do texto, p. 79.

A Guarnição do Exército e sua atuação na Guerra Civil 1893/1895 no Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. **Revista v 2009, p. 37/62.**

– O massacre de Rio Negro, CIPEL, p. 99.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 21.**

– O 140º aniversário de Plácido de Castro.

\_\_\_\_\_. Os Cercos de Bagé e da Lapa duas resistências épicas na História Militar do Brasil. **Revista Defesa Nacional** nº 767,1996.

\_\_\_\_\_. A Pacificação da Revolução de 93. **Revista A Defesa Nacional** nº 771,1996.

\_\_\_\_\_.A Revolução de 93 e a Arte da Guerra. **In: Fontes para a História da Revolução de 93.** Bagé:URCAMP, 1992. P. 35/31, Anais do II Simpósio realizado em Bagé de 29 a 31 outubro 1990.

\_\_\_\_\_. **Lutas Internas na República. Resende:** AHIMTB, 2001. Colaboração ao CAEM/ECEME: Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor.

– **Guerra de Canudos – BA, 1896/1897**

– 1ª Expedição a Canudos, p. 105;

– 2ª Expedição a Canudos, p. 105;

– 3ª Expedição a Canudos, p. 105;

– 4ª Expedição a Canudos, p. 106/107;

– Bibliografia, p. 107;

- Livros, p. 107;
- Monografias e Artigos, p. 107/109;
- Significado da Guerra de Canudos para as Forças Terrestres, p. 110/114.

\_\_\_\_\_. **História da 3ª Região Militar 1889 – 1953**. Porto Alegre: 3ª RM, 1995.

Conteúdo:

- A 3ª RM na Guerra de Canudos – BA, p. 144.
- A articulação da 3ª RM em 25 Dez 1899.p.155.
- Guarnições centrais, p. 156.

\_\_\_\_\_. Um significado da Guerra de Canudos para as Forças Terrestres **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 159 (398): 219-228 Jan/mar 1998 Suplemento 1991, p. 57;

\_\_\_\_\_. **Revista A Defesa Nacional**, nº 758, Abr/Jun 1998,

– O Significado de Canudos para as Forças Terrestres Brasileiras p. 144.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 5**.

- O significado da guerra dos Canudos segundo a ECEME.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº12**.

– A atuação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil no Centenário da guerra de Canudos;

- Algumas Controvérsias na guerra de Canudos.

\_\_\_\_\_. ANAIS CÂMARA FEDERAL. Simpósio sobre a Guerra de Canudos1997. O Cel Bento representado a AHIMTB, a convite, defendeu a participação do Exército e de 11 Policias Estaduais no episódio da Guerra de Canudos, que eram objeto de manipulações injustas

\_\_\_\_\_.TV GLOBO. Entrevista do Cel Cláudio Moreira Bento, a convite sobre a Guerra de Canudos em 1997. preservada em CD de seu acervo e disponível em artigo em BENTO, Cláudio Moreira. (Org) **100 anos de República e Bandeira do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/ SENAI,1981

BENTO Cláudio Moreira.(Org) **100 anos de República e Bandeira do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI,1981

Conteúdo:

- O Clube Militar e a Proclamação da Republica. p.29
- Introdução à 1ª sessão comemorativa do Centenário da Proclamação da Republica no Arquivo Histórico do Exército em 24 ago

1989. p.51.

– Introdução à 2ª sessão comemorativa do Centenário da República no Arquivo Histórico do Exército em 24 de agosto de 1989. P.52,

– O Exército na época da Proclamação da República,p.75.

– A Guarnição do Exército da Corte na Proclamação da República p.107.

– Marechal de Campo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Estado de Saúde,ações e objetivos políticos no dia da Proclamação da República. p.142.

– Introdução a sessão comemorativa do sesquicentenário do Marechal Floriano Peixoto no Arquivo Histórico do Exército em 27 de abril de 1889.p.189.

– Enfoques diversos sobre a Proclamação da República p.323.

– Roteiro histórico da Proclamação da Republica. p.266.

– Centenário do General Góes Monteiro p.337.

\_\_\_\_\_. Deodoro o destino de um soldado. **Revista do Brasil**. Nº especial dedicado ao centenário da República no Brasil - 1889/1989. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.p.39/49.

\_\_\_\_\_. **O Exército na Proclamação da República**. Rio de Janeiro:- SENAI, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República**. Rio de Janeiro: FHE-POUPEX ,1989.

\_\_\_\_\_. **Lutas Internas na Republica**. Resende: AHIMTB, 2002. Colaboração ao CAEM / ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Disponível em livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

– O levante de Bento Xavier pró emancipação de Mato Grosso, 1907/1911, p. 116;

– 1910 A Revolta da Chibata ou dos Marinheiros, p. 116/117;

– A Revolta do Juazeiro – CE, 1913/1914, p. 117;

– Generalidades, p. 117;

– Uma história por acabar, p. 118;

– O Jagunço e a Política no Ceará, p. 118;

– Juazeiro 1910 – A Meca do Sertão, p. 119;

– Padre Cícero Romeu Batista, p. 120;

– Borrasca política no Sertão do Ceará, p. 121;

– A intervenção federal a Paz, p. 123;

\_\_\_\_\_. **Lutas Internas na República.** Resende: AHIMTB, 2002. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Também disponível em livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

– A Revolta da Vacina Obrigatória 1904, p. 114/116.

\_\_\_\_\_. O Marechal José Caetano de Farias projeção como Chefe do EME e Ministro do Exército na Reforma Militar **Revista A Defesa Nacional** nº 724 mai/jun 1986.p.93/124. (Atuação contra a Revolta da Vacina Obrigatória).

\_\_\_\_\_. **O Guararapes 43.**

- Revolta da Vacina Obrigatória
- O clima político na Capital Federal;
- O início da Revolta Popular seguida da Revolta Militar;
- Os reflexos da Revolta na Escola Militar da Parcela Vermelha;
- Origem do bacharelismo militar;
- Marechal José Caetano de Farias;

\_\_\_\_\_. **Lutas Internas na República.** Resende: AHIMTB, 2001. Colaboração ao CAEM / ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Disponível em livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

– **A Revolta do Contestado 1912 – 1916**

- A raiz da guerra do Contestado, p. 123;
- O Monge João Maria, p. 124;
- Um novo monge que surge na área em 1911, p. 125;
- A morte do coronel João Gualberto no combate de Taquaruçu, p. 126;
- Exército dispersa resistências, p. 127;
- Perigosa e ameaçadora concentração em Taquaruai, p. 127;
- Combate de Taquaruçu p. 128;
- Caraguatá novo centro de resistência, p. 29;
- O Ataque e Caraguatá, p. 130;
- General Setembrino no Comando das Operações, p. 131;
- O sitio do Contestado vai apertando, p. 133;
- Vitórias e rendições anunciam luta próxima do fim;
- A Campanha chega ao fim – a Paz, p. 137;
- Contestado uma guerra revolucionária? p. 137;
- A participação da 3ª Região Militar na Campanha do Contestado, p. 138;

**\_\_\_\_\_ . A Revolta do Contestado (1912-1916) nas Memórias e nos Ensinamentos de seu pacificador:** Resende: AHIMTB / IHTRGS, 2013.

- No Centenário da Revolta do Contestado, p. 15;
- O Exército a época da Revolta do Contestado, p. 16;
- Causas remotas e imediatas da Revolta, p. 20;
- O Monge João Maria e sua influência mística no Contestado, p. 22;
- O problema social – o abandono dos trabalhadores na área da ferrovia estratégica São Paulo – Rio Grande Sul, p. 23;
- Um falso monge surgiu Contestado em 1911;
- A morte do capitão do Exército João Gualberto no combate de Iraí, como comandante da Força de Segurança do Paraná, pelo Monge, um diretor desta corporação, p. 27;
- A guarnição do Exército do 11º Distrito Militar (atual 5ª RM/ 5ª DE) em Curitiba, dispersa resistências da Revolta, p. 29;
- A perigosa e ameaçadora concentrações de revoltosos em Taquaruçu, p. 30;
- O combate de Taquaruçu, p. 32;
- Caraguatá um novo centro de resistência, p. 33;
- Reforços da atual 3ª RM do Rio Grande do Sul contra os revoltosos, p. 35;
- Gen Bda Carlos Frederico Mesquita, p. 36;
- Marechal Setembrino de Carvalho – o Pacificador da Revolta do Contestado 1912/1916 – Perfil Militar, p. 37;
- Síntese da evolução de sua carreira militar por suas promoções, p. 37;
- Minha morte, pelo general Setembrino, p. 56;
- Memórias do general Setembrino sobre a Pacificação dos Estados Paraná e Santa Catarina na Revolta do Contestado, p. 59;
- O Gen Setembrino e suas reflexões e considerações em suas Memórias. antes de ordenar a Ofensiva à Revolta do Contestado, p. 65;
- A ofensiva do Gen Setembrino contra a Revolta do Contestado segundo suas Memórias, p. 71;
- Os ensinamentos militares do Contestado por seu Pacificador, p. 99;
- Sumário dos assuntos abordados, p. 99;
- Conclusão, p. 99;

- Considerações gerais, p. 101;
- Ligeiras indicações sobre o inimigo, p. 102;
- Os poderes do Comando-em-Chefe, p. 103;
- Quarto general das Forças de Operações na XI Região na atual (5ª RM / 5ª DE), p. 106;
- A concentração das Forças da Divisão Provisória, p. 111;
- Plano das Linhas de Cerco da Revolta, p. 113;
- Núcleos da Revolta e seus chefes, p. 118;
- A Contra-informação, p. 119;
- A Constituição dos Destacamentos, p. 125;
- Fardamento, p. 123;
- Equipamentos, p. 127;
- Metralhadoras, p. 128;
- Escudo das Metralhadoras, p. 129;
- Tubo de escapamento das metralhadoras, p. 129;
- Artilharia p. 130.;
- Remonta de cavalos e muares p.131.
- Arreamento p. 134
- Arreios p.136.
- Manta (colocada entre o lombo e a sela), p.137.
- Barracas p.139
- Viaturas hipomóveis p.139
- Marmitas térmicas p. 139.;
- Instrução (Escola Regimental e Instrução Militar) p.139.
- Disciplina e Justiça Militar p 143.
- Relações entre o Comando e a Tropa, p. 144;
- Exploração e Segurança, p. 145;
- Marchas, p. 145;
- Acampamentos, acantonamentos e bivaques., p. 147;
- Combates das colunas, p. 149;
- Bagagens, colunas de munições e comboios, p. 151
- Alimentação (em campanha), p. 152;
- Serviços de saúde, p. 154;
- Remuniciamento, p. 156;
- Transportes, p. 157;
- Meios de transmissão (comunicação), p. 160;
- Ação das diferentes armas, p. 163;

- Infantaria, p. 163;
- Metralhadoras, p. 164;
- Cavalaria, p. 165;
- Artilharia, p. 168;
- Engenharia, p. 169;
- Aviação, p. 170;
- Fortificação em Campanha, p. 172;
- Despesas de Campanhas, p. 172;
- Mortos e feridos na tropa pacificadora;
- Oficiais mortos em ação, p. 173;
- Oficiais feridos em ação, p. 174;
- Títulos dos 30 anexos do Relatório do Gen Setembrino ao Ministro de Guerra, p. 175;
- Dados biográficos de alguns oficiais que se projetaram depois do Contestado;
  - Anor Teixeira Santos Gen Ex, p. 190;
  - Carlos Frederico de Mesquita, p. 191;
  - Demerval Peixoto Gen Ex, p. 192;
  - Emílio Fernandes de Souza Docca, Gen Bda, p. 192;
  - Euclides de Oliveira Figueiredo Ten, p. 195;
  - O Centenário do Gen Euclides Figueiredo, p. 196;
  - Francisco Raul Estillac Leal Gen Div, 196;
  - João Pereira de Oliveira Gen Div, p. 197;
  - José Leovigildo Alves de Paiva, p. 199;
  - José Osório (17 set 1774/?) Gen Bda, p. 203;
  - José Vieira da Rosa Gen Div, p. 206;
  - Manoel de Cerqueira Daltro Filho Gen Div, p. 207;
  - Mário Alves Tourinho Gen Bda, p. 208;
  - Nestor Sezefredo dos Passos Marechal, p. 209;
  - Tertuliano de Albuquerque Potyguara Gen Div, p. 211;
- Crítica de uma manobra e História Militar Críticas (semelhanças), p. 212; Muito Importante este assunto.
- Fontes consultadas, p. 215;

\_\_\_\_\_. **O Guararapes nº 7** FAHIMTB / AHIMTB. Resende, 22 Jul 2012. Disponível em Informativo no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br). Indica várias fontes sobre o Contestado.

\_\_\_\_\_. **O Guararapes Especial nº 7/2012**. Disponível em Informati-

vo no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)

– A revolta do Contestado 1912/1915 no centenário de sua eclosão.

\_\_\_\_\_. **Lutas Internas na Republica**. Resende: AHIMTB, 2002. Colaboração ao CAEM / ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Disponível em livro no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

### **As Revoltas pró-República Parlamentar (1915/1916)**

– As revoltas pró-república parlamentar ou (Revoltas de Sargentos), p. 140;

– A descoberta do Plano da Revolta, p. 142;

– Circunstâncias da época das projetadas revoltas, p. 143;

– Lições do episódios, p. 143;

– Maurício Lacerda (1888 – 1959) o líder da Revolta de 1915, p. 144.

### **\_\_\_\_\_. Revolta dos Conservadores de Mato Grosso 1916/1917 e a Revolução Sertaneja na Bahia 1916/1917**

\_\_\_\_\_. Operações da Aviação do Exército em Resende na Revolução de 1932. **A Defesa Nacional**. nº 775, jan/mar 1997. p.115/120.

### **\_\_\_\_\_. (Organizador) A Presença Militar**

BORMANN. J. Bernardino. **Dias fratricidas**. Curitiba: Typ Livraria Econômica. 1º e 2º volumes em 1901 e 3º em 1906. (Sobre Revolução Federalista)

CAGGIANI, Ivo Leites, **Sant,Anna do Livramento 150 anos de História**. ASPES, 1983. p.75/78.

– Davi Canabarro) e Revolução Farroupilha p.39/44.

\_\_\_\_\_. **João Francisco a Hiena do Catí**. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1988.

\_\_\_\_\_. **Rafael Cabeda**. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1996.

A seguir a bibliografia de Pedro Calmon, sobre Lutas Internas até 1916, levantada e classificada pelo Parceiro Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. CALMON, Pedro. A Guerra do Iguape. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 1, p. 176.

\_\_\_\_\_. Tamoios Coligados. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 1, p. 288.

\_\_\_\_\_. Contra os Potiguares. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 1, p. 310.

\_\_\_\_\_. A Guerra de Sergipe. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 2, p. 403.

- \_\_\_\_\_. São Paulo e Amador Bueno. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 2, p. 637.
- \_\_\_\_\_. A Rebelião Generalizada. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 2, p. 678.
- \_\_\_\_\_. São Paulo e Amador Bueno. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 2, p. 637.
- \_\_\_\_\_. Motins do Rio de Janeiro. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 730.
- \_\_\_\_\_. O Xumberga. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 817.
- \_\_\_\_\_. Rebelião dos Maranhenses. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 846.
- \_\_\_\_\_. A Luta Infundável. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 857.
- \_\_\_\_\_. Domingos Jorge Velho. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 859.
- \_\_\_\_\_. A Guerra do Açú. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 860.
- \_\_\_\_\_. A Derrota dos Quilombolas. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 863.
- \_\_\_\_\_. O Conflito e seus chefes. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 966.
- \_\_\_\_\_. Intervenção e Recuo. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 970.
- \_\_\_\_\_. Reação Paulista. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 972.
- \_\_\_\_\_. Reação dos Mercadores. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 1005.
- \_\_\_\_\_. A Luta. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 1007.
- \_\_\_\_\_. O Castigo. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 1008.
- \_\_\_\_\_. O Levante de 1720. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 3, p. 1018.
- \_\_\_\_\_. Revolta dos Tapes. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 4, p. 1131.
- \_\_\_\_\_. A Hecatombe. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José

Olympio, 1959, vol 4, p. 1136.

\_\_\_\_\_. Inconfidência Mineira. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 4, p. 1325.

\_\_\_\_\_. Inquietações Nativistas. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 4, p. 1339.

\_\_\_\_\_. Ações de Guerra. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 4, p. 1440.

\_\_\_\_\_. Sublevação na Corte. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 4, p. 1460.

\_\_\_\_\_. A Sedição de Goiana. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 4, p. 1475.

\_\_\_\_\_. As Agitações do Recife. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1531.

\_\_\_\_\_. Turbulência. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1575.

\_\_\_\_\_. Abdicação. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1578.

\_\_\_\_\_. A Regência. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1538.

\_\_\_\_\_. O Período de Feijó. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1604.

\_\_\_\_\_. A Reação Monárquica. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1616

\_\_\_\_\_. As Agitações Liberais. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1638.

\_\_\_\_\_. A Revolta Praieira. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1669.

\_\_\_\_\_. Evolução e Revolução. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 5, p. 1769.

\_\_\_\_\_. O Levante Inicial. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 1930.

\_\_\_\_\_. O Marechal de Ferro. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 1933.

\_\_\_\_\_. O Sul em Armas. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 1946.

\_\_\_\_\_. Revolução da Marinha. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 1958.

\_\_\_\_\_. A Jornada Revolucionária. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 1969.

\_\_\_\_\_. Fim da Luta. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 1973.

\_\_\_\_\_. O Presidente Pacificador. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 1983.

\_\_\_\_\_. Brasil Bárbaro. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 2001.

\_\_\_\_\_. A Epopéia dos Sertões. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 2015.

\_\_\_\_\_. O Período Inquieto. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 2122.

\_\_\_\_\_. O episódio do Contestado. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 2147.

\_\_\_\_\_. Intransigência e Repressão. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 6, p. 2175.

\_\_\_\_\_. **Gomes Carneiro o general da República**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

\_\_\_\_\_. A Morte de Gomes Carneiro. **Revista Nação Armada**. 51, 1944.

\_\_\_\_\_. A Glória Serena de Gomes Carneiro. **Revista Militar Brasileira**, jul/dez 1946.

CÂMARA, Rinaldo Pereira da, **Marechal Câmara sua vida política**. Porto Alegre; IEL/SEC, 1979, v.3.

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **A Revolução Farroupilha em face a documentação da época**. Porto Alegre, 1968.

CAMPOS, Pedro Dias de. **A Revolta de 6 de setembro** (a ação de São Paulo). Esboço histórico. Paris-Lisboa Typ Aillaud, Alves, 1913. (Importante fonte sobre São Paulo na Revolução Federalista e Revolta na Armada.)

\_\_\_\_\_. Palestra sobre a Revolução Federalista. Nos **Anais do Primeiro Congresso em Curitiba**.

CAXIAS, Barão. **Ofícios 1842-1845**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.

\_\_\_\_\_. **Ordens do Dia 1842/1845**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1943.

\_\_\_\_\_. Documentos de seu Governo ano de 1844. **RIHGRGS**, 1914. nº 54, p.128.

CARVALHO, Fernando Setembrino Mal. **Relatório sobre a Campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 (é a mais importante fonte sobre a guerra do Contestado do ponto de vista militar, feita por seu pacificador que foi homenageado pela FAHIMTB como patrono de sua Delegacia em Uruguaiana, seu berço natal, a qual tem por seu Delegado o acadêmico historiador e artista plástico Sargento Carlos Fonttes).

\_\_\_\_\_. **A Pacificação do Contestado**. Rio de Janeiro, s/ed. 1916. (Conferência no Clube Militar, em 3 Jun 1916).

### **Sobre a Revolução Liberal São Paulo 1842**

CÈZAR, Adilson. Responsável pela edição especial da **Revista de Estudos Universitários das Faculdades Integradas Dom Aguirre**, da Fundação Dom Aguirre. Número especial comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842. Volume 19 – n.º 1 – Dez. 1993, 374 páginas.

\_\_\_\_\_. Responsável pela edição especial da **Revista de Estudos Universitários das Faculdades Integradas Dom Aguirre**, da Fundação Dom Aguirre. Número especial comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842. Volume 19 – n.º 1 – Dez. 1993, 374 páginas.

\_\_\_\_\_. “Documento: Ata de 17 de maio de 1842” (Cópia Paleográfica). **Revista de Estudos Universitários**, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. 16 (1):121-154, 1990.

\_\_\_\_\_. “Documento: Para a História da Revolução Liberal 1842” (Cópia Paleográfica). **Revista de Estudos Universitários**, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. 18(1):127-134, 1992.

\_\_\_\_\_. “Discurso durante a outorga do “Colar Comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Liberal Sorocabana de 1842”. **Boletim G** (da Polícia Militar do Estado de São Paulo). 174: 12-17, de 14 de setembro de 1992.

\_\_\_\_\_. “Notas para o Registro Histórico das Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842”. **Revista de Estudos Universitários**, das Faculdades Integradas Dom Aguirre. Sorocaba, 19 (1): 15-44, 1993.

\_\_\_\_\_. “Cento e Cinquenta anos da Revolução Liberal”. **Revista de Estudos Universitários**, das Faculdades Integradas Dom Aguirre. Sorocaba, 19 (1): 67-73, 1993.

- \_\_\_\_\_. “A Revolução Liberal de 1842”. **Revista de Estudos Universitários**, das Faculdades Integradas Dom Aguirre. Sorocaba, 19 (1): 103-122, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Colar Comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842”. **Revista de Estudos Universitários**, das Faculdades Integradas Dom Aguirre. Sorocaba, 19 (1): 319-326, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Documentos - Lei nº 5 de 1842 da Província de São Paulo / Correspondência enviada pelo Barão de Antonina a Monte Alegre” em co-autoria com Waldomiro Bley Júnior. **Revista de Estudos Universitários**, das Faculdades Integradas Dom Aguirre. Sorocaba, 19 (1): 325-358, 19
- \_\_\_\_\_. “Histórico das Comemorações do Bicentenário de Nascimento do Brigadeiro Tobias”. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba**. Sorocaba, 10: 10-53, 1995.
- \_\_\_\_\_. “A mulher sorocabana na Revolução Constitucionalista de 32”. **Revista de Estudos Universitários**, da Universidade de Sorocaba. Sorocaba, 22 (2): 51-62, 1996.
- \_\_\_\_\_. “A marquesa e o brigadeiro em insólita prisão”. **Revista do Historiador**, da Academia Paulista de História. Edição 167 – Mai. e Jun. de 2013, São Paulo, 15-17, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Coluna da O.C.L.A. - “08 de Maio de 1945” - Jornal “**Cruzeiro do Sul**”, Sorocaba, 08/05/1966.
- \_\_\_\_\_. “Causas e consequências da Revolução Paulista de 1932”, Jornal “**Diário de Sorocaba**”, Sorocaba, 06/06/1982. p.: 15.
- \_\_\_\_\_. “Bicentenário do Natalício de Feijó: um insigne paulista ( I ),” Jornal “**Cruzeiro do Sul**”, Sorocaba 14/09/1984. p.: 12.
- \_\_\_\_\_. “Bicentenário do Natalício de Feijó: um insigne paulista ( II ),” Jornal “**Cruzeiro do Sul**”, Sorocaba, 16/09/1984. p.: 28.
- \_\_\_\_\_. “Rafael Tobias de Aguiar” – Jornal “**Soamar Sorocaba**”, Sorocaba, Ano I – n.º 1 – Outubro de 1998, p.: 01
- \_\_\_\_\_. “A revolução liberal de 1842” – Boletim da “**Academia Paulista de História**”, São Paulo, Ano XII – Nº 65 - Out./1999, p.: 04\_
- \_\_\_\_\_. **O FORNOVO**, periódico eletrônico do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil de São Paulo “General Bertholdo Klinger”, n.º 04 – ano I – setembro (2013) – A Revolução Constitucionalista de 1932 – páginas 02 a 22.

\_\_\_\_\_. **O FORNOVO**, periódico eletrônico do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil de São Paulo “General Bertholdo Klinger”, n.º 08 – ano II - maio (2014) – 50 anos da reação democrática de 31 de março de 1964 – páginas 02 a 19.

\_\_\_\_\_. CIDADE, Francisco de Paula. Gomes carneiro um chefe que soube morrer. **Revista Militar Brasileira**. jul/dez,1946.

CORREIA FILHO, Jonas de Moraes. Encerramento da 1ª sessão comemorativa do Centenário da República Brasileira. In; **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991.p.52.

\_\_\_\_\_. In; **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991.p.195..

\_\_\_\_\_. Foriano Peixoto o consolidador da República, CORREIA NETO, Jonas de Moraes. **Barão do Triunfo - O Bravo entre os Bravos**. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, 1970.

COZZA, Dino Willy. Os Fuzileiros Navais na Revolução Liberal de 1842 (ausência). In: **Anais do XIII Simpósio do IEV de História do Vale do Paraíba**, em Resende e Itatiaia. Disponível na AMAN na FAHIMTB, p.323/326.(Organizado pelo Cel Bento como 3º Vice Presidente do IEV e Coordenador científico do Encontro)

\_\_\_\_\_. O último baile na ilha Fiscal. In: **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.292.

DONATO, Hernani. **Dicionário de Batalhas Brasileiras – Dos conflitos com indígenas, as guerrilhas políticas urbanas e rurais**. São Paulo: IBRASA, 1987.

– **Relação lutas internas no Brasil- cronologia p.11/15.**

– **Dias, meses e anos das batalhas e combates no Brasil. p. 19/82.**

– **Lutas com índios e Alagoas, Vila de São Paulo, Sergipe, Paraíba, No rio Grande do Norte, Ceará, Goiás**

– 1500 - Lutas com indígenas no Brasil p.83/84

– 1556 - Guerras contra caetés – Alagoas p. 90

– 1562 - Ataques indígenas contra a Vila de São Paulo p. 91

– 1575 – Guerras de Aperipê ou da conquista de Sergipe p. 91

– 1584-1587 – Lutas contra indígenas no Paraíba.

– 1585-1682 – Bandeiras de apresamento e dilatação de território p. 92

- 1586-1589 – Campanha final da conquista de Sergipe p. 93
- 1597 - Campanha do Potengi contra franceses e potiguares na conquista do Rio Grande do Norte p. 93
- 1597 - Tomada de Cabedelo por franceses potiguares p. 93/100
- 1603-1604 – Lutas contra franceses e indígenas, seus aliados no Ceará p.100
- 1671 – Lutas contra os índios Anicum na Conquista de Goiás p. 103
- 1683-1713 – Guerra dos Bárbaros da Confederação Cariris CE e RGN p. 105
- 1709-1710 – Lutas na Amazônia contra espanhóis e índios campebas p. 107
- 1723-1724 – Guerra de Ajuricaba na Amazônia p. 110
- 1725-1744 – Campanha contra os índios Paiaguás – Mato Grosso do Sul p. 110
- 1740-1741 – Campanha contra os Caipós e Taperapés – Conquista de joias
- 1754-1756 – Guerra guaraníca – RS p. 111
- **Revolta do Sal na Bahia e São Paulo**
- 1711 – Motim em Santos contra o estanco de sal p.103 e 108
- **Lutas contra quilombos**
- 1644-1694 – Quilombo dos Palmares p. 102
- **Rebelião de Beckman MA**
- 1684 – A Revolta de Beckman no Maranhão p. 105
- **Guerra dos Emboabas MG**
- 1706 – 1709 – Guerra dos Emboabas – SP e MG p. 106-107
- **Guerra dos Mascates PE**
- 1710-1714 - Guerras dos Mascates – PE p. 104/108
- **Rebelião baiana BA**
- 1711 - Motins do Maneta – BA p. 109
- **Confederação do Equador PE**
- 1817 – Confederação do Equador PE p.125
- 1720 – Revolta contra o donatário de Paraíba do Sul – Campo dos Goitacás p. 109
- **1809-1849 – Revolta de Escravos Haussás e Nagôs (islamizados) – BA p.115**
- **1821- Pronunciamentos pró-constituição no Pará, na Bahia e Rio de Janeiro p. 119**

- **1821- Motim do 1º Batalhão de Caçadores de Santos p.120**
- **1821 – Revolta de Escravos Constitucionalistas de Argom ou das Lavras ou Fanado – Ouro Preto – MG p. 121**
- **1822-Revolta de Manoel Pedro p. 121**
- **1823-1829 – Quarteladas de Belém p.124**
- **Revolta dos batalhões mercenários no Rio de Janeiro**
- 1827 – Motim de Mercenários RJ p.130
- **Abdicação de D.Pedro I em 7 abril 1831**
- 1831-1832 – Levante de “Exaltados”, restauradores radicais – RJ p.130
- 1831-1832 – Setembrada, Novembrada, Abrilada – PE p.131
- 1832-1833 - Revolta dos Guanais ou Federalistas Baianos p. 131
- 1837 - Levante do 10º Batalhão de Caçadores – BA p.132
- 1832 – Revolta Restauradora do Crato-CE p. 132
- 1832 – Revolta Restauradora de Santo Antão- PE p 131
- **A guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas**
- 1832-1835 – Cabanada no Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas p.132
- 1833 – Levante restaurador de Ouro Preto p 133
- 1833 – Levante do Forte do Mar - BA p. 133
- 1833 – Carneiradas - PE p. 133
- 1834 – Rurgas de Cuiabá p. 133
- 1834-1840 – A Cabanagem - PA p. 134/136
- 1835 – Revolta dos Escravos Nagôs, Malês, Tapas p. 13
- **1835-1845 – Revolução Farroupilha p. 136/141**
- **A Sabinada na Bahia**
- 1837-1838 – A Sabinada - BH p. 141
- 1838 – Anselmada da França - SP p. 142
- **A Balaiada no Maranhão**
- 1838-1841 – A Balaiada - MA p. 142
- 1840 – Levante de Sobral 1840 - CE p. 143
- **Revoluções Liberais em São Paulo e Minas Gerais**
- 1842 – Revolta dos Liberais p. 143
- **A Revolução Praieira em Pernambuco**
- 1848-1848 - Revolta Praieira- PE p.145/146
- 1848 – Motins do Fecha-Fecha, do Mata-Mata, da carne sem osso, farinha sem caroço p.144

- 1852 – Levante dos Maribondos ou de Pau-D’alho p. 149
- **Revolta dos Muckers do Ferrabraz RS**
- 1872-1874 – Revolta Guerra dos Muckers - RS p. 156
- **1874-1875 – Arruaças do Quebra-Quilos - PP, PE, AL p. 156**
- **1880 – Motim de Vintém – RJ p. 157**
- **1892 – Levante deodorista na Fortaleza de Santa Cruz - RJ**
- **1892 – Bombardeio de Porto Alegre - Porto Alegre-RS p. 1893-1894**
- **1893-1894 – Revolta na Armada p. 158**
- **1893-1895 – Revolta Federalista p.159**
- **1895-1897 – Guerra de Canudos p. 102/164**
- **1895-1911 – Levante pró-emancipação do Sul de Mato Grosso p. 164**
- **1901 – Revolta, política militar - MG p. 166**
- **1904 – Revolta da Vacina Obrigatória ou do Quebra Lampião – RJ p. 166**
- **1904-1930 – Correrias de “coronéis” p. 167**
- **1906 – Revolta Generoso Ponce - MT p.168/169**
- **1910 – Revolta dos Marinheiros ou da Chibata p. 168/169**
- **1910 – Revolta do Batalhão Naval p. 169**
- **1910-1915 – Campanha do Contestado 1912/1915 p.169/170**
- **1913-1914 – Revolta de Juazeiro ou dos Jagunços p. 171**
- **1916 – Revolta do Xandoca - ES p. 172**

DORNELLES, Claudio Alfredo falta

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. Representantes teuto-brasileiros na Assembleia Rio-Grandense 1887/1896. In RAMBO, Arthur e FELIX Loiva (org.) **A Revolução Federalista na Região de Colonização Alemã. São Leopoldo**, p. 26/28 Out 1993.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EDUC/EST/Martins Livreiro, 1984.

\_\_\_\_\_. Os Militares e a implantação da República. In: **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.56

\_\_\_\_\_. **A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução**. Rio de Janeiro: 1966.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1978.5ed.

\_\_\_\_\_. **Revoluções e Caudilhos**. Porto Alegre: Martim Livreiro, 1983. 3ed.

\_\_\_\_\_. Cronologia da Revolução Federalista. **Revista do Museu Júlio de Castilhos**. nº 4, 1954.

\_\_\_\_\_. A Revolução Federalista. **Enciclopédia Rio-Grandense**. Canoas: Cia Ed. Regional, 1956. v.1.

FIDELIS a incluir depois

FIGUEIREDO, Osório Santana. **São Gabriel desde o princípio**. São Gabriel, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Farroupilha em São Gabriel**. São Gabriel, 1985.

\_\_\_\_\_. O Combate do Cerro do Ouro. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 9/9/1979.

\_\_\_\_\_. **As. Revoluções na República. 1832/1932**. São Gabriel, 1995.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Revolução Farroupilha**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1939.

\_\_\_\_\_. O Combate de Rio Pardo de 30 de abril de 1838. **Revista A Defesa Nacional**, nº XXIII, p.587/603.

FONSECA, Pedro Ari da. **O Gaúcho quem é?** Passo Fundo: Edit. Padre Berthier, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Negro na História do Rio Grande Heroico**. Passo Fundo:-Correio da Manhã. (Na “4ª Capa” Agradecimentos a Cláudio Moreira Bento “que me municiou com todos os livros dele citados na pesquisa”).

FONTTES, Carlos. **Uruguiana aqui te canto**. Porto Alegre, 2.000.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **O Duque de Caxias Dia a Dia**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

HENRIQUES, Elber de Mello. Benjamin Constant, o fundador da República. **In;100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991.p.204.

\_\_\_\_\_. As bandeiras do Brasil. **In;100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.310.

LAVANERE WALDERLEY, Nelson Freire. A Revolução de 1932. **In: História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: MA, 1975, 2ed. (O brigadeiro é patrono de Delagacia da FAHIMTB em Santos Dumont MG.)

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense**. Porto

Alegre: Liv.Globo,1936.

\_\_\_\_\_. Tentativa de fontes bibliográficas da Revolução de 1893. **Anais do Seminário de Bagé**,1990.

MACHADO, César Pires. Canabarro em Porongos. Porto Alegre: Est Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. **Porongos: fatos e fábulas**. Porto Alegre: Praça da Matriz, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma Farsa Intermitente**. Porto Alegre: Edigal, 2014.

MAGALHAES, J.B. **A Consolidação da República**. Rio de Janeiro;- Biblioteca do Exército,1947.

\_\_\_\_\_. Antônio Ernesto Gomes Carneiro, **Revista Militar Brasileira**, nºs3/4, 946.

MARIANTE, Hélio Moro. Farrapos **Guerra à gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro,1985.

\_\_\_\_\_. **Decênio Heróico - principais eventos**. Porto Alegre: EMMA (inclui apreciação Centauros de ébano sobre os Lanceiros negros).

\_\_\_\_\_. Os Pica Paus de 1893. **Revista do CIPEL**, 1993.

\_\_\_\_\_. O Combate de Arroio das Traíras. **Anais do Seminário de Bagé**,1990.

\_\_\_\_\_. A Revolta na Armada. **Anais do Congresso de História do IHGB**, 1989.v2

\_\_\_\_\_. Combate de Inhanduí-controvérsias. **Revista do Exército Brasileiro**, nº4, 1993.

MARTINS, Hélio Leôncio A Revolta da Marinha. **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Sv Doc Marinha, 5ºv, T.IA,1995.

\_\_\_\_\_. Almirante Saldanha da Gama Comandante em Chefe das Forças Federalistas. **Anais do Congresso do Centenário**. Curitiba.

\_\_\_\_\_. A Revolta na Armada. In: **Anais do Congresso de História da República do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB,1989.

MARTINS, Milton Marinho. **Posse na Delegacia da Academia de História Militar Terrestre do Brasil “Aluísio de Almeida” para Sorocaba e Região**. Ottoni Editora, Sorocaba /SP, 07 de abril de 2006. “Homenagem ao Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar” – páginas: 25 a 27.

MATTOS, Carlos de Meira. Os militares e a Proclamação da República, In; **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.129.

MEIRA, Antônio Gonçalves. O Marechal Deodoro e o Barão de Lucena. In; **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.179.

\_\_\_\_\_. O Cinquentenário da República. In; **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.288.

MOREIRA, Angelo Pires. Ações navais no Canal São Gonçalo e adjacências na Revolução Farroupilha. **Diário da Manhã**, Pelotas, dias 6,13,20 e 27 de janeiro e 2,13,17 e 24 fevereiro, 3,10.17 e 31 março e 7,14 e 21 abril e 5 maio de 1885.

\_\_\_\_\_. Caxias recoloca Pelotas no caminho do Progresso. **Diário Popular**, Pelotas 20 de outubro de 1985.

NASCIMENTO, Heloisa Assunção. **Arcaz de Lembranças**. Porto Alegre: Martins Livreiro,1982. (Com informações sobre a Revolução em Pelotas)

OSÓRIO, Fernando Luiz (filho). **A Cidade de Pelotas**. Porto Alegre: Liv Globo,1962.2ed.

\_\_\_\_\_. Os supremos objetivos dos Farrapos. **RIHGRGS**,1935.nº 59, p.51

OSÓRIO, Fernando Luiz (pai). **História do General Osório**. Brasília: Curso Objetivo, 1979, v.1, p.235/445 (Sobre a Revolução Farroupilha).

PEREGRINO, Humberto. O marechal Floriano Peixoto o consolidador e símbolo da República. In; **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991.p.195.

SERAFIM, Arnaldo. Relatório das Atividades levadas a efeito por ocasião das comemorações dos centenários da República e da Bandeira. In; **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.215.

SILVA, Alberto Martins. A Família Fonseca. In: **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991.p.166.

\_\_\_\_\_. Tiradentes,coerência e altivez. In: **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1991, p.331.

Nota: Souza Docca escreveu por ocasião do Centenário Farroupilha valiosas pesquisas sobre os perfis de Chico Pedro e, Bento Manoel

Ribeiro.

RIO BRANCO, Barão do. **Efemérides Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999. (Rica em informações sobre o Brasil Lutas Intenas, transcritas no texto da obra).

RONDON, Candido Mariano da Silva. Centenário de Nascimento do Coronel Antônio Gomes Carneiro. **Revista Militar Brasileira**, jul/dez, 1946.

SENA, Davis, Ribeiro. Turbulência Militar no Cenário Republicano. In: Fontes para a História da Revolução de 1993. Bagé: URCAMP. 1990. P.51/69.

\_\_\_\_\_. A República repentina. **O Exército Brasileiro. Ontem. Hoje. Sempre**. Brasília: EGGCF, 2000.p.87/97.

\_\_\_\_\_. Canudos e o Exército. **O Exército Brasileiro. Ontem. Hoje. Sempre**. Brasília: EGGCF, 2000, p. 98/107.

\_\_\_\_\_. A Campanha do Contestado. **O Exército Brasileiro. Ontem. Hoje. Sempre**. Brasília: EGGCF, 2000.p 118/125.

SILVA, Juarez Nunes da. **A Terra dos quatro ventos**: Caxias do Sul: Lorograg, 2015.

\_\_\_\_\_. O Tratado de Madrid a Guerra Guaranítica **A Terra dos quatro ventos**: Caxias do Sul: Lorograg, 2015..p. 163,

\_\_\_\_\_. O Decênio Heroico. 1835-1845 **A Terra dos quatro ventos**:- Caxias do Sul: Lorograg, 2015, p.203/423 (abordagem riquíssima em ilustrações).

\_\_\_\_\_. Os lenços da Revolução Federalista **A Terra dos quatro ventos**: Caxias do Sul: Lorograg, 2015. p. 434.

SILVEIRA, José Luiz. **100 anos do Regimento Pillar- Esboço histórico! 912-1927**. Santa Maria: Edições Universidade Federal de Santa Maria, 1992

\_\_\_\_\_.**Notícias históricas 1737-1898**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.1987.

SILVEIRA, Mylton Otoni da. **Posse na Delegacia da Academia de História Militar Terrestre do Brasil “Aluísio de Almeida” para Sorocaba e Região**. Otoni Editora. Sorocaba /SP, 19 de agosto de 2006. “Homenagem ao Senador Padre Diogo Antonio Feijó – Ex-Regente Único do Império Constitucional do Brasil” – páginas: 23 a 33.  
SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes. República Rio-Grandense. subsídios para a sua História **IHGRGS**,1923, nº 11/12, p.397.

\_\_\_\_\_. Ideologia Federativa da Revolução Farroupilha. **IHGRGS**, 1932, nº 46, p.14

\_\_\_\_\_. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. **IHGRGS**, 1935, nº 58, p.165.

\_\_\_\_\_. Revolução Farroupilha sua significação. **Revista Militar Brasileira**, set/dez 1935, p.316.

TABORDA, Tarcísio. **A Revolução Farroupilha em Bagé**. Bagé: FUNBA, 1985.

\_\_\_\_\_. A Surpresa de Porongos. **Revista Militar Brasileira**, abr/jun 1970, p7/16.

WINZ, Antônio Pimentel. Centenário da Bandeira Nacional. In: **100 anos de República e de Bandeira no Exército**. Rio de Janeiro: BLIBEx/SENAI, 1991, p.315.

WIEDERSPHAN, Oscar. **O Convênio de Ponche Verde**. Porto Alegre: IEL/DAC,1979.

\_\_\_\_\_. **O General Farroupilha João Manoel de Lima e Silva**. Porto Alegre: EST/SULINA/EDUCS,1984.

\_\_\_\_\_. A ação de D. Pedro II na Pacificação do RGS. **Anais do Congresso Histórico do II Reinado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.

DORNELES, Cláudio Alfredo Cunha. **Análise Histórico de La Guerra Guaranítica – um marco para a formação de La Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Buenos Aires**: Escuela de Defensa Nacional, 2012.

SILVA, Alberto Martins Silva. **A Medicina em Canudos**: algumas notas RIHGB 159 (398): 193 -206, jan/mar. 19

\_\_\_\_\_. Médicos em Canudos RIHGB 156 (386 ):9-51,jan/mar 1995.

winz, Antônio Pimentel. Marechal Deodoro, uma figura humana RIHGB 33:213 – 229,abr/jun 1981.

\_\_\_\_\_. Evocação do Marechal Floriano Peixoto, RIGHB 322:229, jan/mar 1979

WEHLING, Arno. **Discurso de abertura do Simpósio do Centenário de Canudos**. RIGHB 159 (398): 163, jan/mar 1998.

CORREIA FILHO, Jonas de Moraes. **Deodoro e seus dois momentos históricos**, RIHGB 153 (377): 45-47,out/dez 1992.

PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. **Reflexões a margem da Campanha de Canudos**, RIHGB 159 (398): 265-272, jan/mar 1998.

CALMON, Pedro. **Segredos e revelações da História do Brasil: Marechal Deodoro e a Bandeira Nacional**, RIHGB 150 (364): 514-515, jul/set 1989.

PEREGRINO, Humberto. **Algumas especiais qualificações de “OS Sertões”** RIHGB 338,109-132,jan/mar 1983.

\_\_\_\_\_. Crônica da Revolução de 1836, RIHGB 341: 43-66, out/dez 1974.

\_\_\_\_\_. **A propósito da Guarda Nacional: uma criação da Regência**. RIHGB 307:206-207, abr/jun 1975.

DORNELLES, Cláudio Alfredo Cunha. **Análises Históricas de La Guerra Guaranítica - um marco para a formation de la Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai**. Cidade Autonoma de Buenos Aires: Escuela de Defensa Nacional, 2012.

FIGUEIREDO, Osorio Santana. **As Revoluções na República, 1889-1930**. São Gabriel: Pallotti.



## **BRASIL - LUTAS INTERNAS DE 1917 À ATUALIDADE**

### **ADVERTÊNCIA AO LEITOR E PESQUISADOR INTERESSADOS**

Aqui, em separado, publicamos as nossas opiniões sobre as Lutas Internas no Brasil relativas aos últimos 100 anos para que por ocasião dos centenários das respectivas lutas, elas sejam apreciadas e interpretadas junto com outras opiniões, com vistas às interpretações das mesmas o mais próximo possível da verdade. E, quando os personagens que nelas atuaram não mais estejam com vida e assim não possam interferir nas suas interpretações históricas. É providência aconselhada pela prudência e adotada pelo historiador.

E, ao final, publica-se a bibliografia, de patronos de cadeiras e acadêmicos, que foi possível reunir, em atendimento a pedido nosso. Dentre eles, os historiadores brasileiros consagrados Pedro Calmon, em sua História do Brasil, e Hernani Donato em seu Dicionário das Batalhas Brasileiras. E mais, nossos trabalhos sobre os assuntos, aos quais temos nos dedicado nos últimos 45 anos como historiador e instrutor de História Militar.

## **A REVOLTA DOS CONSERVADORES DE MT - 1916-17**

Eleito presidente estadual pelo Partido Republicano Conservador, o General Caetano de Faria e Albuquerque rompeu com essa agremiação e atritou-se com a Assembleia. Os conservadores tomaram armas dominando Bela Vista, onde o Major Antônio Gomes Ferreira da Silva comandava uma unidade de Cavalaria da Polícia. Ele ganhou o choque da Água Amarela. Ocorreram combates em Pocrané, Arica e Itaiçi, com vitória do Governo. No Córrego do Rosário, triunfaram os revoltados, os quais, contudo, foram eliminados como força combatente em Miranda (08 Fev 1917). Mas o Presidente da República, intervindo, deu aos rebeldes a vitória que não haviam alcançado no campo. A pacificação completa somente foi alcançada em 1918 com a eleição, para a presidência estadual, de Dom Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá.

## **A REVOLUÇÃO SERTANEJA**

### **Sertões baianos em chamas**

Haviam se passado cinco anos da intervenção federal no Ceará e, nos sertões baianos, começavam, novamente, a ouvir-se o espocar dos rifles e clavinhas manejados por nordestinos de chapéus de couro à cabeça, punhais à cintura e cartucheira a tiracolo.

Na Bahia, como nos sertões do Ceará, os ideais republicanos chegaram completamente deturpados gerando, no espírito dos homens já no conflito, e das famílias que se odiavam nas rixas políticas, confusão imensa e inquietante.

A Liberdade e a Democracia, como palavras, conheciam, po-

rém a justa medida da sua utilização e aplicação lhes continuava a serem estranhas. “O Coronel” continuava a dominar, a revolucionar, a alterar, a perturbar e mesmo a ameaçar as novas instituições”, diz Walfrido de Moraes.

## **O lendário Coronel Horácio de Queiroz Mattos**

O Coronel Horácio de Queiroz Matos, figura lendária da região de Lavras Diamantinas, sertão baiano, nascera em 1882, criando-se sob a égide das lutas regionais que envolveram, inclusive, a própria família.

Pertencia a famosa *tribo dos Matos*, clã de renome da região, podendo ser avaliada pelo Código de Honra legado por Clementino de Matos a seu sobrinho Horácio, quando se aproximou a hora da morte, nomeando-o sucessor.

“Não humilhar ninguém – mas também nunca se deixar humilhar, por quem quer que seja”.

“Não roubar jamais, sejam quais forem as circunstâncias, nem permitir que alguém roube e fique impune”.

“Ser leal com os parentes e amigos, protegendo-os sempre”.

“Ser leal com os inimigos, respeitando-os em tempo de paz e enfrentando-os em tempo de guerra”.

“Não provocar nem agredir – mas, se for ofendido, colocar a honra acima de tudo, porque de nada adianta a vida sem dignidade”.

Contam os seus historiadores que foi fiel, enquanto viveu, à tal herança, digna de figurar em qualquer antologia de honradez e civismo. Reflete, na verdade, um pensar e um agir de inúmeras famílias tradicionais do nosso passado que engalanaram as páginas da história pátria.

Afeito às grandes rixas em sua Lavras, sempre vitorioso, mercê de indiscutíveis dotes de bravura e altaneria, personificou em pouco tempo uma legenda a varar os mais distantes rincões da Bahia.

Dele se recordariam políticos co-estaduanos, e o próprio Governo Federal, nas horas das incertezas e dos fatos decisivos.

## **A política baiana pede apoio ao sertão**

Ocorria o ano de 1919. Na Europa, terminara a primeira Gran-

de Guerra Mundial. No Brasil, governava Epitácio Pessoa e ecoava, no país inteiro, o verbo de Rui Barbosa, em sua cruzada de oposição ao governo.

Na Bahia, mais uma vez as paixões políticas se entrecrocavam. De um lado o governador Dr. Antônio Muniz Ferrão de Aragão a envidar esforços para que o Dr. José Joaquim Seabra, seu antecessor, fosse novamente eleito. De outra parte, a oposição, contando com homens do quilate de Rui Barbosa, Otávio Mangabeira, Luís Viana e muitos outros, brindavam a terra baiana com verdadeiras obras-primas de debates, em comícios e conferências políticas, objetivando a eleição do renomado juiz federal Dr. Paulo Martins Fontes.

Devido ao temor da vitória da situação, pensaram os oposicionistas na ajuda dos “coronéis” políticos, contrários ao governador, e na bravura dos sertanejos descontentes, espoliados e injustiçados.

Chegara, outra vez, o momento da política ir buscar no interior a solução para os seus problemas. E os sertões, em peso, despertaram, novamente.

Escolhido, sabiamente, o instrumento: o “Coronel” Horácio de Matos.

Idealista, espírito caudilhesco afeito às grandes façanhas, guardava no coração velha e imensa mágoa do governador Antônio Muniz, mandante de inúmeras expedições punitivas, que, aliadas aos adversários, tentaram a sua destruição.

Aceitou a conclamação, partiu para conflagrar os sertões e marchar sobre a capital, à sombra da bandeira desfraldada pelo Conselheiro Rui Barbosa, no sentido de depor Antônio Muniz e impedir se, na verificação de poderes porventura fosse eleito, a posse do candidato José Joaquim Seabra, narra Walfrido Moraes em **Jagunços e Heróis**.

Sua tropa: a jagunçada das barrancas do São Francisco às matas de Orobó.

Os choques com os contingentes policiais aumentavam. Coerente com um plano pré-estabelecido, a imprensa oposicionista ampliava sobremaneira os acontecimentos, levando o pânico e a preocupação até a capital, atraindo também a atenção do país inteiro.

O pleito de 29 de dezembro de 1919 realizou-se num clima de tensão e choques continuados, protagonizados pelos adversários políticos.

A crise atingiu o clímax entre proclamações contraditórias, em que a oposição declarava a vitória do seu candidato e a situação dizia esperar somente a solenidade de verificação dos poderes, a ser realizada pela Assembleia Legislativa, para empossar o seu.

Ante o temor da fraude, extremou-se a oposição e seu ponta-de-lança, Horácio de Matos, expediu três mensagens, síntese de toda a filosofia do movimento.

Ao Presidente da República, respeitosamente pedia:

***“em nome da consciência oprimida do povo sertanejo o seu auxílio na consecução de uma fórmula que assegure a paz e a tranquilidade no Estado, contra a intolerância de um governo que abraçou o despotismo contra a Liberdade, acreditando na eficácia do crime contra os mais sagrados princípios da boa moral política”.***

Ao Conselheiro Rui Barbosa, entusiasmado, participava:

***“No momento em que o povo sertanejo marcha contra a capital, obedecendo às determinações impostas no sentido de sua liberdade, nós vos saudamos, excelentíssimo senhor, porque sois a fé que nos leva à salvação, e Deus é o nosso Guia”.***

Ao Governador Antônio Muniz afrontava, afirmando:

***“o Sertão irá à capital vingar o sangue dos seus irmãos e pelejar ao lado da causa defendida pelo Conselheiro Rui Barbosa”.***

Passando da palavra à ação, ninguém mais o deteria. Campestre, Guarani, Remédios, Estiva e Lençóis, capital das Lavras Diamantinas, seriam sucessivamente, ocupadas pelas tropas de jagunços.

Salvador, em desespero, aguardava o milagre que se evitasse a Guerra Civil ou a derrubada do governo estadual. O milagre se consubstanciou no decreto de intervenção federal de 23 de fevereiro de 1920.

Realmente, ambas as facções o desejavam. Para o governo estadual representava a sobrevivência. Para os opositores, a espe-

rança de que o poder federal viesse a anular o pleito de 29 de dezembro de 1919.

O desfecho, coerente com a diretriz do Presidente da República em preservar a autoridade dos estados, desarvorou a massa sertaneja.

Contra elas, o Ministro da Guerra Dr. João Pandiá Calógeras destacou tropas do Exército ao comando do General Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro da Guerra que ele substituíra.

Enquanto isso, na Câmara e no Senado Federal inflamados oradores discutiam o decreto de intervenção, no campo da luta os contendores recebiam a validade, serenos e objetivos.

As autoridades militares, segundo Walfrido de Moraes, consideraram a profunda diferença entre seguidores de Antônio Conselheiro e os que se chamavam agora de jagunços, bandoleiros, clavinoteiros ou salteadores de Horácio de Matos.

Se aqueles não passaram de meros fanáticos, beatos contemplativos, cuja meta era o reino dos céus estes, homens afeitos ao corpo-a-corpo do meio rude, da terra áspera, dos caudais bravios só pensavam em lances de heroísmo, nos rasgos de bravura, que poderão ser imortalizados nos abecês que os rapsodos cantarão nas feiras e estradas das chapadas para o encantamento das mulheres e dos meninos que sonham, igualmente, em serem jagunços um dia.

Enquanto aqueles começaram a lutar com foices, ferrões e raras lazarinhas ou bocas-de-sino, as de Horácio de Matos traziam a experiência das guerrilhas e portavam todos os tipos de armas de guerra, desde o parabellum ao fuzil Mauser.

Consideraram também o terreno a enfrentar, onde os homens de Horácio, acostumados à guerra de surpresa e guerrilhas dispersas, à moda dos jagunços, se oporiam aos dez mil soldados do governo, numa campanha de sacrifícios e chacinas imprevisíveis. O reconhecimento da bravura sertaneja, a consagração do valor combativo do brasileiro, abandonado, mal alimentado e muitas vezes desenhado, dos longínquos e desolados sertões, exigia cuidados.

O comedimento e a prudência trariam a solução. O General Cardoso Aguiar, interventor federal no Estado, acenou, em nome do governo da União, para um convênio com caudilhos de Horácio de Matos e outros famosos, como o “coronel” Anfilóbio Castelo Branco e

Marcionilo de Souza.

Os textos dos **Convênios dos Lençóis da Região de São Francisco**, e **Convênio de Castro Alves**, quando chegaram ao conhecimento público, provocaram profunda repercussão nos meios políticos e jurídicos, pois representavam, pelas concessões, verdadeira vitória do jovem caudilho Horácio de Matos. Transformou-se, indubitavelmente, no governador do sertão, muito embora o objetivo do governo central tivesse sido atingido: a eleição do Dr. José Joaquim Seabra, a esta altura, fato consumado.

Contornara-se, sabiamente, uma luta sangrenta no nordeste.

### **Jagunço - um guerreiro de fibra, e combativo**

A história do Nordeste, depositária de inúmeros feitos guerreiros é uma página a comprovar a fibra e a combatividade do seu povo, sempre afeito a inflamar-se pelas causas julgadas santas por suas almas rudes, igual à terra que os viu nascer. Esses mesmos jagunços de Horácio de Matos, na Revolução de 1930, não hesitaram em atender ao apelo do Governo Federal, no sentido de lutarem em sua defesa. Idêntica prova de destemor deram, ainda, à chefia de Horácio de Matos, no momento em que enfrentara a **Coluna Miguel Costa/Prestes**, quando esta pisou o chão baiano.

Enquadrado às tropas do Exército, ao comando do batalhão sertanejo o **Batalhão Patriótico Lavras Diamantinas**, Horácio de Matos integrou o destacamento do General Mariante, notabilizando-se mais uma vez com os seus homens pela argúcia extraordinária que os mantinha sempre à frente das tropas legalistas, no rastros dos rebeldes de Miguel Costa/Prestes, numa verdadeira espionagem cabocla.

Em fins de 1926 a Coluna, ainda perseguida por pelotões lavristas, se internou na Bolívia. Concluíra-se a última batalha desta luta. Como herança, ficou o diário de campanha do **Batalhão Patriótico Lavras Diamantinas**, que se valorizou pela inexistência de uma palavra sequer de ódio de parte dos perseguidores para com os vencidos.

Nada mais significativas, portanto, do que as palavras de Rui, neste momento:

***“Jagunços! Deus dê ao Brasil muitos desses, quando perigar a Liberdade ou se houver de medir com o inimigo estrangeiro.***

***Imposto a tais homens, esse nome em vez de desdourar, se enobrece a si mesmo.***

***Não seria a primeira vez que na História uma expressão de vilipêndio se convertesse em título de honra!”***

(Texto com apoio na obra de Walfrido Correia **Jagunços e heróis**).

## **A REVOLUÇÃO DE 1922**

O General Setembrino e sua opinião sobre as Cartas Falsas e sua atuação como chefe do EME ao sufocar no Rio de Janeiro a Revolução de 1922.

**Nota do Cel Bento:** A campanha para a Presidência da República em 1921, sob o governo do Presidente Epitácio Pessoa, provocou uma forte crise no Exército, que foi agravada pela nomeação, por ele, para o Ministério da Guerra, de um civil, o historiador Pandiá Calógeras.

Crise agravada em outubro de 1921 com a publicação pelo jornal **O Povo**, de carta manuscrita atribuída ao candidato Arthur Bernardes, presidente de Minas Gerais, em que este teria chamado o Marechal Hermes de “Sargentão sem compostura, e que o Exército era formado por elementos venais”.

Apesar de Arthur Bernardes haver declarado ser esta carta falsa, outra parecida com a primeira foi publicada pelo mesmo jornal.

O General Setembrino era a maior autoridade militar em Minas Gerais, e tinha a consciência de que as Cartas eram falsas por comparar as mesmas com a caligrafia de Arthur Bernardes, presidente de Minas Gerais, e por declaração que este lhe deu. E assim conseguiu manter seu comando alheio à campanha presidencial.

Era Ministro da Guerra, no período, Pandiá Calógeras. O Gen Setembrino estava convencido de que as Cartas intrigando o Exército com o Presidente da República eram falsas. Em suas Memórias, na parte relacionada com o seu comando da 4ª Região Militar em Juiz

de Fora ele faz algumas considerações. Exemplos, a seguir, de seus pensamentos:

***“A guerra, em geral, resulta das reações que se operam no jogo de interesses das nações. Quaisquer que sejam suas origens não deverão ser ignoradas da massa geral da Nação, e, mui especialmente, daqueles a quem compete uma grande representação no drama em perspectiva. Os governantes mal avisados, e por isso mal orientando a política externa, criam situações perigosas, originam crises, por vezes fatais à vida dos povos. A situação agrava-se, indubitavelmente, se o sentimento nacional diverge do ponto de vista governamental. A que calamidades não expõem, então, a Nação? Por outro lado, como resultado da evolução natural da Sociedade, surgem novas ideias, problemas diversos se apresentam, cujas soluções operam divergências nos espíritos, dividem a opinião, originando atentados à Segurança Pública, com ameaças à estabilidade social. É evidente, pois, que, por ponderosos motivos, o General deverá acompanhar com desvelo e descrição o movimento político social, que forças de naturezas várias imprimem ao organismo nacional, perscrutando o pensamento e aspirações em jogo. Porque no choque de opiniões, nos dissídios entre governantes e governados não é raro recorrer-se à força armada como ‘última ratio’. Um General não pode assistir com indiferença de uns, a ação arbitrária e inconveniente na maneira de conduzir os negócios do Estado, de outros, a escalada ao poder pela violência, por movimentos facciosos, em satisfação a ambições ilegítimas e irrefreáveis. De um ponto de vista elevado cumpre-lhe seguir a corrente dos acontecimentos, colhendo elementos para opinar com patriotismo no instante em que as circunstâncias exigirem sua intervenção. Se o General não deve ser um vil instrumento às ordens dos Governos, também não deverá constituir um estimulante de desordens, de perturbações na***

***vida do País, de desrespeito aos poderes públicos. Se os pórticos do partidarismo são-lhe vedados, no intuito de isentá-lo das paixões aí fervescentes, sua indiferença pela política geral, que orienta o País para o futuro, é altamente censurável. Imbuído do sentimento de justiça, compenetrado da verdade, que lhe ministra a observação constante e imparcial das ocorrências no cenário do País, será fácil habilitar-se para opinar e agir nos grandes atos do drama nacional, nos conflitos entre o poder público e a soberana vontade de seus concidadãos, expressa de maneira iniludível. Em resumo, o General não deverá desinteressar-se da política, considerada esta em sua clássica significação. Com estes postulados orientei sempre minha conduta em transes aflitivos para o País, em conjunturas perigosas para a disciplina e harmonia no Exército. Foi assim, quando da campanha presidencial a que nos vimos referindo era notório o interesse de envolver o Exército no combate à candidatura Bernardes. Os jornais, diariamente, aludiam à intervenção dos militares, procurando perscrutar o pensamento dos mais graduados. Com esse intuito sou solicitado pelo eminente jornalista Azevedo do Amaral, então à frente da folha O Dia, apresentando-se em Juiz de Fora, no meu Quartel General. Como credencial uma carta do meu particular amigo, condiscípulo da Escola Militar, Dr. João do Rego Barros, um dos diretores da Light and Power. Pretendia uma entrevista referente à atitude do Exército em face do momento político. Concedi-a. O Dia publicou-a. Outros jornais o seguiram. Vê-se aí confirmada minha antiga maneira de opinar, isto é, a condenação mais formal da intromissão dos militares, coletivamente, na solução dos problemas políticos, por ser ela da alçada exclusiva da opinião do País, manifestada no gozo da mais ampla liberdade de pensamento e ação, competindo somente ao Exército acatá-la.***

**Nota do Cel Bento:** O Gen Setembrino, em suas **Memórias**, transcreveu sua opinião, publicada pelo jornal **O Dia** sobre a atualidade política. E o entrevistador se dispensou de quaisquer referências ao nome festejado e ilustre do comandante da 4ª Região Militar. O General transcreveu em suas **Memórias**:

*Relativamente à atitude do Exército no momento atual da política nacional, a minha opinião é assaz conhecida, pelas palavras que ultimamente pronunciei em Belo Horizonte e nas quais reafirmo as ideias que venho predicando, há vários anos, sempre que partidos políticos procuram, em seus pleitos, interessar as Forças Armadas. E, não há muito, por ocasião da agitação em torno do nome do eminente brasileiro Ruy Barbosa, recusei ao Exército, como elemento de força, o direito de impor candidatos à sucessão presidencial. Assoalhava-se, então, como deve estar lembrado, que o Exército não desejava aquele grande patriota no Governo da República. Aplausos não escassearam de distintos concidadãos, alguns dos quais hoje indigitados como adeptos da intervenção das classes armadas nas contendas políticas, o que parece significar uma mudança operada ao sabor das circunstâncias do presente momento. Mantenho, entretanto, o meu ponto de vista, que, estou certo, é o mesmo dos sinceros amigos do Exército. Em que pese a alguém, continuarei a afirmar que o Exército não pode, não deve precipitar-se ao torvelinho das lutas partidárias, sobretudo porque é órgão da defesa da opinião nacional, legalmente expressa. E, hoje, mais que outrora, precisamos proclamar e firmar a salutar doutrina, porque vozes se empenham já, com objetivo político, na negativa de existência de disposições regulamentares, velhas como a Sé de Braga, cuja destruição acarretaria o desmoronamento da disciplina militar e diminuição da autoridade de comando de qualquer categoria. Tenho esperança em que o Exército não se deixará colher nas malhas da*

***politicagem. E quanto à moção votada pelo Clube Militar? A considereei fundamentalmente falsa, falsíssima, a carta desde que a li e comparei com outras do Dr. Arthur Bernardes, as quais tenho em meu poder, convicção que me avigorou pelo desmentido que ele opôs, formalmente. Não obstante pretenderem os fatos a demonstração em contrário, nesta angustiosa fase por que passa o País, creio na existência entre nós de homens de honra e de caráter. Bastava-me, pois, a palavra do Dr. Arthur Bernardes, negando a autoria da carta que de viva voz ouvi. Solicitações de providências para completa elucidação da verdade não lograram êxito, conforme afirmam os ilustres generais Barbosa Lima e Gomes de Castro. Evidentemente uma grande animosidade contra o acusado dominava a maioria do Militar na sessão de 12 de Novembro. A assembleia tornou-se tumultuária, daí a falta de serenidade nas suas deliberações, sendo constituído um Tribunal de Integridade moral indiscutível, mas com partidários da maioria, quando duas eram as correntes de opinião em foco. Por todas essas razões não posso aceitar o laudo da Comissão, que positivamente não representa a maioria do Exército, cujo número de oficiais orça por milhares, constituindo, além disso, em grande parte, a maioria deliberativa do Clube de camaradas que bem merecem a nossa mais alta veneração e carinho pelos serviços prestados à Pátria, mas que retirados da atividade militar, alguns por força da lei, outros espontaneamente, não podem encarnar o sentir do Exército. Penetrou já na consciência do Exército o sentimento do seu dever supremo de amparar a ordem constitucional e defesa externa, assim como a sua preparação, para desobrigar-se galhardamente de seus fins, forma hoje o objetivo exclusivo de suas ocupações quotidianas. A Nação pode confiar em suas Forças Armadas, que a apoiarão na realização dos seus grandes atos de existência.***

Pergunta do Entrevistador:

“- Impressiona admiravelmente, General, a atividade das forças de seu Comando da 4ª Região Militar”.

E prossegue o general:

***Posso afirmar, meu caro redator, que a atitude da tropa de minha região não obedece absolutamente a injunções do meu comando. Origina-se da compreensão da verdadeira atuação do Exército no seio da comunhão brasileira e da observação rigorosa dos nossos regulamentos. Não conheço, nem procurei saber a opinião individual dos meus camaradas sobre a atualidade política. Individualmente pensam e agem livremente. Não poderia ser de outro modo. Entretanto, asseguro que as tropas sob meu comando garantirão em qualquer emergência a ordem constitucional. Em entrevista ao Correio da Manhã já me havia manifestado, anos atrás, no mesmo teor, quando da candidatura Ruy Barbosa, na sucessão ao Conselheiro Rodrigues Alves. Seus adversários pretenderam a adesão do Exército, apoiando-se em conceitos, que lhe eram atribuídos, desfavoráveis às Forças Armadas, por ocasião de sua competição com o Marechal Hermes à Presidência da República. Era um atentado à verdade dos fatos. Uma mistificação de rabiscadores que, dissimulados sob o pseudônimo de um posto qualquer de oficial do Exército, procuravam incompatibilizar o Sr. Ruy Barbosa com o Exército. Condenei com desassombro esses embustes, manejos desprezíveis que, fermentando paixões no seio da classe, por outro lado excitavam prevenções do mundo civil com o militar. Este aceitaria aquele candidato que o «verdictum» da opinião nacional indicasse. Cessaram, então, as explorações. Se o preclaro brasileiro não ascendeu à mais elevada magistratura do País, deve-o à preferência da Nação pelo Sr. Epitácio Pessoa. Manifestando-me, portanto, da maneira por que o fiz ao redator de O Dia, mais uma vez revelando coerência com***

***o passado, indicara ao Exército a atitude mais digna e patriótica a assumir, entre o pleito em que se iam debater os partidários das duas candidaturas presidenciais. Se, como dizemos, era uma indicação do rumo a seguir pelo Exército em tão grave conjuntura, para as forças da Divisão do meu comando.***

### **O Gen Setembrino e a Revolução de 1922 - Atuação como Chefe do EME -**

O General Setembrino descreve que assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército dia 5 de julho de 1922 para a qual havia sido nomeado em 1º de julho, em substituição ao seu titular que falecera. E passa a descrever sua atuação:

***Em meio a uma desorientação geral, onde reinava a desordem, resolvo assumir uma atitude decisiva, à revelia do Comando da Região, sempre invisível. Envio um oficial. Capitão Oscar Lisboa, acompanhado do Capitão Evaristo Marques, de automóvel, em reconhecimento até Deodoro. Estabeleci o Posto de Comando no Gabinete do Comandante da 2ª Brigada de Infantaria, porque aí os telefones funcionavam regularmente. Ninguém entra, a não ser Generais e oficiais chamados para diferentes missões. Organiza-se, então, um destacamento, sob o Comando do General João de Deus Menna Barreto, com a missão de, na altura do Méier, opor-se à marcha dos revoltosos.***

**Nota do Cel Bento:** O General Setembrino, como coronel, havia sido Chefe de Gabinete do Ministro General João de Deus, que em 1924 pacificaria o Amazonas. Em 1930 integrou a Junta Provisória que transferiu o poder à Revolução de 30 e no ano seguinte foi Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro. Terminou sua carreira como Ministro do Superior Tribunal Militar.

***“Compunha-se o Destacamento de um Batalhão da Polícia Militar ao mando do Coronel Azevedo Costa, da 3ª Companhia de Metralhadoras, comandada pelo***

**Capitão Daltro Filho, do Esquadrão de Cavalaria, ao comando do Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo e de outras unidades que seriam designadas. Não se podia distrair muita tropa da sede do Governo. O General Menna Barreto embarcou imediatamente para o Méier. Em outro trem seguiu o Batalhão da Polícia. Eu mesmo vou à estação da Central providenciar o embarque para haver presteza. A Companhia de Metralhadoras segue pela estrada de rodagem. Manda-se ordem ao Esquadrão de Cavalaria para incorporar-se ao destacamento. O General Menna Barreto comunica, por telefone, que no Méier tudo tranquilo. Instalara seu posto de Comando. A situação continua obscura. Resolvo, então, esclarecer-me pessoalmente «in loco»: em trem especial sigo com destino à Vila Militar, uma escolta de 30 praças, mais ou menos, ao mando do Capitão Estevão Leitão de Carvalho, ajudante de ordens do Ministro da Guerra, me acompanha. Os Generais Crispim Ferreira e Neiva de Figueiredo, espontaneamente, bem como mais alguns oficiais, quiseram seguir-me! Desembarco no Méier. Conferencio com o General Menna Barreto. Oficiais em serviço de Reconhecimento para os lados da Vila não tinham ainda regressado. Continuo a viagem. De espaço se ouvem tiros de Artilharia (Forte de Copacabana). Encontro um trem, composto de uma máquina e um carro. Conduz o engenheiro Dr. Ismael de Sousa, chefe do tráfego da Central. Informa-me que em Deodoro, até onde fora. Nada havia de anormal. Sigo para a frente. Chego em Deodoro. O fogo de Artilharia prosseguia de espaço a espaço. Não se sabia a procedência. Desembarcamos. Era medida cautelosa. A escolta toma formação de aproximação do objetivo. Avançamos pelo eixo da estrada de ferro. Eu ocupava o centro. Os demais seguiam dispersos. Penetramos os terrenos da Vila Militar. Os corpos em seus quartéis com exceção dos que combatiam na frente os revoltosos. A Artilharia em ação pertencia ao 2º Regimento da arma e batia a**

***Escola Militar. Chego ao posto de comando do General Ribeiro da Costa. Logo após chegam dois alunos, enviados como parlamentares. Participavam que a Escola levantara bandeira branca. Pediam qualquer coisa em compensação, que não pude perceber. O General revelava certa indecisão. Não se o pode censurar, porque tinha um filho aluno. Intervi francamente, ordenando aos alunos que voltassem para dizer que só incondicionalmente se aceitava a rendição. Manda-se cessar o fogo de Artilharia, com o qual os artilheiros procuravam unicamente produzir efeito moral. A Artilharia da Escola já havia emudecido. Os alunos, na maior desordem, abandonam as posições e se recolhem ao estabelecimento. O Esquadrão de Cavalaria, cujo comandante era o Capitão Euclides Figueiredo, aí penetra, e prende o comandante Coronel Xavier de Brito. Em seguida é nomeado o Ten Cel Álvaro Mariante para, com um Batalhão de Infantaria, guarnecer o edifício da Escola, onde ficaram presos provisoriamente oficiais e alunos revoltados. Sufocada a revolta! Regresso à cidade. Ao chegar ao Quartel General encontro-o deserto. Os portões fechados. O Comando, com o Ministro da Guerra à frente, se havia trasladado para o quartel do Corpo de Bombeiros, situado do lado oposto da Praça da República. O Forte de Copacabana, com tiros perfeitamente calculados, eficazes, alvejara o Ministério da Guerra. Dois projéteis haviam atingido um lance do edifício, derrubando árvores e vitimando algumas praças, inclusive um ou dois sargentos. Dirijo-me para os Bombeiros. Encontro uma azáfama enorme. Providências para atacar aquela praça de guerra. Entendi-me com o Ministro. O Ministério da Marinha ordenara o bombardeio do Forte de Copacabana pela Esquadra. Era necessária uma ação combinada com o Exército. Os dois ataques, por mar e terra, deveriam ser, tanto quanto possível simultâneos. Entro em entendimento com o Estado-Maior da Armada, enviando o Major Sousa Reis como elemento de li-***

**gação a conferenciar com o Almirante. Este manda-me em seguida um oficial com esclarecimentos. Era preciso adotar sinais para o início do ataque. Eu, Major Sousa Reis e o oficial de Marinha, enviado, combinamos as convenções. Ao descer da sala em que trabalhamos, assisto infelizmente a um espetáculo contristador:**

**Era noite fechada. Uma Companhia de Infantaria, em formação de quadrado, entra no pátio do quartel dos Bombeiros. Dentro, a Escola Militar e vários oficiais. Faz alto. Os curiosos, em número considerável, inclusive praças de bombeiros e do Exército, cercam o quadrado. Os prisioneiros, visivelmente acabrunhados, em situação humilhante, de pé, ainda dentro do quadrado, aguardavam o destino que lhe deveriam dar. Que horrível humilhação! Passado algum tempo, e como não visse medida alguma do Comando da Região para terminar aquele espetáculo degradante da dignidade de oficiais do Exército, deliberei intervir. Ordenei que os curiosos se afastassem. Mandei pedir duas salas ao Comandante dos Bombeiros. Em uma fiz recolher o Coronel, em outra os demais presos. Exprobrei acremente ao Comandante da Região, com quem me encontrei casualmente no pátio, o procedimento para com oficiais que, embora delituosos, tinham direito a melhor tratamento. O Forte de Copacabana continuava com tiros espaçados. Para maior segurança, resolveu-se, ainda uma vez, mudar o centro de providências ou Posto de Comando para uma estação do Corpo de Bombeiros, sito no Largo dos Leões, em Botafogo (Humaitá). Aí, ficar-se-ia mais perto do teatro em que se desenrolaria o último ato do episódio histórico. À uma hora da noite, mais ou menos, para lá seguimos, sempre com o Ministro Calógeras à frente. Em um alojamento de praças pudemos repousar um pouco. Achava-me extraordinariamente fatigado. Não havia almoçado, nem jantado. Por ocasião de efetuar esta segunda mudança pude, então, ir em casa tomar uma pequena refeição. Veio o**

***dia. O couraçado São Paulo tinha tomado posição durante a noite as proximidades da Fortaleza de São João, fora da barra, um tanto coberto pela mesma Fortaleza. Às primeiras horas inicia o bombardeio, com eficácia. A guarnição do Forte se aterroriza. O Comandante, Capitão Euclides Fonseca, abandona-o sob pretexto de ir conferenciar com o Governo ou com uma determinada autoridade. Foi preso! O 3º Regimento de Infantaria aproxima-se da praça de guerra para secundar a ação do couraçado. Nesta conjuntura o Tenente Siqueira Campos, um dos revoltosos da guarnição, senão o verdadeiro chefe da revolta, chama ao aparelho telefônico da estação de bombeiros, onde estávamos, e o Ministro da Guerra. É atendido. O Ministro procura convencê-lo da inutilidade da resistência. Comunica-lhe que a Escola Militar se tinha rendido, que o Exército estava fiel ao Governo, etc. Siqueira Campos pede garantias de vida. Deseja que o Governo consinta em seu embarque em um navio que o leve ao estrangeiro. O Ministro Calógeras replica em tom amistoso de mais, revelando mesmo criminosa tolerância, que as vidas de todos estão garantidas. O oficial não se convence. O Ministro, já fatigado, cede o aparelho ao 1º Tenente Chaves, amigo particular de Siqueira Campos. Insiste para que se renda. Esclarece-lhe a situação: nada mais podem os revoltosos conseguir. Siqueira Campos não quer ser preso. Deseja ir embora. Chaves observa-lhe que não é possível, desenvolve considerações, falando com ardor, denotando interesse pelo amigo, e reafirmando as promessas de garantia de vida. Cessa o telefone. Algum tempo depois o Forte içava bandeira branca. As tropas estreitavam o cerco do lado de terra. Surgem então os 18 homens, para dar combate às forças legais. São os heróis de Copacabana! Irrisão! Terminou, assim, a revolta de 1922. Com estas ligeiras palavras sobre este episódio militar pretendemos apenas dizer da parte que nos coube, sem mesmo descer a pormenores.***

## O EXÉRCITO E A REVOLUÇÃO DE 1923 - RS

Comandava a 3ª RM/3ª DE o Gen Div Eurico de Andrade Neves, natural do Rio Pardo. Sua posição foi de absoluta neutralidade na luta entre governistas e revolucionários.

Coube à 3ª RM/3ª DE a proteção da infraestrutura e superestrutura das ferrovias, consideradas território neutro.

As organizações mais envolvidas no sentido de acompanhar a luta foram o 13º RCI, em Rio Pardo, e o 9º BC de Pelotas no acompanhamento das operações do Gen Revolucionário Zeca Netto, e a 2ª DC, em Alegrete, no acompanhamento das lutas entre Flores da Cunha e Osvaldo Aranha versus o Gen Honório Lemes e Batista Luzardo.

Getúlio Vargas comandou um Corpo de Provisórios em São Borja.

### Documentos

A 3ª RM/3ª DE baixou, em 4 de março de 1923, instruções aos comandos subordinados, visando a prevenir as depredações contínuas que estavam sofrendo as ferrovias, particularmente, na área da 2ª DC, em torno de Alegrete.

As depredações deram origem às seguintes instruções para proteger as ferrovias consideradas território neutro:

*“1 – As guarnições das pontes, estações e via permanente, não devem permitir que integrantes das forças em luta, ou não, danifiquem o material da ferrovia (edifícios, telégrafos, telefone, carros, caixas d’água, linhas, etc.), na medida do possível.*

*2 – As tropas da 3ª RM/3ª DE deverão **manter absoluta neutralidade** (o grifo é do autor), nas lutas travadas entre as facções políticas que se degladiam. Não permitirão de modo algum que sejam molestados os funcionários da ferrovia, quando estejam reparando as linhas ferroviárias que foram cortadas.*

*3 – As guarnições da 3ª RM/3ª DE das estações, pontes, obras d’arte em geral, deverão garantir o tráfego dos trens de passageiros e carga, evitarão o emprego de armas, só se forem assaltados.*

*4 – Quando houver combate entre governistas e revolucionários, próximo ou sobre a ferrovia, as tropas da 3ª RM/3ª DE deverão*

*aguardar o resultado do confronto, mantendo absoluta neutralidade. Acolherão os refugiados de qualquer uma das facções que lhes peçam garantias de vida, desarmando-os imediatamente e, garantidos, eles serão remetidos para quartéis da 3ª RM/3ª DE de onde só poderão sair desarmados para não mais se envolver na luta.*

*5 – A tropa da 3ª RM/3ª DE deverá respeitar as propriedades e os transeuntes, a pé ou a cavalo, que manifestem disposição pacífica dentro da **zona neutra que é a linha férrea e suas dependências** (o grifo é do autor).*

*6 – As tropas da 3ª RM/3ª DE manterão suas armas descarregadas e nem mesmo carregadas e travadas, e só as carregarão na iminência de luta. Uma vez terminada a luta, o comandante da força revisitará a tropa que deverá descarregar suas armas.*

*7 – Antes de fazer fogo, as tropas da 3ª RM/3ª DE deverão, salvo em caso de ataque surpresa, manter moderação bem evidente. Explicar, mesmo se possível, as funções das tropas da 3ª RM/3ª DE. Dará um tiro para o ar quando se aproxime alguém suspeito de depredar o material ferroviário. Caso não seja atendido, deverá agir com toda energia, fazendo fogo incontinente ao perceber a firme intenção de depredar a ferrovia e suas instalações.*

*8 – Estas instruções deverão ser observadas por todas as tropas da 3ª RM/3ª DE as quais sejam atribuídas a proteção de um trecho da via férrea.”*

Na Guerra Civil de 1893-95, a 3ª RM desenvolveu grande esforço para proteger o telégrafo e as ferrovias Rio Grande–Bagé e Porto Alegre–Uruguaiana. Para a sua proteção destinaram enormes contingentes de valor Divisão ou Brigada.

Elas seriam estratégicas e de vital importância para operações de Defesa Externa.

Não foi conseguido preservar naquela guerra civil a ponte rodoviária do rio Jacuí, a 40 Km de Cachoeira, iniciada por Caxias e essencial à articulação no Rio Grande, do seu norte com o sul, sem ter de enfrentar as travessias do Ibicuí e Jacuí. Isto era essencial para a defesa das fronteiras.

Ela foi inutilizada na Guerra Civil 1893-95 e a abordamos em artigo:

- Caxias e a ponte do passo geral do Jacuí. **A Defesa Nacional**, nº 752 Abr/Jun 1991, p. 146-147.

Para o fiel cumprimento destas normas citadas, o Gen Bda Eduardo Monteiro de Barros, comandante da 2ª DC, em Alegrete, baixou o seguinte documento.

**INSTRUÇÕES PARA O SERVIÇO DE GUARDA NOS TRENS DA V.F.R.G.S. PELAS FORÇAS DA ZONA DA FRONTEIRA E ESPECIALMENTE DA 2ª D.C. QG EM ALEGRETE**

*I – Ao Comandante da Guarda de um trem de carga compete:*

- a) Guardar atentamente o trem resistindo hábil e energicamente contra qualquer ato que embarace o tráfego e os serviços de carga e descarga;*
- b) Verificar pelos manifestos da V.F.R.G.S. se os carros contêm armas, munições, uniformes, barracas e equipamentos e, neste caso não guarnecer o trem;*
- c) Impedir que os trens guardados façam qualquer descarga fora das estações;*
- d) Tratando-se de vagões completos, verificar os lacres ou selos e comunicar às guardas nas estações de destino para que estas assistam a descarga e apreendam, si houver, o material de guerra indevidamente carregado;*
- e) Tratando-se de vagões incompletos, caso verifique carregamento ou descarregamento clandestino de material de guerra – tomar o número do carro, comunicar à guarda da estação para que ela faça a apreensão em caso de descarga, apreender o material no caso de carregamento e sempre dar parte escrita para que se possa apurar o responsável, encaminhando-a pelos trâmites legais;*
- f) Em caso de acidente, guardar o material e assegurar ao pessoal da Estrada a liberdade de ação necessária para o restabelecimento da circulação dos trens, só se retirando do local do acidente com o pessoal da Estrada que não tenha necessidade de ficar nesse local;*
- g) Participar em qualquer estação onde haja força da 3ª RM/3ª DE, de preferência nas mais próximas, qualquer ocorrência que tenha observado na linha, obras d’arte e nos destacamentos que as guarnecem.*

*II – Aos comandantes da guarda de um trem de passageiros compete exercer as atribuições dos comandantes das guardas dos trens de carga e mais a de auxiliar o policiamento interno do trem, quando houver qualquer ocorrência capaz de perturbar a marcha do trem ou produzir danos no material rodante, na via permanente ou no pessoal da estrada de Ferro.*

*III – Às praças da guarda de um trem de passageiros ou de carga compete auxiliar zelosamente o Comandante da guarda para o exato cumprimento das suas atribuições.*

*IV – Os trens que levarem carros especiais conduzindo forças não serão guarnecidos.*

(a) *Eduardo Monteiro de Barros  
General de Brigada”*

Em 2 de abril de 1923 o Ten Cel Estevão Taurino de Resende, comandante do 13º RCI em Rio Pardo, enviou ao comandante da 3ª RM/3ª DE a seguinte comunicação reservada, dando conta de operações do General Revolucionário Zeca Netto, em Encruzilhada e Canguçu, nas serras do Herval e dos Tapes, cenário das guerrilhas de Rafael Pinto Bandeira, 1774-78, contra o invasor castelhano:

***“Após ouvir em Rio Pardo o intendente de Encruzilhada colhi que força do Estado ao mando do Cel Francilizio Meireles do Corpo Provisório de Encruzilhada combateu na Coxilha do Fogo, em Canguçu, com a vanguarda de Zeca Netto, nada podendo colher do resultado do combate. Que Francilizio seguia para reunir-se força ao comando Cel. Juvêncio Lemos. As forças de Netto, segundo informes, acham-se bem montadas. Ocuparam Encruzilhada sem resistência, da qual se retiraram as autoridades locais.”***

Zeca Netto e Juvêncio Lemos eram filhos de Canguçu e tiveram um duro combate em Canguçu Velho, que estudamos bem como os seus perfis em: **Canguçu, reencontro com a História**. Porto Alegre: IEL, 1993.

Zeca Netto comandara uma Brigada Civil integrante da Divisão do Sul que libertou Bagé sob cerco federalista em 8 de janeiro de 1923. Juvêncio Lemos participara como soldado de Bernardino Motta da expedição contra o General honorário Joca Tavares, em julho de 1892. Depois participou da defesa de Bagé, tendo o seu pulmão atravessado por um tiro de fuzil. A seguir, fez carreira brilhante na Brigada Militar e foi intendente de Bagé.

Em 3 de novembro de 1923 o comandante do 9º BC em Pelotas Tenente Coronel Arthur Cantalice, passou os telegramas 492, 493 e 494 depois de o Gen Zeca Netto haver conquistado Pelotas por 12 horas, em 29 de outubro de 1923.

*“Telegrama 492 – Reservado. Comunica que autoridades policiais têm cometido arbitrariedades prendendo e espancando adversários. Afrontam inclusive reservistas de quem arrebatam e rasgam documentos, dizendo nada valer. Tem vindo ao quartel romaria de pessoas de todas as classes apelando minha autoridade, já tendo asilado várias pessoas.”*

*“Telegrama 493 – Urgente. Acabo reforçar as 22.00 horas a Guardas da Cruz Vermelha ameaçada de assalto por soldados provisórios, como revanche devido ao fracasso sofrido com entrada de revolucionários. Dei ordens terminantes de reação em defesa Hospital da Cruz Vermelha. Entendi-me com autoridades sobre o respeito devido à força federal.”*

*“Telegrama 494 – Urgente. Denuncio o espancamento em 2 Nov., por 4 soldados provisórios, de Joaquim Coimbra, almoxarife da Cia. Construtora, após penetrarem em seu quarto de hotel e lhe roubarem um revólver e 300 mil réis. Registro que pessoalmente procurei Delegado pedindo proceder Corpo de Delito que até a 14 horas de 3 não fora feito, mostrando-se autoridades policiais indiferença caso. Julgava indispensável ordens para dar garantias à população pelotense indefesa enquanto os soldados provisórios permanecerem em Pelotas.”*

Na área da 2ª DC, em Alegrete, as informações foram mais numerosas.

Em 21 de junho de 1923, o comandante da 2ª DC, Gen Eduardo

Monteiro Barros, assim participou o combate da ponte de Ibirapuitã:

*“Ofício nº 717 – Reservado de 21 junho 1923.  
Sr. Comandante da 3ª RM/3ª DE.*

*Completo agora as informações que vos prestei por telegrama, sobre o combate entre forças em luta neste Estado, havida nesta cidade de Alegrete.*

*O combate realizou-se na orla Leste desta cidade em torno da passagem por ponte sobre o rio Ibirapuitã.*

*As forças revolucionárias que a 18 à tarde deixaram esta cidade, ocuparam posição a cavaleiro da ponte.*

*As forças governistas entraram na cidade cerca de 10 horas do dia 19 tomando contato com os elementos mais atrasados da coluna Homório Lemos.*

*Eram aproximadamente 13 horas quando foi iniciado o combate. O fogo durou até as 17 horas, com intensidade variável.*

*Nas primeiras investidas sobre a ponte caíram feridos os chefes governistas Oswaldo Aranha e Guilherme Cunha que faleceu logo depois. (Guilherme era irmão de Flores da Cunha).*

*Entretanto, após renhido fogo, os governistas conseguiram passar a ponte.*

*Cessou então a resistência, iniciando os revolucionários a retirada. A princípio supôs-se ter sido empenhada na luta apenas a retaguarda revolucionária, verificando-se depois ter sido envolvido na luta a próprio grosso de Honório Lemos.*

*A retirada foi feita em desordem, em várias direções, sendo cortadas muitas cercas e que abriram caminhos campo afora.*

*Uma parte, cerca de 100, conseguiu passar o Arroio do Caverá, pela ponte Borges de Medeiros, retirando-se precipitadamente pela estrada de Santana. Outra parte retirou-se por Lageadinho (arroio) em direção a Rosário, sendo perseguida até **A. Chaves**.*

*Até agora foram contados cerca de 30 mortos por um oficial nosso mandato reconhecer o local do combate. Esse oficial viu mais uma sepultura em que se dizia terem sido enterrados 13 revolucionários, perto do arroio Caverá e haverem mais 5 próximo a Lageadinho.*

*Do lado governistas soube-se de 8 mortos, constando mais 5*

que não foi possível verificar.

O número de feridos é considerável havendo no nosso Hospital 7 revolucionários, e na Cruz Vermelha Alegretense 32 feridos governistas.

Não é possível constatar o número de feridos revolucionários porque muitos foram vistos carregados por outros sobre o cavalo e até na garupa.

Os governistas apreenderam ainda 10 viaturas, entre as quais oito de munição e bagagem e uma em que se achava o arquivo e uma ambulância.

Os revolucionários deixaram em poder dos governistas cerca de 800 cavalos, que em tanto avaliou nosso oficial. Foram mais constatados 100 cavalos mortos além de um número considerável de outros inutilizados.

Os revolucionários em sua retirada precipitada atravessaram o campo da internada do 2º G.A.C.C., levando por diante toda a cavalaria. Esta foi apreendida pelas forças governistas que está fazendo entrega dos mesmos. Presumo que nem todos os cavalos do grupo poderão ser reconquistados.

Saúde e Fraternidade.  
Edmundo Monteiro de Barros  
Gen. Bda.”

Em ofício nº 1045 – Reservado, de 4 de outubro de 1923, o comandante da 2ª DC informou o comandante da 3ª RM/3ª DE:

“Informa choque do 1º BI BM com a retaguarda de Honório Lemos no passo de Santa Catarina do Ibicuí, junto à Estação de Vacuquá, tendo Honório tomando o rumo norte. Do choque resultou um sargento morto e 4 feridos, sendo um grave. Que os revolucionários não conseguiram passar 500 cavalos. Que em 4 Out., o 1º BI BM citado seguiu para Itaqui. As forças de Honório Lemos tem um efetivo de cerca de 300 homens e é versão corrente que elas tem por objetivos as cidades de Itaqui, São Borja e São Luiz. Saúde e Fraternidade. Gen. Bda. Edmundo Monteiro de Barros”.

Em ofício nº 1078 – Reservado de 12 de outubro de 1923 a 2ª DC comunicou a 3ª RM/3ª DE:

*“Informo o choque na madrugada de 11 Out. 1923 entre 100 homens do 4º Corpo Provisório de Alegrete com 100 revolucionários. As forças do Estado apreenderam 200 cavalos, dos quais 16 ensilhados e mais ou menos 10.000 tiros de fuzis Mauser, Mannlicher e Remington e 12 armas. Segundo o comandante governista morreram 12 no local de combate. Para Alegrete vieram 4 prisioneiros entre eles o desertor da 3ª Cia. Adm. - Eugênio Saldanha que amanhã seguirá para Porto Alegre. Da munição apreendida 6.000 cartuchos são de Mauzer, fabricados na Fábrica do Realengo, tendo nos culotes DWM – 1912 e DWM – 1919. Acha-se em Alegrete desde o dia 9 o 2º BI da Brigada Militar”.*

Aqui cairia por terra a ideia de revolucionários mal armados!

Em 19 de novembro de 1923, em ofício nº 1161 – Reservado, o comandante da 2ª DC consultou o da 3ª RM/3ª DE para responder o seguinte rádio do comandante do 5º RCL (Uruguaiana), Ten Cel Viegas:

*“Seguir hoje trem sem escolta. Peço providência para que este trem seja revistado, devido a boato que ele conduz armamento e munição.”*

Vivia-se período de Armistício desde 7 de novembro de 1923, acertado entre as partes pelo Ministro da Guerra General Setembrino de Carvalho.

A Revolução de 23 projetou no cenário nacional, e depois até internacional, o governista Osvaldo Aranha, antigo comandante, aluno no Esquadrão de Cavalaria do Colégio Militar do Rio, e o revolucionário Batista Luzardo, médico. No cenário nacional e estadual projetou-se o General Honorário Flores da Cunha, que iniciou sua carreira como delegado do bairro da Saúde, no Rio, onde, no ano seguinte, se fortificaram e resistiram os revoltosos de 1904 da Revolta do Quebra Lampião (Projeção popular da Revolta da Vacina em 1904).

Segundo Arthur Ferreira Filho, ao estourar a Revolução, em

apoio a ela organizou-se no Rio uma “Junta Governista Revolucionária”, presidida pelo General Antônio Adolfo da Fonseca Menna Barreto, que combatera os federalistas na fronteira do Uruguai e depois na Divisão do Norte, em Santa Catarina, e que em 1912 foi Ministro da Guerra do Marechal Hermes da Fonseca.

Integrou esta Junta, segundo o autor citado, “Alfredo Varela, escritor, ex-castilhista e espírito, visceralmente turbulento”.

Varela fora o chefe do Estado-Maior do General Honorário Luiz Alves Pereira, comandante da 4ª Brigada Civil que penetrou em Bagé, após Joca Tavares haver deposto as armas. Mais tarde Varela seria alvo de tiros de um filho do então Ten Cel Hermes da Fonseca, por haver acusado seu pai de corrupção no comando da Polícia Militar do DF. No ano seguinte Alfredo Varela esteve ao lado do Gen Silvestre Travassos, do Cel e parlamentar Lauro Sodré no combate com forças do governo após terem revoltado a Escola Militar, movimento ao qual não aderiu o Coronel Hermes da Fonseca, que comandava a Escola Prática no Realengo.

Varela, castilhista de quatro costados no início e defensor da constituição positivista do estado, em 1907.

Em 1923 adotou a posição que criticou!

Conseguiu furtar-se à responsabilidade histórica junto com seu comandante da 4ª Divisão Civil, que entraram em Bagé para “quebrar o orgulho de Joca Tavares”.

Tem pago a conta que não devem o General Bernardo Vasques, comandante da 3ª RM, e os “coronéis” Maneco Pedroso e Bernardino Motta, que eram subordinados ao General Honorário Luiz Alves e a Alfredo Varela, de quem receberam as armas obsoletas Spencer para entrarem em Bagé. História é verdade e justiça!

### **Marechal Fernando Setembrino de Carvalho o Pacificador do Século XX**

O Marechal Setembrino, assim o classifico por haver pacificado as revoluções do Padre Cícero no Ceará em 1911, a do Contestado no Paraná, Santa Catarina em 1916 e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul e, de certa forma, a Revolução de 1924, no Paraná, ao nomear o General Cândido Mariano Rondon para esta missão pacificadora.

Foi de sua iniciativa, como Ministro da Guerra, consagrar em 25 de Agosto, data do Nascimento do Duque de Caxias, como o Dia do Soldado.

Abordamos a sua vida em nosso livro **A Revolta do Contestado (1912-1916) nas Memórias e ensinamentos militares de seu Pacificador**. Resende: IHTRGS/FAHIMTB, 2013, às p.37/58, nas quais, em Nota ao final, fizemos o seguinte Registro:

***Creio que decorridos 100 anos devem os profissionais militares, julgá-lo como um soldado que foi fiel à sua verdade e não por suas posições, a partir da Revolução de 1922, provocadas pelas Cartas Falsas, tomadas por muitos como verdade e que tantos prejuízos causaram a inocentes alunos da Escola Militar do Realengo, que dela foram desligados, dos quais privei com os generais Jonas de Moraes Correia Filho e Edmundo de Macedo Soares, hoje patronos das cadeiras 34 e 49 da FAHIMTB, que foram meus presidentes no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e meus confrades no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que tantos e notáveis serviços prestaram ao Brasil e à sua História.***

## **A REVOLUÇÃO DE 1924-25**

Em 5 de julho de 1924, dois anos decorridos da Revolução de 5 de julho de 1922, estourou a Revolução de 1924 em São Paulo, sob a liderança do filho de Dom Pedrito-RS, o Gen Izidoro Dias Lopes, que participara, como federalista, da invasão de Santa Catarina e Paraná, em 1893 e 1894, e que havia comandado uma força no combate de Cerro do Ouro em São Gabriel, em 20 de agosto de 1893, em apoio a Gumersindo Saraiva.

Oficial que prestou ao Cel. J. B. Magalhães em **Consolidação da República** (Rio: BIBLIEX, 1944) lúcida apreciação sobre a Guerra Civil (1893-95) e seus líderes.

Um dos líderes do movimento era o Capitão do Exército Joaquim Távora, inconformado com a capitulação do General Clodoaldo

da Fonseca, em 1922.

Era a gênese do movimento tenentista contra as oligarquias brasileiras. A Missão indígena de 1819-21 da Escola Militar, criação do rio-grandense Gen Bento Ribeiro, havia infundido aos seus alunos uma formação militar aprimorada, ao lado de uma visão realista dos problemas brasileiros. A realidade que encontraram na tropa e nas guarnições onde foram prestar serviços era chocante! Daí seus ideais de purificação de costumes.

As motivações da Revolução de 1922 e 1924 foram estudadas por um brasilianista na obra a seguir, que merece ser lida por basear-se em diversas fontes:

KEITH, Hermy Hunt. **Soldados salvadores – as revoltas militares brasileiras 1922-24, em perspectiva histórica**. Rio: BIBLIEX, 1989.

Revoltaram-se elementos do Exército e da Força Pública. Do Exército, os capitães Joaquim e Juarez Távora, tenentes Filinto Müller, Eduardo Gomes (sobrevivente dos 18 do Forte) e Orlando Ribeiro. E da PMSP, tenentes João Cabanas, Ari Fonseca Cruz e Miguel Costa, etc. Em 14 Jul morreu o Capitão Joaquim Távora num ataque à unidade da Força Pública. O Governo recebeu reforços de toda a ordem para a contraofensiva. Os revolucionários, após dominarem por algum tempo a situação, retiraram-se de São Paulo, terminando por estabelecer entre Catanduvás-SP e Guaíba uma linha de defesa onde resistiriam três meses.

## **A Revolução de 1924/25 na área do Rio Grande do Sul**

A Revolução de 1924-25 envolveu diretamente as seguintes unidades da 3ª RM/3ª DE, que se levantaram: o 1º BFv (Santo Ângelo), levantada pelo Capitão Eng Luiz Carlos Prestes; o 3º BE (Cachoeira) levantada pelo Capitão Eng Fernando Távora; o 2º GAC (Alegrete) foi levantado pelo Tenente João Alberto de Barros; o 2º RCI (São Borja) foi levantado pelo Tenente Anibal Benévolo; o 3º RCI (São Luiz Gonzaga) foi levantado pelo Tenente João Pedro Gay; e o 5º RCI (Uruguaiana), pelos tenentes Edgar Soares Dutra e Aimberé Cavalcanti, auxiliados pelo Capitão Juarez Távora e Tenente Siqueira Campos.

Os capitães Luiz Carlos Prestes e Fernando Távora assumiram o comando das unidades revoltadas mediante falsos telegramas da 3ª RM/3ª DE, ordenando-lhes que assumissem os comandos dos 1º BFv e 3º BE.

A revolução na área da 3ª RM/3ª DE irrompeu no 1º Batalhão Ferroviário em Santo Ângelo, sob a liderança do Capitão Luiz Carlos Prestes, natural de Porto Alegre.

O levante do 1º Batalhão Ferroviário em Santo Ângelo assim ocorreu, conforme **Revoluções no Brasil após a República**. Resende: AMAN, 1980:

*“Na noite de 28/29 Out. 1924 um grupo de civis prendeu em sua casa o comandante do 1º BFv. Em telegrama falso como se fora do Gen. Eurico Andrade Neves comandante da 3ª RM/3ª DE, era determinado que o Sub. Cmt. passasse o comando ao Cap. Carlos Prestes, o que foi feito, lançando este a seguir uma proclamação reafirmando ideais liberais.”*

E ele levou parte do Batalhão para a Revolução. Unidade que, como 2º BE, tivera destacada participação no combate à Guerra Civil 1893-95, como registramos.

A parte que não aderiu à Revolução ficou ao comando do Capitão Machado Lopes, que mais tarde comandaria, como Coronel, o 9º BE da FEB e o III Exército, atual CMS, no episódio da Legalidade, em 1961. O Batalhão Ferroviário, afetado pela Revolução só foi reorganizado em 15 de julho de 1925.

Em 16 de março de 1842, o II/8º RI instalou-se em Passo Fundo. Em 6 de fevereiro de 1825, o 5º RAM foi autorizado a ocupar o novo quartel em Santa Maria. Em 12 de outubro de 1825, houve compromisso solene de recrutas na 3ª RM/3ª DE.

Para fazer face à Revolução no RS, irrompida em Santo Ângelo, a 3ª RM/3ª DE mobilizou expressivos afetivos, forçando Luiz Carlos Prestes a marchar para o Norte e operar junção com os revolucionários de São Paulo formando a Coluna Miguel Costa /Prestes.

Os revoltosos de Uruguaiana uniram-se aos de Alegrete e, com apoio de um canhão atacaram os governistas e foram repelidos. E buscaram abrigo no corte do Inhanduí!

Os restantes revoltosos de Uruguaiana, reforçados por gente de Honório Lemos, formaram uma coluna.

Uma primeira coluna com cerca de 800 homens de Honório Lemos e 200 do 5º RCI (Uruguaiana) e sob a liderança de Juarez Távora, atuou sobre Alegrete. A 2ª coluna, com maioria de revolucionários civis, atuou sobre Itaquí ao comando de Siqueira Campos.

O General Firmino Borba, comandante da 2ª DC, futuro comandante interino da 3ª RM/3ª DE (31 Mai - 3 Out 1927), reagiu em Alegrete com remanescentes do 2º GAC e com o 2º Corpo Auxiliar da Brigada Militar. Repeliu de Alegrete a coluna Honório Lemos–Juarez Távora. Foi reforçado por tropas da 3ª RM/3ª DE, ao comando do Coronel Estevão Taurino de Resende, com elementos do 9º RCI (São Gabriel), 13º RCI (Rio Pardo), uma Bia Art e um Dst da Brigada Militar, composto do 1º RC, 2º Corpo Auxiliar e Corpo de Patriotas, tudo ao comando do Coronel da Brigada Militar Claudino Nunes Pereira.

E os dois destacamentos cerraram sobre Uruguaiana. O do Coronel Resende, por rodovia, e o do Coronel Claudino por ferrovia, tendo na vanguarda o Dr. Flores da Cunha, deputado federal recém-chegado ao Rio Grande e veterano de 1923.

Flores da Cunha surpreendeu a coluna Juarez Távora– Honório Lemos em 9 de novembro de 1924, em Guaçu-Boi, e a desorganizou, fazendo-a refluir para Uruguaiana e Quarai, onde se reorganizou em 12 de novembro com 800 homens.

João Alberto dirigiu-se para Uruguaiana.

Em 12 de novembro Juarez Távora e Honório Lemos atacaram a Coudelaria de Saicã e a submeteram a cerco.

Comandava-a o Capitão Pires Coelho. Socorro enviado de Rosário pela Brigada Militar foi batido. Em 14 de novembro a Coudelaria, com seus recursos, caiu em mãos revolucionárias.

Prosseguiu Prestes em seu avanço para Cacequí e, em 16 de novembro, neste local, cortaram-se as comunicações telegráficas com a fronteira e com a região central do Estado. Em seu percurso apoderaram-se de grande número de cavalos do Posto de Remonta em São Simão. Pressionados, marcharam na direção de São Gabriel, detendo-se em 17 de novembro no banhado Inhatium.

Em 20 de novembro, no Serro da Conceição, obtiveram vitória sobre forças enviadas em seu encalço de Livramento, tendo antes

cortado a ferrovia, próximo da Estação Santa Rita. Depois, elas tomaram rumo da Serra do Caverá. Juarez Távora, com parte da coluna, desligou-se da coluna de Honório Lemos e penetrou no Uruguai, por Quaraí. Honório Lemos rumou com sua coluna civil para Rosário. Operou como guerrilheiro até dezembro, fixando alguns efetivos deslocados para persegui-lo. As suas guerrilhas foram nas regiões Centro-Sul e Centro-Oeste do RS.

A pressão governista obrigou-o a emigrar para o Uruguai.

Uma coluna de Uruguaiana partiu sobre Itaqui, ao comando do Tenente Siqueira Campos. Osvaldo Aranha assumiu o comando da defesa da cidade com o 1º GAC, um Corpo Auxiliar da Brigada Militar e com reforços de Santiago.

Siqueira Campos foi reforçado por tropa enviada por Luiz Carlos Prestes, ao comando do Tenente Portela, revoltoso do 1º Batalhão Ferroviário e contingente de São Borja, ao comando do Tenente Aníbal Benévolo, que pereceu em ação tentando destravar uma metralhadora. Mais tarde resgatamos sua Fé-de-Ofício no Arquivo Histórico do Exército a pedido do historiador Fernando O'Donnell.

Osvaldo Aranha atacou os tenentes Siqueira Campos e Portela que, ameaçados de envolvimento, rumaram em direção à Uruguaiana. Sob pressão de Osvaldo Aranha, no norte, e do Cel Claudino Pereira no corte do Ibicuí, com suas passagens todas tomadas, os revolucionários dispersaram-se e lançaram-se no rio Uruguai, buscando proteção na ilha argentina de Japeju, onde foram acolhidos e desarmados.

Em 9 de novembro, dia da vitória governista em Guaçu-Boi, o 3º BE de Cachoeira aderiu à revolução ao comando do Capitão Fernando Távora, usando o ardil de um falso telegrama para que o comando lhe fosse passado.

Rumou em direção ao histórico Passo de São Lourenço. E, em sua perseguição, coluna do Coronel Eng José Armando R. de Paula do 3º BE, com uma tropa da Brigada Militar vinda de Santa Maria, e um Corpo Auxiliar em organização em Cachoeira.

Em Barro Vermelho, no Rio Pardo, cenário da vitória farrapa em 1838, o Capitão Fernando Távora foi batido após duro combate.

Retirou-se por Caçapava–Bagé–Aceguá, para o Uruguai.

Luiz Carlos Prestes dirigiu-se para São Luiz Gonzaga, onde o

3º RCI fora levantado pelo Ten João Pedro Gay, deixando Santo Ângelo ocupada. Esta, foi tomada por forças legais vindas de Ijuí e Santa Rosa.

Prestes fortificou-se em São Luiz com cerca de 1.200 homens. Em Santo Ângelo uma força legal manteve contato com ele.

Em São Luiz Gonzaga, em 18 de novembro de 1924, era o seguinte o dispositivo dos revolucionários liderados por Prestes:

- Na direção de Santiago – na região da ponte sobre o rio Piratini, 800 homens dos 2º RCI (São Borja) e 1º BFv (Santo Ângelo).

- Na costa do rio Piratini, em ambas as margens, 1.500 homens (3º RCI – São Luiz e revolucionários civis).

- Na direção de Ijuí, 500 homens, ocupando passagens do rio Ijuí e o passo do Guerreiro.

- Na direção de Cruz Alta – 200 homens nas passagens do Ijuzinho, na estrada do Cadeado, e vigiando a direção de Cruz Alta.

Em dezembro de 1924 o Cap Zubaran ocupou Santiago com 300 homens. Prestes decidiu investir contra Tupanciretã, concentração governista, ao comando do Coronel Francelino de Vasconcelos e com os seguintes elementos: 7º BC (Porto Alegre), 10º RI (Porto Alegre) e unidades da Brigada Militar.

O Cel Francelino, atacado, repeliu os revolucionários que retraíram para São Luiz, com força constituída por elementos do 3º RCI (São Luiz), 2º RCI (São Borja) e corpos revolucionários de São Borja e São Luiz.

De retorno a São Luiz, Prestes foi convocado pelo General Isidoro Dias Lopes, Comandante-em-Chefe das forças revolucionárias, para marchar para o norte e unir-se à Divisão de São Paulo para a conquista dos objetivos revolucionários. E ele decidiu partir para o Norte. As demais colunas haviam sido batidas e ele estava na emergência de ser batido totalmente pelas forças da 3ª RM/3ª DE, refeitas da surpresa inicial.

Forças da 3ª RM/3ª DE apertaram o cerco dos revolucionários em São Luiz Gonzaga, com destacamentos convergindo sobre São Luiz, nos eixos: Cruz Alta–Santo Ângelo; Tupanciretã–São Luiz; Santiago–São Luiz e São Borja–São Luiz.

A 27 de dezembro de 1924, os revolucionários da Divisão do Rio Grande iniciaram a grande marcha na direção Norte, com cerca

de 1.500 homens assim distribuídos:

- 1º Destacamento – comando do Tenente Portela Fagundes [com elementos do 1º BFv (Santo Ângelo) e civis].

- 2º Destacamento – comando do Tenente João Alberto, com elementos do 2º RCI (São Borja) e civis.

- 3º Destacamento – comando do Tenente Siqueira Campos com elementos do 3º RCI (São Luiz Gonzaga).

Em 1º de janeiro de 1925, a Divisão do Rio Grande atravessou o Ijuí fortemente guardado. O destacamento Siqueira Campos conseguiu abrir uma brecha pela qual passou toda a Divisão com a retaguarda coberta pelo Tenente João Alberto.

Em 3 de janeiro de 1925, o destacamento João Alberto enfrentou durante um dia de combate na Ramada o Destacamento governista do Cel Emílio Lúcio Esteves, filho de Taquara e futuro comandante da 3ª RM/3ª DE de 1936-37. A divisão do Rio Grande conseguiu passar e infletir sobre Campos Novos-RS, que atingiu em 5 de janeiro de 1925. Ela conseguiu ultrapassar lutando! Em 7 de janeiro de 1925 penetrou na Colônia Militar do Alto Uruguai. Daí, com grandes sacrifícios, atingiu a foz do rio das Antas, no rio Uruguai. Morreu em ação na travessia do rio Turvo o Tenente Portela, que fora o intendente do 1º BFv, dando origem ao nome do município de Ten Portela.

Na travessia dos rios Turvo, Guarita e Antas, a divisão do Rio Grande teve de abandonar os cavalos, o que provocou deserções de cerca de 200 homens.

Finalmente atingiu Barracão, SC. Aí abandonaram a coluna elementos do 3º RCI (São Luiz Gonzaga) sob a liderança do Tenente João Pedro Gay, descendente do padre do mesmo nome, que testemunhou e escreveu sobre a invasão de São Borja em 1865.

A divisão do Rio Grande ficou reduzida a 800 homens, dos quais 500 armados dispoendo de 10 fuzis-metralhadoras e cerca de 10.000 projéteis.

A esta altura a Revolução deixara a área da 3ª RM/3ª DE.

Prestes, ao atravessar o Alto Uruguai, teve em seu encalço o Destacamento Claudino Nunes pela margem do Peperi-Guaçu. Em Maria Preta, um Destacamento revolucionário comandado pelo Ten Osvaldo Cordeiro de Farias ofereceu vigorosa resistência. Este oficial era filho de Jaguarão. Mais tarde foi interventor federal do Rio

Grande do Sul, 1938-42, e comandaria a Artilharia Divisionária da FEB.

E forças do Rio Grande do Sul da área da 3ª RM perseguiram a Coluna Prestes fora de sua área.

No Paraná, o Gen Isidoro Dias Lopes, julgando nada mais se poder fazer no campo militar, asilou-se. Assim, o comando da vigorosa coluna de São Paulo e, a pouco expressiva em efetivo, a do Rio Grande do Sul, formou a Coluna Miguel Costa/Prestes. Coluna que passou à História por longo período com o nome do seu chefe de Estado-Maior, o Capitão Eng Luiz Carlos Prestes, ou Coluna Prestes, mas em realidade chefiada por Miguel Costa e, ainda, em realidade, Coluna Miguel Costa, conforme reconhecida por Prestes em presença de Miguel Costa em histórico programa de Televisão. História é Verdade e Justiça!!!

Em 16 de fevereiro de 1925, o comandante da 3ª RM/3ª DE, General Eurico de Andrade Neves convidou, através de emissário, o General Isidoro para um encontro com o deputado Dr. João Simplício, em local que julgasse conveniente, com vistas a uma possível pacificação.

Isidoro acedeu prontamente, e teve lugar o encontro em Posadas, Argentina, em 2 de março de 1925, dela participando o deputado Batista Luzardo, revolucionário de 1923.

O Dr. Simplício havia se entendido previamente com os presidentes do Brasil e do Estado e com o General Eurico. Em 4 de março de 1925, o General Isidoro e o Dr. Assis Brasil conferenciaram a respeito. Nestas negociações participou o Dr. Flores da Cunha.

E, com resultado, em 6 de março de 1925, foram firmadas por Isidoro e Dr. Simplício as bases para uma pacificação, em presença do Dr. Batista Luzardo.

Isto é o que se pode concluir da excelente obra de um ilustre filho do Rio Grande, que detalhou as operações militares desta revolução em:

FALCÃO, Oscar de Barros, Mal. **A Revolução de 5 de julho de 1924 – Operações Militares.** Rio: Imprensa do Exército, 1926.

Obra que contém a seguinte dedicatória:

*“À memória de todos que tombaram, no cumprimento do dever ou na conquista do ideal, a reverência do autor.”*

Isidoro Dias Lopes, pedritense, filho de um padre e que adotou o nome da família que o criou, foi estudado por:

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. P. Alegre: Sulina, 1968, v. 1, pp. 261-163.

Estuda-o igualmente o seguinte autor:

LOPEZ, José Antônio Dias. **Isidoro - um século de seu nascimento**. P. Alegre: Globo, 1965.

Ele formou-se pela Escola Militar de Porto Alegre. Era artilheiro e comandou o 1º RC (atual Dragões de Brasília). Comandou a 2ª RM. O Marechal Mascarenhas de Moraes tinha grande admiração por sua figura.

E o que realizou a Coluna Miguel Costa/Prestes assim sintetizou a **História do Exército Brasileiro**:

***“A coluna, durante dois anos percorreu 4.000 léguas e atuou em 13 estados. Foi combatida por todos os tipos de adversários: forças regulares, milícias estaduais, jagunços, assaltantes e cangaceiros... Visando seu objetivo político de não depor armas durante o governo de Arthur Bernardes, a coluna adotou o sistema de guerrilhas de significativos resultados, causando preocupações infundáveis e tonteiras às forças encarregadas de combatê-la. Só tomou a decisão de internar-se quando o presidente Washington Luiz tomou posse.”***

Ela teve na sua cúpula dois oficiais do Exército nascidos na área da 3ª RM – Luiz Carlos Prestes (Porto Alegre) e Cordeiro de Farias (Jaguarão).

A tática vigente foi a da “Guerra à gaúcha”, desenvolvida na área do Rio Grande do Sul desde a luta contra os espanhóis 1767-76, onde se destacou Rafael Pinto Bandeira.

A Coluna Miguel Costa/Prestes encerrou sua luta em 3 de fevereiro de 1927 ao internar-se na Bolívia. Siqueira Campos, herói dos 18 do Forte, internou-se no Paraguai.

Na Revolução de 1924-25 destacaram-se no campo militar os jovens Osvaldo Aranha e Flores da Cunha pelo lado governista. Do

lado revolucionário, Luiz Carlos Prestes, Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias e João Alberto. Em 1930, eles estarão juntos contra a República Velha com a chamada “Revolução de 1930”.

Foi a repressão violenta para com os revolucionários do Exército em 1922 que determinou a Revolução de 1924. Os revolucionários esperavam serem sentenciados de acordo com o artigo 107 do Código Penal, mais brando, e o foram pelo artigo 111. Segundo Juarez Távora:

***“Os oficiais envolvidos em 1922, mantiveram-se afastados pela política, confiantes no veredicto imparcial da justiça. Mas o desfecho do processo foi perverso. O Poder Judiciário esquecera o seu dever sagrado e com isso emulava os outros poderes políticos. A decisão judicial de submeter o julgamento dos oficiais acusados aos rigores do artigo 111 do Código Penal deveu-se à pressão exercida pelo presidente Arthur Bernardes.”***

Exemplo eloquente desta repressão foi a prisão do Tenente Odylio Denys, expoente do profissionalismo militar, na Ilha Grande, onde adoeceu gravemente, recuperando a saúde em Sanatório Militar em Itatiaia.

O Tenente Eng Edmundo Macedo Soares de lá conseguiu evadir-se. Foi para a Europa, onde estudou por sua conta o assunto siderurgia. Nos anos 40 ele seria o construtor da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, a mãe da industrialização brasileira. E casos de violência contra expoentes jovens do Exército se repetiram.

### **A revolta de 1924/25 em São Paulo**

Em São Paulo, centro politizado e em acelerado processo de urbanização e de industrialização e, contudo, ainda centro da cafeicultura e da política agrária tradicional, o tenentismo identificou ambiente para continuar a contestação armada ao imobilismo sócio político vigente. Confiou a chefia ostensiva ao prestigioso General Isidoro Dias Lopes, secundado pelo ativismo revolucionário do Major Miguel

Costa, influente especialmente na Força Pública do estado.

A 5 de julho, os revoltados dispararam os primeiros tiros e a 8 dominavam a cidade dentro da qual, contudo, ficaram circunscritos, sem haver obtido adesões do proletariado e sem conquistar a simpatia da classe média. Somando, no máximo, 3.500 combatentes, viram-se diante de 14.000 governistas apoiados por copiosa Artilharia.

À medida que estes canhões batiam indiscriminadamente a cidade, fazendo centenas e centenas de vítimas civis e causando danos vultosos, o alheamento inicial da população foi se tornando animosidade em relação aos revoltosos. Tal situação, somada à constatação da inviabilidade de vitória e ao perigo militar de envolvimento e asfixia, aconselharam o abandono da cidade, a luta no interior, e a criação de uma república de espírito tenentista em algum lugar do oeste brasileiro.

Partiram, em busca do Mato Grosso, porém a tomada de posição pró-governo da guarnição daquele estado fez com que os comboios revolucionários mudassem de ferrovia, atingindo Mato Grosso, porém ao sul. Depois de combates pouco felizes, tomaram outro rumo, ingressando no Paraná onde desenvolveram longa e dura campanha à espera dos revoltosos no Rio Grande do Sul em marcha para a junção, que se daria no oeste paranaense fazendo nascer a Coluna Miguel Costa/Prestes, que teve por comandante Miguel Costa, Major da Força Pública de São Paulo e o como chefe de seu Estado-Maior o Capitão do Exército Luiz Carlos Prestes.

## **A Revolta de 1924 na Amazônia**

Motivado pelo levante de São Paulo o Ten Alfredo Augusto Ribeiro Júnior promoveu revolta em Manaus, dirigida declaradamente contra a “Oligarquia do Rego Monteiro”. Vitorioso no golpe, instalou Conselho Governativo de militares e um governo de avanços que causaram estupefação: criou o Tributo da Redenção – pesados impostos sobre os abastados para socorrer os pobres, extinguiu casas de jogos, prendeu atacadistas de gêneros alimentícios, expropriou o matadouro – propriedade de capitalistas ingleses – entregando sua exploração à Comuna de Manaus.

Esse governo durou trinta dias. Tentou expandir-se pela Amazônia, havendo feito ligação com os revoltados do forte de Óbidos que

suportou o bombardeio e ataque por todas as forças que pôde reunir o comandante da Circunscrição Militar, João de Deus Menna Barreto. Tomou o forte a 20 de agosto e ocupou a militarmente abandonada Manaus.

### **A Revolta de 1924 no Rio Grande do Sul - detalhes -**

De 28 para 29 de outubro, o Capitão Luís Carlos Prestes obteve que se levantasse parte das guarnições de Uruguaiana e Santo Ângelo. Em São Borja, o trabalho de aliciamento e revolta foi desenvolvido pelo Tenente Siqueira Campos, Coronel da Brigada Militar João Francisco e Honório Lemes. Impossibilitados de sustentarem operações no Rio Grande do Sul rumaram para o oeste do Paraná visando operar junção com os revolucionários do Major Miguel Costa, saídos da capital de São Paulo e fixados entre Guaíra, Foz do Iguaçu, Santa Helena e Serra dos Medeiros.

Os gaúchos somavam aproximadamente 800 combatentes conduzidos por Prestes, pelos tenentes-coronéis João Alberto Lins e Barros, Antônio Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias, maiores Paulo Kruger, Manoel Alves de Lira e Capitão Ari Salgado Freire, entre outros.

### **A Revolta de 1924 em Sergipe**

No dia 12 de julho, o Capitão Eurípedes Esteves de Lima e os tenentes Augusto Mainard Gomes e Luís Freire, com apoio de sargentos, e em nome dos ideais tenentistas naquele momento defendidos em ferozes combates na capital de São Paulo, revoltaram o Batalhão de Caçadores de Aracaju. Instalaram governo que durou quase 20 dias e tomaram medidas militares de defesa, mas foram subjugados por tropas provenientes de Alagoas.

### **A Revolta de 1924 do couraçado São Paulo**

Vasta conspiração político-militar cogitou inflamar a capital da República mediante a insurreição de unidades combatentes, de forta-

lezas e da esquadra. A polícia liquidou a conspiração na véspera da sua eclosão. O couraçado São Paulo fez cumprir o tratado: revoltou-se e, levando consigo o Goiás, tentou sair à barra, de vez que o plano geral fracassara. O Goiás ficou e rendeu-se ao Minas Gerais. O São Paulo foi até Montevideú, onde entregou-se à autoridade local.

### **O assalto em 1925 ao Quartel do 3º RI na Praia Vermelha**

Foi episódio exemplo da exaltação tenentista, na sequência de levantes e motins que abalaram política e militarmente a década de 20, decênio para terminar com a participação dos “tenentes” na revolução liberal de 1930. Grupo revolucionário desfechou golpe-de-mão sobre o quartel, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Tentativa repelida ao fim de curto tiroteio, o qual provocou algumas baixas, sendo mais notável a do Tenente Jansen de Melo.

### **A Coluna Miguel Costa/Prestes 1925/27**

Em Benjamin, oeste do Paraná, depois de meses de marchas e lutas singularmente duras, encontraram-se as duas colunas a de São Paulo e do Rio Grande. A primeira, muito mais forte, sob chefia nominal do General Isidoro Dias Lopes, mas em realidade ao comando do Major Miguel Costa. A coluna chegada do sul, era conduzida pelo Capitão Luiz Carlos Prestes.

Em seguida à derrota sofrida em Catanduvas por forças legais ao comando do General Cândido Mariano Rondon, o General Isidoro entendeu chegada ao término a luta formal e liberou os diversos subchefes para que tomassem decisão coerente com seus propósitos e com a situação militar.

Entendimentos e dissensões levaram alguns dos revolucionários gaúchos e paulistas à emigração. Outros, no máximo 1.200, de ambas as origens, fundiram-se numa Coluna sob o comando superior do Major Miguel Costa, tendo como chefe do Estado-Maior o Capitão Luís Carlos Prestes, decidiram continuar a luta contra o regime e contra o presidente Artur Bernardes, onde fosse possível e a todo custo.

Diz a História do Exército Brasileiro:

***“...assumiria Miguel Costa a chefia da coluna... À***

*frente do seu estado-maior, Prestes – aquele que lhe daria o nome...”. Pressionados por volumosas forças governamentais, não havendo como romper tal cerco, os tenentistas enviaram na direção de Foz do Iguaçu tropa de despistamento chefiada por Deusdedt Loiola e, partindo dos portos Mendes e Artaza (27/28 de abril de 1925) saltaram no porto paraguaio de Adela. Cruzaram 26 léguas de território guarani, reentrando (30 de abril de 1925) no Brasil pelo Porto Lindo sobre o Rio Iguatemi. Começaram marcha de quase 25 mil quilômetros, combatida incessantemente por forças regulares, policiais, jagunços, cangaceiros e políticos civis, sem nunca haver sofrido derrota significativa. A Coluna Miguel Costa/Prestes percorreu e lutou em Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Goiás e Mato Grosso, indo e vindo. Concluído o período presidencial de Artur Bernardes, assumindo Washington Luís, que acenava com anistia e reformas, a Coluna considerou cumprida sua tarefa e penetrou na Bolívia (3 Fev 1927), levando 600 homens, metade, aproximadamente, do efetivo inicial. Deixado à retaguarda, para desviar a perseguição, o destacamento Siqueira Campos proporcionou a este a oportunidade para realizar o que foi tido por “epopeia dentro da epopeia”. Siqueira traçou circunferência de mais de 1.500 quilômetros de raio em Mato Grosso e Minas Gerais, na velocidade média de 20 léguas por dia, cobrindo 9.000 quilômetros em cinco meses. Ignorando que o grosso da Coluna passara a fronteira boliviana, continuou a evoluir, atraindo tropas do governo, combatendo-as como se estivesse dando proteção à Coluna principal dos revolucionários. Sobre a Coluna, Hélio Silva (1926 - A Grande Marcha) escreveu: “não representa apenas um feito militar extraordinário, classificado pelo Pentágono como um dos mais expressivos da guerra de guerrilhas da História Contemporânea. Seu*

***valor maior reside, justamente, nas consequências político-sociais que se desenrolaram de forma admirável, após a sua caminhada vitoriosa”.***

## **A REVOLTA NO RIO GRANDE DO SUL - 1926/27**

De formação complexa quanto a seus elementos, mas de nítida sintonia com o ideário e a agitação nacional tenentista, recebeu o suporte do Partido Libertador e orientação e prestígio militar do General Isidoro Dias Lopes.

A prometida anistia aos revoltosos de 1922/25 não foi cumprida por Arthur Bernardes. A posse de Washington Luís em 1926 criou algum otimismo. Em pouco tempo, entretanto, o meio político percebeu que a anistia não seria concedida por Washington Luís.

Estrategicamente, esta revolta contava fazer com que fosse destinada ao RS parte da crescente força governamental que pressionava a Coluna Miguel Costa/Prestes então em marcha pelo Centro-Norte-Nordeste do país.

Em Santa Maria, na madrugada de 16 Nov 26, os irmãos (do EB) tenentes Nelson e Alcides Etchegoyen sublevaram o 5º RAM (atual 3º GACAP - Regimento Mallet). No dia seguinte, retiraram-se de Santa Maria e não foram perseguidos. O Cmt da 3ª RM, Gen Andrade Neves mandou organizar um Destacamento para combater os revoltosos. Após vencerem as tropas legais no Seival, no dia de Natal os revoltosos foram vencidos pelo Ten Cel Emílio Lúcio Esteves na Serra de Santa Bárbara e se internaram no Uruguai (BENTO, Cláudio Moreira. História da 3ª RM. Porto Alegre: 3ª RM, 1995, 2ª Ed., p. 222).

Por outro lado, grupos de insurgentes, com a adesão de marinheiros do couraçado São Paulo (revoltado na Guanabara) novembro de 1924 e entregue às autoridades em Montevideú), invadiram o Rio Grande do Sul tendo entre os chefes operacionais os tenentes Newton Estillac Leal, Augusto Amaral Peixoto e Stênio Caio de Albuquerque Lima.

Estillac entrou por Santa Rosa em 24 de dezembro de 1926, à frente de uma tropa cuja retaguarda era comandada por Amaral Peixoto. A resistência encontrada era superior à capacidade dos revolucionários. A Brigada Militar, os legalistas do Exército e os “provisó-

rios”, comandados pelos caudilhos de Borges de Medeiros, detiveram os revoltosos na fronteira, obrigando-os a recuar. Estillac enfrentou José Antônio Flores da Cunha no Seival, onde foi preso, mas conseguiu evadir-se, retornando à Argentina (CPDOC/FGV).

Stênio Caio de Albuquerque Lima teve que emigrar para o Uruguai, onde se empenhou na administração de empresas e no comércio. Retornando ao Brasil, participou da Revolução de 1930.

Apesar do esforço despendido, em janeiro de 1927, o governo estadual pode garantir que dominava a situação (DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: IBRASA, 1996, p. 160/161).

As batalhas deste período foram, todas em 1926: São Gabriel, em 14 Nov; Santa Maria, em 16 Nov; Seival, em 27 Nov; São Joaquim, em 16 Dez; e Santa Bárbara, em 25 Dez.

### **O levante do Batalhão de Caçadores de Aracaju em 1926**

A inquietação tenentista difundida pelo país tinha em Aracaju líderes militares capazes e insistentes: o Capitão Eurípedes Esteves, os tenentes Augusto Mainard Gomes, João S. de Melo e Manuel de Mendonça. Em julho de 1924, com outros oficiais e sargentos, sublevaram a unidade, chegando a proclamar instalado, por vinte dias, um governo de inclinação tenentista. Vencida a revolta, não se deixaram prender. Em 1926 o mesmo Batalhão de Caçadores foi novamente amotinado, tentando repetir a façanha de dois anos antes, porém sendo vencido por completo ao fim de quatro horas de combate.

## **A REVOLUÇÃO DE 1930**

### **O levante da cidade de Princesa na Paraíba em 1930**

João Pessoa presidia a Paraíba e figurava na chapa liberal de Getúlio Vargas para as eleições do ano, disputando a vice-presidência da República. Internamente, não conseguira superar dificuldades no entendimento com a oposição. Esta passara a contar com a simpatia do governo central de Washington Luís à medida que Pessoa se envolvia na política federal.

Certas medidas forneceram argumentos para seus opositores enrijecerem posições: agravos fiscais; discriminação dos centros interioranos; comercial para favorecer o porto; listas de candidatos a cargos eletivos, privilegiando políticos da capital. Os opositores foram às armas liderados pelo “Coronel” José Pereira Lima, chefe da região de Princesa, cidade proclamada centro de um Estado Livre, cuja existência justificaria uma logo solicitada intervenção federal. Princesa armou 2.000 homens para enfrentar os aproximadamente 800 policiais e venceu a maior parte dos combates. Mobilizou grupos volantes para inquietar todo o estado e pulverizar o efetivo policial e os recursos de guerra do governo.

O assassinato de João Pessoa, ocorrido no Recife por razões pessoais, fez mudar a situação e, praticamente, cessar a luta. Em fins de outubro, vitoriosa a revolução nacional, as posições mudavam na Paraíba, passando o “Coronel” Pereira Lima à condição de foragido.

## **Antecedentes**

A inalterável fisionomia política vigente desde 1889 conseguira, ao longo dos anos 20, assimilar alguns agravos. Movimentos de protesto, de militares e civis, não abalaram a sistemática do Partido Republicano. A crise econômica mundial aberta em 1929 pela quebra da Bolsa de Nova York aprofundou a crise brasileira. O país evoluíra, sustentado pelo café, animado pelo surto industrial que se seguira à Primeira Guerra Mundial. Mas não o suficiente para atender aos reclamos gerais por mudanças rápidas e abrangentes.

Ao fim da década, o Brasil estava em grandes dificuldades, decorrentes do choque entre ideias liberalizantes e o rígido esquema do partido no poder; entre o capitalismo em organização e os reclamos trabalhistas expressados por greves e agitações de rua; e entre o industrialismo em ascensão e a arraigada estrutura agrária.

Mas o presidente Washington Luís entendeu necessária à saúde financeira do país, em momento de pânico econômico mundial, a continuidade de seu governo. Decidiu fazer seu sucessor alguém que o seguisse: Júlio Prestes, paulista.

Vitorioso na convenção, porém, viu firmar-se contra Júlio Prestes oposição como jamais houve na política republicana. Concentra-

da no Rio Grande do Sul e na Paraíba ganhara a adesão de Minas Gerais, estados agastados com a brusca interrupção da tradicional gangorra sucessória que, pelo calendário, indicaria um mineiro para a Presidência.

A oposição fez campanha eleitoral com a disposição de não reconhecer a derrota. Esta significaria apelo às armas. Tal propósito recebeu o substancial reforço ideológico e técnico-profissional dos tenentistas desiludidos quanto a obter reformas para o país e anistia para os implicados em vários golpes e revoltas desde 1922.

As eleições deram vitória ao governo. A oposição articulou o levante. O assassinato de João Pessoa, candidato a vice na chapa vencida, ainda que por razões pessoais, habilmente explorado e denunciado como crime governamental, empolgara a nação.

A 3 de outubro, o país explodiu. Norte e Nordeste rapidamente dominados, avultando a atividade de Juarez Távora. Salvo focos heroicos de resistência como em Porto Alegre, Belo Horizonte, Sousa-PB, todo o sistema militar do governo ruiu. A guerra esperada como a mais importante travada no continente, não aconteceu. Pois a 24 de outubro, Washington Luís foi retirado do poder, logo assumido por Junta Militar, a qual o transferiu a Getúlio Vargas, líder nacional da revolução.

O presidente Washington Luís assumiu a presidência em 15 de novembro de 1926. Recusou anistiar revolucionários!

Tentou quebrar o eixo do café-com-leite, querendo repetir mais uma vez o café na hora que era a do leite. Os mineiros procuraram apoio dos paraibanos e gaúchos e o obtiveram.

No Rio Grande do Sul preparava-se uma revolução armada. Os tenentes atuaram em todo o Brasil na conspiração, sob a liderança de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, antigo aluno da Escola do Rio Pardo, sargento do 10º RI (então 7º Batalhão de Caçadores), em Porto Alegre e comandante de um Corpo Provisório em São Borja, em 1923.

Getúlio ofereceu o comando a Luiz Carlos Prestes através de Siqueira Campos. Prestes recusou, sendo escolhido após, em agosto de 1930, o Ten Cel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, comandante do 3º RCI (São Luiz Gonzaga).

Prestes, no entanto, lançou um Manifesto Comunista, do qual

divergiram de modo radical cerca de 40 oficiais envolvidos nas revoluções de 1922 e 1924 e, entre eles, ligados à História da 3ª RM - Olympio Falconieri da Cunha, Filinto Müller, Nelson de Mello, Odylio Denis, Jaime de Almeida, etc. conforme menciona o hoje patrono de cadeira especial da FAHIMTB: DENYS, Odylio; Mal. **O Ciclo Revolucionário Brasileiro**. Rio: Nova Fronteira, 1980. Obra que resume sua trajetória com ligações com a 3ª RM e CMS e participação expressiva no 7º BC em 1937, na renúncia de Flores da Cunha.

Juarez Távora foi preso no Rio, em 11 de janeiro de 1930, como conspirador. Em 26 de fevereiro fugiu espetacularmente da fortaleza de Santa Cruz de onde, há mais de 95 anos antes se evadiram líderes farrapos, os coronéis Onofre Pires e Corte Real.

A conspiração tenentista prosperou. No Norte, Juarez Távora. Em São Paulo, Siqueira Campos, que morreu em acidente aéreo em viagem de retorno da Argentina, sendo substituído por Ricardo Hall, e em Minas, o Capitão Leopoldo Neri da Fonseca.

O assassinato de João Pessoa, na Paraíba, companheiro de Getúlio Vargas na chapa à Presidente da República, complicou o problema para o Governo Federal.

Segundo Rosalina C. Lisboa, traduzindo o pensamento dos revolucionários.

***“O verdadeiro animador dos revolucionários foi sem dúvida o presidente combatido Washington Luiz. A sua atuação reconciliou o irreconciliável e arou o caminho do curso final.”***

## **O Rio Grande do Sul de pé pelo Brasil**

Assim, no Rio Grande do Sul, aliaram-se para a Revolução antigos “maragatos e pica-paus e chimangos e assististas (de Assis Brasil) na cruzada. O Rio Grande de pé pelo Brasil”.

Estão na mesma trincheira Borges de Medeiros e Assis Brasil, Marechal Isidoro Dias Lopes, o Coronel da Brigada Militar João Francisco, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Batista Luzardo, “a reconciliação do que parecia irreconciliável” e acreditamos ter sido o ponto culminante da trajetória política do Rio Grande do Sul, a antiga “Estalagem do Império”, até a Revolução Farroupilha.

O General Gil de Almeida, comandante da 3ª RM, percebeu sinais de rebelião. Planejou concentrar sob seu comando, em Passo Fundo, apreciáveis forças, dominando a ferrovia estratégica de acesso ao restante do Brasil e mantendo em Rio Grande e Porto Alegre expressivos efetivos com apoio naval. Mas não foi apoiado pelo Escalão Superior, que não acreditou, segundo ele, na possibilidade de revolução.

Em setembro, mobilizou tropas do interior, em Caxias e Santa Maria. Trouxe para Porto Alegre o 8º BC (São Leopoldo) e o 9º BC (Caxias do Sul). Este seria um verdadeiro Cavalo de Tróia sob o comando do Cel Bordini. Nessa época, Osvaldo Aranha e o Ten Cel Góes Monteiro estavam com o dispositivo pronto e tiveram que adiá-lo, ao que parece.

A articulação revolucionária foi eficiente e preveniu choques sangrentos, como se verá!

A conspiração invadira de forma avassaladora os integrantes da 3ª RM, que aderiram maciçamente ou se mostraram simpáticos aos seus objetivos.

E por mais que se esforçasse em manter a situação da legalidade, o comandante da 3ª RM manteve-se fiel e sua missão em seu posto, até o fim!

De agosto a outubro a revolução foi reforçada com o apoio do Dr. Borges de Medeiros e do Ten Cel Góes Monteiro. A este, inteligência privilegiada em assuntos de Arte Militar, estaria afeta a parte militar da Revolução como chefe do Estado-Maior.

### **O ataque ao QG da 3ª RM**

A primeira ação militar da Revolução foi contra o QG da 3ª RM para prender e neutralizar o seu comandante. Foi escolhido como dia e hora do ataque o dia 3 Out 1930, às 17:25 horas, após o término do expediente, a partir do qual o QG disporia de pequena guarda.

Comandaram esta ação Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e o Cap BM Agenor Barcelos Feio. Antes, o QG e o Arsenal de Guerra haviam ficado na mira de metralhadoras revolucionárias colocadas em prédios vizinhos.

Inicialmente, 50 homens da Guarda Civil simularam uma pas-

sagem de rotina pelo portão do QG. Seguiu-se um grupo revolucionário que, depois de um tiroteio, atacou e dominou as sentinelas. Até hoje o velho QG conserva internamente as marcas dos tiros.

O Gen Gil recusou entregar-se! Getúlio Vargas enviou-lhe carta sobre a inutilidade da resistência. E o Gen Gil colocou como condição que Getúlio declarasse ser o líder da revolução. Finalmente, ele foi preso em seus aposentos junto com o Cel Firmo Freire, seu chefe do EM. No outro dia foi recolhido ao navio Comandante Ripper, onde se encontravam outros oficiais presos.

O sinal do início da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, foi dado em Porto Alegre, às 1730 de 3 Out com um foguete lançado no morro Menino Deus. E a sua primeira ação foi a prisão do comandante da 3ª RM, indefeso, após neutralizados possíveis apoios a ele pela conspiração bem urdida e conduzida.

Os 8º BC (vindo de São Leopoldo) e 9º BC (vindo de Pelotas), desde setembro, foram neutralizados por medidas tomadas pelo Cel Toledo Bordini, que não transmitiu a ordem de prontidão do comandante da 3ª RM e conseguiu distrair os oficiais do 8º BC com um almoço no Estande de Tiro. Um esquadrão de cavalaria e a guarda do QG renderam-se, surpreendidos com a falta de percussores das metralhadoras. O 9º BC (Pelotas) estava comprometido, bem como contingentes da Carta Geral.

Reagiu a 2ª Cia de Estabelecimentos, que cedeu face à forte pressão. O 7º BC da Praça do Portão, ao comando do Cel Benedito Marques da Silva Acauan, reagiu vigorosamente até a manhã do dia seguinte. Estava com o efetivo reduzido a 1/3 em razão de 200 deserções, e somente três metralhadoras dispunham dos percussores. A luta em Porto Alegre custou 19 mortos e uma centena de feridos, inclusive a morte do Ten Atho Franco na defesa do 7º BC.

Esta página encerra lições de História Militar aos profissionais das armas. Qualquer um que estivesse na situação do Gen Gil, seguramente cairia na mesma armadilha, face à avassaladora adesão à Revolução de 30, para cujo início o Gen Gil foi o maior obstáculo.

O Depósito de Munição do Menino Deus foi atacado e neutralizado pelo Ten João Alberto. A reação memorável esteve a cargo do 7º BC, que honrou as tradições dos 3º, 30º e 10º BI, de tão gloriosas tradições na segurança de Porto Alegre.

Maiores detalhes desse acontecimento, marco inicial da Revolução de 1930, são abordados entre outros pelas seguintes obras, relatando a atuação do episódio do Gen Gil, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Góes Monteiro e Leitão de Carvalho, etc.: DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO 1930-1983. Rio: Forense, 1984. 4 v. (Realizada por equipe do CPDOC - FGV, sob a coordenação de Israel Beloch e Alzira A. de Abreu).

Este CPDOC-FGV, no centenário da Revolução de 30, estudou-a com profundidade. O Gen Gil, após reformado em 1942, produziu a seguinte obra certamente rica em ensinamentos militares à reflexão: ALMEIDA, Gil de, Gen. Homens e fatos de uma revolução. Rio: Ed. Calvino Fº, 1943.

A antiga Revista do Globo, ano de 1931, editada pela Liv. Globo, em número especial, documentou, inclusive fotograficamente, o desenvolvimento da Revolução de 30 em Porto Alegre e no interior do Estado. Damos a seguir alguns detalhes como amostragem.

Em Santa Maria, o 1º RC da Brigada Militar, simulando uma revista de fardamento e armamento, às 15 horas, é municiado, ensarilha armas e é levado para o rancho. O comandante desta unidade escalou dois oficiais para prenderem o Gen Fernando Medeiros, do Exército, que se deslocava do seu QG para os Correios, na Praça Saldanha Marinho. E com auxílio do Delegado de Polícia os oficiais prenderam o general, a 2ª autoridade do Exército no RS, que ficou preso no 1º RCBM. O 7º RI solidarizou-se à noite com a Revolução, e seu comandante assumiu o comando da guarnição.

Na manhã seguinte, o 5º RAM e atual Regimento Mallet aderiram à Revolução. A Aviação do Exército, em Santa Maria, aderiu no primeiro momento. Isso é o que conta o Cel BM José Luiz Silveira em O Rio Grande pelo Brasil. Santa Maria: 1989.

Em Santana a Revolução, segundo Ivo Caggiani em sua História de Santana, v. 2, teve início às 17:45 de 3 Out. Foram presos os oficiais do Exército pelos revolucionários. O deputado Francisco Flores da Cunha comandou, no Hotel América (atual Edifício Vivaldino Maciel), a prisão do Cel Euclides de Oliveira Figueiredo (pai do futuro presidente João Figueiredo) ali hospedado e que, como comandante da 2ª DC (Alegrete), ali se encontrava em missão de inspeção militar. Houve reação à prisão. O Ten Newton Maciel dos Santos, AJO do Cel

Figueiredo, do 6º RCI (Alegrete), atirou no deputado Chico Flores. Houve um tiroteio em que o Ten Santos saiu gravemente ferido, bem como o cabo Mello, ordenança do Cel Figueiredo. O deputado Chico Flores foi ferido na perna, e morreu o civil Dorotéo Aguirre.

Encontravam-se com o Cel Figueiredo o comandante do 7º RCI (Santana), o comandante do 5º GAC (em organização em Santana) e mais um oficial do 7º RCI. O Cap Ribeiro da Costa defendeu o 7º RCI, sitiado por revolucionários. Uma Bia do 5º GAC fez cinco disparos contra o 7º RCI. Ribeiro da Costa só rendeu-se às 23 horas. Liderou a revolta do 5º GAC (1ª Bia) o Cap Stênio Lima, que se achava asilado no Uruguai. Os oficiais do Exército foram presos na Prefeitura. Cooperou neste movimento o Cel João Francisco Pereira de Souza, veterano de 1893.

Os comandos dos 7º RCI e 5º GAC passaram às mãos dos revolucionários capitães Stênio Albuquerque Lima e Ruy Zubaran, que desfilaram em 4 Out com todas as tropas do Exército da guarnição.

O Cel Euclides Figueiredo era um expoente da classe. Cur-sara Cavalaria na Alemanha em 1910-12, comandara o Piquete de Cavalaria no Contestado, o Curso de Cavalaria da Missão Indígena da Escola Militar, combatera a Revolução de 1922 na Escola Militar e assessorado o Gen Setembrino de Carvalho na Paz de Pedras Altas, em 1923. Seria um dos líderes militares da Revolução de 1932, em São Paulo.

Em Cruz Alta respondia pelo comando da 3ª Bda de Artilharia, guarnição e comando do 6º RAM o Cel João Baptista Mascarenhas de Moraes. Sob suas ordens estava o 1º/8º RI. A Revolução o colheu em cheio! O articulador do levante foi o Ten Nelson Etchegoyen. Mascarenhas de Moraes foi preso por sargentos em nome da Revolução, bem como todos os oficiais, e ameaçado de ser alvejado se falasse, conforme registrou em suas Memórias (Rio: BIBLIEx, 1982, 2v.). Ele foi enviado preso para Porto Alegre, a bordo do navio Comandante Ripper. O futuro, como profissional de escol que sempre foi, lhe reservou o comando vitorioso da Força Expedicionária Brasileira. Estudamo-lo em artigo que publicou nossa conferência no IHGB comemorativa do seu centenário, estando na mesa diretora dos trabalhos os generais Euclides e Diogo Figueiredo, filhos do então Cel Euclides Figueiredo: Mal Mascarenhas de Moraes. Rio: RIHGB. v. 344, Jul. 1985.

Em Passo Fundo, os revolucionários prenderam no quartel do RI que comandava, o Cel Estevão Leitão de Carvalho. Figura já expressiva de profissional, com curso no Exército Alemão, líder dos jovens turcos da Defesa Nacional e depois comandante assinalado da 3ª RM na época das memoráveis manobras de Saicã de 1940, onde estava, lado a lado, com o Presidente Getúlio Vargas e Gen Góes Monteiro, líderes da revolução que o prendera. Chefes que lhe confiaram, como profissional militar que era, a chefia da Missão Militar Mista Brasil-EUA na 2ª Guerra Mundial e que depôs sobre o episódio nos valiosos livros:

- Memórias de um soldado legalista. Rio: Imprensa Militar, 1961-4, 3v.
- Na Revolução de 30. Rio: 1933.

Em Santa Maria o quartel do 7º RI foi rendido. Em São Gabriel, segundo Osorio Santana Figueiredo, o Ten Cel Leopoldo D'Almada Rodrigues reagiu à bala, com sua escolta, à tentativa do revolucionário João Cavalheiro. Rendido pela evidência dos fatos, o Ten Cel Leopoldo considerou-se prisioneiro e passou o comando ao Maj José Pinto Barreto.

O 9º RCI, que aderiu em 4 Out, marchou para o Paraná em 10 Out. O 6º GAC era comandado pelo Ten Geraldo Da Camino e aderiu de pronto. Como Coronel ele comandaria um grupo na FEB.

## **A REVOLUÇÃO PAULISTA DE 1932 - OPERAÇÕES MILITARES -**

### **Antecedentes**

#### **1931 - SUBLEVAÇÃO DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO**

Em 1931, antecedendo a revolução do ano seguinte, o braço militar dos paulistas descontentes com o governo Vargas teve frustrado o seu levante.

Mesclando reivindicações específicas e vago descontentamento contra a política de Vargas o BC levantou-se, dominou parte da cidade, lutou e rendeu-se ante a aproximação do cruzador Bahia e de aviões navais de bombardeio.

## Introdução à Revolução de 1932

A Revolução teve início em 23 de maio de 1932, sendo interventor de São Paulo Pedro de Toledo, que viria a abraçar o movimento. O estopim foi o confronto ocorrido nesse dia, na Praça da República, entre membros da Legião Revolucionária Getulista, fundada por Miguel Costa, e populares contrários ao que a Legião defendia.

Nesse choque, onde foram usadas até armas de guerra, morreram os jovens paulistas Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo, que dariam origem a sigla MMDC que congregou os conspiradores revolucionários.

O levante teve lugar na noite de 9 de julho de 1932, unindo tropas da Força Pública de São Paulo, algumas unidades do Exército, e voluntários paulistas.

Assumi o comando da 2ª Região Militar, em São Paulo, o Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, na condição de revolucionário. Mais tarde viria, para o comando das operações, o general reformado do Exército Bertoldo Klinger.

O General Klinger era filho de Rio Grande (RS). Fora colega de Getúlio, na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo (RS). Cursara Artilharia no Exército Alemão (1910-12). Foi um dos idealizadores da revista **A Defesa Nacional**, em 1913, tendo exercido grande influência cultural e doutrinária no Exército até 1922, ano da vinda da Missão Militar Francesa. Foi o maior representante da influência militar alemã no Exército até esse ano. Atingiu o posto de general em 1931, sendo logo a seguir reformado. Foi consagrado pela FAHIMTB como patrono da sua federada AHIMTB SP, instalada em Sorocaba, sob a presidência do historiador Professor Adilson César.

Euclides Figueiredo, carioca, cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ). Fez o curso de Cavalaria no Exército Alemão, de 1910 a 1912. Era veterano do Contestado. Chefiou o Curso de Cavalaria da célebre Missão Indígena, da Escola do Realengo. Participou da pacificação da Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul. Foi contra a Revolução de 30. Comandou o atual Regimento de Dragões, de Brasília, cujos históricos uniformes foram adotados em seu comando. É pai do ex-presidente João Figueiredo. Foi um dos 13 idealizadores da revista **A Defesa Nacional**, junto com Klinger.

Dessa forma, na condução militar da revolução, os paulistas dispuseram de dois excelentes e renomados profissionais militares, dos mais dedicados e produtivos de que o Exército dispunha, integrantes do restrito e seleto grupo que passou à história como **Jovens Turcos**, constituído de tenentes que estudaram na Alemanha ou na Escola de Guerra em Porto Alegre. Como instrutores e escritores, através da histórica **A Defesa Nacional**, eles revolucionaram a instrução e os costumes do Exército. Paradoxalmente, porém, formados na Doutrina Militar alemã, tiveram que empregar a Força Pública de São Paulo treinada, desde 1909, por uma Missão Militar Francesa.

### **Forças em presença**

A Revolução de 1932 desenvolveu-se em seis frentes: Frentes Leste, ou do Vale do Paraíba; Frente Sul, ou Paranaense; Frente Mineira (menos Vale do Paraíba); Frente de Mato Grosso; Frente do Litoral (entre a Serra do Mar e o litoral norte de São Paulo) e a Frente do Rio Grande do Sul.

### **Frente Leste ou do Vale do Paraíba**

Foi a frente principal para os revolucionários. Suas tropas combateram entre as serras da Mantiqueira e do Mar, de Guaratinguetá para o norte, até a fronteira São Paulo – Rio. Eles atuaram ao longo da ferrovia e da antiga rodovia Rio - São Paulo, integrando a 2ª DIO – Divisão de Infantaria em Operações, ao comando do coronel Euclides Figueiredo.

A 2ª DIO possuiu cinco destacamentos, atuando em eixos diferentes:

- Destacamento Coronel Andrade. Foi o principal. Combateu ao longo da antiga rodovia Rio-São Paulo;
- Destacamento Major Agnelo. Combateu ao longo da ferrovia Rio-São Paulo. Os dois destacamentos, este e o anterior, combateram na direção do Rio de Janeiro, seu objetivo.
- Destacamento coronel Sampaio. Com posto de comando em Cruzeiro, atuou cobrindo o flanco esquerdo do Destacamento Agnelo, dominando a ferrovia Sul-Mineira, com postos avançados no maciço do

Túnel da Mantiqueira;

- Destacamento coronel Abílio Resende, com posto de comando em Piquete. Atuou ao longo da rodovia Piquete-Itajubá, na cobertura do flanco esquerdo do Major Agnelo e controlando a importante e estratégica Fábrica de Pólvora do Exército.

- Destacamento Veiga Abreu. Em Reserva.

Nessa frente autuou a principal força governista, uma Divisão de Infantaria da 1ª Região Militar, comandada pelo General Pedro Aurélio de Góis Monteiro tendo, como chefe de Estado-Maior, o Coronel Pantaleão Pessoa.

Ela cobriu todos os setores do Vale do Paraíba e os que para ele convergiam, quer no eixo Rio – São Paulo, quer no de Minas e, mesmo, do litoral, de Angra dos Reis e Parati.

O Posto de Comando governista foi instalado em Resende, inicialmente, e contou com o apoio de uma base aérea estabelecida na esplanada da atual AMAN. Os aviões, conhecidos por vermelhinhos, eram os Waco.

Essas tropas foram sendo reforçadas por tropas vindas do Norte, do Nordeste e do Sul. Elas contaram até com canhões navais montados em vagões ferroviários.

O general Góis Monteiro foi uma das mais brilhantes cabeças militares do Exército em todos os tempos. Foi estrategista militar e político de raros méritos, além de grande estudioso de Napoleão. Já havia atuado em São Paulo, como chefe de Estado-Maior de força que combateu, ali, a Revolução de 24, ao comando do então General Cândido Mariano Rondon. Como tenente-coronel comandante de Regimento de Cavalaria em São Luiz Gonzaga, foi guindado à liderança militar da Revolução de 30. É imensa sua projeção na construção do Exército a partir de 1930, ao lado do general Eurico Dutra, a principal dupla militar do Brasil republicano. Góis Monteiro tem sido muito estudado por brasilianistas, em função de sua importância.

## **Frente Sul ou Paranaense**

Nesta frente, também muito importante, houve dois setores para os revolucionários:

**Setor Baixo Parapanema.** Combateram ao longo da rodo-

via e invadiram o Paraná por Cambará, indo até Jaguariaíva, ao comando do intrépido e legendário Coronel PM Pedro Dias Campos, doublé de historiador e soldado competente, instruído pela Missão Militar Francesa, da qual foi assessor. Adquiriu grande experiência no combate à Coluna Miguel Costa/Prestes no Oeste, em 1924-26.

**Setor Itararé-Ribeira.** Ao comando do coronel Brasília Taborda, que enquadrou universitários paulistas de Engenharia, Medicina e Direito, no 14º Batalhão.

Os governistas atuaram em dois destacamentos, ao comando do general Castilhos Lima:

**Destacamento Central.** Na ferrovia Paraná – São Paulo, atuando sobre Itararé e Itapetininga, e que, desde o início, penetrou em São Paulo, facilitado pela retirada revolucionária da excelente posição defensiva na Barreira Itararé.

**Destacamento de Jacarezinho.** Integrado por gaúchos voluntários, ao comando do temível e experimentado Coronel da Brigada João Francisco, “a hiena do Cati”, que se celebrizou na vigilância da fronteira Brasil-Uruguaí e cuja tropa, em 1893, matou em combate o almirante Saldanha da Gama, em Campo Osório.

### **Frente Mineira (excluído o Vale do Paraíba)**

Os revolucionários exerceram fraca vigilância, com esparsos elementos da Força Pública e voluntários de São Paulo, no enorme arco balizado por Bragança Paulista-Campinas- Ribeirão Preto-Uberaba-São José do Rio Preto.

A força governista, constituída pelo destacamento coronel Manoel Rabelo, tinha a missão de isolar militarmente São Paulo de Mato Grosso, de possíveis reforços vindos via Santana do Parnaíba e Porto do Tabuado. O destacamento foi orientado sobre Ribeirão Preto.

### **Frente do Mato Grosso**

Os revolucionários mato-grossenses não conseguiram unir-se aos paulistas. As tentativas foram impedidas em Porto Murtinho e Coxim.

As forças governistas eram constituídas pelo destacamento do coronel Rabelo (com atuação também em Minas), de Foz do Iguaçu, na

direção de Ponta Porã e, sobre Campanário, o de Porto Murtinho, e o de Cuiabá, que alcançou Coxim, embora lançado sobre Campo Grande.

### **Frente do Litoral (entre a Serra do Mar e o Atlântico)**

Os revolucionários tinham, como missão, a defesa do porto de Santos, como o forte de Itaipu e a cidade de Santos, com o batalhão de Caçadores e duas companhias revolucionárias do Exército, e a defesa do flanco revolucionário, em Cunha, contra a ação de tropas, particularmente navais, lançadas a partir de Parati.

Os governistas tinham como missão o bloqueio de Santos, inclusive com apoio aéreo. O destacamento terrestre, em Parati, foi lançado na direção de Cunha, com predominância de fuzileiros navais.

### **Frente do Rio Grande do Sul**

Tropas da região da fronteira que foram levantadas sobre a liderança do Dr. Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul, mais com a finalidade de fixar tropas governistas que pudessem ser enviadas para combater São Paulo, do que para apoiar São Paulo, pois ficaram reduzidos a 450 combatentes e, no combate de Cerro Alegre, de 20 de setembro de 1932, numeraram 204.

### **As Operações Militares**

#### **Na Frente do Vale do Paraíba**

Os destacamentos Andrade e Agnelo progrediram na direção do Rio, respectivamente ao longo da antiga rodovia Rio-São Paulo, atingindo Formoso (Serro Frio), em São José do Barreiro (SP), e ao longo da ferrovia Rio- São Paulo, atingindo Salto, na fronteira Rio-São Paulo.

Ao tentarem progredir no Estado do Rio, foram barrados por governistas, em Clube dos Duzentos, sobre a rodovia, e em Engenheiro Passos, que o Major Agnelo manteve até o final de julho, dominando a rodovia que hoje dá acesso ao circuito das águas.

Os governistas, com Posto de Comando na estação ferroviária

de Resende, desfecharam uma contra ofensiva, em agosto, que obrigou os revolucionários a se retirarem e se entrincheirarem em Queluz. Sobre o posto de comando do Destacamento Sampaio, em Cruzeiro, os governistas conduziram pesado bombardeio de Artilharia, do qual participou a aviação governista com base no atual Campo de Paradas da AMAN (Campo de Marte).

Canhões de Marinha montados em vagões ferroviários bombardearam fortemente a estação de Vila Queimada.

Em setembro, os revolucionários se retiraram de Queluz e ocuparam a linha de trincheiras Vila Queimada-Lavrinhas (ocupada em 2 de setembro). Na frente de Silveiras, os revolucionários, numa contra ofensiva, impuseram revés ao 19º Batalhão de Caçadores. O espaço na região de Silveiras foi disputadíssimo, com vitórias alternadas, até 12 de setembro (retirada para Jataí).

No setor do Túnel da Mantiqueira, em Cruzeiro, os revolucionários construíram uma linha de resistência balizada pelos picos da Gomeira, Cristal, Itaguaré e Gomeirinha, acima da boca do túnel voltada para Minas e nas escarpas. A posição começou a ser disputada em 16 de julho. E os combates prolongaram-se até 27, por 11 dias, até a perda da posição pelos revolucionários, após épica e memorável resistência.

Em 8 de setembro, os governistas atacaram fortemente o setor. Os revolucionários foram obrigados a deixar o setor do túnel, que caiu pela manobra governista que, de Resende, atacou Cruzeiro.

Em Cruzeiro comandou os revolucionários o Coronel Sampaio que, segundo consta, era da família do Brigadeiro Antônio de Sampaio, atual patrono da Infantaria do Exército e que teve atuação heroica na batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai. Combateu aí no setor do túnel, como médico da Polícia Militar de Minas, Juscelino Kubistchek que encontraria mais tarde sua morte em acidente automobilístico próximo ao local.

Na área de Piquete foi mantida, em mãos revolucionárias, a Fábrica de Piquete. No início de setembro os revolucionários ocupavam a seguinte linha avançada: Piquete-Túnel da Mantiqueira-Fazenda Boa Vista-Pinheiros-Lavrinhas-Jataí.

Em 11 de setembro os revolucionários deram início à retirada para Guaratinguetá, fato determinado pela perda de Cachoeira Paulista.

## **Na Frente Sul ou Paranaense**

Na frente Paranaense, na estação ferroviária de Buri, ambos os combatentes escreveram páginas épicas. Foi onde se verificaram os maiores choques. A criatividade revolucionária idealizou e tornou realidade um trem blindado tendo montado em plataforma um canhão 75 mm. Pressionados e em inferioridade numérica, os revolucionários executaram uma manobra retardadora, trocando espaço por tempo, em benefício da ação principal no Vale do Paraíba. A revolução do Rio Grande do Sul teve o mérito de provocar a retirada de tropas governistas desta frente, vindas do Rio Grande com o Coronel João Francisco, para irem combater o Dr. Borges de Medeiros, que se levantara em favor de São Paulo.

## **Na Frente Mineira**

Os revolucionários haviam se organizado em Bragança, Campinas, Mogi-Mirim, São José do Rio Pardo e Ribeirão Preto. Em 26 de agosto, foram obrigados, por falta de munição, artilharia e por inferioridade numérica, a se retirarem para a linha do rio Peixe. Em 30, se retiraram para Mogi-Mirim. Aí destacou-se o Capitão Romão Gomes que, recorrendo a guerra de guerrilha, conseguiu ganhar tempo nessa frente, onde inclusive, em Barretos, os revolucionários usaram minas nas estradas.

## **Na Frente de Mato Grosso**

Foi notável a luta pela posse de Porto Murtinho, essencial à Revolução para a exportação de café, uma vez que o porto de Santos estava sob bloqueio naval governista. Somente em 12 de setembro os governistas conseguiram controlá-lo e assim sepultar as últimas esperanças revolucionárias de apoio em recursos externos.

## **Na Frente do Litoral**

No setor de Santos não houve combates, somente divergências entre autoridades revolucionárias por questões hierárquicas. Re-

gistre-se, no Forte de Itaipu, um simulacro de canhão de costa com um toro de madeira como se fosse um canhão e que, como tal dizem, impôs respeito, da mesma forma que, em algumas frentes, as matracas que simulavam metralhadoras.

## **Na Frente do Rio Grande do Sul**

Os revolucionários em pequeno número, sob a liderança de Borges de Medeiros, conseguiram fixar tropas governistas, evitando que fossem usadas contra São Paulo e provocando, inclusive, a retirada da Frente Paranaense de valorosas tropas gaúchas para combater a Revolução no Sul. Borges de Medeiros, com um pugilo de revolucionários, se manteve em campo até próximo do término da Revolução em São Paulo, até ser vencido e aprisionado em Cerro Alegre, em Piratini, em 20 de setembro de 1932, 97 anos depois do início da Revolução Farroupilha em 20 de setembro de 1845. Mas cumpriu, num contexto estratégico, sua ação diversionária de alívio da frente revolucionária paulista, o que não foi ressaltado devidamente em São Paulo.

## **Aviação e Marinha**

A aviação governista do Exército e da Marinha não impediram a ação da aviação revolucionária. Os bombardeios foram inócuos. Os aviões serviram para reconhecimentos e para o lançamento de panfletos. Foi nessa época que, triste com o emprego dado à sua invenção, Santos Dumont, o pai da Aviação, suicidou.

A Marinha atuou com eficiência no bloqueio naval de Santos, e seus fuzileiros navais desembarcados em Parati atuando contra o flanco revolucionário na direção Parati-Cunha-Guaratinguetá, com muitos bons resultados e grande rendimento e proteção na manobra que forçou o Armistício.

## **A Pacificação**

Por volta de 14 de setembro já se começou a falar em Armistício, pelas seguintes razões, depois de dois meses de intensa e brava luta:

- Ser insustentável a situação econômica de São Paulo; falta de suprimentos e de munições, sendo que esta vinha sendo pouca e de má qualidade produzida por Matarazzo, numa emergência; e

- Abatimento moral do comando político da Revolução, que percebia toda a triste realidade na falta dos apoios prometidos, principalmente dos gaúchos, em razão de Flores da Cunha, seu interventor, haver apoiado o governo, e, finalmente, a inviabilidade de êxito militar da Revolução.

A linha Guaratinguetá foi bombardeada fortemente, em 20 de setembro, por aviões e Artilharia, no mesmo dia em que Borges de Medeiros era batido e preso em Cerro Alegre, Piratini.

Com a perda de Cunha para os fuzileiros navais e a perda do túnel, facilitando o livre acesso de governistas mineiros ao Vale do Paraíba, o anel governista foi se fechando em torno de Guaratinguetá, onde se concentraram as últimas esperanças revolucionárias. Em 27 de setembro, quando ia ser desfechada a ofensiva governista sobre Guará, telegrama do Catete insinua a negociação de uma trégua. Ela é aceita e o chefe do Estado-Maior governista, Coronel Pantaleão Pessoa, chefe e profissional de raros méritos, mas muito discreto, redigiu a **Convenção de Paz** em termos elevados e fraternos.

A Convenção de Paz, em seu artigo V, rezava, entre outras considerações, o

***“Reconhecimento da extraordinária persistência e bravura com que se bateram as tropas paulistas, de um modo geral. E, com esse reconhecimento, homenagear os nobres sentimentos daqueles revolucionários que, doravante, quisessem contribuir com a união dos brasileiros e trabalhar para a extinção das dissensões e ressentimentos políticos, restabelecimento da coesão e da Disciplina das Forças Armadas”.***

Aceitas as condições propostas todos os comandos governistas se empenhavam em limitar, ao mínimo, as apurações das responsabilidades pela Revolução, e na entrega dos oficiais e praças revolucionários prisioneiros.

A pacificação teve lugar em Aparecida, no posto de comando do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante governista.

O general Klinger enviou, até Cruzeiro, seus representantes que não concordaram com a Convenção. No entanto, os representantes da Força Pública de São Paulo a aceitaram, depois de reunião em separado com o Coronel Pantaleão Pessoa.

Houve discordâncias entre Klinger e Euclides Figueiredo. Este declarou-se disposto a prosseguir, mas em realidade, ao que parece, já não existiam condições operacionais e logísticas para tal.

E teve fim o confronto militar. Os paulistas, batidos militarmente, conseguiram uma vitória política: a promessa de constitucionalização do Brasil e a nomeação de Armando Sales para interventor.

São Paulo surpreendeu, nessa revolução, com a mobilização de homens e mulheres, recursos financeiros (campanha do ouro) e indústrias para o esforço de guerra em prazos considerados impossíveis. Improvisaram linhas de fabricação de armas, granadas, morteiros, máscaras contra gases, munição de artilharia, bombardas, veículos blindados, telefones capacetes, binóculos etc. Produziram material de saúde, alimentos enlatados, precursores das rações de campanha. Mobilizaram, até o 3º dia, 50.000 homens que foram organizados em 40 batalhões e que demonstraram grande vontade do combater, mas que careciam de instrução, armamento e chefes para enquadrá-los em quantidade necessária, para atuarem num quadro de guerra moderna, como foi o caso dessa Revolução.

Muito contribuiu no fortalecimento do moral dos revolucionários a pregação pelo rádio de Cezar Ladeira e o toque do dobrado Paris Belfort, que se tornou uma espécie de hino de guerra revolucionária e que, até hoje, causa arrepios nos veteranos paulistas.

As mulheres paulistas se mobilizaram e atuaram na mobilização industrial, confeccionando uniformes, numa amostragem do que aconteceria com a mulher americana na 2ª Guerra Mundial. As mulheres mobilizadas foram em número de 72.000. São Paulo emitiu bônus, dinheiro e selos.

### **Causas do insucesso militar**

Interpreto como principais causas do insucesso militar da Revolução de 32:

- Despreparo militar dos 50.000 voluntários recrutados para a

Revolução de 32;

- A falta de armamentos e equipamentos em quantidade e qualidade adequados para o combate e a pouca instrução de manejo dos existentes;

- A falta de oficiais e graduados profissionais das armas, para adaptar e adestrar, em tempo recorde, os numerosos voluntários;

- Plano eminentemente defensivo dos revolucionários, ao invés de ofensivo, o que não poderia ser de outra forma, dentro de suas possibilidades críticas de meios. Não podiam tirar partido dos Princípios de Guerra da Ofensiva, da Manobra e da Massa, como o fizeram da Segurança e da Economia de Meios. Foi um plano, com viabilidade de sucesso, caso tivessem recebido o apoio do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso e Minas;

- A ausência de ligações físicas com os revolucionários gaúchos, mineiros e mato-grossenses, o que os desestimulou;

- A improvisação na organização das grandes unidades, do comando, do apoio em administração e da mobilização, muito aquém do necessário;

- A carência de comunicações entre as frentes revolucionárias.

### **Causas do sucesso governista**

- Envolvimento militar rápido de São Paulo, por terra e mar, o que determinou o seu isolamento de possíveis apoios terrestres e navais vindos de Mato Grosso, Minas e Rio Grande do Sul, e mesmo do exterior;

- Obrigar os revolucionários a combaterem em três importantes frentes, a do Vale do Paraíba, a Mineira e a Paranaense, sem poderem apoiar o flanco esquerdo em Mato Grosso e Minas, fixar importantes efetivos governistas no Rio Grande do Sul e darem segurança à Retaguarda;

- Ação diplomática eficaz para prevenir reconhecimentos internacionais;

- Descentralização das operações, delegando aos subordinados a responsabilidade por elas.

- Adequado apoio logístico e rapidez na mobilização e transporte de tropas nortistas, nordestinas e sulistas para combater a revo-

lução de São Paulo.

- Atuação política eficaz junto aos governos do Rio Grande e Minas, no sentido de neutralizar os efeitos da revolução naqueles estados.

## Conclusão

A Revolução de 1932 foi o maior movimento armado interno no Brasil, com perdas em torno de 600 vidas humanas. Os combatentes de ambos os lados superaram as expectativas em valor, criatividade e elevação moral e espiritual.

Foi um episódio de ensinamentos militares que enriqueceram, de muito, o patrimônio cultural militar brasileiro, prestes a enfrentar uma luta com algumas semelhanças no Teatro do Mediterrâneo, com a Força Expedicionária Brasileira.

A FEB foi integrada por brasileiros paulistas do 6º RI, Regimento Ipiranga, o maior credor de duas glórias, em Castelnovo e em Forno, na captura de 25.000 alemães.

Em 1932, segundo Guilherme de Almeida, ***“marchou o soldado paulista, marcou o seu passo na História, deixou na terra uma pista, deixou um rastilho de glória”***.

Em 1932 foi a segunda vez que o corredor Rio - São Paulo, ligando essas duas megacidades, foi envolvido num conflito militar. O primeiro foi em 1842, com a revolução que estourou em 31 de maio em Lorena e se estendeu para Silveiras, Areais e Bananal e que só teve fim com o combate de Silveiras de 12 de julho. O movimento, de cujo combate o Barão de Caxias não participou, correu por conta da Polícia Militar do Rio, após a região abrangida por Guará, Lorena, Cunha, Queluz, Silveiras, Areais e Bananal ter sido anexada à Província do Rio de Janeiro, de 18 de junho a 29 de agosto. Trecho, aliás, que 90 anos após seria o centro de gravidade da Revolução de 1932, ao contrário da de 1842, em que o centro de gravidade se situou no triângulo São Paulo-Sorocaba-Campinas e o objetivo, ao invés do Rio de Janeiro, foi a conquista da cidade de São Paulo.

Enfim, são dois eventos guerreiros ocorridos no Vale do Paraíba ricos em ensinamentos para a segurança deste agora mega eixo, tão diferente dos anos 1842 e 1932.

## Qual a significação histórica da Revolução de 32

Os que a fizeram justificaram-na com a necessidade de fazer retornar o país à normalidade constitucional, tachando de absolutamente ditatorial, unipessoal e unívoco o governo dito Provisório instaurado pelos tenentistas e os liberais de 1930.

Os que a condenam dizem-na revanchista, destinada a restaurar no poder as oligarquias derrubadas em 1930. O General Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, em 1932 afirmou:

***“... o povo de São Paulo está sendo iludido e explorado pelas sereias da politicagem...”***

O Mal Cordeiro de Farias viu o movimento assim:

***“Não foi um encontro ideológico. Foi uma luta essencialmente política... O confronto era de natureza política e não ideológica entre o Brasil e São Paulo... não éramos inimigos mas adversários”.***

Juscelino Kubitschek, oficial médico atuante contra a revolução, viu-a mais tarde por ótica especial:

***“Foi uma daquelas causas pelas quais os homens podem viver com dignidade e morrer com grandeza”.***

O General Góis Monteiro, comandante governista na frente norte, preferiu ser incisivo em Ordem do Dia:

***“... obra demolidora de políticos facciosos, ambiciosos e inescrupulosos”.***

O historiador das revoluções republicanas brasileiras, pelo que representou de mobilização de forças, dedicação à causa comum, tenacidade e resistência”.

Mas Alzira Vargas, auxiliar do pai na tarefa de comandar a repressão, entendeu de outra maneira:

***“A Revolução constitucionalista não era nem uma nem outra coisa. Não era uma revolução. Era uma represália. Não era constitucionalista, pois apenas contribuiu para perturbar a constitucionalização do país”.***

Da solidariedade mantida entre o povo paulista dá notícias o General Klinger:

***“... os ricos entregam o seu ouro, com discrição britânica e bravura romana; as senhoras despojam-se de suas joias; os bispos entregam o ouro das igrejas e as suas próprias cruzes pastorais; os casais pobres levam à coleta suas alianças; os advogados, os médicos, os seus anéis...”***

No terreno militar cabe a referência encontrada na História do Exército Brasileiro:

“O nosso maior movimento armado. O valor e a capacidade do homem, do brasileiro em face da adversidade superaram todas as expectativas, não só no campo material, das improvisações e imaginação, mas, também, no campo da elevação moral e espiritual, diante da causa e motivação para a defesa das suas convicções”.

Seria obra da Frente Única, devendo irromper em vários estados. Mas somente cumpriram o combinado São Paulo e a parte sul de Mato Grosso, embora ocorressem pequenos levantes no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Minas Gerais e pronunciamentos no Amazonas e na Bahia. Em São Paulo uniram-se os dois partidos políticos - Republicano e Democrático - com adesão popular total, consagrada pela ida aos postos de alistamento de 38.000 voluntários e a oferta de 170.000 homens e mulheres para trabalhos auxiliares.

A mobilização das técnicas e da economia permitiram o repentino invento e fabrico de armas, munições, bombas, minas, tanques de guerra, trens blindados, morteiros, granadas, lança-chamas. Porém, tudo isso e um Exército à base de voluntários bisonhos estruturados ao redor de unidades do Exército e da Força Pública não bastaram para enfrentar o maior e mais poderoso complexo militar até ali mobilizado no país.

O bloqueio do litoral, principalmente do porto de Santos, impediu contato dos revolucionários com o exterior e frustrou as poucas tentativas de fornecimento bélico.

Iniciada a 9 de julho, a Revolução resistiu até 2 de outubro.

## A Intentona Comunista de 1935

Tratada historicamente como **Intentona Comunista**. (*Intentona/s.f.l. Pop. Plano insensato, intento insano. 2. Conluio de motim ou revolta. Do Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa*).

Em março, uma frente de socialistas, comunistas, tenentistas de esquerda e liberais organizaram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que se propunha a dar:

**“combate ao imperialismo anglo-americano e ao fascismo, pelas liberdades”.**

No Informe ao IV Congresso do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes afirmou:

**“nosso Partido tomou a iniciativa de organizar a Aliança Libertadora Nacional - frente única revolucionária anti-imperialista e antifeudal”.**

Eleito seu presidente de Honra, confirmou, em discurso (5 de julho de 1935):

**“Tomamos pelo único caminho que nos poderá realmente levar ao poder soviético e ao socialismo”.**

Diante de tudo isso, a 11 de julho, o governo dissolveu a ALN, outras organizações esquerdistas de apoio e passou a acossar o Partido Comunista Brasileiro (PCB)B, o qual – em segredo repartido com todos os interessados e assistido por conselheiros estrangeiros, preparava a Revolução Marxista de âmbito nacional.

Articulado para ser desenvolvido em pontos estratégicos diversos, o plano combinava tática insurrecional tenentista da década anterior, com assalto às sedes de governos e a técnica soviética da chegada ao poder à frente de massas adequadamente preparadas.

Antecipada (em 22 de novembro) no Rio Grande do Norte, a revolta implantou ali, por quatro dias, um governo comunista.

Vencido em Natal, o levante rompeu a 24 no Recife, tendo base no Batalhão de Caçadores e apoio na atividade de grupos de militantes civis. Foi debelada no dia seguinte.

Mesmo conhecendo tais fracassos, a direção nacional do PC ordenou as ações no Rio de Janeiro.

Projetada para vários locais, inclusive navios de guerra, aconteceu apenas (27 de novembro) no 3º Regimento de Infantaria na

Praia Vermelha e na Escola de Aviação, ambos os focos dominados em seis horas de luta. Houve rescaldos de que foi exemplo o ocorrido no posto indígena Catarina Paraguaçu, Bahia já em 1936.

## O LEVANTE INTEGRALISTA DE 1938

A 11 de maio de 1938, elementos da então extinta Ação Integralista Brasileira e militares a ela filiados, comandados por liberais antigetulistas, atacaram o Palácio Guanabara, residência do presidente da República, e ocuparam o edifício sede do Ministério da Marinha.

No palácio, dominada a guarda externa, os policiais do interior do palácio e membros da família Vargas resistiram até a chegada de tropa legalista.

No Ministério, a resistência dos revoltosos prontamente foi cercada e foi debelada ao amanhecer.

Sobre a origem e preparo do levante, escreveu Glauco Carneiro em **História das revoluções brasileiras**, v. 2, p. 437:

***“O movimento revolucionário de 11 de maio de 1938 originou-se de uma ampla conspiração de liberais, a que alguns “camisas verdes” só aderiram quando viram fechada a Ação Integralista Brasileira, em consequência do mesmo Estado Novo para cuja implantação eles haviam concordado”.***

Escreveu Plínio de Abreu Ramos em **Os partidos paulistas e o Estado Novo**, p. 208:

***“... do levante de 11 de maio de 1938, participaram todos os principais próceres da União Democrática Brasileira. Nas reuniões conspirativas com o chefe integralista, eram notadas as presenças do Otávio Mangabeira e Euclides Figueiredo, de emissários do ex-governador Flores da Cunha e de porta-vozes autorizados de Vicente Rao e Valdemar Ferreira”.***

O livro de Euclides Figueiredo, **Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932**, 3ª edição, p. 47, lembra

que Euclides

***“em 1938 aquiesceu juntamente com Armando de Salles Oliveira, Octávio Mangabeira e outros, em apoiar a tentativa de deposição de Getúlio Vargas, promovida por dissidentes do Integralismo e adversários democráticos do Estado Novo”.***

Os partidos políticos haviam sido dissolvidos por Vargas no dia 2 de dezembro de 1937.

## **O MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1955**

Na interinidade do presidente Carlos Luz ocorreu crise militar polarizada em torno do chamado “caso Mamede”. Durante a noite de 10 para 11 de novembro, tropas acionadas pelo ex-ministro da Guerra, General Henrique Duffles Teixeira Lott, ocuparam os pontos estratégicos da cidade.

Carlos Luz fora declarado, pelo Parlamento, impedido de ocupar a Presidência. Com 16 ministros e personalidades do governo foi para bordo do cruzador Tamandaré, projetando demandar Santos, subir a São Paulo e ali instalar a Presidência. À saída da barra, durante 22 minutos o navio foi alvejado pelos fortes Duque de Caxias e Copacabana, sem responder. Horas depois o barco retornava e Luz renunciaria.

## **1956 - O LEVANTE DE JACAREACANGA**

***“A oficialidade da Força Aérea Brasileira (FAB) contava com setores extremados, que à toda força se opunham aos dirigentes da nação empossados a 31 de janeiro de 1956, os quais, no seu entender, representavam a volta de tudo o que aparentemente fora expurgado a 24 de agosto de 1954”***

Assim resumiu Glauco Carneiro.

Desses oficiais, o Major Haroldo Coimbra Veloso e o Capitão José Lameirão, opositores do presidente Juscelino Kubitschek, ao

qual imputavam desmandos e inspiração getulista, ocuparam aviões e transportaram-se (11 de fevereiro de 1956) para a base aérea de Jacareacanga-PA. A base, criação do Major Veloso, era

***“clareira em forma de fita, aberta na selva, a algumas horas (a pé) da margem do Rio Tapajós e situada a 300 km de Manaus e 480 km de Cachimbo. Ali improvisou a resistência, armando batalhões de índios mundurucus e seringueiros”.***

Uma semana depois receberam a adesão do Major Paulo Victor da Silva, com um Douglas C-47, avião com o qual ocuparam Itaituba e Santarém, onde foram disparados os únicos tiros do levante. Em Jacareacanga, os índios fincaram estacas na pista para impedir o salto de páraquedas. A 29, aviões B-25 do governo fizeram voos rasantes que puseram em fuga os caboclos e os índios, ficando somente 12 deles. Veloso foi detido por uma patrulha. Paulo Victor e o Sargento João Gunther voaram no Douglas para Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Acabara-se o levante.

## **1959 - O LEVANTE DE ARAGARÇAS**

Anunciando o propósito de frustrar iminente revolta comunista, denunciando corrupção em altos escalões governamentais e exigindo a decretação do Estado de Sítio para combater tais males, militares da FAB liderados pelo Ten Cel João Paulo Moreira Burnier, proclamaram-se revoltados.

A 2 de dezembro, tripulando três aviões militares, um aparelho particular e outro comercial sequestrado em voo, posicionaram-se em Aragarças, GO. Sem receber adesões e na iminência de serem atacados por força governamental, deram por findo o protesto, dirigindo-se, com os mesmos aviões, para a Argentina e a Bolívia.

## **1963 - O LEVANTE DOS SARGENTOS**

Tendo por instigação imediata o fato de haver o Supremo Tribunal Federal negado elegibilidade aos sargentos das Forças Armadas, mas também reivindicando reformas e melhorias, numerosos gradua-

dos, particularmente da Aeronáutica, tomaram armas em 12 de setembro, na capital federal. No mesmo dia, com algumas baixas, foi dominado o levante.

## 1964 - A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

Ela teve lugar no contexto da Guerra Fria, entre os Estados Unidos e Rússia, envolvendo nações que partilhavam dos objetivos destas grandes nações as quais, com apoio das referidas nações líderes da Guerra Fria, lutavam para impedir que as nações de cada bloco se infiltrassem em suas áreas de influência.

E na América do Sul a infiltração comunista, muito atuante, provocou forte reação dos Estados Unidos, que passou a apoiar as nações, suas aliadas, para conter a forte ofensiva comunista em suas áreas de influência. E foi dentro deste contexto que no Brasil teve lugar a Contra-Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.

Segundo o filósofo espanhol João Ortega Y Gasset (1883-1955) definiu: “Eu sou eu e as minhas circunstâncias”, critério a ser usado pelos historiadores que julgarem os dois lados que se enfrentaram e a Luta Armada no Brasil. E numa Comissão da Verdade constituída de historiadores isentos, julgarem e apontarem os crimes e abusos praticados por ambos os contendores, como lição da História, “a mestra da vida, a mestras da mestras, a bússola segura para se entender o Presente, para em condições realistas se projetar a construção do Futuro, sem esquecer: Que em tempo de guerra a mentira é como terra”.

Sobre as circunstâncias atuais, em dezembro de 2015 a Ministra do Supremo Tribunal de Justiça Carmen Lúcia, assim a caracterizou, depois de decorridos 51 anos da Revolução de março de 1964,

***“Na história recente houve um momento em que a maioria de nós brasileiros acreditou no mote segundo o qual uma esperança tinha vencido o medo. Depois nos deparamos com a ação Penal 470 (O Mensalão) e descobrimos que o cinismo tinha vencido aquela esperança. Agora parece se constatar que o escárnio venceu o cinismo. O crime não vencera a Justiça. Aviso***

***aos navegantes dessas águas turvas da corrupção e das iniquidades: criminosos não passarão a navalha da desfaçatez e da confusão, entre impunidade e a corrupção. Não passarão sobre os juízes. Não passarão sobre a Constituição do Brasil". Juíza do STM, Carmen Lúcia.***

Com a renúncia de Jânio Quadros, o governo fora assumido pelo vice, João Belchior Marques Goulart, sob forte oposição de elementos das áreas política, militar e econômica.

Acenando com programa reformista, Goulart exacerbou aquela oposição. De modo especial, contrariou segmentos conservadores quando a 13 de março criou a SUPRA, órgão destinado a promover a Reforma Agrária. E encampou refinarias de petróleo pertencentes à iniciativa privada. A oposição, mobilizando-se contra o que afirmava ser o início da socialização comunista do país, promoveu em São Paulo e em grandes cidades gigantescas manifestações públicas.

Os apoiadores do Presidente João Goulart responderam concentrando-se na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, do que resultaram reivindicações não apenas funcionais mas também político-sociais, incluindo a exoneração do ministro da Marinha.

Detidos alguns manifestantes, em segunda reunião, no Sindicato dos Metalúrgicos (25 de março), os marinheiros exigiram a libertação dos camaradas presos e a referida exoneração.

O Presidente atendeu-os, provocando o estremecimento das estruturas militares, a Hierarquia e a Disciplina, fundamentos do Ordenamento Jurídico da Constituição de 1946. Conspiradores aceleraram entendimentos. Marcada a eclosão do movimento revolucionário para 2 de abril, foi ela antecipada pelo discurso pronunciado pelo presidente (30 de março) no Automóvel Clube. Dirigindo-se a sub-oficiais e sargentos da Polícia Militar, ele assegurou-lhes e à nação a continuidade da sua política.

A 31 de Março de 1964, os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes, da 4ª Região Militar e da Infantaria Divisionária da 4ª DI, em Minas Gerais, deflagraram a revolução, marchando sobre o Rio de Janeiro. Com a adesão do II Exército, (São Paulo) e de elevado número de guarnições e da Academia Militar das Agulhas

Negras - AMAN) não restou ao presidente João Goulart senão voar do Rio de Janeiro para Brasília e da capital federal para Porto Alegre, onde elementos fiéis cogitavam organizar resistência armada.

Frustrada tal possibilidade, o Presidente João Goulart passou-se para o Uruguai. Pela noite de 1/2 de abril, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência, nela empossando Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. A 11 de abril o Congresso elegeu presidente da República o General Humberto de Alencar Castelo Branco.

### **A Revolução de 31 de março de 1964: - A história que não se apaga, nem se reescreve -**

Segundo o Gen Bda Luiz Cesário da Silveira Filho, Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército.

***“A história da humanidade faz-se mediante etapas graduais que às vezes levam tempo para ser compreendidas. O corpo humano mobiliza suas defesas para combater os agentes externos que ameacem seu equilíbrio.***

***Também a democracia de nossos dias provém da progressividade dos fatos históricos e da luta da maioria dos brasileiros contra um totalitarismo materialista que tentou desestabilizar o universo nacional, antes e durante a Guerra Fria.***

***Às ruas vieram as famílias brasileiras. Conclamaram seus filhos, representantes armados, que pusessem termo às perspectivas sombrias de uma conjuntura de instabilidade política, de crise econômica e deterioração de valores culturais e religiosos. Que pusessem fim às tensões sociais exacerbadas, ao ambiente de desordem e insegurança nas cidades. Que afastassem os riscos de Luta Armada no campo, da subversão disseminada em sindicatos e entidades estudantis. Que acabassem com as sucessivas e ameaçadoras badernas ocultas por movimentos grevistas, tentativas de doutrinação ideológica, quebra da Hierarquia e da***

## ***Disciplina nas Forças Armadas.***

***Extinguir a insensatez e estabelecer condições favoráveis para o desenvolvimento do Brasil motivaram a eclosão da Revolução Democrática de 31 de março de 1964.***

***Mantivemo-nos ao lado da razão. Respondemos ao clamor predominante da sociedade brasileira.***

***Os efeitos da Revolução tiveram de estender-se no tempo como contraponto à subversão estabelecida por quem obedecia a uma pátria fora do Brasil e adotava uma bandeira diferente da nossa.***

***O Estado viu-se obrigado a empregar as Forças Armadas para defender-se, preservar as Instituições e apoiar o desenvolvimento que a Nação almejava. Tivemos a coragem moral de restaurar a Democracia apesar de submetidos ao desgaste de um prolongado e indesejável conflito interno. Nem sempre foi possível impedir a abertura de inevitáveis feridas. Na verdade, a duração e a intensidade das medidas tomadas visaram a contrapor-se ao destempero dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pegaram em armas. Queriam, a todo custo, um regime contrário à índole cristã e pacífica de nossa gente.***

***Apesar do ambiente conflituoso, os governos da Revolução ampliaram e modernizaram o parque industrial brasileiro. Aperfeiçoaram sistemas de energia, comunicações e transportes. Interiorizaram a prosperidade desenvolvendo regiões afastadas dos grandes centros. Ampliaram e democratizaram a educação e o ensino. Reduziram com medidas efetivas o analfabetismo. Conduziram o País ao respeitável grupo das grandes economias mundiais, como resultado da obtenção de altas taxas de crescimento econômico. Restauraram a normalidade democrática mediante um processo racional de engenharia política que culminou com a promulgação da Lei da Anistia - uma incontestável prova de reconciliação e desarmamento de espírito.***

***Permanecemos hoje unidos. Como sempre, militares e civis - sociedade brasileira. Juntos aprendemos com acertos e equívocos do passado. Estamos prontos para lidar com os cenários do próximo século. Pacientes, solidários e perseverantes, dedicamo-nos, no presente, à construção do futuro que legaremos às próximas gerações.***

***O tempo e a história, sábios, isentos e avessos a paixões, dizem que nada foi em vão. Fizemos a nossa parte com o mesmo espírito pacificador de Caxias, que, no século passado, evitou a fragmentação do território e promoveu a união de brasileiros separados por profundas divergências políticas. Do mesmo modo, pacificamos a Nação. Mais uma vez, exercitamos a conciliação e a reflexão. Missão cumprida! Continuamos dedicados à preparação de nossos quadros para bem cumprir a missão primordial que será sempre a defesa da Pátria.”***

## **1965-1974 - GUERRILHAS POLÍTICAS, URBANAS E RURAIS**

O regime de governo resultante da revolução de 1964 aboliu e reprimiu todo tipo de atuação de opositores, extintos os partidos, censurada a imprensa e os espetáculos, fechadas as organizações de classes, estudantis etc.

Silenciada, a oposição, especialmente a juventude, recorreu ao protesto violento, adotando métodos de guerrilha e terrorismo, então comuns a diferentes partes do mundo. Nas cidades, os contestadores usaram panfletagem, imprensa clandestina, mensagens murais, bombas, sequestros de diplomatas estrangeiros, assaltos a agências bancárias, estabelecimentos oficiais, casas de joias e de armas, morte de elementos tidos por ligados aos organismos da repressão.

Na área rural o sistema de guerrilha foi mais ambicioso. Teve início com sortida no sudoeste do Paraná, tentando alcançar o presidente Castelo Branco então em visita a Foz do Iguaçu. Tentativa (1967), do Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR, de esta-

belecer núcleo combatente na Serra do Caparaó, entre o ES e MG; ativação de uma “escola de guerrilha”, no Vale da Ribeira, SP; e abertura, por militantes do Partido Comunista do Brasil, de uma frente de luta (1972-1974), na região do Araguaia, GO, entre a Serra dos Carajás e o rio Tocantins.

Para o restabelecimento desta História existem disponíveis, para um julgamento sereno da História, as seguintes obras, entre outras, produzidas por militantes das citadas lutas:

USTRA, Carlos Alberto Brilhante, Cel. **A Verdade sufocada**. Brasília: Editora Ser, 2006.

AUGUSTO, Agnelo Del Nero, Gen, MACIEL, Lício, Cel et NASCIMENTO, José Conegundes, Ten. **Orvil**. São Paulo: Schoba, 2012.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Cel Ustra o heroico “Doutor Tibiriçá - O vigilante da Terra”. Disponível no site [www.averdadesufocada.com.br](http://www.averdadesufocada.com.br).



# POSFÁCIO



## A BRASIL LUTAS INTERNAS

Melhor lutar por algo, do que viver para nada.

*Winston Churchill*

Maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha  
de não ter lutado!

*Rui Barbosa*

Todo o homem luta com mais bravura pelos seus interesses  
do que pelos seus direitos.

*Napoleão Bonaparte*

(\*) *Adilson Cezar*

... considerações finais. Como encerrar aquilo que não tem término? O drama do homem, a sua luta cotidiana pela existência... cujo contexto total chamamos de História. Impossível atingir a totalidade, sabemos disso antes mesmo de iniciar o trabalho, que se realizado, sempre será incompleto. A História apresenta-se como sempre multifacetada e com perspectivas distorcidas concentrando-se mais em algumas partes e menos em outras.

De antemão, para que não pegue o leitor desprevenido, destacamos as evidências e informamos as diretrizes aqui seguidas. A composição dos textos coube ao Cel Cláudio Moreira Bento, que dos

historiadores militares contemporâneos possui obra de maior abrangência. Ninguém escreveu mais sobre a História Militar Pátria do que ele; e mais, incentivou e divulgou sua pesquisa e estudos. Parceiro destas obras e outras tantas iniciativas, o também competente historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Ambos em dobradinha passaram e repassaram a História Pátria, deixando-nos um apreciável legado, que cumprirá a nós outros completarmos as lacunas.

Por importante, cumpre destacar o papel da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil, (FAHIMTB) que atuando através de suas subordinadas as Academias de História Militar Terrestre do Brasil de Resende “Marechal Mário Travassos”; do Rio Grande do Sul “Gen Reinaldo Pereira da Câmara”; do Rio de Janeiro “Marechal João Baptista de Mattos”; do Distrito Federal “Marechal José Pessoa” e de São Paulo “Gen Bertholdo Klinger”, desempenham essa enorme tarefa de buscar nas fontes e revelar esses preciosos dados colhidos e verificados sob a ótica do compromisso da continuidade dos valores da gente da terra.

Mas desejo fazer uma homenagem, apesar de singela diante da grandeza do desempenho de um destes companheiros que se embrenharam sempre nessa faina não mercadológica, ao contrário apenas desgastante, mas recompensadora pelos seus próprios méritos: o saudoso amigo o magistral historiador Dr. Hernâni Donato. É neste personagem que saúdo a todos que se dedicam a esta nobre tarefa de compor estes textos da História Pátria, sejam estes civis ou militares, com a única finalidade de estimular o sentimento de pertencimento, da nossa autoestima e acendrado civismo. Para não ser desgastante acuso apenas dois exemplares das obras produzidas por Hernâni, que merecem de todos nós atenção especial: o “Dicionário das Batalhas Brasileiras” e “A Revolução de 32”.

Aproveito ainda para destacar a excepcionalidade da publicação deste livro, “Brasil lutas internas” neste ano de 2016, ano em que comemoramos o bicentenário de nascimento do “Pai da História do Brasil”, Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), pois foi graças a esse historiador que o “Ser Brasileiro” foi concebido na formação do Estado Imperial Brasileiro. Com o presente texto, de forma modesta, certamente auxiliamos a adaptação dessa contribuição agora de forma mais contemporânea.

Como todo o processo histórico, este dispõe de uma tendência

ou orientação. Neste caso ela é bem visível, pois busca uma História assentada na verdade (portanto ciência), mas voltada a uma utilização – isto é pragmática. O que se deseja é que ela permita através de seu estudo e submetida a uma análise crítica, extrair dela conhecimentos que levem à formação de uma doutrina (genuinamente brasileira) para utilização de nossas Forças Armadas, e estímulo para a sociedade em geral, na formação acima de tudo de homens de bem.

Esta doutrina, assim como a História, não é elemento fixo e definitivo, ao contrário encontra-se em constante mutação, transformação e renovação, o que torna obrigatório o sempre voltar às origens, para esses exames, através de novas óticas.

Os relatos dos diversos episódios das lutas internas, que existiram entre nós, servem como balizas para, despidos dos acidentes que lhes são característicos fiquem com a essência. A partir destes dados extraímos os elementos fundamentais para entendermos o caráter do povo – suas ações, reações, apatia, etc.

Ocasionalmente um ou outro movimento, pode não corresponder às linhas gerais obtidas, isso, entretanto, não revela equívocos na interpretação dos acontecimentos. Antes são aspectos específicos e com foco em um ou mais elementos básicos da ação humana.

Sem desejarmos entrar no mérito da questão, visto o levantamento feito pelos autores, mas apenas para exemplificarmos: lembramos que as Revoltas do Sal e dos Mascates, têm seu foco principal voltado à reação contra os impostos, ou seja, o sistema econômico opressivo da época. Cada uma dessas rebeliões revela detalhes importantíssimos para o conhecimento de como evoluímos em termos de sociedade e conseguimos nos tornar respeitáveis.

Na guerra dos Palmares, como dos Emboabas, uma das principais tramas é a ação do povo (mesmo sendo questionável neste caso o conceito de povo) – é a contra reação, que faz com que a interpretação das ações bélicas possa colaborar em fornecer dados especiais de como conter manifestações de massa. Torna-se importante a verificação da questão da resistência e transformam-se as imagens étnicas. Assim se concentrarmos nossa atenção a esses e outros detalhes, poderemos elaborar certas condutas com um percentual de maior certeza na ação e evitando assim, pelo menos em longa margem, a possibilidade de equívocos.

No período regencial é claramente exposta a fragilidade da unidade nacional. Não fossem ações enérgicas e a dispersão teria acontecido à semelhança de nossos outros irmãos latino-americanos. Mas em função dessa resistência, seguimos um caminho exótico no contexto americano, o de ser o único Império das Américas, visto que aquele que se instaurou no México foi efêmero.

Certamente se tivéssemos optado pelo regime Republicano naqueles idos, não teríamos conseguido manter a integridade territorial.

A revolução liberal de São Paulo de 1842 e a revolução constitucionalista de 1932 têm muito em comum em seu aspecto militar. Basta fazer um estudo comparativo de ambas, e descontadas as diferenças de época e proporções, vamos perceber a existência de um quadro idêntico de ações/decisões que precisavam, mas não formam tomadas, o que determinou o engessamento e posterior derrocada.

Somente ao leitor da História e aquele que sobre ela se debruça a pensar e repensar, pode extrair ensinamentos seguros para a continuidade dos elementos que se constituem em base para compreensão dos sentimentos populares e com eles identificar os caminhos mais apropriados para o futuro.

Não podemos importar conceitos e ou comportamentos, uma vez que o processo cultural será nesse caso sempre “alienígena” e haverá rejeições.

A discussão em cada período ou acontecimento é muito ampla e se apresenta sempre rica e inovadora, como por exemplo: a questão do bipartidarismo brasileiro durante o Império, que se divide em conservador e liberal. Um estudo mais profundo revela que nada mais semelhante a um conservador do que um liberal? Estas aparentes contradições nos levam a raciocínios que permitem entender o processo político de uma época quando a finalidade era voltada mais para a do exercício do controle social, dentre outras tantas implicações.

Estamos nestes finalmente apenas demonstrando que aqui não se encerra o repositório de conhecimentos, pois a cada item tratado, podemos acrescentar sempre mais e por isso trata-se neste caso apenas do “pontapé” inicial.

Para isso, os autores tiveram o cuidado de inserir uma relação de importantes trabalhos (sugestões bibliográficas) que exercem uma atração àqueles que com seriedade pretendem entender determinado

período histórico e nele executar suas pesquisas. Essas fontes que não são únicas, mas uma indicação e ou orientação. Aliás, é necessário alertar para verificar sempre para onde os estudos disponíveis apontam – são os mesmos elaborados com seriedade? Ou estão disponíveis para uma catequização ideológica? Antes mesmos de iniciarmos é importante verificar o que desejamos e se isto é compatível conosco.

Há todo um trabalho pessoal de complemento de pesquisa, análise, crítica e reflexão a ser feita pelo nosso leitor, se este estiver convencido de que entender a história é conhecer uma parte de si mesmo, enquanto integrante de uma determinada comunidade.

O livro todo é uma provocação, para que nos apaixonemos pelas temáticas e nos dediquemos a extrair dessa História elementos teóricos, capazes de orientar ações hodiernas e quem sabe com projetos de futuro, pois está alicerçada em elementos determinantes das características formadoras de nossa gente.

A tendência é clara e aponta na direção de obtermos um ou mais aspectos que possamos incorporar a um amplo estudo que nos permita formular uma Doutrina Militar genuína. É a História a serviço da sociedade que a constrói.

Em síntese, relata-se aqui a saga de um povo no afã de se constituir e se renovar sempre como Nação. A cada entrevero, desencontros, acertos, motivações diversas, constrói-se um capítulo a somar e a modelar a alma (aquilo que anima = alma) do cidadão brasileiro.

Não podemos pairar na superficialidade, devemos sim mergulhar no processo histórico cultural, para podermos ter a dimensão exata do pretérito e percepção das transformações, capazes de realizar no presente e com isso antever seus desdobramentos.

Assim poderemos prever acontecimentos benéficos e ou coibir avassaladoras violências.

Povo altaneiro é aquele para o qual o examinar cuidadosamente a História é absolutamente fundamental, pois amar a Pátria e sua gente é conhecer sua História.

(\*) *Professor,  
Acadêmico Benemérito da FAHIMTB e presidente da Academia de História  
Militar Terrestre do Brasil - São Paulo General Bertoldo Klinger e do  
Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba.*

## **Bibliografia de Lutas Internas depois do Contestado (1917)**

BENTO, Claudio Moreira. **Lutas Internas - República**. Resende: AHIMTB, 2002. Colaboração CAEM/ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Disponível em livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br):

- A Revolta dos Conservadores de Mato Grosso, 1916/1917, p. 145;
- A Revolução Sertaneja – BA 1919, p. 145;
- Sertões baianos em chamas, p. 145;
- O lendário Coronel Horácio Queiroz Mattos, p. 146;
- A política baiana pede apoio ao sertão, p. 146;
- Jagunço um guerreiro de fibra e combativo, p. 148.

WINZ, Antônio Pimentel. **Jonas Correia Filho e a Revolta de 1922 na Escola Militar**. RIHGB, 331: 213-229, abr/jun, 1981.

FRAGOSO, Augusto Tarso. **A Revolução de 1930 e a Junta do Rio de Janeiro**. RIHGB 232: 303-319, jul/set 1936.

– A Revolução de 1930, 211,5-L 1, abr/mai, 1951.

SENA, Davis Ribeiro de. **A Guerra das Caatingas**. RIHGB, 152(373): 954-1007, out/dez 1991.

– **Monte Santo: Lenda e Realidade no Sertão**, 155 (384): 601-621, jul/set 1994

BARROSO, Gustavo. **Pinheiro Machado na intimidade: evocações** RIHGB 211, 91-97, abr/jun 1951.

MAGALHÃES, João Batista. **Reflexões Sobre a História da República até 1945**. RIHGB 238:297-336, jan/ma 1958.

### **A Revolução de 1922**

\_\_\_\_\_. **Lutas Internas na República**. Resende: AHIMTB, 2002. Colaboração CAEM/ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor. Disponível em livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

- A Revolução de 1922, p. 149;
- Antecedentes, p. 149;
- A projeção do Marechal Hermes na modernização do Exército, p. 150;
- Os reflexos da 1ª Guerra Mundial no Exército, p. 151;
- A Revolução eclodiu na madrugada de 4/5 de Julho 1922, p. 151;
- A Revolta na Escola Militar de Resende;

- A Resistência dos 18 do Forte de Copacabana;
- A Revolução em Mato Grosso, p. 154.

\_\_\_\_\_. **A Revolta do Contestado 1918/1916, nas Memórias e nos Ensinamentos de seu Pacificador.** Resende: AHIMTB/ IHTRGS, 2013.

- O General Setembrino e sua opinião sobre as Cartas Falsas e sua atuação como Chefe do EME, ao sufocar no Rio de Janeiro a Revolta de 1922, p. 177;
- O General Setembrino estava convencido de que as cartas intrigando o Exército com o presidente da República eram falsas, p. 178;
- O Gen Setembrino e Revolução de 22 - atuação como Chefe do Estado-Maior, p. 184;

### **A Revolução de 23 no Rio Grande do Sul**

\_\_\_\_\_. **Brasil Lutas Internas.** Resende: AHIMTB, 2002. Colaboração CAEM/ECEME. Exemplar 1 – ECEME; Exemplar 2 – AHIMTB; Exemplar 3 – Autor.

- O Exército e a Revolução de 23 no RGS, p. 154;
- Honório Lemes, Perfil Militar, p. 160.
- \_\_\_\_\_. **História da 3ª RM 1889 – 1953.** Porto Alegre 3ª RM, 1995.
- A Revolução de 1923;
- Instruções para o serviço de guarda nos trens da Viação Férrea do Rio Grande do Sul pelas Forças da zona de Fronteira, especialmente da 2ª Divisão de Cavalaria – QG em Alegrete, p. 250.
- \_\_\_\_\_. **O MEMÓRIA** de 1º de março de 2013, Informativo da ACANDHIS. Recordando Canguçu e seus filhos combatentes no 90º aniversário da Revolução de 1823.
- A Revolução de 1823, p. 2;
- Estratégia Revolucionária, p. 2;
- Uma guerra de guerrilhas, de cavaleiros, de movimento e psicológica, p. 4;
- Canguçu e canguçuenses na Revolução de 23, p. 5;
- Chega a Revolução de 23 nas Serras do Sudeste, p. 7;
- Dificuldades logísticas para cumprir a missão da 3ª Divisão, p. 7;
- Plano do Cel Bda Militar Juvêncio para atacar a Coluna Zeca Netto em Canguçu, p. 8;
- Organização da Divisão Revolucionária de Zeca Netto, p. 9;
- Operações revolucionárias e legais em Canguçu vila e interior, p. 11;

- O combate do Passo do arroio Pantanoso em Canguçu em 20 de abril de 1923, p. 15;
- O combate da Coxilha de Fogo em Canguçu em 21 de abril de 1823, p. 15;
- O combate em Canguçu na Estância de Gabriel Borges em 7 de maio 1823, p. 15;
- O Combate da Coronilha em Canguçu, p. 16;
- O combate do Cerro Partido, p. 16;
- O Combate do Cerro Partido segundo o general Zeca Netto, p. 17;
- O Combate de Canguçu Velho (14 Ago 1923), p. 21/27.
- O Combate de Canguçu Velho nas Memórias do General Zeca Netto, p. 27;
- O combate de Canguçu Velho no livro do autor **Canguçu reencontro com a História**, p. 32/33.
- Recordando a Tomada de Pelotas pelo general Zeca Netto – Um ataque de surpresa a Pelotas, ao alvorecer, p. 33;
- Zeca Netto reedita em Pelotas ações de seu tio e ídolo General Antônio Neto, p. 34;
- A Conquista de Pelotas - um antigo sonho do General Zeca Netto, p. 35;
- Os efetivos em presença no assalto e na defesa de Pelotas, p. 36;
- Surge a oportunidade ideal para o ataque de Pelotas, p. 36;
- A marcha de 45 dias de aproximação para o ataque a Pelotas, p. 37;
- O desenvolvimento de ataque a Pelotas ao alvorecer, p. 40;
- O início efetivo do ataque a Pelotas, p. \_\_\_\_;
- A rendição dos defensores da Intendência e do 1º posto mas não os defensores da Sociedade Agrícola, p. 43;
- O capitão Orlando Cruz omitido em descrições do ataque a Pelotas, p. 44;
- Outros detalhes do ataque revolucionário, p. 45;
- A inesperada reação de um posto policial desconhecido, p. 48;
- Zeca Netto toma a Intendência (Prefeitura com lavratura de Ata) e nela hasteia a Bandeira Nacional, p. 48;
- A retirada revolucionária de Pelotas, p. 49;
- Os mortos e feridos e presos de Guerra tomadas em Pelotas, p. 50;
- Traços do perfil militar de Zeca Netto, p. 52;
- Veteranos canguçuenses de 1923, p. 44;
- O livro da Igreja Matriz de Canguçu e a Revolução de 1923, p. 55;
- Fontes consultadas, p. 60-63;
- General Zeca Netto – traços do seu perfil militar. **Revista do Clube**

**Militar** Jan/Fev 1984, p. 31/33 e no Jornal Tradição do MTG, nº 112, Mai 1993;

– Canguçu na História Militar nº: **Canguçu** 200 anos. Resende: ACANDHIS, 2000. P. 62/72;

### **A Revolução de 1922**

BENTO, Claudio Moreira. **A Revolta do Contestado 1918/1916, nas Memórias e nos Ensinamentos de seu Pacificador**. Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2013.

– O Gen Setembrino e sua opinião sobre as Cartas Falsas e sua atuação como Chefe do EME, ao sufocar no Rio de Janeiro a Revolta de 1922, p. 177;

– O Gen Setembrino estava convencido de que as cartas intrigando o Exército com o presidente da República eram falsas, p. 178;

– O Gen Setembrino e Revolução de 22 atuação como Chefe do Estado-Maior , p. 184;

CALMON, Pedro. Intransigência e Repressão - Os dezoito do Forte. In: História do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 7, p. 2175;

\_\_\_\_\_. Haja o que houver. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, 1959, vol. 6, p. 2169/2174.

\_\_\_\_\_. Intransigência e Repressão. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, 1959, vol. 6, p. 2175/2181.

### **A Revolução de 1923**

\_\_\_\_\_. A Rebelião no Sul (1923). In: História do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 7, p. 2177;

### **A Revolução 1924/1927**

\_\_\_\_\_. A Coluna Miguel Costa - Prestes. In: História do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 7, p. 2187;

### **A Revolução de 1930**

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1930. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 7, p. 2208;

### **A Revolução de 1932**

\_\_\_\_\_. O Movimento Constitucionalista - **A Revolução de 1932**. In:

**História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 7, p. 2224;

### **O Estado Novo 1937**

\_\_\_\_\_. O Estado Novo. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol 7, p. 2241;

CEZAR, Adilson. **MMDC: Orgulho dos Paulistas** - Sorocaba, Comissão Organizadora das Comemorações do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 32 da Delegacia de Ensino de Sorocaba; "Ciências e Letras", 1982, 78 p.: - Apresentação do Presidente da Comissão.

\_\_\_\_\_. Causas e consequências da Revolução Paulista de 1932, **Jornal Diário de Sorocaba**, Sorocaba, 06/06/1982, p. 15.

\_\_\_\_\_. Sorocaba: Terra de Tradições Libertárias. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**, Ano IV/Set./ 1982, Nº 04, Ed. Especial Comemorativa do 50º Ano da Revolução Constitucionalista de São Paulo, p. 56 a 64.

\_\_\_\_\_. **O FORNOVO**, periódico eletrônico do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/São Paulo General Bertholdo Klinger, nº 04 – ano I – setembro (2013) – A Revolução Constitucionalista de 1932 – p. 02 a 22.

BIAJONE, J. (Org.) **Diário de Campanha do Soldado Mário de Barros Messias**: voluntário itapetiningano do lendário Batalhão 14 de Julho. Disponível em: [mmdc.itapetininga.com.br/diariombmessias.pdf](http://mmdc.itapetininga.com.br/diariombmessias.pdf).

\_\_\_\_\_. et MELLO, A. F. de, NOGUEIRA, E. J., CAMPOS, D. **Itapetininga: heróis, feitos e instituições**. Itapetininga, SP: Gráfica Regional. 2012. Acesso em 9 jul 2015. 1924,1932, 2ª Guerra Mundial.

DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras – Dos conflitos com indígenas, as guerrilhas políticas urbanas e rurais**. São Paulo: IBRASA, 1986.

\_\_\_\_\_. 1918 – Levante dos Anarquistas – RJ p. 172

### **A Revolução de 1922**

\_\_\_\_\_. 1922 – Revolta do Forte de Copacabana ou dos 18 do Forte p.172/173

### **A Revolução de 1923 - RS**

\_\_\_\_\_. 1923 – Revolta dos Libertadores – RJ p.173/174

## **A Revolução de 1924/1925**

\_\_\_\_\_ 1924-1925 – Revolta de São Paulo ou dos Tenentes ou do general Izidoro p. 175

\_\_\_\_\_ 1924 – Revolta Tenentista na Amazônia p. 175

\_\_\_\_\_ 1924 – Revolta Tenentista no Sergipe p. 175/177

\_\_\_\_\_ 1924 – Revolta Tenentista do Couraçado – São Paulo p. 177

\_\_\_\_\_ 1925 – Assalto Tenentista ao quartel do III/R1 – Rio de Janeiro p. 177

\_\_\_\_\_ 1925/1927 – Coluna Miguel Costa Prestes e na Coluna Prestes p. 178/181

\_\_\_\_\_ 1926/1927 – Revolta no Rio Grande do Sul

\_\_\_\_\_ 1926 – Levante do Batalhão de caçadores de Aracajú p. 181

\_\_\_\_\_ 1927/1940 – Campanha contra o Cangaço, CE, PB, RGN, PE, AL E BA p. 181/182.

## **A Revolução de 30**

\_\_\_\_\_ 1930 – O Levante da Princesa – PB p. 182/183

\_\_\_\_\_ 1930 – Revolução Liberal de 1930 p. 183/184

\_\_\_\_\_ 1931 – Sublevação da Força Pública – SP p. 185

\_\_\_\_\_ 1931 – Sublevação do 21° BC – Recife – PE p. 185

## **A Revolução de 1938**

\_\_\_\_\_ 1932 – Revolução Constitucionalista – SP p. 185/189

## **A Interna Comunista**

\_\_\_\_\_ 1935 – O Levante Comunista p. 188

## **A Intentona Integralista**

\_\_\_\_\_ 1938 - Levante Integralista p. 189

\_\_\_\_\_ 1955 – Saída de Cruzadas Tamandaré – RJ p. 192

## **O levante de Jacareacanga 1955**

\_\_\_\_\_ 1956 – Levante do Jacareacanga – 192/193

## **O levante de Aragarças 1959**

\_\_\_\_\_ 1959 – Levante de Aragarças p. 193

## **A crise da renúncia de Jânio Quadros à Presidência 1961.**

### **Levante dos Sargentos – DF- 1963**

\_\_\_\_\_ 1963 - O Levante dos Sargentos – DFp.193

### **A contra Revolução de 1964**

\_\_\_\_\_ 1964 – Revolução de 31 de março p. 194

### **Guerrilhas Políticas Urbanas e Rurais**

\_\_\_\_\_ 1965-1974 - Guerrilhas Políticas Urbanas e Rurais p. 195

### **A guerrilha de Araguaia e seus mitos**

O Autor da p. 197/539 aborda por ordem alfabética todos os combates e batalhas travadas no Brasil de 1500-1987.

CEZAR, Adilson. **O FORNOVO**, periódico eletrônico do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil de São Paulo General Bertholdo Klinger, nº 08 – ano II - maio (2014) – 50 anos da reação democrática de 31 de março de 1964 – páginas 02 a 19.

PEDROSA. José Fernando Maya. **A Grande Barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil.1930-1968**. Rio de Janeiro: BBLIEx,1988, 2ed.

\_\_\_\_\_. **O Revisionismo Histórico - uma proposta para discussão**. Maceió: Cermac, 2010 (Com participação de Edy Cleber de Oliveira e Silva)

\_\_\_\_\_. **No tempo da Guerra Fria - memórias e reflexões**. Maceió-AL: SWA, 2015.



**DADOS SOBRE O AUTOR E ORGANIZADOR**  
**Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO**  
**- PRESIDENTE DA FAHIMTB, AHIMTB/Resende, ACANDHIS**  
**e Presidente emérito vitalício fundador do IHTRGS**



Natural de Canguçu-RS, onde nasceu em 19 de outubro de 1931. Comandou o 4º BE de Combate dirigiu o Arquivo Histórico do Exército e serviu no CMNE, EME, DEC, CMSE, AMAN e 1ª Região Militar.

Historiador Militar consagrado com mais de 90 títulos publicados (Plaquetas, álbuns e livros, informativos da FAHIMTB, IHTRGS e ACANDHIS) e mais de 1000 artigos em periódicos civis e militares do Brasil e Estados Unidos, sobre História Militar e em especial a do Exército Brasileiro. Integra as principais instituições nacionais de História IHGB, IHGMB, das quais é sócio benemérito e as academias de História de Portugal, da Espanha, Argentina e Institutos Histórico do Uruguai e Paraguai etc. Fundou em 1986 e presidiu por 28 anos o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul do qual é hoje o seu Presidente Emérito vitalício e fundou as academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense, Itajubense e Itaitaiense de História, orientou a fundação da Barramansense. Pertence aos institutos históricos do RS, SC, MG, MT, RJ, PB, RN, CE e das cidades de Petrópolis, São Luiz Gonzaga, São Leopoldo, Pelotas e Sorocaba, SP, etc. e do instituto de estudos Valeparaibanos. Pertenceu ao Instituto Histórico do Parana como correspondente sendo dele desligado ex- officio sem aviso prévio por não ter tomado conhecimento que era obrigado a contribuir financeiramente. Fundou em 1º de março de 1996, em Resende, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que tem como patrono o Duque de Caxias. Academia que em 23 abril de 2011 foi transformada em Federa-

ção das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e tendo a ela filiadas as AHIMTB do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Resende, do Distrito Federal e as 17 Delegacias que não foram transformadas em AHIMTB.

Foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-80 onde, com apoio do Estado-Maior do Exército (EME) editou o manual **Como Estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro** que de 1978 foi distribuído na AMAN, ESAO e ECEME, pelo EME. Obra que aborda particularmente a metodologia de pesquisa histórica. Coordenou e enriqueceu com suas pesquisas a edição dos livros textos **História da Doutrina Militar** e **História Militar do Brasil** com apoio em recursos do EME e que por cerca de 20 anos foram livros textos na Academia Militar das Agulhas Negras e atualmente muitos exemplares à disposição na sede da FAHIMTB na AMAN. Coordenou o projeto, a construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, inaugurado em 19 de abril de 1971, ocasião em que foram lançadas suas obras **A Grande Festa dos Lanceiros** (relacionando o Parque Histórico Mal Osório, inaugurado, e o Parque Guararapes) e **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar**, sobre a qual se manifestaram com elogios, por escrito, intelectuais brasileiros civis expressivos, Pedro Calmon, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida bem como os historiadores militares generais Aurélio Lyra Tavares, Antônio Souza Júnior, Carlos de Meira Mattos, coronel Ruas Santos entre outros. Trabalho no qual foram baseados a Maqueta e mapas explicativos das batalhas, constantes de Sala sob o Mirante Guararapes, inaugurada em 20 de abril de 1998. Então foi distinguido pelo Comando Militar do Nordeste para ali hastear no Parque Guararapes a bandeira nacional em homenagem a seu pioneirismo em 1971 na concretização da ideia do 1º Parque Histórico Nacional, e lançamento de seu livro sobre as batalhas que contribuiu a que a 1ª Batalha dos Guararapes, em 19 Abr 1648, fosse considerada por ato presidencial o Dia do Exército, que ali despertou seu espírito, junto com o de nação brasileira.

Foi adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do EME que editou a **História do Exército Brasileiro** em 3 volumes, em 1972, cabendo-lhe, como historiador convidado abordar as guerras holandesas. Presidiu: Comissão que editou a **Revista do Exército**, comemorativa do bicentenário do Forte de Coimbra e a que resultou na escolha do Forte de Copacabana como Museu do Exército e sua consequente criação no final dos anos 80, e Comissão de História Militar de **A Defesa Nacional**, da qual foi conselheiro editorial por longo tempo.

Possui sete prêmios literários no Brasil e Estados Unidos: Pela BI-

BLIEx, 1º lugar com o Exército e a Abolição e o Exército na Proclamação da República. Pelo Rio Grande do Sul, O Negro na sociedade do Rio Grande do Sul, 1º lugar em Concurso Nacional e 1º lugar pela Military Review com O Exército no desenvolvimento – o caso brasileiro e 2º prêmio com O Gaúcho fundador da Imprensa Brasileira, pela Assembleia do Rio Grande do Sul e Associação Rio-Grandense de Imprensa e 2º lugar em concurso nacional com Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul. Foram destaque pela (ABERJ) suas obras Quartéis-Generais das Forças Armadas do Brasil e A Guarnição Militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República. E foi premiado com a Monografia A Produção de Estimadas em concurso pela EsNI em 1976. Estes álbuns e mais Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armada e A História do Brasil através de seus fortes decoram paredes de comandos e tropas espalhados por todo o Brasil.

Coordenou o 13º Simpósio de História do Vale do Paraíba sobre A Presença Militar no Vale do Paraíba realizado de 3-5 de julho 1996 na Fundação Educacional D. Bosco, na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende e Centro Sargento Max Wolf em Itatiaia.

O Cel Bento se dedica a História Militar Terrestre do Brasil dentro do seguinte pensamento:

***Para alimentar o cérebro (comando) de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o da HISTÓRIA MILITAR (Marechal Foch).***

Isto por considerar a História Militar como o Laboratório de Táticas e Estratégias a contribuir para o desenvolvimento doutrinário militar dos Exércitos.

Possui várias condecorações onde se destacam: Comendador do Mérito Militar, Oficial do Mérito das Forças Armadas, Medalha Militar de Ouro com passador de platina, Pacificador, Ordem do Mérito Tamandaré e Medalhas de Honra da Inconfidência e Santos Dumont por Minas Gerais, etc.

Teve transcrito nos Anais da Assembleia de Goiás em 1972 artigo Um filho de Goiás, herói da Integridade e da Independência do Brasil (Marechal Joaquim Xavier Curado), e na Câmara Federal, trabalho O centenário de morte de Caxias, em 1980. E na Câmara de Recife trabalho sobre o Patrono da Artilharia Marechal Emílio Mallet, e nas câmaras de Resende e de Diamantina, respectivamente, seus discursos sobre o Conde de Resende no aniversário da cidade em 1992 e outro sobre 'O diamantinense que foi o cérebro da Revolução Farroupilha' na Assembleia de Minas.

Por indicação do Sr. Ministro do Exército e apoio logístico de asses-

soria parlamentar, participou de Simpósio na Câmara Federal comemorativo do Centenário de Canudos, tendo ali defendido a Força Terrestre de manipulações que a apresentavam ao Povo, injustamente, como a responsável pela Tragédia de Canudos, em verdade uma responsabilidade da Sociedade da época. Idêntica postura transmitiu pela Globo News em que as falsas e manipuladas acusações vieram à tona e foram rebatidas sem contestação bem como em outras publicações. Foi Diretor Cultural do Clube Militar em seu centenário bem como de sua Revista, tendo colaborado e coordenado a Revista Comemorativa do Centenário do Clube e enriquecido o seu museu com quadros históricos que promoveu em concurso e fez as legendas. Integrou a Comissão do Exército no Centenário da República e da Bandeira, tendo colaborado e coordenado O Caderno da Comissão do Exército em 1989 pela BIBLIEx. E lançado o mesmo na ECEME e distribuído na AMAN.

Publicou: A Participação da Marinha Mercante e das FFAA do Brasil na 2ª Guerra Mundial, comemorativo aos 50 anos do Dia da Vitória e distribuído amplamente na AMAN. E a pedido das então CIAS-SUL, hoje EASA, elaborou pesquisa sobre os 68 sargentos mortos na FEB, publicada em 2011, para emular os alunos das Escolas de Sargentos do Exército, lançada na EsSA no centenário de Mas Wolff. Possui várias distinções civis: Cidadão Resendense e Itajubense. Comendador da Ordem J. Simões Lopes Neto pela Câmara de Pelotas. Orador oficial na Câmara de Resende no aniversário da cidade, quando resgatou a memória do Conde de Resende, em estudo esta se apoiou para criar a Comenda Conde de Resende. Câmara que aprovou Moção Congratulatória por sua atuação de 1991-97 para o resgate e divulgação da História de Resende e Itatiaia. Foi orador, em 13 de abril, na cerimônia de inauguração, no Batalhão Escola de Engenharia em Santa Cruz, RJ, do memorial do Patrono da Arma de Engenharia o Ten Cel Villagran Cabrita. Conferencista Emérito da ECEME, EsAO, EsIE, EsSA e Instituto Militar de Engenharia.

Como diretor do Arquivo Histórico do Exército 1985-91, promoveu sessões comemorativas de centenários de generais brasileiros, resgatando expressivamente as memórias dos mesmos, bem como suas preciosas lições.

Produziu para o Sistema de Ensino a Distância, para preparação para a ECEME, os trabalhos Lutas internas no período monárquico e a ação pacificadora do Duque de Caxias e Conflitos externos e lutas internas na consolidação da República 1889-97.

Produziu, faz cerca de 8 anos, para a FHE-POUPEX, pesquisa original sobre Os patronos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e que se destinariam a distribuição no seio da juventude militar brasi-

leira, estudando em escolas das FFAA e potencialmente futuros associados à FHE-POUPEX. Lamenta o autor a falta de recursos para dar prosseguimento ao projeto que cobriria lacunas biográficas referentes a personalidades exemplares para a juventude militar, tão carente de obras sintéticas e ilustradas do gênero (e disponível em Livros no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)).

É autor da obra inédita Moedas de Honra, que consolida a bibliografia sobre Ordens de Cavalaria vindas de Portugal até as atuais, honoríficas, a nível federal e condecorações militares, também disponível no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

Em 1972 foi autor do parecer solicitado ao EME pelo Ministro dos Transportes sobre o verdadeiro local da descoberta do Brasil, em Porto Seguro ou Cabrália, opinando sobre a descoberta em Cabrália, do que resultou a decisão governamental de estender a rodovia federal até lá, conforme consta da obra MAIA, Rocha. Do Monte Pascoal a Cabrália. Rio de Janeiro: MT, 1973, p.25-26.

Sua projeção atual na historiografia nacional e internacional resultou de seu desejo de escrever a História de Canguçu, seu berço natal sobre a qual produziu muitos trabalhos de História, dos quais incluiu dados no presente trabalho.

Desde 1994 desenvolveu o Projeto História do Exército na Região Sul com cerca de 20 obras. Sua penúltima publicação 2010 - 200 anos da criação da Academia Real Militar a AMAN, um retrospecto das escolas de formação de oficiais do Exército no Brasil desde 1792. Publicou em 1912 a obra A Pesquisa em História Militar, sua palestra no Encontro de Historiadores Militares. Publicação que possui versão expandida disponível em 'Artigos' no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br), na qual constam seus parceiros e os autores de prefácios posfácios, abas, editores, locais, datas e patrocinadores.

Publicou a obra "Memória de minhas atividades como historiador, em especial do Exército 1970-2009". Acaba de ser alvo de homenagem pelo jornal **A Voz da Cidade** que circula no Vale do Paraíba de 9 nov 2015 na p. 2 Variedades. Em gente que faz História - Cláudio Moreira Bento – Historiador que dedica sua vida ao Exército. Sem dúvida um grande estímulo e reconhecimento.

**Endereço:** Rua Florença, 266 – Jardim das Rosas, Itatiaia, RJ, CEP 27.580-000, fone: (24) 3354-2988. E-mail: [bento1931@gmail.com](mailto:bento1931@gmail.com) - Sites onde divulga sua obra: [www.ihtrgs.com.br](http://www.ihtrgs.com.br) e [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br).

## Dados sobre o co-autor

### Currículo do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis



Coronel de Infantaria e Estado-Maior Reformado do Exército Brasileiro, nasceu em Dom Pedrito-RS em 02 Jun 1949, filho de Paulo Giorgis e de D. Ester Caminha Giorgis. Casado, possui duas filhas, ambas formadas em Direito pela UFRGS, e dois netos. Reside em Porto Alegre desde 1998. Iniciou sua vida militar na capital gaúcha, onde cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, Curso de Infantaria, sendo declarado Aspirante a Oficial em 1969. Fez Estágio de Instrução no 2º Batalhão de Carros de Combate Leves (2º BCCL), Santo Ângelo, em 1970. Aprovado em Concurso de Admissão, cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN-Graduação) em Resende, onde foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria em 1974 - Turma Integração Nacional. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO -Mestrado) em 1984 e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1993/94, onde liderou diversas promoções tradicionalistas gaúchas.inclusive convidando o Cel Claudio Moreira Bento, presidente do IHTRGS para palestra sobre tradicionalismo gaúcho Foi instrutor de Geografia e História Militar na AMAN no biênio 1991-92, tendo chefiado a cadeira de História em 1992. Serviu nas seguintes guarnições: Cuiabá-MT, Francisco Beltrão-PR, Pelotas-RS, Porto Alegre-RS, Rio de Janeiro-RJ, Apucarana-PR, Porto Alegre-RS (2ª vez), Blumenau-SC, Resende-RJ, Rio de Janeiro-RJ (2ª vez), Alegrete-RS e Porto Alegre-RS (3ª vez). Comandou a Companhia de Comando do Comando Militar do Sul em Porto Alegre (Jun 87-Dez 89) e o 10º Batalhão Logístico em Alegrete/RS no biênio 1996/97, cidade que, por sua destacada atuação profissional e em apoio à

comunidade, conferiu-lhe o título de cidadão alegretense.

Foi estagiário de Estado-Maior na 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, Rio de Janeiro. Chefiou o Escalão Logístico da 3ª Região Militar, sua última função no serviço ativo. Na Reserva, procura dar continuidade e divulgação às suas pesquisas sobre História Militar do Brasil e do Rio Grande do Sul. Possui o Curso de Graduação em História da PUCRS - Licenciatura. Já Acadêmico Benemérito, integra a cadeira nº 4 da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), cujo patrono é o historiador militar brasileiro General Antônio da Rocha Almeida. Foi colaborador do **Jornal Tradição**, órgão de divulgação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, do Instituto de História e Tradições do RGS e da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha. Atualmente, vem divulgando História Militar Terrestre através de vários sites e em especial na Revista Eletrônica da FAHIMTB, no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br). É Pesquisador/Consultor de História do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), Rio de Janeiro. É o responsável pelo site [www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br) e é Membro-correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

É Vice-presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e supervisor do seu informativo O Gaúcho. É o Presidente da AH-IMTB/Rio Grande do Sul - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara - vulto histórico que foi biografado por ele. Esta homenagem, ao biógrafo do Marechal Câmara, foi feita em acurada pesquisa, resgatando a vida e obra do General Rinaldo e divulgando-a em plaqueta da AHIMTB em 2002. É o editor do Informativo O Tuiuti, da AHIMTB/RS.

A AHIMTB e o IHTRGS lançaram plaqueta de autoria do Cel Caminha focalizando a legislação que tem regulado o Ensino do Exército no Rio Grande do Sul desde a criação, em 20 de setembro de 1851, da Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul, e que se constituiu no primeiro estabelecimento de ensino superior do Rio Grande do Sul. Trabalho em que o autor levanta fontes diversas, produzidas por diversos autores, para a História do Casarão da Várzea, atual local de funcionamento do Colégio Militar de Porto Alegre. No biênio 2006/07, foi Vice-Presidente da Liga da Defesa Nacional no RS.

O Cel Caminha é co-autor junto com o Cel Cláudio Moreira Bento (Organizador) dos livros das histórias da 8ª Bda Inf Mtz, da 3ª Bda C Mec, da 6ª Bda Inf Bld, da AD/6, da 2ª edição do livro O Conde de Porto Alegre, de Escolas Militares de Rio Pardo, da História da 2ª Bda C Mec, da História da 3ª DE, da História do Casarão da Várzea e da História da AD/3. No ano de 2007 produziu o livro Brasil- Linha do Tempo, cronologia da História do Brasil. Concluiu, recentemente, a co-autoria do livro da História da 1ª Bda C

Mec, e a autoria da obra O Duque de Caxias dia-a-dia, publicado em 2011 e também em e-book pela EDIPUCRS. Continua trabalhando na obra Cronologia descritiva do Brasil Colônia. Foi prefaciador e posfaciador de vários livros da AHIMTB. Contratado, de maio de 2002 a maio de 2009 como professor de História e de Introdução à Filosofia e Sociologia (IFS) do CMPA, teve o encargo complementar de cooperar com a AHIMTB/IHTRGS no desenvolvimento do Projeto História do Exército na Região Sul. Na 60ª Feira do Livro de Porto Alegre/2014, lançou o seu livro “Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial - O Centenário da Grande Guerra” e também o livro em co-autoria com o Cel Cláudio Moreira Bento “Brasil - Lutas contra Invasões, Ameaças e Pressões Externas”. Após ter participado do IV Seminário da Ação da FEB na 2ª Guerra Mundial, na Itália, produziu a obra “O Dia a Dia da FEB na 2ª Guerra Mundial”.

Principais artigos publicados, entre outros, foram: A Intentona Comunista em poucas palavras (1999); O Tratado de Madri-1750 (2000); Algo sobre a viagem (2000 - resumo da viagem de Cabral ao Brasil); 1808 - A família real descobre o Brasil (2000); Plácido de Castro (2001); Memorial da antiga área do 18º BIMtz no Partenon (2001); e Sesquicentenário da Batalha de Monte Caseros (2002), entre outros.

Proferiu palestras no CPOR/PA, 3ª RM, CMS, Comando da 3ª DE, 8ª Bda Inf Mtz, 1ª Bda C Mec, CMPA, Lions, Rotary Clube, 3º BPE, PUCRS e no Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHI-MEx). Em 2008, foi encarregado, pelo Comando Militar do Sul, de organizar o Simpósio de Osorio, comemorativo aos 200 anos de nascimento do Patrono da Cavalaria. Em 2010 foi encarregado, pelo Cmt CMS, de organizar o Ciclo de Palestras sobre o patrono da Infantaria, Brigadeiro Antônio de Sampaio.

Principais diplomas e/ou medalhas recebidos (as): - Medalha da Ordem do Mérito Militar, grau de Cavaleiro; - Medalha do Pacificador; - Medalha Marechal Osorio; - Amigo do CMPA; - Academia Canguçuense de História; - Mérito Niederauer, da 6ª Bda Inf Bld; - Bicentenário do Duque de Caxias; - Jubileu de 80 anos do CPOR/PA; - Medalha do Mérito Dragões Reais de Minas; - Seminário de Educação “Prática Docente: diálogo e desafios”; - Medalha Sangue de Heróis, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil; - Medalha da Vitória, (idem acima); - Medalha da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez/RS; - Colaborador Emérito e Conselheiro da LDN; - Amigo da 3ª Cia Com Bld, Santa Maria; - Colaborador do EFIPAN/Alegrete; - Sócio Benemérito do Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos do Alegrete; - Amigo do 12º B E Cmb, Alegrete; - Medalha da Vitória dos Combatentes Poloneses; - “Láurea” da LDN/Pelotas; - Participação no Exer-

cício de Manutenção da Paz, Out 97; - Medalha Átilo Escobar, da BMRS; - Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, da ANVFEB/RS; e - Medalha Marechal Zenóbio da Costa, da Associação Nacional dos Ex-Combatentes.

## **Dados da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil**

Foi fundada em Resende em 1º de março de 1996, como AHIMTB, data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. A Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) destina-se a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil, Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares (Polícias e Bombeiros militares) e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento. A entidade, com sede e foro em Resende, mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres assinalados, por vezes também ilustres chefes militares, como os marechais José Bernardino Bormann, José Pessoa, Leitão de Carvalho, Mascarenhas de Moraes, Castelo Branco, Odylio Denis e generais Tasso Fragoso, Alfredo Souto Malan e Aurélio de Lyra Tavares. Foram consagrados em vida como patronos de cadeiras, em razão de notáveis serviços prestados à História Militar Terrestre do Brasil, os generais A. de Lyra Tavares (falecido), Jonas de Moraes Correia (falecido), Francisco de Paula Azevedo Pondé (falecido), Severino Sombra, o Almirante Hélio Leôncio Martins e os coronéis Francisco Ruas Santos, Jarbas Passarinho e Hélio Moro Mariante, este da Brigada Militar/RGS, e Cel Edilberto Mello, este da Polícia Militar de São Paulo. Figuram como patronos os civis Barão do Rio Branco, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, Gustavo Barroso, Pedro Calmon e José Antônio Gonsalves de Melo, Gilberto Freire e Jordão Emerenciano pelas contribuições assinaladas à História Militar Terrestre do Brasil. A Federação, tem como 1º presidente de Honra o Comandante do Exército, 2º Presidente de Honra o Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; 3º Presidente de Honra o Cmt da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e 4º o Cel Antônio Esteves, Presidente das Faculdades Dom Bosco. Entre os fatores da escolha de Resende, ressalta ser a AMAN a maior consumidora de assuntos de História Militar, que ministra curricularmente a seus cadetes através de sua cadeira de História Militar, o único núcleo contínuo e dinâmico de estudo e ensino de História Militar no Brasil.

A primeira posse como acadêmico foi a do Gen Carlos de Meira Mattos, na cadeira marechal J. B. Mascarenhas de Moraes. Aos dois muito se

deve pela preservação da Memória da Força Expedicionária Brasileira. A segunda posse como acadêmico foi a do Gen Plínio Pitaluga e logo na 1ª oportunidade o Gen Ex Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, distinguindo assim chefes que combateram na FEB. A FAHIMTB participou de 23-25 de setembro 1997 de Seminário Comemorativo da Guerra de Canudos na Câmara Federal e em 25 de setembro, na Globo News, sobre o mesmo tema, defendendo a participação das Forças Terrestres no Trágico Episódio que, via de regra, vinha sendo deturpada, quando em realidade a responsabilidade moral e política foi da Sociedade Civil da época que ordenou a destruição de Canudos. A FAHIMTB possui como órgão de divulgação o jornal O GUARARAPES, já no seu nº 49 que é dirigido a especialistas no assunto e a autoridades com responsabilidade de Estado pelo desenvolvimento deste assunto de importância estratégica por gerador da perspectiva e identidade históricas das Forças Terrestres do Brasil e, principalmente pelo desenvolvimento de suas doutrinas militares. Divulgação que potencializa através de sua Home page – [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br), a pioneira entre as entidades do gênero no Brasil, onde implantou vários livros e artigos, tais como o livro As batalhas dos Guararapes, relacionado com o Dia do Exército, e Caxias e a Unidade Nacional, relacionado com o Dia do Soldado. E irá procurar, de futuro, explorar mais este meio de comunicação.

A FAHIMTB desenvolve seu trabalho em duas dimensões: a 1ª, a clássica, como instrumento de aprendizagem em Arte Militar, com vistas ao melhor desempenho constitucional das Forças Terrestres, com apoio em suas experiências passadas, etc. A 2ª, com vistas a isolar os mecanismos geradores de confrontos bélicos externos e internos para que, colocados à disposição das lideranças civis estas evitem futuros confrontos bélicos com todo o seu rosário de graves consequências para a Sociedade Civil Brasileira.

A FAHIMTB dá especial atenção à Juventude masculina e feminina que estuda nos sistemas de ensino das Forças Terrestres Brasileiras, com vistas a promover encontro dela com as velhas gerações e com as atuais, de historiadores militares terrestres e soldados terrestres e, além disso, tentar despertar no turbilhão da hora presente, no insondável 3º milênio, novas gerações de historiadores militares terrestres, especialidade hoje em vias de extinção por falta de apoio e, sobretudo, estímulo editorial. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação! É assunto que merece, salvo melhor juízo, séria reflexão de parte de lideranças das Forças Terrestres com responsabilidade funcional de desenvolver a identidade e perspectiva históricas das mesmas e, além disso, as suas doutrinas militares expressivamente nacionalizadas, calcadas na criatividade de seus quadros e em

suas experiências históricas bem sucedidas, o que se impõe a uma grande nação, potência, ou grande potência do 3º Milênio. No desempenho de sua proposta ela vem realizando sessões solenes junto à juventude militar terrestre brasileira, a par de posses de novos acadêmicos do Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares, que vem mobilizando e integrando em sua cruzada cultural e centralizando subsídios em seu Centro de Informações de História Militar Terrestre do Brasil em Resende, junto à AMAN.

Complementarmente procura a Academia apontar aos jovens, seu público alvo, os homens e instituições que lutam patrioticamente, a maioria das vezes sem nenhum apoio, para manter acesas e vivas as chamas dos estudos de História do Brasil e seus desdobramentos, com o apoio na análise racional e não passional de fontes históricas, integras, autênticas e fidedignas, que com grandes esforços garimpam, ao invés das manipulações históricas predominantes entre nós, fruto das mais variadas paixões, fantasias e interesses, o que Rui Barbosa já denunciava em seu tempo. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio. E se os jovens disto se convencerem e exercerem o seu espírito crítico será meia batalha ganha.

A Academia vem atuando em escala nacional com representantes em todo o Brasil em suas várias categorias. Este é em síntese o perfil da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil que pretende ser um fórum cultural para o debate de assuntos históricos de natureza doutrinária e em especial para militares da Reserva das Forças Terrestres do Brasil. Seu sucesso continuado depende do empenho, solidariedade e vontade cultural de seus membros e da sensibilidade das lideranças de nossas Forças Terrestres em apoiar e estimular a iniciativa de grande benefício e insignificante custo para as mesmas a serviço do objetivo cultural atual no 1º do Exército.

**“Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a memória histórica, as tradições e os valores morais culturais e históricos do Exército Brasileiro.”  
Preservar a História do Exército é dever de todos os seus integrantes!**

## DADOS SOBRE O IHTRGS

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) foi por nós fundado, em Pelotas, em 10 de setembro de 1986, ano do Sesquicentenário da Batalha do Seival, vencida ao comando de Antônio Netto por sua Legião Liberal, integrada por forças do município de Piratini e de seus distritos Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí. Vitória que criou as condições para a fundação da República Rio-Grandense, o ponto de partida que culminou com a proclamação da República em 15 de Novembro de 1889.

Este ano de 2016 o IHTRGS completa 30 anos de fundação e destinado a memorar fatos e vultos da história do Rio Grande do Sul e a rica e movimentada História do Brasil, que teve o Rio Grande do Sul por cenário. Este ano sua presidência foi transferida para o historiador e tradicionalista Cap R2 Juarez Nunes da Silva em Caxias do Sul bem ali registrados os seus Estatutos que por 28 anos estivera registrado em Canguçu, berço natal do 1º Presidente Cel Claudio Moreira Bento e por 28 anos. O Cel Bento o fundador do IHTRGS passou a condição de sócio Presidente Fundador Benemérito Vitalicio. Possui em seus quadros historiadores e tradicionalistas gaúchos de renome. Nos assuntos de História Militar no RS o IHTRGS vem trabalhando em conjunto com a FAHIMTB. Possui uma Delegacia para todo o estado, instalada no Colégio Militar de Porto Alegre sob a direção de seu 1º vice Presidente Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e editava o Informativo **O Gaúcho**, disponível seus 114 números no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e com o índice do conteúdo de cada número, e com expressivos ítems de História Militar e outros temas de relevância inegável para a história e tradições dos gaúchos e do Exército no Sul. Sua sede está localizada em Caxias do Sul no endereço do seu presidente. Rua Cremona 108. Apto 71. CEP 95.010-150 Caxias do Sul-RS cuja Diretoria Ficou assim constituída: Presidente Executivo: Capitão R1 Artilharia Juarez Nunes da Silva. Vice Presidente Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Conselho Fiscal: Cel Cláudio Moreira Bento Presidente. E Cairo Moreira Pinheiro e Gustavo Pozzer da Silva.

O IHTRGS é um movimento cultural gaúcho destinado a integrar no movimento historiadores, tradicionalistas e folcloristas gaúchos isolados pelo Rio Grande afora, e com eles estreitar laços de amizade e culturais E inicialmente deslocava-se até os locais cenários de fatos históricos para comemorá-los.

Assim, em Pelotas ocorreu o encontro de fundação na Escola Técnica Federal com apoio do Comando da 8ª Bda Inf Mtz. Em 8 de abril de 1987 ocorreu o Encontro de Caçapava do Sul, no Clube União Caçapavano.

Em 13 de setembro de 1987 ocorreu mais um encontro em Pelotas na sede da União Gaúcha Simões Lopes Neto. Encontro que se estendeu a Porto Alegre, no CPOR/PA, com conferência do presidente sobre os *Sítios Farrapos de Porto Alegre* sob a coordenação do sócio Gen Div Jonas Corrêa Neto, no comando da 6ª DE.

Em 30 de abril de 1988 ocorreu o encontro de Rio Pardo, comemorativo do sesquicentenário da maior vitória farrapa - o combate do Rio Pardo, quando foi lançada plaqueta alusiva a este combate. Encontro ocorrido no *Clube Literário Recreativo de Rio Pardo*.

Em 10 de setembro de 1988 ocorreu o encontro de Canguçu, na

*Casa de Cultura*, tendo como tema o combate de Cerro Alegre de 20 de setembro de 1932 que encerrou o ciclo revolucionário gaúcho iniciado exatos 97 anos. E foi lançada plaqueta alusiva a este combate e preparatória à fundação 3 dias após, da *Academia Canguçuense de História*. O Instituto se fez presente rio sesquicentenário da República Rio Grandense em Piratini, em 6 de novembro de 1986 e que mereceu do *Diário Popular* comemoração condigna do fato histórico.

Em 10 de julho de 1989 ocorreu o encontro de São Borja, no *Teatro do Regimento João Manoel*. Tendo como tema central a comemoração da resistência a invasão paraguaia em 1865. Coordenaram o evento os sócios efetivos, então empossados, Sérgio Roberto Dentino Morgado e Aparício Silva Rillo (falecido). Houve visita às ruínas de São Miguel.

Em 15 de setembro de 1990 e 28 de setembro de 1991, ocorreram os encontros de São Gabriel, na *Associação Alcides Maya*, sob a coordenação do sócio Osório Santana Figueiredo, um dos esteios do IHTRGS em seus primeiros tempos.

Em 14 de setembro de 1992 ocorreu o encontro de Lavras do Sul, no *Plenarinho da Casa de Cultura* José Neri da Silveira, sob a coordenação do sócio Edilberto Teixeira (já falecido).

Em 25 de setembro de 1993 ocorreu o encontro de Santana do Livramento, de carácter internacional e marcadamente histórico e tradicionalista, na *Associação Comercial e Industrial*, ocasião em que foi lançado o livro *O Exército Farrapo e seus chefes* editado pela BIBLIEx e de autoria de seu presidente.

Em 7 de abril de 1995 ocorreu o encontro do Rio de Janeiro, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que reuniu diversos e ilustres gaúchos e gaúchas residindo no Rio de Janeiro e também sócios da quase sesquicentenária Sociedade Sul Riograndense ali existente.

Nestes quase 30 anos de resistência cultural, muitos dos soldados do IHTRGS faleceram, outros foram atingidos por problemas de idade e outras limitações para uma presença mais efetiva em suas atividades. A renovação de novos nomes foi pouca, de igual forma que nas demais entidades brasileiras do gênero, parecendo que as novas gerações são avessas a estudos históricos ou pelo menos à produção e à divulgação históricas o que nos parece lamentável. E no caso do Rio Grande do Sul como ficará breve a sua perspectiva e a identidade históricas na cabeça das novas gerações gaúchas?

Aqui por oportuno registre-se o apoio que o IHTRGS teve de parte do jornal **Diário Popular** de Pelotas, do **Plateia** de Santana, dos mensários **Letras em Marcha** e **Ombro a Ombro** e do **Tradição**, editado pelo sócio

efetivo Edson Otto falecido e como órgão de divulgação oficial do IHTRGS, MTG e da CBTG. Hoje o IHTRGS divulga seus trabalhos através do seu Informativo O Tuiuti, junto com trabalhos da AHIMTB/RS. O IHTRGS participou intensamente, em parceria com a FAHIMTB da produção de obras do Projeto concluído a História do Exército na Região Sul e vem participando de obras em parceria com a FAHIMTB.

## BIBLIOGRAFIA DE PATRONOS E ACADÊMICOS

### Solicitação às AHIMTB federadas

A Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) em prosseguimento a seus trabalhos, está produzindo este ano o livro **Brasil Lutas Internas 1500-1916**. E sobre as **Lutas Internas 1917 – Atualidade** nos últimos 100 anos, relacionará e publicará a bibliografia sobre Lutas Internas produzidas por acadêmicos e patronos das AHIMTB, das Delegacias e de Cadeiras que a FAHIMTB as receberá através das suas AHIMTB federadas e das delegacias da FAHIMTB de suas áreas e de acadêmicos isolados.

Necessitará de igual modo as bibliografias de trabalhos produzidos por patronos de cadeiras e acadêmicos sobre Lutas Internas no Brasil depois de 1916 seguindo modelo anexo e enviados pela FAHIMTB através de suas AHIMTB federadas.

Será difícil, senão impossível, reunir todas as bibliografias produzidas por patronos de cadeiras, de Delegacias, e de AHIMTBs e de acadêmicos. Mas a FAHIMTB solicitou de suas AHIMTB federadas que reúnam as das Delegacias da FAHIMTB de suas áreas o que produziram sobre o tema e inclusive sobre seus patronos de Delegacias. A presente solicitação, feita pela FAHIMTB, será publicada no livro Brasil Lutas Internas.

# BRASIL

## LUTAS INTERNAS (1500 - 1916)



**BRASIL - LUTAS PRINCIPAIS E  
DE MAIOR INTENSIDADE EM  
DEFESA DE SUA UNIDADE E INTEGRIDADE**